

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Duas Séries da



COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, CEP 04551-065, São Paulo - SP
CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97
Companhia Aberta – Código CVM 18821
R\$ 598.156.000,00

Código ISIN da 1ª Série: BRCCRODBS053

Código ISIN da 2ª Série: BRCCRODBS061

Classificação de Risco Standard & Poor's: "brA+"

Distribuição pública de 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) debêntures simples, não-convertíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão para distribuição pública da Companhia de Concessões Rodoviárias (respectivamente, "Emissão" e "CCR", "Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$ 598.156.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta e seis mil reais) na data de emissão, qual seja, 1º de agosto de 2.009 ("Oferta" e "Data de Emissão", respectivamente), onde a oferta base corresponde a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescida de R\$ 98.156.000,00 (noventa e oito milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), em virtude do exercício integral da opção de Debêntures Adicionais e parcial da Opção de Lote Suplementar da 1ª Série, nos termos dos artigos 14 e 24 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2.003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"). A opção de Debêntures de Lote Suplementar, concedida nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, não foi exercida.

A Emissão foi aprovada conforme deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada (i) em 23 de junho de 2.009, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 24 de junho de 2.009, sob o número 220.371/09-0 e publicada nos jornais "Valor Econômico" e Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 1º de julho de 2.009; e (ii) em 23 de julho de 2.009 ratificando a remuneração final das Debêntures, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 24 de julho de 2.009.

A Emissão será realizada em duas séries ("Debêntures da 1ª Série" e "Debêntures da 2ª Série"). Adicionalmente, o número de Debêntures a ser alocado na 1ª Série e na 2ª Série foi definido a exclusivo critério da Emissora, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais. As Debêntures da 1ª e da 2ª Série serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para as Debêntures da 1ª Série, e sob o regime de melhores esforços para as Debêntures da 2ª Série, com intermediação dos Coordenadores, utilizando-se os procedimentos previstos na Instrução CVM 400 com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema BovespaFix ("BovespaFix") (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Emissão e da negociação das Debêntures.

A Oferta foi registrada na CVM em 24 de julho de 2.009, sob o número CVM/SRE/DEB/2.009/013 para as Debêntures da 1ª Série e CVM/SRE/DEB/2.009/014 para as Debêntures da 2ª série, por meio do convênio celebrado entre a CVM e a ANBID nos termos da Instrução CVM 471.

Este Prospecto Definitivo não deve, em qualquer circunstância, ser considerado recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto Definitivo foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que o Coordenador Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que venham a integrar o Prospecto Definitivo, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures que venham a ser distribuídas no âmbito da Oferta, a Emissora e os Coordenadores recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo. Mais informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e à CVM nos endereços indicados nas páginas 55 a 57.

Para avaliação dos riscos associados à Emissora, os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 62 a 71 deste Prospecto Definitivo.

O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade de emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenador Líder

Coordenador

Coordenador Contratado



A data deste Prospecto Definitivo é 24 de julho de 2.009

(Página intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Neste Prospecto, os termos “nós” e “nosso”, no singular ou plural, independentemente do gênero, referem-se à CCR e às Concessionárias, salvo quando o contexto exigir outra interpretação.

As informações financeiras da Companhia apresentadas neste Prospecto originaram-se das Demonstrações Financeiras consolidadas e auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008, e das informações financeiras consolidadas objeto de revisão especial para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2.008 e 2.009, tendo sido elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2.006, 2.007 e 2.008 foram auditadas pela KPMG, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2.008 contém um parágrafo de ênfase informando que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2.008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As informações financeiras da Companhia, referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2.009, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e revisadas pela KPMG de acordo com normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, conforme relatório de revisão especial anexo a este Prospecto A KPMG menciona em seu relatório que esta revisão especial não representou um exame de auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e que, portanto, não está em condições de emitir, e não emitiu, uma opinião sobre estas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras referentes ao período aqui mencionado devem ser lidas e interpretadas neste contexto. O relatório de revisão dos auditores independentes contém um parágrafo de ênfase informando que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2.008, as informações contábeis referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2.008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

Determinadas medidas relativas ao tráfego de veículos constantes deste Prospecto são calculadas em termos de Veículos-Equivalentes. A unidade Veículo-Equivalente é calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. Também apresentamos uma medida do número total de veículos pedagiados, que representa o número total de veículos que pagaram pedágio durante um determinado período de apuração, independentemente do número de eixos do veículo. Nesse caso, um mesmo veículo é contado mais de uma vez caso passe por mais de uma praça de pedágio numa mesma viagem ou caso faça várias viagens dentro de um mesmo período de apuração. Um veículo também é contado mais de uma vez caso faça viagens em diferentes sistemas rodoviários que operamos durante o período de apuração. Dessa forma, o número de veículos-equivalentes difere do número de veículos pedagiados.

Tendo em vista que certos valores e percentuais incluídos neste Prospecto foram arredondados para facilitar a apresentação, alguns valores inteiros constantes de algumas tabelas podem não representar a soma aritmética exata dos números que os precedem.

(Página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

INFORMAÇÕES PRELIMINARES	3
DEFINIÇÕES	11
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	17
SUMÁRIO DA COMPANHIA	28
Introdução	28
Nossa Estratégia	30
Estrutura Organizacional	30
Resultados Operacionais	31
Fontes e Usos de Recursos	32
Características dos Contratos de Concessão	32
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	33
1. Autorizações Societárias	33
2. Composição do Capital Social	33
3. Características das Debêntures	34
3.1 Características comuns às duas séries de Debêntures	34
3.2 Características da Debêntures da 1ª série	36
3.3 Características das Debêntures da 2ª Série	39
4. Vencimento Antecipado	44
5. Assembléia Geral de Debenturistas	46
6. Relacionamento da Companhia com os Coordenadores	47
6.1 Relações da Companhia com o Coordenador Líder	47
6.2 Relações da Companhia com o BB-BI	47
6.3 Relações da Companhia com o Santander	47
CONDIÇÕES DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	49
Regime e Prazo de Colocação	49
Plano de Distribuição das Debêntures	50
Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores	51
Cronograma de Etapas da Oferta	51
Remuneração dos Coordenadores	52
Demonstrativo do Custo da Oferta	53
Custo Unitário de Distribuição	53
Fundo de Sustentação de Liquidez, Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço	53
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	54
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS, CONSULTORES LEGAIS, AUDITOR INDEPENDENTE E AGENTE FIDUCIÁRIO	55
Administradores da Emissora	55
Emissora	55
Coordenador Líder	55
Coordenador	55
Coordenador Contratado	55
Agente Fiduciário	56
Banco Mandatário e Escriturador	56
Consultor Legal da Emissora	56
Consultor Legal dos Coordenadores	56
Auditores Independentes	56
Exemplares do Prospecto Definitivo	57
Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	57
Declaração da Emissora	57
Declaração do Coordenador Líder	57
Breve Descrição dos Coordenadores da Emissão	58
Banco UBS Pactual S.A.	58
BB-Banco de Investimento S.A.	58
Banco Santander (Brasil) S.A.	59
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS	61
FATORES DE RISCO	62
Riscos Relacionados aos Fatores Macroeconômicos	62
Riscos Relacionados ao Setor Rodoviário	64
Riscos Relacionados à Companhia	66
Riscos Relacionados às Debêntures	70
SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	72
Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas	72
Eventos Subsequentes	78
DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	79
Introdução	79

Visão Geral	80
Nossa Estratégia.....	82
Estrutura Organizacional.....	82
Principais Fatores que Afetam Nossos Resultados Operacionais.....	83
<i>Cenário Macroeconômico Brasileiro</i>	83
<i>Obrigações Financeiras com o Poder Concedente</i>	85
<i>Contabilização do Valor da Outorga da Concessão</i>	85
Resumo das principais práticas contábeis	86
<i>Provisão para devedores duvidosos</i>	90
<i>Provisão para contingências</i>	90
<i>Impostos diferidos</i>	90
<i>Redução ao valor recuperável de ativos</i>	91
<i>Depreciação e amortização de ativos</i>	91
<i>Apuração do resultado</i>	91
<i>Estimativas contábeis</i>	91
<i>Instrumentos financeiros</i>	91
<i>Custo de transação na emissão de títulos</i>	92
<i>Moeda estrangeira</i>	92
<i>Ativos circulantes e não circulantes</i>	92
Demonstrações financeiras consolidadas	94
Descrição dos principais procedimentos de consolidação.....	95
Análise sobre as demonstrações financeiras.....	95
Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2.008 e 2.007.....	97
<i>EBITDA</i>	98
<i>Receita Operacional Bruta</i>	99
<i>Deduções da Receita Bruta</i>	99
<i>Custos dos Serviços Prestados</i>	99
<i>Despesas Administrativas</i>	99
<i>Resultado Financeiro Líquido (Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras)</i>	100
<i>Lucro Líquido</i>	100
Comparação entre os Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.007 e de 2.006.....	100
<i>EBITDA</i>	101
<i>Receita Operacional Bruta</i>	101
<i>Deduções da Receita Bruta</i>	101
<i>Custos dos Serviços Prestados</i>	101
<i>Despesas administrativas</i>	102
<i>Resultado Financeiro (Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras)</i>	102
<i>Lucro Líquido</i>	102
Comparação entre os Períodos de Três Meses findos em 31 de março de 2.009 e de 2.008	102
<i>EBITDA</i>	103
<i>Receita Operacional Bruta</i>	103
<i>Deduções da Receita Bruta</i>	105
<i>Custos dos Serviços Prestados</i>	105
<i>Despesas administrativas</i>	105
<i>Resultado Financeiro (Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras)</i>	105
<i>Lucro Líquido</i>	106
Principais Variações nas Contas Patrimoniais	106
<i>Ativo circulante</i>	109
<i>Ativo não-circulante</i>	110
<i>Imobilizado e Intangível</i>	110
<i>Passivo circulante e exigível a longo prazo</i>	111
<i>Patrimônio líquido</i>	112
<i>Fontes e Usos de Recursos</i>	112
<i>Fluxo de Caixa</i>	113
Obrigações Contratuais Financeiras	115
Operações não Registradas nas Demonstrações Financeiras.....	115
Investimentos	115
Desinvestimentos	116
Análise Qualitativa dos Riscos.....	117
<i>Risco de crédito</i>	117
<i>Risco de taxas de juros e inflação</i>	117
<i>Risco de taxas de câmbio</i>	117
<i>Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)</i>	118
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>	118
Eventos Subseqüentes Relevantes não Considerados nas Demonstrações Financeiras.....	119
CAPACIDADE DE PAGAMENTO	120
CAPITALIZAÇÃO	122

VISÃO GERAL SOBRE O SETOR DE CONCESSÃO DE RODOVIAS	123
Aspectos Gerais: O Programa Brasileiro de Concessões de Rodovias	123
<i>Histórico e Situação Atual</i>	123
<i>Concessões Federais Atuais e Futuras</i>	124
<i>Concessões Estaduais Atuais e Futuras</i>	125
<i>Concessões Municipais Atuais e Futuras</i>	127
INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMPANHIA	128
Nosso Histórico	128
Estrutura Organizacional	128
Nossas Atividades	129
Nossa Estratégia	131
<i>Concessionárias que Operamos</i>	131
<i>Concessionária em fase Pré-Operacional</i>	135
<i>Subsidiárias Operacionais</i>	135
<i>Consórcios</i>	136
<i>Histórico do Volume de Tráfego</i>	136
<i>Cálculo do Valor da Tarifa de Pedágio</i>	137
<i>Histórico das Receitas de Pedágio</i>	137
<i>Construção no Contexto das Concessões</i>	138
<i>Operações das Rodovias e Gerenciamento do Tráfego</i>	140
<i>Concorrência</i>	143
<i>Regulação dos Contratos de Concessão</i>	145
<i>Nossos Direitos Decorrentes dos Contratos de Concessão</i>	147
<i>Nossas Obrigações Decorrentes dos Contratos de Concessão</i>	147
<i>Descrição dos Principais Pontos dos Contratos de Concessão de Cada Concessionária</i>	152
<i>Atos de Concentração Envolvendo a Companhia</i>	158
Eventos de transformação e/ou reestruturação societária ocorridos nos últimos 5 anos	160
Contratos Relevantes	161
<i>Títulos e Valores Mobiliários em Vigência e Emitidos pela CCR</i>	161
<i>Outras Informações</i>	162
<i>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pelas Concessionárias</i>	162
<i>Contratos Financeiros</i>	165
<i>Contratos de Prestação de Serviços de Terceiros relativos à Operação das Concessionárias</i>	167
Propriedade Intelectual	168
Propriedades, Plantas e Equipamentos	168
Relação dos Principais Estabelecimentos da CCR	169
Ativo Imobilizado	171
Intangível	172
Arrendamento Mercantil	173
Canais de Comercialização Utilizados	173
Compromisso de Investimentos Futuros	173
Aspectos Ambientais	174
Seguros	175
Investimentos Relevantes em Outras Sociedades	175
INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	176
Investimentos	176
Investimentos em Andamento	176
Desinvestimentos	177
Desinvestimentos em Andamento	177
SAZONALIDADE	178
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	179
Geral	179
Objeto Social	179
Capital Social	179
<i>Capital Autorizado</i>	184
<i>Direitos das Ações Ordinárias</i>	184
Principais Acionistas	185
<i>Alterações Relevantes de Participações dos Membros do Grupo de Controle nos Últimos Três Exercícios Sociais</i>	186
Acordo de Acionistas	187
Assembleias Gerais	187
<i>Quorum</i>	189
<i>Convocação</i>	189
<i>Local da Realização de Assembleia Geral</i>	189
<i>Competência para Convocar Assembleias Gerais</i>	189
<i>Legitimação e Representação</i>	190
Direito de Preferência	190

Direito de Retirada	190
Resgate	191
Administração	191
<i>Conselho de Administração</i>	191
<i>Diretores</i>	196
<i>Títulos e Valores Mobiliários detidos pelos membros efetivos e suplentes do conselho de administração e diretoria</i>	198
<i>Remuneração e Plano de Participação nos Lucros</i>	198
<i>Contratos ou Outras Obrigações Relevantes celebrados pelos membros efetivos e suplentes do conselho de administração e diretoria</i>	199
<i>Inexistência de condenação dos administradores da Companhia</i>	199
Conselho Fiscal	199
Planos de Opções de Compra de Ações	200
DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	201
Valores Disponíveis para Distribuição	201
Reservas de Lucros e de Capital	201
Dividendo Obrigatório	203
Juros sobre o Capital Próprio	203
Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	204
RECURSOS HUMANOS	206
Pessoal	206
Relacionamento da Companhia com Sindicatos e Colaboradores	207
Reajustes Salariais	208
Paralisações Sindicais	208
Programas de Remuneração	208
Benefícios	210
Plano de Previdência Privada	210
Participação nos Lucros e/ou Resultados	211
Plano de Incentivo de Longo Prazo	211
Recrutamento e Seleção	212
Programas de Segurança e Medicina do Trabalho	212
Aprendizes e Portadores de Deficiência	212
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS	213
Processos relativos ao Contrato de Concessão da RodoNorte	213
<i>Encampação</i>	213
<i>Desapropriação</i>	214
<i>Cumprimento do Cronograma</i>	214
Processos Relativos à Tarifa do Pedágio	214
<i>Redução de Tarifa</i>	215
<i>Anulação dos Termos Aditivos</i>	215
<i>Reajuste 2.003</i>	215
<i>Reajuste 2.004</i>	216
<i>Reajustes 2.005/2.008</i>	216
Processo relativo ao Contrato de Concessão da Autoban	216
Ação Popular proposta por César Augusto Coelho Nogueira Machado	216
Processos Relativos à Indenização por Danos Materiais e Morais	217
Procedimentos Administrativos ou Processos Judiciais de Natureza Tributária e Previdenciária	217
Trabalhista	220
<i>Ações Trabalhistas Relevantes</i>	220
<i>Processos Administrativos Relevantes de Natureza Trabalhista</i>	220
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	221
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	224
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	225
Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas	225
Informações Trimestrais	225
Requisitos para Divulgação	226
Informações Exigidas pela CVM	226
Divulgação de Negociações com Ações Realizadas por Acionista Controlador, Conselheiros, Diretores ou membros do Conselho Fiscal	227
Código de Conduta para Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da CCR	227
Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante	228
Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia	229
INFORMAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS E O MERCADO DE NEGOCIAÇÃO	230
Geral	230
Negociação na BM&FBOVESPA	230
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	231

<i>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CCR.....</i>	231
<i>Outras Informações</i>	232
<i>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pelas Concessionárias.....</i>	232
Regulação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários.....	234
Restrições a Investimento Estrangeiro	235
GOVERNANÇA CORPORATIVA	236
Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.....	237
Novo Mercado	238
<i>Introdução</i>	238
<i>Conselho de Administração e Conselho Fiscal.....</i>	238
<i>Dispersão Acionária em Distribuição Pública</i>	239
<i>Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital.....</i>	239
<i>Alienação do Controle.....</i>	239
<i>Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivativos por Acionista Controlador</i>	239
<i>Cancelamento de Registro de Companhia Aberta</i>	240
<i>Saída do Novo Mercado</i>	240
<i>Política de Divulgação de Informações.....</i>	241
<i>Cláusula Compromissória (Arbitragem)</i>	241
<i>Informações Periódicas</i>	241
<i>Reunião Pública com Analistas</i>	241
<i>Calendário Anual.....</i>	241
<i>Acordo de Acionistas</i>	242
<i>Contratos com o mesmo grupo</i>	242
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	243
Competência Legislativa e Competência para Fiscalização	243
Licenciamento Ambiental	244
Outras licenças e autorizações ambientais	244
Responsabilidade ambiental.....	245
RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL	246
GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	247
Tecnologia e Inovação	247
Governança de TI e Segurança da Informação.....	247
Soluções de Tecnologia e Infra-Estrutura	247
Soluções Administrativas.....	248
Gestão de Serviços de TI Apoiada em Processos de Governança e Engenharia de Manutenção	248
Inteligência em Processos	248
RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DOS MERCADOS NACIONAL E/OU ESTRANGEIRO	249
ANEXO I - ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVOU A OFERTA REGISTRADA NA JUCESP	251
ANEXO II – ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA APROVANDO O SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES PROTOCOLIZADA NA JUCESP	257
ANEXO III - ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES.....	263
ANEXO IV - ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES REGISTRADA NA JUCESP	303
ANEXO V – PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES REGISTRADO NA JUCESP	343
ANEXO VI – SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES PROTOCOLIZADO NA JUCESP	391
ANEXO VII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.007, 2.008 E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRO-FORMA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.006 E RESPECTIVOS PARECERES DOS AUDITORES.....	405
ANEXO VIII - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2.008 E 2.009, BEM COMO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES	689
ANEXO IX - FORMULÁRIO IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS (SOMENTE INFORMAÇÕES NÃO INCLUÍDAS NO PROSPECTO).....	825
ANEXO X - DECLARAÇÃO DA EMISSORA NOS TERMOS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	961
ANEXO XI - DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	965
ANEXO XII - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA STANDARD & POOR'S	969

(Página intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Os termos abaixo definidos, quando utilizados neste Prospecto, sejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta seção:

3ª Emissão de Debêntures Simples	3ª Emissão Pública de Debêntures Simples realizada pela Companhia em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sem garantia de preferência, de forma nominativa e escritural, emitidas em 26 de setembro de 2.008 com dispensa de registro na CVM por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, no montante total de R\$300 milhões, cuja remuneração é equivalente aos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,60% ao ano.
ABCR	Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.
Acionistas Controladores	AGConcessões, Brisa, Camargo Corrêa e Serveng.
Acionistas Originais	Andrade Gutierrez, Brisa, Camargo Corrêa, Odebrecht, SVE e Serveng.
Acordo de Acionistas	Acordo de acionistas celebrado entre alguns de nossos acionistas, em 18 de outubro de 2.001, alterado em 13 de março de 2.002 e em 21 de novembro de 2.006.
Actua Serviços	Actua Serviços Compartilhados Ltda.
Actua Assessoria	Actua Assessoria Ltda.
AGConcessões	Andrade Gutierrez Concessões S.A.
AGC Participações	AGC Participações Ltda.
AGETRANSP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro.
Agente Fiduciário	O agente fiduciário da Oferta será a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Andrade Gutierrez	Construtora Andrade Gutierrez S.A.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da CCR, a ser publicado no DOESP e no jornal “Valor Econômico” pela Companhia e pelos Coordenadores, de acordo com a Instrução CVM 400/03.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da CCR, a ser publicado no DOESP e no jornal “Valor Econômico” pela Companhia e pelos Coordenadores, de acordo com a Instrução CVM 400/03.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Ativia	Ativia Participações Ltda.
AutoBAn	Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BB-BI	BB Banco de Investimento S.A.
Banco Mandatário e Escriturador	Banco Bradesco S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema BovespaFix, administrado pela BM&FBOVESPA, onde são negociados os valores mobiliários de renda fixa.
BRI	BR Inspeções S.A.
Brisa	Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
Camargo Corrêa	Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.
Castilho	Construtora Castilho S.A.
CCR, Companhia ou Emissora	Companhia de Concessões Rodoviárias.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
Cesbe	Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CMCP	Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões no âmbito da Secretaria de Transportes Metropolitanos de São Paulo.
CGMP	Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código de Conduta	Código de Conduta para Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da CCR.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
Concessionárias	AutoBAn, NovaDutra, Ponte, ViaLagos, RodoNorte, ViaOeste, ViaQuatro, RodoAnel e Renovias.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias, celebrados entre a CCR, BB-BI e Coordenador Líder.

Contrato do Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado, celebrado em 21 de novembro de 2.001, entre a CCR e a BM&FBOVESPA.
Controlar	Controlar S.A.
Coordenador	BB Banco de Investimento S.A.
Coordenadores	Banco UBS Pactual S.A., BB Banco de Investimento S.A. e Coordenador Contratado.
Coordenador Líder	Banco UBS Pactual S.A.
Coordenador Contratado	Banco Santander (Brasil) S.A.
Coparques	Consórcio Operador Parques.
Coper	Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra.
COR	Companhia Operadora de Rodovias.
CPC	Companhia de Participações em Concessões.
CS	CS Participações Ltda.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CVV	Consórcio Construtor Vila Velha.
Data de Emissão	01 de agosto de 2.009.
Data de Vencimento	A data de vencimento das Debêntures da 1ª Série será 01 de agosto de 2012. A data de vencimento das Debêntures da 2ª Série será 01 de agosto de 2014.
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão para distribuição pública da CCR.
DER	Departamento de Estradas de Rodagem.
Dia Útil	Com exceção de sábado, domingos e feriados, todos os dias em que os bancos comerciais estão abertos para negócios na Cidade de São Paulo.
Diretor de RI	Diretor de Relações com Investidores.
Distribuição Pública, Oferta ou Emissão	A distribuição pública de 500.000 Debêntures de emissão da CCR, no valor total de R\$500.000.000,00, na Data de Emissão, nos termos da Instrução CVM 400/03.
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar ou US\$	A moeda corrente nos Estados Unidos.
EBITDA	Nossas receitas líquidas (após dedução do custo dos serviços prestados e das despesas administrativas), apuradas em determinado período, acrescidas das despesas de depreciação, amortização e amortização dos valores referentes ao custo da outorga de nossas concessões.

Encalso	Encalso Construções Ltda.
Engellog	Engellog Centro de Engenharia Ltda.
Escritura de Emissão	Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Duas Séries, da CCR, celebrada entre a Companhia e o Agente Fiduciário, conforme aditada.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia alterado e consolidado em 01 de fevereiro de 2.006 e posteriormente alterado em 29 de novembro de 2.007 e 22 de dezembro de 2.008.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela FGV.
IFC	<i>International Finance Corporation.</i>
Instrução CVM 400/03	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2.003, conforme alterada.
Instrução CVM 471/08	Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2.008.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial — INPI.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela IBGE.
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.
ISS	Imposto sobre Serviços.
Libro	<i>London Interbank Offering Rate.</i>
J Malucelli	J Malucelli Construtora de Obras.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
KPMG	KPMG Auditores Independentes.
Lei de Sociedade por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, conforme alterada.
NovaDutra	Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA.
Odebrecht	Odebrecht S.A.
Odebrecht Infra-Estrutura	Odebrecht Serviços de Infra-Estrutura S.A.
PPP	Parceria Público Privada.
Parques	Parques Serviços Ltda.

PIS	Programa de Integração Social.
Ponte	Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A.
Porto de Cima	Porto de Cima Concessões S.A.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis estabelecidas pela Lei de Sociedade por Ações, pelas normas expedidas pela CVM e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras no Brasil.
Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Duas Séries de Emissão da CCR.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Este Prospecto Definitivo da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Duas Séries de Emissão da CCR.
Real ou R\$	A moeda corrente no Brasil.
Renovias	Renovias Concessionária S.A.
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.
RodoAnel	Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
RodoNorte	Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos.
SELIC	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre	Serviços de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamento para veículos.
SMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
Serveng	Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia.
SGMP	Sociedade de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente.
SND	Sistema Nacional de Debêntures.
SPConstruções	Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.
SP Obras	Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.
STP	Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.
Subsidiárias Operacionais	Parques, STP, Actua Serviços, Actua Assessoria e Engelog.
SVE	SVE Participações S.A.

SVMA	Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente de São Paulo.
Taxa DI	Taxa média diária de depósitos interfinanceiros <i>over extra-grupo</i> , base 252 dias, expressa na forma percentual ao ano, apurada e divulgada pela CETIP.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A.
Valor Nominal	Valor nominal unitário das Debêntures será R\$1.000,00.
Veículos Equivalentes	Unidade de medida de volume de tráfego pedagiado, calculada adicionando-se aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados). Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.
ViaLagos	Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.
ViaOeste	Concessionária de Rodovia do Oeste de São Paulo – Viaoeste S.A.
Viaoeste Participações	Viaoeste Participações S.A.
ViaQuatro	Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Emissora:	Companhia de Concessões Rodoviárias.
Valor Mobiliário:	Debêntures simples, da espécie com garantia flutuante, em duas séries.
Data de Emissão:	1º de agosto de 2009.
Agente Fiduciário:	SLW Corretora de Valores e Cambio Ltda.
Banco Mandatário e Escriturador:	Banco Bradesco S.A.
Coordenador Líder:	Banco UBS Pactual S.A.
Coordenador:	BB - Banco de Investimento S.A
Coordenador Contratado:	Banco Santander (Brasil) S.A.
Valor Total da Emissão:	R\$598.156.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), onde a oferta base corresponde a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescida de R\$ 70.000 (setenta mil), em virtude do exercício integral da opção de Debêntures Adicionais e 28.156 (vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis) Debêntures em virtude do exercício parcial das Debêntures de Lote Suplementar da 1ª Série
Número de Séries:	As Debêntures serão emitidas em duas séries.
Quantidade de Debêntures:	<p>Serão emitidas, no total, 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) Debêntures, onde a oferta base corresponde a 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, acrescida de 98.156 (noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) Debêntures, em virtude do exercício da opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar da 1ª Série.</p> <p>A Emissora concedeu aos Coordenadores uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (“<u>Debêntures do Lote Suplementar</u>”), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Processo de <i>Bookbuilding</i>, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Processo de <i>Bookbuilding</i> para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03 (“<u>Opção de Lote Suplementar</u>”). A Opção de Lote Suplementar foi exercida parcialmente para as Debêntures da 1ª Série representando um aumento de aproximadamente 8,04% com relação às Debêntures da 1ª Série originalmente ofertadas, e não foi exercida para as Debêntures da 2ª Série.</p> <p>A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (“<u>Debêntures Adicionais</u>”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400/03 (“<u>Opção de Debêntures Adicionais</u>”). A Opção de Debêntures Adicionais foi exercida integralmente para as Debêntures da 1ª Série e não foi exercida para as Debêntures da 2ª Série. Será mantido preço único de R\$1.000,00 (mil reais) para a subscrição das Debêntures Adicionais.</p>

Valor Nominal Unitário:	R\$1.000,00 (mil reais).
Espécie:	Com garantia flutuante.
Forma e Conversibilidade:	As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, simples, não-conversíveis em ações de emissão da Emissora.
Data de Vencimento:	<p>1ª Série: 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2012.</p> <p>2ª Série: 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2014, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração da 2ª Série em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura.</p>
Preço de Subscrição e Forma de Integralização:	O preço de subscrição das Debêntures será o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.
Distribuição e Negociação:	As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema BovespaFix (“BovespaFix”) (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Emissão e da negociação das Debêntures.
Remuneração:	<p>Remuneração das Debêntures da 1ª Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada a uma remuneração equivalente a 112% (cento e doze por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado. O Procedimento de <i>Bookbuilding</i> foi conduzido pelos Coordenadores e a Remuneração das Debêntures da 1ª Série foi ratificada pelo Conselho de Administração da Emissora.</p> <p>Para fins das Debêntures da 1ª Série, “Período de Capitalização” significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.</p> <p>As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração</p>

	<p>(“Remuneração da 2ª Série”) correspondente à taxa percentual equivalente a 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma <i>pro rata temporis</i> por dias úteis. A Remuneração da 2ª Série foi definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i>. O resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.</p> <p>Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração da 2ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série será devida anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 2.010 e os demais nos anos subsequentes, terminando em 2.014, sempre no dia 1º de agosto de cada um desses anos.</p>
Destinação dos Recursos:	<p>O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será utilizado para (i) o pagamento, do principal e juros, no valor aproximado de R\$341,0 milhões, referente às obrigações financeiras decorrentes da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia; e (ii) o saldo disponível após o pagamento dos valores mencionados no item (i), será utilizado para reforçar o caixa da Companhia, conforme descrito neste Prospecto Definitivo. Maiores informações a esse respeito podem ser obtidas na seção “<i>Destinação dos Recursos</i>” na página 54 deste Prospecto Definitivo.</p>
Repactuação:	<p>As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.</p>
Pagamento da Remuneração:	<p>O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2.010 e o último pagamento em 1º de agosto de 2.012, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme descrito abaixo:</p> <p>1ª parcela: 1º de fevereiro de 2.010; 2ª parcela: 1º de agosto de 2.010; 3ª parcela: 1º de fevereiro de 2.011; 4ª parcela: 1º de agosto de 2.011; 5ª parcela: 1º de fevereiro de 2.012; e 6ª parcela: 1º de agosto de 2.012.</p> <p>O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, conforme descrito abaixo:</p> <p>1ª parcela: 1º de agosto de 2.010; 2ª parcela: 1º de agosto de 2.011; 3ª parcela: 1º de agosto de 2.012; 4ª parcela: 1º de agosto de 2.013; e 5ª parcela: 1º de agosto de 2.014.</p>

Pagamento do Principal:	<p>O pagamento do principal relativo às Debêntures da 1ª Série será realizado na sua Data de Vencimento, ou seja, em 1º de agosto de 2.012.</p> <p>O pagamento do principal relativo às Debêntures da 2ª Série será realizado em três parcelas iguais, sendo a primeira no 36º (trigésimo sexto) mês, a segunda no 48º (quadragésimo oitavo) mês e a terceira no 60º (sexagésimo) mês, contados da Data de Emissão, conforme descrito abaixo:</p> <p>1ª parcela em 1º de agosto de 2.012, correspondente a 33,34% do Valor Nominal Unitário;</p> <p>2ª parcela em 1º de agosto de 2.013, correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário; e</p> <p>3ª parcela em 1º de agosto de 2.014, correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário.</p>
Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série:	<p>As Debêntures da 1ª série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, no todo ou em parte, este último mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, a qualquer momento, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme estabelecido no item “Pagamento de Remuneração” acima, até a data do efetivo resgate (“<u>Resgate Antecipado</u>”). As Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas. Vide a seção “<i>Fatores de Risco – As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento a seu exclusivo critério.</i>” na página 71 deste Prospecto.</p> <p>O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) A Emissora realizará a notificação com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 da Escritura (“<u>Edital de Oferta de Resgate Antecipado</u>”); (ii) O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado; e (iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. <p>Caso o Resgate Antecipado se dê, no todo ou em parte, até o 540º (quingentésimo quadragésimo) dia contado da Data de Emissão, as Debêntures de Emissão da 1ª Série serão resgatadas antecipadamente, mediante o pagamento do seu valor nominal atualizado, acrescido de:</p>

(i) Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme estabelecido no item “Pagamento de Remuneração” acima, até a data do efetivo resgate e (ii) um prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o saldo devedor atualizado, conforme fórmula abaixo e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate.

$$\frac{P \times (DU)}{252}$$

$P = 0,50\%$ (cinquenta centésimos por cento); e

$DU =$ número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série:

As Debêntures da 2ª série poderão ser resgatadas antecipadamente a qualquer momento a partir da Data de Emissão, em sua totalidade ou parcialmente, este último mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário com base em um preço de Resgate Antecipado equivalente ao maior dos critérios mencionados abaixo e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado. As Debêntures da 2ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas. Vide a seção “Fatores de Risco – As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento a seu exclusivo critério.” na página 71 deste Prospecto.

O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a notificação com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 da Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”);
- (ii) O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado; e
- (iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Critérios para definição do preço de Resgate Antecipado: Será escolhido o maior dos critérios entre (i) o Valor Nominal Unitário atualizado aplicável, acrescido de remuneração aplicável calculada

	<p><i>pro rata temporis</i>, para a data do Resgate Antecipado respectivo; ou</p> <p>(ii) o valor obtido mediante a aplicação da fórmula abaixo:</p> $P.A_u = \left\{ \frac{\left(1 + \frac{t}{100}\right)^{P/252}}{\left(1 + \frac{C}{100}\right)} \right\} \times P.U$ <p>onde:</p> <p>P.A_u o preço de Resgate Antecipado unitário</p> <p>C a média das taxas de remuneração do cupom do IPCA referenciado no swap CDIXIPCA, com vencimento equivalente ao <i>duration</i> do fluxo remanescente das Debêntures, a ser apurada pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia junto a, pelo menos, 3 (três) das seguintes instituições: Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Banco UBS Pactual S.A. e Banco Citibank S.A.</p> <p>P o prazo remanescente, em Dias Úteis, entre a data do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.</p> <p>P.U. Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª série, acrescido da remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i>, desde a data de emissão até a data do Resgate Antecipado.</p> <p>t 7,50%.</p>
<p>Aquisição Facultativa:</p>	<p>A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 1ª Série ou da 2ª Série, conforme o caso, calculado <i>pro rata temporis</i>, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento da 1ª Série ou da 2ª Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei de Sociedades por Ações</p> <p>As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento da Escritura.</p> <p>As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.</p>
<p>Quorum de Instalação e Deliberação em Assembléias Gerais de Debenturistas:</p>	<p>Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não.</p> <p>A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.</p> <p>As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às</p>

	<p>Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, alteração nas condições de resgate antecipado de qualquer modificação no item de vencimento antecipado, repactuação das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.</p> <p>Toda e qualquer alteração nos itens ou condições previstas na Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.</p> <p>Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos na Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.</p> <p>A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.</p>
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio do Banco Mandatário para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&FBOVESPA.
Público Alvo:	Pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados assim considerados pelas regras vigentes no país.
Inadequação do Investimento:	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (b) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado.
Regime de Colocação:	<p>As Debêntures da 1ª Série serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme. A garantia firme de colocação para as Debêntures da 1ª Série é outorgada (i) pelo Coordenador Lider e pelo Coordenador a Emissora, e (ii) pelo Coordenador Contratado ao Coordenador Lider e Coordenador, sendo que o montante máximo total da referida garantia somente foi auferido após o encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> <p>As Debêntures da 2ª Série serão objeto de distribuição pública sob o regime de melhores esforços. Conforme disposto no §3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da 2ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª Série ou cancelado o saldo não colocado. Nota-se que como não haverá garantia firme para as Debêntures da 2ª Série, existe a possibilidade de não haver a emissão de Debêntures para a 2ª Série. Vide “<i>Fatores de Risco – O regime de colocação das Debêntures da Segunda Série – melhores esforços – não garante a colocação das Debêntures da Segunda Série</i>” na página 71 deste Prospecto.</p>

	As Debêntures do Lote Suplementar e da Quantidade Adicional serão colocadas em regime de melhores esforços
Vencimento Antecipado:	<p>As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à cada Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo, incluindo mas não se limitando a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido; (b) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi indevidamente efetuado, (ii) for cancelado ou sustado, ou ainda (iii) forem prestadas garantias em juízo; (c) Não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 60.000.000,00, conforme corrigido monetariamente desde a emissão das debêntures pelo IGP-M, ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral; (d) Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais Acionistas Controladores, do Poder de Controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia específica. Para fins deste item, "Acionistas Controladores" e "Poder de Controle" seguirão as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (e) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada a esta Emissão, desde que não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis contados do vencimento original; (f) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante relacionada a esta Emissão assumida na Escritura, no instrumento particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição pública das Debêntures, salvo se no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data do recebimento

pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário tal descumprimento for sanado pela Emissora;

- (g) Redução de capital da Emissora, que represente mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora após a data de assinatura da Escritura) sem que haja anuência prévia dos debenturistas, representado pelo Agente Fiduciário, manifestada em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos da Escritura a ser celebrada e conforme disposto no artigo 174 da Lei de Sociedades por Ações;
- (h) Não manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
 - (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 3.

Onde:

Dívida Líquida significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, as debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de (i) disponibilidades e (ii) saldo da Conta Reserva registrada no realizável a longo prazo.

Disponibilidades significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Emissora: Caixa e Bancos; Aplicações Financeiras; e Conta Reserva; e

EBITDA significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (i) despesas de depreciação, amortização e (ii) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora.

(ii) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas despesas financeiras não deverá ser inferior a 2.

Onde:

Despesas Financeiras significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

- (i) Liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (j) Comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de

qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante dos Prospectos que afete de forma relevante e negativamente adversa as debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;

- (k) Extinção ou qualquer outra forma de limitação de parcela relevante, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da Emissora seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (l) Alienação de um ou mais ativos da Emissora que representem em conjunto ou individualmente a 33% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada;
- (m) Alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração ou modificação seja referente à ampliação da atuação, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e/ou no exterior e/ou seja requerido por lei, norma ou entidade governamental;
- (n) Pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (o) Não-cumprimento de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou contra qualquer subsidiária ou controlada da Emissora, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença tiver sua eficácia suspensa durante este prazo de cura de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, com expediente forense, contado do trânsito em julgado e enquanto assim permanecer; ou
- (p) Recompra de ações, desde que a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c) (e) e (i) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembleia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se

	<p>aplicável.</p> <p>Na Assembleia mencionada acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto no item 5 da seção “<i>Informações Relativas à Oferta</i>” na página 46 deste Prospecto Definitivo, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures</p> <p>Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia dos titulares das Debêntures mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.</p> <p>Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 3.14 da Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.11 da Escritura.</p>
Classificação de risco:	<p>A Emissora contratou a Standard & Poor’s para a elaboração de relatório de classificação de risco para esta Emissão. O relatório de classificação do risco encontra-se no Anexo XII, na página 969 deste Prospecto.</p>

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir informações relevantes sobre a Companhia. Este sumário não contém todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de decidir investir nas Debêntures. Para uma melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, o potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, incluindo as informações mais detalhadas contidas nas demais seções deste Prospecto, especialmente aquelas contidas nas seções “Situação Financeira da Companhia - Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas”, na página 72, “Fatores de Risco”, nas páginas 62 a 71 e “Discussão e Análise da Administração Sobre as Demonstrações Financeiras”, nas páginas 79 a 119 deste Prospecto, respectivamente, bem como nas demonstrações financeiras da Companhia, suas respectivas notas explicativas e parecer dos auditores independentes, também incluídos neste Prospecto.

Introdução

Nossas concessionárias de rodovias, dentre elas a AutoBAn, a ViaOeste, a NovaDutra, a Ponte, a RodoNorte, a ViaLagos, a RodoAnel e a Renovias, administram em conjunto 1.566,6 quilômetros de rodovias, o que representa cerca de 13% do total da malha concedida a iniciativa privada no País, de acordo com dados da ABCR divulgados em 2.007. Segundo a Bloomberg, uma das mais representativas instituições de análise financeira, a boa atuação das concessionárias do grupo levaram a CCR a conquistar lugar de destaque entre as maiores empresas de concessões de rodovias do mundo, representando 41% em termos de volume de receitas de pedágio no País. Além da atuação em rodovias, detemos ainda o controle da ViaQuatro, que se encontra em fase pré-operacional, e será a responsável pela exploração dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

Temos como atividade principal a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias, tanto no Brasil como no exterior, direta ou indiretamente, ou ainda, por meio de consórcios. Dentre estas atividades, além de nossas concessões de rodovias, buscamos diversificar nosso portfólio de investimentos, tendo como marco inicial a PPP na concessão da Linha 4 do Metrô de São Paulo. Além desta concessão, que será operada pela ViaQuatro, continuamos em busca de oportunidades em infra-estrutura, seja em concessões ou outros negócios relacionados.

O objeto social da Companhia compreende, ainda, a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas, desde que relacionados com nossos principais negócios; o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive a importação e exportação; e a participação no capital de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

Detemos 100,0% do capital social da AutoBAn, NovaDutra, ViaOeste, Ponte e ViaLagos. No tocante à: (i) RodoNorte, detemos aproximadamente 85,9% das ações representativas de seu capital social; (ii) ViaQuatro, detemos 58,0% das ações representativas de seu capital social; (iii) RodoAnel, detemos 95,0% das ações representativas de capital social; e (iv) Renovias, detemos 40,0% das ações representativas de capital social, por meio de nossa controlada CPC.

O quadro abaixo contém informações operacionais e relevantes dos contratos de concessão em 31 de março de 2.009, que permanecerão em vigor por prazos que variam de seis a 30 anos, contados da data deste Prospecto:

Contratos de Concessão	Data de Término do Contrato de Concessão	Extensão (km ²)	Veículos Equivalentes		% da Receita Bruta (*)	
			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.008	Período de três meses findos em 31 de março de 2.009	Exercício social encerrado 31 de dezembro de 2.008	Período de três meses findos em 31 de março de 2.009
NovaDutra (rodovia BR-116 entre São Paulo e Rio de Janeiro)	28 de fevereiro de 2.021	402,20	131.910.860	30.459.327	25,89%	24,26%
AutoBAn (Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com três rodovias ligando São Paulo, Campinas e Limeira)	31 de dezembro de 2.026	316,80	209.523.802	47.598.837	37,22%	33,87%
RodoNorte (quatro rodovias ligando Curitiba e Apucarana, Ponta Grossa e Jaguariáva) ⁽¹⁾	21 de novembro de 2.021	487,50	57.256.462	14.169.014	10,70%	11,06%
Ponte (ponte entre Rio de Janeiro e Niterói)	31 de maio de 2.015	23,30	28.100.551	6.837.977	3,59%	3,49%
ViaLagos (três rodovias na Região dos Lagos e Rio de Janeiro)	12 de janeiro de 2.022	60,00	5.514.470	1.834.515	1,86%	2,51%
ViaOeste (Sistema Castello Branco-Raposo Tavares no Estado de São Paulo)	31 de dezembro de 2.022	162,00	62.234.994	14.872.279	16,59%	15,99%
ViaQuatro (Linha 4 do metrô de São Paulo)	29 de novembro de 2.038	12,80	--	--	--	--
RodoAnel Mário Covas (Trecho Oeste)	31 de maio de 2.038	32,00	3.221.697 ⁽²⁾	21.821.430	0,13%	3,38%
Renovias (rodovia ligando Campinas ao sul de Minas Gerais)	31 de maio de 2.022	345,60	10.242.150 ⁽³⁾	5.906.241	1,82%	2,64%
(*) Receitas não relacionadas aos Contratos de Concessão, mas relativas a outras prestações de serviços					2,20%	2,80%

(1) Podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2.041 para garantir 30 anos de exploração econômica.

(2) Os Veículos Equivalentes apresentados referem-se a 15 dias de arrecadação.

(3) Os Veículos Equivalentes apresentados referem-se à participação da CCR (40%), apurados nos meses de junho a dezembro de 2.008.

Em 09 de fevereiro de 2.009, por meio de nossa controlada CPC, e com a Brisa, firmamos um contrato de compra e venda de ações sob condições suspensivas, irrevogável e irretratável, com a CS, seus acionistas e sua respectiva controlada, a BRI, para aquisição, pela CPC, de ações representativas de 45% do capital social da Controlar. O contrato de compra e venda prevê o cumprimento de diversas condições precedentes pelos vendedores para a conclusão financeira da aquisição, dentre elas a obtenção da prévia autorização do poder concedente. A referida autorização do poder concedente foi concedida conforme publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, datado de 30 de maio de 2.009, condicionada à (i) confirmação da garantia prestada ao poder concedente; (ii) apresentação de novo estatuto social da Controlar, devidamente regularizado mediante o registro na JUCESP, refletindo a alteração societária e, por fim; (iii) a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, espelhando as alterações realizadas e ratificando os demais termos do referido Contrato de Concessão. A Controlar e seus acionistas estão adotando as medidas necessárias para atender às exigências do poder concedente, bem como outras necessárias para o cumprimento das demais obrigações previstas no contrato de compra e venda.

Caso as condições suspensivas sejam atendidas e a aquisição concluída, o capital social da Controlar será detido nas seguintes proporções: (i) BRI: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); (ii) CPC: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); e (iii) Brisa: 10% do capital social (100% das ações preferenciais). O investimento da CPC será de R\$121.014.000,00 (data-base de dezembro/2.007).

A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2.018, a concessão para implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Termo de Concessão de Serviços nº 34/SVMA/95, de 04 de janeiro de 1.996, celebrado entre a Controlar e o Município de São Paulo. O Programa de Controle de Emissão Veicular no Município de São Paulo é aplicável aos veículos registrados na cidade de São Paulo, e teve início em 2.008 para veículos movidos a diesel. A partir de fevereiro de 2.009 tornou-se obrigatório também para todas as motocicletas, motonetas e assemelhados e veículos do ciclo Otto (movidos à gasolina, álcool, GNV ou flex),

fabricados a partir de 2.003. A partir de 02 de janeiro de 2.010, a obrigatoriedade quanto à inspeção de emissões se estenderá a todos os veículos registrados na Cidade de São Paulo, independentemente do ciclo e do ano de fabricação.

Nossa Estratégia

Dentre nossos objetivos, buscamos viabilizar soluções de investimentos e serviços em infra-estrutura, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico e para a melhoria da qualidade de vida dos usuários das concessões administradas pela CCR, expandindo e aperfeiçoando nossas operações de forma a maximizar economias de escala.

Para alcançar tais objetivos, nossas estratégias são as seguintes:

Aumentar e diversificar a rede de concessões que operamos. Pretendemos aumentar e diversificar as concessões que operamos, aproveitando as possibilidades de outorga de concessões federais, estaduais e municipais para a administração de rodovias existentes, e participação em projetos em desenvolvimento no Brasil na área de transporte e infra-estrutura de transporte (mobilidade em geral) no âmbito dos programas de Concessões ou PPPs, além de novas oportunidades em outros negócios correlatos à nossa atividade principal. Outro meio para nossa expansão é a aquisição de participação em outras concessionárias existentes. Nós acreditamos que a expansão e a diversificação de nossas atividades ocorrerão inicialmente no Brasil, mas também estamos atentos e dispostos a participar em projetos no exterior.

Consolidar e maximizar os benefícios de se combinar a gestão do nosso portfólio. Continuamos com nossa estratégia de consolidar e maximizar as economias de escala e as eficiências operacionais decorrentes da unificação do controle comum estratégico de nossas concessões.

- *Maximizar economias de escala.* Centralizamos determinadas funções financeiras, contábeis, administrativas, jurídicas e gerenciais de nossas concessões e pretendemos expandir e aperfeiçoar essa centralização. Além disso, nós temos administrado ativamente nossos compromissos financeiros de maneira centralizada.
- *Maximizar eficiências operacionais em cada concessão.* Introduzimos um sistema de melhores práticas nas concessões que administramos com relação aos serviços de construção, manutenção, segurança, emergência e gerenciamento do tráfego nas rodovias que operamos. Nós também continuamos aprimorando o posicionamento das praças de pedágio para reduzir a utilização de rotas alternativas e incrementando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio.

Explorar e desenvolver oportunidades em negócios relacionados. Pretendemos expandir as nossas operações para outras atividades correlatas à nossa atividade principal. O investimento na Controlar é parte desta estratégia. Para mais informações sobre nosso investimento na Controlar ver seção “*Sumário da Companhia - Introdução*” na página 28 deste Prospecto. Com esse intuito estamos atentos inclusive às oportunidades na área de mobilidade em geral.

Acreditamos que a nossa experiência no setor de concessão de rodovias no Brasil, aliada à experiência de nossos Acionistas Controladores nas áreas de construção civil e operação de concessões de serviços públicos, e a relação de colaboração com tais Acionistas Controladores, nos dá uma vantagem competitiva que nos permite implementar com sucesso a nossa estratégia.

Estrutura Organizacional

O gráfico abaixo apresenta a estrutura organizacional da Companhia, bem como um resumo a respeito das Concessionárias e consórcios nos quais detemos participação direta ou indireta em 31 de março de 2.009.



Controladas

Porcentagem de participação

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00
RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00
CCR – USA, LLC	100,00

(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.

Controladas em conjunto

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25

Participações indiretas na (a) Renovias, por meio de sua controlada CPC; (b) no CVV, por meio de sua controlada Engellog e (c) no COPARQUES, por meio da sua controlada PARQUES, detentora de 2% de participação. Referida participação, somada à participação direta da CCR, soma o total de 86,20% de participação da CCR no COPARQUES.

Resultados Operacionais

A cobrança de pedágios nas rodovias em que operamos representa quase a totalidade da nossa receita operacional bruta. Durante o ano de 2.008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, 96,0% e 95,4%, respectivamente, da nossa receita operacional bruta decorreu da cobrança de tarifa de pedágio. Nós operamos nossos pedágios tanto de forma manual como por meio de identificação automática, utilizando o sistema eletrônico de pagamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre em todas as nossas concessões rodoviárias. Os principais fatores que influenciam nossa receita operacional bruta são: (i) o número de veículos que contribuem para os pedágios instalados nas rodovias que administramos; e (ii) o valor das tarifas dos pedágios reajustadas pela inflação, de acordo com as fórmulas abaixo descritas e estabelecidas nos respectivos contratos de concessão:

- IGP-M (AutoBAn, ViaOeste e Renovias);
- IPCA (RodoAnel);
- Combinação entre os dois índices referidos acima (RodoNorte); e

- Combinação de diversos índices que medem a variação do preço de determinados insumos e produtos da indústria de construção (NovaDutra, Ponte e ViaLagos).

O tráfego de Veículos Equivalentes nas rodovias em que operamos foi de 163,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2.009; 598,3 milhões no ano de 2.008 (140,3 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.008); 551,9 milhões no ano de 2.007 (130,6 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.007); 519,7 milhões no ano de 2.006 (125,6 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.006); 492,9 milhões no ano de 2.005 (106,8 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.005); 397,1 milhões no ano de 2.004 (93,9 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.004); e 368,4 milhões no ano de 2.003 (87,5 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.003), representando um crescimento anual médio de 10,2% entre os anos de 2.003 e 2.008.

Nossa receita operacional bruta tem aumentado ao longo dos anos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2.003, 2.004, 2.005, 2.006, 2.007 e 2.008, nossa receita operacional bruta representava os seguintes valores, respectivamente, de R\$1.229,4 milhões, R\$1.568,2 milhões, R\$2.103,6 milhões, R\$2.317,9 milhões, R\$2.538,2 milhões, e R\$2.951,6 milhões, representando um crescimento anual médio de 19,1% entre os anos de 2.003 e 2.008. No período de três meses findo em 31 de março de 2.009 nossa receita operacional bruta foi de R\$774,4 milhões.

Com relação à nossa rentabilidade, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.003, 2.004, 2.005, 2.006, 2.007 e 2.008, apresentamos EBITDA de R\$571,1 milhões, R\$759,3 milhões, R\$1.102,3 milhões, R\$1.206,3 milhões, R\$1.454,3 milhões e R\$1.731,8, representando um crescimento anual médio de 24,8% entre os anos de 2.003 a 2.008, período em que nossa margem EBITDA elevou-se em 12,1%, de 46,5% para 58,6%. No período de três meses findo em 31 de março de 2.009, nosso EBITDA representou R\$454,8 milhões, representando uma margem de 58,7% de crescimento no período.

Fontes e Usos de Recursos

A maior parte dos investimentos realizados pelas Concessionárias ocorre nos cinco primeiros anos de administração das concessões, representados pela realização de grande parte das benfeitorias nas respectivas rodovias por elas operadas, sem embargo da continuidade dos cronogramas de investimentos e de eventuais acréscimos, determinados pelos respectivos Poderes Concedentes

Por esta razão, no início de nossas concessões, é comum obtermos financiamentos para realizar tais investimentos. As concessões são financiadas por meio de empréstimos de bancos de desenvolvimento e agências multilaterais, como o BNDES e BID, por exemplo. Sempre que possível buscamos diversificar nossas fontes de financiamento, inclusive pelo acesso ao mercado de capitais brasileiro, com o nosso ingresso no Novo Mercado da BM&FBOVESPA em 2.002, como a companhia estreante no mais alto padrão de transparência e governança corporativa do mercado de capitais brasileiro. Todas as nossas concessões apresentam histórico de operação de mais de cinco anos, com exceção ao RodoAnel (junho de 2.008) e a ViaQuatro (fase pré-operacional), sendo que a maior parte dos investimentos em tais concessões já foram realizados.

Os valores financiados são destinados à realização de melhorias nas rodovias que administramos. Os investimentos nessas rodovias foram de R\$159,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, R\$797,6 milhões em 2.008, R\$511,9 milhões em 2.007, R\$460,09 milhões em 2.006, R\$353,07 milhões em 2.005, R\$189,68 milhões em 2.004 e R\$221,12 milhões em 2.003.

Características dos Contratos de Concessão

Os termos e condições das concessões estão estabelecidos nos contratos de concessão, incluindo-se o reajuste das tarifas, prazo e extinção da concessão, e outros direitos e obrigações. No fim da concessão, os bens da concessão que constituem grande parte dos ativos utilizados em nossas operações são revertidos ao respectivo poder concedente, que terá a obrigação de nos indenizar pelos investimentos que não tiverem sido até então integralmente amortizados ou depreciados.

De acordo com os nossos contratos de concessão, dentre outras obrigações: (i) fornecemos garantias de cumprimento das obrigações; (ii) mantemos apólices de seguro com determinadas características; (iii) obtemos financiamentos suficientes para execução dos serviços determinados nos contratos de concessão; e (iv) mantemos informações atualizadas com relação aos ativos utilizados pelas Concessionárias e fornecemos ao poder concedente todas as informações relativas à execução e administração dos serviços estabelecidos nos contratos de concessão, sendo que os termos segundo os quais recebemos as outorgas de nossas concessões variam de contrato para contrato. Em alguns casos, como a AutoBAAn, ViaOeste, Renovias e ViaLagos, devemos também pagar uma contrapartida pela outorga da concessão, uma vez que a concessão foi outorgada àquele que

ofereceu o maior valor ao poder concedente no ato do início da concessão. Por outro lado, as concessões da NovaDutra, Ponte e RodoAnel foram outorgadas à parte que ofereceu a cobrança da menor tarifa de pedágio, sendo que, no caso do RodoAnel foi mantida a outorga fixa ao poder concedente, e, no caso da RodoNorte, a concessão coube àquele que ofereceu manter e conservar o maior trecho de rodovias adicionais.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

1. Autorizações Societárias

A Emissão foi deliberada em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em (i) 23 de junho de 2009, cuja ata foi registrada na JUCESP, sob o n.º 220.371/09-0, em 23 de junho de 2009, e publicada no jornal “Valor Econômico” e no DOESP, em 1º de julho de 2009; e (ii) em 23 de julho de 2009 para ratificar a remuneração final das Debêntures, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no jornal “Valor Econômico” e no DOESP, em 24 de julho de 2009.

2. Composição do Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, nosso capital social era composto por 403.101.800 (quatrocentos e três milhões, cento e uma mil e oitocentas) ações ordinárias.

A distribuição do capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é apresentada a seguir:

Acionista ^{(1)(2)(*)}	Ações Ordinárias	(%) do Total
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90
Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng.	66.495.479	16,50
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70
Conselho de Administração	1.229.092	0,31
Diretoria	55.000	0,01
Outros	115.134.312	28,56
Total:	403.101.800	100,00

(1) Os acionistas Andrade Gutierrez Concessões S.A., Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. e Serveng-Civilsan S.A., são signatários do Acordo de Acionistas da Companhia.

(2) Os acionistas: (i) Andrade Gutierrez Concessões S.A., AGC Participações Ltda., Construtora Andrade Gutierrez S.A. e Andrade Gutierrez Participações S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; (ii) Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. e Camargo Corrêa S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; e (iii) Serveng-Civilsan S.A., Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. e Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda., pertencem ao mesmo grupo econômico.

* Para mais detalhes sobre os acionistas acima, vide Seção “Composição do Capital Social” na página 179 deste Prospecto.

A Serveng está em processo de reorganização societária dentro de seu grupo econômico, que será concluída em 2009. A referida reorganização societária, consiste na cisão parcial da Serveng com a respectiva versão, dentre outros ativos, de 51.395.479 ações ordinárias, nominativas e escriturais, representativas do capital social da CCR e vinculadas ao Acordo de Acionistas para a Soares Penido Concessões S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Serveng, detida 100% pela Soares Penido Investimentos Ltda., que por sua vez detém 31,52% da Serveng. O Acordo de Acionistas será devidamente aditado para refletir a inclusão da Soares Penido Concessões S.A. e a saída da Serveng. Desta forma, a Soares Penido Concessões S.A. passará a deter 12,75% do capital da CCR, cujas ações da CCR estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas e a Serveng passará a deter 3,75% do capital social da CCR, cujas ações da CCR não estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas.

A partir do momento em que a reorganização societária for concluída a distribuição do capital social da Companhia, será a seguinte:

Acionista ⁽¹⁾⁽²⁾	Ações Ordinárias	(%) do Total
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90
Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng.	15.100.000	3,75
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70
Soares Penido Concessões S.A.	51.395.479	12,75%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31
Diretoria	55.000	0,01
Outros	115.134.312	28,56
Total:	403.101.800	100,00

- (1) Os acionistas Andrade Gutierrez Concessões S.A., Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. e Soares Penido Concessões S.A., serão os signatários do Acordo de Acionistas da Companhia.
- (2) Os acionistas: (i) Andrade Gutierrez Concessões S.A., AGC Participações Ltda., Construtora Andrade Gutierrez S.A. e Andrade Gutierrez Participações S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; (ii) Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. e Camargo Corrêa S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; e (iii) Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. e Soares Penido Concessões S.A., pertencem ao mesmo grupo econômico.

3. Características das Debêntures

3.1. Características Comuns às Duas Séries de Debêntures

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1.1. Valor Total: O valor total da Emissão é de R\$ 598.156.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), na Data de Emissão, onde a oferta base corresponde a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescida de R\$ 98.156.000,00 (noventa e oito milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), em virtude do exercício integral da opção de Debêntures Adicionais e parcial da opção de Lote Suplementar da 1ª Série

3.1.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries: A Emissão será realizada em duas séries (“Debêntures da 1ª Série” e “Debêntures da 2ª Série”), sendo que a emissão de Debêntures da 2ª Série foi decidida, a exclusivo critério da Emissora, em decorrência do resultado apurado em Procedimento de *Bookbuilding*. Adicionalmente, o número de Debêntures a ser alocado na 1ª Série e na 2ª Série foi definido a exclusivo critério da Emissora, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar (conforme abaixo definido) e Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido). Serão emitidas 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) Debêntures, já considerando as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, conforme estabelecido abaixo.

A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (“Debêntures Adicionais”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 (“Opção de Debêntures Adicionais”). A Opção de Debêntures Adicionais foi exercida integralmente para as Debêntures da 1ª Série, e não foi exercida para as Debêntures da 2ª Série. Será mantido preço único de R\$1.000,00 (mil reais) para a subscrição das Debêntures Adicionais.

A Emissora concedeu aos Coordenadores uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (“Debêntures do Lote Suplementar”), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03 (“Opção de Lote Suplementar”). A Opção de Lote Suplementar foi exercida parcialmente para as Debêntures da 1ª Série representando um aumento de aproximadamente 8,04% com relação às Debêntures da 1ª Série originalmente ofertadas, e não foi exercida para as Debêntures da 2ª Série

3.1.4. Forma: As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.1.5. Conversibilidade: As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

3.1.7. Limite de Emissão: A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei de Sociedades por Ações, conforme tabela abaixo:

Posição em 31 de março de 2009*	R\$ (milhões)
5ª Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante (A)	500
Total de Emissões com Garantia Flutuante (B) (o qual não inclui a 5ª Emissão)	517
Ativo Total (C)	6.678
70% do Ativo Total (D)	4.675
Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (E)	1.631
70% do Ativo Total - Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (F=D-E)	3.044
Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante (F-B)	2.527

**Em 31 de maio de 2009 o Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante era de 2.599 milhões, por conta de atualizações monetárias das dívidas com Garantia Real e Flutuante, bem como pela movimentação operacional das contas do Ativo.*

3.1.8. Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de agosto de 2009.

3.1.9. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&FBOVESPA.

3.1.10. Imunidade dos Debenturistas: Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.1.11. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.1.12. Encargos Moratórios: Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento das Debêntures desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.1.13. Mora do Debenturista: O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.1.14. Publicidade: Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, e no DOESP.

3.1.15. Repactuação: As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.1.16. Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 1ª Série ou do Rendimento da 2ª Série, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento I ou II, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei de Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento à Escritura. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

3.2. Características das Debêntures da 1ª Série

3.2.1. Quantidade - O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série ("Debêntures da 1ª Série") foi definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento da Escritura. Serão alocadas 448.156 (quatrocentas e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e seis) Debêntures na 1ª Série já considerando as 70.000 (setenta mil) Debêntures Adicionais e as 28.156 (vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis) Debêntures do Lote Suplementar. A garantia firme de colocação para as Debêntures da 1ª Série é outorgada outorgada (i) pelo Coordenador Líder e pelo Coordenador à Emissora, e (ii) pelo Coordenador Contratado ao Coordenador Líder e Coordenador, sendo que o montante máximo total da referida garantida somente foi auferido após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.2.2. Prazo e Data de Vencimento - O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2012 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série").

3.2.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal - O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será devido na Data de Vencimento.

3.2.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série ("Rendimento da 1ª Série")

3.2.4.1. Atualização da 1ª Série - O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

3.2.4.2. Remuneração da 1ª Série - A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*:

3.2.4.3. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 1ª Série") correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada a uma remuneração equivalente a 112 % (cento e doze por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na fórmula do item 3.2.4.5 abaixo.

3.2.4.3.1. A Remuneração da 1ª Série mencionada no item 3.2.4.3 acima foi apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a Escritura de Emissão.

3.2.4.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

3.2.4.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas *DI* com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa *DI*, variando de 1 (um) até *n*.

n - Número total de Taxas *DI*, sendo “*n*” um número inteiro.

p – 112.

TDI_k - Taxa *DI* de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa *DI* divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator *DI*” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

“Período de Capitalização”: significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.2.4.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa *DI* quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa *DI* divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa *DI* respectiva.

3.2.4.6.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa *DI* por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência de Taxa *DI*”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa *DI*, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei de Sociedades por Ações e na Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a

regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva da 1ª Série”). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura da Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

3.2.4.6.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

3.2.4.6.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 1ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) A Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou
- (b) A Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série) precisam ser necessariamente aprovados em Assembleia Geral dos Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados no item 6 abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

3.2.4.6.4. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série foi definida em Procedimento de *Bookbuilding*. A garantia firme de colocação para as Debêntures da 1ª Série, nos termos do Contrato de Distribuição celebrado entre a Emissora, o Coordenador Líder e o Coordenador da Emissão será outorgada pelo Coordenador Líder e pelo Coordenador à Emissora, e pelo Coordenador Contratado ao Coordenador Líder e ao Coordenador, nos termos do Termo de Adesão celebrado entre os Coordenadores, sendo que o montante máximo total da referida garantia somente foi auferido após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.2.4.6.5. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

3.2.4.7. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2010 e o último pagamento em 1º de agosto de 2012, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme tabela abaixo:

Pagamento da Remuneração da 1ª Série

1º de fevereiro de 2010
1º de agosto de 2010
1º de fevereiro de 2011
1º de agosto de 2011
1º de fevereiro de 2012
1º de agosto de 2012

3.2.5. Integralização - A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

3.2.6. As Debêntures da 1ª série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, no todo ou em parte, este último mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, a qualquer momento, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme estabelecido no item 3.2.4.7 acima, até a data do efetivo resgate (“Resgate Antecipado”). As Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas. Vide a seção “*Fatores de Risco - As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento a seu exclusivo critério.*” na página 71 deste Prospecto.

O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a notificação com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 da Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”)
- (ii) O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado.
- (iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Caso o Resgate Antecipado se dê, no todo ou em parte, até o 540º (quingentésimo quadragésimo) dia contado da Data de Emissão, as Debêntures de Emissão da 1ª Série serão resgatadas antecipadamente, mediante o pagamento do seu valor nominal atualizado, acrescido de: (i) Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme estabelecido no item 3.2.4.7 acima, até a data do efetivo resgate e (ii) um prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o saldo devedor atualizado, conforme fórmula abaixo e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate.

$$\frac{P \times (DU)}{252}$$

$P = 0,50\%$ (cinquenta centésimos por cento); e

$DU =$ número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

3.3. Características das Debêntures da 2ª Série

4.3.1 Quantidade - O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série (“Debêntures da 2ª Série”) foi definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de Bookbuilding e constará de um aditamento da Escritura. Serão alocadas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures na 2ª Série. Conforme disposto no §3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da 2ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª Série ou cancelado o saldo não colocado. Nota-se que como não haverá garantia firme para as Debêntures da 2ª Série, existe a possibilidade de não haver a emissão de Debêntures para a 2ª Série. Vide a seção “*Fatores de Risco – O regime de colocação das Debêntures da Segunda Série – melhores esforços – não garante a colocação das Debêntures da Segunda Série*” na página 71 deste Prospecto.

3.3.2 Prazo e Data de Vencimento - O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2014, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração da 2ª Série (conforme definido abaixo) em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura.

3.3.3 Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal - O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização da 2ª Série”):

<u>Data da Amortização</u>	<u>Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado</u>
1º de agosto de 2.012	33,34%
1º de agosto de 2013	33,33%
1º de agosto de 2014	33,33%

3.3.4. Rendimento da 2ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 2ª Série (conforme definida no item 3.3.4.1. abaixo) e pela Remuneração da 2ª Série (conforme definido no item 3.4.4. abaixo) (“Rendimento da 2ª Série”):

3.3.4.1. Atualização da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (“Atualização da 2ª Série”) a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série”), sendo o produto da Atualização da 2ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa* = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
VNe = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n* = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo *n* um número inteiro;
NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “*k*”;
dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo “*dup*” um número inteiro;
dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo “*dut*” um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação

disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês;

iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;

iv. Os fatores resultantes das expressões:
$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \text{ e } \left(\frac{projecção}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dut}}$$
 são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

3.3.4.2. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

3.3.4.2.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (Taxa Substitutiva da 2ª Série). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

3.3.4.2.2. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

3.3.4.2.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 2ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) A Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou

(b) A Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série) precisam ser necessariamente aprovados em Assembléia Geral dos Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na no item 6 abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

3.3.4.3. A Atualização das Debêntures da 2ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário, conforme definido na tabela do item 4.3.3 acima, exclusivamente (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 2ª Série, conforme tabela abaixo; e/ou (ii) por ocasião do Resgate Antecipado que trata o item 3.3.7 abaixo.

Pagamento da Atualização da 2ª Série

1º de agosto de 2012

1º de agosto de 2013

1º de agosto de 2014

3.3.4.4. Remuneração da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração (“**Remuneração da 2ª Série**”) correspondente à taxa percentual equivalente a 7,50 % (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 2ª Série foi definida em Procedimento de *Bookbuilding*. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

3.3.4.4.1. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração da 2ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série será devida anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 2010 e os demais nos anos subsequentes, terminando em 2014, sempre no dia 1º de agosto de cada um desses anos.

3.3.4.4.2. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

<i>J</i>	=	valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
<i>VNa</i>	=	valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
<i>FatorJuros</i>	=	fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- taxa* = 7,50;
N = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

3.3.5. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série: O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 2ª Série

1º de agosto de 2010
 1º de agosto de 2011
 1º de agosto de 2012
 1º de agosto de 2013
 1º de agosto de 2014

3.3.6. Integralização - A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

3.3.7. Resgate Antecipado - As Debêntures da 2ª série poderão ser resgatadas antecipadamente a qualquer momento a partir da Data de Emissão, em sua totalidade ou parcialmente, este último mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, com base em um preço de Resgate Antecipado equivalente ao maior dos critérios mencionados no item 3.3.7.1 abaixo e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado. As Debêntures da 2ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas. Vide a seção “Fatores de Risco – As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento a seu exclusivo critério” na página 71.

O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a notificação com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 da Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”)
- (ii) O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado.
- (iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

3.3.7.1 Critérios para definição do preço de Resgate Antecipado: Será escolhido o maior dos critérios entre (i) o Valor Nominal Unitário atualizado aplicável, acrescido de remuneração aplicável calculada *pro rata temporis*, para a data do Resgate Antecipado respectivo; ou (ii) o valor obtido mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$P.A_u = \left\{ \frac{\left(1 + \frac{t}{100}\right)}{\left(1 + \frac{C}{100}\right)} \right\}^{P/252} \times P.U$$

onde:

$P.A_u$ o preço de Resgate Antecipado unitário

C a média das taxas de remuneração do cupom do IPCA referenciado no swap CDIxIPCA, com vencimento equivalente ao duration do fluxo remanescente das Debêntures, a ser apurada pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, junto a, pelo menos, 3 (três) das seguintes instituições: Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Banco UBS Pactual S.A. e Banco Citibank S.A.

P o prazo remanescente, em Dias Úteis, entre a data do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

$P.U.$ Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª série, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão até a data do Resgate Antecipado.

t 7,50

4. Vencimento Antecipado

4.1. As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à cada Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo, incluindo mas não se limitando a:

- (q) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (r) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi indevidamente efetuado, (ii) for cancelado ou sustado, ou ainda (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (s) Não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 60.000.000,00, conforme corrigido monetariamente desde a emissão das debêntures pelo IGP-M, ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (t) Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais Acionistas Controladores, do Poder de Controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia específica. Para fins desta cláusula, "Acionistas Controladores" e "Poder de Controle" seguirão as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa;
- (u) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada a esta Emissão, desde que não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis contados do vencimento original;
- (v) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante relacionada a esta Emissão assumida na Escritura, no instrumento particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição pública das Debêntures, salvo se no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data do

recebimento pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário tal descumprimento for sanado pela Emissora;

- (w) Redução de capital da Emissora, que represente mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora após a data de assinatura da Escritura) sem que haja anuência prévia dos debenturistas, representado pelo Agente Fiduciário, manifestada em Assembléia Geral dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos da Escritura a ser celebrada e conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (x) Não-manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

(i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 3.

Onde:

Dívida Líquida significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, as debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de (i) disponibilidades e (ii) saldo da Conta Reserva registrada no realizável a longo prazo.

Disponibilidades significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Emissora: Caixa e Bancos; Aplicações Financeiras; e Conta Reserva; e

EBITDA significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (i) despesas de depreciação, amortização e (ii) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora.

(ii) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas despesas financeiras não deverá ser inferior a 2.

Onde:

Despesas Financeiras significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

- (y) Liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (z) Comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante dos Prospectos que afete de forma relevante e negativamente adversa as debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- (aa) Extinção ou qualquer outra forma de limitação de parcela relevante, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da Emissora seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (bb) Alienação de um ou mais ativos da Emissora que representem em conjunto ou individualmente a 33% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada;
- (cc) Alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração ou modificação seja referente à ampliação da atuação, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e/ou no exterior e/ou seja requerido por lei, norma ou entidade governamental;
- (dd) Pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (ee) Não-cumprimento de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou contra qualquer subsidiária ou controlada da Emissora, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença tiver sua eficácia suspensa durante este prazo de cura de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, com expediente forense, contado do trânsito em julgado e enquanto assim permanecer; ou
- (ff) Recompra de ações, desde que a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura.

4.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c) (e) e (i) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembleia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.3. Na Assembleia mencionada acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto no item 6 abaixo, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 3.14 da Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.11 da Escritura.

5. Assembléia Geral de Debenturistas

5.1 Convocação: A Assembléia Geral dos Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 da Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e da Escritura.

5.2 *Quorum* de Instalação: A Assembléia Geral dos Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei nº 6.404/76. Considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

5.3 Mesa Diretora: A presidência da Assembléia Geral dos Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

5.4 *Quorum* de Deliberação: Nas deliberações da Assembléia Geral dos Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

5.4.1 A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

5.4.2 As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, qualquer modificação na Cláusula de Vencimento Antecipado, a inclusão de eventual resgate antecipado e/ou repactuação das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação.

5.4.3 Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas na Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

5.4.4 Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos na Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.

6. Relacionamento da Companhia com os Coordenadores

6.1 Relacionamento da Companhia com o Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à Oferta, pela qual o Coordenador Líder está sendo remunerado unicamente com as comissões descritas no item “*Remuneração dos Coordenadores*”, na página 52 deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder atuou como coordenador líder da 1ª e 3ª emissões de notas promissórias comerciais da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., subsidiária da Companhia, cada emissão no valor de R\$ 650.000.000,00 com aval da Companhia. Estas duas emissões já foram liquidadas pela Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. Adicionalmente, o Coordenador Líder possui aplicação financeira de recursos da Companhia em fundos de investimentos administrados por sociedades do conglomerado econômico do Coordenador Líder. Além dos relacionamentos descritos no presente parágrafo, nenhuma instituição pertencente ao conglomerado financeiro do Coordenador Líder mantém ou manteve, nos últimos doze meses, qualquer relacionamento comercial com a Companhia ou empresas de seu conglomerado.

6.2 Relações da Companhia com o BB- BI

Além do relacionamento referente à Oferta, pela qual o BB-BI está sendo remunerado unicamente com as comissões descritas no item “*Remuneração dos Coordenadores*”, na página 52 deste Prospecto Definitivo, o BB-BI não mantém nem manteve, nos últimos doze meses, qualquer relacionamento comercial com a Companhia ou empresas de seu conglomerado.

O Banco do Brasil S.A., instituição financeira pertencente ao mesmo conglomerado financeiro do BB-BI, por sua vez, mantém uma linha de capital de giro no valor de R\$59.100.000,00 contratada com a ViaLagos, subsidiária da Companhia. Tal linha de capital de giro foi contratada em 5 de setembro de 2.007 e possui uma remuneração de 103,20% do CDI até sua data de vencimento, em 20 de agosto de 2.010. O Banco do Brasil S.A. possui, ainda, uma prestação de fiança no valor de R\$66.909.484,12 celebrada com a ViaQuatro, subsidiária da Companhia. Tal prestação de fiança teve início em 1º de fevereiro de 2.009 e possui uma taxa contratada de 1,40%a.a., vencendo-se em 31 de janeiro de 2.010. Além dos relacionamentos descritos no presente parágrafo, nenhuma instituição pertencente ao conglomerado financeiro do Banco do Brasil S.A. mantém ou manteve, nos últimos doze meses, qualquer relacionamento comercial com a Companhia ou empresas de seu conglomerado.

6.3 Relações da Companhia com o Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. mantém linhas de crédito com diversas subsidiárias da Companhia. São as seguintes linhas de crédito: com a Autoban o Santander possui uma linha de BNDES/FINEM no valor de R\$20.000.000,00 contratada em 10 de julho de 2.000 e que apresenta uma remuneração de 5,00% acima da TJLP até a data de seu vencimento, em 15 de janeiro de 2.012, além de três operações de fiança com prazo indeterminado, com somatório de valor de R\$21.438.893,45, contratadas em 6 de março de 2.007 e 29 de maio de 2.008. Adicionalmente, o Santander possui cinco linhas de fiança, sendo 3 no valor de R\$51.200.000,00, com vencimento em 21 de junho de 2.009 que foram contratadas em 26 de maio de 2.008, uma no valor de R\$18.300.000,00, com vencimento em 4 de janeiro de 2.010, contratada em 9 de janeiro de 2.009, e uma última de R\$1.175.907,70, concedida em 10 de setembro de 2.007 e que vence em 1º de junho de 2.009 (essa fiança já deve ter sido devolvida). Tais fianças possuem rendimento que variam de 0,60% até 1,50% ao ano.

Com a concessionária Ponte Rio Niterói, o Santander possui duas linhas de fiança de prazo indeterminado, contratadas nos dias 5 de janeiro de 2.005 e 1º de setembro de 2.005, que somam R\$762.219,11, e que rendem entre 0,60% e 1,50% ao ano. Além disso, o Santander concedeu dois empréstimos nos termos da Resolução 2.770, de valor somado de US\$25.000.000,00, contratados em 14 de julho de 2.008 e que vencem em 14 de julho de 2.009, que possuem rendimento atrelado à variação cambial adicionada de juros de 6,15% ao ano. Para essa última linha, o Santander tem também um *swap* de dólares para reais.

Na concessionária Rodonorte, o Santander possui também uma fiança de R\$10.000.000,00 que foi contratada em 5 de maio de 2.008, com prazo de vencimento em 25 de maio de 2.009.

Na NovaDutra, o Santander possui 3 operações de fiança, sendo uma com valor de R\$8.000.000,00, vencimento em 14 de agosto de 2.009, contratada em 14 de agosto de 2.008, outra com valor de R\$21.300.000,00, vencimento em 24 de setembro de 2.009, contratada em 20 de agosto de 2.008 e a outra com valor de R\$5.400.000,00, com vencimento em 14 de setembro de 2.009 e que foi contratada em 18 de setembro de 2.008, todas com taxas variando de 0,60% até 1,50% ao ano.

Com a ViaQuatro, o Santander possui um contrato de crédito aberto para tomada de recursos através de um empréstimo A/B. O valor total de crédito disponível do Banco Santander no contrato é de US\$ 37.000.000,00 sendo que deste total a primeira parcela no valor de US\$11.257.462,00 foi contratada em 18 de maio de 2.009. O vencimento deste contrato é 15 de fevereiro de 2.020, e a remuneração é crescente e variável de 2,20% até 2,80% ao ano acima da LIBOR.

Por fim, o Santander foi coordenador da 2ª série e 4ª série das Notas Promissórias do RodoAnel, sendo que a 2ª série foi refinanciada pela 4ª série, com valor total da Emissão de R\$650.000.000,00, na qual o Santander é atual detentor de R\$325.203.014,00, iniciada em 13 de abril de 2.009, com vencimento em 10 de outubro de 2.009 e que rendem 1,18% ao ano acima do CDI, e que foram avalizadas pela Companhia.

CONDIÇÕES DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Emissora contratou os Coordenadores para serem responsáveis pela colocação das Debêntures junto ao público investidor. O Contrato de Distribuição encontra-se disponível para consulta ou cópia na sede da Emissora ou dos Coordenadores, nos endereços indicados na seção “*Identificação dos Administradores, Instituições Intermediárias, Consultores Legais, Auditor Independente e Agente Fiduciário*” na página 55 deste Prospecto Definitivo.

De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada conforme as condições descritas a seguir.

Regime e Prazo de Colocação

O Coordenador Lider e o Coordenador se comprometem a estruturar a Emissão em regime de garantia firme de liquidação para as Debêntures da 1ª Série inicialmente ofertadas (ou seja, excetuadas as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais), no montante total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sem solidariedade entre o Coordenador Lider e o Coordenador, respeitando os volumes conforme previstos na tabela abaixo. As Debêntures da 2ª Série (inclusive eventuais Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais) serão distribuídas pelo o Coordenador Lider e pelo Coordenador em regime de melhores esforços.

Após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, o Coordenador Lider e o Coordenador e a Companhia verificaram a demanda para as Debêntures da 1ª e 2ª Séries. Coube à Companhia, a seu exclusivo critério, decidir pela emissão de Debêntures da 2ª Série. Na eventualidade do exercício da garantia firme pelo o Coordenador Lider e pelo Coordenador, a mesma será exercida pelos Coordenadores apenas nas Debêntures da 1ª Série, respeitados o volume máximo de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), conforme a proporção da tabela indicada abaixo:

Instituição	Volume Máximo para as Debêntures da 1ª Série (em R\$)
Banco UBS Pactual S.A.	250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)
BB-BI	250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)

Nota-se que como não haverá garantia firme para as Debêntures da 2ª Série, existe a possibilidade de não haver a emissão de Debêntures para a 2ª Série. Vide “Fatores de Risco – O regime de colocação das Debêntures da Segunda Série – melhores esforços – não garante a colocação das Debêntures da Segunda Série.” na página 71.

As Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais serão distribuídas pelo o Coordenador Lider e pelo Coordenador em regime de melhores esforços, sem solidariedade entre eles, respeitando a proporção de 1/2 (metade) para cada Coordenador.

A colocação pública das Debêntures da 1ª Série sob o regime de garantia firme será feita em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”). Até as 17h00 do último dia do Prazo de Colocação, o Coordenador Lider e o Coordenador deverão exercer a garantia firme de subscrição sobre o saldo das Debêntures da 1ª Série que não foram efetivamente colocadas, isto é, subscritas e integralizadas, observando-se a proporção indicada acima. Caso houver saldo de Debêntures da 2ª Série não subscritas ou integralizadas por investidores, o Coordenador Lider e o Coordenador não terão a obrigação de subscrever, nem integralizar quaisquer Debêntures da 2ª Série uma vez que a garantia firme prestada pelo o Coordenador Lider e pelo Coordenador está limitada ao montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em Debêntures da 1ª Série. A garantia firme de eventual montante que representa o saldo de Debêntures da 1ª Série não subscritas ou integralizadas será exercível na taxa de 121% da variação do CDI, sem solidariedade entre o Coordenador Lider e o Coordenador, respeitando a proporção de 1/2 (metade) para cada Coordenador e limitado ao valor máximo de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP (“Data de Integralização”). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (“Preço de Subscrição”). As transferências realizadas por qualquer um dos Coordenadores à Emissora para instituição financeira diversa do respectivo Coordenador, relativas a valores porventura recebidos após as 16h00 da Data de Integralização, serão transferidos à Emissora no 1º (primeiro) dia útil subsequente sem qualquer acréscimo ou penalidade.

Adicionalmente, o Santander está prestando garantia firme no volume máximo de R\$100.000.000,00 para as Debêntures da 1ª Série nos termos do Termos de Adesão celebrado com o Coordenador Líder e o BB-BI.

A liquidação das Debêntures do Lote Suplementar e das Debêntures Adicionais ocorrerá nos mesmos moldes das Debêntures inicialmente ofertadas.

A prestação da garantia firme tem validade até 30 de setembro de 2009 e será exercível na taxa de 121% da variação do CDI.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização, durante o Prazo de Colocação, da totalidade das Debêntures. Os Coordenadores serão responsáveis pela subscrição e integralização das Debêntures objeto de garantia firme que não tenham sido subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, sendo a responsabilidade dos Coordenadores limitada à quantidade de Debêntures alocada para cada Coordenador, nos termos do Contrato de Distribuição.

Na hipótese de não conclusão da Oferta por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, que não será superior a 5 dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

Os Coordenadores poderão, a qualquer momento após a publicação do Anúncio de Encerramento e até a Data de Vencimento, revender as Debêntures eventualmente adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado pela Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª ou 2ª Séries, conforme o caso, com ou sem aplicação de ágio ou deságio, conforme o caso, de acordo com a demanda do mercado e as condições mercadológicas prevalentes à época da Oferta. A revenda das Debêntures aqui mencionada deverá ser efetuada em observância à regulamentação aplicável.

O Preço de Integralização das Debêntures será o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, nos termos da Escritura de Emissão.

Plano de Distribuição das Debêntures

Os Coordenadores iniciarão a Oferta após o registro da Oferta junto à CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor. A colocação das Debêntures junto ao público investidor será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP; e do BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.

As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM 400, por meio do Procedimento de *Bookbuilding*.

A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (“Debêntures Adicionais”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 (“Opção de Debêntures Adicionais”). A Opção de Debêntures Adicionais foi exercida integralmente para as Debêntures da 1ª Série, e não foi exercida para as Debêntures da 2ª Série. Será mantido preço único de R\$1.000,00 (mil reais) para a subscrição das Debêntures Adicionais.

A Emissora concedeu aos Coordenadores uma opção para distribuição de um lote adicional de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (“Debêntures do Lote Suplementar”), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 (“Opção de Lote Suplementar”). A Opção de Lote Suplementar foi exercida parcialmente para as Debêntures da 1ª Série representando um aumento de aproximadamente 8,04% com relação às Debêntures da 1ª Série originalmente ofertadas, e não foi exercida para as Debêntures da 2ª Série.

Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores

É permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Debenturistas. Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentam, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a Emissora e o Coordenador Líder poderão solicitar à CVM modificação ou revogação da oferta.

A alteração será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início, e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser diretamente comunicados a respeito da modificação efetuada, para que confirmem no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação do Coordenador Líder seu interesse em manter a sua aceitação à Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Na hipótese de ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, inclusive após a obtenção do registro da Oferta, que seja relevante o suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta, o Coordenador Líder deverá suspender ou cancelar a Oferta e comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à Emissora e à CVM, que verificará se a ocorrência do fato ou da irregularidade são sanáveis, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, em caso de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados por investidores na integralização de Debêntures durante o Prazo de Colocação serão integralmente restituídos pela Emissora aos Coordenadores e aos respectivos investidores, conforme o caso, no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, nos termos do artigo 26 da Instrução CVM 400, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Neste caso, os investidores deverão fornecer recibo de quitação à Emissora referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Debêntures já integralizadas.

Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Evento	Data Prevista*
1	Protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID	23/06/2009

Ordem dos Eventos	Evento	Data Prevista*
2	Publicação de Fato Relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Emissão na ANBID	23/06/2009
3	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	02/07/2009
4	Prazo para atendimento de exigências apresentadas pela ANBID	02/07/2009
5	Publicação do Aviso ao Mercado	02/07/2009
6	Início das apresentações para potenciais investidores	02/07/2009
7	Encaminhamento do pedido de registro da Emissão à CVM	06/07/2009
8	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	08/07/2009
9	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	22/07/2009
10	Reunião do Conselho de Administração para ratificar a Remuneração conforme definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	23/07/2009
11	Obtenção do Registro da Emissão na CVM	28/07/2009
12	Publicação do Anúncio de Início e Disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor	30/07/2009
13	Liquidação da Emissão	04/08//2009
14	Publicação do Anúncio de Encerramento da Emissão	06/08/2009

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Remuneração dos Coordenadores

A remuneração devida pela Emissora aos Coordenadores, referentes aos serviços de estruturação, colocação e garantia firme, observará as seguintes condições:

- *comissão de estruturação*: a Emissora pagará aos Coordenadores, uma comissão de estruturação de 0,20% (vinte centésimos por cento) a ser calculada sobre o valor total das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas na Data de Integralização (inclusive sobre as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar), dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada Coordenador; e
- *comissão de distribuição*: a Emissora pagará aos Coordenadores uma comissão de distribuição de 0,20% (vinte centésimos por cento) a ser calculada sobre o valor total das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas na Data de Integralização (inclusive sobre as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar), dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada Coordenador.

A Emissora pagará ainda aos Coordenadores um prêmio pela prestação de garantia firme de 0,20% (vinte centésimos por cento) calculada sobre o valor total das Debêntures objeto de garantia firme dos Coordenadores na Data de Integralização, dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada Coordenador.

A transferência, à Emissora, do valor bruto obtido por cada um dos Coordenadores com a distribuição das Debêntures ocorrerá na Data de Integralização das Debêntures (“Liquidação Financeira”), por meio de depósito ou Transferência Eletrônica Disponível – TED para a conta corrente de titularidade da Emissora, indicada por esta com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis à Data de Integralização.

A Emissora pagará a cada um dos Coordenadores, individualmente, a remuneração a eles devida nos termos acima na data da Liquidação Financeira e as despesas incorridas em até 10 (dez) dias úteis após sua comprovação, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED, em conta a ser designada por cada um dos Coordenadores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Além das comissões e prêmio descritos acima, os Coordenadores não receberão qualquer outra remuneração da Emissora, direta ou indiretamente, no âmbito da Oferta. Adicionalmente, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, sem a prévia manifestação da CVM.

Demonstrativo do Custo da Oferta

Custos	Montante (em R\$)	% em relação ao valor total da Emissão
Comissão de Estruturação e Coordenação	1.196.312,00	0,200
Comissão de Colocação ⁽¹⁾	1.196.312,00	0,200
Comissão de Garantia Firme	1.000.000,00	0,167
Publicações Legais	150.000	0,025
Impressão de Prospectos	7.000	0,001
Road Shows	25.000	0,004
Agência de rating ⁽¹⁾	60.000	0,010
CVM	165.740,00	0,028
Anbid	25.000,00	0,004
Advogados (2 escritórios) ⁽¹⁾	350.000,00	0,059
Agente fiduciário	65.000,00	0,011
SND-Cetip	420.597,71	0,070
Banco mandatário e escriturador	86.400,00	0,014
Audidores Externos	225.000,00	0,038
Agência de Publicidade	4.000,00	0,001

⁽¹⁾ Calculada sobre o preço de subscrição das Debêntures efetivamente colocadas

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo do lançamento (R\$)	Custo Por Debênture (R\$)	% em relação ao preço unitário de distribuição
598.156	4.976.362,36	8,32	0,832

Fundo de Sustentação de Liquidez, Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço

Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez ou (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no âmbito da Oferta.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber recursos líquidos provenientes da Emissão, após a dedução de comissões e despesas que estimamos serem devidas por nós no âmbito da Emissão, no montante de, aproximadamente, R\$593,0 milhões. Os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta serão utilizados para: (i) o pagamento, do principal e juros, no valor aproximado de R\$341,0 milhões, referente às obrigações financeiras decorrentes da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Companhia, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sem garantia de preferência, de forma nominativa e escritural, emitidas em 26 de setembro de 2008 com dispensa de registro na CVM por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, no montante total de R\$300 milhões, cuja remuneração é equivalente aos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,60% ao ano e cuja destinação dos recursos se deu para capital de giro da Companhia e cujo vencimento será em 26 de setembro de 2009; e (ii) o saldo disponível após o pagamento dos valores mencionados no item (i) acima, será utilizado para reforçar o caixa da Companhia.

Destinação	Estimado (R\$ milhões)	% Estimada do Total
Pagamento da 3ª Emissão de Debêntures Simples	341,0	68,5%
Caixa	257,0	43,0%

A destinação dos recursos auferidos por meio da Emissão não impacta, de forma relevante, nos resultados e tampouco na situação patrimonial da Companhia, uma vez que os recursos serão alocados exclusivamente para os propósitos descritos acima. Para mais informações sobre os impactos da Emissão na situação patrimonial e nos resultados da Companhia, vide seção “*Situação Financeira da Companhia*”, na página 72 deste Prospecto.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS, CONSULTORES LEGAIS, AUDITOR INDEPENDENTE E AGENTE FIDUCIÁRIO

Administradores da Emissora

Não obstante o disposto abaixo, nos termos dos Itens 2 e 8 do Anexo III à Instrução CVM 400, quaisquer outras informações e/ou esclarecimentos sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto à Emissora, aos Coordenadores e à CVM, nos endereços a seguir indicados.

Emissora

Companhia de Concessões Rodoviárias
Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 5º andar
CEP: 04551-065, São Paulo – SP
At.: Sr. Arthur Piotto Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Tel.: (11) 3048-5900
Fax: (11) 3048-5903
E-mail: arthur.piotto@grupoccr.com.br
Site: www.grupoccr.com.br e www.grupoccr.com.br/investidores/DefaultFrame.aspx

Coordenador Líder

Quaisquer dúvidas e/ou outras informações sobre a Oferta e este Prospecto Definitivo, inclusive para os fins previstos no artigo 33, parágrafo terceiro, inciso III, da Instrução CVM 400, poderão ser esclarecidas e obtidas perante o Sr. Bruno Carvalho, Oficial de Mercado de Capitais do Coordenador Líder, responsável pela Oferta, no seguinte endereço:

Banco UBS Pactual S.A.
Avenida Brig. Faria Lima n.º 3729, 8º a 10º andares
CEP: 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Carvalho
Tel.: (11) 3383-2053
Fax: (11) 3383-2001
E-mail: bruno.carvalho@ubs.com
Site: www.ubspactual.com.br e www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica/capital_markets.html

Coordenador

BB- Banco de Investimento S.A.
At.: Sr. Paulo Francisco Laranjeira Júnior
Rua Senador Dantas, n.º 105, 36º andar
CEP: 20031-923, Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3808-3625
Fax: (21) 3808-3239
E-mail: paulolaranjeira@bb.com.br/ gemec@bb.com.br
Site: www.bb.com.br/ofertapublica

Coordenador Contratado

Banco Santander (Brasil) S.A.
Rua Hungria, n.º 1.400, 5º andar, São Paulo, SP
At.: Sr. Ricardo Corradi Leoni
Tel.: (11) 3012-7195
Fax: (11) 3012-7376
E-mail: ricardoc@santander.com.br
Site: www.santander.com.br/prospectos

Agente Fiduciário

SLW Corretora de Valores e Cambio Ltda.
At.: Sr. Felipe Coimbra Alois André
Dr. Renato Paes de Barros, 717 - 6º e 10º andares
CEP: 04530-000, São Paulo - SP
Tel.: (11) 3048-9763
Fax: (11) 3048-9010
E-mail: felipe@slw.com.br
Site: www.slw.com.br

Banco Mandatário e Escriturador

Banco Bradesco S.A.
Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
Osasco - SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br
Site: www.bradesco.com.br

Consultor Legal da Emissora

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
At.: Carlos Motta
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.144 - 11º andar
CEP: 01455-000, São Paulo - SP
Tel: (11) 3150- 7625
Fax: (11) 3150- 7071
E-mail: mot@mmsso.com.br
Site: www.mmsso.com.br

Consultor Legal dos Coordenadores

Pinheiro Neto Advogados
At.: Daniela P. Anversa Sampaio Doria
Rua Hungria, n.º 1.100
CEP: 01455-000, São Paulo - SP
Tel: (11) 3247-8652
Fax: (11) 3247-8600
E-mail: danversa@pn.com.br
Site: www.pinheironeto.com.br

Audidores Independentes

A empresa responsável por auditar as demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008 e revisar as informações financeiras relativas aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2.008 e 2.009 foi a KPMG Auditores Independentes.

KPMG Auditores Independentes
At.: Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho
Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33
CEP: 04530-904, São Paulo - SP
Tel.: (11) 2183-3000
Fax: (11) 2183-3001
E-mail: jcarvalho@kpmg.com.br
Site: www.kpmg.com.br

Exemplares do Prospecto Definitivo

Os investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão obter exemplares deste Prospecto Definitivo nos endereços da Emissora e dos Coordenadores indicados acima, bem como nos endereços indicados abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários
Centro de Consulta da CVM-RJ
Rua 7 de Setembro, 111, 5º andar
CEP: 20159-900, Rio de Janeiro - RJ
Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP: 01333-010, São Paulo - SP
Site: www.cvm.gov.br
BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Rua XV de Novembro, 275, Centro
CEP 01013-001, São Paulo, SP
Site: www.bovespa.com.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Rua Líbero Badaró, 425 - 24º andar
CEP: 01009-000, São Paulo - SP
Site: www.cetip.com.br

Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID
Edifício Eldorado Business Tower - Av. das Nações Unidas, 8.501 - 21º andar.
CEP: 05425-070, São Paulo - SP
Rua 7 de Setembro, 111 - sala 2102
CEP: 20050-006, Rio de Janeiro - RJ
Site: www.anbid.com.br

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

As declarações assinadas encontram-se nas páginas 963 e 967 deste prospecto

Declaração da Emissora

A Companhia de Concessões Rodoviárias, na qualidade de emissora de 598.157 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e sete) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão para distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total de R\$598.157.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta e sete de reais), nos termos da Instrução CVM 400, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Emissão; (ii) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Duas Séries de Emissão da Companhia e este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Duas Série de Emissão da Companhia contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Emissão, a respeito da Emissão, dos valores mobiliários a serem ofertados pela Emissora e suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão; (iii) o Prospecto Preliminar e este Prospecto Definitivo foram elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400; e (iv) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Emissão, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante a Emissão, respectivamente, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão.

Declaração do Coordenador Líder

O Banco UBS Pactual S.A., na qualidade de instituição responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de 598.157 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e sete) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão para distribuição pública da Companhia de Concessões Rodoviárias, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total de R\$598.157.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta e sete de reais), vem, nos termos da Instrução CVM 400, declarar que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (i) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo da Emissão contivessem as

informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissão, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; (ii) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo fossem preparados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Emissão, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que venham a integrar o prospecto preliminar e o prospecto definitivo, fossem suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão.

Breve Descrição dos Coordenadores da Emissão

Banco UBS Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2.006, o UBS A.G. (“UBS”), instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. O UBS Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales & trading* (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife.

Na área de *investment banking*, o UBS Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, patrocinadores financeiros, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais.

O UBS Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de Fusões e Aquisições de primeira linha, e o departamento de pesquisa (*research*) na América Latina tem obtido o primeiro lugar nos últimos sete anos (*Institutional Investor* 2.002 - 2.008).

Com R\$39,41 bilhões de ativos em gestão (Ranking de Gestão Anbíd de Janeiro de 2.009), o UBS Pactual é um dos maiores gestores do Brasil. As estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição.

O UBS Pactual participa ativamente das atividades de coordenação e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável. A área de mercado de capitais do UBS Pactual assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local, através de operações de debêntures e notas promissórias. Entre as principais, destacam-se: emissão de debêntures da Telemar Norte Leste em que atuamos como um dos coordenadores em 2.006, no valor de aproximadamente R\$2,2 bilhões; emissão de debêntures do BNDESPAR em que atuamos como Coordenador Líder em 2.007, no valor de R\$1,35 bilhões; e emissão de Notas Promissórias da Concessionária do Rodoanel Oeste, em que atuamos como Coordenador Líder em 2.008, no valor de R\$650 milhões.

Além disso, o UBS Pactual e o Banco Pactual S.A., instituição financeira a que ele sucedeu, coordenaram as emissões da Vale, no valor de R\$5,0 bilhões e da Braskem S.A., no valor de R\$ 300 milhões e atuou como coordenador líder das emissões; da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R\$600 milhões; das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$200 milhões; da Lupatech S.A., no valor de R\$ 227 milhões; da Camargo Corrêa Cimentos S.A., no valor de R\$360 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão.

BB-Banco de Investimento S.A.

Em 18 de outubro de 1988, o Banco do Brasil S.A. criou o BB-Banco de Investimento S.A., subsidiária integral que detém participações permanentes em empresas que representam uma extensão da atividade econômica do Conglomerado e possui, também, participações societárias de caráter temporário no capital de empresas que adotam boas práticas de Governança Corporativa. O resultado do BB-BI origina-se de suas atividades de Intermediação Financeira, Prestação de Serviços e Participações Societárias.

Em 2.006, o BB-BI liderou a primeira emissão de debêntures da Telemar Norte Leste S.A., no valor de R\$ 2,16 bilhões, a quinta emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$ 1,08 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 900 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Cemig Distribuição S.A., no valor de R\$ 300 milhões, a décima quarta emissão de

debêntures de Braskem S.A., no valor de R\$ 500 milhões, e a quarta emissão da Companhia Paranaense de Energia - Copel, no valor de R\$ 600 milhões. Foi coordenador da primeira emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga, no valor de R\$ 400 milhões, da quarta emissão de debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, no valor de R\$ 600 milhões, da primeira emissão de BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A, no valor de R\$ 3,35 bilhões, a primeira emissão de debêntures da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, no valor de R\$ 2,065 bilhões, a sétima emissão de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$ 5,5 bilhões, a terceira emissão de debêntures da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, no valor de R\$ 640 milhões, e a segunda emissão de debêntures da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, no valor de R\$ 600 milhões.

Em 2.007, o BB-BI liderou a segunda emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$ 200 milhões, e a segunda emissão de debêntures de CEMIG Distribuição no valor de R\$ 400 milhões. Participou como Coordenador da sétima emissão de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 250 milhões, da terceira emissão de debêntures da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR no valor de R\$ 1,35 bilhão, da segunda emissão de debêntures da Termopernambuco S.A. no valor de R\$ 400 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da CPFL Energia S.A. no valor de R\$ 438,75 milhões e da terceira emissão de debêntures da CPFL Energia no valor de R\$ 450 milhões, da primeira emissão de notas promissórias de Telemar Participações S.A. no valor de R\$ 4,8 bilhões.

Em 2.008, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Ambev, no valor de R\$ 1,5 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$ 200 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a quinta emissão de debêntures da Gafisa S.A. no valor de R\$ 250 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A. no valor de R\$ 550 milhões, a segunda emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$ 390 milhões, e participou como Coordenador da quarta emissão de debêntures da USIMINAS, no valor de R\$ 500 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da TCO IP S.A. no valor de R\$ 530 milhões, da nona emissão de debêntures da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 220 milhões e da segunda emissão de notas promissórias da Invitel S.A., no valor de R\$ 950 milhões.

Em 2.009, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a terceira emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 400 milhões, distribuída com esforços restritos conforme ICVM 476/09, e da terceira emissão de notas promissórias da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 600 milhões, e participou como Coordenador da segunda emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$ 200 milhões e da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A, no valor de R\$ 600 milhões.

Em operações de renda variável, o BB-BI em 2.008, atuou como Coordenador Líder na Oferta Pública de Ações da Copasa, no valor de R\$ 460 milhões, e como Coordenador na Oferta Pública de Ações da Vale, no valor de R\$ 19,4 bilhões. Ocupa o 3º lugar no ranking Anbid de distribuição de renda variável de 2.008, com o valor de R\$ 4,2 bilhões e 12,4% de participação de mercado. Para seus 30 milhões de clientes, disponibiliza serviço de compra e venda de ações através da rede de agências, internet (home broker) e celular, que resultou em volume de R\$ 14,4 bilhões.

Banco Santander (Brasil) S.A.

O Santander é controlado pelo Grupo Santander (sediado na Espanha) e em 2007, participou do consórcio que fechou o maior negócio da história da indústria bancária do mundo ao adquirir 86% das ações do banco holandês ABN Amro, por 71 bilhões de euros.

Fundado em 1857, o Grupo Santander possui atualmente US\$1,5 trilhão em ativos, administra quase US\$1,6 trilhão em fundos, possui mais de 90 milhões de clientes, mais de 14.196 mil agências e está presente em 40 países. É o principal grupo financeiro da Espanha e na América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National, assim como em Portugal.

No primeiro trimestre de 2009, o Grupo Santander registrou lucro líquido de US\$2,7 bilhões. Na América Latina, o Grupo Santander possui 6,089 mil agências e um total de ativos de US\$264 bilhões e registrou um lucro líquido de US\$4,3 bilhões.

O Santander opera no Brasil desde 1982. Na década de 1990, o Grupo Santander iniciou um processo de forte crescimento dos negócios no País com a aquisição de 5 instituições financeiras: Banco Geral do Comércio S.A., Banco Noroeste S.A., Banco Meridional S.A., Banco Bozano, Simonsen S.A. e Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa. Atualmente, com a compra do ABN Amro Real, o Santander tornou-se o terceiro maior banco privado do País, com base em dados do Banco Central do Brasil, de 31 de dezembro de 2008. O Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas principais cidades das Regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do PIB nacional.

No primeiro trimestre de 2009, o Santander possuía uma carteira de mais de 9 milhões de clientes, 3,601 mil pontos de venda e 18,194 mil caixas eletrônicos, encerrando o primeiro trimestre de 2009 com um total de ativos de R\$305 bilhões e patrimônio líquido de R\$49,3 bilhões. O Santander possui uma participação de 21% dos resultados do Grupo Santander e de 49% no resultado da América Latina.

O Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque no mercado de renda fixa local. No período encerrado em 31 de março de 2009, foi a terceira instituição no ranking de volume de originação de renda fixa da ANBID, tendo intermediado operações que totalizaram R\$399 milhões, equivalente a 12,9% do volume de originação acumulado até 31 de março de 2009.

Em 2006, o Santander estruturou e atuou como coordenador líder da maior operação da história do mercado de renda fixa brasileiro: a sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5,5 bilhões. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações mereceram destaque: (i) a sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões como Coordenador; (ii) a segunda emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$350 milhões como Coordenador; (iii) a primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões como Coordenador; (iv) a primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões como Coordenador; (v) a primeira emissão pública de debêntures da Cia Providência Indústria e Comércio, no montante total de R\$150 milhões como Coordenador Líder; e (vi) a terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões como Coordenador.

No segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações do mercado em 2007 e 2008, por meio de FIDCs e CRIs, quais sejam: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões como Coordenador Líder; (ii) alienação de quotas subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões como Coordenador Líder; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, como Coordenador Líder respectivamente; (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões como Coordenador Líder, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A. a ser estruturado com quotas subordinadas mezanino.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, que se baseiam, fundamentalmente, nas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou poderiam afetar os negócios e resultados da Companhia. Embora a Companhia acredite que essas considerações sobre estimativas e perspectivas futuras sejam baseadas em assunções razoáveis, elas são elaboradas levando em consideração informações atualmente disponíveis, não constituem garantia de desempenho futuro da Companhia e envolvem riscos e incertezas.

Diversos fatores importantes considerados para a elaboração das declarações e estimativas futuras contidas neste Prospecto podem ser modificados, o que poderá resultar em mudanças substanciais nas projeções de nossos resultados futuros e no nosso desempenho quando comparados com aqueles contidos em tais declarações, além de impactar a materialização de nossas estimativas.

Os potenciais investidores devem considerar que muitos fatores importantes, além dos fatores discutidos neste Prospecto, podem afetar nossos resultados futuros e podem conduzir a resultados diferentes daqueles indicados nas nossas declarações e estimativas sobre o futuro, incluindo, entre outros, os seguintes:

- alteração da conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil, no restante da América Latina e nos países de economia emergente;
- modificações das condições políticas e sociais no Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alterações na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no país;
- nível de endividamento da Companhia;
- capacidade de identificar oportunidades de negócios da Companhia;
- alteração no custo dos serviços e custos operacionais da Companhia;
- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia operacional e seu plano de expansão;
- inflação, desvalorização ou valorização do Real e flutuações da taxa de juros;
- alterações nas leis e regulamentos, presentes e futuros;
- outros fatores que podem afetar as condições financeiras, liquidez e resultados das operações da Companhia; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “*Fatores de Risco*” na página 62.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras de significados similares, quando utilizadas neste Prospecto, têm por objetivo identificar e apresentar estimativas acerca do futuro. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem a Companhia nem os Coordenadores assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de uma nova informação, eventos futuros ou quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas podem vir a não se concretizar, muitas das quais estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dessas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar qualquer tipo de decisão com relação a um investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar e analisar cuidadosamente todas as informações descritas abaixo, bem como as demais informações contidas neste Prospecto Definitivo e em outros documentos da Oferta. Caso qualquer dos riscos ou incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados de forma substancialmente adversa. Riscos adicionais, que são atualmente desconhecidos ou irrelevantes também podem ter um efeito adverso nos nossos negócios.

Riscos Relacionados aos Fatores Macroeconômicos

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes efetua drásticas mudanças políticas e econômicas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas, por exemplo, envolveram, em passado recente, controles de preço e de salário, desvalorização cambial, controle de capitais, restrições à importação, entre outras medidas.

Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- aumento na taxa de inflação;
- controles cambiais e restrições a remessa para o exterior, como os que foram impostos em 1.989 e no início de 1.990;
- variações cambiais;
- ausência de crescimento econômico interno;
- instabilidade social;
- diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- política monetária;
- aumentos nas taxas de juros;
- controles sobre importação e exportação;
- política fiscal e alterações na legislação tributária; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais futuros atos do governo, ou ainda, crises políticas podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e, conseqüentemente, sua desaceleração e levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

O aumento da taxa de inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combater tal aumento podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e sobre nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas elevadas de inflação. Determinadas medidas adotadas no passado pelo Governo Federal no contexto da política anti-inflacionária tiveram um forte impacto negativo sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Real, em julho de 1.994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que em períodos anteriores. A inflação anual apurada pelo IGP-M foi de 3,83%,

7,75% e 9,81% em 2.006, 2.007 e 2.008, respectivamente, e pelo IPCA foi de 3,14%, 4,46% e 5,90% em 2.006, 2.007 e 2.008, respectivamente.

Podem ocorrer aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro que podem ter um efeito adverso nos nossos negócios. Não é possível prever se seremos capazes de repassar o aumento dos custos decorrentes da inflação para o preço de nossas tarifas em valores suficientes e em prazo hábil para cobrir nossos crescentes custos operacionais. Caso isso não ocorra, pode haver um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Pressões inflacionárias podem levar a medidas de intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que podem ter um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode resultar em mudanças significativas em nossos resultados, em razão das nossas obrigações denominadas em Dólar e aumentar o nosso custo de captação de recursos.

O Real desvalorizou-se frente ao Dólar e a outras moedas freqüentemente durante as últimas quatro décadas. Durante este período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, dentre as quais desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (com a freqüência dos ajustes variando de diária a mensal), controles cambiais e o sistema do mercado de câmbio flutuante. Em determinados momentos, houve volatilidade significativa no valor do Real frente ao Dólar e a outras moedas. Não podemos assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para nossos negócios. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real sofreu uma desvalorização em relação ao Dólar de 34,3% em 2.002. Em 2.004, 2.005, 2.006 e 2.007, o Real sofreu uma valorização de 8,8%, 13,4%, 9,5%, 17,1%, respectivamente, em relação ao Dólar. Em 2.008, o Real sofreu desvalorização de 31,9% em relação ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2.008, a taxa cambial do Real em relação ao dólar foi R\$2,34 para US\$1,00. Para o período findo em 31 de março de 2.009, o Real sofreu uma valorização de 0,93% em relação ao Dólar verificado em 31 de dezembro de 2.008, sendo a taxa cambial em relação ao Dólar de R\$2,32 para US\$1,00.

As desvalorizações do Real frente ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, por meio do aumento, de modo geral, dos preços inclusive de combustíveis, sendo necessária, então, a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação.

Em particular, tendo em vista que uma pequena parcela de nosso endividamento (aproximadamente 9,02%) está denominado em moeda estrangeira e que as operações de derivativos que contratamos cobrem, em 31 de março de 2.009, aproximadamente 43% de nosso endividamento em moeda estrangeira, estamos expostos aos riscos que possam advir de uma desvalorização do Real em relação a outras moedas, o que aumentaria o valor das nossas despesas financeiras.

Estamos sujeitos a riscos de taxas de juros, uma vez que financiamos boa parte de nossas operações.

Estamos expostos ao risco de taxa de juros, uma vez que tomamos diversos financiamentos e que a maior parte de nossas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (LIBOR, nos empréstimos denominados em Dólares, e TJLP e CDI, nos empréstimos denominados em Reais). Caso o Governo Federal venha a aumentar as taxas de juros, incluindo a TJLP, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da taxa de juros, os encargos que pagamos em nossas dívidas aumentarão, afetando adversamente a nossa condição financeira. Ademais, parte de nosso endividamento denominado em Reais é reajustado pelo IGP-M e em IPC-A.

A percepção de risco quanto às economias emergentes pode impedir nosso acesso aos mercados de capitais internacionais e prejudicar a nossa capacidade de financiar operações.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em determinado grau, de outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. Eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América

Latina, têm afetado adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, a saída significativa de recursos do país e a diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no país.

Uma crise ou deterioração econômica em outros mercados emergentes poderá ter um efeito adverso na nossa capacidade de captação de recursos, seja via empréstimos junto a instituições financeiras, seja via mercado de capitais.

Adicionalmente, a crise financeira originada pelo mercado hipotecário de créditos *subprime* nos Estados Unidos se agravou, afetando a economia mundial, em especial os Estados Unidos, gerando diversos reflexos, que, direta ou indiretamente afetam o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária, dentre outros, que podem, direta ou indiretamente, ter um efeito adverso para nós.

Riscos Relacionados ao Setor Rodoviário

Atuamos num ambiente altamente regulado e os nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais.

Nossa principal atividade comercial, a operação, exploração, manutenção e melhoria de rodovias e pontes, bem como as futuras atividades, de operação metroviária e inspeção ambiental veicular, são um serviço público delegado à iniciativa privada e, portanto, sujeito a um ambiente altamente regulado. Além disso, aos poderes concedentes é conferida ampla discricionariedade, com a qual podem determinar, inclusive, que as tarifas por nós cobradas sejam reduzidas ou os investimentos que devamos fazer sejam incrementados, ainda que observando nosso direito ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Atitudes como essas ou o estabelecimento de normas ainda mais rígidas poderão afetar nossos resultados adversamente.

Adicionalmente, podemos ser afetados pelas decisões dos governos federal, estaduais e municipais com relação ao desenvolvimento do sistema rodoviário brasileiro, especialmente no que concerne à outorga de novas concessões, podendo aumentar a concorrência, ou com relação à decisão de não prosseguir com o programa de concessão de rodovias, limitar a nossa capacidade de crescer e implementar a nossa estratégia comercial. Da mesma forma, quanto ao sistema de metrô e de inspeções ambientais veiculares da cidade de São Paulo.

O poder concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às nossas concessões. Assim, é possível que tenhamos que nos sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.

Nós obtemos quase a totalidade de nossa receita da cobrança de pedágio de acordo com contratos de concessão celebrados com governos estaduais e federal. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem aos poderes concedentes discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às nossas concessões e as tarifas que podemos cobrar. Se nossos custos aumentarem ou nossas receitas diminuírem significativamente ou tivermos que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos aplicáveis, ou ainda como resultado de medidas unilaterais, por parte dessas autoridades, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente, ainda que tenhamos direito à recomposição econômico-financeira dos contratos.

Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de custo ou redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento do nosso fluxo de caixa.

Nossos contratos de concessão especificam as tarifas de pedágio que podemos cobrar e prevêem um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, essas tarifas estão sujeitas à aprovação do poder concedente e não podemos assegurar que o poder concedente agirá de forma favorável ou diligente.

Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, devemos confiar num mecanismo menos objetivo, previsto em nossos contratos de concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto nós quanto o poder concedente possamos buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar,

segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade dos respectivos Poderes Concedentes. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

A extinção dos nossos contratos de concessão pelo poder concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.

Nossas concessões estão sujeitas à extinção antecipada em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo contrato de concessão. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao poder concedente. Apesar de termos o direito à indenização do valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos dos contratos de concessão, em caso de extinção antecipada, não podemos assegurar que esse valor seria suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o poder concedente extinguir o contrato de concessão em caso de inadimplemento, o valor pode teoricamente ser reduzido a até zero, pela imposição de multas ou outras penalidades.

A redução do uso de veículos, que poderia decorrer de mudanças adversas nas condições econômicas ou do aumento do preço dos combustíveis, afetaria adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Nossos negócios dependem do número de veículos de carga e de passeio que viajam em nossas rodovias e da frequência com que eles viajam. A redução do tráfego poderia decorrer da redução da atividade econômica, inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou outros fatores. Tal efeito poderia surgir também diretamente de circunstâncias pessoais dos usuários ou indiretamente de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A redução do tráfego, seja pelo fraco desempenho da economia ou pelo aumento de preços dos combustíveis, afetaria adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

Estamos sujeitos a abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de atividades desenvolvidas por nós. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e sobre nossos resultados.

Além disso, se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente poderemos sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas pessoais aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, dificultar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que assumimos por meio de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia.

Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade de aumentarmos as tarifas de pedágio adequadamente pode afetar nossos resultados operacionais.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou periodicamente altas taxas de inflação. Embora as tarifas estejam sujeitas a reajustes para compensar os efeitos da inflação, tais reajustes, em geral, somente podem ser feitos periodicamente, em conformidade com a Lei nº 9.069/95, a Lei do Plano Real. Atualmente são permitidos reajustes anuais em decorrência da taxa de inflação e revisões em decorrência do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo possui ineficiências que podem atrasar seus resultados e está sujeito à discricionariedade do Governo Federal. Ver seções “*Informações Relativas à Companhia – Nossas Atividades – Regulação dos Contratos de Concessão – Reajuste da Tarifa do Pedágio*” na página 150 deste Prospecto e “*Informações Relativas à Companhia – Nossas Atividades – Regulação dos Contratos de Concessão – Equilíbrio Econômico Financeiro*” na página 151 deste Prospecto. Portanto, se a inflação for bastante elevada e não formos capazes de reajustar a tarifa ou de fazer uso de algum outro mecanismo apropriado, nossos resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa poderiam ser afetados adversamente.

O aumento da concorrência poderia reduzir nossas receitas.

Atualmente, nossas principais concorrentes são as rodovias sob administração direta do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, que, apesar de menos atrativas para os motoristas em geral, não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam o tráfego das rodovias que operamos. Também concorremos em algumas de nossas áreas de operação, como o Estado de São Paulo, concedidas, parcialmente paralelas e com menores tarifas. À medida que seja dado andamento ao processo de concessão, estaremos sujeitos a um aumento na concorrência. O aumento na concorrência ou a melhoria patrocinada pelo Governo Federal e por governos estaduais e municipais das rodovias existentes poderia reduzir o tráfego nas rodovias que operamos e, portanto, nossas receitas.

Da mesma forma, também concorrerão com nossa operação do Metrô de São Paulo as demais formas de transporte coletivo da cidade de São Paulo, cuja melhoria poderá ensejar impacto nas receitas projetadas da ViaQuatro.

Riscos Relacionados à Companhia

Somos uma sociedade de participações e, por essa razão, dependemos dos resultados das Concessionárias. Podemos ficar sem fundos suficientes para efetuar os pagamentos das Debêntures, caso nossas subsidiárias não realizem distribuições para a Companhia.

Conduzimos nosso negócio por meio das Concessionárias. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras, incluindo o pagamento das debêntures, está condicionada ao fluxo de caixa e receitas das nossas subsidiárias diretas e indiretas e a distribuição ou transferência de tais receitas para nós na forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou empréstimos. Algumas de nossas subsidiárias são, ou podem ser no futuro, sujeitas à necessidade de realizar novos investimentos originalmente não previstos bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a transferência de capital para nós e/ou requerem que as demais dívidas das Concessionárias estejam subordinadas às dívidas incorridas sob tais contratos de empréstimo. Para mais informações vide seção “*Discussão e Análise da Administração Sobre as Demonstrações Financeiras*” na página 79 deste prospecto.

Cada uma das Concessionárias possui personalidade jurídica distinta e independente e não tem qualquer obrigação, contingência ou afins, para honrar qualquer quantia devida em relação às Debêntures ou disponibilizar quaisquer fundos para tanto, seja na forma de empréstimo, dividendos ou outra forma aplicável. Qualquer direito que eventualmente possamos ter para o recebimento de ativos de quaisquer das Concessionárias, mediante sua liquidação ou reorganização, que cause o direito dos titulares das Debêntures de se beneficiarem dessa distribuição oriunda dos ativos das Concessionárias, estará efetivamente subordinada aos protestos dos credores de tais Concessionárias (incluindo autoridades fiscais, débitos trabalhistas e credores de tais Concessionárias), exceto no que diz respeito aos créditos em que a Companhia é a credora de determinada Concessionária ou afiliada, hipótese em que nossos créditos, em caso de evento de liquidação de referida Concessionária, continuarão efetivamente subordinados a qualquer garantia de direito real relacionada aos ativos dessa Concessionária, juntamente com dívidas da Concessionária que sejam mais antigas que nossos créditos e credores preferenciais, tais como autoridades fiscais e empregados. Ademais, a Lei 11.101/05 – Lei de Falências

estabelece que, em caso de falência, créditos dos acionistas da entidade falida serão subordinados aos créditos dos demais credores da subsidiária falida.

Estamos expostos a riscos relacionados ao volume de tráfego e receita de pedágios.

No momento, praticamente todas as nossas receitas são oriundas de pedágios e podem ser afetadas por mudanças no volume de tráfego, aumento dos preços dos pedágios e reações dos consumidores ao aumento dos preços. Volumes de tráfego estão condicionados a múltiplos fatores, incluindo a qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da nossa rede, à qualidade e estado de conservação das nossas rodovias, preços dos combustíveis, normas ambientais, incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar, a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, sócio-culturais e climáticos. O tráfego de veículos pesados, responsável por 55% dos veículos contabilizados em 2.007 e por 55,5% dos veículos contabilizados em 2.008, também pode ser afetado por mudanças na economia. Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente o nosso negócio e a nossa condição financeira.

Determinadas medidas governamentais em relação à RodoNorte podem afetar negativamente nosso negócio.

O Estado do Paraná adotou certas medidas com o intuito de rescindir antecipadamente o contrato de concessão da RodoNorte (através de encampação), desapropriar as ações que detemos no capital social da RodoNorte e evitar o reajuste da tarifa de pedágio cobrada pela RodoNorte.

Em 07 de julho de 2.003, foi publicada a Lei nº 14.065, de 04 de julho de 2.003, que autorizou o governo do Estado do Paraná a promover a encampação da concessão objeto do contrato de concessão da RodoNorte, para exploração do lote número 05 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná. A RodoNorte ajuizou na Justiça Federal do Distrito Federal ação ordinária para impedir que o governo do Estado do Paraná encampasse a concessão da RodoNorte, nos termos da Lei nº 14.065. Em 22 de agosto de 2.003, a liminar pleiteada foi concedida e, em 01 de outubro de 2.003, foi revogada, em razão de alteração promovida no convênio de delegação, a qual, no entendimento do juiz, autorizaria o Estado do Paraná a explorar diretamente a concessão da RodoNorte. Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos.

Em 14 de janeiro de 2.004, comunicamos ao mercado que, em 08 de janeiro de 2.004, foi publicado o Decreto nº 2.462, de 08 de janeiro de 2.004, por meio do qual o governo do Estado do Paraná declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. A RodoNorte e os demais acionistas da RodoNorte ajuizaram ação ordinária na Justiça Federal do Distrito Federal, com o fim de anular o Decreto nº 2.462 e impedir a referida desapropriação de ações. O juiz de primeiro grau declinou a competência para a Justiça Estadual e a RodoNorte recorreu da decisão no Tribunal Regional Federal, requerendo o reconhecimento da Justiça Federal para suspender a eficácia do Decreto. Em 10 de fevereiro de 2.004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2.004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2.004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2.004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

Desde o ano de 2.003, a Companhia vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro, tendo sido necessário o ajuizamento de ações para garantir esse direito. Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2.003 e 2.004 estão em fase de instrução; as de 2.005, 2.006 e 2.007, tiveram sentenças favoráveis à Companhia, com recurso da parte contrária pendente de julgamento e a de 2.008, teve liminar deferida favoravelmente à Companhia, estando em fase inicial. O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelos períodos que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Nós não podemos assegurar qual será o impacto referente a esses assuntos, nem se haverá efeito adverso significativo em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como na visão sobre o

negócio de concessões de rodovias para investidores e financiadores entre outros. Ver seção “*Contingências Judiciais e Administrativas*” na página 213 deste Prospecto.

Podemos enfrentar dificuldades para levantar quantidade suficiente de recursos financeiros para realizar investimentos em novos negócios e implementar nossa estratégia.

Caso venhamos a ter sucesso com a nossa estratégia de expandir e diversificar nossos negócios, será necessário obtermos financiamentos adicionais. Não podemos assegurar que financiamentos, cujos termos e condições nos sejam aceitáveis, estarão sempre disponíveis.

Nosso crescimento por meio de licitações ou de aquisições de concessionárias pode ser afetado de forma adversa por medidas regulatórias futuras ou por políticas de governo relacionadas ao programa brasileiro de concessões de rodovias.

O poder concedente, em seus editais, impõe certos requisitos que devem ser atingidos por todos os participantes de licitações, incluindo indicadores de estabilidade financeira do participante ou de seus acionistas. Não podemos assegurar que, no futuro, seremos capazes de atender a todos os requisitos exigidos pelos futuros processos licitatórios, especialmente pelo fato de que algumas de nossas concessões foram obtidas antes de nossa constituição, com base na capacidade de nossos acionistas de atender aos requisitos exigidos. Adicionalmente, qualquer aquisição que envolva a transferência de controle de uma concessionária já existente para nós deve ser submetida à aprovação do poder concedente.

As decisões sobre concessão de serviços públicos, como é o caso das rodovias, variam em função de políticas públicas. As regras para a licitação de concessões de serviços públicos estão sujeitas a alterações, tanto no âmbito federal como estadual.

Processos licitatórios nos âmbitos federal e estadual deverão ocorrer no futuro, mas não podemos assegurar que, de fato, os respectivos governos os implementarão. Caso tais processos licitatórios não venham a ocorrer, sejam insignificantes, economicamente inviáveis ou não atrativos para nós, a expansão e a diversificação de nosso negócio poderá sofrer um impacto adverso.

Nossas aquisições futuras podem ser contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras.

De acordo com a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1.994, conforme alterada, que trata sobre a ordem econômica, quaisquer operações que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja através de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, que implique participação de empresa ou grupo de empresa resultante em 20% de um mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R\$400,0 milhões, deve ser submetido para apreciação do SBDC. O SBDC determina se uma determinada operação teria um efeito negativo nas condições competitivas do mercado no qual operamos, ou mesmo nos consumidores de tal mercado. Nesse sentido, embora detentores de concessões públicas com tarifas reguladas, futuras aquisições podem não ser aprovadas ou podem ser sujeitas a condições com custos elevados, tais como restrições na forma que operamos o mercado os nossos serviços, o que poderia afetar negativamente nossos resultados operacionais e financeiros.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nós.

Somos réus em processos judiciais e administrativos, nas esferas cível, tributária e trabalhista, cujos resultados não podemos garantir que serão favoráveis ou que não sejam julgados improcedentes, ou, ainda, que tais ações estejam plenamente provisionadas. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nós. Para informações sobre nossos processos judiciais ou administrativos, ver seção “*Contingências Judiciais e Administrativas*” na página 213 deste Prospecto.

Podemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios.

Não há como garantirmos que quaisquer de nossas metas e estratégias para o futuro serão integralmente realizadas. Em consequência, podemos não ser capazes de expandir nossas atividades e ao mesmo tempo replicar nossa estrutura de negócios, desenvolvendo nossa estratégia de crescimento de forma a atender às demandas dos diferentes mercados. Adicionalmente, podemos não ser capazes de implementar padrões de excelência na nossa

gestão operacional, financeira e de pessoas. Caso não sejamos bem sucedidos no desenvolvimento de nossos projetos e empreendimentos e em nossa gestão, o direcionamento da nossa política de negócios será impactado, o que pode causar um efeito adverso para nós.

O público pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil, com pouco mais de dez anos. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que no início da década organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelo contrato de concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às nossas tarifas de pedágio, como também podem reduzir a nossa receita dispersando o tráfego de nossas vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente nossos resultados operacionais.

Custos de construção maiores do que o esperado podem afetar negativamente a nossa condição financeira e resultados operacionais.

Nossa capacidade (i) de concluir adequadamente as construções inacabadas e futuros projetos exigidos pelos nossos contratos de concessão, (ii) de assumir projetos acessórios nas concessões existentes e (iii) de adquirir novas concessões está sujeita a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, a inadimplência ou adimplência insatisfatória dos nossos contratados e subcontratados e interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem significativamente aumentar nossos custos de construção e, especialmente se não conseguirmos repassar alguns ou todos desses custos sejam considerados no fluxo de caixa dos contratos de concessão, eles podem afetar negativamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

O aumento da competitividade pode afetar negativamente nossa estratégia de crescimento e, consequentemente, nossa condição financeira.

Nossas principais concorrentes são as rodovias sob administração direta do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, que, apesar de menos atrativas para os motoristas em geral, não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam o tráfego das rodovias que operamos. Também concorremos em algumas de nossas áreas de operação, como o estado de São Paulo, com rodovias concedidas, parcialmente paralelas e com menores tarifas. Conforme o programa de concessão de estradas avança, nós estaremos sujeitos ao aumento de competição. Além disso, a melhoria do sistema de transporte público do Estado de São Paulo, estaremos sujeitos à competição de outras formas de transporte público, como ônibus e trens. O aumento da competitividade ou melhorias subsidiadas pelos Governos nas estradas existentes ou no sistema de transporte público podem reduzir o tráfego em nossas vias pedagiadas e o volume de passageiros na nossa futura linha de metrô e, assim, reduzir nossas receitas.

Ademais, competimos com novos e atuais *players* atuantes nas licitações que participamos para levarmos adiante nossos planos de expansão. Esses competidores podem ser mais capazes que nós ou possuir melhor acesso a capital e financiamentos. Dessa forma, podemos não conseguir oferecer os melhores preços e condições nessas licitações, em razão da participação de ditos novos *players* no mercado ou companhias visando obter concessões com menores lucros. Portanto, não há garantia de que obteremos sucesso nessas licitações e em consequência nossos competidores podem aumentar sua participação de mercado.

Uma vez que nossa estratégia de crescimento envolve o enfoque na aquisição de sociedades ou participações nos respectivos capitais, nós podemos ser afetados negativamente caso nós não consigamos adquirir sociedades ou participações ou caso as sociedades que nós adquirimos ou compartilhamos o controle não alcancem os resultados esperados.

Faz parte de nossa estratégia adquirir novas concessões em processos licitatórios, bem como ou participações nas atuais concessionárias. Qualquer dessas transações envolve uma série de riscos adicionais e dificuldades para os nossos negócios, incluindo: (i) dificuldades de integrar as operações, sistemas de administração de informações, recursos humanos, *marketing* e suporte; (ii) atrasos ou obstáculos no aproveitamento de potenciais benefícios e sinergias; (iii) dificuldades em manter funcionários importantes para o negócio; (iv) dificuldades em recuperar o investimento realizado; (v) custos e contingências não previstas inicialmente; e (vi)

outras consequências de natureza contábil. Além disso, estamos sujeitos a não obter os benefícios esperados em qualquer uma das aquisições. Se não conseguirmos vencer licitações, adquirir negócios integrar operações e administração dos negócios ou se não conseguirmos alcançar a sinergia necessária nos processos, nossas receitas e resultados financeiros consolidados podem ser afetados negativamente.

Eventualmente podemos não obter sucesso na implementação da nossa estratégia de negócios em outros segmentos, especialmente na concessão de serviços de metrô e na diversificação geográfica.

O sucesso na implementação da nossa estratégia de negócios em novos segmentos, especialmente na concessão de serviços de metrô e na diversificação geográfica, depende de uma série de fatores, incluindo a existência de oportunidades de investimentos lucrativos e um ambiente legislativo e regulatório estável. A inexistência de qualquer desses fatores e o nosso déficit de habilidade operacional nesses segmentos podem afetar negativamente nossa capacidade de implementar nossa estratégia de negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

Nos termos de nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a obrigações específicas, bem como restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais.

Somos parte em diversos contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros. Além disso, alguns de nossos contratos financeiros impõem restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais, tanto em Reais quanto em moeda estrangeira. Note-se também que, parte significativa das receitas de alguns de nossos negócios foram dadas em garantia de contratos financeiros celebrados no curso normal de nossos negócios. Para mais informações sobre os contratos financeiros em que somos parte, vide a seção “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras - Obrigações Contratuais Financeiras” na página 115 deste Prospecto.

Riscos Relacionados às Debêntures

A baixa liquidez do mercado secundário de debêntures brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta histórico de baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso venham a decidir vendê-las. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldade em realizar sua venda no mercado secundário.

Volatilidade e liquidez dos mercados de títulos brasileiros.

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em títulos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros: (i) mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; (ii) restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido. Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes; e (iii) a capitalização de mercado relativamente pequena e a liquidez dos mercados de títulos brasileiros podem limitar substancialmente a capacidade de negociar as Debêntures ao preço e no momento desejados.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Emissão poderá acarretar uma redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

A classificação de risco atribuída à presente emissão baseou-se na atual condição da Companhia e nas informações presentes neste Prospecto. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Companhia poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, gerando um excesso de oferta e diminuição do valor das Debêntures no mercado secundário.

Eventual questionamento sobre a validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP, a ser utilizada para as Debêntures da 1ª Série pode afetar adversamente os detentores das Debêntures da 1ª Série.

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é “nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP”. As Debêntures da 1ª Série serão remuneradas com referência à Taxa DI, divulgada diariamente pela CETIP. Apesar da referida súmula não vincular as decisões do poder judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão, estão sujeitas a hipóteses de Vencimento Antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia, tais como pedido de recuperação judicial ou falência por parte da Companhia, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, extinção de concessões, vencimento antecipado de outras dívidas, ausência de acordo sobre as Taxas Substitutivas da 1ª e 2ª Séries entre a Emissora e Debenturistas, conforme as seções “Resumo das Características da Oferta” e “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” nas páginas 17 e 34 deste Prospecto, respectivamente. Não há garantias de que a Companhia terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações. Ademais, o vencimento antecipado poderá causar um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Companhia. Para mais informações sobre as hipóteses de Vencimento Antecipado das Debêntures, vide Seção “Características da Oferta – Vencimento Antecipado” na página 44 deste Prospecto.

As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento a seu exclusivo critério.

Em vista disso, os adquirentes das Debêntures poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência do eventual resgate antecipado das Debêntures, pois (i) não há qualquer garantia de que existirão, no momento do vencimento antecipado, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures; e (ii) a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá resultar na aplicação efetiva de uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas quando de seu vencimento programado.

O regime de colocação das Debêntures da 2ª Série – melhores esforços – não garante a colocação de tais Debêntures da 2ª Série.

O regime de colocação das Debêntures estabelecido no Contrato de Colocação, firmado entre a Emissora e os Coordenadores prevê a colocação das Debêntures da 2ª Série em regime de melhores esforços. Ademais, nenhuma garantia pode ser dada de que as Debêntures da 2ª Série serão efetivamente colocadas, pois cabe à Emissora, a seu exclusivo critério, decidir se haverá a colocação das Debêntures da 2ª Série tendo em vista o resultado final do Procedimento de *Bookbuilding*.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

As informações financeiras da Companhia apresentadas neste Prospecto originaram-se das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008, e das Informações Financeiras consolidadas objeto de revisão especial para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2.008 e 2.009, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2.006, 2.007 e 2.008 foram auditadas pela KPMG, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2.008 contém um parágrafo de ênfase informando que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2.008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As informações financeiras da Companhia, referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2.009, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e revisadas pela KPMG de acordo com normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, conforme relatório de revisão especial constante do Anexo VIII, na página 689 a este Prospecto A KPMG menciona em seu relatório que esta revisão especial não representou um exame de auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e que, portanto, não está em condições de emitir, e não emitiu, uma opinião sobre estas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras referentes ao período aqui mencionado devem ser lidas e interpretadas neste contexto. O relatório de revisão dos auditores independentes contém um parágrafo de ênfase informando que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2.008, as informações contábeis referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2.008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2.007 (ou 31 de dezembro de 2.006) que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506 de 19 de junho de 2.006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, conseqüentemente, reapresentando comparativamente as demonstrações financeiras de 2.007.

Em 28 de dezembro de 2.007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07 que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Para mais informações sobre a Lei nº 11.638/07, vide a Seção “*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado Operacional – Resumo das principais práticas contábeis*”, na página 86 deste Prospecto.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.008 e de 2.007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e auditadas pela KPMG, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, e foram auditadas pela KPMG de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, em especial as estabelecidas pelo IBRACON e em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade.

As informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstração de resultados dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2.008 e 2.009, inseridas neste Prospecto, foram extraídas das nossas informações trimestrais (ITR) consolidadas, elaboradas pela Companhia de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR e incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Estas informações trimestrais - ITR foram submetidas à revisão especial pela KPMG, a qual foi efetuada de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, em especial as estabelecidas pelo IBRACON e em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade.

Demonstrações de Resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008 e períodos de três meses findos em 31 de março de 2.008 e 2.009

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Períodos de Três Meses Findos em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
	(exceto informações por ações)				
Demonstrações de Resultado ⁽¹⁾					
Receita operacional bruta	2.317.891	2.538.241	2.951.577	668.091	774.414
Deduções da receita bruta	(172.919)	(185.225)	(217.363)	(47.696)	(58.452)
Receita operacional líquida	2.144.972	2.353.016	2.734.214	620.395	715.962
Custo dos serviços prestados:					
Depreciação e amortização	(311.646)	(293.080)	(313.432)	(77.312)	(87.394)
Serviços de terceiros	(301.179)	(275.650)	(278.617)	(69.658)	(75.869)
Custos da Outorga	(253.762)	(171.408)	(202.983)	(45.889)	(60.927)
Custos com pessoal	(92.498)	(97.806)	(145.814)	(30.416)	(41.625)
Materiais, equipamentos e veículos	(27.064)	(25.037)	(38.652)	(5.830)	(10.526)
Outros	(83.042)	(87.621)	(78.940)	(18.833)	(23.594)
Lucro bruto	1.075.781	1.402.414	1.675.776	372.457	416.027
Despesas administrativas	(197.086)	(265.746)	(279.252)	(52.693)	(61.328)
Despesas financeiras:					
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	(676)	-	-	-	-
Juros e variação monetária	(196.916)	(246.674)	(309.357)	(48.439)	(110.845)
Variação cambial	-	-	(75.681)	(32.182)	(7.158)
Perda com operação de "swap"	(21.217)	(23.795)	(30.811)	(18.285)	(18.567)
Outras despesas financeiras	(60.698)	(62.668)	(25.103)	(6.832)	(14.317)
Receitas financeiras:					
Ganho com operação de "swap"	-	14.123	73.696	14.362	4.764
Variação cambial	7.828	14.137	22.837	6.088	26.284
Juros e outras receitas financeiras	78.088	79.847	91.421	22.963	36.929
Outras receitas e despesas	(23.313)	(22.286)	(28.622)	(5.021)	(9.044)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos minoritários ...	661.791	889.352	1.114.904	252.418	262.745
Imposto de renda e contribuição social	(109.930)	(301.584)	(392.128)	(87.707)	(105.167)
Lucro antes da participação dos minoritários	551.861	587.768	722.776	164.711	157.578
Participação dos minoritários	(4.593)	(8.086)	(9.190)	(2.534)	(1.637)
Lucro líquido	547.268	579.682	713.586	162.177	155.941
Lucro líquido por ação - R\$	1,36	1,44	1,77	0,40	0,39

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008 e em 31 de março de 2.008 e 2.009

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
Balanço Patrimonial ⁽¹⁾					
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	602.851	780.377	1.037.871	835.167	1.071.928
Conta reserva	24.247	-	1.771	52.308	12.801
Contas a receber	109.617	83.110	103.912	86.252	100.030
Partes relacionadas.....	60.249	62.792	74.672	53.882	71.268
Impostos a recuperar.....	53.571	33.742	46.328	66.071	95.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	5.458	19.176	19.756	20.885	15.971
Pagamentos antecipados relacionados à concessão ..	14.244	9.201	34.360	9.201	42.458
Contas a receber com operações de “swap”	-	-	18.262	-	17.809
Despesas antecipadas e outros.....	25.439	24.336	34.597	34.122	39.133
Total do circulante	<u>895.676</u>	<u>1.012.734</u>	<u>1.371.529</u>	<u>1.157.888</u>	<u>1.467.379</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber	30.469	-	-	-	-
Conta reserva	-	-	657	173	1.295
Partes relacionadas.....	-	327	1.109	982	1.156
Impostos a recuperar.....	-	31.266	46.333	45.545	59.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	28.849	25.508	23.812	19.598	24.921
Pagamentos antecipados relacionados à concessão ..	149.724	235.705	1.043.340	256.438	1.289.312
Contas a receber com operações de “swap”	-	897	33.598	-	22.074
Despesas antecipadas e outros.....	15.308	7.938	8.232	18.576	7.576
Total do realizável a longo prazo	<u>224.350</u>	<u>301.641</u>	<u>1.157.081</u>	<u>341.312</u>	<u>1.405.503</u>
Permanente:					
Investimentos	19.303	47.990	63.927	91.655	73.599
Imobilizado	2.412.257	2.587.528	3.160.201	2.608.128	3.224.863
Intangível	-	254.853	431.555	16.230	421.912
Diferido líquido.....	246.802	11.195	86.282	233.866	84.604
Total do permanente	<u>2.678.362</u>	<u>2.901.566</u>	<u>3.741.965</u>	<u>2.949.879</u>	<u>3.804.978</u>
Total do não circulante	<u>2.902.712</u>	<u>3.203.207</u>	<u>4.899.046</u>	<u>3.291.191</u>	<u>5.210.481</u>
Total	<u>3.798.388</u>	<u>4.215.941</u>	<u>6.270.575</u>	<u>4.449.079</u>	<u>6.677.860</u>

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto):					
Circulante:					
Empréstimos e financiamentos.....	151.014	121.695	1.144.078	122.224	1.362.332
Debêntures	111.568	205.602	617.755	331.748	653.232
Contas a pagar - operações de “swap”	11.046	3.138	765	4.781	558
Contas a pagar a fornecedores.....	98.217	113.760	159.625	100.836	120.931
Impostos e contribuições a recolher	47.512	51.141	63.280	51.534	58.658
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.355	12.143	18.197	58.799	92.842
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.401	1.641	6.730	1.382	6.449
Obrigações sociais e trabalhistas	22.372	29.151	43.402	56.391	66.569
Partes relacionadas.....	39.681	36.915	56.204	26.744	44.840
Provisão para contingências	2.454	2.284	2.496	2.284	1.506
Dividendos a pagar	4.925	30	143.506	201.579	143.506
Obrigações com o poder concedente.....	3.374	3.675	8.568	3.679	8.637
Outras contas a pagar	26.080	34.162	38.589	33.947	36.250
Total do circulante	<u>527.999</u>	<u>615.337</u>	<u>2.303.195</u>	<u>995.928</u>	<u>2.596.310</u>
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	629.049	268.562	340.314	259.600	419.902
Debêntures	864.104	1.389.162	1.619.946	1.259.691	1.499.771
Impostos e contribuições a recolher	51.738	44.344	31.371	41.211	27.356
Provisão para imposto de renda e contribuição social	70.784	213.616	308.456	237.345	310.494
Impostos diferidos	-	2.497	32.049	-	32.098
Provisão para contingências	850	4.435	6.998	3.892	7.074
Obrigações com o poder concedente – obras a executar.....	31.438	7.005	10.254	13.064	9.581
Partes relacionadas.....	1.916	12.630	10.633	1.916	10.633
Outras contas a pagar.....	41.109	25.952	3.752	31.055	3.569
Total do exigível a longo prazo	<u>1.690.988</u>	<u>1.968.203</u>	<u>2.363.773</u>	<u>1.847.774</u>	<u>2.320.478</u>
Participação de acionistas não controladores	13.039	19.359	25.080	21.871	26.717
Patrimônio líquido:					
Capital social.....	571.234	571.234	791.761	571.234	791.761
Reserva de capital	220.527	220.527	-	220.527	-
Ajuste acumulado de conversão	-	(136)	(2.499)	-	(2.612)
Reserva de lucros	774.601	821.417	789.265	791.745	789.265
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	155.941
Total do patrimônio líquido	<u>1.566.362</u>	<u>1.613.042</u>	<u>1.578.527</u>	<u>1.583.506</u>	<u>1.734.355</u>
Total	<u>3.798.388</u>	<u>4.215.941</u>	<u>6.270.575</u>	<u>4.449.079</u>	<u>6.677.860</u>

Outras informações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008 e períodos de três meses findos em 31 de março de 2.008 e 2.009

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Períodos de Três Meses findos em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
Outras informações financeiras					
Receita operacional bruta ⁽²⁾					
NovaDutra.....	622.832	677.086	764.219	176.985	187.882
AutoBAn.....	873.110	951.972	1.098.443	245.044	262.305
ViaOeste.....	385.175	420.662	489.733	109.739	123.791
RodoNorte.....	258.179	291.414	315.813	80.210	85.618
RodoAnel.....	-	-	3.866	-	26.186
Renovias.....	-	-	53.604	-	20.436
ViaQuatro.....	-	-	-	-	-
Ponte.....	91.703	96.251	105.968	24.766	27.056
Via Lagos.....	44.412	49.919	54.859	16.470	19.459
Todas as Concessionárias.....	2.275.411	2.487.304	2.886.505	653.214	752.733
Demonstrações do Fluxo de Caixa					
Caixa oriundo de atividades operacionais.....	1.081.676	1.273.393	694.817	339.047	92.117
Caixa usado em atividades de investimento....	(483.951)	(568.863)	(1.150.919)	(134.362)	(168.858)
Caixa oriundo de atividades financeiras.....	(332.416)	(527.004)	713.596	(149.895)	110.798
EBITDA ⁽³⁾					
NovaDutra.....	270.256	331.987	404.622	93.360	93.303
AutoBAn.....	488.647	614.901	724.277	161.738	172.375
ViaOeste.....	220.781	242.526	305.711	69.074	73.289
RodoNorte.....	131.668	157.476	180.415	47.121	51.040
RodoAnel.....	-	-	425	-	14.159
Renovias.....	-	-	31.100	-	11.058
ViaQuatro.....	-	-	-	-	(1.988)
Ponte.....	42.178	43.016	47.888	12.494	13.979
Via Lagos.....	24.826	29.465	32.568	10.657	13.123
Todas as Concessionárias.....	1.178.356	1.419.371	1.727.006	394.444	440.338
Total ⁽⁴⁾	1.206.252	1.442.237	1.731.852	402.152	454.813
Aquisição de ativo imobilizado.....	458.914	517.585	1.109.983	102.607	159.073

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Períodos de Três Meses findos em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
Investimentos					
NovaDutra.....	75.713	98.984	159.720	29.307	30.944
AutoBAn.....	157.534	202.328	286.607	37.581	66.075
ViaOeste.....	142.399	119.524	55.993	11.282	15.820
RodoNorte.....	43.887	45.149	88.590	8.880	13.942
RodoAnel.....	-	-	95.535	-	16.459
Renovias.....	-	-	11.540	-	3.869
ViaQuatro.....	-	316	69.266	-	1.905
Ponte.....	9.357	22.811	13.015	3.037	801
Via Lagos.....	4.685	4.577	4.782	74	947
Todas as Concessionárias.....	433.575	493.689	785.048	90.161	150.762

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Períodos de Três Meses findos em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares) ^(6,7)				
Veículos Equivalentes (em milhares) ^(6,7)					
AutoBAn.....	183.535.605	196.087.898	209.523.802	49.260.503	47.598.837
NovaDutra.....	119.849.448	125.279.783	131.910.860	31.788.832	30.459.327
RodoNorte.....	50.699.065	55.431.928	57.256.462	14.533.489	14.169.014
Ponte.....	26.345.382	27.015.086	28.100.551	6.774.462	6.837.977
ViaLagos.....	5.109.009	5.382.799	5.514.470	1.726.130	1.834.515
ViaOeste.....	53.902.102	57.858.375	62.234.994	14.731.090	14.872.279
Renovias ⁽⁹⁾	-	-	10.242.150	-	3.937.494
RodoAnel ⁽⁹⁾	-	-	3.221.697	-	21.821.430
Todas as Concessionárias ⁽⁸⁾	519.688.094	551.929.330	598.340.530	140.320.056	163.241.126

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Períodos de Três Meses findos em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em Reais)				
Média de Tarifas Pagas de Pedágio por Veículo Equivalente ^(6,7)					
AutoBAn.....	4,68	4,78	5,16	4,89	5,43
NovaDutra.....	5,10	5,31	5,67	5,47	5,99
RodoNorte.....	4,95	5,12	5,38	5,38	5,89
Ponte.....	3,29	3,44	3,63	3,50	3,80
ViaLagos.....	8,49	9,11	9,80	9,42	10,52
ViaOeste.....	7,02	7,15	7,74	7,31	8,17
Renovias ⁽⁹⁾	-	-	5,14	-	5,21
RodoAnel ⁽⁹⁾	-	-	1,20	-	1,20
Todas as Concessionárias.....	4,29	4,43	4,73	4,56	4,52

- (1) As informações contidas nas demonstrações de resultado e balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008 são consolidadas.
- (2) As receitas brutas incluem outras receitas relacionadas às nossas atividades que não são receitas de pedágio.
- (3) EBITDA é obtido mediante a adição às nossas receitas líquidas (após a dedução do custo dos serviços prestados e das despesas administrativas) das despesas de depreciação, amortização e amortização dos valores referentes ao custo da outorga de nossas concessões equivalente a R\$13.067 mil em 2.006, R\$8.024 mil em 2.007 e R\$10.121 mil em 2.008. O EBITDA por ser uma medidas não contábil apresentado, pode não ser comparável à mesma informação apresentada por outras companhias.
- (4) Informações consolidadas incluindo as Concessionárias, Actua Serviços, Actua Assessoria, Engelog, Parques, CCR, STP e CPC, bem como as eliminações do processo de consolidação.
- (5) Número de veículos pedagiados, em determinado período, independentemente do seu número de eixos. Um veículo é contado mais de uma vez, se ele passar por mais de uma praça de pedágio em uma viagem ou se ele fizer diversas viagens, durante aquele determinado período. Um mesmo veículo é, no total, contado mais de uma vez, caso ele viaje por mais de um sistema rodoviário de pedágio, naquele determinado período.
- (6) Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.
- (7) O número de praças de pedágio varia, modificando o valor do pedágio cobrado em cada praça de pedágio, dessa forma, o número total de veículos pedagiados e a média de tarifas pagas por veículo equivalente não são comparáveis com relação a diferentes períodos de apuração.
- (8) No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

(9) Em junho de 2.008, a CCR adquiriu, por meio de sua controlada CPC, 40% de ações representativas do capital social da Renovias e passou a consolidar proporcionalmente à participação na investida. Em dezembro de 2.008, o RodoAnel (cujas acionistas são a CCR e a Encalco, na proporção de 95% e 5% respectivamente) iniciou a operação.

Eventos Subsequentes

Controlar:

Em 09 de fevereiro de 2.009, por meio de nossa controlada CPC, e com a Brisa, firmamos um contrato de compra e venda de ações sob condições suspensivas, irrevogável e irretratável, com a CS, seus acionistas e sua respectiva controlada, a BRI, para aquisição, pela CPC, de ações representativas de 45% do capital social da Controlar. O contrato de compra e venda prevê o cumprimento de diversas condições precedentes pelos vendedores para a conclusão financeira da aquisição, dentre elas a obtenção da prévia autorização do poder concedente. A referida autorização do poder concedente foi concedida conforme publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, datado de 30 de maio de 2.009, condicionada à (i) confirmação da garantia prestada ao poder concedente; (ii) apresentação de novo estatuto social da Controlar, devidamente regularizado mediante o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, refletindo a alteração societária e, por fim; (iii) a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, espelhando as alterações realizadas e ratificando os demais termos do referido Contrato de Concessão. A Controlar e seus acionistas estão adotando as medidas necessárias para atender às exigências do poder concedente, bem como outras necessárias para o cumprimento das demais obrigações previstas no contrato de compra e venda.

Caso as condições suspensivas sejam atendidas e a aquisição concluída, o capital social da Controlar será detido nas seguintes proporções: (i) BRI: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); (ii) CPC: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); e (iii) Brisa: 10% do capital social (100% das ações preferenciais). O investimento da CPC será de R\$121.014.000,00 (data-base de dezembro/2007).

A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2.018, a concessão para implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Termo de Concessão de Serviços nº 34/SVMA/95, de 04 de janeiro de 1996, celebrado entre a Controlar e o Município de São Paulo. O Programa de Controle de Emissão Veicular no Município de São Paulo teve início em 2.008 para veículos movidos a diesel, e a partir de fevereiro de 2.009 será obrigatório para todas as categorias de veículos fabricados a partir de 2.003 e registrados na Cidade de São Paulo, bem como da totalidade da frota de motocicletas, motonetas e assemelhados. Além disso, a partir de 02 de janeiro de 2.010, todos os veículos com motor de ciclo Otto deverão ser inspecionados, independentemente do ano de sua fabricação.

Northwest Parkway

Em 30 de abril de 2.009, foi firmado um Contrato de Compra e Venda de Ações, irrevogável e irretratável, com a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A., para a venda da totalidade da participação da CCR (10% do capital social) na empresa Northwest Parkway, LLC, no valor de US\$29,143,473.00.

Em consequência ao Contrato de Compra e Venda supra, a Brisa passou a deter 100% da participação acionária da Northwest Parkway, LLC.

A Northwest Parkway, LLC é a concessionária responsável pela exploração da concessão da Northwest Parkway, que tem extensão aproximada de 14 km, encontra-se em operação desde novembro de 2.003 e integra o anel viário da cidade de Denver, no estado do Colorado, EUA.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Esta seção contém estimativas e perspectivas futuras que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia poderão diferir significativamente das estimativas e perspectivas futuras aqui descritas, em decorrência de diversos fatores, inclusive, mas a tanto não se limitando às circunstâncias descritas na seção “Fatores de Risco”, na página 62 deste Prospecto. A discussão a seguir sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia deve ser lida em conjunto com suas demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes, incluídas neste Prospecto.

Introdução

As informações financeiras da Companhia apresentadas neste Prospecto originaram-se das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008, e das Informações Financeiras consolidadas objeto de revisão especial para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2.008 e 2.009, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2.006, 2.007 e 2.008 foram auditadas pela KPMG, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2.008 contém um parágrafo de ênfase informando que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2.008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As informações financeiras da Companhia, referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2.009, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e revisadas pela KPMG de acordo com normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, conforme relatório de revisão especial constante do Anexo VIII, na página 689 a este Prospecto. A KPMG menciona em seu relatório que esta revisão especial não representou um exame de auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e que, portanto, não está em condições de emitir, e não emitiu, uma opinião sobre estas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras referentes ao período aqui mencionado devem ser lidas e interpretadas neste contexto. O relatório de revisão dos auditores independentes contém um parágrafo de ênfase informando que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2.008, as informações contábeis referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2.008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2.007 (ou 31 de dezembro de 2.006) que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506 de 19 de junho de 2.006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, conseqüentemente, reapresentando comparativamente as demonstrações financeiras de 2.007.

Em 28 de dezembro de 2.007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07 que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Para mais informações sobre a Lei nº 11.638/07, vide a Seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado Operacional – Resumo das principais práticas contábeis”, na página 86 deste Prospecto.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.008 e de 2.007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e auditadas pela KPMG, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, e foram auditadas pela KPMG de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, em especial as estabelecidas pelo IBRACON e em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade.

As informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstração de resultados dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2.008 e 2.009, inseridas neste Prospecto, foram extraídas das nossas informações trimestrais (ITR) consolidadas, elaboradas pela Companhia de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR e incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Estas informações trimestrais - ITR foram submetidas à revisão especial pela KPMG, a qual foi efetuada de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, em especial as estabelecidas pelo IBRACON e em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade.

Visão Geral

Nossas concessionárias de rodovias, dentre elas a AutoBAn, a ViaOeste, a NovaDutra, a Ponte, a RodoNorte, a ViaLagos, a RodoAnel e a Renovias, administram em conjunto 1.566,6 quilômetros de rodovias, o que representa cerca de 13% do total da malha concedida a iniciativa privada no País, de acordo com dados da ABCR divulgados em 2.007. Segundo a Bloomberg, uma das mais representativas instituições de análise financeira, a boa atuação das concessionárias do grupo levaram a CCR a conquistar lugar de destaque entre as maiores empresas de concessões de rodovias do mundo, representando 41% em termos de volume de receitas de pedágio no País. Além da atuação em rodovias, detemos ainda o controle da ViaQuatro, que se encontra em fase pré-operacional, e será a responsável pela exploração dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

Temos como atividade principal a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias, tanto no Brasil como no exterior, direta ou indiretamente, ou ainda, por meio de consórcios. Dentre estas atividades, além de nossas concessões de rodovias, buscamos diversificar nosso portfólio de investimentos, tendo como marco inicial a PPP na concessão da Linha 4 do Metrô de São Paulo. Além desta concessão, que será operada pela ViaQuatro, continuamos em busca de oportunidades em infra-estrutura, seja em concessões ou outros negócios relacionados.

O objeto social da Companhia compreende, ainda, a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas, desde que relacionados com nossos principais negócios; o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive a importação e exportação; e a participação no capital de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

Detemos 100,0% do capital social da AutoBAn, NovaDutra, ViaOeste, Ponte e ViaLagos. No tocante à: (i) RodoNorte, detemos aproximadamente 85,9% das ações representativas de seu capital social; (ii) ViaQuatro, detemos 58,0% das ações representativas de seu capital social; (iii) RodoAnel, detemos 95,0% das ações representativas de capital social; e (iv) Renovias, detemos 40,0% das ações representativas de capital social, por meio de nossa controlada CPC.

O quadro abaixo contém informações operacionais e relevantes sobre os contratos de concessão vigentes durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.008, bem como no período de três meses findos em 31 de março de 2.009, os quais permanecerão em vigor por prazos que variam de seis a 30 anos, contados da data deste Prospecto:

Contratos de Concessão	Data de Término do Contrato de Concessão	Extensão (km ²)	Veículos Equivalentes		% da Receita Bruta (*)	
			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.008	Período de três meses findos em 31 de março de 2.009	Exercício social encerrado 31 de dezembro de 2.008	Período de três meses findos em 31 de março de 2.009
NovaDutra (rodovia BR-116 entre São Paulo e Rio de Janeiro)	28 de fevereiro de 2.021	402,20	131.910.860	30.459.327	25,89%	24,26%
AutoBAn (Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com três rodovias ligando São Paulo, Campinas e Limeira)	31 de dezembro de 2.026	316,80	209.523.802	47.598.837	37,22%	33,87%
RodoNorte (quatro rodovias ligando Curitiba e Apucarana, Ponta Grossa e Jaguariáva) ⁽¹⁾	21 de novembro de 2.021	487,50	57.256.462	14.169.014	10,70%	11,06%
Ponte (ponte entre Rio de Janeiro e Niterói)	31 de maio de 2.015	23,30	28.100.551	6.837.977	3,59%	3,49%
ViaLagos (três rodovias na Região dos Lagos e Rio de Janeiro)	12 de janeiro de 2.022	60,00	5.514.470	1.834.515	1,86%	2,51%
ViaOeste (Sistema Castello Branco-Raposo Tavares no Estado de São Paulo)	31 de dezembro de 2.022	162,00	62.234.994	14.872.279	16,59%	15,99%
ViaQuatro (Linha 4 do metrô de São Paulo)	29 de novembro de 2.038	12,80	--	--	--	--
RodoAnel Mário Covas (Trecho Oeste)	31 de maio de 2.038	32,00	3.221.697 ⁽²⁾	21.821.430	0,13%	3,38%
Renovias (rodovia ligando Campinas ao sul de Minas Gerais)	31 de maio de 2.022	345,60	10.242.150 ⁽³⁾	5.906.241	1,82%	2,64%
(*) Receitas não relacionadas aos Contratos de Concessão, mas relativas a outras prestações de serviços					2,20%	2,80%

(1) Podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2.041 para garantir 30 anos de exploração econômica.

(2) Os Veículos Equivalentes apresentados referem-se a 15 dias de arrecadação.

(3) Os Veículos Equivalentes apresentados referem-se à participação da CCR (40%), apurados nos meses de junho a dezembro de 2.008.

Em 09 de fevereiro de 2.009, por meio de nossa controlada CPC, e com a Brisa, firmamos um contrato de compra e venda de ações sob condições suspensivas, irrevogável e irretroatável, com a CS, seus acionistas e sua respectiva controlada, a BRI, para aquisição, pela CPC, de ações representativas de 45% do capital social da Controlar. O contrato de compra e venda prevê o cumprimento de diversas condições precedentes pelos vendedores para a conclusão financeira da aquisição, dentre elas a obtenção da prévia autorização do poder concedente. A referida autorização do poder concedente foi concedida conforme publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, datado de 30 de maio de 2.009, condicionada à (i) confirmação da garantia prestada ao poder concedente; (ii) apresentação de novo estatuto social da Controlar, devidamente regularizado mediante o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, refletindo a alteração societária e, por fim; (iii) a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, espelhando as alterações realizadas e ratificando os demais termos do referido Contrato de Concessão. A Controlar e seus acionistas estão adotando as medidas necessárias para atender às exigências do poder concedente, bem como outras necessárias para o cumprimento das demais obrigações previstas no contrato de compra e venda.

Caso as condições suspensivas sejam atendidas e a aquisição concluída, o capital social da Controlar será detido nas seguintes proporções: (i) BRI: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); (ii) CPC: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); e (iii) Brisa: 10% do capital social (100% das ações preferenciais). O investimento da CPC será de R\$121.014.000,00 (data-base de dezembro/2007).

A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2.018, a concessão para implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Município de São

Paulo, Estado de São Paulo, conforme Termo de Concessão de Serviços nº 34/SVMA/95, de 04 de janeiro de 1996, celebrado entre a Controlar e o Município de São Paulo. O Programa de Controle de Emissão Veicular no Município de São Paulo teve início em 2.008 para veículos movidos a diesel, e a partir de fevereiro de 2.009 será obrigatório para todas as categorias de veículos fabricados a partir de 2.003 e registrados na Cidade de São Paulo, bem como da totalidade da frota de motocicletas, motonetas e assemelhados. Além disso, a partir de 02 de janeiro de 2.010, todos os veículos com motor de ciclo Otto deverão ser inspecionados, independentemente do ano de sua fabricação.

Nossa Estratégia

Dentre nossos objetivos, buscamos viabilizar soluções de investimentos e serviços em infra-estrutura, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico e para a melhoria da qualidade de vida dos usuários das concessões administradas pela CCR, expandindo e aperfeiçoando nossas operações de forma a maximizar economias de escala.

Para alcançar tais objetivos, nossas estratégias são as seguintes:

Aumentar e diversificar a rede de concessões que operamos. Pretendemos aumentar e diversificar as concessões que operamos, aproveitando as possibilidades de outorga de concessões federais, estaduais e municipais para a administração de rodovias existentes, e participação em projetos em desenvolvimento no Brasil na área de transporte e infra-estrutura de transporte (mobilidade em geral) no âmbito dos programas de Concessões ou PPPs, além de novas oportunidades em outros negócios correlatos à nossa atividade principal. Outro meio para nossa expansão é a aquisição de participação em outras concessionárias existentes. Nós acreditamos que a expansão e a diversificação de nossas atividades ocorrerão inicialmente no Brasil, mas também estamos atentos e dispostos a participar em projetos no exterior.

Consolidar e maximizar os benefícios de se combinar a gestão do nosso portfólio. Continuamos com nossa estratégia de consolidar e maximizar as economias de escala e as eficiências operacionais decorrentes da unificação do controle comum estratégico de nossas concessões.

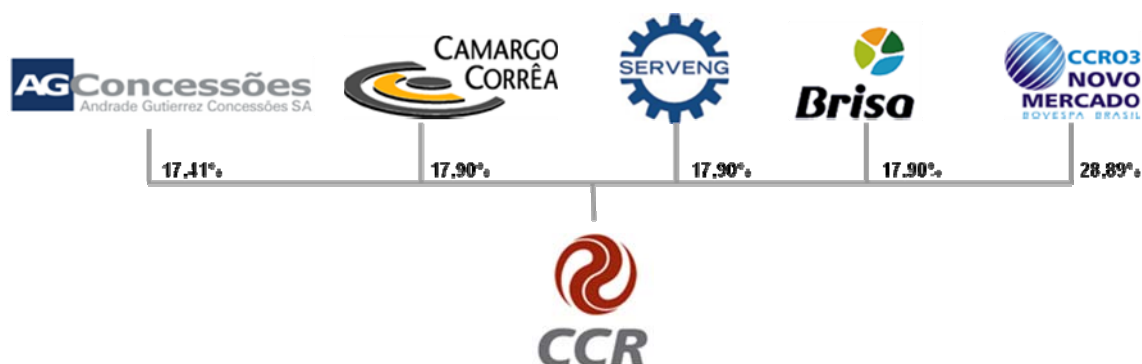
- *Maximizar economias de escala.* Centralizamos determinadas funções financeiras, contábeis, administrativas, jurídicas e gerenciais de nossas concessões e pretendemos expandir e aperfeiçoar essa centralização. Além disso, nós temos administrado ativamente nossos compromissos financeiros de maneira centralizada.
- *Maximizar eficiências operacionais em cada concessão.* Introduzimos um sistema de melhores práticas nas concessões que administramos com relação aos serviços de construção, manutenção, segurança, emergência e gerenciamento do tráfego nas rodovias que operamos. Nós também continuamos aprimorando o posicionamento das praças de pedágio para reduzir a utilização de rotas alternativas e incrementando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio.

Explorar e desenvolver oportunidades em negócios relacionados. Pretendemos expandir as nossas operações para outras atividades correlatas à nossa atividade principal. O investimento na Controlar é parte desta estratégia. Para mais informações sobre nosso investimento na Controlar ver seção “*Sumário da Companhia - Introdução*” na página 28 deste Prospecto. Com esse intuito estamos atentos inclusive às oportunidades na área de mobilidade em geral.

Acreditamos que a nossa experiência no setor de concessão de rodovias, no Brasil, aliada à experiência de nossos Acionistas Controladores nas áreas de construção civil e operação de concessões de serviços públicos, e a relação de colaboração com tais Acionistas Controladores, nos dá uma vantagem competitiva que nos permite implementar com sucesso a nossa estratégia.

Estrutura Organizacional

O gráfico abaixo apresenta a estrutura organizacional da Companhia, bem como um resumo a respeito das Concessionárias e Consórcios nos quais detemos participação direta ou indireta em 31 de março de 2.009.



Controladas

Porcentagem de participação

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00
RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V.	100,00
CCR – USA, LLC	100,00

(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.

Controladas em conjunto

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25

Participações indiretas na (a) Renovias, por meio de sua controlada CPC; (b) no CVV, por meio de sua controlada Engellog e (c) no COPARQUES, por meio da sua controlada PARQUES, detentora de 2% de participação. Referida participação, somada à participação direta da CCR, soma o total de 86,20% de participação da CCR no COPARQUES.

Principais Fatores que Afetam Nossos Resultados Operacionais

Cenário Macroeconômico Brasileiro

A Companhia possui basicamente operações no Brasil, sendo pouco dependente do mercado externo, razão pela qual seus resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias, e crescimento do produto interno bruto.

Nos últimos 14 anos, desde o início do plano Real, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, especialmente nos últimos nove anos, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o país em relação aos próximos anos. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, a elevação do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 2,9% em 2.005, 3,7% em 2.006, de 5,4% em 2.007 e de 5,1% em 2.008. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu de 19,1% em 2.005, para 15,1% em 2.006, para 11,8% em 2.007 e para 12,4% em 2.008. Em 31 de março de 2.009, a SELIC era de 12,9% ao ano.

Como reflexo do acima disposto, observa-se a redução do nível de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país. Segundo o IBGE, a taxa de desocupação diminuiu de 9,6% em dezembro de 2.004 para 7,4% em dezembro de 2.007, tendo se estabilizado em 7,6% a partir de agosto de 2.008, queda de 1,4% em relação a setembro de 2.007 quando era de 9,0%. Ainda segundo o IBGE, a população ocupada (22 milhões) apresentou elevação de 0,7% em relação a agosto e de 3,4% na comparação com setembro de 2.007. O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (9,7 milhões) cresceu 6% na comparação anual (550 mil pessoas). A população desocupada (1,8 milhão) ficou estável em relação a agosto e caiu 13,2% no confronto com setembro de 2.007. O rendimento médio real dos trabalhadores (R\$1.267,30) apresentou alta de 0,9% frente a agosto; já na comparação anual, o crescimento foi de 6,4%.

Em relação aos dois fatores determinantes do crescimento econômico mencionados anteriormente, as perspectivas para a demanda interna continuam positivas, baseadas principalmente na expectativa de gradual elevação do crédito em diversas modalidades, em função da política de redução de juros em vigor nos últimos anos e da criação de produtos de crédito alternativos como o crédito consignado, dentre outros. No Brasil, as operações de crédito do sistema financeiro total como percentual do PIB passaram de 24,2% do PIB no final de 2.002 para 34,0% em outubro de 2.007, e, em junho de 2.008, encontrava-se em 36,5% do PIB, segundo o BACEN, valor expressivo, mas ainda aquém daqueles apresentados por diversas outras economias. Os níveis de inadimplência das operações de crédito com recursos livres, no mesmo período, diminuíram de 7,7% para 4,5%, de acordo com o BACEN. Todos esses fatores vêm contribuindo para o elevado crescimento das vendas no varejo, que apresentaram crescimento superior ao crescimento do PIB em todos os anos no período de 2.004 a 2.007. As vendas no varejo cresceram 22,1% entre 2.005 e 2.007 (comparado com o crescimento de 12,8% do PIB no período).

O Governo Federal brasileiro exerce importante influência na economia por meio de diversas medidas, dentre as quais se destacam as relativas ao controle da inflação. A inflação tem se mantido dentro das metas estipuladas pelas autoridades monetárias e pelo governo brasileiro (1,2% em 2.005, 3,8% em 2.006, 7,8% em 2.007 e 4,5% em 2.008).

A queda dos níveis inflacionários, observada até o presente momento, tem permitido ao Banco Central reduzir a taxa básica de juros, influenciando os juros praticados pelo mercado, a exemplo da taxa média dos CDI que, entre 2.003 e 2.008, caiu de 23,2% ao ano para 12,4% ao ano. Taxas de juros de longo prazo também têm apresentado queda expressiva: a TJLP, referência para empréstimos de longo prazo e principal indexador dos empréstimos do BNDES, apresentou média de 6,3% ao ano em 2.008, após 11,5% ao ano em 2.003.

Quanto às finanças públicas, o Brasil tem apresentado sucessivos superávits primários e redução da dívida líquida do setor público, a qual passou de 50,5% do PIB no final de 2.002 para 36,0% no final de 2.008, segundo o BACEN. O perfil de endividamento também sofreu mudanças, com alongamento do prazo dos títulos em geral, redução expressiva de endividamento atrelado ao dólar (0,83% dos títulos públicos federais e operações de mercado aberto em dezembro de 2.007 após tal percentual ter atingido 20,3% ao final de 2.002) e redução à exposição em títulos pós-fixados (29,4% em dezembro de 2.007 contra 55,2% em dezembro de 2.002). Caso sejam mantidas as tendências atuais, todos esses fatores tendem a contribuir, nos próximos anos, para a elevação do investimento público e, conseqüentemente, para o crescimento do PIB. Veja a seção “*Fatores de Risco*”, na página 62 deste Prospecto. Em relação a sua política cambial, o Brasil passou por importante momento em 1.999, ano em que o câmbio apresentou alta volatilidade e que o regime de câmbio passou a ser flutuante.

Em 2.002, devido a uma série de eventos de ordem política e econômica, a taxa de câmbio sofreu uma forte desvalorização de 52,3%. Já a partir de 2.003, como resultado de um crescente fluxo de divisas proveniente da elevação das exportações e do investimento estrangeiro, a taxa de câmbio apresentou valorizações contínuas, saindo de uma taxa média em relação ao Dólar de R\$3,08, em 2.003, para R\$1,95 em 2.007, representando uma valorização total de 57,9%. O Real valorizou 11,8% em 2.005, 8,7% em 2.006 e 17,2% em 2.007 em relação ao Dólar; no entanto, em razão da atual crise financeira mundial, o Real, em 2.008, desvalorizou-se perante o Dólar, tendo acumulado uma desvalorização perante o Dólar de 32,0%, sendo a taxa de câmbio para o mesmo período de R\$2,3362 por US\$1,00.

Nos últimos meses, essa tendência está se revertendo e o Real voltou a se valorizar frente ao Dólar. Em 31 de março de 2.009, a taxa de câmbio era de R\$2,3144 por US\$1,00.

Esses resultados, aliados ao contínuo fluxo de recursos do exterior e à redução do endividamento externo, contribuíram para o acúmulo de reservas internacionais e a maior estabilidade da economia. Pelos mesmos motivos, a percepção de risco da economia brasileira pelo mercado internacional tem sido afetada positivamente de maneira contínua. O risco-país, calculado pela JP Morgan por meio do índice EMBI, apresentou média de 838 pontos em 2.003 e média de 181 pontos em 2.007. Pela primeira vez na história, em janeiro de 2.008, as reservas brasileiras internacionais ultrapassaram o valor de seu endividamento externo, quando o Brasil se tornou credor externo com reservas excedendo sua dívida em mais de US\$4 bilhões em comparação a uma dívida líquida de US\$165,2 bilhões no final de 2.003.

A tabela a seguir fornece os dados do crescimento real do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio do Dólar nos períodos indicados.

	Anos de			Período de Três Meses findo em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
Crescimento real do PIB.....	4%	5,7%	5.1%	-	-
Inflação (IPCA) ⁽¹⁾	3,1%	4,5%	5,9%	1,5%	1,2%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	3,8%	7,7%	9,8%	2,1%	-0,9%
CDI ⁽³⁾	13,1%	11,9%	12,4%	11,1%	1165,0%
Valorização (Desvalorização) do Real face ao Dólar.....	8,6%	17,1%	-31,95	14,7%	-32,4%
Taxa de câmbio do fim do período – US\$1.00.....	R\$2,137	R\$1,771	R\$2,336	R\$1,748	R\$2,315
Taxa de câmbio média – US\$1.00.....	R\$2,176	R\$1,947	R\$1,836	R\$1,737	R\$2,310

Fontes: FGV, BACEN e Bloomberg.

⁽¹⁾ A Inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE.

⁽²⁾ A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.

⁽³⁾ A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticadas durante o dia no Brasil (acumulada para o mês do fim do período, anualizada).

Obrigações Financeiras com o Poder Concedente

De acordo com os contratos de concessão da AutoBAN, ViaOeste, Renovias e RodoAnel, somos obrigados a pagar ao poder concedente uma contrapartida pelo direito de outorga da concessão, que é reajustado anualmente de acordo com o índice aplicável ao reajuste das tarifas de pedágio que cobramos em cada uma dessas concessões e na mesma data que o reajuste da tarifa de pedágio ocorre.

Os contratos de concessão da RodoNorte, Ponte e NovaDutra não estabelecem tal pagamento. Em 2.005, a concessionária Via Lagos celebrou o ‘Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão’ que resultou na compensação do saldo de valor da outorga da concessão com o valor excedente de despesas com desapropriações realizadas pela concessionária à época.

Com exceção do RodoAnel, o pagamento da outorga é realizado mensalmente, de acordo com um cronograma definido com o poder concedente. No RodoAnel o pagamento da outorga é realizado nos dois primeiros anos da concessão.

Além disso, de acordo com os contratos de concessão, nós pagamos, mensalmente ao poder concedente, a título de outorga variável, o equivalente a 3% das receitas brutas, excluídas as receitas financeiras, para as Concessionárias AutoBAN, ViaOeste, RodoAnel e Renovias.

Os pagamentos acima estão refletidos nas nossas demonstrações de resultado como custo de serviços prestados. Para mais informações, ver nota 25 de nossas informações trimestrais (ITR) revisadas de 31 de março de 2.009, na página 788 deste Prospecto.

Contabilização do Valor da Outorga da Concessão

Desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.002, registramos em nossas demonstrações financeiras as obrigações e direitos decorrentes dos contratos de concessão da AutoBAN e Via Lagos à medida que o prazo de utilização da rodovia é incorrido. A partir de março de 2.005, passamos a registrar nas nossas demonstrações financeiras as obrigações e direitos decorrentes dos contratos de concessão da ViaOeste, e a partir de junho de 2.008 as obrigações e direitos decorrentes dos contratos de concessão da Renovias, esta última para fins de consolidação. A contrapartida desses registros é lançada diretamente no resultado do exercício na rubrica de custos dos serviços prestados. O passivo total registrado anteriormente, bem como o valor registrado no ativo permanente, líquido da depreciação e amortização acumuladas foram estornados.

Esse tratamento contábil eliminou o custo de despesas de depreciação e amortização do ativo anteriormente registrado e a despesa financeira atribuível à atualização monetária das obrigações com o poder concedente. Dessa forma, essa mudança de tratamento contábil trouxe um impacto significativamente positivo em nossos resultados atuais e históricos quando comparados com os resultados apurados pela prática contábil anteriormente adotada.

Acreditamos que esse tratamento contábil reflete de forma mais apropriada os resultados obtidos com nossas operações.

A partir da publicação da Lei nº 11.638/07, o Brasil encontra-se em processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), realizado através da emissão de pronunciamentos contábeis emitidos pelo ‘Comitê de Pronunciamentos Contábeis’ brasileiro e aprovados para aplicação às companhias abertas pela CVM.

Conforme agenda divulgada no website do ‘Comitê de Pronunciamentos Contábeis’ e da CVM, temos conhecimento que neste processo de convergência o tratamento contábil aplicável a contratos de concessão será colocado possivelmente em audiência pública pela CVM ainda em 2.009.

Para mais informações, ver nota explicativa 3.2 de nossas informações trimestrais (ITR) revisadas de 31 de março de 2.009, na página 720 deste Prospecto.

Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2.007 (ou 31 de dezembro de 2.006) que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506 de 19 de junho de 2.006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, conseqüentemente, reapresentando comparativamente as demonstrações financeiras de 2.007.

Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação, o resumo dos efeitos nos resultados de 2.008 e 2.007 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2.008 e 2.007, decorrentes da adoção da referida legislação.

Ajustes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 no balanço patrimonial na data de transição - 1º de janeiro de 2.007

	Em 31 de dezembro de 2.006		Em 1 de janeiro de 2.007
		(em milhares de Reais)	
	Saldos	Ajustes	Saldos Ajustados
Patrimônio líquido	<u>1.566.362</u>	(771)	<u>1.565.591</u>
Capital social	571.234	-	571.234
Reservas de capital	220.527	-	220.527
Ajustes acumulados de conversão	-	2	2
Lucros acumulados	774.601	(773) {a}	773.828

Resumo dos ajustes

{a} Ajustes contra lucros acumulados	(773)
{a1} Apropriação de custo de transação na emissão de títulos	(771)
{a2} Ajuste acumulado de conversão	(2)

Reclassificações - Consolidado

	Em 31 de dezembro de 2.007		
	(em milhares de Reais)		
Ativo não circulante	Saldos	Reclassificações	Saldos ajustados
Investimentos	63.263	(15.273)	47.990
Imobilizado	2.602.025	(14.497)	2.587.528
Intangível	-	254.853	254.853
Diferido	<u>236.278</u>	<u>(225.083)</u>	<u>11.195</u>
	<u>2.901.566</u>	<u>-</u>	<u>2.901.566</u>

Demonstrações de Resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008 e períodos de três meses findos em 31 de março de 2.008 e 2.009

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Trimestre findo em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
	(exceto informações por ações)				
Demonstrações de Resultados					
Receita operacional bruta	2.317.891	2.538.241	2.951.577	668.091	774.414
Deduções da receita bruta	(172.919)	(185.225)	(217.363)	(47.696)	(58.452)
Receita operacional líquida	2.144.972	2.353.016	2.734.214	620.395	715.962
Custo dos serviços prestados:					
Depreciação e amortização	(311.646)	(293.080)	(313.432)	(77.312)	(87.394)
Serviços de terceiros	(301.179)	(275.650)	(278.617)	(69.658)	(75.869)
Custos da Outorga	(253.762)	(171.408)	(202.983)	(45.889)	(60.927)
Custos com pessoal	(92.498)	(97.806)	(145.814)	(30.416)	(41.625)
Materiais, equipamentos e veículos	(27.064)	(25.037)	(38.652)	(5.830)	(10.526)
Outros	(83.042)	(87.621)	(78.940)	(18.833)	(23.594)
Lucro bruto	1.075.781	1.402.414	1.675.776	372.457	416.027
Despesas administrativas	(197.086)	(265.746)	(279.252)	(52.693)	(61.328)
Despesas financeiras:					
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	(676)	-	-	-	-
Juros e variação monetária	(196.916)	(246.674)	(309.357)	(48.439)	(110.845)
Variação cambial	-	-	(75.681)	(32.182)	(7.158)
Perda com operação de "swap"	(21.217)	(23.795)	(30.811)	(18.285)	(18.567)
Outras despesas financeiras	(60.698)	(62.668)	(25.103)	(6.832)	(14.317)
Receitas financeiras:					
Ganho com operação de "swap"	-	14.123	73.696	14.362	4.764
Variação cambial	7.828	14.137	22.837	6.088	26.284
Juros e outras receitas financeiras	78.088	79.847	91.421	22.963	36.929
Outras receitas e despesas	(23.313)	(22.286)	(28.622)	(5.021)	(9.044)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos minoritários	661.791	889.352	1.114.904	252.418	262.745
Imposto de renda e contribuição social	(109.930)	(301.584)	(392.128)	(87.707)	(105.167)
Lucro antes da participação dos minoritários	551.861	587.768	722.776	164.711	157.578
Participação dos minoritários	(4.593)	(8.086)	(9.190)	(2.534)	(1.637)
Lucro líquido	547.268	579.682	713.586	162.177	155.941
Lucro líquido por ação – R\$	1,36	1,44	1,77	0,40	0,39

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008 e em 31 de março de 2.008 e 2.009

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
Balanço Patrimonial					
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	602.851	780.377	1.037.871	835.167	1.071.928
Conta reserva	24.247	-	1.771	52.308	12.801
Contas a receber	109.617	83.110	103.912	86.252	100.030
Partes relacionadas.....	60.249	62.792	74.672	53.882	71.268
Impostos a recuperar	53.571	33.742	46.328	66.071	95.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	5.458	19.176	19.756	20.885	15.971
Pagamentos antecipados relacionados à concessão ..	14.244	9.201	34.360	9.201	42.458
Contas a receber com operações de “swap”	-	-	18.262	-	17.809
Despesas antecipadas e outros	25.439	24.336	34.597	34.122	39.133
Total do circulante	895.676	1.012.734	1.371.529	1.157.888	1.467.379
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber.....	30.469	-	-	-	-
Conta reserva	-	-	657	173	1.295
Partes relacionadas.....	-	327	1.109	982	1.156
Impostos a recuperar	-	31.266	46.333	45.545	59.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	28.849	25.508	23.812	19.598	24.921
Pagamentos antecipados relacionados à concessão ..	149.724	235.705	1.043.340	256.438	1.289.312
Contas a receber com operações de “swap”	-	897	33.598	-	22.074
Despesas antecipadas e outros	15.308	7.938	8.232	18.576	7.576
Total do realizável a longo prazo	224.350	301.641	1.157.081	341.312	1.405.503
Permanente:					
Investimentos	19.303	47.990	63.927	91.655	73.599
Imobilizado	2.412.257	2.587.528	3.160.201	2.608.128	3.224.863
Intangível	-	254.853	431.555	16.230	421.912
Diferido líquido.....	246.802	11.195	86.282	233.866	84.604
Total do permanente	2.678.362	2.901.566	3.741.965	2.949.879	3.804.978
Total do não circulante	2.902.712	3.203.207	4.899.046	3.291.191	5.210.481
Total	3.798.388	4.215.941	6.270.575	4.449.079	6.677.860

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Trimestre findo em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto):					
Circulante:					
Empréstimos e financiamentos.....	151.014	121.695	1.144.078	122.224	1.362.332
Debêntures	111.568	205.602	617.755	331.748	653.232
Contas a pagar - operações de “swap”	11.046	3.138	765	4.781	558
Contas a pagar a fornecedores	98.217	113.760	159.625	100.836	120.931
Impostos e contribuições a recolher	47.512	51.141	63.280	51.534	58.658
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.355	12.143	18.197	58.799	92.842
Imposto de renda e contribuição social diferidos...	1.401	1.641	6.730	1.382	6.449
Obrigações sociais e trabalhistas	22.372	29.151	43.402	56.391	66.569
Partes relacionadas.....	39.681	36.915	56.204	26.744	44.840
Provisão para contingências	2.454	2.284	2.496	2.284	1.506
Dividendos a pagar	4.925	30	143.506	201.579	143.506
Obrigações com o poder concedente.....	3.374	3.675	8.568	3.679	8.637
Outras contas a pagar	26.080	34.162	38.589	33.947	36.250
Total do circulante	527.999	615.337	2.303.195	995.928	2.596.310
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	629.049	268.562	340.314	259.600	419.902
Debêntures	864.104	1.389.162	1.619.946	1.259.691	1.499.771
Impostos e contribuições a recolher	51.738	44.344	31.371	41.211	27.356
Provisão para imposto de renda e contribuição social	70.784	213.616	308.456	237.345	310.494
Impostos diferidos	-	2.497	32.049	-	32.098
Provisão para contingências	850	4.435	6.998	3.892	7.074
Obrigações com o poder concedente – obras a executar.....	31.438	7.005	10.254	13.064	9.581
Partes relacionadas.....	1.916	12.630	10.633	1.916	10.633
Outras contas a pagar.....	41.109	25.952	3.752	31.055	3.569
Total do exigível a longo prazo	1.690.988	1.968.203	2.363.773	1.847.774	2.320.478
Participação de acionistas não controladores	13.039	19.359	25.080	21.871	26.717
Patrimônio líquido:					
Capital social.....	571.234	571.234	791.761	571.234	791.761
Reserva de capital	220.527	220.527	-	220.527	-
Ajuste acumulado de conversão	-	(136)	(2.499)	-	(2.612)
Reserva de lucros.....	774.601	821.417	789.265	791.745	789.265
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	155.941
Total do patrimônio líquido	1.566.362	1.613.042	1.578.527	1.583.506	1.734.355
Total	3.798.388	4.215.941	6.270.575	4.449.079	6.677.860

Outras informações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008 e períodos de três meses findos em 31 de março de 2.008 e 2.009

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Trimestre findo em 31 de março de	
	2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
	(em milhares de Reais)				
Outras informações financeiras					
Receita operacional bruta ⁽²⁾					
NovaDutra.....	622.832	677.086	764.219	176.985	187.882
AutoBAn.....	873.110	951.972	1.098.443	245.044	262.305
ViaOeste.....	385.175	420.662	489.733	109.739	123.791
RodoNorte.....	258.179	291.414	315.813	80.210	85.618
RodoAnel.....	-	-	3.866	-	26.186
Renovias.....	-	-	53.604	-	20.436
ViaQuatro.....	-	-	-	-	-
Ponte.....	91.703	96.251	105.968	24.766	27.056
Via Lagos.....	44.412	49.919	54.859	16.470	19.459
Todas as Concessionárias.....	2.275.411	2.487.304	2.886.505	653.214	752.733
Demonstrações do Fluxo de Caixa					
Caixa oriundo de atividades operacionais.....	1.081.676	1.273.393	694.817	339.047	92.117
Caixa usado em atividades de investimento.....	(483.951)	(568.863)	(1.150.919)	(134.362)	(168.858)
Caixa oriundo de atividades financeiras.....	(332.416)	(527.004)	713.596	(149.895)	110.798
EBITDA ⁽³⁾					
NovaDutra.....	270.256	331.987	404.622	93.360	93.303
AutoBAn.....	488.647	614.901	724.277	161.738	172.375
ViaOeste.....	220.781	242.526	305.711	69.074	73.289
RodoNorte.....	131.668	157.476	180.415	47.121	51.040
RodoAnel.....	-	-	425	-	14.159
Renovias.....	-	-	31.100	-	11.058
ViaQuatro.....	-	-	-	-	(1.988)
Ponte.....	42.178	43.016	47.888	12.494	13.979
Via Lagos.....	24.826	29.465	32.568	10.657	13.123
Todas as Concessionárias.....	1.178.356	1.419.371	1.727.006	394.444	440.338
Total(4).....	1.206.252	1.442.237	1.731.852	402.152	454.813
Aquisição de ativo imobilizado.....	458.914	517.585	1.109.983	102.607	159.073

Provisão para devedores duvidosos

Estabelecemos provisões para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de nossa administração de perdas prováveis no recebimento de créditos. Nesta determinação, levamos em consideração fatores estatísticos de inadimplência, considerações econômicas e percentuais históricos de recuperação, entre outros. Caso o valor de nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa seja diferente dos valores efetivamente recebidos, um aumento de tal provisão no futuro poderá ser necessário e nosso lucro líquido poderá ser afetado. A provisão para devedores duvidosos está sendo apresentada na rubrica de despesas com vendas, na demonstração do resultado do exercício.

Provisão para contingências

Uma contingência é reconhecida nas demonstrações financeiras quando ela possui uma obrigação legal sendo questionada, ou como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco envolvidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas a nossos advogados e consultores internos e externos, e considerando o julgamento de nossa administração, desde que, os valores sejam razoavelmente estimados. Constantemente nós revisamos nossas provisões para contingências baseados em novos fatos e circunstâncias, tais como decisões judiciais e modificações na legislação que podem ter um efeito material adverso nos nossos resultados ou posição patrimonial. Embora a administração entenda que a provisão para contingências atualmente registrada seja suficiente, a liquidação dessas obrigações legais poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Impostos diferidos

Reconhecemos os créditos e as obrigações fiscais diferidas com base nas diferenças entre os valores contábeis das demonstrações financeiras e os valores que servem de base para a tributação, usando as alíquotas previstas na legislação em vigor. Adicionalmente, podemos reconhecer imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos

fiscais e base negativa de contribuição social. Analisamos regularmente o ativo fiscal diferido com o objetivo de avaliar se é necessário reduzir o seu valor, tendo em vista projeções de lucros tributáveis futuros e a expectativa de realização das diferenças temporárias. Na elaboração das análises utilizadas, somos requeridos a fazer estimativas e adotar premissas significativas relacionadas às receitas tributáveis e despesas dedutíveis futuras, as quais estão sujeitas a diferentes fatores internos e externos, tais como: tendências econômicas, práticas da indústria, taxas de juros e alterações nas estratégias de nossos negócios.

Redução ao valor recuperável de ativos

Reavaliamos periodicamente a necessidade de realizar testes sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizado, intangível e dos valores aplicados no diferido com base em vários indicadores como o nível de lucratividade dos negócios. Quando necessário, na ocorrência de qualquer evento negativo tal como uma queda significativa no valor de mercado de um ativo ou uma mudança adversa significativa na maneira como o ativos de longo prazo estão sendo utilizados, fluxos de caixa são preparados para determinar se o valor contábil desses ativos é recuperável. Para estimar os fluxos de caixa futuros utilizamos várias premissas e estimativas. Essas premissas e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores internos e externos tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros e mudanças nas estratégias de negócios. Uma mudança nestas estimativas e premissas, podem impactar nossa posição financeira e resultados das operações.

Depreciação e amortização de ativos

Reconhecemos as despesas de depreciação do imobilizado e de amortização do diferido e do intangível pelo método linear. A vida útil de utilização ou recuperação dos ativos é revisada periodicamente baseada em fatos e circunstâncias existentes. Devido à natureza de nossos negócios, a determinação da vida útil requer um grau de julgamento considerável. Se formos requeridos a alterar materialmente as premissas utilizadas, as despesas de depreciação e amortização, o valor contábil desses ativos poderiam ser materialmente diferentes.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita operacional bruta é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados aos benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e as premissas trimestralmente.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros podem ser classificados em:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos e passivos que são mantidos para negociação ou que são derivativos (exceto instrumento de *hedge* definido como efetivo) ou que no reconhecimento inicial tenham sido classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento e que não estão classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou como empréstimos e recebíveis;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não sejam cotados em mercado ativo, como também, não estejam classificados como mantidos para

negociação ou que tenham sido classificados inicialmente como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e

- Mantidos para negociação: estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias.

Os instrumentos financeiros são divididos entre derivativos e não derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos:

Estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e são contabilizados no resultado do exercício. Incluem contratos de *swap* feitos com a finalidade de *hedge*.

Instrumentos financeiros não derivativos:

Incluem caixa e equivalentes de caixa, conta reserva, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Estão registrados pelo seu valor justo quando mantidos para negociação ou por meio do custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos dos custos da transação ou de provisão para perdas, quando aplicável.

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar até a liquidação dessa transação.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as orientações do ‘CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis’, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, no total ou parcialmente.

As informações trimestrais das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber:

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Investimentos:

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº 12 de nossas informações trimestrais (ITR) de 31 de março de 2.009, na página 740 deste Prospecto.

Ativo imobilizado:

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 13 de nossas informações trimestrais (ITR) de 31 de março de 2.009, na página 746 deste Prospecto.

Ativos intangíveis:

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em investidas com vida útil definida e fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente até o limite do prazo da concessão / contrato. Os ágios gerados na aquisição ou aumento de participações em negócios que não tenham vida útil definida não são amortizados.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº 14 de nossas informações trimestrais (ITR) de 31 de março de 2.009, na página 749 deste Prospecto.

Gastos Pré-operacionais:

Os gastos pré-operacionais são reconhecidos no resultado quando incorridos, exceto para aqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como os juros de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos e enquanto estes estiverem em construção.

Arrendamento mercantil operacional:

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 21 de nossas informações trimestrais (ITR) de 31 de março de 2.009, na página 776 deste Prospecto.

Ativo Diferido:

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos são amortizados linearmente pelo prazo máximo de dez anos. A Controlada RodoAnel e a Controlada em conjunto ViaQuatro optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Pagamentos baseados em ações:

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.008. A opção definitiva e irrevogável se dará por ocasião da entrega da declaração de rendas, até junho de 2.009.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2.002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Direito de concessão:

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao poder concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 9 e nº 26 de nossas informações trimestrais (ITR) de 31 de março de 2.009, respectivamente nas páginas 737 e 794 deste Prospecto. Essa prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão de colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2.002. As divulgações requeridas pelo ‘Comunicado Técnico nº 03/03’ do IBRACON, referendado pelo ‘Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2.007’, encontram-se descritas na nota explicativa nº 26 na página 792. A Companhia adotará norma específica relativa a contratos de concessão, quando emitida pelo ‘Comitê de Pronunciamentos Contábeis’ e homologada pela CVM.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31 de março de 2.009	31 de dezembro de 2.008
Controladas		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	99,00
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00	99,00

	Porcentagem de participação	
	31 de março de 2.009	31 de dezembro de 2.008
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00

(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.

Controladas em conjunto

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Coparques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais individuais da CCR (controladora).

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- As participações dos minoritários da RodoNorte, da Parques e da Rodoanel, no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”;
- A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como descrito na nota explicativa 3.2 - Direito de concessão de nossas informações trimestrais (ITR) de 31 de março de 2.009, na página 720 deste Prospecto. Por esse motivo, as informações trimestrais da controlada em conjunto Renovias, para fins de consolidação, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;
- A ViaQuatro, a STP e a Renovias, controladas em conjunto, são avaliadas por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas informações trimestrais consolidadas.

Análise sobre as demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado – Composição das principais contas

Receita Operacional Bruta

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios nas rodovias que operamos. Outras fontes de receita, que são mínimas, incluem propaganda na faixa de domínio, manutenção de vias de acesso e referente ao direito de passagem de cabos de fibra óptica. Os fatores que influenciam a nossa receita operacional bruta são o número e classes de veículos pedagiados e as tarifas de pedágio.

Deduções da receita bruta

Os tributos incidentes sobre a receita operacional bruta são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota, equivale a 1,65% de todas as nossas receitas auferidas, admitidas determinadas deduções previstas taxativamente em lei (PIS não cumulativo), exceto quanto às receitas de pedágio e parte das receitas acessórias auferidas pelas nossas Concessionárias, para as quais a alíquota equivale a 0,65% (PIS cumulativo);
- COFINS, cuja alíquota, equivale a 7,6% de todas as nossas as receitas auferidas, admitidas determinadas deduções previstas taxativamente em lei (COFINS não cumulativa), exceto quanto as receitas de pedágio e parte das receitas acessórias auferidas pelas nossas Concessionárias, para as quais a alíquota equivale a 3%.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por quatro componentes:

- Depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitados, quando aplicável, ao prazo da concessão;
- Custos da outorga, relacionados com a AutoBAN, ViaOeste, RodoAnel e Renovias incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os custos variáveis que são equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras;
- Custos com a prestação de serviços de terceiros, principalmente por serviços de manutenção e operação da NovaDutra e, a partir de agosto de 2.000, da RodoNorte;
- Custos com pessoal incluindo, salários e benefícios de empregados da área operacional; e
- Outros custos incluindo, custos com seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração e à administração das Concessionárias. Os principais fatores de influência nessas despesas são o número de funcionários e, também, os salários, que tendem a se elevar com a inflação, embora nem sempre na mesma proporção.

Juros e Outras Despesas Financeiras

O item "Juros e Outras Despesas Financeiras" consiste primordialmente dos juros decorrentes do nosso endividamento, que são contratados em regime de taxas flutuantes. Os juros incorridos variam em função do nível de endividamento e/ou das taxas de juros. Despesas financeiras decorrentes de parte de nosso endividamento são reajustadas com base no IGP-M. A tabela a seguir indica as taxas de juros incidentes, juntamente com o IGP-M, sobre as nossas dívidas nos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2.008	2.007	2.006
LIBOR			
Média	3,06	5,25	5,27
Fim do Período.....	1,75	4,59	5,37
TJLP			
Média	6,25	6,37	7,87
Fim do Período.....	6,25	6,25	6,85
CDI			
Média	12,33	11,97	15,22
Fim do Período.....	13,62	11,12	13,17
IGP-M			
Fim do Período.....	9,81	7,75	3,83

Fonte: Bloomberg

Nos casos, em que a taxa da TJLP é maior do que 6% ao ano, o montante excedente é acrescido ao saldo da dívida.

Receitas Financeiras

O item "receitas financeiras" é geralmente composto por receitas auferidas a partir dos investimentos financeiros, geralmente em CDI, que realizamos com os nossos saldos de caixa, e, assim, elas variam em função do volume de recursos aplicados e/ou das taxas de juros.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

De acordo com as melhores práticas de finanças na indústria de infraestrutura e visando maximizar o retorno de nossos acionistas, a Companhia usualmente estrutura financiamentos de longo prazo na modalidade de *project finance* com a participação de organismos multilaterais para os novos negócios. Para permitir essa estruturação, que

exige um determinado período de negociação, inicialmente é necessário a adoção de financiamentos de curto prazo, posteriormente substituídos por financiamento tipo *project finance*, que, entre outras características, possui endividamento de longo prazo e compatível com os retornos esperados.

EBITDA

Calculamos o EBITDA mediante a adição às nossas receitas líquidas (após a dedução do custo dos serviços prestados e das despesas administrativas) das despesas de depreciação, amortização e amortização dos valores referentes ao custo da outorga de nossas concessões. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as “Práticas Contábeis Adotadas no Brasil”, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral.

Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2.008 e 2.007

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				
	2.007	Total %	2.008	Total %	% Variação
Demonstrações de Resultado					
Receita operacional bruta	2.538.241	107,87%	2.951.577	107,95%	16,28%
Deduções da receita bruta	(185.225)	-7,87%	(217.363)	-7,95%	17,35%
Receita operacional líquida	2.353.016	100,00%	2.734.214	100,00%	16,20%
Custo dos serviços prestados:					
Depreciação e amortização	(293.080)	-12,46%	(313.432)	-11,46%	6,94%
Serviços de terceiros	(275.650)	-11,71%	(278.617)	-10,19%	1,08%
Custos da Outorga	(171.408)	-7,28%	(202.983)	-7,42%	18,42%
Custos com pessoal	(97.806)	-4,16%	(145.814)	-5,33%	49,08%
Materiais, equipamentos e veículos	(25.037)	-1,06%	(38.652)	-1,41%	54,38%
Outros	(87.621)	-3,72%	(78.940)	-2,89%	-9,91%
Lucro bruto	1.402.414	59,60%	1.675.776	61,29%	19,49%
Despesas administrativas	(265.746)	-11,29%	(279.252)	-10,21%	5,08%
Despesas financeiras:					
Juros e variação monetária	(246.674)	-10,48%	(309.357)	-11,31%	25,41%
Variação cambial	-	-	(75.681)	-2,77%	N/A
Perda com operação de "swap"	(23.795)	-1,01%	(30.811)	-1,13%	29,49%
Outras despesas financeiras	(62.668)	-2,66%	(25.103)	-0,92%	-59,94%
Receitas financeiras:					
Ganho com operação de "swap"	14.123	0,60%	73.696	2,70%	421,82%
Variação cambial	14.137	0,60%	22.837	0,84%	61,54%
Juros e outras receitas financeiras	79.847	3,39%	91.421	3,34%	14,50%
Outras receitas e despesas	(22.286)	-0,95%	(28.622)	-1,05%	28,43%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos minoritários	889.352	37,80%	1.114.904	40,78%	25,36%
Imposto de renda e contribuição social	(301.584)	-12,82%	(392.128)	-14,34%	30,02%
Lucro antes da participação dos minoritários	587.768	24,98%	722.776	26,43%	22,97%
Participação dos minoritários	(8.086)	-0,34%	(9.190)	-0,34%	13,65%
Lucro líquido	579.682	24,64%	713.586	26,10%	23,10%

EBITDA

O EBITDA passou de R\$1.442.237 mil em 2.007 para R\$1.731.852 mil em 2.008, apresentando 20,08% de aumento em relação à 2.007. Esse aumento foi resultado da melhor performance operacional decorrente do aumento de tráfego de veículos, reajuste das tarifas de pedágio e contenção de custos.

(Em R\$ mil)	2.008	2.007
Receita Operacional Bruta	2.951.577	2.538.241
(-) Deduções da Receita Bruta	217.363	185.225
Receita Operacional Líquida	2.734.214	2.353.016
(-) Custos Totais ⁽¹⁾	1.366.312	1.238.634
EBIT	1.367.902	1.114.382
Margem EBIT	50,0%	47,3%
(+) Depreciação e Amortização ⁽²⁾	353.829	319.831
(+) Apropriação de Despesas Antecipadas da Concessão ⁽³⁾	10.121	8.024
EBITDA	1.731.852	1.442.237
Margem EBITDA	63,3%	61,3%

(1) Inclui custos dos serviços prestados, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

(2) Inclui a depreciação e amortização registrada na conta de despesas administrativas.

(3) Valores inclusos na conta custos da outorga.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta passou de R\$2.538.241 mil em 2.007 para R\$2.951.577 mil em 2.008, representado um aumento de 16,28%. A variação é decorrente principalmente do incremento das receitas de pedágio em função do aumento de tráfego, que medido em Veículos Equivalentes⁽¹⁾, teve aumento de 8,4% no ano, passando de 551.929 mil veículos equivalentes em 2.007 para 598.340 mil em 2.008, como também, pelo aumento de 6,8% da tarifa média de pedágio, decorrente dos reajustes anuais contratuais.

Além disso, em 2.008 as receitas acessórias, provenientes de propaganda nas faixas de domínio, manutenção de vias de acesso e referente ao direito de passagem de cabos de fibra óptica apresentaram um crescimento de 17,0%, em relação ao ano de 2.007.

No ano de 2.008 foi adquirido o percentual de 40% de participação na concessionária Renovias, cujas receitas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR foram de R\$53.604 mil. Ainda em 2.008, teve início as operações da concessionária RodoAnel cujas receitas foram de R\$3.866 mil.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita passaram de R\$185.225 mil em 2.007 para R\$217.363 mil em 2.008, apresentando um aumento de 17,35%. O aumento ocorreu basicamente em função do aumento da receita operacional bruta.

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados passaram de R\$950.602 mil em 2.007 para R\$1.058.438 mil em 2.008, representando um aumento de 11,34%. As razões para o aumento estão demonstradas a seguir:

A Depreciação e Amortização passou de R\$293.080 mil em 2.007 para R\$313.432 mil em 2.008, representando um aumento de 6,49%. O aumento refere-se à transferência de ativo em andamento para ativo definitivo, em razão de conclusão de diversos projetos (notadamente os ativos de infra-estrutura das concessionárias, tais como pavimentos, pontes, obras-de-arte e viadutos) e conseqüentemente início da depreciação. Além disso, em 2.008 foi adquirida participação na concessionária Renovias e as despesas de depreciação e amortização daquela companhia representaram um aumento de R\$6.836 mil ao valor total dessa conta, em 2.008.

O Custo de Serviços de Terceiros passou de R\$275.650 mil em 2.007 para R\$278.617 mil em 2.008, representando um aumento de 1,08%, permanecendo praticamente estável durante o ano de 2.008 se comparado a 2.007.

O Custo da Outorga passou de R\$171.408 mil em 2.007 para R\$202.983 mil em 2.008, representando um aumento de 18,42%. O aumento ocorreu principalmente pelo aumento do valor da outorga variável (AutoBAn e ViaOeste) que é calculado à razão de 3% sobre a receita operacional bruta e pelo reajuste do valor da parcela da outorga fixa, conforme previsto nos contratos de concessão (ViaOeste e AutoBAn). Em 2.008, também houve a aquisição de participação na Renovias, cujo valor contribui em R\$4.985 mil para o aumento do saldo desta conta.

O Custo com Pessoal passou de R\$97.806 mil em 2.007 para R\$145.814 mil em 2.008, representado um aumento de 49,08%, basicamente em função do dissídio de 4% ocorrido em março de 2.008.

Os Outros Custos, representados por gastos com seguros, aluguéis, despesa de propaganda e publicidade, viagens e tarifas sobre meios eletrônicos de pagamento, passaram de R\$87.621 mil em 2.007 para R\$78.940 mil em 2.008, apresentando uma redução de 9,91%, não tendo nenhum fator isolado preponderante para a redução.

Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas passaram de R\$265.746 mil em 2.007 para R\$279.252 mil em 2.008, representando um aumento de 5,08%, basicamente em função do dissídio de 4% ocorrido em março de 2.008.

Resultado Financeiro Líquido (Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras)

O resultado financeiro líquido, que engloba as receitas e despesas financeiras passou de R\$225.030 mil em 2.007 para R\$252.998 mil em 2.008, representando um aumento de 12,43%. Esse aumento resultou principalmente dos seguintes fatores: (i) valorização do dólar norte americano e do Iene japonês contribuindo para o aumento da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, como também, de forma invertida, para o aumento no ganho com operação de “swap”; e (ii) aumento na apropriação de juros e variação monetária da ViaOeste decorrente do aumento de seu endividamento e sobre empréstimos captados no ano de 2.008 para financiamento das operações do RodoAnel (R\$10.876 mil).

Lucro Líquido

O lucro líquido passou de R\$579.682 mil em 2.007 para R\$713.586 mil em 2.008, apresentando um aumento de 23,10%. Este aumento deveu-se a melhor performance operacional, decorrente do aumento de tráfego de Veículos Equivalentes, reajuste das tarifas de pedágio e contenção de custos.

Comparação entre os Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.007 e de 2.006

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				
	2.006	Total %	2.007	Total %	% Variação
Demonstrações de Resultado					
Receita operacional bruta	2.317.891	108,06%	2.538.241	107,87%	9,51%
Deduções da receita bruta	(172.919)	-8,06%	(185.225)	-7,87%	7,12%
Receita operacional líquida	2.144.972	100,00%	2.353.016	100,00%	9,70%
Custo dos serviços prestados:					
Depreciação e amortização	(311.646)	-14,53%	(293.080)	-12,46%	-5,96%
Serviços de terceiros	(301.179)	-14,04%	(275.650)	-11,71%	-8,48%
Custos da Outorga	(253.762)	-11,83%	(171.408)	-7,28%	-32,45%
Custos com pessoal	(92.498)	-4,31%	(97.806)	-4,16%	5,74%
Materiais, equipamentos e veículos	(27.064)	-1,26%	(25.037)	-1,06%	-7,49%
Outros	(83.042)	-3,87%	(87.621)	-3,72%	5,51%
Lucro bruto	1.075.781	50,15%	1.402.414	59,60%	30,36%
Despesas administrativas	(197.086)	-9,19%	(265.746)	-11,29%	34,84%
Despesas financeiras:					
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	(676)	-0,03%	-	0,00%	N/A
Juros e variação monetária	(196.916)	-9,18%	(246.674)	-10,48%	25,27%
Variação cambial	-	-	-	-	
Perda com operação de "swap"	(21.217)	-0,99%	(23.795)	-1,01%	12,15%
Outras despesas financeiras	(60.698)	-2,83%	(62.668)	-2,66%	3,25%
Receitas financeiras:					
Ganho com operação de "swap"	-	-	14.123	0,60%	N/A
Variação cambial	7.828	0,36%	14.137	0,60%	80,60%
Juros e outras receitas financeiras	78.088	3,64%	79.847	3,39%	2,25%
Outras receitas e despesas	(23.313)	-1,09%	(22.286)	-0,95%	-4,41%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos minoritários	661.791	30,85%	889.352	37,80%	34,39%
Imposto de renda e contribuição social	(109.930)	-5,13%	(301.584)	-12,82%	174,34%
Lucro antes da participação dos minoritários	551.861	25,73%	587.768	24,98%	6,51%
Participação dos minoritários	(4.593)	-0,21%	(8.086)	-0,34%	76,05%
Lucro líquido	547.268	25,51%	579.682	24,64%	5,92%

EBITDA

O EBITDA passou de R\$1.206.253 mil em 2.006 para R\$1.442.237 mil em 2.007, apresentando 19,56% de aumento em relação a 2.006. Esse aumento foi resultado da melhor performance operacional decorrente do aumento de tráfego de veículos, reajuste das tarifas de pedágio e contenção de custos.

(Em R\$ mil)	2.007	2.006
Receita Bruta	2.538.241	2.317.891
(-) Deduções da Receita Bruta	185.225	172.919
Receita Líquida	2.353.016	2.144.972
(-) Custos Totais ⁽¹⁾	1.238.634	1.289.283
EBIT	1.114.382	855.689
Margem EBIT	47,3%	39,9%
(+) Depreciação e Amortização ⁽²⁾	319.831	337.497
(+) Apropriação de Despesas Antecipadas da Concessão ⁽³⁾	8.024	13.067
EBITDA	1.442.237	1.206.253
Margem EBITDA	61,3%	56,2%

(1) Inclui custos dos serviços prestados, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

(2) Inclui a depreciação e amortização registrada na conta de despesas administrativas.

(3) Valores incluídos na conta custos da outorga.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta passou de R\$2.317.891 mil em 2.006 para R\$2.538.241 mil em 2.007, representando um aumento de 9,51%. A variação é decorrente principalmente do incremento das receitas de pedágio em função do aumento de tráfego, que medido em Veículos Equivalentes, teve aumento de 6,2% no ano, passando de 519.688 mil veículos equivalentes em 2.006 para 551.929 mil em 2.007, como também, pelo aumento de 3,3% da tarifa média de pedágio, decorrente dos reajustes anuais contratuais.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita passaram de R\$172.919 mil em 2.006 para R\$185.225 mil em 2.007, apresentando um aumento de 7,12%. O aumento ocorreu principalmente em função do aumento da receita operacional bruta.

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados passaram de R\$1.069.191 mil em 2.006 para R\$950.602 mil em 2.007, representando uma redução de 11,09%. As razões para a redução estão explicados abaixo:

A Depreciação e amortização passou de R\$311.646 mil em 2.006 para R\$293.080 mil em 2.007, representando uma redução de 5,96%, em razão da prorrogação dos prazos de concessão das concessionárias Autoban e ViaOeste. Tal prorrogação motivou a diminuição das taxas de depreciação para os bens, cuja depreciação estava limitada ao prazo da concessão, mas que, no entanto, sua vida útil era maior. Podemos citar como exemplo as obras de arte especiais, representadas por pontes e viadutos, as quais têm vida útil maior que o prazo de concessão.

O Custo da Outorga passou de R\$253.762 mil em 2.006 para R\$171.408 mil em 2.007, representando uma redução de 32,45%. A redução deveu-se ao alongamento da apropriação das despesas antecipadas da concessão ao resultado, em função da prorrogação dos prazos das concessões AutoBAN e ViaOeste.

O Custo de Serviços de Terceiros passou de R\$301.179 mil em 2.006 para R\$275.650 mil em 2.007, representando uma redução de 8,48%. O motivo da redução foi basicamente a reclassificação de partes dos valores registrados na conta de serviços de terceiros para despesas administrativas.

O Custo com Pessoal passou de R\$92.498 mil em 2.006 para R\$97.806 mil em 2.007, representando um aumento de 5,74%. Esse aumento deveu-se principalmente ao dissídio de 3% ocorrido em março em 2.007.

Os Outros Custos, representados por gastos com seguros, aluguéis, despesa de propaganda e publicidade, viagens e tarifas sobre meios eletrônicos de pagamento, passaram de R\$83.042 mil para R\$87.621 mil em 2.007, apresentando um aumento de 5,51%, representando dentre outros fatores, a atualização do custo de diversos contratos e produtos.

Despesas administrativas

As Despesas Administrativas passaram de R\$197.086 mil em 2.006 para R\$265.746 mil em 2.007, representando um aumento de 34,84%. Dentre os motivos para o aumento, os principais foram:

- Dissídio de 3% ocorrido em março de 2.007;
- Reclassificação de valores anteriormente registrados na conta de serviços de terceiros para esta conta.

Resultado Financeiro (Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras)

O resultado financeiro, que engloba as receitas e despesas financeiras passou de R\$193.591 mil em 2.006 para R\$225.030 mil em 2.007, representando um aumento de 16,24%. Este aumento deveu-se principalmente a maior apropriação de juros e variação monetária da ViaOeste, como consequência do aumento de seu endividamento em R\$248,9 milhões e o ganho na operação de *swap* refere-se ao empréstimo na modalidade resolução 2770 das concessionárias Ponte e ViaLagos devido a valorização do dólar norte americano e do Iene japonês perante ao Real.

Lucro Líquido

O lucro líquido passou de R\$547.268 mil em 2.006 para R\$579.682 mil em 2.007, apresentando um aumento de 5,92%. Este aumento deveu-se a melhor performance operacional decorrente do aumento de tráfego de veículos, reajuste das tarifas de pedágio e contenção de custos.

Comparação entre os Períodos de Três Meses findos em 31 de março de 2.009 e de 2.008

	Período de Três Meses Findo em 31 de março de				
	2.008	Total %	2.009	Total %	% Variação
Demonstrações de Resultado					
Receita operacional bruta	668.091	107,69%	774.414	108,16%	15,91%
Deduções da receita bruta	(47.696)	-7,69%	(58.452)	-8,16%	22,55%
Receita operacional líquida	620.395	100,00%	715.962	100,00%	15,40%
Custo dos serviços prestados:					
Depreciação e amortização	(77.312)	-12,46%	(87.394)	-12,21%	13,04%
Serviços de terceiros	(69.658)	-11,23%	(75.869)	-10,60%	8,92%
Custos da Outorga	(45.889)	-7,40%	(60.927)	-8,51%	32,77%
Custos com pessoal	(30.416)	-4,90%	(41.625)	-5,81%	36,85%
Materiais, equipamentos e veículos	(5.830)	-0,94%	(10.526)	-1,47%	80,55%
Outros	(18.833)	-3,04%	(23.594)	-3,30%	25,28%
Lucro bruto	372.457	60,04%	416.027	58,11%	11,70%
Despesas administrativas	(52.693)	-8,49%	(61.328)	-8,57%	16,39%
Despesas financeiras:					
Juros e variação monetária	(48.439)	-7,81%	(110.845)	-15,48%	128,83%
Variação cambial	(32.182)	-5,19%	(7.158)	-1,00%	-77,76%
Perda com operação de "swap"	(18.285)	-2,95%	(18.567)	-2,59%	1,54%
Outras despesas financeiras	(6.832)	-1,10%	(14.317)	-2,00%	109,56%
Receitas financeiras:					
Ganho com operação de "swap"	14.362	2,31%	4.764	0,67%	-66,83%
Variação cambial	6.088	0,98%	26.284	3,67%	331,73%
Juros e outras receitas financeiras	22.963	3,70%	36.929	5,16%	60,82%
Outras receitas e despesas	(5.021)	-0,81%	(9.044)	-1,26%	80,12%

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos minoritários	252.418	40,69%	262.745	36,70%	4,09%
Imposto de renda e contribuição social	(87.707)	-14,14%	(105.167)	-14,69%	19,91%
Lucro antes da participação dos minoritários	164.711	26,55%	157.578	22,01%	-4,33%
Participação dos minoritários	(2.534)	-0,41%	(1.637)	-0,23%	-35,40%
Lucro líquido	162.177	26,14%	155.941	21,78%	-3,85%

EBITDA

O EBITDA passou de R\$402.152 mil em 2.008 para R\$454.813 mil em 2.009, apresentando 13,09% de aumento em relação a 2.008. Esse aumento foi resultado da melhor performance operacional decorrente do aumento de tráfego de veículos, reajuste das tarifas de pedágio e contenção de custos.

(Em R\$ mil)	2.008	2.009
Receita Bruta	668.091	774.414
(-) Deduções da Receita Bruta	(47.696)	(58.452)
Receita Líquida	620.395	715.962
(-) Custos Totais ⁽¹⁾	(305.652)	(370.305)
EBIT	314.743	345.657
Margem EBIT	50,7%	48,3%
(+) Depreciação/amortização ⁽²⁾	85.403	99.218
(+) Apropriação de Despesas Antecipadas da Concessão ⁽³⁾	2.006	9.938
EBITDA	402.152	454.813
Margem EBITDA	64,8%	63,5%

(1) Inclui custos dos serviços prestados, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

(2) Inclui a depreciação e amortização registrada na conta de despesas administrativas.

(3) Valores inclusos na conta custos da outorga.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta passou de R\$668.091 mil em 2.008 para R\$774.414 mil em 2.009, representado um aumento de 15,91%. A variação é decorrente de alguns principais fatores, os quais estão explicados abaixo:

- Aquisição da Renovias em junho de 2.008. No primeiro trimestre de 2.009, o aumento da receita operacional bruta em decorrência do valor da Renovias foi de R\$20.436 mil.
- Início das operações do RodoAnel em dezembro de 2.008, representando um incremento da receita operacional bruta de R\$26.186 mil.
- Reajuste das tarifas durante o ano de 2.008, conforme disposições contratuais.
- Analisando o desempenho do tráfego no trimestre observa-se que o mesmo foi influenciado pela queda da atividade econômica e pelo efeito calendário; cabe ressaltar que mesmo com esses efeitos as concessionárias Ponte, ViaLagos e ViaOeste apresentaram crescimento de tráfego em relação ao primeiro trimestre de 2.008.
- O principal efeito no calendário do primeiro trimestre de 2.009 foi o fato de fevereiro ter tido um dia a menos em relação ao ano passado (2.008 foi um ano bissexto). O impacto desse efeito no trimestre equivale a aproximadamente -1,2% no tráfego consolidado. Outro efeito relativo a calendário no primeiro trimestre de 2.009 foi o fato do feriado de Páscoa ter ocorrido em 2.008 no primeiro trimestre e, em 2.009, no segundo trimestre (+0,3%).
- Analisando-se detalhadamente o efeito do feriado de Páscoa, verifica-se que este favoreceu o tráfego de veículos comerciais em +1,2% e o tráfego de veículos de passeio foi prejudicado em -0,9%. O efeito combinado pela ausência do feriado de Páscoa no primeiro trimestre de 2.009 foi +0,3% no tráfego total.

- Combinando-se o efeito de um dia a menos em fevereiro de 2.009 (-1,2%) com a ausência do feriado de Páscoa (+0,3%) no primeiro trimestre de 2.009, tem-se um efeito calendário consolidado de -0,9%, significando que a queda verificada de -2%, em bases comparáveis, foi de apenas -1,1%, esta sendo atribuída ao efeito da atividade econômica.
- Dentre os fatores específicos que contribuíram para as variações apresentadas pelas concessionárias, destacam-se:

Autoban: O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+0,8%), apesar do efeito negativo do calendário (-2,3%) para essa categoria de veículos. Desconsiderando-se esse efeito, o crescimento estimado do tráfego de passeio foi da ordem de +3,1% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -6,9%, atribuindo-se -6,7% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e -0,2% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.

NovaDutra: Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre (-1,3%) fortemente influenciada pelo efeito calendário dos feriados (-3,2%). Expurgando-se esse efeito, o crescimento estimado foi da ordem de +1,9% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -5,4%, atribuindo-se -4,9% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e -0,5% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.

ViaOeste: O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+1,1%), apesar do efeito negativo do calendário (-2,5%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +3,6% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -0,6%, atribuindo-se -0,9% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e +0,3% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.

RodoNorte: Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre (-1,6%), fortemente influenciada pelo efeito calendário (-3,8%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +2,2% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -2,9%, atribuindo-se -3,6% à queda das exportações e +0,7% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto. O tráfego comercial continua sendo impactado pela redução na exportação dos produtos agropecuários, principalmente o milho e a carne, assim como a baixa importação de fertilizantes devido aos elevados preços dolarizados.

ViaLagos: O tráfego de veículos de passeio apresentou grande crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+6,1%), apesar do efeito negativo do calendário (-4,1%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +10,2% no trimestre. A apreciação do dólar e a incerteza com relação à crise fomentaram o turismo interno. Os veículos comerciais também apresentaram grande crescimento (+6,9%) devido à necessidade de abastecimento para atender à demanda de turismo na região dos Lagos. Expurgando-se o efeito calendário (-4,1%), o crescimento do tráfego de veículos comerciais estimado foi da ordem de +11% no trimestre.

Ponte: Os veículos de passeio apresentaram crescimento no trimestre (+0,9%), apesar do efeito negativo do calendário (-0,5%). Expurgando-se esse efeito, o crescimento estimado foi da ordem de +1,4% no trimestre. Os veículos comerciais também apresentaram crescimento (+1,2%), atribuindo-se +2% à atividade econômica e -0,8% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto. Os tráfegos de veículos de passeio e também o de veículos comerciais apresentaram crescimento no trimestre devido, principalmente, à característica de tráfego pendular com alta concentração no setor de serviços.

Renovias: Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre de -0,6% fortemente influenciada pelo efeito calendário (-3,1%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +2,5% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -4,5%, atribuindo-se -4,8% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e +0,3% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.

RodoAnel: A redução de congestionamentos nas vias alternativas, ocasionada pela queda da atividade econômica, propiciou a utilização destas vias, e foi a principal responsável pelo desempenho do tráfego registrado durante o trimestre. A expectativa é que o retorno deste tráfego para o Rodoanel seja gradual, após o reconhecimento, pelos usuários, dos benefícios de custo, tempo e segurança proporcionados pela

concessionária. Esta recuperação é chamada de efeito “ramp-up” e, no caso do Rodoanel, verifica-se claramente sua ocorrência, dados os crescimentos de tráfego de 5,8% registrado em Janeiro sobre Dezembro, de 7,6% em Fevereiro sobre Janeiro e de 6,3% em Março sobre Fevereiro. Dessa forma, nossa estimativa para 2.009 é que o tráfego do Rodoanel fique, aproximadamente, 13% aquém da projeção inicial.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita passaram de R\$47.696 mil em 2.008 para R\$58.452 mil em 2.009, apresentando um aumento de 22,55%. O aumento ocorreu principalmente em função do aumento da receita operacional bruta.

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados passaram de R\$247.938 mil em 2.008 para R\$299.935 mil em 2.009, representando um aumento de 20,97%. As razões para o aumento estão demonstradas a seguir:

A depreciação e amortização passou de R\$77.312 mil em 2.008 para R\$87.394 mil em 2.009, representando um aumento de 13,04%. O aumento é decorrente da transferência de ativo em andamento para ativo definitivo, em razão de conclusão de diversos projetos (notadamente os ativos de infra-estrutura das concessionárias, tais como pavimentos, pontes, obras-de-arte e viadutos) e conseqüentemente início da depreciação.

O custo da outorga passou de R\$45.889 mil em 2.008 para R\$60.927 mil em 2.009, representando um aumento de 32,77%, sendo a razão para isso, o reajuste anual do valor da outorga fixa, em julho de 2.008 (AutoBAN e ViaOeste), bem como, os valores registrados pela Renovias, no montante de R\$2.098 mil (empresa adquirida em 2.008) e pelo RodoAnel, no montante de R\$8.424 mil, cujo início das operações ocorreu em dezembro de 2.008.

O Custo de Serviços de Terceiros passou de R\$69.658 mil em 2.008 para R\$75.869 mil em 2.009, representando um aumento de 8,92%. Esse aumento deveu-se principalmente à manutenção em sistemas de comunicação, softwares e equipamentos na RodoNorte, e a maior conservação de rotina na NovaDutra, RodoNorte e ViaOeste, sendo nesta última devido a incorporação do trecho do Cebolão e Marginal Tietê.

O Custo com Pessoal passou de R\$30.416 mil em 2.008 para R\$41.625 mil em 2.009, representando um aumento de 36,85%. Esse crescimento deveu-se principalmente aos seguintes fatores: (i) Dissídio de 4% ocorrido em março de 2.009 e (ii) ao aumento do quadro de funcionários (+647 funcionários), principalmente nas Concessionárias RodoAnel (início de operações em dezembro de 2.008) e ViaQuatro (iii) consolidação da Renovias, adquirida em junho de 2.008.

Os Outros Custos, representados por gastos com seguros, aluguéis, despesa de propaganda e publicidade, viagens e tarifas sobre meios eletrônicos de pagamento, passaram de R\$18.833 mil em 2.008 para R\$23.594 mil em 2.009, apresentando um aumento de 25,28%. O incremento é devido ao aumento do consumo de material para manutenção e conservação de rotina.

Despesas administrativas

As Despesas Administrativas passaram de R\$52.693 mil em 2.008 para R\$61.328 mil em 2.009, representando um aumento de 16,39%. O aumento das despesas administrativas está relacionado a alguns principais fatores, os quais são:

- Dissídio de 4% ocorrido em março de 2.009;
- Aumento na depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado (administrativos) e do ativo diferido no RodoAnel e Renovias, nos montantes de R\$2.783 mil e R\$3.017 mil, respectivamente.

Resultado Financeiro (Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras)

O resultado financeiro, que engloba as receitas e despesas financeiras passou de R\$62.325 mil em 2.008 para R\$82.910 mil em 2.009, representando um aumento 33,03%. Este aumento deveu-se principalmente aos seguintes fatores:

- A variação da operação de *swap* resultou perda de R\$13.803mil. Essa perda ocorreu principalmente em função da desvalorização do dólar norte-americano e do Iene japonês perante o Real.

- O aumento do item “Juros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures” deve-se ao aumento do estoque da dívida em 99,4%, comparado ao primeiro trimestre de 2.008. O aumento da dívida deve-se principalmente aos empréstimos de curto prazo da concessionária RodoAnel.
- O aumento do item ‘Outras Despesas Financeiras’ (taxas, tarifas e comissões) deve-se principalmente aos juros e IOF da NovaDutra decorrentes do mútuo com a controladora CCR.
- O aumento do item “Receitas financeiras” deve-se à maior receita com variação cambial e monetária, além da melhor performance dos rendimentos sobre as aplicações financeiras.

Lucro Líquido

O lucro líquido passou de R\$162.177 mil em 2.008 para R\$155.941 mil em 2.009, apresentando uma redução de 3,85%. Essa variação deve-se principalmente ao aumento da despesa financeira do RodoAnel (início das operações em dezembro de 2.008) e a ViaQuatro (em fase pré-operacional), decorrente da contratação de empréstimos, cujos valores montam em R\$37.043 mil e R\$7.916, mil respectivamente.

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

A tabela abaixo indica as principais variações nas contas patrimoniais no período de 31 de março de 2.009 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008. As contas não apresentadas nesta seção são irrelevantes para o investidor compreender as condições financeiras da Companhia e seus resultados.

Principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008

	Em 31 de dezembro de							
	2.006	% sobre ativo total	Variação %	2.007	% sobre ativo total	Variação %	2.008	% sobre ativo total
(em milhares de Reais)								
Balanco Patrimonial								
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes a caixa	602.851	15,87%	29,45%	780.377	18,51%	33,00%	1.037.871	16,55%
Conta reserva	24.247	0,64%	-100,00%	-	N/A	N/A	1.771	0,03%
Contas a receber	109.617	2,89%	-24,18%	83.110	1,97%	25,03%	103.912	1,66%
Partes relacionadas	60.249	1,59%	4,22%	62.792	1,49%	18,92%	74.672	1,19%
Impostos a recuperar	53.571	1,41%	-37,01%	33.742	0,80%	37,30%	46.328	0,74%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.458	0,14%	251,34%	19.176	0,45%	3,02%	19.756	0,32%
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	14.244	0,38%	-35,40%	9.201	0,22%	273,44%	34.360	0,55%
Contas a receber com operações de “swap”	-	N/A	N/A	-	N/A	N/A	18.262	0,29%
Despesas antecipadas e outros	25.439	0,67%	-4,34%	24.336	0,58%	42,16%	34.597	0,55%
Total do circulante	895.676	23,58%	13,07%	1.012.734	24,02%	35,43%	1.371.529	21,87%
Não circulante								
Realizável a longo prazo:								
Contas a receber	30.469	0,80%	N/A	-	N/A	0,00%	-	N/A
Conta reserva	-	N/A	N/A	-	N/A	0,00%	657	0,01%
Partes relacionadas	-	N/A	N/A	327	0,01%	239,14%	1.109	0,02%
Impostos a recuperar	-	N/A	N/A	31.266	0,74%	48,19%	46.333	0,74%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.849	0,76%	-11,58%	25.508	0,61%	-6,65%	23.812	0,38%
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	149.724	3,94%	57,43%	235.705	5,59%	342,65%	1.043.340	16,64%
Contas a receber com operações de “swap”	-	N/A	N/A	897	0,02%	3645,60%	33.598	0,54%
Despesas antecipadas e outros	15.308	0,40%	-48,14%	7.938	0,19%	3,70%	8.232	0,13%
Total do realizável a longo prazo	224.350	5,91%	34,45%	301.641	7,15%	283,60%	1.157.081	18,45%
Permanente:								
Investimentos	19.303	0,51%	148,61%	47.990	1,14%	33,21%	63.927	1,02%
Imobilizado	2.412.257	63,51%	7,27%	2.587.528	61,37%	22,13%	3.160.201	50,40%

Intangível	-	N/A	N/A	254.853	6,04%	69,33%	431.555	6,88%
Diferido líquido	246.802	6,50%	-95,46%	11.195	0,27%	670,72%	86.282	1,38%
Total do permanente	2.678.362	70,51%	8,33%	2.901.566	68,82%	28,96%	3.741.965	59,67%
Total do não circulante	2.902.712	76,42%	10,35%	3.203.207	75,98%	52,94%	4.899.046	78,13%
Total	3.798.388	100,00%	10,99%	4.215.941	100,00%	48,73%	6.270.575	100,00%

Em 31 de dezembro de								
	2.006	% sobre passivo total	Variação %	2.007	% sobre passivo total	Variação %	2.008	% sobre passivo total
(em milhares de Reais)								
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto):								
Circulante:								
Empréstimos e financiamentos	151.014	3,98%	-19,41%	121.695	2,89%	840,12%	1.144.078	18,25%
Debêntures	111.568	2,94%	84,28%	205.602	4,88%	200,46%	617.755	9,85%
Contas a pagar - operações de “swap”	11.046	0,29%	-71,59%	3.138	0,07%	-75,62%	765	0,01%
Contas a pagar a fornecedores	98.217	2,59%	15,83%	113.760	2,70%	40,32%	159.625	2,55%
Impostos e contribuições a recolher	47.512	1,25%	7,64%	51.141	1,21%	23,74%	63.280	1,01%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.355	0,22%	45,34%	12.143	0,29%	49,86%	18.197	0,29%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.401	0,04%	17,13%	1.641	0,04%	310,12%	6.730	0,11%
Obrigações sociais e trabalhistas	22.372	0,59%	30,30%	29.151	0,69%	48,89%	43.402	0,69%
Partes relacionadas	39.681	1,04%	-6,97%	36.915	0,88%	52,25%	56.204	0,90%
Provisão para contingências	2.454	0,06%	-6,93%	2.284	0,05%	9,28%	2.496	0,04%
Dividendos a pagar	4.925	0,13%	-99,39%	30	0,00%	478253,33%	143.506	2,29%
Obrigações com o poder concedente	3.374	0,09%	8,92%	3.675	0,09%	133,14%	8.568	0,14%
Outras contas a pagar	26.080	0,69%	30,99%	34.162	0,81%	12,96%	38.589	0,62%
Total do circulante	527.999	13,90%	16,54%	615.337	14,60%	274,30%	2.303.195	36,73%
Exigível a longo prazo:								
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	629.049	16,56%	-57,31%	268.562	6,37%	26,72%	340.314	5,43%
Debêntures	864.104	22,75%	60,76%	1.389.162	32,95%	16,61%	1.619.946	25,83%
Impostos e contribuições a recolher	51.738	1,36%	-14,29%	44.344	1,05%	-29,26%	31.371	0,50%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	70.784	1,86%	201,79%	213.616	5,07%	44,40%	308.456	4,92%
Impostos diferidos	-	N/A	N/A	2.497	0,06%	1183,50%	32.049	0,51%
Provisão para contingências	850	0,02%	421,76%	4.435	0,11%	57,79%	6.998	0,11%
Obrigações com o poder concedente – obras a executar	31.438	0,83%	-77,72%	7.005	0,17%	46,38%	10.254	0,16%
Partes relacionadas	1.916	0,05%	559,19%	12.630	0,30%	-15,81%	10.633	0,17%
Outras contas a pagar	41.109	1,08%	-36,87%	25.952	0,62%	-85,54%	3.752	0,06%
Total do exigível a longo prazo	1.690.988	44,52%	16,39%	1.968.203	46,68%	20,10%	2.363.773	37,70%
Participação de acionistas não controladores	13.039	0,34%	48,47%	19.359	0,46%	29,55%	25.080	0,40%
Patrimônio líquido:								
Capital social	571.234	15,04%	0,00%	571.234	13,55%	38,61%	791.761	12,63%
Reserva de capital	220.527	5,81%	0,00%	220.527	5,23%	N/A	-	N/A
Ajuste acumulado de conversão	-	N/A	N/A	-136	0,00%	1737,50%	-2.499	-0,04%
Reserva de lucros	774.601	20,39%	6,04%	821.417	19,48%	-3,91%	789.265	12,59%
Resultado do exercício	-	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	N/A
Total do patrimônio líquido	1.566.362	41,24%	2,98%	1.613.042	38,26%	-2,14%	1.578.527	25,17%
Total	3.798.388	100,00%	10,99%	4.215.941	100,00%	48,73%	6.270.575	100,00%

Principais variações nas contas patrimoniais no período de 31 de março de 2.008 e 2.009

	Em 31 de março de				
	2.008	% sobre ativo total	Variação %	2.009	% sobre ativo total
(em milhares de Reais)					
Balanco Patrimonial					
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	835.167	18,77%	28,35%	1.071.928	16,05%
Conta reserva	52.308	1,18%	-75,53%	12.801	0,19%
Contas a receber	86.252	1,94%	15,97%	100.030	1,50%
Partes relacionadas	53.882	1,21%	32,27%	71.268	1,07%
Impostos a recuperar	66.071	1,49%	45,27%	95.981	1,44%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.885	0,47%	-23,53%	15.971	0,24%
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9.201	0,21%	361,45%	42.458	0,64%
Contas a receber com operações de “swap”	-	N/A	N/A	17.809	0,27%
Despesas antecipadas e outros	34.122	0,77%	14,69%	39.133	0,59%
Total do circulante	1.157.888	26,03%	26,73%	1.467.379	21,97%
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber	-	N/A	0,00%	-	N/A
Conta reserva	173	0,00%	648,55%	1.295	0,02%
Partes relacionadas	982	0,02%	17,72%	1.156	0,02%
Impostos a recuperar	45.545	1,02%	29,91%	59.169	0,89%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.598	0,44%	27,16%	24.921	0,37%
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	256.438	5,76%	402,78%	1.289.312	19,31%
Contas a receber com operações de “swap”	-	N/A	N/A	22.074	0,33%
Despesas antecipadas e outros	18.576	0,42%	-59,22%	7.576	0,11%
Total do realizável a longo prazo	341.312	7,67%	311,79%	1.405.503	21,05%
Permanente:					
Investimentos	91.655	2,06%	-19,70%	73.599	1,10%
Imobilizado	2.608.128	58,62%	23,65%	3.224.863	48,29%
Intangível	16.230	0,36%	2499,58%	421.912	6,32%
Diferido líquido	233.866	5,26%	-63,82%	84.604	1,27%
Total do permanente	2.949.879	66,30%	28,99%	3.804.978	56,98%
Total do não circulante	3.291.191	73,97%	58,32%	5.210.481	78,03%
Total	4.449.079	100,00%	50,10%	6.677.860	100,00%

	Em 31 de março de				
	2.008	% sobre passivo total	Variação %	2.009	% sobre passivo total
(em milhares de Reais)					
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto):					
Circulante:					
Empréstimos e financiamentos	122.224	2,75%	1014,62%	1.362.332	20,40%
Debêntures	331.748	7,46%	96,91%	653.232	9,78%
Contas a pagar – operações de “swap”	4.781	0,11%	-88,33%	558	0,01%
Contas a pagar a fornecedores	100.836	2,27%	19,93%	120.931	1,81%
Impostos e contribuições a recolher	51.534	1,16%	13,82%	58.658	0,88%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	58.799	1,32%	57,90%	92.842	1,39%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.382	0,03%	366,64%	6.449	0,10%
Obrigações sociais e trabalhistas	56.391	1,27%	18,05%	66.569	1,00%
Partes relacionadas	26.744	0,60%	67,66%	44.840	0,67%
Provisão para contingências	2.284	0,05%	-34,06%	1.506	0,02%
Dividendos a pagar	201.579	4,53%	-28,81%	143.506	2,15%
Obrigações com o poder concedente	3.679	0,08%	134,76%	8.637	0,13%
Outras contas a pagar	33.947	0,76%	6,78%	36.250	0,54%
Total do circulante	995.928	22,39%	160,69%	2.596.310	38,88%
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	259.600	5,83%	61,75%	419.902	6,29%
Debêntures	1.259.691	28,31%	19,06%	1.499.771	22,46%
Impostos e contribuições a recolher	41.211	0,93%	-33,62%	27.356	0,41%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	237.345	5,33%	30,82%	310.494	4,65%
Impostos diferidos	-	N/A	N/A	32.098	0,48%
Provisão para contingências	3.892	0,09%	81,76%	7.074	0,11%
Obrigações com o poder concedente – obras a executar	13.064	0,29%	-26,66%	9.581	0,14%
Partes relacionadas	1.916	0,04%	454,96%	10.633	0,16%
Outras contas a pagar	31.055	0,70%	-88,51%	3.569	0,05%
Total do exigível a longo prazo	1.847.774	41,53%	25,58%	2.320.478	34,75%
Participação de acionistas não controladores	21.871	0,49%	22,16%	26.717	0,40%
Patrimônio líquido:					
Capital social	571.234	12,84%	38,61%	791.761	11,86%
Reserva de capital	220.527	4,96%	N/A	-	N/A
Ajuste acumulado de conversão	-	0,00%	N/A	-2.612	-0,04%
Reserva de lucros	791.745	17,80%	-0,31%	789.265	11,82%
Resultado do exercício	-	0,00%	N/A	155.941	2,34%
Total do patrimônio líquido	1.583.506	35,59%	9,53%	1.734.355	25,97%
Total	4.449.079	100,00%	50,10%	6.677.860	100,00%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2.008, o ativo circulante da Companhia era de R\$1.371.529 mil, 35,43% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.007 quando o ativo circulante da Companhia era de R\$1.012.734 mil, o qual é 13,07% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.006 quando o ativo circulante da Companhia era de R\$895.676 mil.

Em 31 de março de 2.009, o ativo circulante da Companhia era de R\$1.467.379 mil, 26,73% maior que no período de três meses findo em 31 de março de 2.008 quando o ativo circulante da Companhia era de R\$1.157.888 mil.

A razão do aumento do ativo circulante nos exercícios/períodos acima, é decorrente principalmente, do aumento das disponibilidades, cujo aumento deveu-se à necessidade de investimentos pelas concessionárias, como também pela expansão dos negócios do Grupo CCR.

Ativo não-circulante

Em 31 de dezembro de 2.008, o ativo não-circulante da Companhia era de R\$4.899.046 mil, 52,94% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.007 quando o ativo circulante da Companhia era de R\$3.203.207 mil, o qual é 10,35% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.006 quando o ativo circulante da Companhia era de R\$2.902.712 mil.

Em 31 de março de 2.009, o ativo não-circulante da Companhia era de R\$5.210.481 mil, 58,32% maior que no período de três meses findo em 31 de março de 2.008 quando o ativo circulante da Companhia era de R\$3.291.191 mil.

Os aumentos acima são decorrentes principalmente dos seguintes fatores:

- Capitalização do pagamento antecipado da outorga fixa das concessões, os quais são apropriados ao resultado pelo prazo da concessão. Os pagamentos antecipados da outorga fixa são basicamente referentes ao RodoAnel (a partir de 2.008) cujo prazo de pagamento é de 2 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão e sobre a prorrogação do prazo de concessão da Autoban, ViaOeste e Renovias, onde o período de pagamento da outorga não foi estendido.
- Os pagamentos antecipados ocorrem sempre que o fluxo de pagamento da outorga, que é tratado contabilmente como um aluguel, é realizado de maneira diferente do prazo remanescente do contrato de concessão, decorrentes por exemplo de aditivos de extensão de prazo do contrato de concessão com a finalidade de reequilíbrio econômico-financeiro (AutoBan, ViaOeste e Renovias), ou ainda quando o contrato de concessão exigir a quitação integral da outorga fixa nos primeiros anos do contrato de concessão, a exemplo do RodoAnel.

Para mais informações, ver nota explicativa 9 de nossas informações trimestrais (ITR) revisadas de 31 de março de 2.009, na página 735 deste Prospecto.

Imobilizado e Intangível

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de								Trimestre findo em 31 de março de				
		%	Variação		%	Variação		% sobre		% sobre	Variação		% sobre
	2.006	sobre total	%	2.007	sobre total	%	2.008	sobre total	2.008	sobre total	%	2.009	sobre total
(em milhares de Reais)													
Investimentos													
NovaDutra	75.713	17,46%	30,74%	98.984	20,05%	61,36%	159.720	20,35%	29.307	32,51%	5,59%	30.944	20,53%
AutoBAn	157.534	36,33%	28,43%	202.328	40,98%	41,65%	286.607	36,51%	37.581	41,68%	75,82%	66.075	43,83%
ViaOeste	142.399	32,84%	-16,06%	119.524	24,21%	-53,15%	55.993	7,13%	11.282	12,51%	40,22%	15.820	10,49%
RodoNorte	43.887	10,12%	2,88%	45.149	9,15%	96,22%	88.590	11,28%	8.880	9,85%	57,00%	13.942	9,25%
RodoAnel	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	N/A	95.535	12,17%	-	0,00%	N/A	16.459	10,92%
Renovias	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	N/A	11.540	1,47%	-	0,00%	N/A	3.869	2,57%
ViaQuatro	-	0,00%	N/A	316	0,06%	21819,62%	69.266	8,82%	-	0,00%	N/A	1.905	1,26%
Ponte	9.357	2,16%	143,79%	22.811	4,62%	-42,94%	13.015	1,66%	3.037	3,37%	-73,63%	801	0,53%
Via Lagos	4.685	1,08%	-2,31%	4.577	0,93%	4,48%	4.782	0,61%	74	0,08%	1179,73%	947	0,63%
Todas as Concessionárias	433.575	100%	13,86%	493.689	100%	59,02%	785.048	100,00%	90.161	100,00%	67,21%	150.762	100,00%

No ano de 2.007 foram investidos 13,86% a mais do que no ano de 2.006, conforme previsto nos cronogramas de investimentos das concessionárias. As concessionárias que mais investiram em 2007, foram AutoBAn, NovaDutra e ViaOeste, representando respectivamente 40,98%, 20,05% e 24,21% do total investido. A

AutoBAN investiu principalmente na Marginal Anhanguera do Km 92 ao 103,5, em conservação especial e no projeto Anhanguera. A NovaDutra investiu principalmente no pavimento e recuperação geral. A ViaOeste investiu principalmente na implantação das marginais, rotatórias, binários entre o km 41 e 42 da SP-270, passarelas da SP-270 e SP-280, e complemento da 2ª intervenção no pavimento entre os km 92 ao 115,5 Pista Leste e Pista Oeste - Sorocaba/ Araçoiaba da Serra SP-270.

No ano de 2.008 foram investidos 59,02% a mais do que no ano de 2.007, conforme previsto nos cronogramas de investimentos das concessionárias. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAN, NovaDutra, RodoAnel, RodoNorte e ViaQuatro, representando respectivamente 36,51%, 20,35%, 12,17%, 11,28% e 8,82% do total investido. A AutoBAN investiu principalmente nas obras do Complexo Anhanguera, na construção das marginais do km 92 ao km 98 e na remodelação do km 103,5 na SP330. A NovaDutra, além de recuperação geral do pavimento, investiu nas marginais do km 169 ao 172,9 Sul (RJ). O investimento da Concessionária RodoAnel foi concentrado na construção das 13 praças de pedágio e aquisição de sistema de arrecadação. A RodoNorte investiu principalmente na recuperação do pavimento, sinalização e melhorias na BR376. A ViaQuatro continua em fase pré-operacional, realizando o adiantamento para pagamento da ordem de serviço dos fornecedores de sistemas e material rodante.

No primeiro trimestre de 2.009, foram investidos 67,21% a mais do que no primeiro trimestre de 2.008, conforme previsto nos cronogramas de investimentos das concessionárias. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAN, NovaDutra, RodoAnel, ViaOeste e RodoNorte, representando respectivamente 43,83%, 20,53%, 10,92%, 10,49% e 9,25% do total investido. A AutoBAN investiu principalmente nas obras do Complexo Anhanguera. A NovaDutra investiu na recuperação do pavimento e sinalização. A ViaOeste investiu na implantação das vias marginais do km 95 ao 105, no entroncamento com a estrada do Marmeleiro, na reconfiguração do Complexo do Cebolão, na conservação especial de obras de arte e recuperação do pavimento. O investimento do RodoAnel deveu-se aos desembolsos decorrentes da construção das praças de pedágio. A RodoNorte investiu em conservação especial e recuperação do pavimento. A ViaQuatro continua em fase pré-operacional e realizando o adiantamento para pagamento dos fornecedores de sistemas e material rodante.

Passivo circulante e exigível a longo prazo

Em 31 de dezembro de 2.008, o passivo circulante e exigível a longo prazo da Companhia era de R\$4.666.968 mil, 80,64% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.007 quando o mesmo era de R\$2.583.540 mil, o qual é 16,42% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.006 quando passivo circulante e exigível a longo da Companhia era de R\$2.218.987 mil.

Em 31 de março de 2.009, o passivo circulante e exigível a longo prazo da Companhia era de R\$4.916.788 mil, 72,90% maior que no período de três meses findo em 31 de março de 2.008 quando o passivo circulante e exigível a longo da Companhia era de R\$2.843.702 mil.

A razão principal dos aumentos acima são as captações de Empréstimos e financiamentos e debêntures as quais explicamos abaixo:

- Em 2.007, os empréstimos e financiamentos e Debêntures cresceram 13,06% em relação ao ano de 2.006, passando de R\$1.755.735 mil em 2.006 para R\$1.985.021 mil em 2.007. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representava em 2.007, 97,7%, e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representava em 2.007, 83,4%, comparado a 91,6% e 85,0%, respectivamente, no ano de 2.006. O crescimento da dívida deveu-se à emissão de debêntures da ViaOeste, no valor de R\$650,0 milhões em julho de 2.007. O recurso dessa emissão foi utilizado para liquidar o Empréstimo-Ponte, contratado para pagar antecipadamente o BNDES (R\$40 milhões), pagar a Dívida Subordinada (R\$325 milhões), reforço de capital de giro (R\$5 milhões) e pagamento de dividendos (R\$280 milhões).
- Em 2.008, os empréstimos e financiamentos e Debêntures da CCR cresceram 87,51%, passando de R\$1.985.021 mil para R\$3.722.093 mil. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representava, em 2.008, 90,1%, e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representava 53,0%, comparado a 91,5% e 83,5%, respectivamente, no ano de 2.007. O crescimento da dívida deveu-se principalmente às emissões de notas promissórias do RodoAnel no valor de R\$650.000 mil em maio de 2.008, debêntures da CCR no valor de R\$300.000 mil em setembro de 2.008 e R\$500.000 mil em dezembro de 2.008.

- De acordo com as melhores práticas de finanças na indústria de infra-estrutura e visando maximizar o retorno de nossos acionistas, a Companhia usualmente estrutura financiamentos de longo prazo na modalidade de *project finance* com a participação de organismos multilaterais para os novos negócios. Para permitir essa estruturação, que exige um determinado período, é necessário a adoção de instrumentos de curto prazo para o financiamento inicial, sendo posteriormente substituídos por *project finance*, que, entre outras características, possui endividamento de longo prazo e compatível com os retornos esperados.
- O aumento de R\$213.144 mil nos empréstimos e financiamentos e debêntures, passando de R\$3.722.093 mil em dezembro de 2.008 para R\$3.935.237 mil em março de 2.009, deveu-se à entrada no primeiro trimestre de 2.009 de R\$184 milhões, referente à conclusão da 2ª emissão de notas promissórias do RodoAnel, bem como a entrada de R\$110.000 mil de empréstimo do BNDES para a concessionária AutoBAN.

Para mais informações, ver notas explicativas de nossas informações trimestrais (ITR) revisadas de 31 de março de 2.009.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2.008, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.578.527 mil, 2,14% menor que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.007 quando o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.613.042 mil. A variação do patrimônio está relacionada basicamente ao resultado do exercício de 2.008 no montante de R\$713.586 mil e a distribuição de dividendos de R\$745.738 mil. Em 2.008, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$220.527 mil, com a utilização de reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2.007, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.613.042 mil, 2,98% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.006 quando o mesmo era de R\$1.566.362 mil. A variação do patrimônio líquido está relacionada basicamente ao resultado do exercício de 2.007 no montante de R\$579.682 mil e a distribuição de dividendos de R\$532.093 mil.

Em 31 de março de 2.009, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.734.355 mil, 9,53% maior que no período de três meses findo em 31 de março de 2.008 quando o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.583.506 mil. A variação do patrimônio líquido está relacionada basicamente aos resultados de 1º de abril de 2.008 a 31 de dezembro de 2.008, como também ao resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2.009, os quais montam em R\$707.350 mil e a distribuição de dividendos de R\$544.187 mil.

Fontes e Usos de Recursos

A nossa principal aplicação de recursos tem sido os investimentos nas rodovias que operamos, além dos equipamentos e sistemas para a linha 4 do metrô de São Paulo. De acordo com os contratos de concessão, a nossa obrigação de realizar investimentos é geralmente maior até o quinto ano da concessão, período em que somos obrigados a efetuar as melhorias mais significativas nas rodovias. A nossa obrigação de efetuar investimentos poderá aumentar significativamente se obtivermos novas concessões, seja por meio de licitação ou aquisição.

No início da administração de nossas concessões, nós e nossas Concessionárias obtivemos novos empréstimos para financiar uma parcela de nossos investimentos. Historicamente, nossos financiamentos foram obtidos de bancos de fomento, mas, para financiamentos futuros para novos investimentos, nós pretendemos diversificar as fontes de capital, incluindo o mercado de capitais brasileiro, se possível.

Fluxo de Caixa

A tabela abaixo demonstra as variações ocorridas nas demonstrações dos fluxos de caixa da Emissora verificadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008, assim como nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2.008 e 2.009.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

(Em milhares de Reais)

Consolidado Holding

	Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de			Período de Três Meses encerrado em 31 de março de	
	2008	2007 (Reclassificado)	2006	2.009	2.008 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	713.586	579.682	547.268	155.941	162.177
Ajustes por:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.810	(7.325)	(5.864)	2.444	451
Apropriação de despesas antecipadas	10.121	8.024	13.067	9.938	2.007
Provisão para perdas com Investimentos	-	-	731	-	601
Depreciação e amortização	323.037	301.921	334.218	90.304	80.908
Baixa do ativo imobilizado e intangível	15.328	14.708	11.065	1.340	715
Amortização do ágio	30.792	17.910	3.264	8.902	4.400
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	50.869	(14.119)	(7.842)	(13.137)	7.396
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	165	(44)	676	(46)	-
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	320.558	245.656	196.033	101.781	66.562
Resultado da operação de hedge	(42.884)	9.645	15.664	13.803	3.924
Constituição e juros sobre contingências fiscais	4.136	2.607	-	170	224
Reversão da provisão para IR e CS	-	-	(112.312)	-	-
Provisão para devedores duvidosos	7.534	-	-	2.667	5.029
Juros sobre impostos parcelados	3.002	3.985	4.353	716	597
Participação dos minoritários	8.142	6.320	(3.368)	1.637	2.512
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução dos ativos					
Contas a receber	(28.336)	26.007	(5.831)	1.215	(8.171)
Partes relacionadas	(12.662)	(2.870)	(4.053)	3.357	8.255
Impostos a recuperar	(27.653)	(11.437)	(9.755)	(62.489)	(46.608)
Despesas antecipadas outorga fixa	(842.915)	(97.615)	-	(264.008)	(20.733)
Despesas antecipadas e outras	(10.555)	40.571	23.836	(3.880)	(8.947)
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores	45.865	15.543	11.282	(38.694)	(12.924)
Partes relacionadas	8.755	18.771	847	(6.177)	(5.323)
Obrigações sociais e trabalhistas	14.251	6.779	2.427	23.167	18.962
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão					

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
(Em milhares de Reais)
Consolidado Holding

	Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de			Período de Três Meses encerrado em 31 de março de	
	2008	2007	2006	2.009	2.008
		(Reclassificado)			(Reclassificado)
para imposto de renda e contribuição social	97.058	136.397	54.398	67.330	67.048
Contingências	(1.361)	3.281	1.582	(1.084)	(767)
Obrigações com o poder concedente	7.977	-	-	(558)	-
Outras contas a pagar	(17.803)	(31.004)	9.990	(2.522)	10.752
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	694.817	1.273.393	1.081.676	92.117	339.047
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de investimentos	(93)	(48.128)	(31)	483	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.048.182)	(517.585)	(458.914)	(159.073)	(89.737)
Adiantamento para aquisição de imobilizado e investimento	(61.801)	-	-	(10.268)	(43.112)
Ágio em controlada	-	-	(14.996)	-	-
Constituição de ativo diferido	(40.843)	(3.150)	(10.010)	-	(1.513)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.150.919)	(568.863)	(483.951)	(168.858)	(134.362)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Resgates/Aplicações (conta reserva)	(2.428)	24.247	(13.253)	(11.668)	(52.481)
Liquidação da operações de hedge	(11.097)	(18.450)	(48.662)	(2.034)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures:					
Captações	2.602.984	836.646	1.165.901	291.910	-
Pagamentos	(1.274.953)	(835.021)	(1.081.613)	(169.840)	(98.315)
Apropriação do custo da transação	3.743	2.562	-	2.430	901
Dividendos:					
Pagos	(604.653)	(532.093)	(100.775)	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-
Minoritários	-	-	(60)	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	(253.954)	-	-
Juros sobre capital próprio pagos a ex-acionistas	-	(4.895)	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	713.596	(527.004)	(332.416)	110.798	(149.895)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	257.494	177.526	265.309	34.057	54.790
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	780.377	602.851	337.542	1.037.871	780.377
No final do exercício	1.037.871	780.377	602.851	1.071.928	835.167
	<u>257.494</u>	<u>177.526</u>	<u>265.309</u>	<u>34.057</u>	<u>54.790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Obrigações Contratuais Financeiras

A tabela abaixo sintetiza as datas de vencimento das nossas obrigações contratuais relevantes a partir de 31 de março de 2.009, as quais são compostas por obrigações decorrentes de financiamentos empréstimos e debêntures, os quais possuem taxas de juros pré-fixados e pós-fixados, conforme detalhamento na nota explicativa nº 15 de nossas informações trimestrais (ITR) revisadas de 31 de março de 2.009, na página 752 deste Prospecto.

	Pagamentos de principal por período				
	Total	Inferior a 1 ano	1 Ano	2 Anos	Superior a 3 Anos
	(Em R\$ mil)				
Financiamentos, empréstimos e debêntures	3.971.559	2.021.196	391.008	330.328	1.229.027
Total	3.971.559	2.021.196	391.008	330.328	1.229.027

Operações não Registradas nas Demonstrações Financeiras

Atualmente, a Companhia não possui quaisquer operações não registradas em suas demonstrações financeiras para financiar suas operações. A Companhia não possui quaisquer controladas que não estejam incluídas em suas demonstrações financeiras consolidadas, nem possui quaisquer coligadas ou participações em, ou relacionamentos com, quaisquer sociedades que não estejam refletidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Investimentos

No dia 28 de dezembro de 2.005, a CCR celebrou o Contrato de Compra e Venda, tendo por objetivo a aquisição de ações representativas de 11,68% do capital social da RodoNorte.

No dia 10 de agosto de 2.006, a CCR assinou um acordo com uma de suas acionistas controladoras, a BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A., com o objetivo de estabelecer uma parceria para o desenvolvimento de novas oportunidades de investimentos em projetos de concessões de rodovias, auto-estradas, vias urbanas, túneis e outras infra-estruturas viárias, nos Estados Unidos da América e Canadá.

No dia 18 de agosto de 2.006, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Aviso de Adjudicação, comunicando que a melhor classificada no atendimento das condições de habilitação para a exploração da Linha 4 do Metrô de São Paulo, foi o Consórcio Metroquatro - formado pelas empresas CCR, Montgomery Participações S.A., RATP Développement S.A. e Benito Roggio Transporte S.A..

Em 29 de novembro de 2.006, a ViaQuatro, constituída originalmente pelas consorciadas do Consórcio Metroquatro, do qual a CCR detinha, naquela data, 68% de ações representativas do seu capital social, assinou o Contrato de Concessão da Linha 4 do Metrô de São Paulo.

Em 20 de dezembro de 2.006, a AutoBAN e ViaOeste, celebraram os Termos Aditivos Modificativos 16 e 12. Os referidos aditivos têm por objeto reequilibrar as equações econômico-financeiras dos Contratos de Concessão que sofreram os impactos decorrentes de diversas alterações tributárias e readequações dos cronogramas de investimentos. Conforme previsão dos Contratos de Concessão, a recomposição se deu por extensão dos prazos, de 104 meses na AutoBAN e de 57 meses na ViaOeste.

No dia 29 de agosto de 2.007, o consórcio formado pela CCR (10%) e a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A. (90%) assinou o contrato de concessão da Northwest Parkway.

No dia 29 de janeiro de 2.008, a CCR anunciou um Compromisso de Compra e Venda, irrevogável e irretratável, para aquisição de 40% do capital social da Renovias Concessionária S/A, por meio de sua controlada CPC.

No dia 11 de março de 2.008, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Consórcio Integração Oeste, onde a CCR detém uma participação de 95%, obteve a melhor classificação dentre as propostas de menor tarifa de pedágio apresentadas no processo licitatório da Concessão Onerosa do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste, Interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo (SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116).

No dia 7 de maio de 2.008, o Consórcio Integração Oeste foi declarado vencedor da Concorrência Pública Internacional nº 001/2.008, destinada à exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste.

No dia 1º de junho de 2.008, a Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., onde a CCR detém uma participação de 95%, iniciou o Contrato de Concessão para a exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste.

No dia 3 de junho de 2.008, a CCR finalizou as etapas previstas no Acordo de Investimento celebrado em 29 de janeiro de 2.008, e passou a deter 40% das ações ordinárias e preferenciais da Renovias.

No dia 9 de fevereiro de 2.009, a CCR anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, junto com a sua controlada Companhia de Participações em Concessões e com a Brisa Participações e Empreendimentos Ltda., um Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, irrevogável e irretratável, com a empresa CS Participações Ltda., seus acionistas e respectiva controlada BR Inspeções S.A. para a aquisição, pela CPC, de ações representativas de 45% do capital social da Controlar S.A.

Para viabilizar nossa estratégia de consolidar a nossa posição no setor de concessões de rodovias, projetamos os seguintes investimentos principais para os exercícios de 2009 e 2010:

	Período de três meses findo em 31 de março de 2009	CAPEX (em milhões de reais)	
		2009 (E) ⁽⁴⁾	2010 (E) ⁽⁴⁾
AutoBAN	67,9	337,2 ⁽¹⁾	498,5 ⁽¹⁾
NovaDutra	32,9	161,1	196,0
ViaOeste	15,8	302,0 ⁽¹⁾	162,4 ⁽¹⁾
RodoNorte	15,3	83,4	96,8
Ponte	0,8	12,5	18,2
ViaLagos	0,9	9,5	12,0
ViaQuatro	1,9	158,9 ⁽²⁾	123,1 ⁽²⁾
Renovias	3,9	36,0	26,3
RodoAnel	16,5	53,3	45,5
Outras ⁽³⁾	3,1	23,9	19,2
Consolidado	159,7	1.177,8	1.198,0

(1) BNDES, geração de caixa e mercado de capitais.

(2) 80%: BID + B Lenders.

(3) Inclui CCR, CCR México, CCR USA, Actua, Engelog, Parques e STP.

(4) Refere-se à participação da CCR nas concessionárias.

Os investimentos na AutoBAN (R\$ 30,4 milhões no ano de 2009 e R\$ 69,5 milhões em 2010) e ViaOeste (R\$ 220,8 milhões em 2009 e R\$ 29,0 milhões em 2010) estão em fase de reequilíbrio nas formas previstas em contrato.

Desinvestimentos

No dia 7 de fevereiro de 2.007, a Mitsui & Co. Ltd. passou a integrar a composição acionária da ViaQuatro, mediante a subscrição de 10% de ações representativas do seu capital social. A partir de então, a participação detida pela CCR no capital social da referida Concessionária passou de 68% para 58%. Diante disso, a composição acionária da ViaQuatro passou a ser o seguinte: (i) CCR (58%); (ii) Montgomery Participações S.A. (30%); (iii) Mitsui & Co. Ltd. (10%); (iv) RATP Développement S.A. (1%) e (v) Benito Roggio Transporte S.A. (1%). A RATP Développement S.A. é operadora de metrô na França e a Benito Roggio Transporte S.A. é operadora de metrô na Argentina.

No dia 4 de maio de 2.009, a companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que foi firmado um Contrato de Compra e Venda de Ações, irrevogável e irretratável, com a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A., para a venda da totalidade da participação da CCR (10% do capital social) na empresa Northwest Parkway, LLC, no valor de US\$29,1 milhões.

Análise Qualitativa dos Riscos

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, (2) da TJLP e CDI relativos a empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa a empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente nas páginas 754 e 766 deste Prospecto.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

<u>Controladas</u>	<u>Índices de atualização (variação)</u>
AutoBan	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge (swap)* para mitigar esses riscos.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA), ao Iene (Japão) e ao Peso Mexicano (México), equivalentes em 31 de março de 2.009, a R\$358.351 mil (R\$361.382 mil em 31 de dezembro de 2.008) (nota explicativa nº 15, na página 752 deste Prospecto). Desse montante, as controladas contrataram operações de *hedge (swap)* no valor de R\$115.155 mil (R\$200.787 mil em 31 de dezembro de 2.008). O restante não está protegido por operações de *hedge (swap)* por se tratar da aplicação de recursos captados e investidos no exterior, exceto o montante de R\$4.289 mil, referente ao empréstimo vinculado à cesta de moedas do BNDES na controlada RodoNorte, bem como o financiamento do BID na controlada em conjunto ViaQuatro, que está em fase de negociação, com amortização do principal a partir de 2.013.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos com caráter especulativo, tampouco, os nomeados, instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Companhia (controladora) não contratou instrumentos financeiros derivativos no período de 31 de março de 2.009 e no exercício de 2.008.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia são relativos a contratos de *hedge (swap)* de dólar norte-americano (USD), Euros (EUR) e Ienes japoneses (JPY) por CDI.

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo, por não ter atendido todas as condições para contabilização como *hedge (hedge accounting)*.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F, relativo ao último dia útil imediatamente anterior à data do balanço, respeitando o prazo restante de cada operação, quando as operações protegem variações no dólar americano, ou por cálculo equivalente ao do cupom limpo em USD para as operações em outras moedas estrangeiras (Euro e Iene).

Os valores justos foram determinados com base na curva ativa dos contratos, tendo sido adotado como valor justo para a curva passiva, os valores contábeis originais registrados pela curva. Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 23 de nossas informações trimestrais (ITR) revisadas de 31 de março de 2.009, na página 777 deste Prospecto.

Eventos Subsequentes Relevantes não Considerados nas Demonstrações Financeiras

Venda de participação acionária na Northwest Parkway

Em 4 de maio de 2.009 a controlada CCR-USA firmou Contrato de Compra e Venda de Ações, irrevogável e irretratável, com a Brisa Autoestradas de Portugal S.A., para a venda da totalidade de sua participação de 10% no capital social na Northwest Parkway, LLC, no valor de US\$29.143 mil.

A concessionária é responsável pela exploração da concessão que tem extensão aproximada de 14 km, encontra-se em operação desde novembro de 2.003 e integra o anel viário da cidade de Denver, no estado do Colorado, EUA.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os administradores da Companhia, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo, incluindo as Debêntures. A Companhia pretende pagar o montante principal da sua dívida de curto e longo prazo descrito na seção “Capitalização” na página 122 deste Prospecto, inclusive as Debêntures, e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da administração da Companhia, caso sejam necessários recursos à complementação de tal montante, estes serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, alienação de ativos, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

A tabela abaixo indica a análise da demonstração do fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 2.006, 2.007 e 2.008, e nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2.009 e 2.008.

Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto

(Em milhares de reais)

	Consolidado Holding				
	Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de			Período de Três Meses encerrado em 31 de Março de	
	2006 (Reclassificado)	2007 (Reclassificado)	2008	2008 (Reclassificado)	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro Líquido do Exercício	547.268	579.682	713.586	162.177	155.941
Ajustes por:					
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(5.684)	(7.325)	17.810	451	2.444
Apropriação de Despesas antecipadas	13.067	8.024	10.121	2.007	9.938
Provisão para perdas de investimentos	731	-	-	601	-
Depreciação e Amortização	334.218	301.921	323.037	80.908	90.304
Baixa do Ativo imobilizado e intangível	11.065	14.708	15.328	715	1.340
Amortização do Ágio	3.264	17.910	30.972	4.400	8.902
Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	(7.842)	(14.119)	50.869	7.396	(13.137)
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	676	(44)	165	-	(46)
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	196.033	245.656	320.558	66.562	101.781
Resultado de operação de hedge	15.664	9.645	(42.884)	3.294	13.803
Constituição e juros sobre contingências fiscais	-	2.607	4.136	224	170
Reversão da provisão para IR e CS	(112.312)	-	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	7.534	5.029	2.667
Juros sobre impostos parcelados	4.353	3.985	3.002	597	716
Participação dos minoritários	(3.368)	6.320	8.142	2.512	1.637
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-
Variação nos ativos e passivos					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	(5.831)	26.007	(28.336)	(8.171)	1.215
Partes relacionadas	(4.053)	(2.870)	(12.662)	8.255	3.357
Impostos a recuperar	(9.755)	(11.437)	(27.653)	(46.608)	(62.489)
Despesas antecipadas outorga fixa	-	(97.615)	(842.915)	(20.733)	(264.008)
Despesas antecipadas e outras	23.836	40.571	(10.555)	(8.947)	(3.880)
(Aumento) redução nos passivos					
Fornecedores	11.282	15.543	45.865	(12.924)	(38.694)
Partes relacionadas	847	18.771	8.755	(5.323)	(6.177)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.427	6.779	14.251	18.962	23.167
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	54.398	136.397	97.058	67.048	67.330
Contingências	1.582	3.281	(1.361)	(767)	(1.084)

Consolidado Holding

	Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de			Período de Três Meses encerrado em 31 de Março de	
	2006 (Reclassificado)	2007 (Reclassificado)	2008	2008 (Reclassificado)	2009
Obrigações com o poder concedente	-	-	7.997	-	(558)
Outras contas a pagar	9.990	(31.004)	(17.803)	10.752	(2.522)
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	1.081.676	1.273.393	694.817	339.047	92.117
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de investimentos	(31)	(48.128)	(93)	-	483
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(458.914)	(517.585)	(1.048.182)	(89.737)	(159.073)
Adiantamento para aquisição de imobilizado e investimento	-	-	(61.801)	(43.112)	(10.268)
Ágio em controlada	(14.996)	-	-	-	-
Constituição de ativo diferido	(10.010)	(3.150)	(40.843)	(1.513)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(483.951)	(568.863)	(1.150.919)	(134.362)	(168.858)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Resgates/Aplicações (conta reserva)	(13.253)	24.247	(2.428)	(52.481)	(11.668)
Liquidação da operação de hedge	(48.662)	(18.450)	(11.097)	-	(2.034)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:					
Captações	1.165.901	836.646	2.602.984	-	291.910
Pagamentos	(1.081.613)	(835.021)	(1.274.953)	(98.315)	(169.840)
Apropriação do custo de transação	-	2.562	3.743	901	2.430
Dividendos:					
Pagos	(100.775)	(532.093)	(604.653)	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-
Minoritários	(60)	-	-	-	-
Dividendos Intermediários	(253.954)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos a ex-acionistas	-	(4.895)	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(332.416)	(527.004)	713.596	(149.895)	110.798
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	265.309	177.526	257.494	54.790	34.057
Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	337.542	602.851	780.377	780.377	1.037.871
No final do exercício	602.851	780.377	1.037.871	835.167	1.071.928
	265.309	177.526	257.494	54.790	34.057

Para mais informações sobre o endividamento da Emissora e outras informações que possam representar indicadores da capacidade de pagamento da Emissora, veja seção “Discussão e Análise da Administração Sobre as Demonstrações Financeiras”, na página 79 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta as disponibilidades e o endividamento de curto e longo prazo da Companhia relativos ao período de três meses findo em 31 de março de 2.009, em bases efetivas, a partir das demonstrações financeiras auditadas e revisadas, conforme o caso, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e/ou instruções da CVM e conforme ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos de R\$497.500.000,00 provenientes da emissão de 500.000 Debêntures no âmbito da Emissão, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Emissão a serem pagas pela Companhia.

A tabela abaixo tem caráter simplesmente ilustrativo. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as seções “Situação Financeira da Companhia - *Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas*” e “*Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional*”, nas páginas 72 e 79, respectivamente, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os encargos do endividamento de curto e longo prazo podem ser encontrados nas notas explicativas de número 15 e 16 das informações trimestrais (ITR) revisadas de 31 de março de 2.009, nas páginas número 754 e 766, respectivamente.

	<u>Em 31 de março de 2.009</u>	
	<u>Efetivo</u>	<u>Ajustado⁽¹⁾</u>
	<u>(em milhares de Reais)</u>	
Endividamento de curto prazo	2.016.122	2.016.122
Endividamento de longo prazo	1.919.673	2.417.173
Patrimônio Líquido	1.734.355	1.734.355
Capital social	791.761	791.761
Reservas de lucros	789.265	789.265
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.612)	(2.612)
Lucros acumulados	155.941	155.941
Capitalização Total ⁽²⁾	5.670.150	6.167.650

⁽¹⁾ Ajustado para refletir a distribuição das Debêntures, as quais serão vendidas pelo Valor Nominal Unitário de R\$1.000,00 na Data da Emissão.

⁽²⁾ Capitalização total corresponde à soma dos endividamentos e o total do patrimônio líquido.

VISÃO GERAL SOBRE O SETOR DE CONCESSÃO DE RODOVIAS

Aspectos Gerais: O Programa Brasileiro de Concessões de Rodovias

Histórico e Situação Atual

A principal motivação para o programa de concessão de rodovias foi a rápida deterioração das principais vias de ligação intra-estaduais e interestaduais no início dos anos 90, incluindo as rodovias Presidente Dutra, Régis Bittencourt e Fernão Dias, entre outras, e a falta de recursos públicos para restaurar e manter tais rodovias. O declínio da rede rodoviária brasileira ameaçou comprometer de forma direta o potencial de crescimento econômico do Brasil, uma vez que o país depende muito do sistema rodoviário para o transporte de cargas e de passageiros.

O programa brasileiro de concessões de rodovias teve início em 1.993, após a promulgação da Lei nº 8.666, que estabeleceu regras gerais para os processos de licitação e contratação entre a administração pública e o setor privado. Com base nessa lei, o governo federal, durante 1.993 e 1.994, representado pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), realizou a licitação pública de quatro rodovias e uma ponte, marcando o início do programa brasileiro de concessão de rodovias. Seguindo esses passos iniciais, a promulgação da Lei nº 9.277, em maio de 1.996, autorizou a União a delegar aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal a administração e operação de determinadas rodovias federais, as quais também foram alvo de concessão.

Nesse contexto, a Lei nº 10.233, de junho de 2.001, deu início ao processo de reestruturação do setor de transporte terrestre brasileiro, por meio da criação dos seguintes órgãos reguladores:

- Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT: a quem compete propor políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens em conformidade com (i) as políticas de desenvolvimento nacional, regional e urbano, de meio ambiente e de segurança das populações; (ii) as diretrizes para a integração física e de objetivos dos sistemas viários; e (iii) promoção da competitividade, para redução de custos, tarifas e fretes, e da descentralização, para melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT: entidade autárquica de direito público, com autonomia financeira e funcional. A ANTT é responsável pela implementação das políticas estabelecidas pelo CONIT e tem autoridade para, dentre outras, (i) regular e supervisionar as atividades de prestação de serviços de transporte rodoviário; (ii) firmar e administrar os contratos de concessão dentre de sua área de atuação; e (iii) revisar e reajustar as tarifas dos serviços prestados, segundo disposições contratuais.
- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT: entidade autárquica de direito público vinculada ao Ministério dos Transportes, que tem competência para implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada para a administração da infra-estrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais. Também é atribuição do DNIT, em sua esfera de atuação, declarar de utilidade pública bens e propriedades a serem desapropriadas para implementação do Sistema Federal de Viação.

O DNER foi submetido a um processo de liquidação, sendo gradualmente sucedido (i) pela União, que assumiu, basicamente, suas ações judiciais e obrigações financeiras, (ii) pela ANTT, a quem foram atribuídas suas obrigações de natureza regulatória e contratos de concessão, e (iii) pelo DNIT, que, de forma geral, assumiu a administração dos projetos relacionados à construção, manutenção e expansão das rodovias, dentre outros. Esse processo de liquidação foi encerrado em 14 de agosto de 2.003, com a conseqüente extinção do DNER.

Adicionalmente, foram criadas agências reguladoras para regular e supervisionar as concessões outorgadas na esfera estadual. No Rio de Janeiro, com base na Lei Estadual nº 2.686, de fevereiro de 1.997, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos concedidos do Estado do Rio de Janeiro - ASEP/RJ. Posteriormente, em 6 de junho de 2.005, foi publicada a Lei Estadual nº 4.555, que extinguiu a ASEP/RJ e, em substituição, criou a AGETRANSP, que atualmente regula as concessões de serviço público no Estado do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, por meio da Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2.002, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. Com relação ao

Paraná, Estado onde está localizada a RodoNorte, por meio da Lei Estadual Complementar nº. 94, de 23 de julho de 2.002, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná. Todavia, tal agência nunca foi constituída na prática, razão pela qual o respectivo governo estadual permanece exercendo os poderes de administração e supervisão das concessões de rodovias daquele Estado por meio do DER/PR (Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná).

Além disso, diversos outros estados da federação constituíram agências reguladoras multi-setoriais, dentre os quais, destacamos:

- i. Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), criada pela Lei Estadual nº 13.094, de 12 de janeiro de 2.001;
- ii. Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), criada pela Lei Estadual nº 7.463, de 2 de março de 1.999;
- iii. Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA), criada pela Lei Estadual nº 7.314, de 19 de maio de 1.998;
- iv. Agência Reguladora de Serviços Concedidos do Estado de Sergipe – ASES, criada pela Lei Estadual nº 3.973, de 10 de junho de 1.998;
- v. Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL), criada pela Lei Estadual nº 6267/01, em 20 de setembro de 2.001;
- vi. Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE), criada pela Lei Estadual nº 11.742, de 14 de janeiro de 2.000;
- vii. Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Pará (ARCON), criada pela Lei Estadual nº. 6.099, de 30 de dezembro de 1.997;
- viii. Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas (ARSAM), criada pela Lei Estadual nº 2.568/99;
- ix. Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso (AGER), criada pela Lei Estadual nº 7.101, de 14 de janeiro de 1.999, e alterada pela Lei Complementar nº 66, de 22 de dezembro de 1.999;
- x. Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, criada pela Lei Estadual n. ° 2363, de 19 de dezembro de 2.001;
- xi. Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), criada pela Lei Estadual nº 13.550, de 11 de novembro de 1.999;
- xii. Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Minas Gerais (ARSEMG), criada pela Lei Estadual nº 12.999, de 31 de julho de 1.998; e
- xiii. Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), criada pela Lei Estadual nº 10.931, de 9 de janeiro de 1.997.

Note que vários Estados (Pará por exemplo) ainda não concederam rodovias, mas já possuem uma agência reguladora encarregada de fiscalizar tais concessões se e quando ocorrerem.

Concessões Federais Atuais e Futuras

a.1) Concessões Federais Atuais:

A primeira concessão concedida no programa federal foi a Ponte Rio-Niterói, em 1.994. De acordo com a ANTT, o programa de concessões sob seu patrocínio cobre 13 trechos rodoviários que totalizam 4.083,2 quilômetros de rodovias, assim distribuídos:

Etapas	Concessionária	Rodovias	Trecho	Extensão (km)
1ª Etapa	NOVADUTRA	BR-116/RJ/SP	Rio de Janeiro - São Paulo	402,0
	PONTE	BR-101/RJ	Ponte Rio - Niterói	13,2
	CONCER	BR-040/MG/RJ	Rio de Janeiro - Juiz de Fora	179,9
	CRT	BR-116/RJ	Rio de Janeiro - Além Paraíba	142,5
	CONCEPA	BR-290/RS	Osório - Porto Alegre	121,0
Transf.	ECOSUL	BR-116/293/392/RS	Pólo de Pelotas	623,8
2ª Etapa	AUTOPISTA FERNÃO DIAS	BR-381/MG/SP	Belo Horizonte - São Paulo	562,1
	AUTOPISTA RÉGIS			
	BITTENCOURT	BR-116/SP/PR	São Paulo - Curitiba	401,6
	AUTOPISTA LITORAL SUL	BR-376/PR, BR-101/SC	Curitiba - Florianópolis	382,3
	AUTOPISTA PLANALTO SUL	BR-116/PR/SC	Curitiba - Divisa SC/RS	412,7
	AUTOPISTA FLUMINENSE	BR-101/RJ	Ponte Rio - Niterói - Div RJ/ES	320,1
	TRANSBRASILIANA	BR-153/SP	Div MG/SP - Div SP/PR	321,6
	RODOVIA DO AÇO	BR-393/RJ	Div MG/RJ - Entroncamento BR-116	200,4
				4.083,2

Em abril de 2.009, através da Resolução ANTT N° 3.085, foi homologada ao Consórcio Rodobahia a concessão dos trechos da BR-116/324/BA, entre Divisa BA/MG – Feira de Santana – Salvador, configurada como 2ª Etapa – Fase II, numa extensão total de 680,6 quilômetros de rodovias. Prevê-se assinatura do respectivo contrato de concessão ainda em 2.009, no dia 30 de julho, conforme Comunicado Relevante nº. 21 divulgado pela ANTT no dia 10 de junho de 2.009.

a.2) Concessões Federais Futuras:

Em outubro e novembro de 2.008 foram realizadas audiências públicas referentes às futuras outorgas dos trechos da 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais – Fase I, possivelmente ainda em 2.009, a seguir especificados:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-040/DF-GO-MG	Distrito Federal – Juiz de Fora	936,8
BR-381/MG	Belo Horizonte – Gov. Valadares	301,0
BR-116/MG	Div. BA/MG – Div. MG/RJ	816,7

Conforme Despacho do Ministro dos Transportes, publicado no DOU de 11/08/2.008, foram contratados também estudos técnicos junto à empresa Estruturadora Brasileira de Projetos S/A, para serem utilizados na modelagem dos seguintes trechos rodoviários da 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias Brasileiras – Fase II:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-101/ES	Div. RJ/ES – Div. ES/BA	458,4
BR-101/BA	Div. ES/BA – Entroncamento BR-324	790,7
BR-470/SC	Navegantes – Div. SC/RS	358,9

Concessões Estaduais Atuais e Futuras

b.1) Concessões Estaduais Atuais:

O programa estadual de concessões teve início também em 1.994 com a concessão da Linha Azul, em Santa Catarina. O programa acelerou-se em 1.996, com a promulgação da lei nº 9.277, que autorizou a União a delegar aos estados e municípios da Federação a administração e exploração de rodovias, permitindo que estes concedessem trechos específicos de rodovias federais, localizados em seus territórios, à iniciativa privada.

Atualmente, o programa estadual de concessões abrange sete Estados, com aproximadamente 10.476,6 quilômetros de rodovias e pontes operadas pelo setor privado, conforme explicitado abaixo:

Estado	Concessionária	Rodovias	Referência	Extensão (km)
SP 1ª Etapa	AUTOBAN	SP-330/348/300	Sistema Anhanguera-Bandeirantes	316,8

Estado	Concessionária	Rodovias	Referência	Extensão (km)
	VIAOESTE	SP-075/091/270/280	Sistema Castello Branco - Raposo Tavares	168,9
	RENOVIAS	SP-215/340/342/344/350	Campinas – São José do Rio Pardo	345,7
	ECOVIAS	SP-055/150/160	Sistema Anchieta - Imigrantes	176,4
	AUTOVIAS	SP-255/318/330/334/345	Região de Franca	316,5
	CENTROVIAS	SP-225/310	Região de Jaú e São Carlos	218,2
	INTERVIAS	SP-147/191/215/330/352	Região de Araras	380,4
	COLINAS	SP-075/127/280/300	Região de Itu e Tietê	299,0
	SP VIAS	SP-127/255/258/270/280	Região de Itapetininga	515,7
	TEBE	SP-323/326/351	Região de Bebedouro	156,0
	VIANORTE	SP-322/330	Região de Ribeirão Preto	236,6
	TRIÂNGULO DO SOL	SP-310/326/333	Região de Araraquara	442,2
SP 2ª Etapa Fase 1	RODOANEL OESTE		Rodoanel Mario Covas - Trecho Oeste	32,0
SP 2ª Etapa Fase 2	ROTA DAS BANDEIRAS	SP-065/063/360/332	Corredor Dom Pedro I	297,0
	ECOPISTAS	SP-070	Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto	142,0
	RODOVIAS DO TIETÊ	SP-300/101/113/209/308	Corredor Rondon Leste	415,0
	VIARONDON	SP-300/	Corredor Rondon Oeste	417,0
	CART	SP-280/225/327	Corredor Raposo Tavares	444,0
RJ	VIALAGOS	RJ-124/106	Rio Bonito - São Pedro da Aldeia	60,0
	ROTA 116	RJ-116/104	Itaboraí - Nova Friburgo - Cantagalo	140,3
PR	ECONORTE	BR-153/369 e PR-090/323/445	Região de Londrina	340,8
	VIAPAR	BR-369/376 e PR-317/369/444	Região de Maringá	547,1
	ECOCATARATAS	BR-277	Guarapuava - Foz do Iguaçu	508,6
	CAMINHOS DO PARANÁ	BR-277/373/476	Curitiba - Guarapuava	405,9
	RODONORTE	BR-277/373/376 e PR-151	Região de Ponta Grossa	568,0
	ECOVIA	BR-277 e PR-407/508	Região de Paranaguá	175,1
RS	BRITA	RS-020/115/235/466	Região de Canela	144,1
	CONVIAS	BR-116 e RS-122	Região de Caxias	173,8
	COVIPLAN	BR-285/386 e RST-153	Região de Carazinho	250,4
	METROVIAS	BR-290/116 e RS-030/040	Região de Guaíba	500,9
	RODOSUL	BR-116/285	Região de Vacaria	132,7
	SANTA CRUZ	BR-471 e RST-287	Região de Santa Cruz	208,9
	SULVIAS	BR-386 e RS-129 e RST-453/287	Região de Lajeado	317,8
BA	CLN	BA-099	Lauro de Freitas - Abadia (Linha Verde)	217,2
MG	NASCENTES DAS GERAIS	MG-050 e BR-265	Belo Horizonte - Formiga - Divisa MG/SP	398,4
ES	RODOSOL	ES-060	Guarapari - Vila Velha	67,5
				10.476,6

b.2) Concessões Estaduais Futuras:

Estado de São Paulo:

Conforme divulgação recente, o Secretário de Transportes de São Paulo revelou a intenção de lançar outros 14 lotes de concessão (3ª Etapa), priorizando 2 lotes que contemplam as rodovias que se destinam ao litoral norte /sul (SP 125, SP 099, SP 098/088, SP 055/101).

Sabe-se também da intenção do governo estadual em promover a licitação para concessão dos trechos Sul, Leste e Norte do Rodoanel Mario Covas, ainda em 2.009.

Estado de Minas Gerais:

Em Janeiro de 2.008, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – SETOP publicou o PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse) para estruturação de projetos de concessão de 16 lotes rodoviários.

Como contribuição da iniciativa privada, foi constituído o Consórcio Parcerias Rodoviárias de Minas Gerais – CPRMG” para a realização dos estudos, cujos trabalhos foram entregues para apreciação em outubro de 2.008, referenciando-se aos 17 lotes abaixo propostos:

Lote	Região	Extensão (km)
1	Divinópolis	406,7
2	Pouso Alegre	341,8
3	Curvelo	336,9
4	Uberaba	405,5
5	Itajubá	472,6
6	Montes Claros	392,9
7	Lago de Furnas	265,7
8	Uberlândia	322,7
9	Patos de Minas	273,9
10	Ouro Preto	275,0
11	São João Del-Rei	343,8
12	Formiga - Oliveira	232,0
13	Varginha	261,4
14	Caxambu	336,5
15	Poços de Caldas	321,2
16	Juiz de Fora - Ubá - Viçosa	412,6
17	Araxá	365,3
Total		5.766,5

Concessões Municipais Atuais e Futuras

Os governos municipais podem, ainda, optar por privatizar suas rodovias (seja para obras ou para administração). O Município é, nesse caso, responsável pela organização e coordenação do processo licitatório, além de tomar todas as medidas necessárias para a sua implementação e formalização, sem o envolvimento da ANTT ou do DER ou agência do respectivo Estado.

O início de um processo mais intenso de concessões municipais poderá vir a ser mais uma alternativa para o desenvolvimento de nossas atividades, tendo em vista que, atualmente há somente uma concessão municipal no Brasil, a Linha Amarela, na cidade do Rio de Janeiro, numa extensão de 25,0 quilômetros.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMPANHIA

Nosso Histórico

Nós somos uma sociedade por ações constituída em 23 de setembro de 1.998, por prazo indeterminado. De acordo com nosso estatuto social, temos como objeto social as seguintes atividades: (i) a exploração no Brasil e/ou exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

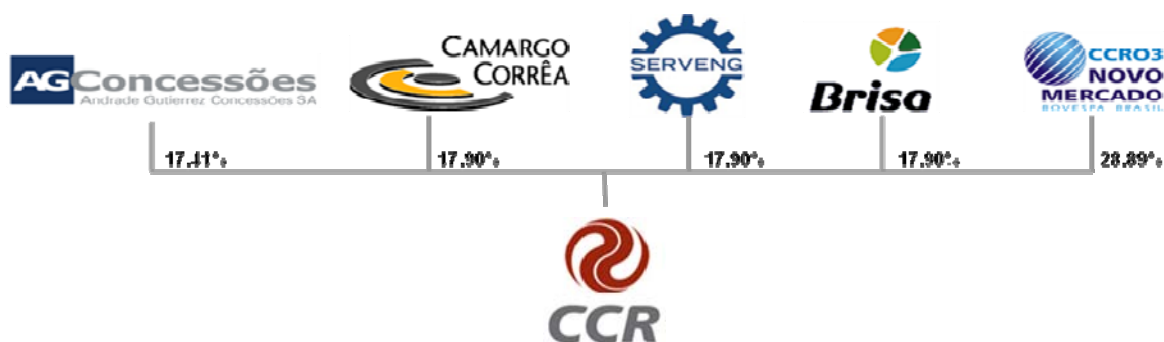
Nossa sede é localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, na capital do Estado de São Paulo.

Nossos Acionistas Originais pertencem a alguns dos maiores grupos empresariais brasileiros. Anteriormente à nossa constituição, eles eram acionistas diretos de nossas Concessionárias em diferentes proporções e estruturas.

Nosso registro de companhia aberta foi concedido pela CVM em 19 de dezembro de 2.000. Em 20 de novembro de 2.001, tornamo-nos a primeira empresa a aderir ao Novo Mercado, segmento de governança corporativa da BOVESPA. Nossas ações começaram a ser negociadas na BOVESPA em 1 de fevereiro de 2.002 e, em 2.004, concluímos uma segunda distribuição pública de ações.

Estrutura Organizacional

O gráfico abaixo apresenta a estrutura organizacional da Companhia, bem como um resumo a respeito das Concessionárias e Consórcios nos quais detemos participação direta ou indireta em 31 de março de 2.009.



Controladas	Porcentagem de participação
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00
RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V.	100,00
CCR – USA, LLC	100,00

(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.

Controladas em conjunto

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25

Participações indiretas na (a) Renovias, por meio de sua controlada CPC; (b) no CVV, por meio de sua controlada Engellog e (c) no COPARQUES, por meio da sua controlada PARQUES, detentora de 2% de participação. Referida participação, somada à participação direta da CCR, soma o total de 86,20% de participação da CCR no COPARQUES.

Nossas Atividades

Nossas concessionárias de rodovias, dentre elas a AutoBAN, a ViaOeste, a NovaDutra, a Ponte, a RodoNorte, a ViaLagos, a RodoAnel e a Renovias, administram em conjunto 1.566,6 quilômetros de rodovias, o que representa cerca de 13% do total da malha concedida a iniciativa privada no País, de acordo com dados da ABCR divulgados em 2.007. Segundo a Bloomberg, uma das mais representativas instituições de análise financeira, a boa atuação das concessionárias do grupo levaram a CCR a conquistar lugar de destaque entre as maiores empresas de concessões de rodovias do mundo, representando 41% em termos de volume de receitas de pedágio no País. Além da atuação em rodovias, detemos ainda o controle da ViaQuatro, que se encontra em fase pré-operacional, e será a responsável pela exploração dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

Temos como atividade principal a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias, tanto no Brasil como no exterior, direta ou indiretamente, ou ainda, por meio de consórcios. Dentre estas atividades, além de nossas concessões de rodovias, buscamos diversificar nosso portfólio de investimentos, tendo como marco inicial a PPP na concessão da Linha 4 do Metrô de São Paulo. Além desta concessão, que será operada pela ViaQuatro, continuamos em busca de oportunidades em infra-estrutura, seja em concessões ou outros negócios relacionados.

O objeto social da Companhia compreende, ainda, a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas, desde que relacionados com nossos principais negócios; o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive a importação e exportação; e a participação no capital de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

Detemos 100,0% do capital social da AutoBAN, NovaDutra, ViaOeste, Ponte e ViaLagos. No tocante à: (i) RodoNorte, detemos aproximadamente 85,9% das ações representativas de seu capital social; (ii) ViaQuatro, detemos 58,0% das ações representativas de seu capital social; (iii) RodoAnel, detemos 95,0% das ações representativas de capital social; e (iv) Renovias, detemos 40,0% das ações representativas de capital social, por meio de nossa controlada CPC.

O quadro abaixo contém informações operacionais e relevantes sobre os contratos de concessão vigentes durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.008, bem como no período de três meses findos em 31 de março de 2.009, os quais permanecerão em vigor por prazos que variam de seis a 30 anos, contados da data deste Prospecto:

Contratos de Concessão	Data de Término do Contrato de Concessão	Extensão (km ²)	Veículos Equivalentes		% da Receita Bruta (*)	
			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.008	Período de três meses findos em 31 de março de 2.009	Exercício social encerrado 31 de dezembro de 2.008	Período de três meses findos em 31 de março de 2.009
NovaDutra (rodovia BR-116 entre São Paulo e Rio de Janeiro)	fevereiro de 2.021	402,10	131.910.860	30.459.327	25,89%	24,26%
AutoBAn (Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com três rodovias ligando São Paulo, Campinas e Limeira)	dezembro de 2.026	316,80	209.523.802	47.598.837	37,22%	33,87%
RodoNorte (quatro rodovias ligando Curitiba e Apucarana, Ponta Grossa e Jaguariáiva) ⁽¹⁾	novembro de 2.021	567,78 ⁽¹⁾	57.256.462	14.169.014	10,70%	11,06%
Ponte (ponte entre Rio de Janeiro e Niterói)	maio de 2.015	23,30	28.100.551	6.837.977	3,59%	3,49%
ViaLagos (três rodovias na Região dos Lagos e Rio de Janeiro)	dezembro de 2.021	56,00	5.514.470	1.834.515	1,86%	2,51%
ViaOeste (Sistema Castello Branco-Raposo Tavares no Estado de São Paulo)	janeiro de 2.023	168,62	62.234.994	14.872.279	16,59%	15,99%
ViaQuatro (Linha 4 do metrô de São Paulo)	30 anos a partir do início da operação	12,80	--	--	--	--
RodoAnel Mário Covas (Trecho Oeste)	junho de 2.038	32,00	3.221.697 ⁽²⁾	21.821.430	0,13%	3,38%
Renovias (rodovia ligando Campinas ao sul de Minas Gerais)	junho 2.022	345,60	10.242.150 ⁽³⁾	9.843.735	1,82%	2,64%
(*) Receitas não relacionadas aos Contratos de Concessão, mas relativas a outras prestações de serviços					2,20%	2,80%

(1) A extensão apresentada contempla os 80,28 quilômetros de rodovias ofertadas.

(2) Os Veículos Equivalentes apresentados referem-se a 15 dias de arrecadação.

(3) Os Veículos Equivalentes apresentados referem-se à participação da CCR (40%), apurados nos meses de junho a dezembro de 2.008.

Em 09 de fevereiro de 2.009, por meio de nossa controlada CPC, e com a Brisa, firmamos um contrato de compra e venda de ações sob condições suspensivas, irrevogável e irretroatável, com a CS, seus acionistas e sua respectiva controlada, a BRI, para aquisição, pela CPC, de ações representativas de 45% do capital social da Controlar. O contrato de compra e venda prevê o cumprimento de diversas condições precedentes pelos vendedores para a conclusão financeira da aquisição, dentre elas a obtenção da prévia autorização do poder concedente. A referida autorização do poder concedente foi concedida conforme publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, datado de 30 de maio de 2.009, condicionada à (i) confirmação da garantia prestada ao poder concedente; (ii) apresentação de novo estatuto social da Controlar, devidamente regularizado mediante o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, refletindo a alteração societária e, por fim; (iii) a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, espelhando as alterações realizadas e ratificando os demais termos do referido Contrato de Concessão. A Controlar e seus acionistas estão adotando as medidas necessárias para atender às exigências do poder concedente, bem como outras necessárias para o cumprimento das demais obrigações previstas no contrato de compra e venda.

Caso as condições suspensivas sejam atendidas e a aquisição concluída, o capital social da Controlar será detido nas seguintes proporções: (i) BRI: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); (ii) CPC: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); e (iii) Brisa: 10% do capital social (100% das ações preferenciais). O investimento da CPC será de R\$121.014.000,00 (data-base de dezembro/2007).

A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2.018, a concessão para implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Termo de Concessão de Serviços nº 34/SVMA/95, de 04 de janeiro de 1996, celebrado entre a Controlar e o Município de São Paulo. O Programa de Controle de Emissão Veicular no Município de São Paulo teve início em 2.008 para veículos movidos a diesel, e a partir de fevereiro de 2.009 será obrigatório para todas as categorias de veículos fabricados a partir de 2.003 e registrados na Cidade de São Paulo, bem como da totalidade da frota de motocicletas, motonetas e assemelhados. Além disso, a partir de 02 de janeiro de 2.010, todos os veículos com motor de ciclo Otto deverão ser inspecionados, independentemente do ano de sua fabricação.

Nossa Estratégia

Dentre nossos objetivos, buscamos viabilizar soluções de investimentos e serviços em infra-estrutura, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico e para a melhoria da qualidade de vida dos usuários das concessões administradas pela CCR, expandindo e aperfeiçoando nossas operações de forma a maximizar economias de escala.

Para alcançar tais objetivos, nossas estratégias são as seguintes:

Aumentar e diversificar a rede de concessões que operamos. Pretendemos aumentar e diversificar as concessões que operamos, aproveitando as possibilidades de outorga de concessões federais, estaduais e municipais para a administração de rodovias existentes, e participação em projetos em desenvolvimento no Brasil na área de transporte e infra-estrutura de transporte (mobilidade em geral) no âmbito dos programas de Concessões ou PPPs, além de novas oportunidades em outros negócios correlatos à nossa atividade principal. Outro meio para nossa expansão é a aquisição de participação em outras concessionárias existentes. Nós acreditamos que a expansão e a diversificação de nossas atividades ocorrerão inicialmente no Brasil, mas também estamos atentos e dispostos a participar em projetos no exterior.

Consolidar e maximizar os benefícios de se combinar a gestão do nosso portfólio. Continuamos com nossa estratégia de consolidar e maximizar as economias de escala e as eficiências operacionais decorrentes da unificação do controle comum estratégico de nossas concessões.

- *Maximizar economias de escala.* Centralizamos determinadas funções financeiras, contábeis, administrativas, jurídicas e gerenciais de nossas concessões e pretendemos expandir e aperfeiçoar essa centralização. Além disso, nós temos administrado ativamente nossos compromissos financeiros de maneira centralizada.
- *Maximizar eficiências operacionais em cada concessão.* Introduzimos um sistema de melhores práticas nas concessões que administramos com relação aos serviços de construção, manutenção, segurança, emergência e gerenciamento do tráfego nas rodovias que operamos. Nós também continuamos aprimorando o posicionamento das praças de pedágio para reduzir a utilização de rotas alternativas e incrementando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio.

Explorar e desenvolver oportunidades em negócios relacionados. Pretendemos expandir as nossas operações para outras atividades correlatas à nossa atividade principal. O investimento na Controlar é parte desta estratégia. Para mais informações sobre nosso investimento na Controlar ver seção “*Sumário da Companhia - Introdução*” na página 28 deste Prospecto. Com esse intuito estamos atentos inclusive às oportunidades na área de mobilidade em geral.

Acreditamos que a nossa experiência no setor de concessão de rodovias, no Brasil, aliada à experiência de nossos Acionistas Controladores nas áreas de construção civil e operação de concessões de serviços públicos, e a relação de colaboração com tais Acionistas Controladores, nos dá uma vantagem competitiva que nos permite implementar com sucesso a nossa estratégia.

Concessionárias que Operamos

Em 31 de março de 2.009, operávamos oito concessões de rodovias, por meio de cada uma de nossas oito Concessionárias, cujos prazos remanescentes variam de 6 a 30 anos contados da data deste Prospecto. Em cada concessão, somos responsáveis pela restauração, reconstrução, modernização, monitoramento, melhoria, manutenção, conservação e operação das rodovias correspondentes.

Além dessas oito concessões de rodovias, a CCR celebrou no dia 29 de novembro de 2.006, o Contrato de Concessão Patrocinada nº 4.232.521.201 com o Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de explorar os serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, abrangendo o trecho da estação da Luz até a estação Taboão da Serra. O início da operação está previsto para o primeiro semestre de 2.010. A ViaQuatro será responsável pela operação e manutenção da Linha 4 – Amarela, no prazo de 30 anos, além do fornecimento dos trens, equipamentos e sistemas de sinalização e controle. A CCR detém 58% do capital social da ViaQuatro juntamente com Montgomery Participações S.A. (30%), Mitsui & Co. Ltd. (10%), RATP Développement S.A. (1%) e Benito Roggio Transporte S.A. (1%).

NovaDutra:

A concessão da Rodovia Presidente Dutra, ou Via Dutra, foi outorgada em 1.995. A concessão representou 25,9% e 24,2% de nossa receita operacional bruta no exercício social encerrado em 2008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, respectivamente. A rodovia cobre o trecho de 402,1 quilômetros da Via Dutra (BR-116). A Via Dutra é considerada o principal corredor entre as duas mais importantes áreas metropolitanas do Brasil. Ela também liga grandes centros industriais no Estado do Rio de Janeiro (Resende, Volta Redonda e Barra Mansa) a outros grandes centros industriais no Estado de São Paulo (São José dos Campos, Taubaté e Jacareí). A rodovia também passa por regiões agrícolas e por uma área montanhosa conhecida como a Serra das Araras. A Via Dutra é uma rodovia federal com trechos urbanos, sendo dividida de forma convencional com duas faixas em cada sentido e com acostamentos pavimentados. Em alguns trechos, o acostamento foi convertido numa terceira faixa para caminhões lentos ou como faixa de aceleração ou desaceleração. Nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, há rotas paralelas à via expressa principal para o tráfego urbano mais lento.

A Via Dutra contém seis praças de pedágio, quatro estações de pesagem fixas e quatro bases para balanças móveis, um centro de controle operacional e onze bases de atendimento ao usuário. O prazo da concessão é de 25 anos, até fevereiro de 2.021, de acordo com a outorga do governo federal, então representado pelo DNER, atual ANTT.

AutoBAn:

A concessão do sistema Anhanguera-Bandeirantes foi outorgada em 1.998, tendo sido responsável por 37,2% e 33,9% de nossa receita operacional bruta no exercício social encerrado em 2.008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, respectivamente. Em termos de receita, a rodovia é a maior dentre as concedidas no Estado de São Paulo e no Brasil, segundo dados divulgados pela ABCR – Relatório Anual 2007.

O sistema é composto pelas rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto, e cobre atualmente um trecho de 316,8 quilômetros. A rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto liga as rodovias Anhanguera e Bandeirantes na região de Jundiaí. O sistema Anhanguera-Bandeirantes localiza-se em uma das regiões mais importantes em termos econômicos, ligando a cidade de São Paulo à região de Campinas. Além disso, o sistema Anhanguera-Bandeirantes, juntamente com outras rodovias, liga os maiores centros urbanos bem como outras importantes regiões do Estado de São Paulo ao porto de Santos, configurando rota de escoamento natural das exportações brasileiras. O sistema Anhanguera-Bandeirantes é um instrumento importante na economia e na integração dos municípios da região.

O sistema Anhanguera-Bandeirantes é composto de uma estrada com duas, três ou quatro faixas em cada sentido. O sistema possui dez praças de pedágio, dez bases de atendimento ao usuário, cinco estações de pesagem e um centro de controle operacional. Em atendimento ao contrato de concessão da AutoBAn, a concessionária fornece veículos de patrulhamento à polícia rodoviária e arca com o combustível utilizado por tais veículos no sistema. O prazo original da concessão era de 20 anos, até 30 de abril de 2.018, por outorga do Estado de São Paulo, representado pelo DER/SP. No dia 20 de dezembro de 2.006, a AutoBAn celebrou um Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão pelo qual se reequilibrou a equação econômico-financeira do Contrato de Concessão, que sofreu os impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2.003 e readequações dos cronogramas de investimentos. Conforme previsão do Contrato de Concessão, a recomposição se deu por extensão de 104 meses no prazo da concessão, passando o término da concessão para dezembro de 2.026.

RodoNorte:

A concessão do sistema rodoviário RodoNorte foi outorgada em 1.997, tendo sido responsável por 10,7% e 11,0% de nossa receita operacional bruta no exercício social encerrado em 2008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, respectivamente. O sistema é o maior das seis concessões outorgadas no âmbito do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, em termos de extensão, investimentos necessários e arrecadação de pedágio. A rede cobre um trecho de 567,8 quilômetros de extensão.

O sistema RodoNorte é dividido em dois trechos principais. O primeiro liga Curitiba à Apucarana e conecta Curitiba ao centro agrícola e industrial do norte do Paraná, onde se encontram cidades importantes como Londrina e Maringá. Esse trecho serve como uma via natural de escoamento até o porto de Paranaguá. O segundo trecho, que liga Ponta Grossa a Jaguariaíva, segue a rota nordeste no sentido de São Paulo. O sistema RodoNorte é formado pela BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa, pela BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba, pela Rodovia PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa e pela BR-373, até a junção com a BR-376.

Do total desse sistema, 208 quilômetros, ou 43%, são rodovias com duas faixas em cada sentido e com acostamentos em ambos os lados. Do total, 279,5 quilômetros, ou 57%, são rodovias sem divisão central, com uma faixa em cada sentido e com acostamentos em ambos os lados. Há também vias de acesso adjacentes às vias expressas. De acordo com as exigências técnicas da concessão, a RodoNorte é responsável pela restauração e manutenção dessas vias de acesso. A extensão total das vias de acesso é de 80,28 quilômetros. Embora a RodoNorte seja responsável pela restauração, conservação e manutenção periódica dessas vias de acesso, ela não é obrigada a prestar outros tipos de serviço como aqueles que presta com relação às vias principais. As vias de acesso não são divididas, possuindo uma única faixa em cada sentido e acostamento em ambos os lados.

O sistema RodoNorte possui sete praças de pedágio, seis estações de pesagem, sete centros de assistência ao usuário e um centro de controle operacional. O prazo da concessão é de 24 anos, até novembro de 2.021, de acordo com outorga do Estado do Paraná, representado pelo DER/PR. Para mais informações sobre pendências judiciais envolvendo a RodoNorte. Ver seção “*Informações Relativas à CCR – Contingências Judiciais e Administrativas*” na página 213 neste Prospecto.

Ponte:

A concessão da Ponte Rio-Niterói foi outorgada em 1.994, tendo sido responsável por 3,6% e 3,5% de nossa receita operacional bruta no exercício social encerrado em 2008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, respectivamente. A ponte é parte da BR-101 e tem 13,29 quilômetros de extensão, dos quais 9,68 quilômetros são sobre o oceano. A extensão total da concessão é de 23,3 quilômetros, incluindo os trechos de acesso. A ponte foi a primeira ponte a ser concedida no programa federal de concessões de rodovias. A ponte serve como a principal ligação entre o Rio de Janeiro e Niterói, dá acesso a regiões vizinhas, especialmente a Região dos Lagos, e também serve como uma importante ligação em transportes intermunicipais e interestaduais de cargas. Ela tem quatro faixas em cada sentido de Niterói até o vão central da Ponte, e três faixas com acostamentos em cada sentido do vão central da Ponte até o Rio de Janeiro. A ponte tem uma praça de pedágio, dois centros de assistência ao usuário e um centro de controle operacional. O prazo da concessão é de 20 anos, até maio de 2.015, de acordo com a outorga do governo federal, representado pelo então DNER, atual ANTT.

ViaLagos:

A concessão da Rodovia dos Lagos foi outorgada em 1.996, tendo sido responsável por 1,9% e 2,5% de nossa receita operacional bruta no exercício social encerrado em 2008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, respectivamente. A rodovia serve a Região dos Lagos, incluindo os municípios de Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Búzios e Arraial do Cabo, sendo uma destinação de turistas locais e nacionais. A região recebe uma quantidade significativa de veranistas que utilizam as rodovias que compõem o sistema.

O sistema é composto por três rodovias: a RJ-124, sendo: (i) entre os quilômetros 0 (próximo do quilômetro 265 da BR-101-Rio Bonito) e 30 (Araruama); (ii) a nova rodovia paralela à RJ-106, entre os quilômetros 0 (próximo ao quilômetro 30 da RJ-124) e 26 (próximo do quilômetro 105 da RJ-106); e (iii) RJ-106, entre os quilômetros 105 e 109. O sistema tem 56 quilômetros de extensão. O sistema rodoviário não tem divisão, contando com duas faixas em cada sentido e acostamentos em ambos os lados.

O sistema tem uma praça de pedágio, dois centros de assistência ao usuário, e um centro de controle operacional. O prazo da concessão é de 25 anos, até dezembro de 2.021, de acordo com a outorga do Estado do Rio de Janeiro, representado pelo então DER/RJ, atualmente, AGETRANSP.

ViaOeste:

O início da operação se deu em 31 de abril de 1.998. A ViaOeste S.A. iniciou a operação em 31 de abril de 1.998. No exercício social encerrado em 2008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, a ViaOeste foi responsável por 16,6% e 16,0% da receita operacional bruta, respectivamente.

Faz parte do contrato de concessão da ViaOeste: Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) do quilômetro 13,46 (Osasco e respectivos acessos às marginais Pinheiros e Tietê) ao quilômetro 79,38 (Itu); Rodovia Raposo Tavares (SP-270) do quilômetro 34,0 (Cotia) ao quilômetro 115,5 (Araçoiaba da Serra), exceto os perímetros urbanos localizados entre o quilômetro 58,5 ao quilômetro 63,0 e o quilômetro 87,2 ao quilômetro 89,3; Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) do quilômetro 0,0 ao quilômetro 15,0 e Rodovia Dr. Celso Charuri (SP 091/270) do quilômetro 0,0 ao quilômetro 6,20. É responsável pela ligação da capital com o oeste do Estado, tendo Barueri, Osasco, Itapevi, Sorocaba e São Roque como os principais municípios atendidos pela concessão.

O prazo original da concessão era de 20 anos, por outorga do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a ViaOeste celebrou, no dia 20 de dezembro de 2.006, um Termo Aditivo Modificativo representado pelo DER/SP. O referido aditivo reequilibró as equações econômico-financeiras do Contrato de Concessão que sofreram os impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2.003 e readequações dos cronogramas de investimentos. Conforme previsto no Contrato de Concessão, a recomposição se deu por extensão de 57 meses no prazo da concessão, passando o término da concessão para janeiro de 2.023.

RodoAnel:

A Concessionária RodoAnel é a empresa responsável pela administração dos 32 quilômetros do trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, importante via que integra as Rodovias Raposo Tavares, Castello Branco, Anhanguera, Bandeirantes e Régis Bittencourt, por onde passam 240 mil veículos por dia. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, sendo que a cobrança de pedágio iniciou-se em 17 de Dezembro de 2008. No exercício social encerrado em 2008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, o RodoAnel foi responsável por 0,1% e 3,4% da receita operacional bruta, respectivamente.

A Concessionária RodoAnel é controlada pelas empresas CCR (95%) e Encalso (5%). O Consórcio Integração Oeste, formado pelas duas empresas, venceu a licitação para operação do trecho em 11 de março de 2.008, após apresentar a menor proposta para a tarifa de pedágio. O consórcio propôs tarifa de R\$1,1684, o que ficou abaixo dos valores apresentados pelos outros quatro concorrentes, representando um deságio de 61% em relação ao teto de R\$3,00 estipulado pelo governo de São Paulo para a disputa.

O RodoAnel marca a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$2,0 bilhões em dois anos, o Estado terá os recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do RodoAnel, que será um importante eixo para o escoamento da produção agrícola e industrial da Região Norte e Oeste do Estado em direção ao Porto de Santos. A rodovia conjugada ao trecho Sul, também será fundamental para a desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, com a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes.

Renovias:

Em 2.008 a CCR adquiriu, por meio de sua controlada CPC, 40% do capital da concessionária Renovais. As rodovias administradas atualmente pela Renovias totalizam 345,6 quilômetros de extensão, ligando a cidade de Campinas até o sul de Minas Gerais. No exercício social encerrado em 2008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, a Renovias foi responsável por 1,8% e 2,6% da receita operacional bruta.

Com distribuição de 220,5 quilômetros de pistas duplas e 125,1 quilômetros de pistas simples, a malha viária faz interface com 15 municípios: Campinas, Jaguariúna, Santo Antônio de Posse, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Estiva Gerbi, Aguaí, Casa Branca, Mococa, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Águas da Prata, Vargem Grande do Sul, Itobi e São José do Rio Pardo.

O contrato de concessão da Renovias foi assinado em abril de 1.998 e o término previsto para suas operações, após o reequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão que sofreu impactos decorrentes de diversos fatores, dentre os quais tributos, escalonamento do reajuste de 2.003 e readequações dos cronogramas de

investimentos, passou a ser junho de 2.022. Desde junho de 2.008, o capital social da concessionária passou a ser detido nas seguintes proporções: 60% das ações ordinárias e preferenciais pela Encalco Construções e 40% das ações ordinárias e preferenciais pela CPC.

Concessionária em fase Pré-Operacional

ViaQuatro:

A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., empresa na qual a CCR detém participação acionária de 58% do capital social juntamente com Montgomery Participações S.A., Mitsui & Co. Ltd., RATP Développement S.A. e Benito Roggio Transporte S.A., detentoras respectivamente de 30%, 10%, 1% e 1% do capital social, detém a Concessão Patrocinada firmada com o governo do Estado de São Paulo, para a exploração dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo.

A concessão tem prazo de 30 anos para a operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela, em toda sua extensão (12,8 quilômetros de via), interligando as estações Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz (fase I), Fradique Coutinho, Oscar Freire e Higienópolis, e o pátio de manutenção Vila Sônia (fase II). A operação da linha será complementada, de Vila Sônia até Taboão da Serra, utilizando-se ônibus, sem cobrança adicional de tarifa. A concessionária é responsável pela operação e manutenção, além do fornecimento dos trens, equipamentos e sistemas de sinalização e controle.

Subsidiárias Operacionais

A Companhia detém, conforme participações detalhadas abaixo, cinco subsidiárias operacionais, que prestam serviços correlatos e complementares aos prestados por nossas Concessionárias: Parques, STP, Actua Serviços, Actua Assessoria e Engelog.

Parques:

A CCR é titular de 85,92% do capital social da Parques. Os outros 14,08% são detidos por sócios do Estado do Paraná. A Parques tem como objeto social a prestação de serviços de controle, fiscalização e monitoramento de tráfego, bem como serviços médicos e mecânicos de emergência, cobrança de pedágio, pesagem de veículos e serviços de informação exclusivamente para a RodoNorte. A Parques presta os serviços nos termos do contrato de constituição do consórcio operador que foi celebrado com os outros acionistas da RodoNorte.

STP:

O Grupo STP foi constituído em 21 de maio de 2.003 sob a forma de sociedade anônima. Atualmente, a CCR detém 38,25% do capital social do STP. O STP detém 99,99% do capital social da CGMP e da SGMP.

O objeto da STP contempla a aquisição, a importação, a venda, a locação ou distribuição de etiquetas eletrônicas para pagamento de tarifas de pedágio e estacionamento.

Em 27 de novembro de 2.000, foi celebrado um contrato de prestação de serviços com a CGMP e outras concessionárias de rodovias no Estado de São Paulo, sendo partes intervenientes desse contrato o Banco Itaú S.A. e a ABCR, para a implementação e gerenciamento do sistema de identificação automática de veículos para pagamento eletrônico de pedágio denominado "Sem Parar". O contrato de prestação de serviços citado foi aditado em 07 de julho de 2003, mediante o 'Anexo I', o qual alterou o prazo de vigência, passando a ser o mesmo dos respectivos contratos de concessão.

A CGMP presta serviços de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamentos em território nacional, enquanto a SGMP presta serviços de pagamento eletrônico para concessões dentro do Estado do Rio de Janeiro.

Em 07 de julho de 2.003, a CCR outorgou, em conjunto com a Primav, uma opção de compra relativa a 14% do capital social do STP a um grupo de acionistas de empresas concessionárias de rodovias no Estado de São Paulo. A opção de compra foi exercida pela GSMP (formada por algumas concessionárias estaduais de São Paulo) e pela Obrascon Harte Laín Brasil Ltda. ("OHL"), e implementada em 31 de agosto de 2004, sendo que a partir de então a composição acionária da STP passou a ser a seguinte: CCR (38,25%), Primav (12,75%), CCBR (35%), OHL (4,68%) e GSMP (9,32%).

Com a alteração do Estatuto Social, a STP passou a prestar serviços de visa facilitar a vida dos usuários de rodovias e estacionamento em shopping centers e aeroportos, expandindo a cobrança eletrônica de pedágios e garantindo maior fluidez às estradas em que atua, em âmbito nacional.

Pioneiro e líder na implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos (IAV) no Brasil, a STP está presente em mais de 176 praças de pedágio no país, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina.

Actua Serviços, Actua Assessoria e Engellog:

Em 2.002, foi implementada uma reestruturação organizacional no Grupo de modo que a Companhia assumiu funções de controladora estratégica de suas concessionárias. A Actua Serviços, Actua Assessoria e a Engellog foram criadas em 2.002 como parte do processo de reestruturação organizacional, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, padronizar processos e desenvolver controles operacionais mais avançados.

A CCR é titular de 99,99% da Actua Serviços e da Actua Assessoria, as quais foram constituídas para servir de centros de serviços compartilhados com o objetivo de prestar serviços de administração em geral, compreendendo a gestão de recursos financeiros e recursos humanos, processamento de dados, de informática, bens mobiliários, empresarial, negócios, de projetos, patrimonial, administração de métodos e sistemas, análise administrativa, avaliação de riscos (de crédito e de custos), administração de suprimentos e participação em outras sociedades.

A Engellog, que é 99,99% detida pela CCR, foi criada para ser o centro de engenharia para a coordenação da construção e desenvolvimento de solução de engenharia por meio de contratos *turn-key* e de gerenciamento de projetos com nossas subsidiárias.

O objetivo é assegurar que as atividades de suporte da Actua, Actua Assessoria e da Engellog permitam que os profissionais alocados ao gerenciamento das Concessionárias se concentrem unicamente nas questões cotidianas do gerenciamento e operação das rodovias em que a CCR opera, excluindo, portanto, atividades não-operacionais. Esta realocação de responsabilidades aprimorou e continuará a aprimorar a eficiência operacional das Concessionárias.

Consórcios

Coparques e CVV:

A CCR é detentora de 86,20% de participação do Coparques (84,20% diretamente e 2% por meio de sua controlada Parques), em conjunto com as empresas Porto de Cima e Cesbe, detentoras de 5,880% e 7,920%, respectivamente. O Coparques é um consórcio que foi constituído para a operação das Rodovias Integrantes do Lote 5 do Anel de Integração do Paraná, mediante contrato de prestação de serviços firmado com a RodoNorte.

A CCR é detentora de 85,92% de participação do CVV, por meio de sua controlada Engellog, em conjunto com as empresas Cesbe e J.Malucelli, detentoras de 8,08% e 2,00%, respectivamente. O CVV é um consórcio que foi constituído para a execução, gerenciamento, implantação e entrega de obras e serviços de restauração, manutenção, melhoramento e ampliação de capacidade a serem executados ao longo das Rodovias Integrantes do Lote 5 do Anel de Integração do Paraná, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2008 e 14 de novembro de 2021, mediante contrato de prestação de serviços firmado com a RodoNorte.

Histórico do Volume de Tráfego

Nós medimos o tráfego em nossas rodovias em Veículos Equivalentes. A unidade Veículo Equivalente é calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. Os veículos são medidos automaticamente por um sensor em cada praça de pedágio que detecta o número de eixos do veículo.

A tabela seguinte indica o número total de Veículos Equivalentes por Concessionária nos exercícios de 2.007, 2.008 e no período de 3 meses findo em 31 de março de 2.009:

	Exercício		
	2.007	2.008	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2.009
(em milhares Veículos Equivalentes)			
NovaDutra	125.830.149	131.910.860	30.459.327
AutoBAn	196.087.898	209.523.802	47.598.837
RodoNorte	55.431.928	57.256.462	14.169.014
Ponte.....	27.015.086	28.100.551	6.837.977
ViaLagos	5.382.799	5.514.470	1.834.515
ViaOeste	57.858.375	62.234.994	14.872.279
Renovias ⁽¹⁾	--	10.242.150	3.937.494
RodoAnel	--	3.221.697 ⁽²⁾	21.821.430
Total ⁽³⁾	551.929.330	598.340.530	163.241.126

(1) A quantidade de Veículos Equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária.

(2) Os Veículos Equivalentes apresentados no ano de 2.008, referem-se a 15 dias de arrecadação.

(3) No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Nosso volume de tráfego permanece abaixo dos níveis máximos determinados pelas nossas propostas apresentadas nos processos de licitação a partir dos quais teríamos que construir faixas adicionais. Nós pretendemos continuar a construir faixas adicionais para manter nossa capacidade em conformidade com os níveis estipulados nos contratos de concessão, para podermos aumentar o número de veículos que utilizam nossas rodovias. Entretanto, apesar de estarmos operando abaixo da capacidade de nossas rodovias, periodicamente, os motoristas enfrentam congestionamentos de tráfego, em horários de pico, nas avenidas de acesso à Ponte, e em trechos das nossas rodovias localizados próximos aos centros urbanos.

No período de três meses findo em 31 de março de 2.009, o tráfego cresceu 16,3% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2.008. Em relação ao período de três meses findo em 31 de dezembro de 2.008, o tráfego cresceu 4,8%. Comparando-se a mesma base de tráfego, entretanto, sem a adição do volume de tráfego de Renovias e RodoAnel, o tráfego apresentou queda de 2,0% no período de três meses findo em 31 de março de 2.009.

Cálculo do Valor da Tarifa de Pedágio

As tarifas de pedágio que cobramos são baseadas em categorias de veículos, aplicando-se um determinado fator multiplicador da tarifa-base a nove categorias de veículos. A classificação é feita de acordo com o número de eixos do veículo. As tarifas cobradas variam de praça a praça. As tarifas cobradas em cada praça não variam durante a semana, com exceção das tarifas atualmente cobradas, durante a semana, na praça da ViaLagos, que são diferentes daquelas cobradas nos finais de semana.

Histórico das Receitas de Pedágio

A tabela seguinte apresenta as receitas de pedágio recebidas pelas Concessionárias durante os exercícios sociais encerrados em 2.007, 2.008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009:

Concessionária	Exercício Social encerrado em		Período de três meses findo em 31 de março de 2.009
	2.007	2.008	
	(em milhares de Reais)		
NovaDutra	665.577	748.324	182.603
AutoBAn	937.687	1.081.716	258.470
RodoNorte	283.917	307.956	83.509
Ponte	92.990	101.943	25.984
ViaLagos	49.056	54.067	19.302
ViaOeste	413.483	481.644	121.572
Renovias	-	52.605	20.519
RodoAnel	-	3.866	26.186
Total	2.442.710	2.832.121	738.145

Primeira Fase:

Os documentos licitatórios e os contratos de concessão determinam as metas que precisamos atingir no prazo da concessão e os recursos que precisamos investir. Normalmente, a primeira fase de concessão é denominada “trabalhos iniciais” e dura aproximadamente seis meses. De modo geral, nessa fase, devemos melhorar os piores aspectos das condições das rodovias, aumentar a segurança, minimizar problemas críticos que representam riscos imediatos aos usuários e aos sistemas existentes, aumentar os níveis de conforto aos usuários e modernizar a aparência da rodovia. Nessa fase, também fazemos reparos no pavimento e recuperamos a sinalização da pista e pontes em locais críticos da rodovia. Nas rodovias que não possuíam praças de pedágio no momento da transferência da concessão, nós não podemos cobrar pedágio antes de cumprir com as obrigações relativas à primeira fase. Em todas as nossas oito concessões, nós já cumprimos com as nossas obrigações relativas à primeira fase de concessão.

Fase Operacional:

A fase operacional é geralmente uma continuação do trabalho concluído na primeira fase, mas envolve a realização de construções e de melhorias nas rodovias de uma maneira mais abrangente.

NovaDutra. Em 1.996, a NovaDutra começou a implementar uma série de melhorias no sistema de tráfego. Esse projeto prevê um aumento na capacidade de tráfego em várias seções críticas, principalmente nas duas extremidades da rodovia, onde o fluxo de tráfego torna-se muito difícil em razão da quantidade de tráfego urbano.

Nós realizamos a maior parte dos investimentos exigidos nos termos do contrato de concessão da NovaDutra, e, assim, os investimentos adicionais devem ser destinados exclusivamente para melhorias nas pontes, viadutos e intersecções. Além disso, nós pretendemos construir uma pista adicional na região da Serra das Araras, no Estado do Rio de Janeiro, entre 2.009 e 2.012 (que corresponde ao período entre o 13º e 16º ano da concessão). Nos últimos 3 anos, foram substituídos os sistemas de comunicação digital, telefonia de emergência (*call box*), painéis de mensagens variáveis (PMV's), analisadores de tráfego (AT's), modernização do sistema de balanças, estações meteorológicas, centralização e modernização do centro de controle operacional (CCO). Iniciamos em 2.009, a troca do sistema de arrecadação com conclusão prevista para o final de 2.010.

AutoBAN. Em dezembro de 2.001, foi concluído o principal projeto do programa da AutoBAN consistente na construção de um prolongamento para a Rodovia dos Bandeirantes do quilômetro 95,0 ao quilômetro 173,0, que inclui o futuro trevo com a Via Anhanguera, no Município de Limeira (quilômetro 158,5). Após a realização das melhorias no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o contrato de concessão nos obriga a investir na manutenção e restauração da infra-estrutura da rodovia, bem como na operação e assistência aos usuários. Em dezembro de 2.006 assinamos aditivo ao contrato de concessão incorporando novas obras no cronograma de investimentos, sendo o conjunto de pontes e viadutos na chegada da Rodovia Anhanguera na Capital de São Paulo o principal desses novos investimentos. Com a incorporação dessas novas obras o contrato de concessão da AutoBAN teve seu prazo estendido em 8 anos e 8 meses.

RodoNorte. A RodoNorte está dando seqüência a um programa amplo de reconstrução e manutenção das rodovias que opera. Nós completamos, em 2.008, a execução de 62 quilômetros de restauração de rodovias e esperamos concluir a restauração de todo o nosso trecho até o final do 13º ano de concessão, em 2.010.

Nosso trabalho na recuperação de pavimento, com serviços de restauração definitiva, já foram executados em mais de 570 quilômetros, além de 84 quilômetros de novas terceiras faixas, implantação de 11 passarelas, construção de 6 postos de pesagem, 3 postos policiais.

A RodoNorte concluiu até 2.003, 43,5 quilômetros de duplicações dos trechos Castro - Pirai do Sul e da Serra do Cadeado. Esperamos completar 275 quilômetros de duplicação adicionais entre 2.011 e o fim da concessão, em 2.021. No fim desse período, aproximadamente 97% do sistema de rodovias da RodoNorte deverá ter duas faixas em cada sentido.

Além disso, de acordo com o contrato de concessão, a RodoNorte está também obrigada a investir na aquisição de veículos de inspeção, resgate e remoção. Estamos investindo, também, em equipamentos para sistemas de controle e comunicação.

Ponte. O contrato de concessão da Ponte prevê a realização de obras de restauração e de reparo durante todo o prazo da concessão. O Programa para Operação da Ponte, anexo do contrato de concessão, também exige a realização de várias melhorias, incluindo a construção de baias de refúgio para instalação de bases operacionais avançadas (com a disponibilização de viaturas de socorro, tais como guinchos e ambulâncias, local para estacionamento provisório de veículos com avarias mecânicas e/ou acidentados, garantindo maior fluidez na Ponte), reforma das defensas elastoméricas de concreto para proteção contra possíveis colisões com navios e um Sistema de Absorção Dinâmico (ADS) para reduzir a oscilação da estrutura metálica da ponte em situações de forte vento. Além disso, a Ponte está investindo em veículos, equipamentos e em sistemas administrativos e operacionais para melhorar os serviços que presta aos usuários.

ViaLagos. Com relação à rodovia RJ-124, estão previstas melhorias de suas condições para que essa rodovia possa alcançar o nível das rodovias “Classe I”, quando o volume médio diário de tráfego alcançar 20.000 veículos. Rodovias “Classe I” devem possuir acostamentos pavimentados e um sistema de barreiras medianas fixas e que permitem limite de velocidade de 110 km/h. Não esperamos alcançar níveis de tráfego que nos levem à realização de referida obra antes do final do período da concessão.

ViaOeste. Em 2.009 será concluído o Projeto Cebolão, um projeto da ordem de R\$242 milhões que tem por objetivo melhorar a fluidez do tráfego no segmento inicial da rodovia Castello Branco (SP-280) e garantir a continuidade do crescimento econômico da região.

As obras consistem na reformulação do Entroncamento da rodovia Castello Branco com as Marginais Tietê e Pinheiros, incluindo a construção de uma nova ponte de acesso à marginal Tietê, paralela à existente, possibilitando o aumento da capacidade do viário local.

Também será construído um novo trevo no quilômetro 32 para Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra, no intuito de acabar com os congestionamentos.

Além disso, as praças de pedágio de Osasco e Barueri serão ampliadas para as vias expressas, possibilitando o equilíbrio da cobrança de pedágio que se estenderá a todos os usuários, aumentando a base pagante, o que permitirá que estas praças tenham as suas tarifas reduzidas em quase 58%, sendo que o pedágio do quilômetro 33 no sentido interior vai ter a tarifa reduzida pela metade, sem prejuízo da atual rentabilidade da concessão.

RodoAnel. O início da cobrança de pedágio nesta Concessão foi iniciado em 17 de dezembro de 2.008, sendo que o ano de 2.009 representará a consolidação da cobrança de pedágio nesta via, além do início de obras de melhorias em alguns de seus principais entroncamentos e intervenções no pavimento.

Renovias. Em abril de 2.006, foi concluída a principal obra do programa da Renovias, a duplicação de 80 quilômetros da Rodovia Governador Adhemar de Barros (SP 340), no trecho entre Aguaí e Mococa, permitindo tornar em pista dupla todo segmento dessa rodovia num total de 166 quilômetros, entre Campinas e Mococa. Além dessa duplicação, o contrato de concessão nos obriga a investir em outras obras de melhorias, tais como, duplicação da SP 342 entre São João da Boa Vista e Águas da Prata (6 quilômetros), Reformulação da SP 215 no trecho que corta o perímetro urbano de Vargem Grande do Sul, Dispositivos de Entroncamento, Passarelas, Terceiras Faixas, etc., além da manutenção e restauração da infra-estrutura da rodovia.

Contratos de Construção:

As Concessionárias têm suas atividades voltadas, principalmente, para a execução de serviços de reparo, melhoramento, manutenção, operação, bem como projetos de extensão das respectivas rodovias detidas por cada uma das Concessionárias.

Essas atividades envolvem diversas etapas. De modo geral, preparamos estudos iniciais de viabilidade. Em seguida, preparamos os projetos que serão executados segundo nossos contratos de concessão e as normas e regulamentos técnicos brasileiros. Esses planos são apresentados ao respectivo poder concedente para aprovação. Nós, ou nossos consultores, também preparamos todos os estudos necessários a respeito do impacto ambiental do projeto proposto. Esses planos preliminares do projeto e o estudo sobre impacto ambiental são apresentados às autoridades ambientais pertinentes. Ver seções “*Informações Relativas à Companhia – Propriedades, Plantas e Equipamentos*” na página 168 deste Prospecto e “*Informações Relativas à Companhia – Aspectos Ambientais*” na página 174 deste Prospecto.

Embora tenhamos capacidade para conduzir pequenos projetos de construção, concentramos a maioria de nossos serviços em operações e manutenção e terceirizamos as obras principais de construção e restauração de nossas rodovias. Assim, as Concessionárias frequentemente contratam com nossas afiliadas ou com afiliadas de nossos Acionistas Controladores a execução dos principais projetos de reparo, melhoramentos e prolongamento de rodovias exigidos por seus respectivos contratos de concessão. Ver seção “*Operações com Partes Relacionadas*” na página 221 deste Prospecto.

O custo estimado do contrato de construção referente à obra a ser executada, de acordo com o contrato de concessão, é especificado na proposta apresentada no processo de licitação de cada concessão. Os contratos de concessão que foram celebrados com relação à NovaDutra, RodoNorte e Ponte determinaram o modelo de preço unitário como o a ser seguido nos respectivos contratos de construção. Nessa modalidade de contratação, pagamos pela obra de construção com base no trabalho executado em determinado período de tempo. No caso da ViaLagos, AutoBAN, ViaOeste, Renovias e RodoAnel foi adotado o modelo de preço global para o prolongamento da rodovia, conforme disposto nos respectivos contratos de concessão. Esse modelo estabelece um preço fixo para todas as obras a serem efetuadas nos termos do contrato. De acordo com o modelo de preço global, a empreiteira arca com toda a responsabilidade por custos excessivos. Pretendemos adotar, quando for possível, o modelo de preço global para todos os projetos futuros a serem executados para nossas concessões.

Os contratos de construção para a ViaLagos, NovaDutra e AutoBAN foram analisados por empresas de engenharia independentes, de reputação internacional, não relacionadas a nós ou aos nossos Acionistas Controladores (Louis Berger, no caso da ViaLagos, e Delew Carther, no caso da NovaDutra e AutoBAN), por ocasião da negociação dos nossos financiamentos junto a órgãos multilaterais. Todos os termos e condições contratuais, inclusive os preços referentes aos contratos de construção, foram considerados de acordo com as práticas de mercado. Com relação a novas concessões pelas quais decidamos concorrer, planejamos solicitar internamente ofertas de empresas relacionadas a nossos Acionistas Controladores que atuam na área de construção e solicitar que a equipe técnica de nossas Concessionárias verifique as estimativas de preços apresentadas. Ofertas de empresas relacionadas a Acionistas Controladores devem estar de acordo com práticas de mercado. Eventual questionamento de outro Acionista Controlador enseja análise por engenheiro independente da proposta apresentada. Se esta for superior a R\$1,0 milhão, qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive os Conselheiros Independentes, também pode solicitar a mesma providência. Em tal hipótese, uma empresa de engenharia externa será então contratada para realizar tal análise.

Operações das Rodovias e Gerenciamento do Tráfego

Operação e Manutenção:

Nós prestamos serviços de manutenção para preservação dos nossos sistemas rodoviários, incluindo serviços relacionados à pavimentação, drenagem, serviços e equipamentos de segurança, sinalização, pontes e viadutos. De acordo com nossos contratos de concessão, nós temos a obrigação de efetuar a manutenção dos sistemas de rodovias que operamos a nossas próprias custas, durante todo o período de vigência da concessão. A manutenção e operação da AutoBAN, ViaLagos e Ponte são feitas pelas próprias Concessionárias. A NovaDutra contratou Coper, um consórcio de sociedades estruturado sob a legislação brasileira e composto pela Andrade Gutierrez, AG Concessões, Camargo Corrêa, Brisa e SP Obras, SP Construções e COR, para a execução dos trabalhos operacionais, de manutenção e de conservação da Via Dutra. A RodoNorte contratou a Coparques, um consórcio de sociedades estruturado sob a legislação brasileira e cujos consorciados somos nós, diretamente, a Parques e alguns acionistas minoritários da RodoNorte, para executar os serviços de manutenção, operacionais e outros exigidos de acordo com o contrato de concessão da RodoNorte. Ver seção “*Operações com Partes Relacionadas*” na página 221 deste Prospecto.

Os contratos de operações e serviços de manutenção do Coparques e da Coper adotaram o modelo de preço global. Os preços são reajustados anualmente, em conformidade com os reajustes de tarifas de pedágio previstos nos contratos de concessão. Se viermos a contratar qualquer um de nossos Acionistas Controladores ou empresas afiliadas de nossos Acionistas Controladores a prestação de serviços de administração e manutenção, a oferta apresentada por tais Acionistas Controladores ou suas afiliadas deve estar de acordo com as práticas de mercado. Além disso, solicitamos às Concessionárias que verifiquem as estimativas de preços apresentadas. Caso qualquer um dos membros do Conselho de Administração, inclusive os eleitos pelos acionistas minoritários, entenda que a oferta não está de acordo com as práticas de mercado, tal membro do Conselho de Administração poderá exigir que se efetue uma análise independente da oferta. Nesse caso, uma empresa de engenharia externa e independente será contratada para realizar tal análise.

Localização das Praças de Pedágio:

As nossas rodovias são abertas, diferenciando-se daquelas em que há uma praça de pedágio em cada saída da rodovia. Cada rodovia que operamos tem uma configuração diferente de praça de pedágio. A localização das praças de pedágio foi determinada no processo de licitação para cada uma das nossas concessões pelo respectivo poder concedente. Contudo, nós já negociamos e continuamos a negociar com os poderes concedentes, visando à divisão ou o aumento do número de praças de pedágio ao longo das rodovias, para reduzir o número de “rotas de fuga”, pelas quais os motoristas, após usufruírem das rodovias, para reduzir o número de “rotas de fuga”, pelas quais os motoristas, após usufruírem das rodovias desviam-se próximos à praça de pedágio, às vezes retornando posteriormente, para evitar o pagamento de pedágio. Por exemplo, nós negociamos com o DNER a divisão da praça de pedágio de Parateí e a construção de uma nova praça de pedágio em Jacareí, ambas ao longo da Via Dutra. Desse modo, esperamos aumentar as nossas receitas, aumentando o número de usuários que pagam pedágio, com a redução de tarifas e inclusive inibindo fugas. Nós utilizamos os sistemas de coleta de pedágio unidirecional e bidirecional em nossas praças de pedágio

Cobrança de Pedágios:

Existem dois sistemas mediante os quais o pedágio pode ser cobrado nas rodovias: o sistema manual e a identificação automática de veículos - AVI. O sistema manual exige que o motorista pare na praça de pedágio e pague a tarifa correspondente à categoria de veículo visualmente identificada pelo cobrador. As praças de pedágio em todas as nossas concessões aceitam dinheiro, cheque ou vale-pedágio.

O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso pelos sistemas rodoviários que operamos. Os motoristas que aderem ao sistema AVI colam um sensor eletrônico no pára-brisa, que os identifica e a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos, os sensores que registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago. Não há necessidade de o motorista parar o veículo ao passar pela pista de AVI, ao contrário do que ocorre no sistema manual. Os dados de cada praça de pedágio são adicionados aos das demais praças de pedágio e debitados na conta ou no cartão de crédito do motorista uma vez por mês. Há dois sistemas AVI utilizados nas rodovias que operamos: os sistemas CGMP e Onda Livre. O sistema CGMP é conhecido como Sem Parar ou Via Fácil e o Sistema Onda Livre foi implantado na Ponte e na ViaLagos, mas atualmente já operando também o sistema Sem Parar/Via Fácil.

O sistema AVI traz diversas vantagens ao motorista. Em primeiro lugar, o motorista não precisa parar na praça de pedágio, o que aumenta a fluidez do tráfego. Em segundo lugar, na medida em que alguns motoristas usarem o sistema AVI, aqueles que não o estão, beneficiam-se de filas mais curtas nas pistas manuais. Em terceiro lugar, o motorista não precisa ter dinheiro trocado para pagar a tarifa, já que a cobrança das tarifas é apresentada numa conta consolidada mensalmente.

Atualmente, as praças de pedágio das concessionárias AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, Renovias, RodoAnel, ViaLagos e Ponte estão equipadas com o sistema AVI. O uso do sistema AVI varia dependendo da rodovia, já que alguns sistemas são utilizados mais regularmente por viajantes freqüentes (por exemplo, na Ponte Rio-Niterói) do que por viajantes ocasionais.

O sistema CGMP é responsável pelo marketing e vendas dos sensores, operação do sistema e cobrança dos usuários mensalmente. Para os pagamentos feitos através de débito em conta corrente, a CGMP nos transfere os recursos após 4 dias úteis da data de vencimento da cobrança. Para os pagamentos feitos através de cartão de crédito, a CGMP nos transfere os recursos após 30 dias da data das passagens pelas praças de pedágio. Essas transferências são garantidas por meio de uma apólice de seguro renovável a cada três meses. As praças de pedágio das concessões AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, Renovias e RodoAnel utilizam o sistema Sem Parar/Via Fácil.

As praças de pedágio nas concessões da ViaLagos e Ponte utilizam, além do Sem Parar/Via Fácil o sistema Onda Livre e estão no processo de substituição para o Sistema Via Fácil, e, a NovaDutra, já utiliza o sistema integrado com as demais rodovias de São Paulo. Motoristas inadimplentes no sistema Onda Livre recebem uma carta de cobrança 30 dias após a respectiva data de vencimento da fatura; caso permaneçam inadimplentes, o número do sensor é identificado no sistema e o motorista é cobrado ao tentar cruzar a praça de pedágio. Na eventualidade desse motorista permanecer inadimplente, o número de seu respectivo sensor será identificado como tal, de forma a impedir a passagem de seu veículo na praça de pedágio.

O sistema AVI foi inicialmente introduzido em agosto de 1.996 na Ponte. Em dezembro de 1.996, esse sistema foi utilizado por 27.619 motoristas na Ponte. Em dezembro de 2.000, o número de usuários havia aumentado para 65.040 motoristas. Durante o ano de 2.004, um número relevante de transações foi realizado por meio do sistema AVI. Na Ponte, 27,7% das transações foram realizadas por esse sistema, representando 30% de nossas receitas de pedágio. Na ViaLagos, também em 2.004, 19,5% das operações foram feitas pelo sistema AVI, representando 22,1% de nossas receitas de pedágio. Na AutoBAn, concessionária na qual o sistema foi introduzido em junho de 2.000, 29% das operações realizadas em 2.004 foram feitas pelo sistema AVI, representando 32,7% de nossas receitas de pedágio. Na NovaDutra, concessionária na qual o sistema foi introduzido em novembro de 2.003, 33,7% dos pagamentos de pedágio de 2.008 foram feitos através desse sistema, representando 41,9% de nossas receitas de pedágio.

A tabela a seguir indica a porcentagem de pagamentos de pedágio realizadas à vista e por meios eletrônicos nos períodos de três meses findo em 31 de março de 2.007, 2.008 e 2.009.

Formas de Pagamento de Pedágio			
	Período de três meses findo em 31 de março de 2.007	Período de três meses findo em 31 de março de 2.008	Período de três meses findo em 31 de março de 2.009
À vista	52%	49%	47%
Meios eletrônicos	48%	51%	53%

Acidentes:

A nossa estratégia para a prevenção de acidentes prioriza a construção e aquisição de novos equipamentos de segurança, tais como travessias de pedestres, barreiras de concreto, controle de limites de velocidade, melhor sinalização, alargamento das rodovias, maior disponibilidade de médicos, ambulâncias, telefones de emergência, inspeção de tráfego e remoção de animais das rodovias. No primeiro ano completo de operação de cinco de nossas concessionárias (1.999) o número de acidentes nas rodovias foi de 19.005, em 2.004 esse número caiu para 17.743 em 2.004. No ano de 2.008, contando com a operação de sete concessionárias, e com um tráfego cerca de 139% maior do que o registrado em 2.004, o número de acidentes em nossas oito concessões chegou a 22.061. No tocante a acidentes com vítimas, o número de acidentes fatais nas rodovias foi de 578 em 1.999 (cinco concessões) para 581 em 2.008 (sete concessões), considerando a consolidação das novas operações da CCR no período. Como reconhecimento da redução no número de acidentes fatais, recebemos vários prêmios.

Serviços de Emergência:

Nossos contratos de concessão nos obrigam a prestar serviços de emergência aos nossos usuários. Para tanto, prestamos serviços de inspeção de tráfego e serviços de emergência, chamadas e busca por meio do programa de Serviço de Atendimento ao Usuário. Nossas equipes de inspeção de tráfego patrulham as rodovias, atentas a problemas e emergências que possam surgir, colocando sinalização de emergência e tomando outras medidas, quando necessário. Nossa equipe de assistência fornece serviços de emergência para veículos com problemas mecânicos em nossas rodovias, utilizando guinchos para retirar veículos danificados. Também operamos unidades de resgate móvel que estão equipadas para a prestação de primeiros socorros e evacuação, em caso de emergências médicas. Mantemos também uma equipe de atendimento de acidentes que cuida da erosão de solo, incêndios, tombamento de carga e animais soltos na pista e faixas de domínio. Nossos veículos e equipamentos estão disponíveis para situações de emergência com equipes especializadas em plantão durante 24 horas. Nossos serviços de atendimento ao usuário são coordenados por um Centro de Controle Operacional (ou CCO), que supervisiona e cuida das condições de tráfego e presta serviços aos nossos usuários, 7 dias por semana, 24 horas por dia.

Nossos contratos de concessão nos obrigam a manter um sistema de comunicação nas rodovias para proteção e conveniência de nossos usuários. Para tanto, instalamos telefones de emergência em cada quilômetro das rodovias sob concessão da NovaDutra, AutoBAn e ViaOeste, também presentes nas rodovias sob concessão da Renovias. Cada um dos postos de comunicação permite ao usuário contatar imediatamente um de nossos centros de controle operacional, de onde a ajuda pode ser enviada. Cada centro de controle operacional está em contato com a polícia e com prestadores de apoio mecânico e serviços médicos.

A Polícia Rodoviária é responsável pelo cumprimento do código de trânsito e pelo controle do fluxo de tráfego em nossas rodovias. Embora não tenhamos um papel formal no controle do tráfego, trabalhamos em cooperação com a Polícia Rodoviária e, em algumas concessões, fornecemos veículos e verbas de combustível.

Informações de Tráfego:

Nós mantemos vários sistemas de informações de tráfego ao usuário. Mantemos números de discagem gratuita em todas as rodovias que operamos. Nós mantemos a revista “Giro nas Estradas”, que é distribuída por meio de nossas concessionárias, aos seus respectivos usuários, com o fim de mantê-los informados acerca das condições de tráfego e de novos desenvolvimentos referentes à operação das rodovias. A NovaDutra, AutoBAn, RodoNorte e Ponte mantêm páginas na Internet com o mesmo fim. A página da Internet da AutoBAn transmite imagens de tráfego, em tempo real, a partir de diversas câmeras instaladas ao longo da rodovia. A Ponte mantém página na Internet com transmissões ao vivo, em tempo real, feitas por câmeras. Além disso, a Ponte presta serviço de informações de tráfego por meio de telefones diretos, serviço de informações ininterruptas, fornecidas às principais emissoras de rádio e televisão para manter os usuários atualizados sobre as condições de tráfego. Adicionalmente, todas as Concessionárias, com exceção da RodoNorte, têm painéis de mensagens variáveis ao longo das rodovias para fornecer informações sobre as condições de tráfego.

Atividades Complementares:

Apesar de a nossa principal fonte de receita ser a cobrança tarifas de pedágios, os contratos de concessão nos permitem auferir receitas de outras fontes, tais como cobrança de acesso, uso de faixa de domínio para a implementação de linhas, cabos e dutos, e, publicidade (exceto AutoBAn, ViaOeste, Renovias e RodoAnel). Nesses casos, as receitas adicionais são, em geral, consideradas para o cálculo e determinação de nossas tarifas de pedágio em virtude do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Ver seção “*Informações Relativas à Companhia – Nossas Atividades – Regulamentação dos Contratos de Concessão – Equilíbrio Econômico-Financeiro*” na página 151 deste Prospecto. Atualmente, essas receitas adicionais advêm de receitas de manutenção de acessos às nossas rodovias por empresas que estejam localizadas ao longo da área de concessão, receitas recebidas de empresas do sistema de telecomunicação pela colocação de cabos de fibra ótica sob as nossas rodovias e receitas de publicidade. Em 2.008, 96,4% da nossa receita total decorreu da cobrança de pedágio e 4% de outras fontes de receita.

Concorrência

Nós enfrentamos duas formas principais de concorrência: uma, no nível operacional de outras rodovias sob administração direta de órgãos públicos que, não obstante em piores condições, não têm cobrança de pedágio, bem como de concessões já existentes, cujos trechos próximos ou parcialmente paralelos, quando sem tarifas ou com tarifas menores, convertem-se em rotas alternativas. No caso da futura concessão da ViaQuatro, outros modos de transporte urbano caracterizam nossa concorrência operacional. Além disso, sofremos outro tipo de concorrência, comercial, relacionada à competição por novas concessões.

Cenário Atual:

O governo e as Concessionárias não são obrigados por lei ou pelos contratos de concessão a manterem rodovias paralelas sem pedágio. Entretanto, rodovias sem pedágio, em alguns casos, representam uma concorrência significativa, embora as nossas rodovias sejam geralmente rotas principais com alternativas limitadas em termos de capacidade de tráfego, distância e qualidade.

Outros meios de transporte, especialmente aéreo e ferroviário, também representam uma possibilidade de concorrência. Entretanto, historicamente, o transporte rodoviário predomina como meio de transporte de passageiros, representado 96,2% do total do sistema de transporte de passageiros no Brasil em 2.006, e o transporte de cargas, representando 59,0% do total do transporte de cargas em 2.006, conforme divulgado em 2.006 pelo Ministério dos Transportes e Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Apresentamos abaixo as principais rotas que competem com nossas Concessionárias:

NovaDutra. Na seção inicial saindo da cidade de São Paulo, a Rodovia Ayrton Senna e seu prolongamento, a Rodovia Carvalho Pinto, correm paralelas à Via Dutra. Essa rodovia foi construída em 1.982 e foi licitada pelo governo estadual em Outubro de 2.008 e o contrato foi assinado em 18 de junho de 2.009.

Ademais, nós negociamos a realocação e construção de praças de pedágio com sucesso com o então DNER, que permitiu a redução das tarifas de pedágio em algumas praças da Via Dutra, melhorando nossa competitividade. Existe também concorrência, ainda que limitada, com transporte aéreo (ponte aérea) entre Rio de Janeiro e São Paulo.

AutoBAN. Existem duas rodovias, a Fernão Dias (sem pedágio) e a rodovia Dom Pedro I (com pedágio), que concorrem diretamente com o sistema rodoviário operado pela AutoBAN. Além disso, nossas praças de pedágio, até recentemente, cobravam pedágio apenas nas pistas no sentido norte. Embora esse sistema possibilitasse maior fluidez nas pistas no sentido sul, que têm maiores picos de tráfego no começo da noite, nos dias de semana e no tráfego de retorno aos domingos, os preços das tarifas eram mais altos por incluir as viagens em ambos sentidos. Tal fato causava algum desvio de tráfego de caminhões no sentido norte para as nossas concorrentes. Nós reduzimos esse desvio convertendo as praças em bidirecionais, o que nos permitiu cobrar a metade da tarifa em cada sentido dessas praças de pedágio.

Ponte. Não há nenhuma rota alternativa direta à Ponte, embora haja um serviço de transporte de passageiros por via marítima, entre o Rio de Janeiro e Niterói. Esse serviço não permite o transporte de automóveis. Existe somente uma rota que contorna a Baía de Guanabara, mas que aumenta a distância a percorrer e o tempo de viagem.

RodoNorte. Em termos gerais, acreditamos que não haja rotas alternativas de alta qualidade que concorram diretamente com as rodovias administradas pela RodoNorte. Apesar de existir uma rota alternativa, sem cobrança de pedágio, localizada entre Ponta Grossa e o nordeste do estado do Paraná, perto das praças de pedágio Tibagi, Imbaú e Mauá da Serra na PR-090, tal rota está localizada a 50 quilômetros de distância da BR-376 da RodoNorte e os serviços que ela oferece não são competitivos com os serviços prestados na RodoNorte.

ViaLagos. Existe uma rota alternativa paralela, sem cobrança de pedágio, ao sistema de rodovias da ViaLagos, a RJ-106. Apesar de tal rota estar próxima à ViaLagos, a estrada é de pista simples, não possui separação entre as pistas de cada sentido e atravessa inúmeras áreas urbanas, causando atrasos no tráfego. Além disso, as condições dessa rota alternativa são piores do que as da ViaLagos.

ViaOeste. As principais concorrentes a estas rodovias são a SP-300 (Mal. Rondon) e a SP-250 - rodovias sinuosas em pista simples na região de influência da ViaOeste, que contudo apresentam percursos muito mais distantes para as viagens realizadas dentro do sistema ViaOeste.

A SP-300 foi concedida recentemente (Outubro/08) pelo governo do Estado de São Paulo e o contrato assinado recentemente.

RodoAnel. Não apresenta concorrência com nenhuma rodovia em seu trajeto, para evitar trafegar no RodoAnel, e utilizar alguma das rodovias que ela conecta o usuário tem de entrar na cidade de São Paulo, o que representa uma viagem mais longa.

Renovias. Existem duas rodovias, a rodovia General Milton Tavares de Souza - SP 332, sem pedágio, mas que será pedagiada pela Concessionária Rota das Bandeiras, conforme previsto no Edital da Concessão da rodovia D. Pedro I, e a Via Anhanguera - SP 330 (com pedágio), que atualmente é administrada pelas Concessionárias Via Norte, AutoVias, Intervias e AutoBAN, que concorrem diretamente com o sistema rodoviário operado pela Renovias.

Concorrência Futura:

Nossos principais concorrentes brasileiros em processos licitatórios de novas concessões de rodovias são: CR-Almeida S.A. Engenharia e Construções, o grupo espanhol OHL, Triunfo Participações e BRvias. Adicionalmente, ainda existem diversos competidores potenciais no setor de concessões de rodovias e em outros setores, incluindo aqueles com os quais nós não competimos atualmente.

O processo de licitação de novas concessões é internacional, embora empresas estrangeiras tenham participado apenas em algumas das licitações e de forma limitada. Se nós nos expandirmos internacionalmente, é provável que encontremos diversos competidores, inclusive já detentores de posições estáveis nas localidades nas quais pretendemos atuar.

Regulação dos Contratos de Concessão

Disposições Gerais:

No Brasil, a operação de uma rodovia é um serviço público sob a responsabilidade dos governos federal, estadual ou municipal. Esse serviço pode ser delegado à iniciativa privada, por meio de concessão. Concessões de serviço público são reguladas por leis federais, principalmente as leis nº 8.666/93 e 8.987/95, e por leis estaduais e municipais bem como, se na modalidade de PPPs, pela Lei 11.079/04. Sempre precisam ser precedidas de licitação, por força do Artigo 175 da Constituição Federal.

A concessão é o meio pelo qual o poder concedente nos delega a exploração de rodovias e o correspondente direito de cobrar pedágio dos usuários. Referida concessão é formalizada, como resultado de uma licitação, por meio de um contrato de concessão, onde todos os termos e condições aplicáveis às nossas concessões estão estipulados, incluindo-se os referentes a tarifas de pedágio e seus reajustes, prazo da concessão, extinção e outros direitos e obrigações das partes envolvidas.

Dentre as várias normas aplicáveis, destacamos as seguintes leis e decretos federais:

1. Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
2. Lei nº 9.074/95, de 07 de julho de 1.995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências;
3. Lei nº 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1.995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências;
4. Lei nº 9.277/96, de 10 de maio de 1.996, que autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais;
5. Lei nº 9.491/97, de 09 de setembro de 1.997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1.990, e dá outras providências;
6. Decreto nº 2.594/98, de 15 de maio de 1.998, que regulamenta a Lei nº 9.491/98, de 9 de setembro de 1.997, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências;
7. Lei nº 9.635/98, de 15 de maio de 1.998, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1.997, e dá outras providências;
8. Lei nº 10.233 de 2.001, de 05 de junho de 2.001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências; e
9. Lei nº 11.079 de 2.004, de 30 de dezembro de 2.004, que institui normas gerais para licitação e contratação de PPP no âmbito da administração pública.

Poder Concedente e Agências Reguladoras:

As primeiras concessões federais foram outorgadas pelo governo federal representado pelo então DNER. As concessões estaduais foram outorgadas pelos estados representados pelos DERs ou agências correspondentes, conforme o caso.

Por força da supracitada Lei Federal nº. 10.233, de 5 de junho de 2.001, o setor de transporte aquaviário e terrestre foi submetido a uma reestruturação regulatória, da qual resultou a criação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Agência

Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e extinção do DNER. Em relação aos contratos de concessão, especificamente, a ANTT substituiu o DNER como agente regulador das concessões de rodovias federais.

Nessa mesma linha, agências reguladoras estaduais já haviam sido e continuaram sendo criadas, dentre as quais destacamos: a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, criada pela Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2.002; e, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – AGETRANSP, criada pela Lei Estadual nº 4.555, de 6 de junho de 2.005, em substituição à Agência Reguladora de Serviços Públicos concedidos do Estado do Rio de Janeiro - ASEP/RJ.

Com relação ao Paraná, Estado onde está localizada a RodoNorte, por meio da Lei Estadual Complementar nº. 94, de 23 de julho de 2.002, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná. Todavia, tal agência nunca foi constituída na prática, razão pela qual o respectivo governo estadual permanece exercendo os poderes de administração e supervisão das concessões de rodovias daquele Estado por meio do DER/PR (Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná).

No caso da ViaLagos, a AGETRANSP atualmente representa o poder concedente em substituição ao DER-RJ. Essa substituição foi refletida no contrato de concessão, por meio do sétimo termo aditivo a ele, celebrado em 13 de abril de 2.007.

Os contratos de concessão da AutoBAN e da ViaOeste não foram aditados para refletir a reestruturação do setor de transporte aquaviário e terrestre. No entanto, apesar do DER/SP permanecer como representante do poder concedente nos contratos de concessão da AutoBAN, a ARTESP, criada pela Lei Complementar no. 914, tem autoridade para firmar, administrar e unilateralmente extinguir os contratos de concessão dentro de sua área de atuação.

No cenário federal, a ANTT, e no cenário estadual, a ARTESP, AGETRANSP, o DER/PR e demais agências e departamentos estaduais, detêm ampla autoridade para regulamentar e supervisionar as concessões de sua esfera de competência e poderes específicos para monitorar e inspecionar a concessão e o cumprimento por nós dos termos e condições dos respectivos contratos, bem como para nos impor multas e penalidades.

O poder concedente tem o poder de alterar de modo unilateral os termos e condições estabelecidos nos contratos de concessão, inclusive no que tange às nossas obrigações. Porém, quando assim faz, o poder concedente deve tomar medidas a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro existente entre as partes por ocasião da celebração do contrato de concessão. Ver seção *“Informações Relativas à Companhia – Regulação dos Contratos de Concessão - Equilíbrio Econômico-Financeiro”* na página 151 desta seção do Prospecto.

O poder concedente tem também o direito de extinguir um contrato de concessão antes do prazo de concessão por razões de interesse público ou caducidade, sendo-nos dado direito à indenização pelos investimentos não amortizados ou não depreciados bem como, caso não tenha havido má-fé da concessionária, pelos lucros cessantes. Ver seção *“Informações Relativas à Companhia – Nossas Atividades – Regulamentação dos Contratos de Concessão – Extinção da Concessão”* na página 149 desta seção do Prospecto.

O Processo Licitatório:

A lei brasileira estabelece o procedimento a ser seguido pelo poder concedente e os interessados num processo licitatório. O edital estabelece as regras referentes ao procedimento, inclusive com relação a:

- exigências para qualificação;
- forma e conteúdo das propostas e documentação pertinente;
- termos e condições do contrato de concessão;
- penalidades em caso de descumprimento;
- metodologia pela qual as propostas das partes interessadas serão avaliadas; e
- condições de pagamento.

O edital contém uma minuta do contrato de concessão. O interessado deve apresentar documentos relativos à sua capacidade legal, técnica, financeira e econômica, bem como quanto à sua situação tributária. Caso haja omissão ou ambigüidade no edital de licitação, o participante da licitação pode pedir esclarecimentos. O descumprimento das exigências impostas pelo edital resulta em desqualificação do interessado.

Após a fase de qualificação, o interessado não pode retirar a sua proposta sem o consentimento prévio da comissão de licitação. O procedimento para a seleção da proposta vencedora e a outorga da concessão está descrito no edital e varia de uma concessão para outra. Por exemplo, as concessões da AutoBAn, ViaOeste, Renovias e ViaLagos foram outorgadas com base no maior valor ofertado ao poder concedente pela outorga da concessão. Já as concessões da NovaDutra, Ponte e RodoAnel foram outorgadas com base na menor tarifa de pedágio a ser cobrada, sendo que, no caso do RodoAnel foi mantida a outorga fixa ao poder concedente. A concessão da RodoNorte, por seu turno, foi outorgada ao participante que se comprometesse a fazer a manutenção da maior extensão de rodovias de acesso. A concessão do RodoAnel foi com base na menor tarifa, mas mantido um valor fixo de outorga. O importante é que os critérios utilizados para a seleção do vencedor do procedimento licitatório sejam objetivos. Uma vez que os envelopes contendo as propostas são abertos e os resultados confirmados, eles são publicados no mesmo local e da mesma maneira do edital e, então, é determinada uma data para a celebração do contrato de concessão.

Nossos Direitos Decorrentes dos Contratos de Concessão

Uso dos bens vinculados à concessão: Temos o direito de usar os bens pertencentes ao poder concedente necessários à prestação dos serviços contemplados nos contratos de concessão, incluindo as rodovias e servidões (os “Bens da Concessão”). Geralmente, somos responsáveis pela manutenção dos Bens da Concessão e obrigados a devolvê-los em boa condição operacional ao poder concedente ao término do prazo de concessão. Caso os investimentos feitos para manutenção dos Bens da Concessão não tenham sido ainda integralmente amortizados ou depreciados, cabe indenização do poder concedente à concessionária.

Cobrança de pedágio: A nossa principal fonte de receita é a cobrança de pedágio. A tarifa de pedágio aplicável a cada concessão é especificada no respectivo contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas nos respectivos contratos de concessão e respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essa fórmula é composta por diversos índices (relacionados ou não ao setor de construção) que medem a taxa de inflação. Ver seção “*Reajuste da Tarifa de Pedágio*” na página 150 deste Prospecto. As tarifas de pedágio podem ser revistas, ainda, quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão. Ver seções “*Informações Relativas à CCR – Nossas Atividades – Regulação dos Contratos de Concessão – Reajuste da Tarifa do Pedágio*” na página 150 deste Prospecto e “*Informações Relativas à CCR – Nossas Atividades – Regulação dos Contratos de Concessão – Equilíbrio Econômico-Financeiro*” na página 151 deste Prospecto.

Outras fontes de receita: De acordo com nossos contratos de concessão, outras fontes de receitas podem complementar as receitas oriundas da cobrança de pedágio, tais como receitas de cobrança de manutenção de acessos às nossas rodovias por empresas que estejam localizadas ao longo da área de concessão, receitas recebidas de empresas do sistema de telecomunicação pela colocação de cabos de fibra ótica sob as nossas rodovias e receitas de publicidade. Embora nossos contratos de concessão permitam que nossas Concessionárias obtenham receitas de outras fontes que não a cobrança de pedágios, tais receitas são consideradas na análise do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, exceto no caso da AutoBAn, ViaOeste, Renovias e RodoAnel.

Resilição: Nossos contratos de concessão nos autorizam a resili-los antecipadamente na hipótese de inadimplemento da autoridade concedente.

Nossas Obrigações Decorrentes dos Contratos de Concessão

Estamos obrigados a cumprir com todos os termos e condições estipulados nos contratos de concessão. Devemos prestar de modo adequado os serviços contemplados pelos nossos contratos de concessão, ou seja, de maneira eficaz, regular, contínua, cortês, geral e tecnologicamente moderna, bem como respeitar a modicidade das tarifas. Devemos também assegurar o conforto e a segurança dos motoristas e adequada fluidez de tráfego.

Genericamente, estamos obrigados a (i) prestar garantia ao cumprimento integral de nossas obrigações nos termos dos contratos de concessão; (ii) manter seguro adequado; (iii) obter financiamento adequado para a execução dos serviços contemplados pelos contratos de concessão; (iv) manter atualizados os registros dos Bens da Concessão; e (v) divulgar ao poder concedente as informações referentes à execução e administração dos serviços contemplados pelos contratos de concessão. Em alguns casos, ainda devemos pagar ao poder concedente uma contrapartida pela outorga da concessão, como nos casos da AutoBAn, ViaOeste, Renovias, RodoAnel e ViaLagos.

Além disso, os respectivos poderes concedentes podem declarar a utilidade pública de um imóvel para fins de desapropriação, para a instituição de uma servidão administrativa, ou mesmo para que sejam impostas limitações administrativas relacionadas ao uso da terra ou imóvel adjacente à rodovia. Nesses casos, então, o poder concedente (e, em alguns casos, nós) efetuará a respectiva desapropriação, instituirá a servidão administrativa ou proporá as limitações administrativas, conforme o caso. Vale notar que nós poderemos também ocupar a área de uma propriedade necessária, temporariamente, para a execução e/ou conservação de obras e serviços referentes à concessão. Caso sejamos obrigados a pagar qualquer valor devido à desapropriação que sejam maiores que os valores estipulados no edital da respectiva concessão, teremos o direito de reembolso para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Pagamento pela outorga da concessão: Além das obrigações mencionadas acima, no caso da AutoBAN, ViaOeste, Renovias e RodoAnel, devemos pagar pela outorga da concessão aos seus respectivos poderes concedentes. Ver seção “*O Processo Licitatório*” na página 146 deste Prospecto. A AutoBAN, ViaOeste e Renovias devem pagar ao estado de São Paulo um valor agregado de R\$1.624,2 milhões (maio de 1.998). R\$151,9 milhões (julho de 1.997) e R\$385 milhões (julho de 1.997) mais 3% de suas receitas brutas mensais (exceto receitas financeiras), em parcelas mensais, ao longo do prazo da concessão. O saldo remanescente de longo prazo é reajustado anualmente pela inflação, com base no mesmo índice utilizado para o reajuste da tarifa de pedágio da AutoBAN, ViaOeste e Renovias. O RodoAnel deve pagar ao estado de São Paulo o valor de R\$2 bilhões, sendo 10% pagos na assinatura do contrato e o saldo remanescente em 24 parcelas mensais 3% de suas receitas brutas mensais (exceto receitas financeiras). O saldo do valor devido, a longo prazo, é reajustado anualmente pelo mesmo índice aplicável às tarifas de pedágio. Ver seção “*Reajuste da Tarifa de Pedágio*” na página 150 deste Prospecto. A ViaLagos, por força de Aditivo ao seu contrato de concessão, quitou antecipadamente o valor de outorga por compensação com valores que lhe eram devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, decorrente de Desapropriação de áreas para implantação da rodovia.

Garantia de performance e seguro: Além das obrigações mencionadas anteriormente, devemos providenciar e manter ao longo do prazo da concessão uma garantia cobrindo o cumprimento integral de nossas obrigações nos termos dos contratos de concessão. Além disso, devemos, em geral, contratar e manter, ao longo do prazo de concessão, seguro abrangendo os riscos relativos ao desempenho de todas as atividades compreendidas pela concessão, sujeito a quantias mínimas de cobertura especificadas nos respectivos contratos de concessão.

Atos societários: Os contratos de concessão geralmente exigem que as Concessionárias mantenham um capital social mínimo, verificado anualmente pelo poder concedente, e as impede de adquirir as suas próprias ações sem a aprovação prévia do poder concedente. Nossos contratos de concessão geralmente impedem que realizemos qualquer operação que nos faça perder o controle acionário das Concessionárias, reduzir o capital integralizado ou criar um ônus sobre as ações das Concessionárias sem a aprovação prévia do poder concedente. Os contratos de concessão da AutoBAN, ViaOeste, Renovias e RodoAnel também as proíbem de reduzir seu capital social, adquirir ações de sua própria emissão ou alterar seu estatuto social, sem a autorização prévia do poder concedente. Além disso, os contratos de concessão da NovaDutra e Ponte exigem aprovações prévias do respectivo poder concedente para a emissão de obrigações, debêntures ou títulos financeiros por essas Concessionárias.

Dividendos: Os contratos de concessão da AutoBAN, Renovias, ViaOeste, RodoAnel, NovaDutra e Ponte impõem às mesmas limitações ao direito de distribuir dividendos conforme permitido pela legislação brasileira. O contrato de concessão da AutoBAN, Renovias, ViaOeste, RodoAnel determinavam um requisito adicional para distribuir dividendos, vinculado à conclusão das respectivas obras principais. Não há nenhuma restrição à distribuição de dividendos nos contratos de concessão da RodoNorte e ViaLagos.

Descumprimento - Multas e Intervenção:

Caso deixemos de cumprir com as nossas obrigações decorrentes de um contrato de concessão, o poder concedente tem o poder de impor multas, intervir ou, em último caso, extinguir a concessão. Ver seção “*Extinção da Concessão*” na página 149 deste Prospecto. Nesses casos, a competente agência reguladora ou o DER, conforme o caso, pode impor multas, de acordo com os critérios especificados no respectivo contrato de concessão. No caso de persistência no descumprimento, o respectivo poder concedente poderá intervir na concessão para garantir a adequada prestação de serviços. Se, após notificação do poder concedente, não sanarmos a respectiva irregularidade, a intervenção deverá ser pelo mesmo formalizada por meio de um decreto assinado pelo respectivo poder concedente. No prazo de 30 dias após a data desse decreto, o representante do poder concedente deve iniciar um processo administrativo em conformidade com o que tiver sido determinado nesse ato administrativo. Temos direito a ampla defesa nesse processo. No curso do processo administrativo,

será nomeado, através de outro decreto, um responsável para a administração da concessão. Caso o processo administrativo não seja concluído em 180 dias da data do decreto, encerrar-se-á a intervenção e voltamos a ser titulares da concessão. Também voltamos a ser titulares da concessão caso, ao final do período de intervenção, o prazo contratual da concessão não tenha expirado.

Extinção da Concessão:

O poder concedente tem o poder de extinguir quaisquer de nossas concessões antes do prazo especificado no contrato de concessão:

- por encampação;
- por caducidade;
- rescisão;
- anulação; ou
- em caso de falência ou dissolução da Concessionária.

A encampação é a extinção antecipada da concessão por razões relativas ao interesse público, mediante lei específica. Em caso de encampação, temos o direito à indenização prévia do poder concedente, pelos investimentos que realizamos e que não tiverem sido amortizados ou depreciados de modo integral ao final do prazo de concessão. A anulação ocorre quando o contrato é ilegal ou quando o procedimento licitatório que originou o contrato não respeitou disposições legais.

A caducidade é a extinção antecipada da concessão pelo poder concedente devido à inexecução parcial ou total por parte da concessionária de suas obrigações decorrentes do contrato de concessão. Ver seção “*Informações Relativas à CCR – Nossas Atividades – Regulamentação dos Contratos de Concessão – Nossas Obrigações Decorrentes dos Contratos de Concessão*” na página 147 deste Prospecto. A caducidade pode ser declarada, dentre outras razões, se:

- deixarmos de pagar o valor ofertado pela outorga da concessão e outros valores devidos à autoridade concedente;
- prestarmos serviços de maneira inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- deixarmos de cumprir as cláusulas contratuais, bem como as disposições legais e regulamentares com relação à concessão;
- deixarmos de continuar a operar a concessão, exceto em caso de ocorrência de um evento de caso fortuito ou força maior;
- deixarmos de possuir capacidade econômica, técnica ou operacional para operarmos nossas concessões de modo satisfatório;
- deixarmos de atender a uma solicitação do poder concedente para sanar uma falha na prestação dos serviços;
- deixarmos de cooperar com o poder concedente com relação às suas atividades de monitoramento;
- deixarmos de cumprir as penalidades impostas pelo poder concedente;
- formos condenados em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;
- mudarmos o nosso objeto social;
- formos condenados em sentença transitada em julgado por sonegação tributária; ou

- alterarmos nosso controle ou cedermos ou transferirmos nossas concessões sem o consentimento prévio do poder concedente.

A declaração de caducidade é realizada por meio de um decreto assinado pelo poder concedente, se não sanarmos a irregularidade que nos foi notificada pelo representante do poder concedente. A caducidade somente pode ser declarada após processo administrativo no qual nos é garantido o direito a ampla defesa e contraditório.

Em caso de caducidade, as garantias que prestamos serão executadas. De acordo com os contratos de concessão, temos o direito à indenização pelo poder concedente pelos investimentos realizados que não tenham sido integralmente amortizados, caso seja declarada a caducidade, reduzidos de quaisquer multas e outras quantias que possamos dever ao poder concedente por conta do inadimplemento.

Temos o direito de rescindir quaisquer de nossos contratos de concessão por via judicial caso o poder concedente deixe de cumprir suas obrigações. No entanto, precisamos continuar a prestar os serviços contemplados no contrato de concessão até que haja decisão final transitada em julgado, sem prejuízo do direito à indenização pelo poder concedente pelos investimentos que realizamos e que não tiverem sido integralmente amortizados ou depreciados ao final do prazo de concessão.

Força Maior:

O descumprimento de nossas obrigações não dá direito ao poder concedente de impor multas, intervir ou declarar a caducidade da concessão, se tal descumprimento resultar de uma ação humana, evento natural ou ação governamental que, devido à sua natureza imprevista e inevitável, crie um óbice intransponível ao cumprimento de nossas obrigações ou de uma ação ou omissão por um órgão governamental que especificamente atrase, imponha um ônus ou prejudique o cumprimento de nossas obrigações, de acordo com o contrato de concessão (em cada caso, para efeitos desse Prospecto, um “Evento de Força Maior”). A definição de um Evento de Força Maior contido no contrato de concessão da AutoBAN, ViaOeste, Renovias e RodoAnel refere-se somente àquelas ações praticadas por terceiros que tenham um impacto direto sobre o cumprimento de nossas obrigações no contrato de concessão.

Em caso de um Evento de Força Maior, não somos responsáveis pelo descumprimento de nossas obrigações de acordo com o contrato de concessão pertinente, desde que tal descumprimento resulte do referido Evento de Força Maior. Dependendo da gravidade do evento, nós, juntamente com o poder concedente, decidiremos se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão deve ser restabelecido ou se o contrato deverá ser extinto. De acordo com o contrato de concessão da RodoNorte, AutoBAN, ViaOeste, Renovias, RodoAnel, NovaDutra e ViaLagos, riscos asseguráveis no Brasil por apólice comercialmente aceitável (e, no caso da AutoBAN, ViaOeste, Renovias e RodoAnel também riscos asseguráveis no exterior) permitem o reajuste da respectiva tarifa apenas com relação aos nossos prejuízos que excederem o valor máximo assegurável por tal apólice.

Reajuste da tarifa de pedágio:

As tarifas de pedágio que cobramos são reajustadas anualmente, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.069/95. As tarifas de pedágio da AutoBAN, ViaOeste, Renovias e RodoAnel são reajustadas em 01 de julho, as da NovaDutra, ViaLagos e Ponte em 01 de agosto, e as da RodoNorte em 01 de dezembro. A tarifa-básica de pedágio de cada concessão é reajustada de acordo com a fórmula disposta no respectivo contrato de concessão. As fórmulas levam em conta os seguintes índices:

- IGP-M (AutoBAN, ViaOeste e Renovias);
- IPCA (RodoAnel);
- Combinação de diversos índices que medem a variação do preço de determinados insumos e produtos da indústria de construção (NovaDutra, Ponte e ViaLagos); e
- Combinação entre os dois índices referidos acima (RodoNorte).

Todos os índices de reajuste são calculados pela FGV, exceto o IPCA que é calculado pelo IBGE. Os índices têm diferentes pesos de um contrato de concessão para outro. Se os índices deixarem de ser publicados, o poder

concedente e a respectiva Concessionária devem escolher um índice substituto que reflita os custos das Concessionárias. Caso não haja acordo, poderá ser utilizado o mecanismo de solução de divergências especificado em cada contrato de concessão.

Nós somos responsáveis por calcular as tarifas, as quais devem ser submetidas ao poder concedente para verificação. Pelos contratos de concessão, o poder concedente deve ratificar ou opor-se ao reajuste dentro de um período curto de tempo, correspondente a dois a quinze dias. No entanto, na prática, esse prazo para ratificação ou oposição costuma consumir mais tempo. Nós não podemos cobrar a tarifa reajustada antes da ratificação pelo poder concedente.

Além do mecanismo de reajuste periódico, nós podemos buscar uma revisão da tarifa caso ocorra um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Equilíbrio Econômico-Financeiro:

No ato de celebração do contrato de concessão, cada Concessionária e o poder concedente estabeleceram um equilíbrio entre os encargos da Concessionária e a retribuição que lhe assistiria durante o prazo da concessão. Nos termos de cada contrato de concessão e das Leis nº 8.666/93 e nº 8.987/95, se ocorrerem determinados eventos que alterem esse equilíbrio, as partes devem tomar medidas para restabelecê-lo. Note que os eventos que podem ensejar um reequilíbrio econômico-financeiro do contrato não abrangem a não ocorrência de acontecimentos conforme o previsto nos estudos feitos pela concessionária à época do procedimento licitatório. Os estudos são feitos com base nas condições apresentadas pelo poder concedente e é com base em tal estudo que o participante da licitação faz o cálculo do valor que está disposto a ofertar ao poder concedente. Assim, exceto se as condições e os termos estabelecidos pelo poder concedente no edital são alterados, previsões feitas, mas não verificadas, não sujeitam o contrato a um reequilíbrio econômico-financeiro. Trata-se de risco assumido pela concessionária.

Na hipótese de desequilíbrio, tanto o poder concedente quanto a Concessionária têm o direito de buscar a revisão das receitas a serem cobradas, e dos encargos a serem assumidos, pela Concessionária. O restabelecimento do equilíbrio geralmente ocorre por meio de uma alteração no valor da tarifa, no cronograma de investimentos ou no prazo da concessão, por uma compensação monetária ou por meio de, ainda, uma combinação desses mecanismos. Nós somos responsáveis pelos riscos inerentes às atividades de concessão, inclusive aqueles relacionados aos níveis de demanda de tráfego.

De uma maneira geral, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será possível se:

- for criado, alterado ou extinto tributo que tenha impacto direto sobre nossos custos, incluindo em decorrência de novas leis fiscais, excluindo o imposto de renda;
- for feita uma alteração em legislação específica, tendo impacto direto sobre nossas receitas ou custos;
- ocorrer um Evento de Força Maior tendo impacto direto sobre nossos custos (ver seção “*Informações Relativas à CCR – Nossas Atividades – Regulamentação dos Contratos de Concessão – Força Maior*” na página 150 deste Prospecto);
- nas concessões da NovaDutra e RodoNorte, se ao promovermos a desapropriação de bens imóveis, a instituição de servidão administrativa ou a imposição de limitação administrativa ao direito de propriedade, o valor da verba indenizatória prevista no edital não for atingido ou for ultrapassado;
- o contrato de concessão for alterado unilateralmente pelo poder concedente, tendo um impacto direto sobre nossas receitas ou custos;
- for constatada modificação estrutural nos preços relativos dos fatores de produção ou modificações substanciais nos preços dos insumos relativos aos principais componentes de custos considerados na formação da nossa proposta comercial, a menos que tal modificação já tenha sido incorporada na tarifa; ou
- as Concessionárias, com exceção da AutoBAN, auferirem receitas adicionais àquelas derivadas da cobrança de pedágio.

Os contratos de concessão da AutoBAN, ViaOeste, Renovias e RodoAnel permitem uma revisão da tarifa caso ocorra um evento extraordinário que cause alterações substanciais nos mercados financeiros e de câmbio, que

impliquem em alterações substanciais nos pressupostos adotados na elaboração das projeções financeiras para mais ou para menos.

Como regra geral, caso solicitemos uma revisão da tarifa, o poder concedente observará um prazo que varia de dez a trinta dias úteis para aprovar ou rejeitar a solicitação. Os contratos de concessão da AutoBAn, ViaOeste, Renovias e RodoAnel não estipulam nenhum prazo específico de revisão. Em certos casos, se não for tomada nenhuma decisão durante esse período, o pedido será submetido a um nível hierarquicamente superior no âmbito do respectivo poder concedente, incluindo a Secretaria Estadual de Transporte ou o conselho administrativo da ANTT. Em outros casos, ou quando o pedido for rejeitado nesse nível superior, o pleito será solucionado por meio do mecanismo de solução de divergências (descrito abaixo) previsto no respectivo contrato de concessão.

Na maioria dos casos, sempre que novos tributos foram criados, deixaram de ser incidentes ou tiveram sua alíquota diminuída, o equilíbrio econômico-financeiro foi restabelecido. O equilíbrio econômico-financeiro também foi restabelecido nos seguintes casos:

- novos investimentos em segurança das rodovias, tais como construção de barreiras de metal e concreto, construção de passarelas para pedestres, instalação de cabos de fibra ótica para comunicação de emergência por meio de cabines telefônicas, instalação de painéis de informações e câmeras de segurança e construção de postos de pesagem de veículos;
- construção de prolongamentos e de faixas adicionais nas rodovias que operamos;
- implantação de novos serviços nas concessões que operamos, tais como serviços de emergência médica e de informação aos motoristas; e
- desapropriação de bens pelo poder concedente da respectiva concessão para a construção de rampas de acesso.

Os termos dos nossos contratos de concessão já sofreram diversas revisões decorrentes de reequilíbrio econômico-financeiro. Em alguns casos, o processo de revisão de tarifas envolveu um processo de negociação mais longo, e mesmo litigioso com o poder concedente. Ver seção “*Contingências Judiciais e Administrativas*” na página 213 deste Prospecto.

Os contratos de concessão não autorizam a revisão da tarifa que cobramos no caso de flutuação de nossas receitas, em decorrência da redução do fluxo do tráfego nas rodovias que administramos (risco da concessão). Exceto se oriundos de ato unilateral da autoridade concedente ou da agência regulatória, as respectivas concessionárias estão totalmente sujeitas a tal tipo de risco.

Desvinculação entre a taxa de retorno constante das propostas comerciais e o equilíbrio econômico-financeiro:

Em cada proposta comercial (feita com base nos estudos preparados pela empresa), nossos acionistas eram obrigados a informar a taxa interna de retorno do projeto por eles esperada.

Nesse sentido, nas propostas comerciais foram fornecidas duas taxas internas de retorno diferentes. A taxa interna de retorno do projeto ou do empreendimento é calculada antes do financiamento e mede a atratividade da concessão, já a taxa interna de retorno resultante do fluxo de caixa do empreendimento ou do capital social mede o retorno esperado para o capital próprio investido.

Processo de Solução de Disputas:

Nossos contratos de concessão prevêm que a solução de controvérsias será por via judicial, podendo as partes, no entanto, resolvê-las (i) por mediação no caso da NovaDutra, AutoBAn e RodoNorte; (ii) por arbitragem no caso da Ponte; ou (iii) por mediação ou arbitragem no caso da ViaLagos.

Descrição dos Principais Pontos dos Contratos de Concessão de Cada Concessionária

Sem prejuízo dos comentários acima de pontos específicos dos nossos contratos de concessão realizados acima, seguem abaixo os principais pontos de nossos contratos de concessão:

AutoBAN:

- Objeto: o contrato de concessão da AutoBAN tem por objeto a exploração do sistema rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, compreendendo: (a) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (b) apoio na execução dos serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão; e (c) gestão e fiscalização dos serviços considerados convenientes, mas não essenciais para manter um serviço adequado.
- Receitas: as receitas da AutoBAN são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato também prevê a possibilidade de cobrança de receitas acessórias, inclusive de cobrança de acessos e de uso de faixa de domínio público; e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a AutoBAN e terceiros.
- Obrigações com o poder concedente: o contrato de concessão, quando da sua assinatura, previa o pagamento de preço pela delegação dos serviços públicos de: (a) valor correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida pela Concessionária no mês anterior ao do pagamento; e (b) o valor fixo de R\$1.624,2 milhões (em maio de 1.998) a ser pago em 8 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,9% do valor fixo; e em 232 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,4% do valor fixo após o pagamento das 8 parcelas iniciais.
- Data de assinatura: 01 de maio de 1.998, conforme aditado.
- Prazo: 344 meses.
- A AutoBAN deverá comunicar ao poder concedente até 20 dias antes da data prevista para o reajustamento, as novas tarifas de pedágio que, por força da aplicação dos critérios, procedimentos, fórmula e datas definidos no contrato de concessão, pretende aplicar no período seguinte.
- As novas tarifas de pedágio serão consideradas homologadas pelo poder concedente após 15 dias da comunicação prevista no item anterior. As alterações da base tarifária quilométrica decorrentes da entrada em operação de ampliações deverão ser solicitadas pela AutoBAN com 40 dias de antecedência.

ViaLagos:

- Objeto: a concessão dos serviços de monitoração, recuperação, manutenção, conservação, implantação e ampliação da rodovia que faz a ligação viária dos municípios de Rio Bonito — Araruama — São Pedro da Aldeia.
- Receitas: a ViaLagos é remunerada pela cobrança de tarifa de pedágio. O contrato de concessão da ViaLagos ainda prevê fontes de receitas complementares, relacionadas basicamente a projetos comerciais associados à concessão que devem ser previamente autorizados pelo poder concedente.
- Obrigações com o poder concedente: o contrato de concessão da ViaLagos, quando da sua assinatura, previa o pagamento ao poder concedente de uma contrapartida pela outorga da concessão no valor total de R\$61,2 milhões em 23 parcelas, anuais e sucessivas, reajustadas da mesma forma que as tarifas de pedágio. Em 2.005, o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão contemplou a compensação do saldo de valor da Outorga da Concessão com o valor excedente de despesas com desapropriações realizadas pela Concessionária à época.
- Data de assinatura: 23 de dezembro de 1.996, conforme aditado.
- Prazo: 25 anos.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da tarifa básica de pedágio será reajustado anualmente com base na variação ponderada dos índices de reajustes relativos aos principais componentes de custos considerados na formação da tarifa básica de pedágio.
- O cálculo do reajuste do valor da tarifa básica de pedágio será feito pela ViaLagos e previamente submetido à fiscalização para verificação da sua correção; o poder concedente terá o prazo máximo de 15 dias úteis para

verificar e homologar os reajustes da tarifa. Homologados os reajustes da tarifa, a ViaLagos fica autorizada a praticá-los.

RodoNorte:

- Objeto: a concessão dos serviços de recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso às rodovias que ligam Curitiba à Apucarana e Ponta Grossa à Jaguariaíva.
- Receitas: a RodoNorte é remunerada pela cobrança de tarifa de pedágio, sendo facultada a exploração de outras receitas acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio.
- Obrigações com o poder concedente: a RodoNorte deve manter 80 quilômetros de trechos de acesso. Trechos de acesso são rodovias secundárias não pertencentes ao anel de integração do Estado do Paraná, a serem recuperadas e mantidas pela RodoNorte durante o prazo da concessão. Os trechos de acesso não são pedagiados e não oferecem serviços de resgate por parte da RodoNorte.
- Data de assinatura: 14 de novembro de 1.997, conforme aditado.
- Prazo: 24 anos.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: O valor da tarifa básica de cada praça será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável.
- O cálculo do reajuste do valor das tarifas de pedágio será feito pela RodoNorte e previamente submetido à fiscalização do DER para verificação da sua correção; o DER terá prazo máximo de 5 dias úteis para verificar e, se correto, homologar o reajuste, sendo que passado o referido prazo sem que o DER se manifeste, o reajuste considerará-se autorizado para todos os fins contratuais. Havendo discordância do DER quanto aos cálculos apresentados, o DER deverá apresentar à RodoNorte novos cálculos, apontando de forma clara quais as incorreções verificadas.

NovaDutra:

- Objeto: a concessão de serviços de recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção, conservação, operação e a exploração da rodovia BR-116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro — São Paulo e respectivos acessos mediante a cobrança de pedágio.
- Receitas: a NovaDutra é remunerada pela cobrança de tarifa de pedágio. Todavia, é facultado à Concessionária explorar outras fontes de receita, sejam complementares, acessórias ou alternativas.
- Obrigações com o poder concedente: a NovaDutra não paga contrapartida ao poder concedente pela outorga da concessão.
- Data de assinatura: 31 de outubro de 1.995, conforme aditado.
- Prazo: 25 anos.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da tarifa básica de pedágio será reajustado anualmente. Conforme disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável, o valor da tarifa básica de pedágio será reajustado com base na variação ponderada dos índices de reajustes relativos aos principais componentes de custo considerados na formação do valor da tarifa básica de pedágio.
- O cálculo do reajuste do valor da tarifa básica de pedágio será feito pela NovaDutra e previamente submetido à fiscalização da autoridade competente para verificação de sua correção; a autoridade competente terá o prazo de 48 horas para verificar a correção do cálculo. Aprovado o cálculo pela fiscalização, a NovaDutra fica autorizada a praticar o reajuste.

Ponte:

- Objeto: a recuperação, o reforço e a monitoração das estruturas, o melhoramento, a manutenção, a

conservação e a operação da Ponte Presidente Costa e Silva e respectivos acessos.

- Receitas: geradas através da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato de concessão ainda prevê o recebimento de receitas complementares provenientes da exploração comercial das áreas de serviços e de multas por excesso de peso.
- Obrigações com o poder concedente: a Ponte não paga contrapartida ao poder concedente pela outorga da concessão.
- Data da assinatura: 29 de dezembro de 1.994, conforme aditado.
- Prazo: 20 anos.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da tarifa básica de pedágio será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável, considerando-se, como data-base do contrato, a data da apresentação das propostas de tarifa. O valor da tarifa básica de pedágio será reajustado com base na variação ponderada dos índices de reajustes relativos aos principais componentes de custo considerados na formação do valor da tarifa básica de pedágio.

Renovias:

- Objeto: o contrato de concessão da Renovias tem por objeto a exploração do sistema rodoviário compreendido por cinco rodovias que ligam Campinas ao Circuito das Águas e Sul de Minas: SP-340 (Campinas/Mogi Mirim/Mococa), SP-344 (Aguai/São João da Boa Vista/Vargem Grande do Sul), SP-342 (Mogi Guaçu/Espírito Santo do Pinhal/São João da Boa Vista/Águas da Prata), SP-350 (Casa Branca/São José do Rio Pardo) e SP-215 (Vargem Grande do Sul/Casa Branca), numa extensão de 345,6 quilômetros, compreendendo: (a) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (b) apoio na execução dos serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão; e (c) gestão e fiscalização dos serviços considerados convenientes, mas não essenciais para manter um serviço adequado.
- Receitas: as receitas da Renovias são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato também prevê a possibilidade de receitas acessórias, inclusive de cobrança de acessos e de uso de faixa de domínio público; e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a Renovias e terceiros.
- Obrigações com o Poder Concedente: o contrato de concessão, quando da sua assinatura, previa o pagamento de preço pela delegação dos serviços públicos de: (a) valor correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida pela Concessionária no mês anterior ao do pagamento, excetuada a receita financeira, durante todo o prazo da concessão; e (b) o valor fixo de R\$151,94 milhões (em abril de 1.998) a ser pago em 8 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo cada uma a 0,9% do valor fixo; e em 232 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,4% do valor fixo após o pagamento das 8 parcelas iniciais. Os valores serão reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas cobradas dos usuários. Os pagamentos referentes ao item “b” supracitado poderão ser efetuados utilizando títulos de emissão da Companhia Paulista de Administração de Ativos – CPA, até o limite de 30% de cada parcela.
- Data de assinatura: 14 de abril de 1.998, conforme aditado.
- Prazo: 240 meses (original) e 290 meses (considerando o 13º aditivo celebrado em 21 de dezembro de 2.006).
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da base tarifária quilométrica será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável.
- A Renovias deverá comunicar ao poder concedente até 20 dias antes da data prevista para o reajustamento, as novas tarifas de pedágio que, por força da aplicação dos critérios, procedimentos, fórmula e datas definidos no contrato de concessão, pretende aplicar no período seguinte.
- As novas tarifas de pedágio serão consideradas homologadas pelo poder concedente após 15 dias da comunicação prevista no item anterior. As alterações da base tarifária quilométrica decorrentes da entrada em operação de ampliações deverão ser solicitadas pela Renovias com 40 dias de antecedência. Atualmente, as tarifas aplicadas sob essa concessão são as seguintes:

Rodovia		Pedágio		Tarifas	
Nomenclatura		Nomenclatura	Km	Passeio	Por Eixo
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-340	Jaguariúna	123,5	R\$7,60	R\$7,60
Rodovia Dep.Mário Beni	SP-340	Estiva gerbi	192,84	R\$4,60	R\$4,60
Rodovia Prof. Boanerges Nogueira de Lima	SP-340	Casa branca	221,292	R\$4,10	R\$4,10
Rodovia Prof. José André de Lima	SP-340	Mococa	254,690	R\$3,90	R\$3,90
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-342	Águas da prata	240	R\$2,30	R\$2,30
Rodovia Dom Tomás Vaquero	SP-344	Aguai	219	R\$2,90	R\$2,90
	SP-344	S. J. da boa vista	230,44	R\$3,00	R\$3,00
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-342	Pinhal	191,89	R\$5,70	R\$5,70
Rodovia Dep.Eduardo Vicente Nasser	SP-350	Itobi	252,14	R\$5,60	R\$5,60

Fonte: ARTESP

ViaQuatro:

- Objeto: A Companhia (em fase pré-operacional) tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 12,8 quilômetros, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O plano de operações está dividido em três fases:
- Fase I - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. Durante essa fase o Poder Concedente poderá implantar uma, e somente uma, estação adicional dentre as seguintes: Fradique Coutinho, Oscar Freire ou Higienópolis. A fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da fase II. O início das operações está previsto para o primeiro semestre de 2.010, conforme termo aditivo modificativo nº 2, celebrado em 29 de maio de 2.008.
- Fase II - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 15 trens, atendendo todas as suas estações previstas: Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. O início das operações está previsto para o primeiro semestre de 2.014.
- Fase III - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão.
- Receitas: A receita da Companhia será composta por duas parcelas:
- Parcela A – Receita tarifária obtida por meio de tarifa de remuneração fixada em R\$2,08 (dois reais e oito centavos) por passageiro exclusivo transportado e R\$1,04 (um real e quatro centavos) por passageiro integrado transportado, na data base de 1º de fevereiro de 2.005. O cálculo da receita tarifária levará ainda em consideração o seguinte critério: (a) 100% da tarifa de remuneração multiplicada pelo número de entradas de passageiros exclusivos, assim considerados aqueles, pagantes ou gratuitos, que utilizam exclusivamente a Linha 4 – Amarela, sem utilizar de nenhuma outra linha metro-ferroviária; e (b) 50% da tarifa de remuneração multiplicada pelo número de entradas de passageiros integrados no sistema metro-ferroviário, assim considerados aqueles, pagantes ou gratuitos, que utilizam a Linha 4 – Amarela em combinação com outras linhas operadas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, da CPTM, ou de ambas, em qualquer sentido.
- Parcela B – Contraprestação pecuniária devida pelo Poder Concedente, a ser paga em duas etapas.
- 24 (vinte e quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$1.563 mil na data base de 1º de agosto de 2.006, vencendo-se a primeira delas no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês de início da operação comercial da fase I;
- 24 (vinte e quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas, no valor de R\$1.563 mil, na data base 1º de agosto de 2.006, vencendo-se a primeira delas no dia 15 (quinze) do mês subsequente à apresentação do conjunto de instrumentos jurídicos que comprovem a efetiva contratação do financiamento e fornecimento dos Trens Metroviários do Sistema de Material Rodante da fase II.

- Obrigações com o Poder Concedente: A Companhia assumiu o compromisso de, na fase I, adquirir o material rodante, a implantação de sistemas, a operação e manutenção em conformidade com o definido no documento Diretrizes Técnicas para Concessão da Linha 4 - Amarela - Anexo I do contrato, e na fase II, a complementação dos equipamentos e serviços incluindo o trecho Vila Sônia - Taboão, por meio de veículos sobre pneus.
- Data da assinatura: 29 de Novembro de 2.006.
- Prazo: O prazo do contrato de concessão é de 32 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato, condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos, para assegurar o prazo mínimo de exploração econômica de 30 anos a contar do início da operação comercial da Fase I.
- Reajuste da tarifa e da contraprestação devida pelo Poder Concedente: O valor da tarifa básica será reajustado anualmente, tendo-se como data-base o dia 1º de fevereiro de 2.005 e considerando-se, para os primeiros 15 anos de operação, 50% da variação do IPC (medido pela FIPE) e 50% da variação do IGP-M (calculado pela FGV). Decorridos 15 anos do prazo de operação, o valor da tarifa será reajustada mediante a variação apenas do IPVC (medido pela FIPE). Em relação à contraprestação pecuniária devida pelo Poder Concedente, os reajustes serão calculados considerando metade da variação do IPC (medido pela FIPE) e metade da variação do IGP-M (calculado pela FGV).
- Início (previsto) da Operação Comercial (Fase I): Primeiro semestre de 2.010.

ViaOeste:

- Objeto: o contrato de concessão da ViaOeste tem por objeto a exploração do sistema rodoviário Castello Branco (quilômetros 13,46 a 79,38) – Raposo Tavares (quilômetros 34 a 115,5), compreendendo: (a) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (b) apoio na execução dos serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão; e (c) gestão e fiscalização dos serviços considerados convenientes, mas não essenciais para manter um serviço adequado.
- Receitas: as receitas da ViaOeste são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato também prevê a possibilidade de cobrança de receitas acessórias, inclusive de cobrança de acessos e de uso de faixa de domínio público; e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a ViaOeste e terceiros.
- Obrigações com o poder concedente: o contrato de concessão, quando da sua assinatura, previa o pagamento de preço pela delegação dos serviços públicos de: (a) valor correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida pela Concessionária no mês anterior ao do pagamento; e (b) o valor fixo de R\$318 milhões (em março de 1.998) a ser pago em oito parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,9% do valor fixo; e em 232 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,4% do valor fixo após o pagamento das oito parcelas iniciais.
- Data de assinatura: 30 de março de 1.998, conforme aditado.
- Prazo: 240 meses.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da base tarifária quilométrica será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável.
- A ViaOeste deverá comunicar ao poder concedente até 20 dias antes da data prevista para o reajustamento, as novas tarifas de pedágio que, por força da aplicação dos critérios, procedimentos, fórmula e datas definidos no contrato de concessão, pretende aplicar no período seguinte.

- As novas tarifas de pedágio serão consideradas homologadas pelo poder concedente após 15 dias da comunicação prevista no item anterior. As alterações da base tarifária quilométrica decorrentes da entrada em operação de ampliações deverão ser solicitadas pela ViaOeste com 40 dias de antecedência.

RodoAnel:

- Objeto: o contrato de concessão do RodoAnel tem por objeto a exploração do RodoAnel Oeste da grande São Paulo – SP-021 (quilômetros zero a 29,4), compreendendo: (a) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (b) apoio na execução dos serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão; e (c) gestão e fiscalização dos serviços considerados convenientes, mas não essenciais para manter um serviço adequado.
- Receitas: as receitas do RodoAnel são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato também prevê a possibilidade de cobrança de receitas acessórias, inclusive de cobrança de acessos e de uso de faixa de domínio público; e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre o RodoAnel e terceiros.
- Obrigações com o Poder Concedente: o contrato de concessão, quando da sua assinatura, previa o pagamento de preço pela delegação dos serviços públicos de: (a) valor correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida pela Concessionária no mês anterior ao do pagamento; e (b) o valor fixo de R\$2 bilhões (em junho de 2.008) a ser pago 10% na assinatura do Contrato e o restante em 24 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 3,75% do valor fixo.
- Data de assinatura: 01 de Junho de 2.008, conforme aditado.
- Prazo: 360 meses.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da base tarifária quilométrica será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável.
- O RodoAnel deverá comunicar ao poder concedente até 20 dias antes da data prevista para o reajustamento, as novas tarifas de pedágio que, por força da aplicação dos critérios, procedimentos, fórmula e datas definidos no contrato de concessão, pretende aplicar no período seguinte.
- As novas tarifas de pedágio serão consideradas homologadas pelo poder concedente após 15 dias da comunicação prevista no item anterior.

Atos de Concentração Envolvendo a Companhia

Constituição:

Autos n.º 08012.002816/2001-30

Requerentes: Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Serveng, SVE e Odebrecht Infra-Estrutura.

Trata-se da constituição da Companhia, sob a forma de sociedade anônima, pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Serveng, SVE e Odebrecht Infra-Estrutura. Em 30 de abril de 2.001, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e em 24 de maio de 2.006, o plenário do CADE aprovou, sem restrições, apenas aplicando multa por intempestividade.

Brisa:

Autos n.º 08012.001125/2001-19

Requerentes: Brisa, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Comercializadora de Energia Ltda., Serveng e SVE.

Trata-se de aquisição pela Brisa de parcela das ações representativas do capital social da CCR detidas por Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Comercializadora de Energia Ltda., Serveng e SVE (acionistas da CCR). Em 25 de fevereiro de 2.001, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e em 26 de novembro de 2.003, o plenário do CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração.

Odebrecht:

Autos n.º 08012.008442/2003-28

Requerentes: Brisa, Camargo Corrêa, AGConcessões, Serveng, Odebrecht Infra-Estrutura e Odebrecht.

Trata-se de contrato celebrado entre as requerentes, por meio do qual Camargo Corrêa, AGConcessões, Serveng e Brisa adquiriram em conjunto as ações representativas de 16,89% do capital acionário da CCR, detidas pela Odebrecht Infra-Estrutura e Odebrecht. Em 29 de outubro de 2.003, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e em 24 de maio de 2.006, o plenário do CADE aprovou, com restrições, o ato de concentração.

SVE:

Autos n.º 08012.000070/2004-72

Requerentes: Ativia, AGC Participações, Serveng, Brisa, Banco Rural de Investimentos S.A., Eng. José Celso Valadares Gontijo e Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.

Trata-se de contrato celebrado pelas requerentes, por meio do qual Ativia, AGC Participações, Serveng e Brisa adquiriram em conjunto as ações representativas de 5,13% do capital acionário da Companhia, detidas pelo Banco Rural de Investimentos S.A., Eng. José Celso Valadares Gontijo e Mendes Junior Trading e Engenharia S.A. Em 08 de janeiro de 2.004, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e, em 24 de maio de 2.006, o plenário do CADE aprovou, com restrições, o ato de concentração.

ViaOeste:

Autos n.º 08012.009591/2004-95

Requerente: Wolfson Empreendimentos Ltda.

Trata-se de contrato celebrado entre Wolfson Empreendimentos Ltda., Queiroz Galvão Participações – Concessões S.A., Construtora Cowan S.A., Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A., Camargo Campos S.A. – Engenharia e Comércio– sendo Queiroz Galvão, Cowan, CCNE, Strata e Camargo Campos, doravante designados, em conjunto, “Acionistas” - e 291 Participações S.A., por meio do qual Wolfson Empreendimentos Ltda. adquiriu dos Acionistas a totalidade das ações representativas do capital social da Viaoeste Participações, que, por sua vez, passou a deter todas as ações representativas do capital social da ViaOeste. Em 16 de novembro de 2.004, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e, em 26 de abril de 2.006, o plenário do CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração.

ViaQuatro:

Autos n.º 08012.011331/2006-41

Requerente: ViaQuatro

Trata-se de contrato celebrado em 29 de novembro de 2.006, pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), representado pelo Secretário dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo e a ViaQuatro, que teve por objeto a concessão patrocinada para exploração dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela de São Paulo. A ViaQuatro tinha como seus acionistas as empresas CCR, Montgomery, BRT e RATP Développement S.A. Em 18 de dezembro de 2.006, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e, em 11 de abril de 2.007, o plenário do CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração.

Mitsui & CO:

Autos n.º 08012.002742/2007-27

Requerentes: Concessionária a Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A e Mitsui & CO

Trata-se de contrato celebrado em 07 de fevereiro de 2.007, por meio do qual a Mitsui & CO subscreveu ações representativas do capital social da Concessionária a ViaQuatro, tornando-se acionista daquela empresa, com 10% do seu capital social. Em 05 de abril de 2.007, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e, em 08 de agosto de 2.007, o plenário do CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração, aplicando multa por intempestividade no valor de R\$93.954,98.

Renovias:

Autos n.º 08012.001191/2008-65

Requerentes: Encalco, Senpar Limitada e CCR

Trata-se de contrato celebrado em 29 de janeiro de 2.008, entre Encalco, Senpar Limitada e CPC, por meio do qual a CPC subscreveu ações representativas do capital social da Renovias, tornando-se acionista daquela empresa, com 40% do seu capital social. Em 19 de fevereiro de 2.008, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e, em 23 de abril de 2.008, o plenário do CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração.

RodoAnel:

Autos n.º 08012.006786/2008-15

Requerente: RodoAnel

Trata-se de contrato celebrado em 1º de julho de 2.008, entre o Estado de São Paulo (Poder Concedente), representado pelo Diretor Geral da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e a RodoAnel, por meio do qual a ARTESP concedeu a exploração do Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas à RodoAnel. A RodoAnel tinha como seus acionistas as empresas CCR e Encalco, na proporção de 95% e 5% de participação acionária, respectivamente. Em 20 de junho de 2.008, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência e, em 15 de outubro 2.008, o plenário do CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração.

Controlar:

Autos n.º 08012.001321/2009-41

Requerentes: CPC, Brisa, Carlos Seabra Suarez, Abigail Silva Suarez, Isabela Silva Suarez, Ana Paula Silva Suarez e Gabriel Silva Suarez

Trata-se de contrato celebrado em 09 de fevereiro de 2.009, entre CPC, Brisa, Carlos Seabra Suarez, Abigail Silva Suarez, Isabela Silva Suarez, Ana Paula Silva Suarez e Gabriel Silva Suarez, por meio do qual a CPC e a Brisa adquiriram, respectivamente, 50% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do capital social da Controlar. Em 19 de fevereiro de 2.009, esse ato de concentração foi submetido aos Órgãos de Defesa da Concorrência. Em 13 de maio de 2.009, o plenário do CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração.

Eventos de transformação e/ou reestruturação societária ocorridos nos últimos 5 anos

A Serveng está em processo de reorganização societária dentro de seu grupo econômico, que será concluída em 2009. A referida reorganização societária, consiste na cisão parcial da Serveng com a respectiva versão, dentre outros ativos, de 51.395.479 ações ordinárias, nominativas e escriturais, representativas do capital social da CCR e vinculadas ao Acordo de Acionistas para a Soares Penido Concessões S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Serveng, detida 100% pela Soares Penido Investimentos Ltda., que por sua vez detém 31,52% da Serveng. O Acordo de Acionistas será devidamente aditado para refletir a inclusão da Soares Penido Concessões S.A. e a saída da Serveng. Desta forma, a Soares Penido Concessões S.A. passará a deter 12,75% do capital da CCR, cujas ações da CCR estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas e a Serveng passará a deter 3,75% do capital social da CCR, cujas ações da CCR não estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas.

A partir do momento em que a reorganização societária for concluída a distribuição do capital social da Companhia, será a seguinte:

Acionista⁽¹⁾⁽²⁾	Ações Ordinárias	(%) do Total
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90
Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng.	15.100.000	3,75
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70
Soares Penido Concessões S.A.	51.395.479	12,75%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31
Diretoria	55.000	0,01
Outros	115.134.312	28,56
Total:	403.101.800	100,00

- (1) Os acionistas Andrade Gutierrez Concessões S.A., Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. e Soares Penido Concessões S.A., serão os signatários do Acordo de Acionistas da Companhia.
- (2) Os acionistas: (i) Andrade Gutierrez Concessões S.A., AGC Participações Ltda., Construtora Andrade Gutierrez S.A. e Andrade Gutierrez Participações S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; (ii) Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. e Camargo Corrêa S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; e (iii) Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. e Soares Penido Concessões S.A., pertencem ao mesmo grupo econômico.

Em 1º de fevereiro de 2.006, foi aprovado o desdobramento das ações existentes, passando cada ação ordinária a corresponder a quatro ações ordinárias, sendo que o capital social da Companhia passou a ser representado por 403.101.800 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em consequência do desdobramento de ações, ocorreu o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, que passou a ser de 480.000.000 de ações ordinárias. A tabela abaixo mostra a estrutura acionária da empresa após o desdobramento:

Acionistas	Ações Ordinárias	% no Capital Social
Andrade Gutierrez	72.161.188	17,90%
Camargo Corrêa	72.160.296	17,90%
Brisa	72.160.300	17,90%
Serveng	72.160.304	17,90%
Novo Mercado	114.459.712	28,39%
Total:	403.101.800	100,00%

Contratos Relevantes

Os contratos abaixo relacionados são relevantes para a CCR e suas Concessionárias, em razão dos seus respectivos objetos, vez que necessários para a continuidade da prestação dos serviços pelas referidas concessionárias e para o cumprimento de suas obrigações contratuais e atividades. Adicionalmente, informamos que não possuímos contratos relevantes não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

Títulos e Valores Mobiliários em Vigência e Emitidos pela CCR

Em maio de 2.004, a Companhia aumentou o capital social através de uma Oferta Pública Primária em R\$330.000.019,00, passando de R\$196.233.613,04 para R\$426.233.632,04, mediante a emissão de 14.042.554 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$23,50 por ação.

Em 1º de março de 2.005 a CCR realizou a 2ª emissão pública de 15.000 debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal de emissão de R\$10.000,00, perfazendo o montante de R\$150.000.000,00, as quais foram subscritas e integralizadas em 04 de abril de 2.005. A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão. O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 01 de março de 2.008 e 01 de março de 2.011.

Em 1º de fevereiro de 2.006, a CCR aprovou o desdobramento das ações existentes, passando cada ação ordinária a corresponder a quatro ações ordinárias, sendo que o capital social da Companhia passou a ser representado por 403.101.800 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em consequência do desdobramento de ações, ocorreu o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, que passou a ser de 480.000.000 de ações ordinárias.

Em outubro de 2.008, a CCR realizou a 3ª emissão pública de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, no montante total de R\$300 milhões. A remuneração é equivalente aos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,60% ao ano. O prazo de vencimento é de um ano.

Em dezembro de 2.008, a CCR realizou a 4ª emissão pública de debêntures simples, em série única, dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 5º, inciso II da Instrução CVM 400, por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, no montante de R\$500 milhões. Foi emitida uma única debênture, em série única, perfazendo o valor total de R\$500 milhões. A debênture renderá juros remuneratórios pré-fixados, correspondentes a 14,75% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo do valor nominal da debênture, a partir da data de emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização, de forma *pro rata temporis*. O valor nominal unitário será pago em três parcelas substancialmente iguais, no 8º, 9º e 10º aniversário da respectiva data de emissão.

Outras Informações

Não ocorreram ofertas públicas de aquisição de ações da Emissora, efetuadas por terceiros ou pela própria Emissora, com vistas à aquisição de ações de emissão de outras companhias no último e no presente exercícios sociais.

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pelas Concessionárias

Além das ações representativas de seus respectivos capitais sociais, atualmente, as Concessionárias RodoNorte, NovaDutra, AutoBAN, ViaOeste e RodoAnel possuem títulos e valores mobiliários em circulação no mercado.

RodoNorte:

Em 01 de maio de 2.001, a RodoNorte emitiu 340 debêntures, nominativas e escriturais, com garantias reais, de série única, sob o regime de garantia firme com o valor nominal de cada debênture, na data da emissão, de R\$250 mil, perfazendo o montante de R\$85 milhões, os quais foram subscritas e integralizadas em 14 de dezembro de 2.001, no valor total atualizado monetariamente de R\$96,17 milhões, com deságio de 4,98% que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures da RodoNorte são garantidas por (a) caução de 99% das ações ordinárias e preferenciais, até o vencimento da emissão; (b) caução das receitas da RodoNorte decorrentes da exploração das rodovias relacionadas ao contrato de concessão; (c) cessão de indenização dos seguros contratados pela RodoNorte; (d) caução das Contas Vinculadas e Aplicações Financeiras (conforme definidas no Contrato de Vinculação e Caução de Contas Bancárias); e (e) cessão da Indenização do poder concedente em caso de término do contrato de concessão, nos termos dos Contratos de Garantias. Essas garantias serão compartilhadas entre o BNDES e os debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento e das debêntures.

O prazo das debêntures da RodoNorte é de nove anos, a partir da data de emissão, com vencimento, portanto, em 01 de maio de 2.010. A amortização dessas debêntures deve ocorrer em sete parcelas anuais, vencíveis em 01 de maio de 2.004, 01 de maio de 2.005, 01 de maio de 2.006, 01 de maio de 2.007, 01 de maio de 2.008, 01 de maio

de 2.009 e 01 de maio de 2.010. A primeira parcela será corresponde a 10% do valor nominal das debêntures, na data de emissão, e as demais no valor correspondente a 15% do valor nominal, na data de emissão, nos termos da escritura de emissão. As debêntures serão remuneradas por uma taxa de juros de 11% ao ano, base 360 dias, incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado, calculados exponencialmente, desde a data de emissão até a data de pagamento dos juros remuneratórios devidos ao final do período de capitalização, que serão pagos anualmente, a partir de 01 de maio de 2.002.

A totalidade dos debenturistas da RodoNorte exerceu, em 02 de agosto de 2.004, as opções de venda que detinham contra o BNDES e, como consequência, o BNDES tornou-se o único debenturista da RodoNorte.

NovaDutra:

Em 17 de agosto de 2.004 a NovaDutra emitiu 18.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie com garantia real, em duas séries, sendo 9.000 debêntures de cada série com valor nominal unitário de ambas as séries de R\$10.000,00, perfazendo o total de R\$180 milhões.

As debêntures da NovaDutra são garantidas por (a) garantia real constituída pelo contrato de penhor que formalizou o penhor em nome dos debenturistas e do BNDES, de forma compartilhada, dos seguintes bens e direitos (i) valores, créditos, recebíveis e outros valores que correspondam a 100% do produto oriundo da cobrança do pedágio em toda a extensão da Via Dutra, bem como das receitas auferidas pela Emissora decorrentes de todos e quaisquer direitos que gerem receita em virtude do seu contrato de concessão; (ii) todos os direitos aos montantes depositados nas contas correntes detidas pela emissora e as respectivas aplicações financeiras realizadas com tais montantes, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; e (iii) 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da emissora, detidas pela CCR; e (b) contrato de cessão pelo qual a emissora cedeu ao BNDES e aos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, de forma irrevogável e irretroatável, a totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual indenização devida por parte do poder concedente, na ocorrência de qualquer hipótese de extinção do contrato de concessão.

O prazo e a amortização das debêntures da NovaDutra varia de acordo com as séries.

Com relação às debêntures da primeira série, o prazo é de 72 meses contados da data da emissão, vencendo-se, portanto em 01 de julho de 2.010, data em que será pago o valor nominal unitário das debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor do rendimento eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos da escritura de emissão. O valor unitário das debêntures será amortizado em 5 parcelas anuais com vencimentos em 01 de julho de 2.006, 01 de julho de 2.007, 01 de julho de 2.008, 01 de julho de 2.009, e 01 de julho de 2.010, sendo certo que a parcela do valor nominal unitário a ser amortizado corresponde a R\$2 mil. Será assegurado aos titulares debenturistas ao final do dia útil anterior ao pagamento direito à amortização e aos juros.

No que se refere às debêntures da segunda série, o prazo é de 66 meses contados da data da emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de janeiro de 2.010, data em que será pago o valor nominal unitário das debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor do rendimento eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos da escritura de emissão. O valor unitário das debêntures será amortizado em 4 parcelas anuais com vencimentos em 01 de janeiro de 2.007, 01 de janeiro de 2.008, 01 de janeiro de 2.009, e 01 de janeiro de 2.010, sendo certo que a parcela do valor nominal unitário a ser amortizado corresponde a R\$2,5 mil. Será assegurado aos titulares debenturistas ao final do dia útil anterior ao pagamento direito à amortização e aos juros.

As debêntures serão remuneradas por uma taxa de juros de 9,5% ao ano, base de 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado, calculados em regime de capitalização composto de forma *pro rata temporis* por dias úteis desde a data da emissão e pagos ao final de cada período de capitalização.

A NovaDutra poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário acrescido do rendimento calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei de Sociedades por Ações.

AutoBAn:

Em 1º de abril de 2.006 a AutoBAn emitiu 51.000 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de 90.800 debêntures cada uma e a terceira série de 31.400 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 e com valor total de emissão de

R\$510 milhões, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2.006, no valor total de R\$533,8 milhões.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGPM, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

Primeira série: Amortização em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2.009 e 1º de abril de 2.014 e juros anualmente, entre 1º de abril de 2.007 e 1º de abril de 2.014.

Segunda série: Amortização em cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2.009 e 1º de outubro de 2.013 e juros anualmente entre 1º de outubro de 2.007 e 1º de outubro de 2.013.

Terceira série: Amortização em sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2.009 e 1º de abril de 2.012 e juros semestralmente entre 1º de abril de 2.007 e 1º de abril de 2.012.

As debêntures da AutoBAn são garantidas pela Penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela. As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

ViaOeste:

Em 1º de julho de 2.007 a ViaOeste emitiu 65.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de 28.000 debêntures e a segunda e a terceira séries de 18.500 debêntures cada, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 e com valor total de emissão de R\$650 milhões, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2.007, e as restantes em 1º de agosto de 2.007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2.008 e 1º de julho de 2.015;

Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2.008 e 1º de julho de 2.015;

Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2.009 e 1º de janeiro de 2.015.

Como garantia da emissão das debêntures, a ViaOeste está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

RodoAnel:

A segunda oferta de notas promissórias comerciais, no valor de R\$460 milhões, com coordenação dos bancos Bradesco BBI, Santander e ABN, distribuída em duas séries, com aval dos acionistas, proporcional às suas respectivas participações acionárias, foi integralmente liquidada na sua data de vencimento, qual seja, 13 de abril de 2.009, com os recursos da quarta oferta de notas promissórias comerciais da Companhia. Esta foi no valor de R\$650 milhões e contou com garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco BBI e Santander. São ao todo 80 notas promissórias, emitidas em 13 de abril de 2.009, no valor de R\$8,125 milhões cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R\$32,5 milhões) garantidas por aval da Encalso; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R\$617,5 milhões) garantidas por aval da CCR. A data de vencimento da quarta emissão é 10 de outubro de 2.009.

A terceira oferta de notas promissórias comerciais, no valor de R\$650 milhões, com aval proporcional às suas respectivas participações acionárias, foi totalmente liquidada na sua data de vencimento, qual seja, 20 de maio de 2.009, com os recursos da quinta oferta de notas promissórias comerciais da Companhia. Esta foi no valor de R\$650 milhões, nas mesmas condições de garantia dos acionistas, e contou com garantia firme de subscrição dos bancos Itaú BBA e ABC. São ao todo 520 notas promissórias, emitidas em 20 de maio de 2.009, no valor de R\$1,25 milhão milhões cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 26 notas promissórias (R\$32,5 milhões) garantidas por aval da Encalco; e (ii) segunda série composta por 494 notas promissórias (R\$617,5 milhões) garantidas por aval da CCR. A data de vencimento da quinta emissão é 16 de novembro de 2.009.

O valor nominal das notas promissórias não será atualizado. Sobre os valores das mesmas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a. para a segunda e quarta ofertas, 1,25% a.a. para a terceira oferta e 2,10% a.a. para a quinta oferta. Essa remuneração será paga integralmente na data de vencimento. As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias contados da primeira data de emissão.

Contratos Financeiros

CCR: A Companhia não possui qualquer contrato financeiro relevante e /ou que impacte em suas demonstrações financeiras.

AutoBAN: Os principais contratos financeiros da AutoBAN são (a) contrato de empréstimo, datado de 10 de julho de 2.000, com o BNDES, no valor de R\$100,0 milhões, garantido por (i) caução de direitos decorrentes do contrato de concessão; (ii) cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do contrato de concessão; (iii) caução da totalidade das ações da AutoBAN de propriedade da CCR; (iv) cessão da indenização dos seguros contratados pela AutoBAN; (v) cessão da conta de reserva para serviço da dívida e dos fundos retidos nela depositados; e (vi) retenção pela CCR das ações que detenha ou venha a deter da AutoBAN, de forma a impedir sua venda, cessão ou caução até o integral pagamento do empréstimo; (b) contrato de empréstimo, datado de 10 de julho de 2.000 no valor de R\$120,0 milhões, celebrado com o Banco Bradesco S.A., o Unibanco e o Banco Sudameris S.A (Banco ABN Amro Real), garantido por (i) caução de direitos decorrentes do contrato de concessão; (ii) cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do contrato de concessão; (iii) caução da totalidade das ações da AutoBAN de propriedade da CCR; (iv) cessão da indenização dos seguros contratados pela AutoBAN; (v) cessão da conta de reserva para serviço da dívida e dos fundos retidos nela depositados; (vi) retenção pela CCR das ações que detenha ou venha a deter da AutoBAN, de forma a impedir sua venda, cessão ou caução até o integral pagamento do empréstimo; e (vii) seguro garantia ou carta de crédito no valor correspondente a participação da SVE no capital social da CCR, em benefício da CCR; e (c) contrato de empréstimo, datado de 05 de fevereiro de 2.009, com o BNDES, no valor de R\$267.353 milhões, garantido por (i) cessão dos direitos decorrentes do contrato de concessão; (ii) penhor dos direitos creditórios decorrentes da exploração das rodovias relacionadas ao contrato de concessão; (iii) penhor de 99,9% das ações da AutoBAN; e (iv) penhor dos valores depositados na conta vinculada do projeto.

RodoNorte: Os contratos financeiros da RodoNorte são: (a) contrato de financiamento com o BNDES, datado de 01 de novembro de 2.001, no valor de R\$169,3 milhões. O financiamento é garantido por (i) penhor de 99,99% das ações ordinárias e preferenciais de emissão da RodoNorte; (ii) penhor e cessão das receitas da RodoNorte decorrentes da exploração das rodovias relacionadas ao contrato de concessão; (iii) cessão de indenização dos seguros contratados pela RodoNorte; (iv) cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do contrato de concessão; e (v) penhor dos valores depositados na conta vinculada do projeto. Essas garantias serão compartilhadas entre o BNDES e os debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do Contrato de Financiamento e das debêntures. (b) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Unibanco em 26 de junho de 2.007, no valor de R\$640.000,00; (c) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Unibanco em 28 de junho de 2.007, no valor de R\$290.280,60; (d) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Unibanco em 28 de junho de 2.007, no valor de R\$141.600,00; (e) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Unibanco em 28 de junho de 2.007, no valor de R\$740.000,00; (f) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Unibanco em 10 de julho de 2.007, no valor de R\$620.000,00; (g) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o HSBC em 02 de julho de 2.008, no valor de R\$706.400,00; e (h) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o HSBC em 03 de julho de 2.008, no valor de R\$31.088,00.

NovaDutra: Os contratos financeiros da NovaDutra são: (a) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Bradesco em 08 de novembro de 2.006, no valor de R\$442.800,00; (b) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Bradesco em 08 de novembro de 2.006, no valor de R\$504.000,00; (c) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Bradesco em 30 de novembro de 2.006, no valor de R\$214.920,00; (d) Contrato de financiamento na modalidade Fname, firmado com o Unibanco em 03 de abril de 2.007, no valor de R\$960.000,00;

(e) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o Unibanco em 16 de abril de 2.007, no valor de R\$798.271,65; (f) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o HSBC em 10 de outubro de 2.008, no valor de R\$452.657,60; e (g) Contrato de mútuo firmado com a CCR em 10 de fevereiro de 2.009, no valor de R\$326 milhões.

ViaOeste: Os contratos financeiros da ViaOeste são: (a) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o Bradesco em 14 de abril de 2.006 no valor de R\$891.000,00; (b) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o Bradesco em 14 de abril de 2.006 no valor de R\$945.000,00; (c) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o HSBC em 1º de julho de 2.008, no valor de R\$421.920,00; (d) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o HSBC em 4 de agosto de 2.008, no valor de R\$186.528,00; (e) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o Unibanco em 16 de abril de 2.007, no valor de R\$217.710,45; (f) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o Unibanco em 3 de abril de 2.007, no valor de R\$177.000,00; e (g) Contrato de financiamento na modalidade Finaime, firmado com o Unibanco em 3 de abril de 2.007, no valor de R\$765.000,00.

Renovias: Os contratos financeiros da Renovias são: (a) Contrato de empréstimo com o BNDES celebrado em 04 de dezembro de 2.006, no valor de R\$53,2 milhões; (b) Contrato de Fiança, Reserva de Meios de Pagamento, Caução de Ações e Outros Pactos celebrado com o BNDES, a Encalso, a Senpar Ltda. e a S.A. Paulista de Construções e Comércio, bem como com a ARTESP e o HSBC, em 10 de março de 1.999, aditado pela terceira e última vez em 04 de dezembro de 2.004, garantindo o contrato com o BNDES retro descrito, mediante: (i) a cessão, pela Renovias, das receitas originadas pela cobrança do pedágio do Lote 11, sendo que o HSBC será o responsável pela transferência destes valores na conta do BNDES; (ii) a cessão, pela Renovias, de eventual indenização devida pelo Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão; (ii) fiança e penhor de ações emitidas pela Renovias, a serem prestadas pela Encalso, pela Senpar Ltda. e pela S.A. Paulista de Construções e Comércio; e (c) Cédula de Crédito Bancário celebrada com o Banco ABC Brasil em 13 de julho de 2.006 no valor de R\$19.456.134,01.

Ponte: Os contratos financeiros da Ponte Rio Niterói são: (a) Repasse via Resolução 2770 junto ao Banco ABN AMRO Real, no valor de US\$13.999 mil, cujos encargos financeiros são de 6,3713% a.a. e vencimento datado de 14 de julho de 2.009; (b) Repasse via Resolução 2770 junto ao Banco ABN AMRO, no valor de US\$11.001 mil, cujos encargos financeiros são de 6,3713% a.a. e vencimento também datado de 14 de julho de 2.009 (c) Contrato de swap com o Banco ABN AMRO Real no valor de US\$13.999 cujas taxas ativa e passiva são de US\$ + 6,3713% a.a. e 109,70% do CDI respectivamente e vencimento em 14 de julho de 2.009 e, (d) Contrato de swap com o Banco ABN AMRO Real no valor de US\$11.001 cujas taxas ativa e passiva são de US\$ + 6,3713% a.a. e 109,70% do CDI respectivamente e vencimento em 14 de julho de 2.009.

ViaQuatro: Em 07 de outubro de 2.008 a ViaQuatro firmou contrato de financiamento com o BID Banco InterAmericano de Desenvolvimento e bancos comerciais na qualidade de “B-Lenders”, no valor de US\$368.681 mil com vencimento final em 15 de fevereiro de 2.023. Os Bancos participantes do “B-Loan” são Sumitomo Mitsui Banking Corporation, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., Espirito Santo Investment plc, West LB A.G., Société Générale, Banco Santander S.A. e KfW IPEX-Bank GmbH.. O contrato de financiamento da ViaQuatro contempla a necessidade de contratação de hedge para cobertura da variação cambial e da taxa de juros, a qual se encontra em andamento, esperando-se sua contratação até a data de 15 de julho de 2009.

ViaLagos: Os Contratos financeiros da ViaLagos são (a) Repasse via Resolução 2770 junto ao Banco do Brasil no valor de JPY 4.032.258.065 (R\$68 milhões) com taxa de juros de 5,8225% a.a. e vencimento único em 20 de agosto de 2.010. (b) Contrato de swap com o Banco do Brasil no valor de JPY 4.032.258.065 cujas taxas ativa e passiva são de JPY + 5,8225% a.a. e 103,20% do CDI respectivamente e vencimento em 20 de agosto de 2.010. Em 28 de agosto de 2.008 foi pré-pago o valor de JPY 527.751.423 da Resolução 2770 acima, juntamente com sua parcela equivalente no swap.

CCR USA: Os Contratos financeiros da CCR USA são (a) Contrato de empréstimo celebrado com o HSBC (Grand Cayman Branch) em 16 de novembro de 2.007 no valor de US\$26.500 mil; e (b) Contrato de empréstimo celebrado com o HSBC (Grand Cayman Branch) em 20 de dezembro de 2.007 no valor de US\$1.700 mil.

A tabela abaixo apresenta os contratos financeiros celebrados pelas Concessionárias:

Concessionária	Contra Parte(s)	Saldo em 31 de março de 2.009	Juros	Vencimento
AutoBAN	BNDES	R\$39,0 milhões	TJLP + 5,00% aa	Fevereiro/2.017
AutoBAN	BNDES	R\$110,8 milhões	TJLP + 2,12% aa	Fevereiro/2.017
AutoBAN	Bradesco, Unibanco e ABN Amro Real	R\$46,8 milhões	TJLP + 5,00% aa	Janeiro/2.012
RodoNorte	BNDES	R\$4,3 milhões	Cesta de moedas + 5,00% aa	Janeiro/2.011
RodoNorte	BNDES	R\$43,9 milhões	TJLP + 5,00% aa	Novembro/2.010

RodoNorte	HSBC	R\$719 mil	TJLP + 1,7% aa	Agosto/2.013
RodoNorte	Unibanco	R\$2,0 milhões	TJLP + 3% aa	Julho/2.012
NovaDutra	HSBC	R\$82 mil	TJLP + 1,7% aa	Agosto/2.013
NovaDutra	Unibanco	R\$960 mil	TJLP + 3% aa	Abril/2.012
NovaDutra	Unibanco	R\$798 mil	TJLP + 3% aa	Maior/2.012
NovaDutra	Bradesco	R\$214,9 mil	TJLP + 3% aa	Dezembro/2.011
NovaDutra	Bradesco	R\$442,8 mil	TJLP + 3% aa	Novembro/2.011
NovaDutra	Bradesco	R\$504 mil	TJLP + 3% aa	Novembro/2.011
ViaOeste	Bradesco	R\$865 mil	TJLP + 4,3% aa	Abril/2.011
ViaOeste	Bradesco	R\$945 mil	TJLP + 4,3% aa	Abril/2.011
ViaOeste	HSBC	R\$618 mil	TJLP + 1,7% aa	Agosto/2.013
ViaOeste	Unibanco	R\$807 mil	TJLP + 3% aa	Abril/2.011
ViaOeste	Unibanco	R\$177 mil	TJLP + 3% aa	Abril/2.012
ViaOeste	Unibanco	R\$217,7 mil	TJLP + 3% aa	Maior/2.012
RodoAnel	Bradesco	R\$239,3 milhões	CDI + 1,18% aa	Abril/2.009
RodoAnel	Santander	R\$119,6 milhões	CDI + 1,18% aa	Abril/2.009
RodoAnel	ABN Amro Real	R\$119,6 milhões	CDI + 1,18% aa	Abril/2.009
RodoAnel	Alfa de Investimento	R\$104,7 milhões	CDI + 1,25% aa	Maior/2.009
RodoAnel	Nordeste do Brasil	R\$104,9 milhões	CDI + 1,25% aa	Maior/2.009
RodoAnel	Société Générale	R\$52,34 milhões	CDI + 1,25% aa	Maior/2.009
RodoAnel	ABC Brasil	R\$33,7 milhões	CDI + 1,25% aa	Maior/2.009
RodoAnel	UBS Pactual	R\$384,9 milhões	CDI + 1,25% aa	Maior/2.009
Renovias	BNDES	R\$19,7 milhões	TJLP + 4,782% a 5% aa	Dezembro/2.011
Renovias	ABC Brasil	R\$7,6 milhões	CDI + 0,275% am	Junho/2.011
Renovias	HSBC	R\$7 mil	TJLP + 5,3% a 5,5% aa	Julho/2.009
Via4	BID	R\$27,8 milhões	ABR-Prime + 1,9% aa 2,5% aa	Fevereiro/2.023
Via4	BID	R\$96,6 milhões	US\$ + libor +2,2% aa a 2,80% aa	Fevereiro/2.020
CCR USA	HSBC	R\$69,8 milhões	US\$ +5,05% aa e US\$ + 5,90% aa	Maior/2.009
ViaLagos	Banco do Brasil	R\$88,9 milhões	JPY + 5,8225% aa	Agosto/2.010
Ponte	ABN Amro Real	R\$26,7 milhões	US\$ + 6,13% aa	Julho/2.009
Ponte	ABN Amro Real	R\$34 milhões	US\$ + 6,13% aa	Julho/2.009

Contratos de Prestação de Serviços de Terceiros relativos à Operação das Concessionárias

A execução de obras e manutenção das rodovias, viadutos e ponte que operamos, bem como o fornecimento de material civil é em sua maioria realizado através de contratações dos serviços de terceiros. Possuímos contratos comerciais relevantes celebrados com partes relacionadas e que não estão contemplados nesta seção do Prospecto, cujos detalhes estão descritos na seção “Operações com Partes Relacionadas” na página 221 deste Prospecto.

A tabela abaixo indica algumas características dos principais contratos de prestação de serviços de terceiros relativos à operação das rodovias, viadutos e ponte, celebrados por nossas Concessionárias.

Concessionária	Empresa Contratada		Início	Término	Valor Envolvido (milhares)
AutoBAN	CONSORCIO ELLENCO/TARDELLI / EPT	Implantação do Lote 2 das Marginais e Acessos da Rodovia SP-330 entre os km 92 e 98 - Pista Norte e Sul compreendido entre as estacas 125+0,00 e 266+3,17 Pista Norte e entre as estacas 407+10,00 e 547+3,00 Pista Sul - Campinas	18.12.06	30.04. 09	42,83
AutoBAN	CONSÓRCIO JOFEGE/ESTRUTURAL	Execução das obras do Sistema Viário e Contêntes do Complexo Anhanguera - 1ª Etapa - Fase 1 entre os km 11 e 13+600 da SP-330	17.04.08	25.08.09	80,58
NovaDutra	AZEVEDO & TRAVASSOS ENGENHARIA LTDA	Implantação da Via Marginal Sul localizada entre o km 169,0 e o km 172 + 500 - Município de São João de Meriti - RJ	04.12.2007	09.01.10	37,00

ViaOeste	CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA	Ampliação das Praças de Pedágio localizadas no km 18 (PO) e km 20 (PL), implantação de alça de acesso ao Rodoanel no km 18 (PO) e implantação de acesso à Petrobrás próximo ao km 20 (PO) da SP-280.	26.05.09	25.11.09	30,98
ViaOeste	FBS CONSTRUÇÃO CIVIL PAVIM LTDA	Remodelação do Trevo de Jandira no km 31+950 da SP-280	18.03.09	31.12.09	33,86
ViaOeste	HELENO & FONSECA	Implantação de Ponte sobre o Rio Tietê no km 13 Pista Leste da SP 280	02.03.09	31.12.09	28,24
NovaDutra	DATA TRAFIC S.A	Implantação, operação, aferições e verificações junto ao INMETRO/Ipem e, manutenção de fiscalização eletrônica de velocidade ao longo da Rodovia, com fornecimento de Sistema de Controle de Velocidade em 60 faixas.	02.01.08	28.02.21	79,56

Propriedade Intelectual

Possuímos diversas marcas com registro concedido pelo INPI e outras que realizamos o pedido de registro. Relacionamos, na tabela abaixo, as principais marcas registradas e pedidos realizados perante o INPI.

Empresa	Principais Marcas ⁽¹⁾
CCR	CCR, Actua Assessoria Actua Serviços Compartilhados, Engellog, Actua e Sistema CCR
NovaDutra.....	NovaDutra, Rodovia NovaDutra e Guia NovaDutra, Rádio NovaDutra, Rádio Dutra, Dutra Card, Via Dutra.
AutoBAn.....	AutoBAn, Passagem Premiada, Estrada para a Cidadania e Sorriso AutoBAn
RodoNorte	RodoNorte, Giro das Estradas, Giro das Rodovias, Rode Verde, SAU, Sementinha, Alertinha, Eu uso a passarela, Vida na Estrada, Rádio Vias, RodoPac, Km notícias, Qualidade RodoNorte, RodoCard, CCR Cultura nas Estradas, Sou Sangue Bom, Programa Parto Humanizado e Sacolona.
ViaLagos.....	ViaLagos, Promoção ViaLagos Paraíso dos Descontos
Ponte	Ponte, Onda Livre e Ponto de Encontro, Caminhos para a Vida, Rádio Ponte.
ViaOeste.....	ViaOeste e Tour de Vantagens
ViaQuatro	ViaQuatro
RodoAnel	RodoAnel

(1) Inclui marcas registradas e marcas cujo registro está pendente.

Abaixo identificamos a patente depositada em nome da AutoBAn e NovaDutra.

Empresa	Principal Patente
AutoBAn.....	Sistema de Gerenciamento Remoto de Equipamentos e Edificações Instalados em Rodovias
NovaDutra.....	Seta Sinalizadora Luminosa

Propriedades, Plantas e Equipamentos

A maioria dos ativos que utilizamos em nossas concessões não é de nossa propriedade. Geralmente, de acordo com os termos de nossos contratos de concessão, temos permissão para utilizar as instalações e benfeitorias que

compõem os bens transferidos para nossa administração, como as praças de pedágio, postos de fiscalização e as sedes da AutoBAN e da ViaLagos.

Nós alugamos, aproximadamente, 1.568 metros quadrados, em dois andares de um mesmo edifício, no Estado de São Paulo, nos quais está localizada nossa sede. Em Brasília, também alugamos um conjunto comercial.

Relação dos principais estabelecimentos da CCR

- Companhia de Concessões Rodoviárias, sociedade por ações de capital aberto, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.846.056/0001-97, cujo objeto social compreende: (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.
- Actua Assessoria Ltda., sociedade limitada, com sede e foro na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bloco A, Bairro Retiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.410.674/0001-88, cujo objeto social compreende: (a) a prestação de serviços de administração em geral, compreendendo a administração de bens de terceiros, de assessoria corporativa, de recursos humanos, de pessoal, de sistemas; (b) a prestação de serviços de administração de centro de processamento de dados, de informática e de computadores; (c) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente e; (d) a participação em outras sociedades.
- Actua Serviços Compartilhados Ltda., sociedade limitada, com sede e foro na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bloco B, Bairro Retiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.397.412/0001-20, cujo objeto social compreende: (a) a prestação de serviços de administração em geral, compreendendo a gestão (i) de recursos financeiros, (ii) de bens mobiliários, (iii) empresarial, (iv) de negócios, (v) de projetos e, (vi) patrimonial; (b) a prestação de serviços de (i) administração de métodos e sistema, (ii) análise administrativa, (iii) avaliação de riscos, de crédito e de custos, (iv) administração de suprimentos; (c) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente e; (d) a participação em outras sociedades.
- Concessionária do Sistema Anhanguera — Bandeirantes S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede e foro na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, 200, Bairro Retiro, inscrita no CNPJ sob nº 02.451.848/0001-62, cujo objeto social exclusivo compreende a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera — Bandeirantes, sob regime de concessão, conforme Contrato de Concessão Edital de Licitação DER nº 007/CIC/97, celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo — DER/SP em 1.5.1998.
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ-124, km 22, Latino Mello, inscrita no C.N.P.J. nº 01.612.234/0001-52, cujo objeto social compreende a exploração da Ligação Viária Rio Bonito — Araruama — São Pedro da Aldeia, abrangendo as Rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito — Araruama, a Paralela à RJ-106, trecho Araruama — São Pedro da Aldeia e os 4 km da RJ-106, trecho km 105 até o trevo de São Pedro da Aldeia — km 109, sob regime de concessão, conforme Contrato de Concessão nº 43/96, celebrado com a Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro — DER-RJ em 23.12.1996.
- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Dutra (BR-116/SP/RJ), Km 184,3/SP, Bairro Morro Grande, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.861.626/0001-92, cujo objeto social compreende a exploração da Rodovia BR-116, trecho Rio de Janeiro - São Paulo, sob regime de concessão, conforme Contrato de Concessão PG - 137/95-00, e suas adequações, celebrado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER em 31 de outubro de 1995.
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mário Neves, s/nº, Ilha da Conceição, inscrita no C.N.P.J. sob nº 00.358.042/0001-

07, cujo objeto social compreende a exploração da Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói) e respectivos acessos integrantes da BR-101/RJ, sob regime de concessão, conforme Contrato de Concessão nº PG-154/94-00, celebrado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem—DNER em 29.12.1994.

- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – Viaoeste S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Araçatiguama, Estado de São Paulo, na Estrada Gregório Spina, nº 1001, Distrito Industrial, inscrita no CNPJ sob nº 02.415.408/0001-50, cujo objeto social compreende a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados, e tudo o mais que for objeto do Contrato de Concessão, que for celebrado com a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, decorrente do Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do DER/SP, publicado nos termos do Decreto Estadual nº 41.722, de 17 de abril de 1997, sendo vedada a prática de atos estranhos a esta finalidade, sob regime de concessão, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/98, celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP em 30.03.1998.
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 904, 14º andar, Consolação, CEP 01415-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.682.638/0001-07, cujo objeto social tem por finalidade exclusiva realizar a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus, sendo vedada a prática de atos estranhos a esta finalidade, sob regime de concessão patrocinada (Participação Público – Privada “PPP”), conforme Contrato de Concessão nº 4232521201, celebrado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, em 29.11.2006.
- Concessionária do Rodoanel Oeste de São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado Ulhôa Rodrigues, nº 690, 1º andar, sala 11, Condomínio Empresarial Business Center Tamboré, Bairro do Tamboré, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.387.725/0001-59, cujo objeto social compreende a exploração do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho OESTE do RODOANEL MÁRIO COVAS, abrangendo os Municípios de Embu, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Santana do Parnaíba e São Paulo, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (km 24 da Estrada Velha de Campinas – SP-322) e terminando na altura do km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluído o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; (ii) o apoio na execução dos serviços não delegados; (iii) a gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão e; (iv) atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos de Contrato de Concessão celebrado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em decorrência da Concorrência Pública Internacional nº 001/2008, relativa ao denominado Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias, sendo vedada a prática de atos estranhos a esta finalidade, sob regime de concessão, conforme Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2008, celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em 01.06.2008.
- Engellog – Centro De Engenharia Ltda., sociedade limitada, com sede e foro na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bloco E, Bairro Retiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.455.633/0001-08, cujo objeto social compreende: (a) a prestação de serviços de administração, coordenação, gestão, fiscalização, assistência técnica, consultoria e assessoria relacionados ao planejamento e elaboração de projetos ou à execução de obras civis, de grandes estruturas, de edificações, de sistemas de transportes, de ampliação e operação de estradas de rodagem e pontes; (b) a execução direta de obras civis, de grandes estruturas, de edificações, de sistemas de transportes, de ampliação e operação de estradas de rodagem e pontes; (c) a prestação de serviços técnicos de engenharia e de tecnologia da informação compreendendo a administração, coordenação, gestão, supervisão, fiscalização, assistência técnica, consultoria e assessoria; (d) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente e; (e) a participação em outras sociedades.
- Parques Serviços Ltda., sociedade limitada, com sede e foro na Cidade de Ortigueira, Estado do Paraná, na Rodovia BR 376, km 351 + 200m, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.910.714/0001-25, cujo objeto social compreende a prestação de serviços a terceiros relacionados com a operação de rodovias, compreendendo

serviços de controle, inspeção e fiscalização de trânsito; serviços de atendimento emergencial, médico e mecânico; serviços de comunicação e informação aos usuários; serviço de arrecadação de pedágio; serviços de pesagem de veículos; serviço de manutenção de equipamentos mecânicos e eletro – eletrônicos, e locação de mão de obra, podendo participar como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades.

- Renovias Concessionária S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na Rodovia SP-340, km 161, pista sul, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.417.464/0001-23, cujo objeto social é a exploração da concessão de serviços público, que lhe foi outorgada pelo Poder Concedente, o Estado de São Paulo, e que tem por objeto a delegação do serviço público de exploração do sistema rodoviário especificado no contrato de concessão e no precedente Edital de Concorrência Internacional, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, complementares e de apoio tal como definidos no Edital da Licitação (fase de habilitação e fase de metodologia e propostas), e no contrato firmado com o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, autarquia vinculada à Secretaria de Transportes do Governo do Estado de São Paulo. Compreende ainda a eventual sub-concessão do serviço público objeto da referida delegação, desde que previa e expressamente aprovado pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem e aprovada pelo Poder Concedente, sob regime de concessão, conforme Contrato de Concessão nº 004/CR/98, celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP em 14.04.1998.
- Rodonorte — Concessionária de Rodovias Integradas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na Rua Afonso Pena, nº 87, Vila Estrela, inscrita no C.N.P.J. sob nº 02.221.531/0001-30, cujo objeto social compreende a exploração da Malha Rodoviária constituída (I) pela Rodovia BR-376, no trecho entre Apucarana e São Luis do Purunã, passando por Ponta Grossa, (II) pela Rodovia BR-277, no trecho entre São Luis do Purunã e Curitiba, (III) pela Rodovia PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa, e (IV) pelos seguintes trechos rodoviários de acessos a estas rodovias: (a) PR-092 entre o entroncamento com a PR-151 (A) e o entroncamento com a PR-151 (B), com 7,2 km de extensão; (b) PR-151 entre o entroncamento com a PR-239 e o entroncamento com a PR-092, com 33,12 km de extensão; (c) PR-239 entre o Rio Itararé e a PR-151 (SENGES), com 12,29 km de extensão; (d) PR-813 entre a BR-376 e FURNAS, com 1,3 km de extensão; (e) PR-340 entre Ortigueiras e o entroncamento com a PR-376, com 1,37 km de extensão; e (f) PR-090 entre o entroncamento com a PR-151 (B) e o entroncamento com a PR-153, com 25 km de extensão, sob regime de concessão, conforme Contrato de Concessão nº 075/97, celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná—DER/PR em 14.11.1997, compreendendo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a ampliação, a operação e a exploração desta Malha Rodoviária, mediante a cobrança de pedágio, inclusive a prestação de serviços de socorro médico; serviços de guincho e reboque de veículos; serviços de informação ao usuário e divulgação dos trabalhos através de publicações periódicas e informativos; organização e promoção de eventos educacionais e culturais, e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, e de conformidade com os termos do Contrato de Concessão com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná—DER/PR em decorrência da Concorrência Internacional n.º 005/96—DER/PR, relativa ao denominado LOTE n.º 05.
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., sociedade por ações, com sede e foro na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Rua Minas Bogasian, nº 253, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.699.264/0001-07, cujo objeto social compreende: (i) a administração de bens e negócios próprios; (ii) a participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades prestadoras de serviços ou comercializadora de produtos e; (iii) a aquisição, a importação, a venda, a locação ou a distribuição de etiquetas eletrônicas.

Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado das concessionárias do Grupo CCR é composto em sua maior parte, por investimentos de infra-estrutura feitos nas rodovias/ponte. Os principais ativos são pavimentos, obras de arte especiais (ponte, viadutos e passarelas), instalações, equipamentos, sistemas operacionais e terraplenagens, terraplenos e estruturas de contenção de encostas. Segue abaixo composição detalhada do ativo imobilizado consolidado do Grupo CCR:

Imobilizado (Em milhares de reais)

Imobilizado (Em milhares de reais)		Taxa média anual de depreciação %	Consolidado				
			Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
			2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
			Líquido				
Móveis e utensílios	10	5.688	6.775	6.939	6.606	6.960	
Máquinas e equipamentos	15	30.799	35.424	35.305	34.025	51.044	
Veículos	19	14.080	16.254	17.735	15.748	16.494	
Desapropriações	5	125.397	145.139	142.840	142.563	141.812	
Instalações e edificações	5	121.768	126.013	145.169	122.956	146.063	
Dispositivos de proteção e segurança	5	95.235	104.843	101.302	101.296	105.272	
Pavimentos	12	709.116	719.427	688.928	681.031	731.039	
Projetos e investimentos ambientais	5	93.854	99.615	101.291	97.707	103.388	
Obras de arte especiais	5	325.046	409.556	411.224	402.660	416.303	
Obras de arte correntes	5	185.591	196.960	198.003	192.640	202.028	
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	58.532	15.993	15.006	15.925	15.038	
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	51.369	43.226	46.538	40.607	48.043	
Sinalizações	17	27.835	34.418	33.820	31.950	38.618	
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	271.325	279.086	296.421	274.251	298.922	
Obras preliminares e complementares	6	95.250	113.915	105.390	111.227	104.078	
Sistemas operacionais	8	116.256	133.677	130.297	129.224	111.691	
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	-	-	108.125	-	108.805	
Imobilizações em andamento (1)	-	70.096	107.207	513.990	194.842	507.000	
Adiantamento para imobilizado	-	-	-	61.878	12.870	72.265	
		2.397.237	2.587.528	3.160.201	2.608.128	3.224.863	

(1) As principais imobilizações em andamento em 31 de março de 2.009 são as seguintes: na AutoBAN, obras dos complexos Anhanguera e km 110 e implantação de marginais dos km 92 ao 98; na ViaOeste, implantação do entroncamento e estrada do marmeleiro; na NovaDutra, implantação de viaduto no km 292,77 e recuperação de taludes, terraplenos e drenagens; na RodoNorte, restauração e melhorias em diversos quilômetros da BR 376 e na ViaQuatro, a aquisição de equipamentos.

Intangível

O ativo intangível das concessionárias do Grupo CCR é composto em sua maior parte, por ágios pagos na aquisição de empresas, direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. Segue abaixo composição detalhada do ativo intangível consolidado do Grupo CCR:

Intangível (Em milhares de reais)

		Taxa média anual de amortização %	Consolidado				
			Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
			2.006	2.007	2.008	2.008	2.009
			Líquido				
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	15.020	13.548	11.281	16.230	10.680	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	-	7.554	8.106	7.325	7.965	
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	222.096	208.215	194.295	204.735	190.816	
Ágio - STP (b) (*)	-	-	5.323	4.356	-	4.356	
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	-	9.950	6.889	-	6.123	
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	-	-	445	-	297	-	
Ágio - CPC (e)	7,19	-	-	200.492	-	196.756	
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	13.501	9.818	6.136	8.897	5.216	
		250.617	254.853	431.555	237.484	421.912	

(*) Conforme estipulado na deliberação CVM nº. 565 de 17 de dezembro de 2.008, o ágio apurado na controlada em conjunto STP, por não ter vida útil definida, deixou de ser amortizado a partir de Janeiro de 2.009.

a. Ágio – ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. Ágio – STP

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago as outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. Ágio – Parques e RodoNorte

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

d. Ágio – Incorporação Siga Livre pela STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

e. Ágio – CPC

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. Ágio – Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2.010. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

Arrendamento mercantil

A Companhia possui arrendamentos mercantis não canceláveis, sendo que seus pagamentos mínimos futuros são de R\$ 3.576 mil e R\$ 4.125 mil, em 31 de dezembro de 2.007 e de 2.008, respectivamente e de R\$ 3.725 mil em 31 de março de 2.009.

Em 31 de março de 2.009, a Companhia opera com 388 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional de R\$ 6.592 mil e R\$ 7.058 mil nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.007 e de 2.008, respectivamente e R\$ 1.580 mil e R\$ 1.928 mil nos trimestres findos em 31 de março de 2.008 e de 2.009, respectivamente.

Canais de Comercialização Utilizados

A maior parte de nossas empresas são concessionárias de serviços públicos, portanto, arrecadam tarifas públicas nas respectivas praças de pedágio. A STP comercializa etiquetas eletrônicas para cobrança automática de pedágio e estacionamentos em pontos de venda e em contatos diretos em algumas praças de pedágio.

Compromissos de Investimentos futuros

As controladas da CCR assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Esses compromissos de investimentos tem os valores estimados abaixo e devem ser realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de reais

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
	2.008	2.007	2.006	2.008	2.009
RodoNorte	1.403.633	1.402.693	1.405.714	1.393.804	1.389.692
ViaQuatro	1.329.295	1.249.856	1.115.376	1.257.621	1.211.942
AutoBAn	1.237.634	1.204.688	700.331	569.916	1.189.746
ViaOeste	634.225	664.145	723.839	543.553	709.311
NovaDutra	512.373	560.503	14.821	10.490	504.347
RodoAnel	431.510	-	-	-	355.573
Renovias (*)	338.272	-	-	-	327.667
Ponte	55.565	50.692	80.705	51.027	50.891
ViaLagos	<u>10.649</u>	<u>10.425</u>	<u>1.211.942</u>	<u>1.329.295</u>	<u>11.360</u>
	5.953.156	5.143.002	5.252.728	4.933.399	5.750.529

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Aspectos Ambientais

Nossas Concessionárias estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais, tanto em nível municipal, estadual e federal. Essas normas estabelecem restrições e condições relativas, por exemplo, à geração de ruído, desmatamento e transporte de substâncias perigosas.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as Concessionárias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento.

O processo de obtenção das devidas autorizações ou licenças ambientais pode ser dividido em dois níveis:

1. Intervenções de pequeno impacto ambiental ou com impactos localizados: são necessárias autorizações dos respectivos órgãos ambientais estaduais ou municipais, e, em alguns casos, são dispensadas de licenciamento por resoluções específicas; e,
2. Intervenções de impacto ambiental de maior porte: demandam processo de licenciamento mais complexo, conforme descrito a seguir.

Para empreendimentos e atividades que possam causar degradação potencialmente significativa ao meio ambiente, tem-se um processo trifásico de licenciamento ambiental:

- Licença Prévia (“LP”): é concedida durante o estágio preliminar de planejamento do empreendimento, e fornece (i) aprovação para localização e concepção do empreendimento, (ii) a viabilidade ambiental do empreendimento, e, (iii) os requisitos básicos a serem atendidos durante as fases subsequentes de implementação do empreendimento;
- Licença de Instalação (“LI”): autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelas autoridades; e,
- Licença de Operação (“LO”): autoriza a operação do empreendimento, após (i) o efetivo cumprimento das licenças descritas acima e (ii) confirmação pelas autoridades de que as medidas de controles ambientais requeridas para a operação tenham sido cumpridas.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, segundo a Resolução nº 1/86 do CONAMA, o licenciamento de certas atividades modificadoras do meio ambiente, nela explicitadas, dependerá de elaboração de EIA e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão competente. De acordo com essa Resolução, o licenciamento de estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento será, necessariamente, objeto de EIA/RIMA.

Ademais, o licenciamento ambiental dos empreendimentos referidos acima depende do pagamento de uma compensação ambiental, destinada a apoiar a implantação de Unidades de Conservação (“UC”), conforme previsto na Lei Federal nº 9.985/00, que dispõe sobre o Sistema Nacional das UCs. De acordo com o Decreto

Federal nº 6.848/09, o valor destinado à compensação ambiental nos termos anteriormente descritos deve corresponder a, no máximo, 0,5% da soma dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não sendo considerados nesse valor os investimentos referentes aos planos, projetos e programas de mitigação ambiental.

Para mitigação ou compensação dos possíveis impactos são implantadas, quando aplicável, medidas tais como: plantio de árvores nativas, recobrimento vegetal, barreira de ruído, caixa de contenção de produtos perigosos, entre outras.

Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar ou indenizar possíveis danos ambientais, a não obtenção das licenças ambientais necessárias ou o não cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis, pode resultar na aplicação de penalidades administrativas, de acordo com a legislação federal, estadual ou municipal. Dentre as penalidades administrativas aplicáveis, destacam-se as notificações, multas, interdição temporária ou permanente, embargo, demolição, suspensão de subsídios de agências públicas e fechamento temporário ou permanente do empreendimento.

Nossas Concessionárias estão envolvidas em inquéritos civis, processos administrativos, ações judiciais e Termos de Ajustamento de Conduta envolvendo aspectos ambientais de suas atividades. Esses procedimentos versam, em sua maioria, sobre corte de vegetação, erosão e assoreamento de corpos hídricos. Não acreditamos que essas demandas irão acarretar efeitos adversos significativos às nossas atividades e às atividades de nossas Concessionárias.

Seguros

As Concessionárias contratam apólices de seguros cobrindo uma série de riscos operacionais bem como apólices de Seguro Garantia cobrindo determinadas obrigações contratuais nos termos dos seus contratos de concessão. Nos dois casos as apólices são contratadas com companhias de seguros líderes no Brasil.

As principais características das Coberturas de Seguros são:

a) *Seguro Garantia*: As apólices de Seguro Garantia contratadas pelas Concessionárias devem ser mantidas válidas ao longo do prazo da concessão. Estas garantias têm valores e metodologias de cálculo específicas e cobrem obrigações específicas para cada contrato de concessão. Os valores de face das apólices de seguro garantia somam R\$1,37 bilhões, dos quais R\$916.759.045,98 são de apólices contratadas pela AutoBAN, ViaOeste e RodoNorte. A garantia do contrato de concessão da NovaDutra é prestada através de fiança bancária, no valor de R\$31.611.000,00.

b) *Seguros Operacionais*: As apólices de seguros operacionais devem ser mantidas válidas por ao longo do prazo da concessão. As coberturas de seguros das concessionárias obedecem aos requisitos mínimos dos contratos de concessão de cada concessionária. As principais coberturas contratadas pelas Concessionárias são: Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia, Coberturas para Riscos Patrimoniais, inclusive roubos às praças de pedágio e Perda de Receita. As coberturas das apólices de seguro All-Risk (limites de indenização) somam aproximadamente R\$1,39 bilhões, dos quais R\$645.050000,00 são de apólices contratadas pela CCR, AutoBAN, NovaDutra, ViaOeste e RodoNorte.

Investimentos Relevantes em Outras Sociedades

Considerando que nosso objeto social consiste na: (i) exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, esclarecemos que todas as empresas nas quais detemos participação, apresentadas neste Prospecto, seja sob forma de acionista controlador ou minoritário, a exemplo da Renovias, são relevantes para a Companhia.

INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Investimentos

No dia 10 de agosto de 2.006, a CCR assinou um acordo – *Memorandum of Understanding* - com uma de suas acionistas controladoras, qual seja, a Brisa – Auto-Estradas de Portugal S.A., com o objetivo de estabelecer uma parceria para o desenvolvimento de novas oportunidades de investimentos em projetos de concessões de rodovias, auto-estradas, vias urbanas, túneis e outras infra-estruturas viárias nos Estados Unidos da América e Canadá. A parceria tem por objetivo viabilizar a participação da CCR e da Brisa, em partes iguais, nesses projetos de concessões, podendo envolver licitações públicas e/ou aquisições privadas, projetos relacionados com a expansão da capacidade de estradas existentes, e/ou projetos que requeiram a construção de novas vias.

No dia 29 de novembro de 2.006, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., empresa da qual a CCR detinha originalmente 68% das ações representativas do capital social, juntamente com Montgomery Participações S.A., RATP Développement S.A. e Benito Roggio Transporte S.A., detentoras respectivamente de 30%, 1% e 1% do capital social, celebrou nesta data o Contrato de Concessão Patrocinada nº4232521201 com o Governo do Estado de São Paulo, para a exploração dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, abrangendo o trecho da Luz até Taboão da Serra. A ViaQuatro é responsável pela operação e manutenção da Linha 4 – Amarela pelo prazo de 30 anos, além do fornecimento dos trens, equipamentos e sistemas de sinalização e controle.

Em 29 de agosto de 2.007, a CCR (10%) e a Brisa (90%), em consórcio, assinaram o Contrato de concessão da Northwest Parkway, LLC com a Northwest Parkway Public Authority, subdivisão política do Estado do Colorado, Estados Unidos da América.

Em 29 de janeiro de 2.008, a CCR celebrou um instrumento particular de compromisso de compra e venda, irrevogável e irretroatável, com as empresas Encalso e Senpar, para a aquisição, direta ou por meio de qualquer subsidiária, de ações representativas de 40% do capital social da Renovias. O compromisso firmado entre a CCR, Encalso e Senpar previa, mediante o cumprimento de diversas condições precedentes para a conclusão financeira da aquisição da totalidade da participação da Encalso (10%) no capital social da Renovias, passaria a ser detido nas seguintes proporções: 60% das ações ordinárias e preferenciais pela Encalso e 40% das ações ordinárias e preferenciais pela CCR ou por qualquer subsidiária que esta indicasse.

No dia 11 de março de 2.008, a proposta apresentada pelo Consórcio Integração Oeste, formado pela CCR (95%) e pela Encalso (5%), para a Concorrência Pública Internacional nº 001/2.008 (para a exploração, mediante concessão onerosa, do RodoAnel Mário Covas – Trecho Oeste, interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo – SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116, promovida pelo Estado de São Paulo, conforme Edital de Concorrência publicado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP) foi considerada a de menor valor, sendo que os envelopes do Consórcio contendo a metodologia de execução e a documentação para qualificação foram abertos na mesma sessão e analisados posteriormente pela Comissão de Processamento e Julgamento das Propostas do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – PED, declarando o Consórcio adjudicatário da Concorrência.

No dia 1º de junho de 2.008, a Concessionária do RodoAnel Oeste S.A., constituída pela CCR e pela Encalso, assinou o Contrato de Concessão para a exploração, mediante concessão onerosa, do RodoAnel Mário Covas – Trecho Oeste, interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo (SP-348; SP-280; SP-270 e BR 116), pelo prazo de 30 anos. As participações acionárias do RodoAnel são as seguintes: 95% para a CCR e 5% para a Encalso.

No dia 3 de junho de 2.008, a CCR, por meio de sua controlada CPC, finalizou as etapas previstas no Acordo de Investimento celebrado em 29 de janeiro de 2.008 com a Encalso, e passou a deter 40% das ações ordinárias e preferenciais da Renovias Concessionária S.A.

Investimentos em Andamento

No dia 9 de fevereiro de 2.009, a CCR anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, junto com a sua controlada, qual seja, a CPC, e com a Brisa, um Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, irrevogável e irretroatável, com a empresa CS Participações Ltda., seus acionistas e a respectiva controlada BR Inspeções S.A., para a aquisição, pela CPC, das ações representativas de 45% do capital social da Controlar.

O contrato de compra e venda prevê o cumprimento de diversas condições precedentes pelos vendedores para a conclusão financeira da aquisição, dentre elas a obtenção da prévia autorização do poder concedente. A referida autorização do poder concedente foi concedida conforme publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, datado de 30 de maio de 2.009, condicionada à (i) confirmação da garantia prestada ao poder concedente; (ii) apresentação de novo estatuto social da Controlar, devidamente regularizado mediante o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, refletindo a alteração societária e, por fim; (iii) a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, espelhando as alterações realizadas e ratificando os demais termos do referido Contrato de Concessão. A Controlar e seus acionistas estão adotando as medidas necessárias para atender às exigências do poder concedente, bem como outras necessárias para o cumprimento das demais obrigações previstas no contrato de compra e venda.

Caso as condições suspensivas sejam atendidas e a aquisição concluída, o capital social da Controlar será detido nas seguintes proporções: (i) BRI: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); (ii) CPC: 45% do capital social (50% das ações ordinárias); e (iii) Brisa: 10% do capital social (100% das ações preferenciais). O investimento da CPC será de R\$121.014.000,00 (data-base de dezembro/2007).

A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2.018, a concessão para implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Termo de Concessão de Serviços nº 34/SVMA/95, de 04 de janeiro de 1996, celebrado entre a Controlar e o Município de São Paulo. O Programa de Controle de Emissão Veicular no Município de São Paulo é aplicável aos veículos registrados na cidade de São Paulo, e teve início em 2.008 para veículos movidos a diesel. A partir de fevereiro de 2.009 tornou-se obrigatório também para todas as motocicletas, motonetas e assemelhados e veículos do ciclo Otto (movidos à gasolina, álcool, GNV ou flex), fabricados a partir de 2.003. A partir de 02 de janeiro de 2.010, a obrigatoriedade quanto à inspeção de emissões se estenderá a todos os veículos registrados na Cidade de São Paulo, independentemente do ciclo e do ano de fabricação.

Para o cumprimento de suas obrigações e conclusão financeira da aquisição, a administração da COMPANHIA, juntamente com a administração da CPC, avaliará oportunamente qual o método de financiamento a ser adotado, seja por meio de recursos próprios ou de terceiros.

Desinvestimentos

No dia 7 de fevereiro de 2.007, a Mitsui & Co. Ltd. passou a integrar a composição acionária da ViaQuatro, mediante a subscrição de 10% de ações representativas do seu capital social. A partir de então, a participação detida pela CCR no capital social da referida Concessionária passou de 68% para 58%. Diante disso, a composição acionária da ViaQuatro passou a ser o seguinte: (i) CCR (58%); (ii) Montgomery Participações S.A.;(30%); (iii) Mitsui & Co. Ltd.;(10%); (iv) RATP Développement S.A.(1%) e (v) Benito Roggio Transporte S.A. (1%). A RATP Développement S.A. é operadora de metrô na França e a Benito Roggio Transporte S.A. é operadora de metrô na Argentina.

No dia 4 de maio de 2.009, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi firmado um Contrato de Compra e Venda de Ações, irrevogável e irretroatável, com a Brisa – Auto-Estradas de Portugal S.A., para a venda da totalidade da participação da CCR (10% do capital social) na empresa Northwest Parkway, LLC, no valor de US\$29,1 milhões.

Desinvestimentos em Andamento

A Companhia não tem desinvestimentos em andamento.

SAZONALIDADE

Com relação ao aspecto sazonal, a CCR e suas Concessionárias têm características ímpares quando comparado a outros negócios desenvolvidos por outras concessionárias. A CCR tem rodovias com vocações diferentes quanto ao tráfego que apresenta. Pelas rodovias da CCR trafegam veículos de passeio e veículos comerciais, em participações diferentes em cada uma das rodovias. Algumas rodovias têm sentido radial em direção aos portos e grandes centros da região Sudeste com escoamento de produção agrícola e industrial, enquanto outras têm vocação recreacional, cujos tráfegos são majorados em meses tipicamente de férias e também sofrem a influência climática nos feriados ao longo do ano e, ainda, outras rodovias têm características de tráfego pendular com predominância de veículos de passeio e viagens diárias com aspectos “casa-trabalho” ou “negócios”.

A sazonalidade mensal de tráfego que possa ocorrer no volume total pedagiado da CCR relaciona-se mais ao crescimento vegetativo que ocorre ao longo dos anos do que propriamente a algum aspecto de sazonalidade setorial.

A par da sazonalidade de tráfego devida a essa miscigenação de características, os reajustes tarifários também ocorrem ao longo de vários meses do ano, trazendo um aspecto característico de aumento de receitas nos dois últimos trimestres do ano. A CCR tem reajustes tarifários nas rodovias paulistas no mês de julho; nas rodovias federais e na ViaLagos em agosto; e na RodoNorte em dezembro.

Essa combinação de características que permeiam as rodovias da CCR assegura um equilíbrio durante todo o ano em relação à geração de receitas a que a CCR está submetida.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Segue, abaixo, sumário descritivo de algumas disposições do Estatuto Social da Companhia, da Lei das Sociedades por Ações, e das regras da CVM e do Novo Mercado, a administração, informações periódicas e eventuais, bem como de outros aspectos societários que se aplicam à Companhia, não sendo exaustivo com relação a qualquer dos assuntos aqui tratados.

Geral

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil, cuja sede social está localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5º andar, CEP 04551-065, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Os atos constitutivos da Companhia estão devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.300.158.334. Nosso registro de companhia aberta foi concedido pela CVM em 19 de dezembro de 2.000. Em 20 de novembro de 2.001, tornamo-nos a primeira empresa a aderir ao Novo Mercado, segmento de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

Objeto Social

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias, (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

Capital Social

Em 15 de janeiro de 2.002, realizamos nossa primeira distribuição pública de ações, em 27 de abril de 2.004, realizamos nossa segunda distribuição pública de ações e em 14 de maio de 2.004, realizamos nossa terceira distribuição pública de ações. Em 1º de fevereiro de 2.006, mediante realização de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovado o desdobramento das ações existentes, passando cada ação ordinária a corresponder a 4 ações ordinárias, sendo que o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, passou a ser representado por 403.101.800 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em consequência do desdobramento de ações, ocorreu o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, que passou a ser de 480.000.000 de ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2.008, nosso capital social era de R\$791.760.430,54, representado por 403.101.800 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o Contrato do Novo Mercado, nós não podemos emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A distribuição do capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é apresentada a seguir:

Acionista ⁽¹⁾⁽²⁾	Ações Ordinárias	(%) do Total
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90
Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng.	66.495.479	16,50
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70
Conselho de Administração	1.229.092	0,31
Diretoria	55.000	0,01
Outros	115.134.312	28,56
Total:	403.101.800	100,00

- (1) Os acionistas Andrade Gutierrez Concessões S.A., Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. e Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, são signatários do Acordo de Acionistas da Companhia.
- (2) Os acionistas: (i) Andrade Gutierrez Concessões S.A., AGC Participações Ltda., Construtora Andrade Gutierrez S.A. e Andrade Gutierrez Participações S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; (ii) Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. e Camargo Corrêa S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; e (iii) Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. e Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda., pertencem ao mesmo grupo econômico.

A composição dos acionistas da Companhia que detêm mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42%
Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng.	66.495.479	16,50%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90%
Total	269.242.674	66,79%

Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.

A composição dos acionistas da Camargo Corrêa é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Total de Ações	% no Capital Social
Camargo Corrêa S.A.	526.206.813	100,00%	526.206.813	100,00%
Outros	7	0,00%	7	0,00%
Total	526.206.820	100,00%	526.206.820	100,00%

A composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% das Ações Preferenciais	Total de Ações	% no Capital Social
Participações Morro Vermelho S.A.	48.940	99,99%	93.099	95,69%	142.039	99,99%
Outros	6	0,00%	1	0,00%	7	0,00%
Total	48.946	100,00%	93.100	100,00%	142.046	100,00%

A composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% das Ações Preferenciais	Total de Ações	% no Capital Social
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 A	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 B	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 C	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
Outros	6	0,00%	4.500.000	100,00%	4.500.006	66,66%
Total	2.250.000	100,00%	4.500.000	100,00%	6.750.000	100,00%

A composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% das Ações Preferenciais	Total das Ações	% no Capital Social
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100,00%	0	00,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100,00%	150	0,02%
Total	749.850	100,00%	150	100,00%	750.000	100,00%

A composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% das Ações Preferenciais	Total das Ações	% no Capital Social
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100,00%	0	00,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100,00%	150	0,02%
Total	749.850	100,00%	150	100,00%	750.000	100,00%

A composição dos acionistas da RCPDON Empreendimentos e Participações S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% das Ações Preferenciais	Total das Ações	% no Capital Social
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100,00%	0	00,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100,00%	150	0,02%
Total	749.850	100,00%	150	100,00%	750.000	100,00%

Andrade Gutierrez Concessões S.A.

A composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% das Ações Preferenciais	Total das Ações	% no Capital Social
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	55.525.379	100,00%	55.525.373	100,00%	111.050.752	100,00%

A composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% das Ações Preferenciais	Total das Ações	% no Capital Social
Andrade Gutierrez S.A.	233.761.338	100,00%	467.522.687	100,00%	701.284.025	100,00%
Outros	5	0,00%	0		5	0,00%
Total	233.761.343	100,00%	467.522.687	100,00%	701.284.030	100,00%

A composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% das Ações Preferenciais	Total das Ações	% no Capital Social
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A..	238.663.827	33,33%	477.336.173	33,33%	716.000.000	33,33%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	715.991.488	100,00%	1.432.008.519	100,00%	2.148.000.007	100,00%

A composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Quotistas	Cotas	% no Capital Social
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	300.000	100,00%

A composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Marrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	18.990.000	100,00%

A composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100,00%
Total	1.455.201	100,00%

A composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100,00%
Total	1.497.201	100,00%

A composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. é apresentada na tabela abaixo

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100,00%
Total	1.404.801	100,00%

A composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100,00%
Total	1.431.201	100,00%

A composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100,00%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00
Camila da Cunha Pereira	5	0,00
Total	1.392.801	100,00%

A composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. é apresentada na tabela abaixo

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100,00%
Total	1.372.401	100,00%

A composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100,00%
Total	1.196.001	100,00%

A composição dos acionistas da Administradora Santo Estevão S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações	% no Capital Social
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	5.000.363	100,00%

Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng.

A composição dos acionistas da Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Total de Ações	% no Capital Social
Soares Penido Part. e Emp. S.A.	25.225.441.568	68,48%	25.225.441.568	68,48%
Soares Penido Investimentos Ltda.	11.612.711.540	31,52%	11.612.711.540	31,52%
Rosa E. M. Penido Dalla Vecchia	1	0,00%	1	0,00%
Ana M. M. Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Thadeu L. Marcondes Penido	1	0,00%	1	0,00%
Total	36.838.153.111	100,00%	36.838.153.111	100,00%

A composição dos acionistas da Soares Penido Part. e Emp. S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Total de Ações	% no Capital Social
Thadeu Luciano Marcondes Penido	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Total	600.000.000	100,00%	600.000.000	100,00%

A composição dos acionistas da Soares Penido Investimentos Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Total de Ações	% no Capital Social
Thadeu Luciano Marcondes Penido	148.546.332	33,33%	148.546.332	33,33%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	148.546.334	33,33%	148.546.334	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	148.546.334	33,33%	148.546.334	33,33%
Total	445.639.000	100,00%	445.639.000	100,00%

Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.

A composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. é apresentada na tabela abaixo:

Cotistas	Cotas	% no Capital Social
Brisa Internacional SGPS S.A. ¹	599.188.237	100,00%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	599.188.238	100,00%

1 – Empresa de capital estrangeiro.

A composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Total de Ações	% no Capital Social
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A.	50.000	100,00%	50.000	100,00%
Total	50.000	100,00%	50.000	100,00%

A composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A.⁽¹⁾ é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Total de Ações	% no Capital Social
José de Mello SGPS, S.A.	179.520.271	29,92%	179.520.271	29,92%
Babcock & Brown Limited (2)	90.419.878	15,07%	90.419.878	15,07%
Abertis Infraestruturas S.A. (3)	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Privado Holding	29.973.454	4,99%	29.973.454	4,99%
Outros	212.442.697	35,41%	212.442.697	35,41%
Total	600.000.000	100,00%	600.000.000	100,00%

(1) A Brisa Autoestradas de Portugal S.A. é uma companhia aberta em Portugal e não há acordo de voto vigente, sendo que sua maior acionista é a José de Mello SGPS, SA.

(2) Sociedade controlada pela Babcock & Brown European Infrastructure Fund, cujo administrador é o Sr. Antonino Lo Bianco.

(3) Companhia aberta na Espanha com free-float de 45,26% e cujo maior acionistas individual é a Criteria CaxiaCorp, S.A., companhia controlada pela sociedade Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona, que detém participação indireta de 7,75% na Abertis Infraestrutura S.A. via Inversiones Autopistas, S.L. e de 0,50% via Vidacaixa, S.A. de Seguros y Reaseguros.

A composição dos acionistas da José de Mello SGPS, S.A. é apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% das Ações Ordinárias	Total de Ações	% no Capital Social
Maria Teresa Guimarães José de Mello	2.833.333	8,33%	2.833.333	8,33%
Maria Amélia Guimarães José de Mello	2.833.333	8,33%	2.833.333	8,33%
Maria Cristina Guimarães José de Mello	2.833.333	8,33%	2.833.333	8,33%
Vasco Maria Guimarães José de Mello	2.833.334	8,34%	2.833.334	8,34%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	2.833.333	8,33%	2.833.333	8,33%
Maria Luísa Guimarães José de Mello	2.833.333	8,33%	2.833.333	8,33%
Maria do Carmo Guimarães José de Mello	2.833.333	8,33%	2.833.333	8,33%
João Maria Guimarães José de Mello	2.833.333	8,33%	2.833.333	8,33%
Maria João Guimarães José de Mello	2.833.333	8,33%	2.833.333	8,33%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	2.833.334	8,34%	2.833.334	8,34%
Filipe Maria Guimarães José de Mello	2.833.334	8,34%	2.833.334	8,34%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	2.833.334	8,34%	2.833.334	8,34%
Total	34.000.000	100,00%	34.000.000	100,00%

Capital Autorizado

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, nosso capital social poderá ser aumentado até o montante de 480.000.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço da emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado deverá ser aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Direitos das Ações Ordinárias

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias.

Cada uma das ações ordinárias confere ao seu detentor o direito de um voto em qualquer Assembleia Geral de acionistas da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições feitas a acionistas da Companhia de forma proporcional às suas respectivas participações no capital social. Adicionalmente, em caso de liquidação da Companhia, os detentores de ações ordinárias terão direito ao rateio dos ativos remanescentes após o pagamento de todos os passivos na proporção de suas respectivas participações no total das ações de emissão da Companhia. Titulares de ações ordinárias têm o direito de participar de futuros aumentos de capital na Companhia, na proporção de suas participações no capital social, mas não estão obrigados a subscrever ações nestes aumentos de capital.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social e as deliberações aprovadas em Assembleia Geral de sociedade por ações não poderão privar os acionistas dos seguintes direitos:

- participar da distribuição de lucros;
- participar, na proporção de sua participação no capital social, do acervo da Companhia, em caso de liquidação;
- fiscalizar, na forma prevista em lei, a gestão dos negócios sociais;
- preferência para subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, exceto em algumas circunstâncias específicas nos termos da legislação brasileira, descritas no item “Direito de Preferência” abaixo; e
- retirar-se da Companhia nas hipóteses indicadas na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito abaixo.

Exceto em situações específicas, previstas na Lei das Sociedades por Ações e em “*Direito de Preferência*” na página 190 abaixo, os titulares de ações da Companhia têm o direito de participar dos aumentos do capital social, na proporção das ações detidas por cada um.

De acordo com o Estatuto Social, as ações ordinárias têm o direito de serem incluídas em uma oferta pública de aquisição de ações, em decorrência da alienação de controle da Companhia, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores alienantes.

Enquanto a Companhia estiver no Novo Mercado, não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias e, para sair do Novo Mercado, deverá realizar uma oferta pública. Vide “Governança Corporativa - Saída do Novo Mercado”.

Principais Acionistas

AG Concessões: A AG Concessões é uma sub-holding controlada pelo Grupo Andrade Gutierrez, com atuação em investimentos relacionados à concessão de serviços públicos de infra-estrutura, envolvendo a participação em outras sociedades. As principais áreas de atuação são: rodovias, energia, aeroportos, saneamento básico e transporte metro ferroviário. Além da Andrade Gutierrez, participa do capital da AG Concessões, com 14,85%, a International Finance Corporation, braço financeiro do Banco Mundial. O Grupo Andrade Gutierrez também atua em outras duas áreas de negócios: (i) construção pesada, por meio da Andrade Gutierrez e da Zagope Construções e Engenharia S/A; e (ii) telecomunicações, por meio da Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda.

Camargo Corrêa Investimentos em Infra-estrutura S.A.: Camargo Corrêa Investimentos em Infra-estrutura desenvolve negócios e administra as participações do Grupo Camargo Corrêa no setor de infra-estrutura. Na estrutura de negócios do Grupo, além de Concessões Rodoviárias, destacam-se os negócios de Cimento, Construção, Concessões de Energia; somam-se empreendimentos importantes nos segmentos de Calçados, Concessão Ferroviária, Engenharia, Meio Ambiente e Siderurgia; e investimentos e participações substanciais nos segmentos de Incorporação, Naval, Óleo e Gás e Operações Aeroportuárias. O Grupo Camargo Corrêa originou-se de uma pequena empresa de construção, fundada em 1939, que cresceu com o Brasil. Hoje, aos 70 anos, atua em 18 países e emprega mais de 54 mil profissionais.

Serveng: A Serveng atua principalmente no ramo de construção civil, abrangendo principalmente os segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação, portos e empreendimentos imobiliários. A Empresa é controlada pelo Grupo Soares Penido, que atua em outros segmentos de mercado, destacando-se principalmente:

(i) o transporte de passageiros e cargas; (ii) mineração; (iii) agronegócio – criação de gado de corte e agricultura; (iv) produção e comercialização de calcário; e (v) concessão de serviços públicos - a exploração de rodovias e geração de energia.

Brisa: A Brisa é uma sociedade de responsabilidade limitada constituída com o propósito específico de investir em nosso capital. A Brisa pertence ao grupo Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A., que, em Portugal, detém 6 concessões para a construção, operação e manutenção de 24 rodovias em Portugal, com um total de 1674 km. Fora de Portugal, para além da participação na CCR, no Brasil, a Brisa - Auto-Estradas de Portugal, detém uma concessão nos Estados Unidos, operações de cobrança eletrônica de pedágio na Holanda, e escritórios de representação em São Paulo (Brasil) e Atlanta (EUA). A Brisa Auto-Estradas de Portugal desenvolveu o primeiro sistema eletrônico de cobrança de pedágio universal, chamado de Via Verde, que é utilizado em todas as rodovias de Portugal.

Alterações Relevantes de Participações dos Membros do Grupo de Controle nos Últimos Três Exercícios Sociais

Não tivemos alteração dos membros do grupo de controle na Companhia nos últimos 3 anos, ou seja, nossos controladores permanecem os mesmos. As últimas alterações do grupo de controle que ocorreram foi a saída da Odebrecht e SVE.

A Serveng está em processo de reorganização societária dentro de seu grupo econômico, que será concluída em 2009. A referida reorganização societária, consiste na cisão parcial da Serveng com a respectiva versão, dentre outros ativos, de 51.395.479 ações ordinárias, nominativas e escriturais, representativas do capital social da CCR e vinculadas ao Acordo de Acionistas para a Soares Penido Concessões S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Serveng, detida 100% pela Soares Penido Investimentos Ltda., que por sua vez detém 31,52% da Serveng. O Acordo de Acionistas será devidamente aditado para refletir a inclusão da Soares Penido Concessões S.A. e a saída da Serveng. Desta forma, a Soares Penido Concessões S.A. passará a deter 12,75% do capital da CCR, cujas ações da CCR estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas e a Serveng passará a deter 3,75% do capital social da CCR, cujas ações da CCR não estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas.

A partir do momento em que a reorganização societária for concluída a distribuição do capital social da Companhia, será a seguinte:

Acionista⁽¹⁾⁽²⁾	Ações Ordinárias	(%) do Total
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90
Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng.	15.100.000	3,75
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70
Soares Penido Concessões S.A.	51.395.479	12,75%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31
Diretoria	55.000	0,01
Outros	115.134.312	28,56
Total:	403.101.800	100,00

(1) Os acionistas Andrade Gutierrez Concessões S.A., Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. e Soares Penido Concessões S.A., serão os signatários do Acordo de Acionistas da Companhia.

(2) Os acionistas: (i) Andrade Gutierrez Concessões S.A., AGC Participações Ltda., Construtora Andrade Gutierrez S.A. e Andrade Gutierrez Participações S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; (ii) Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. e Camargo Corrêa S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; e (iii) Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda., Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. e Soares Penido Concessões S.A., pertencem ao mesmo grupo econômico.

Até o momento, nós não mantemos em tesouraria nenhuma ação de nossa emissão, tampouco temos política de negociação de nossas próprias ações.

Acordo de Acionistas

Em 18 de outubro de 2.001, nossos Acionistas Originais celebraram um Acordo de Acionistas, do qual nós somos parte interveniente. Esse Acordo de Acionistas foi aditado duas vezes, mediante a celebração de Termos Aditivos, em: (i) 13 de março de 2.002, para refletir a transferência da totalidade da participação detida pela Andrade Gutierrez para a AGConcessões, e (ii) 21 de novembro de 2.006, para refletir: (a) a saída das acionistas Odebrecht Infra-Estrutura e SVE do nosso bloco de controle; (b) a alteração do Estatuto Social com a alteração do número mínimo e máximo de membros do nosso Conselho de Administração e; (c) a aquisição da totalidade do capital social da ViaOeste, bem como alterar algumas disposições referentes à “Conquista de Novas Concessões / Aquisição de Novas Empresas Controladas / Desenvolvimento de Novos Negócios” e à “Transferência de Ações - Direito de Preferência”. O Acordo de Acionistas e seus respectivos Termos Aditivos encontram-se arquivados na nossa sede e averbados nos nossos livros de registro de ações, nos termos do artigo 118 da Lei de Sociedade por Ações. O Acordo de Acionistas vincula 51% das ações de nossa emissão todas de propriedade dos Acionistas Controladores. O Acordo de Acionistas vigorará até 31 de janeiro de 2.027.

Nos termos do Acordo de Acionistas (e respectivos aditivos), os Acionistas Controladores deverão votar em bloco nas assembleias gerais. A forma pela qual esses acionistas deverão votar nas assembleias gerais é determinada em reunião prévia realizada estritamente entre eles. Nessa reunião, os acionistas definem o sentido do voto do bloco de controle por maioria simples e, com relação a algumas matérias, que exigem quorum qualificado.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas prevê o direito de preferência na aquisição das ações vinculadas detidas pelos Acionistas Controladores.

O Acordo de Acionistas também determina que nossos interesses sempre terão preferência sobre os interesses dos Acionistas Controladores e suas afiliadas na participação de novos negócios na área de concessão de rodovias no Brasil, seja por meio de participação em licitações de novas concessões ou aquisição de concessionárias existentes, sendo os Acionistas Controladores obrigados a nos oferecer a opção de investimento antes de ingressar no novo projeto ligado às concessões rodoviárias no Brasil, seja individualmente, em associação com qualquer dos Acionistas Controladores ou com terceiros. Sendo qualquer dos Acionistas Controladores interessado em ingressar em um novo negócio oferecido à nossa Companhia, deveremos confirmar a opção ao mesmo dentro do prazo de 60 dias a contar da data de comunicação por escrito, respeitado um prazo mínimo de 30 dias antes da data de entrega da proposta e/ou habilitação. Fica a nosso critério optar entre (i) não participar, (ii) participar sozinho ou ainda (iii) participar em conjunto com o Acionista Controlador interessado de novos negócios na área de concessão rodoviária no Brasil. Caso nós optemos por (i) não participar do novo negócio, nossos Acionistas Controladores e/ou seus afiliados poderão dele participar, da maneira que lhes convier; (ii) participar do novo negócio isoladamente, nossos Acionistas Controladores e/ou seus afiliados não poderão participar desse novo negócio, direta ou indiretamente, seja por si ou por intermédio de competidor ou; (iii) desenvolver o novo negócio em conjunto com o Acionista Controlador interessado, deveremos elaborar análises, estudos e propostas, sendo que, neste caso, a totalidade dos custos, diretos e indiretos, envolvidos na elaboração das análises, estudos e propostas por nós incorridos, deverão ser proporcionais às respectivas participações no negócios, devendo o Acionista Controlador interessado reembolsar-nos.

Nosso Acordo de Acionistas prevê ainda, que quaisquer propostas de negócios para a ampliação do nosso campo de atividades, através da conquista de novos Contratos de Concessão e/ou do controle de novas empresas, atendendo às premissas acima, deverão ser submetidas ao nosso Conselho de Administração. Na hipótese do Conselho decidir por não participarmos de um determinado negócio, o(s) Acionista(s) que tiver(m) indicado o(s) Conselheiro(s) que votou(aram) contra a nossa participação em tal negócio estarão impedidos de, direta ou indiretamente, participarem, a qualquer título, do referido negócio.

Previamente às Assembleias Gerais para a deliberação de determinadas matérias, os Acionistas Controladores realizarão reunião para determinar seu posicionamento comum em relação a tais matérias por meio de maioria simples ou com relação a algumas matérias, pelo voto afirmativo de 67% das ações.

Assembleias Gerais

Nas Assembleias Gerais regularmente convocadas e instaladas, os acionistas da Companhia estão autorizados a decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e a tomar todas as resoluções que julgarem convenientes à defesa e desenvolvimento da Companhia. Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia aprovar, em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações contábeis, e deliberar sobre a destinação do lucro líquido e o pagamento de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Os Conselheiros são,

em regra, eleitos em Assembleias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária. Os membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por número suficiente de acionistas, podem ser eleitos em qualquer Assembleia Geral.

Uma Assembleia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo em que a Assembleia Geral Ordinária. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, é da competência da Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- reformar o Estatuto Social;
- deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas pela Companhia;
- deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- deliberar sobre o aumento do capital social, acima do limite autorizado no Estatuto Social;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;
- deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- deliberar sobre a saída do Novo Mercado;
- escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme o previsto no Estatuto Social, dentre as indicadas pelo Conselho de Administração; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, as deliberações aprovadas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas da Companhia dos seguintes direitos:

- direito de votar nas Assembleias Gerais, exceto conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social;
- direito de participar na distribuição dos lucros;
- direito de participar, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese da liquidação da Companhia;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas no item “*Direito de Preferência*” abaixo, na página 190 deste Prospecto; e

- direito de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito nos itens “*Direito de Retirada*” e “*Resgate*” abaixo, nas páginas 190 e 191, respectivamente, deste Prospecto.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas. De modo geral, a aprovação de matérias deliberadas em Assembleias Gerais de acionistas se dá pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas presentes ou representados por meio de procurador, não se computando os votos em branco.

A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações ordinárias é necessária para a aprovação das seguintes matérias:

- redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos acionistas da Companhia;
- mudança do objeto social;
- fusão ou incorporação em outra sociedade;
- cisão;
- participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações);
- cessação do estado de liquidação da Companhia;
- dissolução da Companhia; e
- incorporação de todas as ações de emissão da Companhia por outra sociedade brasileira, de modo a tornar-se uma subsidiária integral da mesma.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado em que esteja situada a sede da Companhia, e em outro jornal de grande circulação. As publicações da Companhia são atualmente feitas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como no jornal Valor Econômico, sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da assembleia, e a segunda convocação realizada com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, determinar que a primeira convocação para Assembleias Gerais de acionistas seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

Local da Realização de Assembleia Geral

As Assembleias Gerais são realizadas na sede da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações permite que as Assembleias Gerais sejam realizadas fora da sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na localidade da sede, e a respectiva convocação contenha indicação expressa e inequívoca do local em que a Assembleia Geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembleias Gerais

Compete, normalmente, ao Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais, sem prejuízo de que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária;

- acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, caso os administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembleia solicitada através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital votante quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembleia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e
- Conselho Fiscal, caso o Conselho de Administração retarde por mais de um mês a convocação da Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal poderá também convocar Assembleia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes.

Legitimação e Representação

Os acionistas presentes à Assembleia Geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto.

Os acionistas da Companhia podem ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, Administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados por seus administradores.

Direito de Preferência

Exceto conforme descrito no parágrafo abaixo e nos casos de outorga ou de exercício de qualquer opção de compra ou subscrição de ações, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital. Os acionistas da Companhia também possuem direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos aumentos de capital mediante emissões de ações, bônus de subscrição, debêntures ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado e, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais.

Direito de Retirada

Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias:

- cisão da Companhia (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- redução do dividendo mínimo obrigatório;
- mudança do objeto social;
- fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma;
- transformação societária; e

- aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a cisão da Companhia somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar:

- a mudança do objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da Companhia;
- a redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos acionistas da Companhia; ou
- a participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra: (i) a fusão ou incorporação da Companhia em outra companhia; ou (ii) a participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), os acionistas da Companhia não terão direito de retirada caso as Ações tenham as seguintes características: (a) liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e (b) dispersão no mercado, de forma que o Acionista Controlador, se houver, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das Ações.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em assembleia têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação de do Conselho de Administração no prazo de até 10 dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a estabilidade financeira da Companhia.

No caso de exercício do direito de retirada, os acionistas da Companhia terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço da Companhia aprovado pela Assembleia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações. Neste caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado pelos acionistas da Companhia, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações da Companhia podem ser resgatadas mediante determinação dos seus acionistas em Assembleia Geral Extraordinária. O resgate deve ser feito por sorteio.

Administração

Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 10 membros efetivos e oito membros suplentes, ressaltando-se que dos membros efetivos, dois são conselheiros independentes, e não possuem membros suplentes. Nossa Diretoria é composta por oito membros.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Arthur Piotto Filho. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Avenida Chedid Jafet 222, bloco B, 5º andar e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/ri. O Sr. Arthur Piotto Filho pode ser contatado no telefone (11) 3048-5921, por fax no número (11) 3048-5903 ou pelo e-mail arthur.piotto@grupoccr.com.br.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é responsável pela definição de nossas políticas estratégicas gerais e, entre outras atribuições, pelo estabelecimento de nossas políticas comerciais gerais, por eleger nossos diretores e fiscalizar a sua gestão. Nosso Conselho de Administração reúne-se trimestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando necessário aos interesses sociais, mediante convocação de qualquer de seus membros.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, 8 e, no máximo, 15 membros. O número de membros do Conselho de Administração será definido nas assembleias gerais de acionistas. A decisão a respeito do número de membros do Conselho de Administração será tomada pelos Acionistas Controladores, levando em consideração a exigência dos acionistas minoritários quanto ao voto múltiplo, para a eleição dos membros do Conselho de Administração., nos termos do nosso Acordo de Acionistas.

Os membros do nosso Conselho de Administração são geralmente eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária. Ademais, conforme previsão legal, os acionistas representando, no mínimo, 5% de nosso capital votante podem requerer a adoção do processo de voto múltiplo, atribuindo a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração, sendo reconhecido aos acionistas o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Composição:

Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 10 membros efetivos e 8 membros suplentes, sendo que dos membros efetivos, 2 são conselheiros independentes, atendendo ao disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e no § 2º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. De acordo com nosso Acordo de Acionistas, cada Acionista Controlador tem o direito a eleger 2 membros de nosso Conselho de Administração.

Segue abaixo a lista dos atuais membros efetivos e suplentes de nosso Conselho de Administração, contendo os respectivos cargos, datas de posse e prazos do mandato.

Membro Efetivo	Cargo	Membro Suplente	Data de Posse	Prazo do Mandato (1)
Ana Maria Marcondes Penido Sant'anna...	Presidente	Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vecchia	15 de abril de 2.009	2.010
Eduardo Borges de Andrade.....	Vice	Paulo Roberto Reckziegel Guedes	15 de abril de 2.009	2.010
Valdemar Jorge Martins Mendes	Membro	Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães	15 de abril de 2.009	2.010
Francisco Caprino Neto	Membro	Roberto Carlos Deutsch	15 de abril de 2.009	2.010
João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento	Membro	José Honorato Gago da Câmara Botelho de Medeiros	15 de abril de 2.009	2.010
Rodrigo Cardoso Barbosa	Membro	Marcelo Pires Oliveira Dias	15 de abril de 2.009	2.010
Sérgio Padovan.....	Membro	Thadeu Luciano Marcondes Penido	15 de abril de 2.009	2.010
Ricardo Coutinho de Sena.....	Membro	Renato Torres de Faria	15 de abril de 2.009	2.010
Gilberto Audelino Correa.....	Membro		15 de abril de 2.009	2.010
Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes...	Membro		15 de abril de 2.009	2.010

(1) O prazo do mandato de cada um dos membros de nosso conselho de administração deve se encerrar na assembleia geral ordinária que se realizar no ano seguinte ao da respectiva eleição, ressalvadas as hipóteses de renúncia, destituição ou falecimento.

Experiência Profissional e Endereço Comercial:

Membros Efetivos:

A seguir consta breve descrição da qualificação de cada membro efetivo de nosso Conselho de Administração e respectivo endereço comercial.

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna: A Sra. Penido Sant'Anna é brasileira, casada, natural de São Paulo—SP, nascida em 14/02/1956, Administradora de Empresas, atual Diretora Vice-Presidente Administrativa Financeira das empresas Serveng e Empresa de Ônibus Pássaro Marron S/A., com endereço na Rua Deputado Vicente Penido, 255 – Bairro Vila Maria – São Paulo – SP, CEP 02064-120, portadora do RG nº 3.837.723-8 SSP-SP, e CPF nº 021.984.728-21.

Eduardo Borges de Andrade: Nascido em 30 de abril de 1938, o Sr. Andrade é membro efetivo do Conselho de Administração. Sr. Andrade também é membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez. Desde 1.961, Sr. Andrade ocupou vários cargos na Andrade Gutierrez e foi o Diretor Presidente da Andrade Gutierrez de 1.978 até 2.000. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em

administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Sr. Andrade tem endereço comercial em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 8.123.

Valdemar Jorge Martins Mendes: Nascido em 4 de Julho de 1955, o Sr. Mendes ocupa desde 2.005, o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Controlauto em Portugal. De 1.979 a 1.980 desempenhou funções de Técnico Responsável da Empresa de Construções Norberto Pereira Rodrigues. Em 1.980 ingressou na Brisa – Auto-Estradas de Portugal S.A., tendo desempenhado funções de Gestor Operacional (1.980 a 1.988), Responsável pelo Serviço de Conservação e Manutenção (1.988 a 1.998), Diretor de Conservação e Clientes (1.998 a 2.003) e Administrador Delegado na Brisa Assistência Rodoviária (2.003 a 2.005). Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade de Coimbra e efetuou Pós-Graduação em “Programa Avançado de Gestão para Alta Direção” na Universidade Católica de Lisboa. O Sr. Valdemar Mendes tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar.

Francisco Caprino Neto: Nascido em 30 de abril de 1.960, o Sr. Caprino Neto é membro efetivo do Conselho de Administração. Sr. Caprino também é diretor da Camargo Corrêa e membro do conselho de administração de outras sociedades em que a Camargo Corrêa detém participação. Formou-se e tem mestrado em engenharia pela Universidade de São Paulo. Sr. Caprino Neto tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 160, bloco 4.

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento: O Sr. Bento tem 48 anos e é Administrador Executivo da Brisa – Auto-Estradas de Portugal S.A. e Membro da Academia de Engenharia de Portugal. É Licenciado em Eng^a Civil e Mestre em Eng^a de Estruturas pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Doutorado (*PhD in Civil Engineering*) pelo *Imperial College*, Univ. de Londres, e Agregado em Sistemas Inteligentes pelo IST. É Presidente da Brisa Internacional SGPS, da Brisa – Auto-Estrada do Litoral Centro, da Brisa North America, da Brisa Assistência Rodoviária e da Brisa Electrónica Rodoviária. É também Administrador da EFACEC, da Auto-Estradas do Douro Litoral, da Brisa Serviços Viários, da Via Oeste e Membro do Conselho Geral da Asterion. Anteriormente, integrou, entre outros, os Conselhos da EDP, da Adamastor Capital, da Brisatel e da Logiser. É ainda Presidente da APCAP (Assoc. Port. de Auto-Estradas com Portagem), Presidente Honorário da ASECAP (Associação Europeia de Auto-Estradas com Portagem) e *Board Member* da *International Bridge, Tunnel and Turnpike Assoc.* João Bento é Professor Catedrático Convidado do Dep. de Eng^a Civil e Arq^a do IST, tendo orientado 7 Teses de Doutoramento e 15 de Mestrado. É autor ou co-autor de mais de 120 artigos científicos.

Rodrigo Cardoso Barbosa: Nascido em 2 de março de 1.974, o Sr. Barbosa também é membro do Conselho de Administração da VBC Energia e atua como Diretor de Participações na Camargo Corrêa Investimentos e Infra-Estrutura S.A.. Formou-se em engenharia mecânica pela Universidade Mackenzie e fez seu MBA na University of Southern Califórnia – USC, Los Angeles. Sr. Barbosa tem endereço comercial em São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 160, bloco 4.

Sérgio Padovan: Nascido em 11 de maio de 1949, o Sr. Padovan é membro efetivo do Conselho de Administração. Ele é também executivo da Serveng. Anteriormente, foi consultor de várias sociedades e *controller* da Cummins do Brasil, Springer Carrier e Technit. Formou-se em economia pela Faculdade São Judas Tadeu. Sr. Padovan tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Deputado Vicente Penido, nº 255, 3º andar.

Ricardo Coutinho de Sena: Nascido em 4 de março de 1948, o Sr. Sena é membro efetivo do Conselho de Administração. Sr. Sena também é o Diretor Presidente da AGConcessões, sociedade responsável pelo setor de concessões públicas do grupo Andrade Gutierrez. Desde 1.981, Sr. Sena ocupou vários cargos na Andrade Gutierrez. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em administração pela Fundação Getúlio Vargas. Sr. Sena tem endereço comercial em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua do Contorno, nº 8.123.

Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes: Nascida em 23 de janeiro de 1.962, a Sra. Carneiro Novaes é membro efetivo do Conselho de Administração. De 1.997 a 2.002, a Sra. Carneiro de Novaes foi diretora de investimento na Pictet Modal Asset Management S.A. Sra. Carneiro de Novaes trabalhou como analista de investimentos no Banco de Investimentos Garantia e como economista no Banco Mundial, em Washington. Formou-se em economia pela Universidade Federal de Pernambuco, com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutorado em economia pela Universidade da Califórnia de Berkeley. Sra. Carneiro de Novaes tem endereço comercial no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua dos Otis, nº 19/302.

Gilberto Audelino Correa: Nascido em 30 de novembro de 1950, o Sr. Correa é membro efetivo do Conselho de Administração. Ocupou, entre outros, os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Recursos Humanos e de Administração da Acesita S.A. (Grupo Arcelor Mittal) (2.002-2.007), Diretor de Investimentos da PREVI, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (2.000-2.002), neste período foi diretor de diversas empresas de propósito específico que detêm participações societárias da PREVI e também membro dos Conselhos de Administração das empresas Guarani (atual Neoenergia), Saúpe S.A., Coelba Cia. de Eletricidade da Bahia, Telemar e Valepar, diversos cargos no Banco do Brasil, dentre eles Chefe da Auditoria Interna e Gerente Executivo (1.970-1.999). Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Votuporanga SP.

Membros Suplentes:

Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vecchia: A Sra. Dalla Vecchia é brasileira, casada, natural de São Paulo-SP, nascida em 19/12/1949, Psicóloga, com endereço na Rua Deputado Vicente Penido, 255- Bairro Vila Maria- SP—SP, CEP 02064-120, portadora do RG nº 3.837.734-2 SSP-SP e CPF nº 147.192.518-89.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes: Nascido em 25 de outubro de 1.961, o Sr. Guedes é membro suplente do Conselho de Administração. Sr. Guedes é Diretor de Desenvolvimento de Negócios da AGConcessões. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sr. Guedes tem endereço comercial em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua do Contorno, nº 8.123.

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães: O Sr. Dias de Magalhães é responsável pela Direção Internacional da Brisa – Auto-Estradas de Portugal S.A.. Desde 2.000 que faz parte do Grupo Brisa, tendo exercido os cargos de Administrador da Brisatel e de Presidente da Comissão Executiva da Brisa Access Electrónica Rodoviária, S.A.. De 1.998 a 2.000 foi Administrador da Parque Expo 98. De 1.992 a 1.998 foi Administrador da Companhia de Seguros Império. Foi Diretor Geral do Banco Mello, S.A., de 1.991 a 1.992. Formou-se em Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico e fez o MBA - Master in Business Administration na Universidade Nova de Lisboa.

Roberto Carlos Deutsch: Sr. Deutsch é Diretor da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. De 2.004 a 2.006 foi Diretor de Financiamentos Estruturados da Camargo Corrêa S.A., holding do Grupo. Antes disso, trabalhou no desenvolvimento, gerenciamento e financiamento de projetos, tais como rodovias, aeroportos e hidrelétricas, na Bechtel Enterprises, no Grupo Odebrecht, no Banco Francês e Brasileiro e na Jaakko Poyry Engenharia. Formou-se em engenharia mecânica pela Faculdade de Engenharia da Fundação Armando Álvares Penteado e em administração de empresas pela Universidade Mackenzie.

José Honorato Gago da Câmara Botelho de Medeiros: O Sr. Medeiros é Diretor Adjunto da Direção Internacional da Brisa – Auto-Estradas de Portugal S.A.. Entre 2.003 e 2.006 foi sócio fundador da Ethertelm Lda., empresa de consultoria na área das telecomunicações. Antes disso, foi Diretor de Grandes Clientes no Grupo Alcatel S.A. para o fornecimento e gestão de projectos de infra-estruturas de comunicação. Formado em Engenharia Microtécnica pela École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça e MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

Marcelo Pires Oliveira Dias: Sr. Dias é Diretor da Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A. De 2.002 a 2.008 foi Diretor Novos Negócios da Construções e Comércio Camargo Corrêa. Antes disso foi Superintendente de Novos Negócios de 2.000 a 2.002. De 1.998 a 2.000 foi Gerente de Negócios na Concessionária NovaDutra. Formado em International Business na American Intercontinental University em Londres.

Thadeu Luciano Marcondes Penido: Nascido em 28 de maio de 1951, o Sr. Penido é Diretor Vice-Presidente Executivo da Serveng. Formou-se em engenharia civil pela Universidade de Mogi das Cruzes. Sr. Penido tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Deputado Vicente Penido, nº 255, 3º andar.

Renato Torres de Faria: Nascido em 11 de janeiro de 1.962, o Sr. Faria é membro suplente do Conselho de Administração. Sr. Faria é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da AGConcessões. Formou-se em engenharia de minas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sr. Faria tem endereço comercial em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua do Contorno, nº 8.123.

Reestruturação e Comitês do Conselho de Administração:

Em 2.002, foi implementada reestruturação na organização interna da Companhia, por meio da qual a CCR se tornou controlador estratégico de todas as concessionárias controladas.

Essa reestruturação, que teve como objetivo agregar valor estratégico ao conselho de administração, obedeceu às melhores práticas de governança corporativa. Como resultado, foram criados 6 comitês ligados ao conselho de administração e, ato contínuo, conferiu-se maior poder de decisão aos diretores. Esses comitês consistem dos seguintes:

Comitê de Auditoria: visa auxiliar o Conselho na definição dos padrões de qualidade dos relatórios financeiros e dos controles internos e, também, avaliar a qualidade dos relatórios financeiros, os riscos envolvidos nos princípios contábeis utilizados e a adequação e eficácia dos controles internos, propondo alterações caso necessário. O Comitê de Auditoria também é responsável por monitorar os problemas identificados.

Comitê de Estratégia: avalia os objetivos gerais e diretrizes do Sistema CCR, analisando e emitindo pareceres sobre o Objetivo Estratégico, os Objetivos Gerais e Diretrizes e o Plano de Negócios, todos sugeridos pelo Presidente.

Comitê de Finanças: examina a política financeira da empresa, analisando sua estrutura e recomendando ações corretivas. Também acompanha e informa o conselho de administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamento de dívidas de longo prazo, análise de risco, política de dividendos, emissão de ações e de títulos da dívida e investimentos.

Comitê de Governança: sugere e supervisiona o formato e o processo de constituição do Conselho de Administração, desenvolvendo, revisando e propondo periodicamente a descrição das suas funções e recomendando candidatos. É o Comitê de Governança que propõe a dinâmica de funcionamento do CA – cronograma de reuniões, agenda, fluxo de informações e definição de reuniões e demais comunicações com os acionistas, executivos e outros interessados externos – e que conduz avaliação periódica do CA, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho. Também é responsável por propor e revisar as responsabilidades dos comitês e reavaliar regularmente sua estrutura e as necessidades de novos membros. Pode desenvolver e gerenciar o processo de seleção de conselheiros independentes quando necessário.

Comitê de Novos Negócios: avalia, a pedido do conselho de administração, o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições de participações em novos negócios, identificando potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação.

Comitê de Recursos Humanos: opina e propõe alterações sobre a política de remuneração da CCR e subsidiárias, e também sobre os Programas de Participação nos Lucros (PPR), os processos de nomeação de diretores da CCR e potenciais candidatos indicados pelo Presidente, a pedido do CA e a metodologia de avaliação dos diretores da CCR, entre outros.

O objetivo desses comitês é agregar maior valor ao nosso conselho de administração, na medida em que foram conferidos instrumentos que o permitem exercer suas funções com maior eficiência e agilidade e, ato contínuo, melhorar a qualidade do nosso processo decisório.

Esses comitês não têm funções executivas tampouco poder de decisão. Nessas condições, suas opiniões e propostas são submetidas à apreciação de nosso conselho de administração. Nossos comitês são formados por membros do Conselho de Administração, devendo ter coordenação rotativa. Cabe ao coordenador do comitê assegurar o cumprimento dos objetivos do comitê e convidar outros participantes para discussão de assuntos específicos, se assim entender necessário.

Conflito de Interesses:

A Lei das Sociedades por Ações proíbe um conselheiro de:

- praticar qualquer ato de liberalidade às custas da companhia, salvo por atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a Companhia, tendo em vista suas responsabilidades sociais, os quais poderão ser autorizados pelo conselho;
- receber de terceiros, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de Assembleia Geral;

- sem prévia autorização da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, ou usar, em proveito próprio, de terceiros ou de sociedade em que tenha interesse, os seus bens, serviços ou crédito; intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia;
- usar em benefício próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para a companhia, oportunidades comerciais de que tenha conhecimento devido ao exercício do seu cargo;
- omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da companhia; e
- adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tencione adquirir.

Diretores

Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. Nos termos de nosso Estatuto Social, nós podemos ter de 4 a 8 Diretores.

Composição:

Segue abaixo a lista dos atuais membros de nossa Diretoria, contendo os respectivos cargos, datas de posse, prazos do mandato.

Nome	Cargo	Data da Eleição	Prazo do Mandato
Renato Alves Vale	Presidente	27 de março de 2.008	2 anos
Márcio José Batista	Vice-Presidente Executivo	27 de março de 2.008	2 anos
Luis Augusto Nesbitt Rebelo da Silva	Diretor de Planejamento e Controle	27 de março de 2.008	2 anos
Leonardo Couto Vianna	Diretor de Novos Negócios	27 de março de 2.008	2 anos
Arthur Piotto Filho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	27 de março de 2.008	2 anos
Antonio Linhares da Cunha	Diretor de Desenvolvimento Empresarial	27 de março de 2.008	2 anos
Ítalo Roppa	Diretor Vice-Presidente de Gestão	27 de março de 2.008	2 anos
Marcus Rodrigo de Senna	Diretor Jurídico	28 de novembro de 2.008	Juntamente com o término do mandato dos demais

(1) O prazo do mandato de cada um dos membros de nossa diretoria deve se encerrar na primeira reunião do conselho de administração que se realizar após a assembleia geral ordinária que apreciar as contas do exercício social que se encerrar em 31 de dezembro de 2.009.

Experiência Profissional e Endereço Comercial:

A seguir consta breve descrição da qualificação de cada membro de nossa Diretoria e respectivo endereço comercial.

Renato Alves Vale: Sr. Vale é nosso Diretor Presidente, atuou como Diretor Presidente da AutoBAn e Diretor de engenharia da NovaDutra. Antes de iniciar suas atividades no negócio de concessões em 1.995, ocupou vários cargos administrativos na Construtora Mendes Jr. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sr. Vale tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar.

Márcio José Batista: Sr. Batista é Diretor Vice-Presidente Executivo. De 1.999 a 2.002, o Sr. Batista foi diretor presidente do Sistema Anhanguera-Bandeirantes. Antes disso, trabalhou na Cia. Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, uma empresa de construção pertencente ao Grupo Odebrecht e para outras empresas do setor de construção. Formou-se em engenharia civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Mogi das Cruzes.

Sr. Batista tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, 222 – Bloco B – 5º andar.

Ítalo Roppa: Sr. Roppa é Diretor Vice-Presidente de Gestão. De 2.002 a 2.005, o Sr. Roppa foi diretor presidente do Sistema Anhanguera-Bandeirantes. Antes disso, trabalhou na Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A e na Construtora Mendes Junior S/A. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro. Sr. Roppa tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet nº 222 Bloco B, 5º andar.

Arthur Piotto Filho: Sr. Filho é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CCR desde dezembro de 2.007. Integrante da CCR desde seu início em 1.999, atuou como Gerente Financeiro até a abertura de capital, em fevereiro de 2.002, quando passou a dedicar-se ao relacionamento com investidores. Antes de ingressar na Companhia, atuou no Grupo Camargo Correa nas áreas de Financiamentos Estruturados, Tesouraria e Planejamento Estratégico. Graduiu-se em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie.

Leonardo Couto Vianna: Sr. Vianna é Diretor responsável pela área de desenvolvimento em novos negócios. Sr. Vianna trabalhou como Diretor de Obras da NovaDutra. Antes de entrar para o grupo, Sr. Vianna ocupou diversos cargos na Construtora Mendes Júnior S.A. Formou-se em engenharia civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e em direito pela Universidade Paulista - UNIP. Sr. Viana tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, 222 – Bloco B – 5º andar.

Marcus Rodrigo de Senna: Sr. Senna foi eleito Diretor Jurídico da CCR, em novembro de 2.008. Integrante da CCR desde 1.999, atuou como Gerente Jurídico da Concessionária AutoBAn até 2.002. Com a criação da Actua, o centro de serviços compartilhados do Grupo, assumiu a sua Gerência Jurídica até 2.004, quando passou a integrar o Jurídico da CCR, como responsável pelos assuntos estratégicos do Grupo. Formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, atuou com contencioso e consultoria, antes de ingressar na Companhia. Sr. Senna tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, 222 – Bloco B – 5º andar.

Antonio Linhares da Cunha: Sr. Cunha atuou durante dez anos no desenvolvimento de negócios da Andrade Gutierrez, inclusive nos programas de concessão de rodovias. Anteriormente, trabalhou, também durante dez anos, na área de orçamentos da Construtora Mendes Jr. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. O Sr. da Cunha tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, 222 – Bloco B – 5º andar.

Luis Augusto Nesbitt Rebelo da Silva: Sr. Rebelo é o Diretor responsável pela área de planejamento. Anteriormente, Sr. Rebelo ocupou o cargo de Diretor de Planejamento Estratégico do grupo Brisa. Formou-se em administração de empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão em Lisboa. Sr. Rebelo tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, 222 – Bloco B – 5º andar.

Existência de Relação Familiar:

Os membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria não têm, entre si ou com nossos Acionistas Controladores, qualquer relação familiar, seja natural ou civil, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo pela relação familiar existente entre o Diretor Jurídico da Companhia, o Sr. Marcus Rodrigo de Senna, e o conselheiro, o Sr. Ricardo Coutinho de Sena, que são primos.

Títulos e Valores Mobiliários detidos pelos membros efetivos e suplentes do conselho de administração e diretoria

Exceto pelas ações de nossa emissão constantes da lista abaixo, os membros efetivos e suplentes de nosso Conselho de Administração e nossos Diretores não são proprietários ou detentores, direta ou indiretamente, de qualquer título ou valor mobiliário conversível em ações de nossa emissão, tampouco titulares de direito de subscrição ou aquisição, sob qualquer forma, de ações de nossa emissão, que não os decorrentes de lei.

Membros Efetivos do Conselho de Administração	Quantidade de Ações Ordinárias
	Em 31 de maio de 2.009
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna.....	4
Eduardo Borges de Andrade	1.208.692
Valdemar Jorge Martins Mendes	4
Francisco Caprino Neto.....	4
João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento	4
Rodrigo Cardoso Barbosa	4
Sérgio Padovan.....	4
Ricardo Coutinho de Sena.....	4
Gilberto Audelino Correa	300
Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes.....	40
Membros Suplentes do Conselho de Administração	
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vecchia.....	4
Paulo Roberto Reckziegel Guedes.....	20.004
Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães	4
Roberto Carlos Deutsch	4
José Honorato Gago da Câmara Botelho de Medeiros.....	4
Marcelo Pires Oliveira Dias.....	4
Thadeu Luciano Marcondes Penido.....	4
Renato Torres de Faria	4
Diretores	
Renato Alves Vale.....	55.000
Márcio José Batista	0
Ítalo Roppa	0
Arthur Piotto Filho	0
Leonardo Couto Vianna	0
Marcus Rodrigo de Senna	0
Antonio Linhares da Cunha	0
Luis Augusto Nesbitt Rebelo da Silva	0

Remuneração e Plano de Participação nos Lucros

A remuneração dos administradores é fixada pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral pode fixar uma verba global para os administradores, cabendo ao Conselho de Administração deliberar e aprovar a sua distribuição entre seus membros e a Diretoria.

Em relação ao exercício findo em 2.008, nós pagamos aos membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria, como remuneração global, o valor de aproximadamente R\$17 milhões.

Nós adotamos plano de participação nos lucros e cada uma de nossas controladas adotou um plano de participação nos lucros e resultados, por meio do qual os empregados recebem uma percentagem do lucro da Concessionária, calculada com base na remuneração mensal paga ao empregado e nos limites individuais definidos em cada programa. Os diretores das nossas controladas têm o direito a bônus de acordo com o desempenho específico de cada concessão. Para mais informações, favor consultar a seção “*Recursos Humanos*” na página 206 deste Prospecto.

Não há plano de opção de compra de ações da Companhia nesta data.

A tabela a seguir detalha, para cada grupo (Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e demais comitês), o valor recebido em função do salário base, de bônus, de opções de antecipação de aposentadoria ou resgate para o último exercício social.

Remuneração	Diretoria	Conselho de Administração e Conselho Fiscal	Demais comitês
Valor recebido em função do salário base e benefícios.	13.459.627,72	1.169.895,64	0,00
Valor recebido de opções de antecipação de aposentadoria ou resgate de benefícios	0,00	0,00	0,00
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	15.610.285,00	0,00	0,00

Nota: Os comitês não recebem remuneração específica.

Contratos ou Outras Obrigações Relevantes celebrados pelos membros efetivos e suplentes do conselho de administração e diretoria

Os membros efetivos e suplentes de nosso Conselho de Administração e nossos Diretores não celebraram qualquer contrato relevante, tampouco têm qualquer obrigação relevante com a Companhia.

Inexistência de condenação dos administradores da Companhia

Os membros efetivos e suplentes de nosso Conselho de Administração e nossos Diretores não foram condenados em processos judiciais e administrativos.

Conselho Fiscal

De acordo com o nosso estatuto social, nosso Conselho Fiscal não é permanente, devendo ser instalado, a pedido de nossos acionistas, de acordo com a Lei de Sociedade Ações.

De acordo com a Instrução CVM nº 324, 19 de janeiro de 2.000, acionistas titulares de 2% de nosso capital social podem requerer a instalação de Conselho Fiscal em Assembleia Geral de acionistas. Nosso Conselho Fiscal, quando instalado, deve ser composto de 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes. Nossos acionistas minoritários, que representarem em conjunto, no mínimo, 10% do nosso capital votante, terão o direito de eleger um membro de nosso Conselho Fiscal, bem como o respectivo suplente, cabendo aos nossos Acionistas Controladores a eleição dos demais membros.

Qualquer acionista ou grupo de acionista titular de, no mínimo, 5% do nosso capital social pode exigir do Conselho Fiscal o fornecimento de informações relacionadas às matérias listadas acima.

O Conselho Fiscal não é subordinado ou vinculado a qualquer outro órgão de nossa administração, seja o Conselho de Administração ou a Diretoria. Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição.

A remuneração do Conselho Fiscal é definida na Assembleia Geral em que forem eleitos e não poderá ser menor, para cada membro em exercício, do que 10% da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Atualmente o Conselho Fiscal da CCR é composto da seguinte maneira:

Membro Efetivo	Cargo	Membro Suplente	Data de Posse	Prazo do Mandato(1)
Newton Brandão Ferraz Ramos	Membro	Tarcísio Augusto Carneiro	15 de abril de 2.009	2.010
Manuel Resende Bissaya Barreto.....	Membro	José Valdir Pesce	15 de abril de 2.009	2.010
Adalgiso Fragoso de Farias	Membro	Fernando Luiz Aguiar Filho	15 de abril de 2.009	2.010

(1) O prazo do mandato de cada um dos membros de nosso conselho fiscal deve se encerrar na assembleia geral ordinária que se realizar no ano seguinte ao da respectiva eleição, ressalvadas as hipóteses de renúncia, destituição ou falecimento.

Experiência Profissional e Endereço Comercial:

Membros Efetivos:

A seguir consta breve descrição da qualificação de cada membro efetivo de nosso Conselho de Administração e respectivo endereço comercial.

Newton Brandão Ferraz Ramos: O Sr. Ferraz Ramos é membro efetivo do Conselho Fiscal. Sr. Ferraz Ramos é Gerente de Controle da AGConcessões. Formou-se em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Sr. Ferraz Ramos tem endereço comercial em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua do Contorno, nº 8.123.

Manuel Resende de Bissaya Barreto: Nascido em 09 de outubro de 1.974. o Sr. Barreto é membro efetivo do Conselho Fiscal. O Sr. Barreto também ocupa o cargo de Diretor Administrativo da Brisa. Formado no Instituto Superior de Gestão Bancária, em Lisboa, Portugal em 1.999, possui Licenciatura em Administração. De 1.997 a 2.001, trabalhou como técnico no Departamento pelas áreas de Meios de Pagamento na Rural Informática em Lisboa, Portugal. De 2.001 a 2.002, trabalhou no Grupo Totta em Lisboa como Técnico de Organização e Métodos e de 2.003 a 2.006, na Brisa – Auto-Estradas de Portugal S.A., em Carcavelos, Portugal, como Técnico de Organização e Métodos. O Sr. Barreto tem endereço comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar.

Adalgiso Fragoso de Farias: Graduado em Ciências Econômicas pela PUC-MG, com cursos de pós-graduação e MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC e Política Econômica e Finanças de Empresas pela FUMEC. Atualmente é Diretor de Planejamento Financeiro da Camargo Corrêa S.A.; tem como endereço comercial a Rua Funchal, nº 160, São Paulo.

Membros Suplentes:

Tarcísio Augusto Carneiro: Nascido em 10 de julho de 1.960, o Sr. Tarcísio Augusto Carneiro é membro suplente do Conselho Fiscal. O Sr. Carneiro ocupa o cargo de gerente de controle da AGConcessões desde 01 de janeiro de 1.999. De 1.988 até 1.998, trabalhou como Engenheiro Coordenador de Projetos na Andrade Gutierrez. Formouse em engenharia civil na Universidade Federal de Minas Gerais em julho de 1.983. O Sr. Tarcísio Augusto Carneiro tem endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Avenida do Contorno 8.123 – Bairro Cidade Jardim.

José Valdir Pesce: Brasileiro, casado, natural de Monte Azul Paulista-SP, nascido em 15/07/1.953, Contador CRC 1SP 85.659 O-6, Administrador de Empresas, pós graduado em Controladoria, com endereço na Rua Deputado Vicente Penido, 255 - Bairro Vila Maria- São Paulo - SP, CEP 02064-120, portador do RG nº 6.081.652-1 SSP-SP, e CPF nº 484.999.008-87.

Fernando Luiz Aguiar Filho: Possui Graduação e Mestrado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Desde 2.002 trabalha no Grupo Camargo Corrêa. Atualmente é Gerente de Participações da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-estrutura S.A.; tem como endereço comercial a Rua Funchal, nº 160, São Paulo.

Planos de Opções de Compra de Ações

De acordo com nosso Estatuto Social, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, dentro do limite do capital autorizado, de acordo com o plano de outorga de opções que venha a ser aprovado pela Assembleia Geral.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

A cada exercício, o Conselho de Administração deverá propor a destinação do resultado do exercício anterior, que será objeto de deliberação dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária.

Para os fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é o resultado do exercício social, deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para a contribuição social e a participação de empregados e da administração nos lucros.

O cálculo do lucro líquido e sua destinação são determinados com base em nossas demonstrações financeiras auditadas do exercício social imediatamente anterior.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o valor correspondente ao lucro líquido, conforme ajustado, ficará disponível para distribuição aos acionistas em qualquer exercício, podendo ser:

- Reduzido por valores alocados à reserva legal;
- Reduzido por valores alocados às reservas estatutárias, se houver;
- Reduzido por valores alocados à reserva para contingências, se houver;
- Reduzido por valores alocados à reserva de retenção de lucros, se houver;
- Reduzido por valores alocados à reserva de lucros a realizar;
- Aumentado por reversões de reservas para contingências registradas em anos anteriores; e
- Aumentado por valores alocados à reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

A destinação dos lucros para as reservas estatutárias e de retenção de lucros não poderá ser aprovada, em cada exercício, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

Reservas de Lucros e de Capital

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, as companhias geralmente apresentam duas principais contas de reservas, a partir das quais pode o dividendo ser pago: (i) as reservas de lucros; e (ii) as reservas de capital.

Reservas de Lucros:

As reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva para contingências, a reserva de lucros a realizar, a reserva de retenção de lucros e as reservas estatutárias. Em 31 de março de 2.009, mantínhamos R\$789,3 milhões em reserva de lucros.

O saldo das contas de reservas de lucros, com exceção da reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar, não pode exceder o nosso capital social. Caso isso ocorra, a Assembleia Geral Ordinária deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Reserva Legal:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, estamos obrigados a constituir e manter a reserva legal, à qual serão destinados 5% do lucro líquido de cada exercício social, até que o valor da reserva atinja 20% do capital social. Podemos deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores da reserva legal devem ser aprovados em Assembleia Geral Ordinária de acionistas e só podem ser utilizados para aumentar o capital social ou compensar prejuízos. Em 31 de março de 2.009, mantínhamos R\$35,7 milhões em reserva legal.

Reserva para Contingências:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, destinar parte do lucro líquido à formação da reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. A proposta da administração para destinação de parte do lucro líquido à formação desta reserva deverá indicar a causa da perda prevista e justificar a constituição da reserva. Qualquer valor assim destinado em exercício anterior deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada não venha, de fato, a ocorrer ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. Em 31 de março de 2.009, não possuíamos saldo de reserva para contingências.

Reserva de Incentivos Fiscais:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em 31 de março de 2.009, não possuíamos saldo de reserva de incentivos fiscais.

Reserva de Lucros a Realizar:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores: (i) o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial se houver; e (ii) o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, quando realizados e se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. Em 31 de março de 2.009, não possuíamos saldo em nossa reserva de lucros a realizar.

Reserva de Retenção de Lucros:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Em 31 de março de 2.009, mantínhamos R\$753,6 milhões em reserva de retenção de lucros.

Reservas Estatutárias:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social poderá criar reservas para alocar parte do nosso lucro líquido, desde que, para cada uma: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e (iii) estabeleça o limite máximo da reserva. A alocação dos recursos para reservas não poderá ocorrer se tiver sido realizada para evitar o pagamento do dividendo obrigatório. Em 31 de março de 2.009, não possuíamos saldo de reserva estatutária.

Reserva de Capital:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital compõe-se de reserva de ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias e alienação de bônus de subscrição.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as reservas de capital poderão ser utilizadas, entre outras, para: (i) absorção de prejuízos que excedam os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso, ou compra das próprias ações; e (iii) incorporação ao nosso capital social.

Em 31 de março de 2.009, não possuíamos saldo de reserva de capital.

Dividendo Obrigatório

Os acionistas de uma companhia têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela do lucro líquido ajustado estabelecido no Estatuto Social. Juros sobre capital próprio, em conformidade com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1.995, podem ser distribuídos e imputados no valor do dividendo obrigatório.

A Lei das Sociedades por Ações permite a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício social em que os órgãos da administração reportarem à Assembleia Geral que a distribuição será incompatível com a situação financeira da companhia. A suspensão está sujeita à aprovação em Assembleia Geral e análise pelos membros do conselho fiscal, se instalado. Em companhias abertas, o conselho de administração deverá apresentar à CVM justificativa para a suspensão, no prazo de cinco dias a contar da realização da Assembleia Geral. Se o dividendo obrigatório não for pago, os valores correspondentes serão atribuídos a uma conta de reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos subsequentes, tais valores serão pagos aos acionistas assim que a situação financeira da companhia permitir.

Dividendos:

A Companhia está obrigada pela Lei das Sociedades por Ações e por seu Estatuto Social a realizar uma Assembleia Geral Ordinária até o quarto mês subsequente ao encerramento de cada exercício social para, entre outros aspectos, deliberar sobre a distribuição de dividendo anual. A distribuição de dividendo anual toma por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior. O Estatuto Social estabelece o dividendo como porcentagem do lucro apurado no final do exercício social de cada ano.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento de dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser distribuído no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de distribuição que, em qualquer hipótese, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo tenha sido declarado. Os acionistas têm o prazo de 3 anos, contados da data de distribuição de dividendos, para reclamar o recebimento dos dividendos (ou pagamento de juros) referentes às suas ações.

A declaração anual de dividendos exige aprovação em Assembleia Geral e depende de diversos fatores, tais como os resultados operacionais da Companhia, sua condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras e outros fatores que os acionistas e o Conselho de Administração julguem relevantes. De acordo com o nosso Estatuto Social, é assegurado aos nossos Acionistas o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que podemos declarar, por meio de nosso Conselho de Administração, dividendos intermediários à conta de (i) balanço patrimonial semestral ou, (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Podemos ainda, pagar juros sobre o capital próprio, respeitados os termos da legislação vigente. Tanto o dividendo intermediário quanto os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos.

Nossa política atual é a de distribuir anualmente, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.004, no mínimo 50% de nosso lucro líquido ajustado a título de dividendos, desde que resguardada nossa saúde econômico-financeira. Pretendemos realizar pagamentos semestrais, resguardadas as previsões legais e estatutárias. Não temos a intenção de alterar nosso Estatuto Social a fim de refletir esta política.

Pelo fato da Companhia ser uma empresa *holding*, sem geração de receitas operacionais, e ainda pelo fato de que as receitas oriundas tanto de taxas de administração quanto de taxas de juros que ela recebe das concessionárias não serem expressivas, somente temos condições financeiras de distribuir dividendos aos nossos acionistas se a CCR receber dividendos de suas Concessionárias.

Juros sobre o Capital Próprio

Desde 1.º de janeiro de 1.996, as sociedades brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio dos seus acionistas (menos reservas de reavaliação) e considerar tais pagamentos como despesas dedutíveis do lucro para fins de cálculo dos impostos brasileiros sobre o lucro. O valor da dedução fica, de modo geral, limitado ao que for maior entre (i) 50% do nosso lucro líquido (após as deduções de provisões para contribuição social incidente sobre o lucro líquido, mas antes de se considerar a provisão para o imposto de renda e juros

sobre o capital próprio) e (ii) 50% de nossos lucros acumulados e reservas de lucros no início do exercício social em relação ao qual o pagamento seja efetuado. Adicionalmente, a taxa de juros sobre o capital próprio fica limitada à variação pro rata die da TJLP aplicável ao período em questão.

Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, sejam eles residentes ou não no Brasil, está sujeito ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, sendo que esse percentual será de 25%, caso o acionista que receba os juros seja residente em um paraíso fiscal (i.e., um país onde não exista imposto de renda, ou que tenha imposto de renda com percentual máximo fixado abaixo de 20% ou onde a legislação local imponha restrições à divulgação da composição dos acionistas ou da participação no investimento). O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda retido na fonte, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório.

De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do imposto de renda retido na fonte, acrescida da quantia dos dividendos declarados, seja equivalente, ao menos, ao montante do dividendo obrigatório.

Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia realizou sua primeira distribuição de dividendos em abril de 2.003. Anteriormente, não declarou dividendos, nem pagou juros sobre capital próprio, uma vez que a Lei de Sociedades Anônimas proíbe a Companhia fazer tais distribuições enquanto ela tiver prejuízos acumulados e, adicionalmente, alguns dos contratos de financiamento das concessionárias impunham restrições à distribuição de dividendos.

A tabela abaixo demonstra as datas e os valores pagos a título de distribuição de dividendos nos anos de 2.003 a 2.009.

Exercício	Tipo	Data de início de pagamento	Valor por ação (em R\$)	Total pago (em milhares de R\$)
2.002	Dividendos	23/04/2.003	0,35	29.686
2.003	Dividendos	19/04/2.004	0,59	50.043
2.004	Dividendos	02/09/2.004	1,00	100.775
	Dividendos	07/04/2.005	1,00	100.775
2.005	Dividendos	27/09/2.005	2,00	201.551
	Dividendos	17/04/2.006	0,25	100.775
2.006	Dividendos	31/08/2.006	0,63	253.954
	Dividendos	10/04/2.007	0,50	201.551
2.007	Dividendos	31/08/2.007	0,82	330.543
	Dividendos	11/04/2.008	0,50	201.551
2.008	Dividendos	30/09/2.008	1,00	403.101
	Dividendos	30/04/2.009	0,35	141.085

Em abril de 2.003, a CCR distribuiu dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.002, mediante o pagamento de R\$0,35 por ação de sua emissão. Em 18 de março de 2.004, a Companhia declarou dividendos de R\$0,59 por ação, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.003. Em 01 de setembro de 2.004 distribuiu dividendos intermediários de R\$1,00 por ação, à conta dos lucros acumulados. Em 11 de abril de 2.005 complementou a distribuição de dividendos de R\$1,00 por ação relativo ao exercício fiscal de 2.004. Em 30 de março de 2.006 anunciou pagamento de dividendos equivalentes a R\$0,25 por ação ordinária (considerando o desdobramento de ações na proporção de 1 ação para 4 ações). Essa distribuição complementou a antecipação de dividendos ocorrida em 27 de setembro de 2.005, no valor de R\$0,50 por ação, resultando em um *payout* de 60,4% referente ao exercício fiscal de 2.005.

A distribuição de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.006 totalizou R\$455,5 milhões (aproximadamente R\$1,13 por ação ordinária), sendo que, desse total, a parcela de R\$254 milhões (R\$0,63 por ação ordinária) foi distribuída na forma de dividendos intermediários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2.006. A parcela restante de R\$201,5 milhões, correspondente a R\$0,50 por ação ordinária, R\$201.551 mil, foi distribuída aos acionistas no dia 10 de abril de 2.007, sendo que as ações da Companhia foram negociadas “ex-dividendos” a partir de 30 de março de 2.007. A Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de agosto de 2.007 aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor

de R\$331 milhões, correspondente a R\$0,82 por ação ordinária. As ações da Companhia passaram a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 10 de agosto de 2.007.

A Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2.008 aprovou a distribuição complementar de dividendos aos acionistas, referentes ao exercício de 2.007, de R\$0,50 por ação, totalizando R\$201,5 milhões. Essa distribuição complementou a antecipação de dividendos ocorrida em 31 de agosto de 2.007 de R\$0,82 por ação, resultando em um *payout* de 91,2% referente ao exercício fiscal de 2.007 (regime de competência).

No dia 11 de agosto de 2.008, foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos relativos ao ano de 2.008, proposta pela Diretoria da CCR, no valor de R\$1,00 por ação, totalizando R\$403,1 milhões a serem distribuídos a partir de 30 de setembro de 2.008.

A partir de 30 de abril de 2.009, foi iniciado o pagamento parcial dos dividendos deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2.009 (AGO), no valor de R\$0,25 (vinte e cinco centavos de real) por ação ordinária, sendo que a diferença, correspondente a R\$0,10 (dez centavos de real) por ação ordinária deverá ser paga até o dia 31 de dezembro de 2.009, conforme vierem a ser publicados oportunamente os respectivos Avisos aos Acionistas, sendo que as ações da Companhia serão negociadas “ex-dividendos” a partir de 16 de abril de 2.009.

Não foram realizados pagamentos de juros sobre o capital próprio até o momento.

RECURSOS HUMANOS

Pessoal

Ao final dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007 e 2.008, tínhamos, juntamente com as Concessionárias e nossas Subsidiárias Operacionais, respectivamente, 4.213, 4.387 e 5.090 empregados contratados diretos, em tempo integral e, no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, contávamos com 5.112 empregados. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos empregados, aos das Concessionárias e aos das nossas subsidiárias operacionais:

Contratante	Total por Categoria	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2.006	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2.007	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2.008	Período de três meses findo em 31 de março de 2.009
Ponte - RJ	Administração	33	35	37	37
	Manutenção	14	3	3	33
	Operação	224	224	255	254
	Sub-Total:	271	262	295	324
Lagos - RJ	Administração	10	9	6	6
	Manutenção	7	11	1	11
	Operação	86	97	91	80
	Sub-Total:	103	117	98	97
RodoNorte - PR	Administração	44	44	45	43
	Manutenção	0	0	0	7
	Operação	2	2	3	3
	Sub-Total:	46	46	48	53 ¹
AutoBAN - SP	Administração	56	55	54	96
	Manutenção	0	0	23	58
	Operação	1.129	1.136	1.131	1.074
	Sub-Total:	1.185	1.191	1.208	1.228
Parques – PR	Administração	3	3	7	8
	Manutenção	14	0	0	20
	Operação	575	600	609	600
	Sub-Total:	592	603	616	628
CCR - SP	Administração	65	57	69	64
	Manutenção	0	0	0	0
	Sub-Total:	65	57	69	64
NovaDutra – SP ²	Administração	61	58	56	61
	Manutenção	25	9	32	71
	Operação	966	975	1.032	1.030
	Sub-Total:	1052	1042	1120	1.162
Actua Assessoria - SP	Administração	65	78	77	77
	Operação	44	0	0	0
	Sub-Total:	109	78	77	77
Actua Serviços - SP	Administração	65	88	76	80
	Manutenção	13	27	27	28
	Sub-Total:	78	115	103	108
Engellog - SP	Administração	61	120	123	114
	Manutenção	131	243	262	81
	Operação	0	0	0	0
	Sub-Total:	192	363	385	195
ViaOeste - SP	Administração	51	57	54	64
	Manutenção	24	2	11	56
	Operação	445	453	531	525
	Sub-Total:	520	512	596	645
ViaQuatro - SP	Administração	0	9	21	29
	Manutenção	0	2	16	1
	Operação	0	0	2	28
	Sub-Total:	0	11	39	58

² Parte dos empregados que não trabalha nas atividades consideradas fim da NovaDutra são terceirizados em decorrência do contrato de prestação de serviços com o Coper. Diante disso, são terceirizados: (i) em 31 de dezembro de 2.006: 37 empregados da administração, 17 empregados de manutenção e 946 empregados da operação; (ii) em 31 de dezembro de 2.007: 35 empregados da administração, 0 empregados de manutenção e 959 empregados da operação; (iii) em 31 de dezembro de 2.008: 31 empregados da administração, 23 empregados de manutenção e 1.016 empregados da operação; e (iv) em 31 de março de 2.009: 33 empregados da administração, 48 empregados de manutenção e 1.016 empregados da operação.

Contratante	Total por Categoria	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2.006	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2.007	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2.008	Período de três meses findo em 31 de março de 2.009
RodoAnel - SP	Administração	0	0	1	0
	Manutenção	0	0	9	9
	Operação	0	0	426	464
	Sub-Total:	0	0	436	473
Renovias - SP	Administração	85	90	87	88
	Manutenção	218	217	173	170
	Operação	586	578	576	581
	Sub-Total:	889	885	836	839
TOTAL GERAL:		5102	5272	5926	5951

As Concessionárias, (i) CCR, (ii) AutoBAn, (iii) NovaDutra, (iv) ViaOeste e (v) RodoNorte totalizam, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2.009, respectivamente, 2.262 empregados contratados e proventos despendidos no valor de R\$5.332.430,68; 2.256 empregados contratados sendo os proventos despendidos no valor de R\$5.423.359,17, e 2.249 empregados contratados e proventos despendidos no valor de R\$5.995.522,89.

Relacionamento da Companhia com Sindicatos e Colaboradores

A CCR e suas Concessionárias julgam ter bom relacionamento com seus empregados e sindicatos, não tendo havido greves nos últimos dez anos. A CCR e suas Concessionárias mantêm relações com os seguintes sindicatos:

- SINDCREP-SP - Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo;
- SINDECREP-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias de Rodovias em Geral no Estado do Rio de Janeiro; e
- SINDECREP-PR - Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado Do Paraná.

A CCR e suas Concessionárias negociam um novo acordo coletivo, a cada ano, com o respectivo sindicato a que estão afiliados. O relacionamento de cada uma das Concessionárias e da nossa Companhia e seus respectivos empregados está sujeito ao disposto nesses acordos. Os empregados da Companhia, bem como os das Concessionárias estão vinculados aos seguintes sindicatos: (i) Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo; (ii) Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado do Paraná.

As convenções coletivas têm, em geral, prazo de um ano. Não houve greve nos últimos três anos e nenhuma paralisação das atividades promovida pelos empregados. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com os sindicatos de empregados.

Conferimos aos nossos empregados e aos de nossas Concessionárias, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada e benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses empregados e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos. Os benefícios nos termos dessa política são concedidos sempre sob o regime de co-participação, cobrindo, em razão de faixas salariais, assistência média e odontológica, seguro de vida em grupo e alimentação.

Nossa política de benefícios também prevê remuneração situacional a nossos empregados e/ou de nossas Concessionárias que ocupem funções estratégicas, consistente, basicamente de ajuda de habitação e ajuda de reaparelhamento por até doze meses.

Não há planos de opção de compra de ações destinados a nossos empregados nem dos empregados das Concessionárias.

A Companhia não pretende implementar, no futuro, planos de opção de compra de ações destinados a seus empregados e aos empregados das Concessionárias.

Reajustes Salariais

As alterações salariais dos Colaboradores devem estar previstas nos orçamentos de cada Unidade, e podem ocorrer somente pelos seguintes motivos:

- Alterações Coletivas de Salários, por meio de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo, de cada unidade de negócio da CCR, cuja média de reajuste é 3,7%.

A CCR, AutoBA, NovaDutra, ViaOeste e RodoNorte firmaram com os sindicatos dos trabalhadores Acordo e Convenções Coletivas de Trabalho prevendo um reajuste salarial de 4% para seus colaboradores em 28 de fevereiro de 2.009.

Alterações Individuais de Salários que podem ser:

- Por merecimento, em função da maturidade profissional do colaborador e do desenvolvimento de suas habilidades, conhecimentos e competência em agregar valor aos resultados. A alteração salarial por merecimento, deve significar, em condições normais, a evolução de até 4 (quatro) estágios dentro da mesma faixa salarial, observando intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre duas alterações;
- Por promoção, em função do acesso do Colaborador a um nível de maior complexidade em relação ao atual.

Paralisações Sindicais

A Emissora julga ter bom relacionamento com seus empregados e sindicatos, não tendo havido greves na Emissora nos últimos 10 anos.

Programas de Remuneração

A Política de Remuneração praticada pela CCR e suas Concessionárias deve ser suficientemente capaz de atrair, reter e motivar os Colaboradores, compartilhando os ganhos pela obtenção e superação dos resultados pactuados. É composta pelos seguintes tipos de remuneração: fixa, variável, indireta e situacional;

A remuneração fixa representa o salário base, definido considerando a posição ocupada, a representatividade do profissional e os valores praticados pelo mercado;

Grupo de Prestação de Serviços: Agentes e Supervisores:

- a) A remuneração fixa deste grupo de profissionais será determinada considerando, sobretudo, a importância do cargo por eles ocupados e suas habilidades diferenciadas.
- b) Para atribuição do valor de cada cargo, deve ser considerado o mercado em nível regional;
- c) As tabelas salariais devem ser específicas para o Centro Corporativo e para cada Unidade de Negócio, contendo estágios que permitam reconhecer as habilidades diferenciadas no exercício das respectivas funções;

Grupo de Análise e Gestão: Analistas, Especialistas, Gestores, Coordenadores, Diretores e Assessores:

- a) A remuneração fixa deste grupo de Profissionais, leva em conta duas considerações. O valor correspondente à posição ocupada (cargo-cadeira) será determinado pelo sistema de pontuação referenciado no segmento de mercado compatível com a natureza do negócio da CCR e de suas Concessionárias. A remuneração fixa destes profissionais será determinada considerando, sobretudo, sua maturidade, suas habilidades, seus conhecimentos e sua competência comprovada em agregar valor de significativo impacto na gestão e nos resultados dos respectivos negócios, conforme definido na Projeção Evolutiva dos Profissionais.
- b) Esta remuneração, portanto, é válida para a CCR e suas Concessionárias, independente da Unidade de Negócio onde esteja alocado o profissional;

c) A Tabela Salarial deve ser única para a CCR e suas Concessionárias, não justificando, portanto, nenhuma alteração salarial na remuneração fixa, quando de transferências destes para outras Unidades. Os desequilíbrios causados pelas transferências devem ser tratados como remuneração situacional;

d) Os profissionais enquadrados nos níveis I e II da Projeção Evolutiva poderão ter sua remuneração fixa determinadas por tabelas locais, se a realidade do mercado assim recomendar.

A estrutura salarial da remuneração fixa é representada por níveis, faixas e estágios que permitam o adequado enquadramento dos profissionais conforme definições a seguir:

a) Os níveis definem o grau de complexidade para o exercício das tarefas;

b) A cada nível corresponde uma faixa salarial composta de estágios que definem os valores a serem praticados, considerando as fases de crescimento dos Colaboradores;

c) Os profissionais do Grupo de Prestação de Serviços e aqueles do Grupo de Análise e Gestão enquadrados nos níveis I e II da Projeção Evolutiva deverão ser admitidos no primeiro estágio de sua faixa salarial.

A remuneração variável representa a partilha da riqueza gerada pelo cumprimento e superação de metas empresariais, conforme Planos de Participação nos Resultados (PPR/PLRO) de cada exercício fiscal. Representa também, um grande incentivo para que os Colaboradores persigam cada vez mais a conquista de melhores resultados para a Empresa, a médio e longo prazo. Por envolver riscos o seu resultado pode ser nulo.

O PPR/PLRO é um dos meios de comprometer os Colaboradores com os objetivos e metas a serem alcançados pela CCR e suas Concessionárias num determinado período.

Portanto, os Gestores devem concentrar as suas atenções para este instrumento, a fim de conquistar o máximo de benefícios quanto à motivação de seus colaboradores, principalmente por ocasião de seus pagamentos, que devem ser anuais.

As bases e os critérios para a concessão da remuneração variável devem ser estabelecidos de acordo com a natureza de cada função, considerando a contribuição e o seu impacto nos resultados, como segue:

a) Os profissionais do Grupo de Liderança, acima do nível III inclusive, devem ter os seus desempenhos avaliados por meio de Programas de Ação, contendo as metas pactuadas e os critérios de avaliação;

b) Os profissionais do Grupo de Prestação de Serviços e os do Grupo de Liderança até nível II devem ter a sua remuneração variável vinculada aos esforços individuais e ou de sua equipe para alcançar as metas de curto prazo, normalmente voltadas a processos com reflexos em aumento de produtividade e melhoria da qualidade na prestação de seus serviços;

c) Os pagamentos a este título devem ser caracterizados como PLR (Participação nos Lucros ou Resultados), devendo constar obrigatoriamente nos Acordos Sindicais, de acordo com a Lei 10101, de 19/12/2.000.

A remuneração indireta é caracterizada pelos benefícios sociais, como programas de auxílio e ou suplementares ao bem-estar social dos Colaboradores e seus dependentes legais, sempre com a co-participação dos colaboradores no custeio, envolvendo planos de saúde e odontológico, previdência privada, alimentação e seguro de vida em grupo, coerentes com as realidades do mercado, exigências legais e acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho;

A remuneração situacional aplica-se exclusivamente aos Profissionais do Grupo de Análise e Gestão acima do nível III inclusive, pelo período em que a sua situação assim o justificar, não se constituindo em direito adquirido para fins trabalhistas.

A concessão desta remuneração deve ser aprovada previamente pelo Centro Corporativo podendo ser concedida a título de:

a) Auxílio moradia poderá ser pago ao beneficiado que tenha transferido sua família / residência de / para outro Município fora da área metropolitana, por necessidade da Empresa. Essa ajuda deve ser paga pelo período máximo de 12 (doze) meses, limitada ao efetivo desembolso, não podendo ultrapassar a 35% (trinta e cinco por

cento) do salário base (valor bruto). As despesas de locação, condomínio, impostos, taxas de consumo de água, luz, telefone, gás, etc., correm por conta do beneficiado. O valor deve ser pago a partir da efetivação da mudança, via Folha de Pagamento, com incidência no 13º salário, nas férias, no FGTS e nos demais encargos;

b) Ajuda de reaparelhamento, poderá ser paga ao beneficiado que tenha transferido sua família /residência de / para outro Município fora da área metropolitana, por necessidade da Empresa. Essa ajuda deve ser paga de uma só vez, limitada ao efetivo desembolso, não podendo ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) de seu salário nominal e destina-se a ressarcir os custos extraordinários decorrentes de sua mudança de residência. O valor deve ser pago a partir da efetivação da mudança, via Folha de Pagamento, sem incidência no 13º salário, nas férias, no FGTS e nos demais encargos.

Benefícios

A remuneração indireta é caracterizada pelos benefícios sociais, como programas de auxílio e ou suplementares ao bem-estar social dos Colaboradores e seus dependentes legais, envolvendo planos de saúde, previdência privada e seguro de vida em grupo, coerentes com as realidades do mercado, exigências legais e acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho;

A concessão dos benefícios deve ser, sempre, no regime de co-participação dos Colaboradores no custeio;

Adotam-se, internamente, para caracterizar como dependentes legais os cônjuges e filhos nos termos estabelecidos nos contratos com as seguradoras.

Os benefícios que podem ser concedidos pelo Sistema CCR e respectivos critérios são os seguintes:

- a) Assistência Médica e Odontológica de Grupo;
- b) Seguro de Vida em Grupo;
- c) Alimentação; e
- d) Previdência Privada.

Os benefícios concedidos devem ser contratados, para todas as Unidades do Sistema CCR, visando economia de escala e atendimento diferenciado. É de responsabilidade de o Centro Corporativo coordenar essas contratações a serem efetuadas pela ACTUA, ouvindo as Unidades de Negócio.

Plano de Previdência Privada

O CCRPREV PGBL é um programa de previdência complementar do qual podem participar todos os empregados das empresas CCR, Ponte, NovaDutra, ViaLagos, Rodonorte, AutoBAN, Actua, Engelog e ViaOeste. Além disso, o CCRPREV PGBL é uma forma de acumular recursos durante a carreira profissional do empregado, a fim de garantir uma renda no momento de a aposentadoria, independente da Previdência Social. Para isso, o empregado e a empresa realizam contribuições mensais e o valor acumulado é investido, aumentando ainda mais em função do retorno das aplicações financeiras.

A contribuição mensal mínima para o benefício (pleno, antecipado ou postergado) é de 1% do salário participação, com o limite mínimo de R\$25,75 (e é reajustada conforme acordo coletivo, ou seja todo mês de abril). Se 1% do salário participação for menor que R\$25,75 será descontado do salário nominal do colaborador R\$25,75. O empregado também poderá realizar contribuições voluntárias no valor e na periodicidade escolhida. No entanto, as contribuições voluntárias não terão contrapartida da empresa.

A Empresa depositará mensalmente o mesmo valor descontado do salário participação do empregado participante do plano.

Resgate Parcial: Se o empregado efetuar três resgates, será excluído do plano. Existe carência de 60 dias para retornar a contribuir.

Resgate Total: o empregado perderá a parte depositada pela empresa, só terá direito a sua parte da contribuição.

No caso do empregado ser demitido ou pedir demissão será informado ao UNIBANCO-AIG Previdência, para que este providencie o referido resgate.

Desde que sua demissão não seja motivada por justa causa, o empregado participante terá direito a um percentual do saldo formado por todas as contribuições da empresa, de acordo com o seu tempo de participação no programa, conforme a tabela a seguir:

Tempo de Participação no programa	Demissão por iniciativa do participante	Demissão por iniciativa da empresa
Até 5 anos incompletos	0%	0%
5 anos completos	25%	50%
6 anos completos	30%	60%
7 anos completos	35%	70%
8 anos completos	40%	80%
9 anos completos	45%	90%
A partir de 10 anos completos	50%	100%

Participação nos Lucros e/ou Resultados

Todas as empresas do Grupo CCR praticam a participação nos lucros e/ou resultados nos termos da Lei 10.101/00 em documento firmado com o sindicato dos trabalhadores. Todos os colaboradores são avaliados e recebem uma pontuação/nível, que por sua vez indica o número de salários que os colaboradores concorrem.

Plano de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, a geração de resultados e a criação sustentável de valor, por meio da visão de longo prazo e do alinhamento de interesses e objetivos entre acionistas e executivos da Companhia.

Há dois planos de incentivo vigentes, sendo que o plano um foi aprovado pelo conselho de administração no ano de 2.005 e o plano 2 no ano de 2.007. Cada plano possui seus respectivos programas, sendo que os programas relativos aos planos em vigor já foram formalizados:

Plano I: Programa 1 (criado em 2.005 com vigência até 2.009);
Programa 2 (criado em 2.005 com vigência até 2.010);
Programa 3 (criado em 2.006 com vigência até 2.011).

Plano II: Programa 4 (criado em 2.007 com vigência até 2.012);
Programa 5 (criado em 2.008 com vigência até 2.013);
Programa 6 (criado em 2.009 com vigência até 2.014).

A criação de novos planos e seus respectivos programas estão sujeitos a nova submissão e aprovação do conselho de administração da Companhia.

O plano de incentivo baseia-se na disponibilidade para venda, a determinados executivos da Companhia e das Concessionárias, escolhidos de forma discricionária pela administração da Companhia, de direitos patrimoniais denominados unidades de investimento (UI).

A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, mas somente confere ao seu titular um direito pecuniário, a ser liquidado em dinheiro. Esse direito é referenciado na variação de uma unidade virtual de valor (UVV), que é apurada mediante a ponderação (i) da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), (ii) nos dividendos pagos aos acionistas (40%); e (iii) em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Havendo plano de incentivo aprovado, a cada ano é iniciado um novo programa, com a venda de UIs aos participantes eleitos. As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano.

O incentivo do plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (valor da UVV no resgate – valor da UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*). Na hipótese do resultado negativo, será considerado o valor de compra, com desconto de 10%.

Para ter direito ao resgate, o executivo deverá permanecer na Companhia. Caso seu vínculo empregatício encerre-se durante a vigência do plano por aposentadoria, invalidez ou morte, ele ou seus sucessores terão direito ao resgate de todas as UIs com base no último valor real calculado das UVV's. Caso o desligamento ocorra por qualquer outro motivo, serão perdidos todos os direitos ao resgate de UIs, ainda não exercidos.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs resgatáveis de cada programa. O período de carência mínimo para resgate foi consolidado em três anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo programa, que normalmente tem prazo máximo de seis anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs imediatamente ao término do período de *vesting*, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo programa, quando será compulsório e automático.

A criação de cada programa também está condicionada ao alcance de uma meta anual de valorização mínima da UVV, com base em projeções submetidas e aprovadas pelo conselho de administração.

A atual prática contábil da Companhia, a partir do encerramento do exercício de 2.008, prevê a provisão do valor durante o período de *vesting*, apurando-se o valor justo dos montantes relativos ao plano de incentivo, bem como divulgação detalhada de seus critérios. O saldo, nesse sentido, em 31 de março de 2.009 era de R\$14.674 (R\$13.687 em 31 de dezembro de 2.008).

Recrutamento e Seleção

As contratação da CCR e de suas Concessionárias devem corresponder a uma vaga previamente aprovada e com seu custo previsto no orçamento e Planos de Negócio, observam o Perfil de Competência requerido pela função., o candidato deve ter concluído o segundo grau ou curso profissionalizante correspondente à função pretendida excetuando-se as vagas para as funções de limpeza, zeladoria e afins que o requisito mínimo de escolaridade é primeiro grau completo ou equivalente.

A CCR e suas Concessionárias têm como política priorizar a contratação de candidatos que já sejam empregados, posteriormente passando para candidatos que residam nas regiões das unidades ou indicados pelos já empregados.

Não é permitida a contratação de empregados que tenham relação de parentesco com conselheiros, diretores, gerentes ou empregados que tenham posição de supervisão em relação à vaga disponível.

A seleção é feita por meio de dinâmicas, testes e entrevistas programadas junto com candidato e requisitante.

Posteriormente é agendada a apreciação do candidato escolhido, se o mesmo pertencer ao Grupo de Análise e Gestão, realizados os exames médicos, solicitados os documentos para admissão e realizada a ambientação.

Programas de Segurança e Medicina do Trabalho

Todas as empresas do Grupo CCR possuem PCMSO - Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional e PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, bem como cumprem todas as demais normas regulamentadores sobre o tema.

Aprendizes e Portadores de Deficiência

A CCR está próxima de cumprir, incluindo suas subsidiárias, as cotas de Aprendizes e de Portadores de Deficiência instituídas pela Lei nº 8.213/91 e pelo artigo 429, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. É uma meta diária e priorizada pelo Grupo CCR. Infelizmente estamos encontrando dificuldade na contratação em razão da insuficiência de profissionais no mercado que preencham as condições estabelecidas.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas Concessionárias são parte em diversos procedimentos administrativos e/ou processos judiciais decorrentes de atividades exercidas no curso normal de seus negócios, envolvendo disputas usuais em empresas atuantes no setor de concessões de rodovias, como, por exemplo, o reequilíbrio econômico-financeiro, nas quais, de uma forma geral (e, exceto na medida descrita abaixo), eventuais decisões desfavoráveis não irão, individual ou conjuntamente, afetar adversamente de maneira significativa a nossa condição financeira.

Constituímos provisões para os processos judiciais e administrativos classificados por nossos advogados como de perda provável e indicamos em nossas Demonstrações Financeiras em nota aqueles com chances de perda possível. As provisões por nós constituídas para os processos judiciais de perda provável eram as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2008 ⁽¹⁾	Em 31 de março de 2009 ⁽¹⁾
Trabalhista e Previdenciário	2.855.000.00	1.989.000.00
Tributário	22.000.00	22.000.00
Cível	6.617.000.00	6.569.000.00
Total Consolidado ⁽²⁾	9.494.000.00	8.580.000.00

(1) em milhares de reais.

(2) o total consolidado indicado é arredondado.

Adiante, descrevemos as nossas contingências judiciais e administrativas relevantes por área, indicando as chances de perda e as respectivas provisões, quando constituídas.

Processos relativos ao Contrato de Concessão da RodoNorte

Encampação

Em 12 de junho de 2.003, nós publicamos fato relevante com o objetivo de comunicar ao mercado que, em 10 de junho de 2.003, o governo do Estado do Paraná enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná um projeto de lei para autorizar a encampação do contrato de concessão da RodoNorte e das demais concessionárias do Estado do Paraná. Nós entendemos que a encampação é um instrumento jurídico previsto em lei e no contrato de concessão, cuja implementação pressupõe o respeito ao devido processo legal e ao pagamento prévio de indenização dos investimentos realizados e dos lucros cessantes. No caso da RodoNorte, entendemos que a encampação deve respeitar, ainda, o convênio de delegação por meio do qual o Governo Federal transferiu ao Estado do Paraná a administração indireta da concessão quanto às rodovias federais.

Em 07 de julho de 2.003, foi publicada a Lei nº 14.065, de 04 de julho de 2.003, que autorizou o governo do Estado do Paraná a promover a encampação da concessão objeto do contrato de concessão da RodoNorte, para exploração do lote número 05 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

Nos termos do artigo 3º da Lei nº 14.065/03, a extinção da concessão e a retomada do serviço pelo poder concedente se dariam imediatamente após o pagamento ou depósito do valor correspondente à indenização das parcelas dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, na forma do artigo 5º da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1.995, do Estado do Paraná.

Adicionalmente, a cláusula XXVIII, item 8, do contrato de concessão da RodoNorte estabelece que: “No caso de encampação, a reversão dos bens será imediata e far-se-á: (a) com a prévia indenização das parcelas dos investimentos realizados, inclusive em obras de manutenção, bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento do contrato de concessão da RodoNorte, deduzidos os ônus financeiros remanescentes; (b) com a prévia desoneração da concessionária em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por ela contraídos com vistas ao cumprimento do contrato de concessão da RodoNorte, mediante, conforme o caso: (i) prévia assunção, perante instituições financeiras credoras, das obrigações contratuais da concessionária, em especial quando a receita tarifária figurar como garantia do financiamento; ou (ii) prévia indenização da totalidade dos débitos remanescentes da concessionária perante as instituições financeiras credoras; (c) com prévia indenização de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; (d) com a prévia indenização, a título de remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato de concessão da RodoNorte, calculada com base na proposta da concessionária, através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão.”

Nesse sentido, a RodoNorte ajuizou na Justiça Federal do Distrito Federal ação ordinária para impedir que o governo do Estado do Paraná encampasse a concessão da RodoNorte, nos termos da Lei nº 14.065. Em 22 de agosto de 2.003, a liminar pleiteada foi concedida e, em 01 de outubro de 2.003, foi revogada, em razão de alteração promovida no convênio de delegação, a qual, no entendimento do juiz, autorizaria o Estado do Paraná a explorar diretamente a concessão da RodoNorte. Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos. A RodoNorte entende que a chance de perda da ação é remota.

Desapropriação

Em 08 de janeiro de 2.004, foi publicado o Decreto nº 2.462, por meio do qual o governo do Estado do Paraná declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte.

A desapropriação constitui a mudança compulsória de titularidade do controle acionário da empresa concessionária para o ente expropriante, motivado por razões de interesse público. Nessa hipótese, a legislação brasileira garante, expressamente, o direito de sermos indenizados pelo Poder Concedente em razão dos investimentos que tivermos feito anteriormente à desapropriação em relação à manutenção das rodovias e aos ativos que não tiverem sido integralmente amortizados ou depreciados.

Nesse contexto, nós, a RodoNorte e os demais acionistas da RodoNorte ajuizamos ação ordinária na Justiça Federal do Distrito Federal, com o fim de anular o Decreto nº 2.462 e impedir a referida desapropriação de ações. O juiz de primeiro grau declinou a competência para a Justiça Estadual e a RodoNorte agravou da decisão no Tribunal Regional Federal, requerendo o reconhecimento da Justiça Federal para suspender a eficácia do Decreto, o que foi concedido e a ação continuou tramitando na Justiça Federal. Em 10 de fevereiro de 2.004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2.004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2.004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2.004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04. O processo encontra-se arquivado provisoriamente e a RodoNorte acredita que a probabilidade dessa ação ter um efeito material adverso é remota.

Cumprimento do Cronograma

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2.006, em face da RodoNorte, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os Quilômetros 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A RodoNorte contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento que previa intervenções posteriores no referido trecho, e a inaplicabilidade de tal índice aos trechos não restaurados da rodovia. Concedida a liminar requerida pelo MP, a RodoNorte iniciou a realização de obras previstas contratualmente, no trecho questionado. Em audiência de 02 de abril de 2.009, a concessionária entregou o relatório das obras realizadas. Foi deferido prazo de 90 (noventa) dias ao DER para verificação da realização das obras. A RodoNorte considera a probabilidade de efeito material adverso decorrente desta ação é remota.

Processos Relativos à Tarifa do Pedágio

Nossas Concessionárias são partes em ações relativas aos valores e, também, à própria cobrança das tarifas de pedágio. Em regra, tais ações visam à redução/manutenção da tarifa de pedágio cobrada, seja por meio da efetiva redução de parcela do montante cobrado ou por meio da não implementação de reajustes, e/ou a suspensão da cobrança dessa tarifa. Tais ações representam contingência de valor inestimável, tendo em vista a impossibilidade de se calcular o impacto que, por exemplo, a redução de determinada tarifa de pedágio ou a suspensão de cobrança da tarifa em determinada praça de pedágio poderia causar financeiramente às nossas Concessionárias.

Por outro lado, consideramos remota a probabilidade de haver resultado adverso nessas ações, tendo em vista estarem a cobrança do pedágio e as tarifas, com seus respectivos reajustes, de acordo com os contratos de concessão.

A maior parte dessas ações relativas a pedágio é representada por ações civis públicas e ações populares, por meio das quais terceiros – usuários ou o Ministério Público – levam à apreciação do Poder Judiciário questões que dizem respeito à tarifa e à própria cobrança do pedágio.

Ressalvamos, no entanto, a existência de ações judiciais, nas quais se discutem o direito da RodoNorte manter do equilíbrio econômico-financeiro da concessão por meio da manutenção ou implementação de reajustes nas tarifas de pedágio, reajustes esses previstos contratualmente.

Redução de Tarifa

Em 15 de julho de 1.998, o poder concedente do Estado do Paraná, por meio de ato unilateral, reduziu em 50% as tarifas de pedágio cobradas pela RodoNorte e por outras concessionárias participantes do Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos dos respectivos contratos de concessão. Alegando quebra do equilíbrio econômico-financeiro em que se baseava a concessão, a RodoNorte e as demais concessionárias afetadas com a decisão do Estado do Paraná ajuizaram ação judicial em face do Estado do Paraná, da União e do DER do Estado do Paraná, visando ao restabelecimento de tal equilíbrio econômico-financeiro. Em 28 de agosto de 1.998, foi concedida tutela antecipada às autoras, isentando-as do cumprimento de suas obrigações de investimento previstas nos respectivos contratos de concessão como contrapartida à redução da tarifa. Em 17 de dezembro de 1.999, nova tutela antecipada foi concedida, determinando o restabelecimento dos valores originais das tarifas de pedágio, corrigidas pelo índice de cálculo da inflação. O Estado do Paraná interpôs recurso contra a decisão de 17 de dezembro de 1.999, não tendo obtido decisão a ele favorável. Em 03 de março de 2.000, as partes chegaram a um acordo extrajudicial, por meio do qual as tarifas de pedágio para veículos leves foram restabelecidas e as tarifas para veículos pesados com mais de dois eixos continuaram a ser cobradas com desconto de 18%. Em contrapartida à redução dos preços das tarifas para veículos pesados, assim como pela redução anterior no preço geral das tarifas, a RodoNorte foi autorizada a reduzir investimentos na rodovia. Em 24 de março de 2.000, o Juiz da Primeira Vara Federal do Estado do Paraná homologou o acordo. Contudo, em 18 de maio de 2.000, o Ministério Público Federal do Estado do Paraná apresentou apelação, requerendo (i) a anulação parcial do processo, baseado no argumento de que não foi dada oportunidade ao Ministério Público de participar do processo, como exige a lei ou (ii) a redução no preço das tarifas de pedágio em 50%, conforme solicitado anteriormente pelo poder concedente. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

O DER-PR propôs ação civil pública, em março de 2.007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. Em 27 de novembro de 2.008, a ação entrou em fase de instrução. Em 1º de junho de 2009 foi proferida sentença extinguindo o processo, sem julgamento de mérito e não temos informação acerca da interposição de recurso de apelação pelo DER-PR. Acreditamos que a probabilidade dessa ação nos causar um efeito material adverso é remota.

Anulação dos Termos Aditivos

O Estado do Paraná e o DER-PR ingressaram com uma ação visando a anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2.000 e 2.002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (primeiro item de ‘Ação de Redução de Tarifa’). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução. Acreditamos que a probabilidade dessa ação nos causar um efeito material adverso é remota.

Reajuste 2.003

Em 2.003, a RodoNorte submeteu ao DER-PR cálculos para reajuste da tarifa de pedágio, nos termos constantes do contrato de concessão. Considerando que o DER-PR entendeu ser inoportuna essa pretensão, a RodoNorte ajuizou, em 28 de novembro de 2.003, ação ordinária com pedido de tutela antecipada para aplicação do reajuste pretendido. A antecipação dos efeitos da tutela foi indeferida, tendo a RodoNorte recorrido e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região concedido o reajuste, em 30 de janeiro de 2.004. Após recurso apresentado pelo governo do Estado do Paraná, foi parcialmente cassada para que o DER-PR analisasse a proposta de reajuste da tarifa apresentada pela RodoNorte em apropriado processo administrativo. A RodoNorte recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região alegando que os procedimentos relacionados ao reajuste de tarifas foram

cumpridos, em razão do que foi dado provimento ao recurso. Em 29 de fevereiro de 2.004, a RodoNorte voltou a cobrar a tarifa cheia. O Superior Tribunal de Justiça reformou a decisão, em função de pedido de suspensão de liminar apresentado pelo Estado do Paraná. A RodoNorte recorreu dessa decisão, tendo a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça dado provimento e restabelecido os efeitos da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que permite a cobrança da tarifa cheia. Não cabem recursos contra essa decisão. Em primeira instância, após a produção de provas o processo está em fase de produção de provas encontra-se com o juiz para decisão. A RodoNorte não provisionou o valor discutido nessa ação judicial por entender que a probabilidade de obter um resultado adverso nessa ação é remota.

Reajuste 2.004

Em 29 de novembro de 2.004, o DER/PR publicou a Portaria nº 680/2.004, que deferiu o percentual de reajuste de 10,13% das tarifas de pedágios cobradas pela RodoNorte, tendo, no entanto, imposto que o cálculo da tarifa fosse realizado com base na Taxa Interna de Retorno (“TIR”) do Projeto, em vez da TIR do Acionista. Em 03 de dezembro de 2.004, foi ajuizada ação contra o DER/PR, Estado do Paraná, União Federal e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, visando à autorização para o reajuste de 10,13% sem a restrição contida na Portaria nº 680/2.004 relativa à TIR do Projeto. Em 13 de janeiro de 2.005, foi concedida parcialmente a tutela antecipada pretendida, determinando-se a instauração de procedimento administrativo, relativo ao reajuste, com a participação e possibilidade de defesa da RodoNorte. Contra tal decisão, em 20 de janeiro de 2.005, a RodoNorte interpôs recurso visando a autorização de reajuste imediato de 10,13% sobre a TIR do Acionista. Em 21 de janeiro de 2.005, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região concedeu a liminar para o reajuste das tarifas de pedágio nos termos requeridos pela RodoNorte. O Tribunal negou seguimento ao recurso interposto pelo Estado do Paraná, em 10/02/2.005. Iniciou-se uma discussão sobre a competência para julgamento do caso, com recursos das partes, foi encerrada conferindo-se a atribuição da Justiça Federal. Em primeira instância, o processo está em fase de produção de provas.

Reajustes 2.005/2.008

Os reajustes seguintes foram garantidos por ações judiciais. As ações relativas aos anos de 2.005, 2.006 e 2.007, tiveram sentenças favoráveis à Companhia, com recurso da parte contrária pendente de julgamento. A sentença favorável da ação do ano de 2.006 foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Paraná em 16 de junho de 2.009 e a de 2.008 teve liminar deferida favoravelmente à Companhia, estando em fase inicial. O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelos períodos que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

Processo relativo ao Contrato de Concessão da AutoBAN

Em 01 de fevereiro de 2.005 o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da AutoBAN e de outras empresas pleiteando a declaração da nulidade do Contrato de Concessão Rodoviária nº 05/CR/98 por conta de supostos atos de improbidade administrativa. Em razão da natureza dos pedidos formulados, não há como estimar economicamente o valor envolvido. A AutoBAN já apresentou defesa demonstrando não haver existido a prática de atos de improbidade administrativa e o processo encontra-se em fase de instrução. Acreditamos que a chance de perda da ação é remota, razão pela qual não há provisão constituída em nossas demonstrações financeiras.

Ação Popular proposta por César Augusto Coelho Nogueira Machado

Em 15 de dezembro de 2.008 o Sr. César Augusto Coelho Nogueira Machado ajuizou ação popular em face do Governo do Estado de São Paulo/ Fazenda Pública do Estado de São Paulo, ARTESP, CCR e Encalço, impugnando a cobrança de pedágio em praças localizadas até 35 quilômetros do marco zero da Cidade de São Paulo. Em razão da natureza dos pedidos formulados, não há como estimar o valor econômico envolvido na demanda.

Apesar de o juiz ter concedido liminar em favor do Autor, esta foi suspensa, por votação unânime, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com base em jurisprudência anterior. Acreditamos que a probabilidade dessa ação nos causar um efeito material adverso é remota, razão pela qual não há provisão constituída em nossas demonstrações financeiras.

Processos Relativos à Indenização por Danos Materiais e Morais

Parte da contingência cível das nossas Concessionárias é representada, também, por ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidentes ocorridos nas rodovias administradas por nossas Concessionárias. Pela variedade de fatos envolvidos em cada um desses processos, não é possível estimar o valor envolvido em todos eles. No entanto, quando a fase processual destes processos permite tal avaliação e as chances de perda são consideradas prováveis pelos advogados responsáveis pelos casos, os respectivos valores são devidamente provisionados em nossas demonstrações financeiras. Assim, para o período de três meses findo em 31 de março de 2009 a AutoBAn provisionou R\$ 348.937,26 para as contingências cíveis envolvendo indenizações a usuários; a NovaDutra provisionou R\$ 3.683.142,98 e a RodoNorte provisionou R\$ 96.243,00.

Procedimentos Administrativos ou Processos Judiciais de Natureza Tributária e Previdenciária

São descritas, a seguir, as principais questões de natureza fiscal e previdenciária envolvendo a Companhia e suas controladas:

CCR: a CCR impetrou mandado de segurança, questionando a constitucionalidade da Lei nº 9718/98 quanto ao recolhimento de PIS e COFINS. A liminar foi parcialmente concedida, autorizando a CCR a recolher ambas as contribuições sociais sobre seu faturamento ao invés de sobre sua receita bruta e com alíquota na sistemática anterior. A sentença foi proferida em 09/09/2.002 concedendo parcialmente a segurança. A CCR e a União Federal recorreram da sentença sendo que o Acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal negou provimento à nossa apelação e deu provimento à apelação da União Federal e à remessa oficial. Interpusemos Recurso Extraordinário, que conta com efeito suspensivo, em razão de Medida Cautelar interposta. O Recurso Extraordinário foi provido parcialmente para reformar o acórdão recorrido na parte em que julgou válida a ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS. Aguarda-se julgamento de Agravo Regimental interposto pela Companhia que versa sobre a majoração da alíquota. A companhia vem recolhendo o PIS e a COFINS sobre base de cálculo reduzida (o faturamento ao invés da receita bruta) e com as alíquotas de 0,65% para o PIS e de 3% para a COFINS.

Os seguintes procedimentos administrativos e/ou processos judiciais podem, se decididos de forma adversa às nossas Concessionárias, causar um efeito material adverso em seus resultados.

NovaDutra: A NovaDutra recebeu os seguintes autos de infração que estão sendo questionados em sede administrativa e poderão ser discutidos judicialmente caso a decisão administrativa seja desfavorável à NovaDutra:

- A Secretaria da Receita Federal autuou a NovaDutra em, aproximadamente, R\$13,7 milhões (valor histórico, data base de 24 de novembro de 1.999), por entender irregular o recolhimento de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano fiscal de 1.996, uma vez que não concorda com certas deduções feitas pela NovaDutra a título de despesas pré-operacionais. A impugnação da NovaDutra em sede administrativa foi julgada improcedente em primeira instância. A NovaDutra recorreu de tal decisão perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o julgamento foi desfavorável. A NovaDutra irá garantir o juízo e embargar a execução fiscal, quando proposta.
- A Secretaria da Receita Federal autuou a NovaDutra em, aproximadamente, R\$26 milhões (valor atualizado até junho de 2009), a título de multa por entender que a concessionária (a) distribuiu dividendos a acionistas no valor de R\$29.616.222,78, em fevereiro de 2.005; (b) capitalizou lucros acumulados no total de R\$10.362.241,55, em abril de 2.005; (c) capitalizou reserva legal no montante de R\$3.162.908,63, em abril de 2.005; não obstante a existência de débito para com a Previdência Social. A multa de R\$ 26 milhões corresponde a 50% da soma dos montantes de dividendos/lucros distribuídos e capitalizados. A NovaDutra impugnou esse auto de infração e aguarda o julgamento de sua impugnação. A NovaDutra não provisionou o valor discutido nesse procedimento administrativo por entender que a probabilidade de obter um resultado adverso nesse procedimento administrativo é remota.

A NovaDutra e o Coper (consórcio contratado pela referida Concessionária) impetraram mandado de segurança para suspender a exigibilidade das contribuições previdenciárias decorrentes das notificações fiscais de lançamentos de débitos (debcad nº 32.372.586/4 - NovaDutra - e debcad nº 32.372.587/2 - Coper), referentes às notas fiscais de serviços prestados às Impetrantes, por força da responsabilidade solidária. A NovaDutra pretende que apenas na hipótese de não ocorrer o pagamento espontâneo ou negociação dos créditos devidos pelas empresas prestadoras haveria sua responsabilidade. Em 09/04/1999, foi parcialmente deferida a medida liminar, apenas para suspender a exigibilidade dos créditos tributários das NFLD's em questão. Em 06/12/1999, foi

proferida sentença denegando a segurança pleiteada, a qual foi publicada em 04/02/2.000. Em 11/02/2.000, foram opostos Embargos de Declaração e, em 01/03/2.000, houve decisão rejeitando os Embargos. Em 10/04/2.000, foi protocolado Recurso de Apelação, o qual foi recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo. Em 04/02/2.009, foi publicada decisão monocrática negando seguimento ao Recurso de Apelação. Em 09/02/2.009, foi interposto Agravo Regimental, o qual aguarda julgamento. O valor total envolvido no mandado de segurança corresponde aproximadamente a R\$ 25 milhões (em junho de 2.009).

A União Federal (INSS) ingressou com execução fiscal, no valor de R\$10,0 milhões, em junho de 2009, com base na Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD nº 32.372.586-4 (objeto do item anterior), que tem por objeto a cobrança de contribuições sociais devidas à Previdência Social, relativas à i) parcela dos segurados, referentes ao financiamento das prestações por acidentes do trabalho (SAT) e destinadas aos terceiros; ii) incidentes sobre a folha de salários dos empregados das empresas prestadoras de serviços; iii) contribuições sociais relativas à parte da empresa referentes ao financiamento das prestações por acidentes do trabalho (SAT) e iv) destinadas aos terceiros e contribuições previdenciárias incidentes sobre a parcela paga pela empresa a título de seguro de vida em grupo aos seus empregados. A NovaDutra opôs embargos à execução, após a garantia do juízo. A NovaDutra entende que a probabilidade de obter um resultado adverso nessa ação judicial é possível

A NovaDutra impetrou mandado de segurança, questionando a constitucionalidade da Lei nº 9718/98 quanto ao recolhimento de PIS e COFINS. A liminar foi parcialmente concedida, autorizando a NovaDutra a recolher ambas as contribuições sociais sobre seu faturamento ao invés de sobre sua receita bruta e com alíquota na sistemática anterior. A União recorreu dessa decisão. A NovaDutra provisionou o valor discutido referente à COFINS no valor aproximado de R\$17,5 milhões (data base de 31 de dezembro de 2.004) e não provisionou o valor referente ao PIS nessa ação judicial (i) por entender que a probabilidade de obter um resultado adverso nessa ação em relação à discussão sobre a alteração da base de cálculo é remota e (ii) por ter desistido da discussão sobre o aumento de alíquota e efetuado o parcelamento desse débito. Em primeiro grau, foi concedida parcialmente a segurança. O TRF deu provimento à apelação da União Federal. Contra essa decisão, a NovaDutra interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ambos com o seguimento negado. A Concessionária interpôs agravo de instrumento de despacho denegatório pleiteando que os recursos sejam admitidos. Como comentado anteriormente a NovaDutra desistiu parcialmente do recurso em relação à majoração da alíquota e realizou o parcelamento desse débito, razão pela qual não constituiu provisão para tal débito.

Ponte: A Ponte recebeu, dentre outros, os seguintes autos de infração, que estão sendo questionados em sede administrativa e poderão ser discutidos judicialmente no futuro, caso as decisões administrativas sejam desfavoráveis à Ponte:

- A Secretaria da Receita Federal do Estado do Rio de Janeiro autuou a Ponte em, aproximadamente, R\$18,9 milhões, por entender ter havido omissão de receita de empréstimo, sobre a qual deveria ter incidido IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em razão da não comprovação (tendo em vista a ausência de registro no Banco Central do Brasil) da origem de recursos e manutenção no passivo de suposta obrigação inexistente. Segundo a Receita Federal, a ausência de tal comprovação implicaria na desconsideração da operação de empréstimo externo contratada pela Ponte junto ao Banco Safra Limited (Bahamas) e subsequentes operações de compra de títulos no exterior do Credit Lyonnais (Uruguai) S.A., bem como a venda desses títulos à Propex Comercial Interamericana Ltda. e à Hodmil Agropecuária e Participações S.A. Em razão da lavratura do auto de infração, foi protocolizada impugnação administrativa, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em face dessa decisão, foi interposto recurso voluntário. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda negou provimento ao recurso pelo voto de qualidade do Presidente da Câmara. A Ponte interpôs Recurso à Câmara Superior do mesmo Conselho. O recurso foi admitido e aguarda-se julgamento. A Ponte entende que a probabilidade de obter um resultado adverso nesse processo é remota.
- A Secretaria da Receita Federal do Estado do Rio de Janeiro autuou a Ponte em, aproximadamente, R\$30,3 milhões (em dezembro/2.002), por entender (i) irregulares as remessas ao exterior supostamente efetuadas pela Ponte (ao não considerar que as remessas referem-se ao principal e juros devidos em razão do empréstimo externo contratado junto ao Banco Safra Limited) e sobre as quais deveriam ter incidido o reajustamento dos valores despendidos e a aplicação do IRRF à alíquota de 35%; e (ii) ausente o recolhimento do IRRF sobre alguns pagamentos tidos pela fiscalização como remuneração indireta aos funcionários da Ponte, sobre os quais deveriam ter incidido o reajustamento do rendimento bruto e a aplicação do IRRF à alíquota de 35%. Em razão da lavratura do auto de infração, foi protocolizada impugnação administrativa, a qual foi julgada improcedente. Em face dessa decisão, foi interposto recurso voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda que foi julgado,

em 24/01/2.007, parcialmente procedente para excluir a incidência de IRRF sobre os pagamentos relativos ao item (i) o que corresponde à maior parte da autuação. Houve recurso pela Receita Federal e pela Ponte, a Câmara Superior, do mesmo Conselho, em fase de análise de admissibilidade.

AutoBAN: A AutoBAN impetrou mandado de segurança, questionando a constitucionalidade da Lei 9718/98 quanto ao recolhimento de PIS e COFINS. Em 6 de abril de 1999, a liminar foi parcialmente concedida, autorizando a AutoBAN a recolher ambas as contribuições sociais sobre seu faturamento ao invés de sobre sua receita bruta e com alíquota na sistemática anterior. A União recorreu dessa decisão e teve decisão favorável, em 9 de março de 2.004. A AutoBAN apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal em razão da procedência conferida à União em seu recurso e teve o seu Recurso Extraordinário conhecido e parcialmente provido. A AutoBAN provisionou o valor discutido referente à COFINS no valor de R\$22 milhões e, referente ao PIS no valor de R\$13,6 milhões (data base de 31 de dezembro de 2.004) nessa ação judicial por entender que a probabilidade de obter um resultado adverso nessa ação (i) em relação à discussão sobre o aumento da alíquota é provável e (ii) em relação à discussão sobre a alteração da base de cálculo é remota. Adicionalmente, a AutoBAN foi autuada pela Secretaria da Receita Federal por recolher o PIS e a COFINS com alíquota e base de cálculo reduzidas, referente aos períodos de apuração de 03/1999 a 09/2000. O auto de infração relacionado ao PIS montava a, aproximadamente, R\$7 milhões e a COFINS, montava a R\$12 milhões. Em 30/05/2.008 a AutoBAN efetuou pedido de parcelamento desses débitos (débito parcelado em 59 parcelas) e ofertou carta de fiança bancária para garantir o parcelamento. O processo judicial foi encerrado.

Em resposta a consulta, a Receita Federal confirmou o entendimento da possibilidade de dedução, segundo o regime de competência, para fins de apuração do IRPJ e da CSL, das variações monetárias passivas e amortizações referentes ao direito de outorga. Entretanto, após pedido de compensação formulado pela AutoBAN, a fiscalização glosou a restituição pleiteada pela AutoBAN, sob o fundamento de que os valores relativos às variações monetárias passivas e as amortizações referentes ao direito de outorga não foram registradas na contabilidade da AutoBAN, procedimento adotado após consulta à CVM, que o autorizou até que seja editada norma sobre contabilização dos direitos de outorga. A AutoBAN apresentou manifestação de inconformidade que foi indeferida e agora aguarda julgamento do recurso interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor em discussão é de R\$31.346.447,78 (valor de maio de 2.007).

A Municipalidade de Cordeirópolis autuou a AutoBAN em R\$22,8 milhões (valor histórico, data base de outubro de 2.008), por entender irregular o recolhimento de ISS relativo ao período compreendido entre janeiro de 1999 e dezembro de 2.002, calculados com base nos lançamentos a débito em conta de ativo imobilizado da AutoBAN. A AutoBAN impugnou o auto de infração e teve decisão desfavorável. Após a municipalidade de Cordeirópolis ter proposto a competente Execução Fiscal, a AutoBAN garantiu o juízo e opôs embargos à execução. A AutoBAN não provisionou o valor da autuação por entender que a probabilidade de obter um resultado adverso nesse procedimento judicial é remoto.

A Municipalidade de Limeira autuou a AutoBAN em R\$8,1 milhões e R\$6,4 milhões (ambos valores históricos, data base de março de 2.006) por entender irregular o recolhimento de ISS relativo aos períodos compreendidos entre janeiro e agosto de 2.004 e setembro de 2.004 a janeiro de 2.005, respectivamente. A AutoBAN apresentou impugnação, por meio da qual sustenta ser indevida a cobrança, tendo em vista a ausência de lei municipal editada segundo os termos da Lei Complementar nº 116/03. O julgamento das impugnações foi desfavorável. O Município de Limeira ajuizou as competentes execuções fiscais e a AutoBAN, após garantir o juízo, opôs embargos a ambas as execuções.

O Município de Cajamar propôs Execução Fiscal em face da AutoBAN cobrando ISS (R\$4,6 milhões – valor histórico, data base de dezembro de 2.008) sobre a exploração das Rodovias Anhanguera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348) referente ao exercício financeiro de 2.004. AutoBAN apresentou carta de fiança bancária para garantir o juízo, tendo oferecido embargos de execução sustentando que com o advento, em 2003, da Lei Complementar nº 116, os municípios deveriam adaptar sua legislação à referida lei complementar, para que no ano de 2004 pudessem exercer a exação tributária sobre as receitas de serviços da Concessionária. Ocorre que Cajamar não editou sua lei relativa ao ISS em 2003, vindo a publicá-la somente no final do ano de 2004. Desse modo, a Concessionária não recolheu o ISS no ano de 2004 em decorrência da ausência de lei prevendo tal obrigação.

RodoNorte: A RodoNorte impetrou mandado de segurança, que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que alterou a alíquota e a base de cálculo do PIS e da COFINS. Basicamente, essa lei aumentou a alíquota dessas contribuições de 2% para 3% e alterou sua base de cálculo de faturamento líquido para receita bruta. A liminar foi parcialmente concedida mediante depósito do valor discutido em juízo, nos valores de R\$6,8

milhões, em relação à COFINS, e R\$0,158 milhões, em relação ao PIS (valor histórico - soma de recolhimentos mensais). A ação foi julgada procedente em primeiro grau e reformada no tribunal. A RodoNorte interpôs recurso extraordinário, o qual foi julgado parcialmente favorável à empresa tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme instituída pela Lei nº 9.718/98. Em face de tal decisão foram opostos Embargos de Declaração, tendo o processo sido reautuado como Agravo Regimental. Atualmente o processo aguarda julgamento pelo STF. A RodoNorte não provisionou o valor discutido nessa ação judicial por estar depositando em juízo o valor questionado na ação. A RodoNorte entende que a probabilidade de obter um resultado adverso nessa ação (i) em relação à discussão sobre o aumento da alíquota é provável e (ii) em relação à discussão sobre a alteração da base de cálculo é remota.

ViaOeste: Secretaria da Receita Federal autuou a ViaOeste em, aproximadamente, R\$1,5 milhões (em junho de 2.009), por entender que a empresa deixou de recolher as contribuições previdenciárias incidentes sobre as parcelas pagas a título de auxílio-creche, ajuda de custo e aluguel de imóveis. Além disso, a ViOeste teria deixado de recolher as contribuições previdenciárias incidente sobre as remunerações pagas a segurados empregados e contribuintes individuais. Atualmente, as autuações previdenciárias aguardam o julgamento do Recurso Voluntário. O risco de perda envolvido nas referidas autuações é R\$189.043,71.

Trabalhista

No mês de março de 2.009, a CCR figurou como ré em aproximadamente 21 processos judiciais e nenhum processo administrativo de natureza trabalhista. Os principais pedidos relativos aos processos acima são horas extras e sua integração nas verbas salariais e rescisórias. Em 31 de março de 2.009, estimamos que o valor envolvido referente às ações trabalhistas de natureza judicial era de R\$811.862,52, dos quais todos foram avaliados como de chance remota de perda para a Companhia, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão contábil.

A AutoBAn, NovaDutra, ViaOeste e RodoNorte figuram como rés em aproximadamente 536 processos judiciais e 17 processos administrativos de natureza trabalhista. Os principais pedidos relativos aos processos acima são horas extras e sua integração nas verbas salariais e rescisórias. Em 31 de março de 2.009, estimamos que o valor envolvido referente às ações trabalhistas de natureza judicial e administrativa era de R\$28.297.050,67 (R\$27.899.833,21 para as contingências judiciais e R\$397.217,46 para as contingências administrativas), dos quais R\$22.924.458,76 foram avaliados como de chance remota de perda para as empresas, R\$5.023.410,65 foram estimados como de chance de perda possível e R\$349.181,26 foram estimados como de chance de perda prováveis. Para fazer frente ao passivo trabalhista as empresas constituíram provisão de R\$349.181,26.

Ações Trabalhistas Relevantes

Não há ações trabalhistas relevantes.

Processos Administrativos Relevantes de Natureza Trabalhista

Não há processos administrativos trabalhistas relevantes.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações, dentre outras, relativas a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

As operações listadas abaixo contemplam as contratações relevantes realizadas entre nós, nossas controladoras e controladas e estão refletidas em nossas demonstrações financeiras consolidadas. Todas as nossas operações com partes relacionadas foram celebradas no curso normal de nossos negócios e em condições de mercado, observadas as disposições societárias da CCR.

Para evitar conflitos de interesse, os negócios que envolvem as concessionárias e os acionistas controladores dependem da aprovação final pelo Conselho. A regra vale para todos os contratos acima de R\$1 milhão.

Qualquer membro do Conselho pode também solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por uma consultoria especializada, que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado. Em caso de eventuais dúvidas, os contratos com as partes relacionadas poderão ser vetados por 25% dos membros do Conselho.

As empresas Engelog, Actua Assessoria e Actua Serviços foram criadas para auxiliar a CCR na execução de suas atividades como parte do processo de reestruturação organizacional, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, padronizar processos e desenvolver controles operacionais mais avançados.

AutoBAN:

- Em 17 de agosto de 2.007, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com as empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa e Serveng, no valor de R\$66.000.000,00, para a execução de obras de implantação das obras de arte especiais do Ramo 500 (acesso da Lapa para a SP-330) e do Ramo 900 (acesso da marginal Tietê – sentido leste para a SP-330), integrantes do ‘Complexo Anhanguera’. Em 23 de novembro de 2007, as empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa e Serveng cederam e transferiram, a título gratuito, todos os direitos e obrigações assumidas neste contrato ao Consórcio Construtor Anhanguera, com anuência da AutoBAN. O 2º Termo Aditivo, celebrado em 20 de agosto de 2.008, prorrogou o prazo de vigência do contrato para 18 de setembro de 2009. Em 30 de março de 2009 foi formalizado o 3º Termo Aditivo no valor de R\$11.761.406,89, alterando o valor consolidado do contrato para R\$77.761.406,89. A prorrogação do prazo de execução da obra suplementar, celebrado em 06 de fevereiro de 2.009, alterou o prazo para conclusão dos serviços para 30 de maio de 2.009, prorrogando a vigência até 18 de setembro de 2.009.
- Em 22 de fevereiro de 2.008, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com o Consórcio Construtor Anhanguera, formado pelas empresas Camargo Corrêa e Serveng, no valor de R\$30.389.493,43, para a execução de obras de Implantação do Ramo 200 Ponte sobre o Rio Tietê (ligando a Rodovia Anhanguera à Marginal Tietê sentido Rodovia Dutra) e Implantação do Retorno situado no quilômetro 19 SP-330 (retorno do SBT), ambas inseridas no conjunto de obras denominado Complexo Anhanguera 1ª etapa. Por meio de termo aditivo, celebrado em 9 de setembro de 2008, o valor do contrato foi acrescido em R\$70.173,09. Conforme Instrumento de Prorrogação do Prazo de Execução, celebrado em 6 de fevereiro de 2009, o prazo para execução dos serviços foi prorrogado para outubro de 2009.
- Em 18 de julho de 2.008, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com a Serveng e Andrade Gutierrez, no valor de R\$122.802.629,03, para a execução de obras de implantação do Complexo Anhanguera, 1ª etapa, Fase 2: (i) implantação das vias marginais e faixas adicionais do quilômetro 13+500 ao quilômetro 19+000 da SP-330 – Rodovia Anhanguera e (ii) implantação de 8 obras de arte especiais. Por meio de termo aditivo celebrado em 30 de julho de 2008, a empresa Andrade Gutierrez cedeu e transferiu todos os direitos e obrigações assumidas neste contrato à Serveng, com anuência da AutoBAN. Foram formalizados mais 2 termos aditivos nos valores de R\$3.527.590,49 e R\$1.971.006,29 respectivamente, alterando o valor consolidado do contrato para R\$128.301.225,81. Referido contrato é vigente até setembro de 2.010.

- Em 30 de setembro de 2.008, a AutoBA firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$37.500.000,00, para a execução de obras de implantação das alças de acesso ao retorno do quilômetro 14+300 (ramo 3000), Trevo quilômetro 14+900 (Avenida Mutinga) e Entroncamento quilômetro 18+020 (Jaruá) - Complexo Anhanguera Rodovia SP-330. Referido contrato é vigente até setembro de 2.010.

NovaDutra:

- Em 29 de março de 1.996, a NovaDutra contratou o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (Coper), formado atualmente pelas empresas Camargo Corrêa; Andrade; AG Concessões; SP Obras; SP Construções e COR, para a execução de trabalhos operacionais, de manutenção e de conservação da Rodovia Presidente Dutra. O contrato foi celebrado por preço global reajustado pela inflação da mesma forma que a tarifa de pedágio da NovaDutra, prevendo o pagamento total de aproximadamente, R\$1.509 milhões (data base maio/95). Já foram pagos, aproximadamente, R\$1682,2 milhões até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes), sendo que os valores pagos em 2.006, 2.007 e 2.008 foram de, aproximadamente, R\$219,7 milhões, R\$188,4 milhões, e R\$189,4 milhões, respectivamente. Por meio da celebração do 1º Termo Aditivo, realizada em 11 de março de 1997, referido contrato teve seu prazo de vigência prorrogado para 25 anos, sendo que o prazo inicial era de 10 anos
- Em 03 de julho de 2.008, a NovaDutra firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$8.150.277,60, para a execução de obras de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, distribuídos em vários pontos e segmentos da Rodovia Presidente Dutra, compreendendo os seguintes trechos: (i) Trecho 03 – quilômetros 0 a 100 SP; e (ii) Trecho 04 – quilômetros 100 a 231 - SP. Referido contrato tem seu prazo de vigência previsto para encerrar em setembro de 2.009. O 1º Termo Aditivo, celebrado em 08 de setembro de 2.008, incluiu o segmento do quilômetro 170+000 ao quilômetro 172+000 – SP para as obras de recuperação de pavimento. Em 12 de dezembro de 2.008, foi formalizado o 2º Termo Aditivo no valor de R\$2.266.202,42, cujo valor consolidado do contrato passou a ser de R\$10.416.480,02.
- Em 30 de março de 2.009, a NovaDutra firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$60.297.080,83, para a execução de obras de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, encabeçamentos e capeamentos quilômetro 0 ao quilômetro 231 SP da Rodovia Presidente Dutra, para os anos de 2.009, 2.010 e 2.011. Referido contrato é vigente até abril de 2.012.

RodoNorte:

- Em 01 de agosto de 2.000, a RodoNorte firmou contrato de operação e conservação de rodovias com o Consórcio Operador Parques, formado pelas empresas CCR, Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos, Construtora Castilho S.A., Porto de Cima Concessões S.A. e Parques Serviços Ltda., para a execução de serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoração e operação da rodovia. O contrato foi celebrado por um preço mensal R\$2.710.000,00 reajustado pela variação da tarifa base de pedágio, prevendo o pagamento total de aproximadamente, R\$325.000.000,00 (data base agosto/2.000). Já foram pagos, aproximadamente, R\$290.000.000,00 até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes), sendo que os valores pagos em 2.006, 2.007 e 2.008 foram, respectivamente, aproximadamente R\$69.541.516,00, R\$74.208.746,00 e R\$68.627.937,00. Referido contrato é vigente por 10 anos, contados da data da sua assinatura..
- Em 18 de dezembro de 2007, a RodoNorte firmou contrato de empreitada com o Consórcio Vila Velha, formado pelas empresas Engellog, Cesbe S.A. – Engenharia e Empreendimentos e J. Malucelli, para a execução de serviços por empreitada, compreendendo a elaboração de projetos, execução das obras civis, o fornecimento de suporte técnico e dos subsídios necessários à aprovação dos projetos pelo representante do Poder Concedente, bem como de soluções técnicas que viabilizem a aprovação dos estudos ambientais (EIA/RIMA), a execução e entrega do cadastramento "as built" das Obras e Serviço, equacionamento de interferências com os sistemas de infra-estrutura e de serviços públicos, especialmente sistemas viários, estabelecimento de acessos a sistemas de transporte e entrega final dos trabalhos em perfeitas condições de

utilização pelos usuários. O contrato foi celebrado pelo valor de R\$404.874.647,30 com valores unitários reajustados pela variação da tarifa base de pedágio (data base dezembro/2007). Já foram pagos, aproximadamente, R\$66.000.000,00 até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes). Referido contrato é vigente até janeiro de 2013.

ViaQuatro:

- Em 07 de outubro de 2.008, a CCR, juntamente com as empresas Montgomery Participações S.A., Mitsui & Co. Ltd., RATP Developpement S.A. e Benito Roggio Transporte S.A., são garantidores da ViaQuatro por meio do ‘Contrato de Garantia de Patrocínio e Retenção de Participação Societária’ como garantia do cumprimento das etapas do projeto de implantação da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo a ser exigida na hipótese de os recursos liberados pelo BID serem insuficientes para a realização das etapas previstas no referido projeto. O contrato foi firmado em cumprimento da condição precedente estabelecida no ‘Contrato de Financiamento’ firmado em 07 de outubro de 2.008 entre a ViaQuatro e o BID para a obtenção de financiamento de custeio do referido projeto de implantação da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. A CCR ficou responsável, na hipótese de os recursos liberados pelo BID serem insuficientes para a execução das etapas previstas do projeto de implantação da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, por 60% dos custos necessários à conclusão das etapas do projeto, comprometendo-se a manter participação societária mínima na ViaQuatro de acordo com a fase do projeto, iniciando em 58%. Para mais informações sobre o contrato financeiro, ver seção “*Contratos Relevantes*” na página 161 deste Prospecto.

CCR e NovaDutra:

- Em 10 de fevereiro de 2.009, a CCR e a NovaDutra celebraram um contrato de mútuo, em que a CCR concedeu um empréstimo à NovaDutra no valor de R\$326.000.000,00, incidindo juros equivalentes à variação da remuneração do CDI, acrescido de parcela adicional de 4% ao ano. O valor do mútuo deverá ser amortizado em 547 dias, a contar da data da assinatura deste contrato, ou seja, em 31 de agosto de 2.010.

CCR e suas Concessionárias e Engelog:

- A Engelog foi criada em 2002 para centralizar a coordenação da construção e desenvolvimento de soluções de engenharia, por meio de contratos turn-key e de gerenciamento de projetos das concessionárias da CCR. Colabora para promover sinergia entre as diversas unidades de negócio, difundindo e padronizando as melhores práticas de produtividade e tecnologia. Em 2008, contribuiu para gestão de R\$ 797,6 milhões em investimentos realizados pela CCR e pelas Concessionárias, gerenciando aproximadamente 700 contratos, que envolveram cerca de 6.500 funcionários em obras e conservação.

CCR e suas Concessionárias e Actua Assessoria e a Actua Serviços:

- A Actua Assessoria e a Actua Serviços atendem às demandas e necessidades administrativas das concessionárias da CCR. Alinhadas à tendência mundial de racionalização de processos e ganho de escala, o objetivo das duas empresas é agregar valor ao negócio, com soluções diferenciadas de prestação de serviços administrativos. Para mais informações, ver seção “*Informações relativas à Companhia*” na página 128 deste Prospecto.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem quaisquer operações vinculadas à Oferta em 31 de março de 2.009.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nós devemos atender às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos atos normativos expedidos pela CVM. Em função da listagem de nossas ações e debêntures no Novo Mercado, devemos também seguir as exigências relativas à divulgação de informações contidas no respectivo regulamento.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei das Sociedades por Ações, a regulamentação editada pela CVM e o Regulamento do Novo Mercado estabelecem que a companhia aberta deve fornecer à CVM e à BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Estas regras prevêm também a obrigação de arquivarmos na CVM acordo de acionistas, anúncios de convocação de assembleias gerais, atas destas assembleias e sumário das deliberações nelas tomadas.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- Apresentação de demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre, excetuado o último, e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e consolidado, se for o caso, que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamento e investimentos;
- A partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício concluído em dezembro de 2.009, deveremos, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social: (1) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em Reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, além da proposta da destinação do resultado e do parecer dos auditores independentes; ou (2) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, o relatório da administração e as notas explicativas, preparados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhados do parecer dos auditores independentes e de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS descritos acima, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados; e
- Após a divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com os critérios referidos nos itens anteriores, devemos, no prazo máximo de 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais: (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, acompanhadas de relatório dos auditores independentes.

Informações Trimestrais

Além das informações exigidas pela legislação aplicável e após a obtenção de sua autorização para negociar no Novo Mercado, uma companhia listada neste segmento deve apresentar, juntamente com suas informações trimestrais, as seguintes informações:

- Balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social;
- Informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5% do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física;

- Informe consolidado da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;
- Informe da evolução da participação dos eventuais acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, no período de 12 meses imediatamente anteriores;
- Demonstração de fluxo de caixa da companhia e a demonstração de fluxo de caixa consolidado, que deverá ser incluída nas notas explicativas;
- Informe da quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas; e
- A existência e a vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.

As informações relativas à quantidade e características das ações da companhia direta ou indiretamente de titularidade dos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a evolução do volume de ações de propriedade destas pessoas dentro dos 12 meses imediatamente anteriores e a cláusula compromissória à Câmara de Arbitragem do Mercado estarão incluídas nas Informações Anuais – IAN da companhia, no quadro “Outras Informações Consideradas Importantes para um Melhor Entendimento da Companhia”.

Requisitos para Divulgação

Na condição de companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Em função de nossa listagem no Novo Mercado, devemos também seguir as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Informações Exigidas pela CVM

A Lei das Sociedades por Ações, a regulamentação editada pela CVM e o Regulamento do Novo Mercado estabelecem que a companhia aberta deve fornecer à CVM e à BM&FBOVESPA, entre outras, as seguintes informações periódicas:

- Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, bem como os relatórios dos administradores e dos auditores independentes, dentro do prazo de três meses após o fim do exercício social, ou na data em que forem publicados ou disponibilizados para os acionistas, o que ocorrer primeiro, junto com as Demonstrações Financeiras Padronizadas (relatório em modelo padrão contendo informações financeiras relevantes oriundas das nossas demonstrações financeiras);
- Anúncio de convocação da Assembleia Geral Ordinária, no mesmo dia em que forem publicadas na imprensa;
- Sumário das decisões tomadas nas Assembleias Gerais Ordinárias, no dia da sua realização;
- Ata da Assembleia Geral Ordinária, em até 10 dias após a sua realização;
- Formulário de Informações Anuais - IAN, em até 30 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária; e
- Formulário de ITR, acompanhadas de Relatório de Revisão Especial emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM, em até 45 dias após o término de cada trimestre do exercício social, excetuando o último trimestre, ou quando a empresa divulgar as informações para acionistas, ou para terceiros, caso isso ocorra em data anterior.

Além das informações acima, devemos enviar à CVM e à BM&FBOVESPA:

- Anúncio de convocação de Assembleia Geral Extraordinária ou Especial, no mesmo dia de sua publicação;
- Sumário das decisões tomadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias ou Especiais, no dia da sua realização;

- Ata de Assembleia Extraordinária ou Especial, em até 10 dias após a realização da Assembleia;
- Acordo de acionistas, quando do arquivamento em nossa sede social;
- Comunicação sobre ato ou fato relevante, no mesmo dia de sua divulgação pela imprensa;
- Informação sobre pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, seus fundamentos, demonstrações financeiras especialmente levantadas para obtenção do benefício legal e, se for o caso, situação dos debenturistas quanto ao recebimento das quantias investidas, bem como qualquer decisão concedendo recuperação judicial ou extrajudicial, no mesmo dia da entrada do pedido em juízo ou no dia de sua ciência por nós;
- Informação sobre pedido ou confissão de falência, no mesmo dia de sua ciência por nós, ou do ingresso do pedido em juízo, conforme for o caso; e
- Sentença declaratória de falência com indicação do síndico da massa falida, no mesmo dia de sua ciência pela companhia.

Divulgação de Negociações com Ações Realizadas por Acionista Controlador, Conselheiros, Diretores ou membros do Conselho Fiscal

Considerando que a CCR é uma companhia aberta integrante do Novo Mercado, deve observar, bem como fazer com que seus Acionistas Controladores observem as disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado no que se refere à negociação de valores mobiliários e seus derivativos.

Diante disso, com a finalidade de dar maior transparência ao mercado, informamos, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, todas as negociações com ações realizadas por nossos Acionistas Controladores, Conselheiros, Diretores e Membros do Conselho Fiscal, são comunicadas à BM&FBOVESPA, com a informação sobre a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos. Tal comunicação deverá ser feita imediatamente após a aquisição do Poder de Controle. Quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, deverão ser comunicadas em detalhe à BM&FBOVESPA, informando-se inclusive o preço, no prazo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar a negociação.

Esta obrigação estende-se aos valores mobiliários e respectivos derivativos de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o cônjuge, o(a) companheiro(a) e os dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda dos Acionistas Controladores.

Tais informações são amplamente divulgadas pela BM&FBOVESPA, de forma consolidada.

Código de Conduta para Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da CCR

Nos termos da legislação e regulamentação vigente, em especial no que se refere à ICVM 358, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 31 de junho de 2.002, o Código de Conduta.

Referido Código de Conduta tem por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e na negociação de valores mobiliários. Tais padrões de conduta e transparência devem ser compulsoriamente observados por Acionistas Controladores, administradores, Conselheiros Fiscais, integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia e ainda, empregados e executivos com acesso à informação relevante, nos termos do referido Código de Conduta, mediante assinatura de ‘Termo de Adesão ao Código de Conduta’, o qual é arquivado na sede da Companhia enquanto referidas pessoas mantiverem vínculo com a Companhia, e por cinco anos, no mínimo, após seu desligamento.

Cabe às pessoas vinculadas ao Código de Conduta assegurar que as informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa, continua e desenvolvida através dos administradores incumbidos dessa função, na forma prevista no referido Código de Conduta e na legislação e regulamentação em vigor.

Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A política de divulgação de ato ou fato relevante, estabelecida no Código de Conduta, em consonância com o disposto na ICVM 358, estabelece que cabe ao Diretor de RI a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, a fim de assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações, evitando-se, desta forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Para tanto, o Diretor de RI será responsável pela comunicação à CVM, à BM&FBOVESPA, e, se for o caso, às bolsas de valores e mercado de balcão e, pela divulgação ao mercado de ato ou fato relevante da Companhia. As pessoas vinculadas ao Código de Conduta, com acesso à informação relevante, devem comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de RI.

Em caso de omissão do Diretor de RI no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação de ato ou fato relevante (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da ICVM 358), os Acionistas Controladores, administradores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, vinculadas ao Código de Conduta, que tiverem conhecimento pessoal do ato ou fato relevante e constatarem a referida omissão, somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBOVESPA e, se for o caso, nas bolsas de valores e mercado de balcão. Caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Para a divulgação, deverão ser observadas as premissas de que o Diretor de RI deverá (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) divulgar concomitantemente a todo o mercado o ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às bolsas de valores e mercado de balcão, a suspensão da negociação dos valores mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia deverá dar-se por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia sendo que a Companhia poderá, a cada divulgação de ato ou fato relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários a sua compreensão. Nesta hipótese, deverá estar indicado nas publicações o endereço na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às bolsas de valores e mercado de balcão.

As pessoas vinculadas ao Código de Conduta, terão o dever de guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado e, zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de RI da Companhia a fim de se esclarecer a dúvida.

A regra geral em relação a ato ou fato relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar ato ou fato relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Em casos excepcionais em que a divulgação indistinta de informação privilegiada que constitua ato ou fato relevante possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, a não divulgação será objeto de decisão dos administradores e dos Acionistas Controladores da Companhia. Ainda que os administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de ato ou fato relevante, é seu dever divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, diretamente ou através do Diretor de RI, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia. Os Acionistas Controladores ou administradores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo atos ou fatos relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Os administradores, Conselheiros Fiscais e os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia vinculadas ao Código de Conduta deverão informar a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia e seus derivativos, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de RI da Companhia e, por este, à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às bolsas de valores e mercado de balcão,

conforme modelo de formulário que constitui o Anexo II ao Código de Conduta. Essa comunicação deverá ser efetuada imediatamente após a investidura no cargo; e, no prazo máximo de dez dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, bem como qualquer pessoa vinculada ao Código de Conduta, agindo isoladamente, ou em conjunto, ou representando um mesmo interesse, deverão comunicar à CVM, à BM&FBOVESPA e às bolsas de valores e mercado de balcão, conforme modelo de formulário constante no Anexo III ao Código de Conduta, assim como divulgar, através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, informação sobre: (i) aquisição ou alienação de participação acionária relevante, imediatamente após ser alcançada referida participação, bem como toda vez que referida participação se elevar em 5%; ou (ii) alienação ou a extinção de ações, ou de direitos sobre elas, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual considerado participação acionária relevante pelo Código de Conduta, que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, compreendendo também quaisquer direitos sobre referidas ações.

‘Participação Acionária Relevante’ significa a participação que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, compreendendo também quaisquer direitos sobre referidas ações.

Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia

O Código de Conduta visa assegurar os adequados padrões de negociação com valores mobiliários da Companhia, adotando a sistemática de que todas as negociações por parte da própria Companhia e das pessoas que deverão aderir ao Código de Conduta serão realizadas preferencialmente com a intermediação das corretoras credenciadas, conforme relação encaminhada pela Companhia à CVM, a quem serão comunicadas as devidas atualizações.

A Companhia e as pessoas mencionadas vinculadas ao Código de Conduta, incluindo os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, com acesso a informação relevante da Companhia deverão abster-se de negociar valores mobiliários em todos os períodos em que, por força de comunicação do Diretor de RI, haja determinação de não-negociação (*black-out period*). O Diretor de RI não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o *black-out period*, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários.

É vedada a negociação de valores mobiliários pela Companhia, pelas pessoas mencionadas vinculadas ao Código de Conduta, incluindo os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, que tenham acesso a informação relevante da Companhia, nas seguintes hipóteses: (i) sempre que ocorrer qualquer ato ou fato relevante nos negócios da Companhia de que tenham conhecimento as pessoas vinculadas ao Código de Conduta; (ii) sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e (iii) somente em relação aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e administradores, sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas sociedades controladas, suas sociedades coligadas ou outra sociedades sob controle comum. As vedações previstas nos subitens “i” e “ii” acima deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue o ato ou fato relevante ao mercado, exceto se a negociação com as ações da Companhia pelas pessoas acima mencionadas, após a divulgação do ato ou fato relevante, puder interferir nas condições dos negócios da Companhia, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria.

A Companhia, as pessoas vinculadas ao Código de Conduta, incluindo os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, que tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, não poderão negociar valores mobiliários da Companhia no período de 15 dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais da Companhia (ITR) e informações anuais da Companhia (DFP e IAN).

O Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da publicação de ato ou fato relevante a informação relativa à: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia; (ii) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

Os administradores que se afastarem da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários da Companhia: pelo prazo de seis meses após o seu afastamento ou até a divulgação, pela Companhia, do ato ou fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do ato ou fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. Dentre essas alternativas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar.

INFORMAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS E O MERCADO DE NEGOCIAÇÃO

Geral

A Companhia mantém registro de companhia aberta junto à CVM sob o nº 18.821 desde 19 de dezembro de 2.000.

O principal mercado de negociação das ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia é a BM&FBOVESPA. As ações ordinárias da Companhia começaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA em 01 de fevereiro de 2.002, sob o código “CCRO3”. A CCR foi a primeira companhia a ser listada no Novo Mercado brasileiro, um segmento da BM&FBOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, voluntariamente, a adotar práticas de governança corporativa, tais como práticas diferenciadas de administração, transparência, proteção aos acionistas minoritários e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Negociação na BM&FBOVESPA

As ações ordinárias são negociadas na BM&FBOVESPA sob o código “CCRO3”.

Cotações máximas, médias e mínimas de negociação das ações ordinárias na BM&FBOVESPA, por ano, nos últimos cinco anos:

Período	Valor Máximo (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Mínimo (R\$)
2.003	6,50	3,00	1,70
2.004	14,53	8,24	5,69
2.005	18,75	14,39	12,63
2.006	29,59	21,02	16,00
2.007	38,79	31,29	25,44
2.008	35,86	27,14	14,99

Fonte: BM&FBOVESPA

Cotações máximas, médias e mínimas de negociação das ações ordinárias na BM&FBOVESPA, por trimestre, nos últimos três anos e no primeiro trimestre de 2.009:

Período	Valor Máximo (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Mínimo (R\$)
1T06	23,00	20,62	18,00
2T06	20,74	18,35	16,00
3T06	22,00	19,98	17,35
4T06	29,59	25,30	21,90
1T07	30,00	27,27	25,44
2T07	37,00	31,49	27,20
3T07	37,39	34,82	30,26
4T07	38,79	31,45	27,50
1T08	30,39	27,37	21,74
2T08	35,86	30,76	26,47
3T08	32,20	28,65	24,00
4T08	24,90	21,70	14,99
1T09	25,92	22,99	20,81

Fonte: BM&FBOVESPA

Cotações máximas, médias e mínimas de negociação das ações preferenciais e ordinárias na BM&FBOVESPA, por mês, nos últimos seis meses:

Período	Valor Máximo (R\$)	Valor Médio (R\$)	Valor Mínimo (R\$)	Quantidade Média de Negócios por Dia	Volume Médio Negociado por Dia em R\$
nov/08	22,99	21,35	19,50	1.315	17.815.645,58
dez/08	24,80	23,19	21,50	1.271	17.792.894,15
jan/09	25,92	24,07	22,79	1.210	12.896.786,81
fev/09	24,16	23,14	22,50	1.077	13.352.571,17
mar/09	22,50	21,83	20,81	1.219	13.017.688,23
abr/09	27,30	24,50	21,90	1.550	19.399.864,35
mai/09	30,89	28,42	26,23	1.370	22.018.755,65

Fonte: BM&FBOVESPA

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CCR

Em 1º de agosto de 2.000 a CCR realizou a 1ª emissão pública de 135.000 debêntures simples, subordinadas, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante de R\$135.000.000,00, pelo prazo de 36 meses, contados a partir da data de emissão. A remuneração foi equivalente aos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de um spread de 1,00% ao ano, base 360 dias. O valor nominal das debêntures foi pago em três parcelas anuais, cada uma correspondendo a 1/3 do valor nominal unitário em 1º de agosto de 2001, 1º de agosto de 2002 e 1º de agosto de 2003.

Em maio de 2.004, a Companhia aumentou o capital social através de uma Oferta Pública Primária em R\$330.000.019,00, passando de R\$196.233.613,04 para R\$426.233.632,04, mediante a emissão de 14.042.554 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$23,50 por ação.

Em 1º de março de 2.005 a CCR realizou a 2ª emissão pública de 15.000 debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal de emissão de R\$10.000,00, perfazendo o montante de R\$150.000.000,00, as quais foram subscritas e integralizadas em 04 de abril de 2.005. A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão. O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 01 de março de 2.008 e 01 de março de 2.011.

Em 1º de fevereiro de 2.006, a CCR aprovou o desdobramento das ações existentes, passando cada ação ordinária a corresponder a quatro ações ordinárias, sendo que o capital social da Companhia passou a ser representado por 403.101.800 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em consequência do desdobramento de ações, ocorreu o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, que passou a ser de 480.000.000 de ações ordinárias.

Em outubro de 2.008, a CCR realizou a 3ª emissão pública de debêntures simples, em série única, da espécie quirografia, dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, no montante total de R\$300 milhões. A remuneração é equivalente aos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,60% ao ano. O prazo de vencimento é de um ano.

Em dezembro de 2.008, a CCR realizou a 4ª emissão pública de debêntures simples, em série única, dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 5º, inciso II da Instrução CVM 400, por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, no montante de R\$500 milhões. Foi emitida uma única debênture, em série única, perfazendo o valor total de R\$500 milhões. A debênture renderá juros remuneratórios pré-fixados, correspondentes a 14,75% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo do valor nominal da debênture, a partir da data de emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime

de capitalização, de forma *pro rata temporis*. O valor nominal unitário será pago em três parcelas substancialmente iguais, no 8º, 9º e 10º aniversário da respectiva data de emissão.

Outras Informações

Não ocorreram ofertas públicas de aquisição de ações da Emissora, efetuadas por terceiros ou pela própria Emissora, com vistas à aquisição de ações de emissão de outras companhias no último e no presente exercícios sociais.

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pelas Concessionárias

Além das ações representativas de seus respectivos capitais sociais, atualmente, as Concessionárias RodoNorte, NovaDutra, AutoBAN, ViaOeste e RodoAnel possuem títulos e valores mobiliários em circulação no mercado.

RodoNorte:

Em 01 de maio de 2.001, a RodoNorte emitiu 340 debêntures, nominativas e escriturais, com garantias reais, de série única, sob o regime de garantia firme com o valor nominal de cada debênture, na data da emissão, de R\$250 mil, perfazendo o montante de R\$85 milhões, os quais foram subscritas e integralizadas em 14 de dezembro de 2.001, no valor total atualizado monetariamente de R\$96,17 milhões, com deságio de 4,98% que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures da RodoNorte são garantidas por (a) caução de 99% das ações ordinárias e preferenciais, até o vencimento da emissão; (b) caução das receitas da RodoNorte decorrentes da exploração das rodovias relacionadas ao contrato de concessão; (c) cessão de indenização dos seguros contratados pela RodoNorte; (d) caução das Contas Vinculadas e Aplicações Financeiras (conforme definidas no Contrato de Vinculação e Caução de Contas Bancárias); e (e) cessão da Indenização do poder concedente em caso de término do contrato de concessão, nos termos dos Contratos de Garantias. Essas garantias serão compartilhadas entre o BNDES e os debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento e das debêntures.

O prazo das debêntures da RodoNorte é de nove anos, a partir da data de emissão, com vencimento, portanto, em 01 de maio de 2.010. A amortização dessas debêntures deve ocorrer em sete parcelas anuais, vencíveis em 01 de maio de 2.004, 01 de maio de 2.005, 01 de maio de 2.006, 01 de maio de 2.007, 01 de maio de 2.008, 01 de maio de 2.009 e 01 de maio de 2.010. A primeira parcela será corresponde a 10% do valor nominal das debêntures, na data de emissão, e as demais no valor correspondente a 15% do valor nominal, na data de emissão, nos termos da escritura de emissão. As debêntures serão remuneradas por uma taxa de juros de 11% ao ano, base 360 dias, incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado, calculados exponencialmente, desde a data de emissão até a data de pagamento dos juros remuneratórios devidos ao final do período de capitalização, que serão pagos anualmente, a partir de 01 de maio de 2.002.

A totalidade dos debenturistas da RodoNorte exerceu, em 02 de agosto de 2.004, as opções de venda que detinham contra o BNDES e, como consequência, o BNDES tornou-se o único debenturista da RodoNorte.

NovaDutra:

Em 17 de agosto de 2.004 a NovaDutra emitiu 18.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie com garantia real, em duas séries, sendo 9.000 debêntures de cada série com valor nominal unitário de ambas as séries de R\$10.000,00, perfazendo o total de R\$180 milhões.

As debêntures da NovaDutra são garantidas por (a) garantia real constituída pelo contrato de penhor que formalizou o penhor em nome dos debenturistas e do BNDES, de forma compartilhada, dos seguintes bens e direitos (i) valores, créditos, recebíveis e outros valores que correspondam a 100% do produto oriundo da cobrança do pedágio em toda a extensão da Via Dutra, bem como das receitas auferidas pela Emissora decorrentes de todos e quaisquer direitos que gerem receita em virtude do seu contrato de concessão; (ii) todos os direitos aos montantes depositados nas contas correntes detidas pela emissora e as respectivas aplicações financeiras realizadas com tais montantes, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; e (iii) 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da emissora, detidas pela CCR; e (b) contrato de cessão pelo qual a emissora cedeu ao BNDES e aos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, de forma irrevogável e irretratável, a totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual

indenização devida por parte do poder concedente, na ocorrência de qualquer hipótese de extinção do contrato de concessão.

O prazo e a amortização das debêntures da NovaDutra varia de acordo com as séries.

Com relação às debêntures da primeira série, o prazo é de 72 meses contados da data da emissão, vencendo-se, portanto em 01 de julho de 2.010, data em que será pago o valor nominal unitário das debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor do rendimento eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos da escritura de emissão. O valor unitário das debêntures será amortizado em 5 parcelas anuais com vencimentos em 01 de julho de 2.006, 01 de julho de 2.007, 01 de julho de 2.008, 01 de julho de 2.009, e 01 de julho de 2.010, sendo certo que a parcela do valor nominal unitário a ser amortizado corresponde a R\$2 mil. Será assegurado aos titulares debenturistas ao final do dia útil anterior ao pagamento direito à amortização e aos juros.

No que se refere às debêntures da segunda série, o prazo é de 66 meses contados da data da emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de janeiro de 2.010, data em que será pago o valor nominal unitário das debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor do rendimento eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos da escritura de emissão. O valor unitário das debêntures será amortizado em 4 parcelas anuais com vencimentos em 01 de janeiro de 2.007, 01 de janeiro de 2.008, 01 de janeiro de 2.009, e 01 de janeiro de 2.010, sendo certo que a parcela do valor nominal unitário a ser amortizado corresponde a R\$2,5 mil. Será assegurado aos titulares debenturistas ao final do dia útil anterior ao pagamento direito à amortização e aos juros.

As debêntures serão remuneradas por uma taxa de juros de 9,5% ao ano, base de 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado, calculados em regime de capitalização composto de forma *pro rata temporis* por dias úteis desde a data da emissão e pagos ao final de cada período de capitalização.

A NovaDutra poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário acrescido do rendimento calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei de Sociedades por Ações.

AutoBAn:

Em 1º de abril de 2.006 a AutoBAn emitiu 51.000 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de 90.800 debêntures cada uma e a terceira série de 31.400 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 e valor total de emissão de R\$510 milhões, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2.006, no valor total de R\$533.8 milhões.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGPM, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

Primeira série: Amortização em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2.009 e 1º de abril de 2.014 e juros anualmente, entre 1º de abril de 2.007 e 1º de abril de 2.014.

Segunda série: Amortização em cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2.009 e 1º de outubro de 2.013 e juros anualmente entre 1º de outubro de 2.007 e 1º de outubro de 2.013.

Terceira série: Amortização em sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2.009 e 1º de abril de 2.012 e juros semestralmente entre 1º de abril de 2.007 e 1º de abril de 2.012.

As debêntures da AutoBAn são garantidas pela Penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela. As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

ViaOeste:

Em 1º de julho de 2.007 a ViaOeste emitiu 65.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de 28.000 debêntures e a segunda e a terceira séries de 18.500 debêntures cada, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 e valor total de emissão de R\$650 milhões, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2.007, e as restantes em 1º de agosto de 2.007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2.008 e 1º de julho de 2.015;

Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2.008 e 1º de julho de 2.015;

Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2.009 e 1º de janeiro de 2.015.

Como garantia da emissão das debêntures, a ViaOeste está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

RodoAnel:

A segunda oferta de notas promissórias comerciais, no valor de R\$460 milhões, com coordenação dos bancos Bradesco BBI, Santander e ABN, distribuída em duas séries, com aval dos acionistas, proporcional às suas respectivas participações acionárias, foi integralmente liquidada na sua data de vencimento, qual seja, 13 de abril de 2.009, com os recursos da quarta oferta de notas promissórias comerciais da Companhia. Esta foi no valor de R\$650 milhões e contou com garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco BBI e Santander. São ao todo 80 notas promissórias, emitidas em 13 de abril de 2.009, no valor de R\$8,125 milhões cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R\$32,5 milhões) garantidas por aval da Encalso; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R\$617,5 milhões) garantidas por aval da CCR. A data de vencimento da quarta emissão é 10 de outubro de 2.009.

A terceira oferta de notas promissórias comerciais, no valor de R\$650 milhões, com aval proporcional às suas respectivas participações acionárias, foi totalmente liquidada na sua data de vencimento, qual seja, 20 de maio de 2.009, com os recursos da quinta oferta de notas promissórias comerciais da Companhia. Esta foi no valor de R\$650 milhões, nas mesmas condições de garantia dos acionistas, e contou com garantia firme de subscrição dos bancos Itaú BBA e ABC. São ao todo 520 notas promissórias, emitidas em 20 de maio de 2.009, no valor de R\$1,25 milhão milhões cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 26 notas promissórias (R\$32,5 milhões) garantidas por aval da Encalso; e (ii) segunda série composta por 494 notas promissórias (R\$617,5 milhões) garantidas por aval da CCR. A data de vencimento da quinta emissão é 16 de novembro de 2.009.

O valor nominal das notas promissórias não será atualizado. Sobre os valores das mesmas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a. para a segunda e quarta ofertas, 1,25% a.a. para a terceira oferta e 2,10% a.a. para a quinta oferta. Essa remuneração será paga integralmente na data de vencimento. As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias contados da primeira data de emissão.

Regulação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários

O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulado pela autarquia CVM cuja competência inclui a regulamentação das bolsas de valores mobiliários e mercado de balcão, organizado ou não organizado, bem como pelo Banco Central, que tem, entre outros poderes, a autoridade para licenciar corretoras de valores mobiliários e regular investimentos estrangeiros e operações de câmbio. O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulado pela Lei das Sociedades por Ações e pela Lei nº 6.385/76, sendo esta é a principal lei que

regula o mercado brasileiro de valores mobiliários, e, ainda, por atos normativos emanados pela CVM, pelo CMN e pelo Banco Central. Estas leis e regulamentos, entre outros, determinam: (i) os requisitos de divulgação de informações aplicáveis às emissoras de valores mobiliários publicamente negociados; (ii) as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço; e (iii) a proteção dos acionistas minoritários. Tais leis e regras também regulam o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores mobiliários brasileiras. Em 25 de janeiro de 2006, foi criado o Coremec (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização), ente responsável por coordenar os órgãos públicos federais que fiscalizam e regulam as atividades dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de previdência e capitalização.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma sociedade anônima pode ser aberta e emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou fechada e não emitir seus valores mobiliários. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA ou no mercado de balcão brasileiro e ficam sujeitas às obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer atos ou fatos relevantes, de acordo com a Instrução CVM 358. Ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA não podem ser negociadas simultaneamente nos mercados de balcão brasileiros.

A negociação de valores mobiliários na BM&FBOVESPA pode ser interrompida mediante solicitação da companhia antes da publicação do fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BM&FBOVESPA ou da CVM, com base em ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela BM&FBOVESPA.

Restrições a Investimento Estrangeiro

Não há restrições à titularidade das debêntures emitidas pela Companhia por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior. Entretanto, o direito de converter a remuneração e o produto da venda das debêntures em moeda estrangeira e de remeter esses valores ao exterior está sujeito a restrições de controle cambial e à legislação de capitais estrangeiros que exige, entre outras formalidades, o registro eletrônico dos investimentos no Banco Central.

Os investidores estrangeiros podem registrar seus investimentos como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei 4.131/62, ou como investimento estrangeiro de portfólio registrado pela CVM, nos termos da Resolução CMN n.º 2.689 e da Instrução CVM 325.

Os investidores estrangeiros diretos podem vender as debêntures de sua titularidade tanto em operações privadas como em bolsa de valores ou no mercado de balcão, mas em geral estão sujeitos a tratamento fiscal menos favorável em relação aos investidores estrangeiros de portfólio.

A Resolução CMN n.º 2.689 dispõe que, observadas algumas exceções, como é o caso de aquisições em ofertas públicas de distribuição de debêntures, os investidores estrangeiros de portfólio podem comprar e vender ações apenas em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, mas em geral fazem jus a tratamento fiscal mais favorável em relação aos investidores estrangeiros diretos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa aplicáveis à Companhia, e deve ser analisada conjuntamente com a Seção “Composição do Capital Social” na página 179.

A CCR conta com um grande diferencial, que é o total comprometimento da Companhia e de seus Administradores com a eficiência e a transparência da gestão, pela adoção das melhores práticas de governança corporativa.

Em razão disso, já na abertura de seu capital social a CCR aderiu ao Novo Mercado, sendo a primeira empresa a se vincular a essa nova mentalidade do mercado de capitais brasileiro. O Novo Mercado é o mais elevado nível de governança da BM&FBOVESPA, que exige compromisso com práticas superiores às exigências legais.

Para tanto, a CCR implantou e exercita uma Política de Governança, devidamente instrumentalizada por um Manual de Governança Corporativa, que internaliza as melhores práticas de gestão e desempenho. Com mesmo intuito, a CCR também instituiu – e novamente foi pioneira nesse movimento – um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar a aplicação dessas práticas, inclusive com avaliação de desempenho, até do próprio conselho de administração.

No modelo de governança da CCR merecem destaque, dentre outros:

- Os Acionistas Controladores têm participações equilibradas, não havendo previsão de qualquer veto e/ou aprovação singular. Está previsto o quorum especial de 67% para determinadas matérias;
- O capital social da Companhia contempla somente ações ordinárias, com direito a voto;
- A CCR, como companhia aberta e participante do Novo Mercado, deve informar regularmente à BM&FBOVESPA todos os contratos firmados com partes relacionadas;
- O conselho de administração da Companhia é integrado por dois Conselheiros Independentes;
- O conselho de administração da CCR, caracterizando outro diferencial, desde a abertura do capital da Companhia implantou um programa de auto-avaliação, visando à melhoria contínua do trabalho realizado. Os membros do conselho de administração e o CEO da Companhia submetem-se anualmente a um questionário relativo ao fluxo de informações, condução e foco das reuniões, rapidez e qualidade das decisões, nível de responsabilidade do conselho de administração, dentre outros aspectos.
- O Plano de Investimentos de cada um dos negócios da CCR é previamente aprovado pelo conselho de administração;
- Os investimentos dos negócios são financiados por terceiros, prevendo fiscalização de preços e execução por engenheiros e auditores independentes;
- A administração é profissional, desvinculada dos Acionistas Controladores;
- As reuniões ordinárias do conselho de administração observam periodicidade mensal, realizadas na última quinta-feira de cada mês, com objetivo de discutir questões relativas à visão, planejamento estratégico, liderança e resultados da Companhia. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas sempre que houver necessidade.

Os papéis de cada um dos envolvidos na gestão da Companhia, ou seja, membros e secretário do conselho de administração, diretores da Companhia, membros de comitês e do conselho fiscal, quando instituído, estão descritos, tanto individual quanto coletivamente, no Manual de Governança Corporativa da Companhia.

As decisões da Companhia são colegiadas e pautadas por critérios e mecanismos internos que visam assegurar a isenção da decisão.

Além do comitê de governança, a CCR implantou outros cinco comitês técnicos e consultivos, quais sejam, comitê de auditoria, comitê de estratégia, comitê de finanças, comitê de novos negócios e comitê de recursos humanos, com objetivo de conferir eficiência e agilidade às decisões do conselho de administração.

Os comitês não têm funções executivas, realizando análises, emitindo pareceres e elaborando propostas que são encaminhadas ao conselho de administração, em apoio ao processo decisório da Companhia. São formados por conselheiros independentes, representantes dos acionistas controladores e contam com a participação eventual de executivos da Companhia.

A atuação da Companhia é pautada, ainda, por normas internas adicionais que refletem os princípios de governança, como o Regimento Interno, as Políticas de Responsabilidade Social, Política de Meio Ambiente, Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e o Código de Ética. Todas são formalmente emitidas e instrumentalizadas, visando assegurar a uniformidade e adequação das atividades de todas as empresas e colaboradores da CCR.

Informações mais detalhadas sobre Governança Corporativa da Companhia podem ser obtidas em nosso site, no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/ri.

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social da Companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- Conselho de Administração composto por, no mínimo, cinco membros;
- prazo de um ano para os mandatos dos membros do Conselho de Administração;
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);
- manutenção do percentual mínimo de 25,0% de ações em circulação (*free float*), de modo a estimular a dispersão e favorecer a liquidez das ações;
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;
- clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

Novo Mercado

Introdução

A BM&FBOVESPA possui três níveis de práticas diferenciadas de governança corporativa: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Estes se diferenciam pelo grau das exigências destas práticas, sendo o Novo Mercado o mais rigoroso.

O Novo Mercado é um segmento de listagem da BM&FBOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, voluntariamente, a adotar práticas de governança corporativa, tais como práticas diferenciadas de administração, transparência, proteção aos acionistas minoritários e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Nosso Estatuto Social contém todas as cláusulas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Os itens abaixo resumem os principais pontos que caracterizam o Novo Mercado, sendo, consequentemente, aplicáveis a nós:

- Divisão do capital social exclusivamente em ações ordinárias;
- Ações que representem no mínimo 25% do capital social devem estar em circulação;
- Na alienação de controle, ainda que por vendas sucessivas, o negócio deve ficar condicionado à extensão aos acionistas minoritários das mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, incluindo o mesmo preço (*tag-along*), por meio de oferta pública de aquisição de ações;
- Conselho de Administração composto por, no mínimo, cinco membros, com mandato unificado de até dois anos, sendo, no mínimo, 20% de Conselheiros Independentes;
- Demonstração de fluxo de caixa (da Companhia e consolidado) nas ITRs e nas demonstrações financeiras anuais;
- A partir do segundo exercício após a adesão ao Novo Mercado, a divulgação das demonstrações financeiras será obrigatoriamente realizada em inglês, reconciliadas aos padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, podendo o formulário de ITR ser igualmente traduzido para o idioma inglês;
- O cronograma de eventos corporativos deve ser divulgado anualmente, até o final do mês de janeiro;
- A saída do Novo Mercado, bem como o cancelamento de registro como companhia aberta, ficam condicionados à efetivação de oferta pública de aquisição, pelo acionista controlador ou por nós, das demais ações de nossa emissão, por valor no mínimo igual ao seu valor econômico; e
- Resolução de disputas ou controvérsias entre nós, nossos administradores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e acionistas por meio de arbitragem, utilizando a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Vide seção "*Composição do Capital Social – Conselho de Administração*", na página 191, e "*Composição do Capital Social – Conselho Fiscal*", na página 199.

Dispersão Acionária em Distribuição Pública

O Regulamento do Novo Mercado estabelece que deveremos direcionar esforços para alcançar dispersão acionária, com adoção de procedimentos especiais, inclusive, sem limitação, garantia de acesso a todos os investidores interessados ou a distribuição a pessoas físicas ou investidores não institucionais de, no mínimo, 10% do total a ser distribuído.

Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista controlador obrigá-lo-á a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% das ações de nosso capital social, no prazo de seis meses subsequentes à homologação da subscrição.

Alienação do Controle

O Regulamento do Novo Mercado estabelece que a alienação de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de nosso controle.

Esta oferta também será exigida:

- quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que resulte na alienação de nosso controle; e
- na alienação de controle de sociedade que detenha o nosso controle, sendo que, nesta última hipótese, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação, além de anexar documentos que comprovem esse valor.

Segundo as regras do Novo Mercado, aquele que já detiver nossas ações e que venha a adquirir o seu controle, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador que envolva qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública na forma acima referida, além de ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 meses anteriores à data da alienação de controle por meio do pagamento da diferença atualizada entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa por nossas ações.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que o acionista controlador alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem nós poderemos registrar qualquer transferência de ações representativas do nosso controle, enquanto o acionista adquirente e aqueles que vierem a deter o nosso controle não subscreverem o Termo de Anuência dos controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

O comprador deve, sempre que necessário, tomar todas as medidas para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do controle.

Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivativos por Acionista Controlador

O acionista controlador deve comunicar à BM&FBOVESPA, imediatamente após a aquisição do nosso controle, acerca da quantidade e características dos valores mobiliários de nossa emissão, de que eles ou pessoas próximas a eles sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações.

Ainda, conforme as regras do Novo Mercado, qualquer negociação efetuada com esses valores mobiliários deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA. Vide seção “*Divulgação de Negociações com Ações Realizadas por Acionista Controlador, Conselheiro, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal*”, na página 227.

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Conforme as regras do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, o cancelamento do registro de companhia aberta exigirá a elaboração de laudo de avaliação de nossas ações pelo valor econômico, elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao nosso poder de decisão, nossos administradores e controladores, e deverão satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no mesmo dispositivo legal.

Nas hipóteses de cancelamento do registro de companhia aberta ou de nossa saída do Novo Mercado, a escolha da empresa especializada responsável pela determinação de nosso valor econômico é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembleia Geral. Esta, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação; ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

O valor econômico das ações, apontados no laudo de avaliação, será o preço mínimo a ser ofertado pelo acionista controlador na oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante. Se o valor econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

Caso o laudo de avaliação não esteja pronto até a Assembleia Geral, o acionista controlador informará nessa Assembleia o valor por ação pelo qual formulará a oferta pública, ficando a oferta condicionada a que o valor informado não seja inferior ao apurado no laudo de avaliação.

Em síntese, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente e pelas normas editadas pela CVM, respeitados os preceitos contidos no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social.

Saída do Novo Mercado

Podemos sair a qualquer tempo do Novo Mercado, desde que a saída seja aprovada em Assembleia Geral e comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência de 30 dias. A ata de Assembleia deve conter o motivo da saída do Novo Mercado, sendo que esta saída não implica a perda da condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

Quando a saída do Novo Mercado ocorrer (i) para que as ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em razão da reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações dos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação especialmente elaborado.

Caso nosso controle seja alienado nos 12 meses subsequentes à saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o adquirente do controle deverão, conjunta e solidariamente, oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço devidamente atualizado e condições obtidas pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações. Ademais, se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada, o acionista controlador alienante e o adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública.

Após a saída do Novo Mercado, nossos valores mobiliários não poderão retornar a ser listados no Novo Mercado por um período mínimo de 2 anos contados da data em que tiver sido formalizado o desligamento, salvo se nosso controle acionário for alienado após a formalização de sua saída do Novo Mercado.

Política de Divulgação de Informações

Nos termos da Instrução CVM 358, possuímos uma Política de Divulgação de Informações, que disciplina a divulgação de informações relevantes e a manutenção de sigilo acerca destas informações.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de nossa Assembleia Geral ou nossos órgãos de administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar, à CVM e às bolsas de valores, qualquer informação relevante ocorrida ou relacionada com nossos negócios, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação. Em circunstâncias especiais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Todas as pessoas vinculadas (incluindo nosso acionista controlador, nossos Diretores, membros do nosso Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e colaboradores que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Informações e guardar sigilo sobre as informações relevantes ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e as demais pessoas vinculadas quanto aos prejuízos causados.

Cláusula Compromissória (Arbitragem)

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e com nosso Estatuto Social, Nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros do Conselho Fiscal quando instalado nos obrigamos a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre si, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Informações Periódicas

Vide seção "*Divulgação de Informações*", na página 225.

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Novo Mercado estipula que, pelo menos uma vez ao ano, devemos realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

O Novo Mercado determina que as companhias e os administradores devem enviar à BM&FBOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre nós, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BM&FBOVESPA.

Acordo de Acionistas

Enviamos à BM&FBOVESPA e à CVM cópia de todos os acordos de acionistas arquivados em nossa sede, se e quando assinados, e noticiamos à BM&FBOVESPA e à CVM sobre as averbações de acordos existentes em nossos livros. Vide seção "*Composição do Capital Social – Acordo de Acionistas*", na página 187.

Contratos com o mesmo grupo

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós e nossas controladas e coligadas, nossos administradores, nosso acionista controlador e, ainda, entre nós e sociedades controladas e coligadas de nossos administradores e nosso acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, em um único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200,0 mil, ou valor igual ou superior a 1% sobre nosso patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução de nossos negócios. Vide seções "*Divulgação de Informações - Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia*", na página 229 e "*Operações com Partes Relacionadas*", na página 221 deste Prospecto.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Competência Legislativa e Competência para Fiscalização

Compete à União e aos Estados Federados legislar concorrentemente sobre: (i) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (ii) proteção ao meio ambiente cultural, envolvendo a preservação do patrimônio histórico, artístico, turístico e paisagístico; e, (iii) responsabilidade por danos ao meio ambiente. Os Municípios também são autorizados a legislar sobre questões ambientais com relação aos aspectos considerados de interesse local.

Nas situações em que exista conflito de normas, é importante salientar que prevalece o entendimento de que se aplica a legislação que confere maior proteção ao meio ambiente, ou seja, a mais restritiva.

Ademais, todos os entes federativos têm competência para exercer a atividade de fiscalização e proteção ambiental, por meio de órgãos e instituições específicas. O conjunto de órgãos e instituições responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental constitui o SISNAMA.

O Ministério Público Federal e Estadual, embora não integrem o SISNAMA, têm entre suas funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública objetivando, respectivamente, a identificação e a reparação de danos ambientais. O Ministério Público é, ainda, o titular privativo para a propositura de ação penal por crimes contra o meio ambiente.

As condutas lesivas ao meio ambiente podem sujeitar os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar ou indenizar aos danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera administrativa, entende-se por infração toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. A inobservância de tais normas pode sujeitar o infrator a penalidades, dentre as quais destacamos: (i) advertência, (ii) multa simples ou diária, no valor de R\$50,00 a R\$50.000.000,00, (iii) embargo da obra ou atividade, (iv) suspensão total ou parcial das atividades, (v) suspensão ou cancelamento de licenças, alvarás e autorizações e (vi) proibição de contratar com o Poder Público, gozar de benefícios fiscais e/ou obter financiamentos junto a instituições oficiais de crédito.

Na esfera penal, a Lei de Crimes Ambientais admite a responsabilidade penal das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, exigindo a comprovação da culpa ou dolo do agente, bem como que a conduta esteja descrita em lei como ilícito penal específico. A responsabilização penal das pessoas jurídicas ocorre nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, em nome da sociedade. As pessoas jurídicas estão sujeitas a aplicação de multa, de penas restritivas de direitos e a prestação de serviços à comunidade. As penas restritivas de direitos para pessoas jurídicas são: (i) suspensão parcial ou total de atividades; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e, (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Ademais, a Lei de Crimes Ambientais possibilita, em situações específicas, que os sócios da pessoa jurídica venham a ser responsabilizados patrimonialmente pela degradação ambiental, por meio da desconsideração da personalidade jurídica, nos casos em que a forma societária representar obstáculo à reparação dos prejuízos causados ao meio ambiente.

Quanto à responsabilidade civil, a legislação ambiental brasileira adota o regime da responsabilidade objetiva, o que significa que sua imputação ao agente econômico depende tão-somente da constatação de que sua ação ou omissão gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência).

Aplica-se, também, o princípio da responsabilidade solidária, de modo a responsabilizar todos aqueles agentes que viabilizaram, contribuíram ou criaram condições, por meio de sua atividade, para a ocorrência do dano, uma vez que a legislação define como poluidor a pessoa física ou jurídica responsável, direta ou indiretamente, por atividades causadoras de degradação ambiental. Nesses termos, um dos agentes poderá responder integralmente pelo dano ambiental, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Licenciamento Ambiental

A instalação de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais está sujeita ao licenciamento ambiental, procedimento por meio do qual o órgão ambiental competente avalia e autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação desses empreendimentos, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis.

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o processo de licenciamento ambiental compreende três fases distintas e sucessivas, nas quais é feita a análise da viabilidade ambiental do empreendimento e são estabelecidas condicionantes para a instalação e a operação do projeto. Essas fases compreendem a emissão de três licenças: (i) Licença Prévia (“LP”), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade; (ii) Licença de Instalação (“LI”), que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes; e, (iii) Licença de Operação (“LO”), que autoriza a operação do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação.

A implantação e funcionamento de empreendimentos sem as licenças ambientais necessárias podem sujeitar a empreendedora a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos ambientais eventualmente causados.

No Estado de São Paulo, a Resolução nº 81/1.998 da SMA estabelece a dispensa de licenciamento ambiental para execução de determinadas obras e serviços na faixa de domínio de rodovias em operação. Procedimento análogo pode ser observado na Resolução CONEMA nº 4/2.008, no Estado do Rio de Janeiro. A obediência aos dispositivos das referidas resoluções não exime o empreendedor de obter as eventuais autorizações necessárias para a supressão de vegetação nativa e intervenção em áreas protegidas. No mais, vale observar que, segundo a Resolução nº 1/86 do CONAMA, o licenciamento de certas atividades modificadoras do meio ambiente, nela explicitadas, dependerá de elaboração de EIA e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão competente. De acordo com essa Resolução, o licenciamento de estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento será, necessariamente, objeto de EIA/RIMA. O EIA, além de atender à legislação, deverá obedecer a certas diretrizes gerais: (i) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; (ii) identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implementação e operação da atividade; (iii) definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto; (iv) considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implementação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Eventuais dificuldades ou demoras por parte dos órgãos ambientais durante o processo de obtenção ou renovação das licenças acima mencionadas poderão prejudicar a instalação ou a operação dos empreendimentos.

Outras licenças e autorizações ambientais

Todos os projetos e atividades que envolverem supressão de vegetação, corte de árvores e intervenção em áreas protegidas devem ser autorizados pelo órgão ambiental competente. Eventual intervenção em vegetação sem a devida autorização pode resultar na imposição de sanções administrativas e criminais, independentemente da necessidade de reparação ou indenização civil.

Além disto, a intervenção em cursos d’água naturais (canalizações e travessias), a captação de água de corpos superficiais ou de poços artesianos, deve ser autorizada pelos órgãos de gestão dos recursos hídricos competentes. A prática não autorizada dessas atividades pode ensejar a aplicação de penalidade de multa e a suspensão das atividades até a regularização da situação.

Por fim, a disposição final inadequada de resíduos gerados pelas obras pode resultar em sanções tais como advertência, multas e/ou sanções penais, sem prejuízo da reparação ou da indenização dos danos ambientais causados. Poderá também ser atribuída à empresa geradora dos resíduos a responsabilidade solidária pelos danos ambientais resultantes da disposição inadequada de resíduos, ainda que tenham sido causados pelo transportador ou pelo responsável pela disposição desses resíduos.

Responsabilidade ambiental

A política ambiental corporativa da Companhia tem como objetivo oferecer as diretrizes para programas que proporcionem sustentabilidade ao negócio da CCR, com benefícios para acionistas, colaboradores, usuários, fornecedores e comunidades próximas a seus locais de atuação, contribuindo para o desenvolvimento sócio-ambiental destas regiões.

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Dentro deste foco, as diversas unidades de negócio desenvolvem ações e parcerias apoiadas em um conjunto de elementos tecnológicos, institucionais e de valores, procurando mitigar os impactos sobre o meio ambiente causados pelos nossos empreendimentos, visando à interação dos três sistemas constituintes do desenvolvimento sustentável: social, econômico e ambiental.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua é uma dos grandes objetivos da Companhia. Buscamos alcançar esta meta com uma competente gestão de nossas rodovias e também por meio de ações de responsabilidade corporativa. Desde a sua criação, a Companhia investiu mais de R\$27,00 milhões em projetos culturais, sociais, esportivos e de responsabilidade ambiental.

Por meio de sua política cultural ‘CCR Cultura nas Estradas’, a Companhia apóia a produção e distribuição de bens culturais para um público que nem sempre tem acesso a manifestações artísticas de qualidade, com patrocínio de projetos itinerantes e regionais. Os dois carros-chefe do ‘CCR Cultura nas Estradas’ são o ‘Cine Tela Brasil’ – primeira sala itinerante de cinema do país e que já beneficiou mais de 500 mil pessoas – e o ‘Circo Roda Brasil’, que está em seu segundo espetáculo, o ‘Oceano’. Ambos atualmente viajam pelas rodovias das Concessionárias, oferecendo cultura, lazer e entretenimento às comunidades lindeiras.

O apoio a cultura está sendo novamente comprovado este ano com a realização da inédita ‘Festa do Teatro’, evento comemorativo aos dez anos da Companhia e que está distribuindo gratuitamente 30 mil ingressos para peças de teatro em cartaz na cidade de São Paulo.

No âmbito da responsabilidade social, a Companhia desenvolve uma série de ações que beneficiam diretamente seus usuários e moradores das cidades cortadas por suas rodovias. É o caso do ‘Estrada para a Saúde’, realizado pelas concessionárias NovaDutra, RodoNorte, AutoBAN e ViaOeste e que já impactou 68 mil caminhoneiros. O programa oferece acompanhamento contínuo a estes profissionais por meio de exames médicos, tratamento odontológico e serviços gratuitos, além de orientações preventivas para melhorar sua qualidade de vida e bem-estar.

Ressaltamos que a Companhia não é focada apenas no presente. Preocupada com a educação dos futuros motoristas, ela desenvolve o programa ‘Estrada para a Cidadania’, cujo objetivo é disseminar informações sobre segurança de trânsito e cidadania entre os alunos de 3ª e 4ª séries das redes públicas de ensino fundamental nas cidades lindeiras. Desde a criação do projeto, em 2.002, mais de 710 mil crianças tiveram a oportunidade de aprender noções sobre segurança no trânsito, transformando-se em agentes disseminadores de conhecimento e valores sobre a preservação da vida.

A preocupação com o meio ambiente também é crescente dentro da Companhia. Desenvolve importantes ações e pretendemos investir cada vez mais nesta área. As rodovias administradas pela RodoNorte, por exemplo, utilizam o asfalto ecológico, produzido por meio da utilização de pneus que anteriormente eram descartados. Desde 2.003, a borracha produzida através da reciclagem de mais de 360 mil pneus inservíveis já resultou na recuperação de aproximadamente 300 quilômetros das rodovias.

A RodoNorte também desenvolve o ‘Projeto Sacolona’, pelo qual as lonas utilizadas para comunicação na rodovia são transformadas em bolsas customizadas, necessários, estojos escolares, bolsas universitárias, aventais e sacolas de feira. Em um ano, foram reaproveitados mais de 530 quilos de lonas.

Todas as Concessionárias realizam ainda, com sua equipe de atendimento, o treinamento para o manejo adequado dos animais silvestres. O resultado é o menor índice de acidentes nas rodovias, melhor colaboração com a Polícia Militar Ambiental e a contribuição com a preservação da fauna e flora da região.

Outra recente realização da Companhia é o apoio a projetos esportivos, com foco na inclusão social de crianças e adolescentes. Atualmente, a Companhia apóia os projetos ‘Caravana do Esporte’ e ‘Projeto Grael’. Juntos, os programas beneficiaram mais de oito mil crianças em 2.008.

Para este ano, a novidade da parceria com o ‘Caravana do Esporte’ é a construção de uma rede de núcleos fixos em algumas das cidades lindeiras às rodovias das Concessionárias. Serão 10 centros em Sorocaba, um em Ponta Grossa, dois no Rio de Janeiro e um no município de Embu. Nestes núcleos serão desenvolvidas diversas atividades esportivas e culturais, trabalhadas de forma lúdica e buscando atender todas as crianças, mesmo aquelas que não demonstram talento especial para o esporte.

GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tecnologia e Inovação

O planejamento de crescimento qualificado da Companhia prevê o aumento e a diversificação de sua rede de rodovias, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes de uma gestão compartilhada entre suas unidades de negócio. Além disso, faz parte deste planejamento a atuação em novos negócios, que sejam complementares à sua atividade de concessões de rodovias.

Com isso, a tecnologia se torna, além de prioritária, um diferencial para a Companhia. Todas as nossas rodovias contam com tecnologia de ponta, muitas vezes pioneiras no mercado brasileiro, cujo principal propósito é oferecer aos nossos usuários segurança, fluidez e conforto.

A tecnologia está presente em nossas rodovias por meio de sofisticados sistemas de ITS (*Intelligent Transportation System*), tais como, painéis de mensagens variáveis, telefones de emergência e câmeras, interligados aos nossos centros de controle operacionais, responsáveis pelo controle e acionamento de viaturas para auxílio aos usuários. Temos ainda um aparato de telecomunicações distribuído ao longo de mais de 1.500 quilômetros de rodovias que garante a comunicação entre as localidades de todas as unidades de negócio da Companhia, além de todo ferramental tecnológico voltado para a gestão e controle do negócio.

Uma das principais características da Companhia é aproximar a equipe de serviços de TI de seus usuários em cada unidade de negócio com foco em suporte e implementação de soluções e captação de novas demandas para atender as necessidades do negócio. A área de TI atua em todas as unidades: oito concessionárias, dois centros de serviços e o Centro Corporativo, distribuídas em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Os profissionais do centro de competências de TI são certificados nos mais diversos níveis de proficiência tecnológica das ferramentas, sistemas, aplicativos e equipamentos utilizados, buscando viabilizar soluções que agregam valor ao negócio por meio de redução de custos, flexibilidade e agilidade no desenvolvimento e implantação.

A área possui um escritório de processos responsável por antecipar e/ou identificar oportunidades de simplificação e qualificação de rotinas de trabalho com a visão de revisão e otimização de processos, integração de sistemas, automatização de rotinas e de controles e qualificação de pessoal para uso de ferramentas integradas.

Abaixo estão relacionados alguns projetos e iniciativas relacionados à tecnologia da informação da Companhia:

Governança de TI e Segurança da Informação

Adoção de melhores práticas, consagradas no mercado, para suportar os processos da organização, como PMBOK (*Project Management Book of Knowledge*) do PMI (*Project Management Institute*), COBIT (*Control Objectives for Information and related Technology*) e ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*).

Implantação de modelo padronizado para atendimento as demandas da Companhia e das Concessionárias, concebido de acordo com padrões ITIL. A partir deste novo modelo de suporte, foi organizada e implantada uma central de suporte CCR com registros de 13.014 ligações recebidas, 14.771 e-mails recebidos e 36.926 chamados atendidos no período de janeiro a dezembro de 2.008.

Elaboração e implantação de uma nova política de segurança da informação para a Companhia e para as Concessionárias, contemplando um amplo programa de divulgação e aculturação dos colaboradores.

Soluções de Tecnologia e Infra-Estrutura

Integração dinâmica de rede: Solução de automação e inteligência que possibilita a operação, controle e monitoramento de forma centralizada das redes e links de comunicação de forma a aperfeiçoar a segurança, desempenho, disponibilidade e mobilidade na rede de computadores proporcionando garantia dos níveis de serviço com contingenciamento e recuperações rápidas com custos compatíveis.

Arquiteturas flexíveis de armazenamento de dados: Adoção de novas arquiteturas e solução centralizadas que permitem a operação, controle e monitoramento dos dados e informações, proporcionando um ambiente que

armazene a informação de forma mais confiável, segura, com menor custo e flexibilidade para suportar crescimento futuro de sistemas de informação computacionais, tais como: e-mail, web, dados de arrecadação, conteúdo multimídia de rodovia e documentos digitais. A informação é o principal diferencial competitivo para a maioria das organizações, um ambiente que armazene e disponibilize a informação segura, com o menor custo e com flexibilidade para suportar o crescimento futuro, contribui sensivelmente para aumentar a competitividade e garantir a continuidade do sucesso nos negócios.

Soluções Administrativas

Atendimento ao SPED Contábil: Implantação da solução Mastersaf integrada ao SAP (Sistema de Gestão Fiscal responsável por Apuração de impostos, obrigações acessórias, IN86, 100 e PIS/COFINS/LALUR/DACON).

Otimização dos processos de gestão de pessoas: Melhorias voltadas para as avaliações de competências e geração de informações tático-estratégicas.

Operação da área jurídica: Implantação de solução SISJURI em ambiente web para agilizar a troca de informações entre as unidades de negócio e o centro de serviços compartilhados.

Programas nas rodovias: Disponibilização de sistemas informatizados para suportar a condução dos programas ‘Trailler Odontológico’ e ‘Estrada para a Saúde’.

Gestão de Serviços de TI Apoiada em Processos de Governança e Engenharia de Manutenção

Melhoria do processo de gestão da manutenção: Implantação de solução de automação e inteligência que possibilita a operação, controle e gerenciamento de forma centralizada de todas as solicitações e os recursos operacionais de negócio sobre a sua disponibilidade, ciclo de vida provendo transparência ao usuário sobre o acompanhamento de suas solicitações.

A ferramenta ENGEMAN possibilita acesso on-line, otimização e rastreabilidade das atividades e soluções. Facilita o acesso ao usuário como único ponto para suporte padronizado e critérios de prioridade para cada solicitação com base na importância para o negócio, além da criação de uma base de conhecimento de soluções.

Inteligência em Processos

Projeto de aprimoramento de controles gerenciais: consiste na revisão de conceitos e forma dos procedimentos e processos, com foco na inovação, boas práticas de mercado, visando garantir a eficácia de controles gerenciais com base na simplificação e agilidade das informações, mantendo o compromisso com a integridade, rastreabilidade e conformidade dos processos.

Projeto Ápice:

Consistiu na modernização de todo o portfólio de sistemas de gestão da Companhia e das Concessionárias durante os anos de 2.007 e 2.008, a partir da adoção das ferramentas SAP. Denominado de Projeto Ápice, este foi o projeto mais complexo e desafiador dos últimos anos, adotado pela primeira vez em uma empresa de nosso setor.

Após a verificação das opções disponíveis no mercado, a Companhia decidiu pela contratação da SAP, líder do mercado global de soluções corporativas. O escopo do projeto abrangeu todos os processos administrativos e financeiros da Companhia, além de processos voltados para planejamento orçamentário, simulações e acompanhamentos de curto e longo prazo.

O Projeto Ápice contou com a participação de mais de 350 pessoas de todas as unidades de negócio da Companhia. Para garantir o recebimento eficaz da mensagem e a compreensão de todos os colaboradores que utilizam o sistema em seu dia a dia, a Companhia se preocupou em desenvolver um programa de capacitação e treinou um público de mais de 1.000 pessoas, distribuídas pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, além do Distrito Federal, contando com um índice de 98% de presença.

RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DOS MERCADOS NACIONAL E/OU ESTRANGEIRO

Na data de elaboração deste Prospecto, a Companhia desenvolve suas atividades predominantemente em território brasileiro, de forma que os negócios da Companhia dependem diretamente do mercado nacional e de seu desempenho. Assim, a Companhia não depende de mercado estrangeiro para a condução de seus negócios.

No mercado nacional, o modo de condução dos negócios e os resultados da Companhia são influenciados fundamentalmente pelo crescimento econômico nacional, sendo que historicamente o tráfego tem demonstrado um crescimento 50% superior ao crescimento econômico medido pelo PIB. Dentro do mercado nacional a Companhia não apresenta uma relação de dependência de um insumo ou produto específico, e na matriz de negócios não existe concentração superior a 3%. Também nunca foi observada uma concentração no mix entre passageiros e carga, dado que historicamente esse número oscila em torno da relação 60/40.

(Página intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO I - ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA QUE APROVOU A OFERTA REGISTRADA NA JUCESP**

(Página intencionalmente deixada em branco)



COLEÇÃO

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

C.N.P.J. nº 02.846.056/0001-97

N.I.R.E. 35.300.158.334

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 23 dias de junho de 2009, às 08:00 horas, na sede social, na Avenida Chedid Jafet nº 222, bloco B, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **PRESENÇA:** Presente a maioria dos membros eleitos do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e como secretário o Sr. Marcus Rodrigo de Senna.
4. **DELIBERAÇÕES.** Durante a reunião, os Conselheiros, por unanimidade de votos dos presentes, deliberaram, nos termos do artigo 59, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada:
 - (a) aprovar a 5ª emissão de debêntures da Companhia, para distribuição pública, não conversíveis em ações, em até 2 (duas) séries, compostas no total por 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, da forma nominativa e escritural, da espécie com garantia flutuante e com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo na data de emissão o montante total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Debêntures", "Emissão" ou "Oferta", respectivamente), observadas as hipóteses previstas nos artigos 14, §2º, e 24 da Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme

alterada, conforme os termos e condições estabelecidos na “Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, da Companhia de Concessões Rodoviárias” (“Escritura”). As Debêntures: (i) da **1ª Série** terão prazo de vencimento final de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de emissão, vencendo-se em 1º de agosto de 2012, serão amortizadas na data do vencimento final, não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado e farão jus a uma remuneração, a partir da data de emissão, a ser definida mediante processo de *bookbuilding*, limitada a 121,00% (cento e vinte e um por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 1ª Série a partir da data de emissão ou da última data de pagamento de rendimento semestral, conforme o caso; e (ii) da **2ª Série** terão prazo de vencimento final de 60 (sessenta) meses contados a partir da data de emissão, vencendo-se em 1º de agosto de 2014 e terão seu Valor Nominal Unitário amortizado, anualmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de emissão nos percentuais de 33,34%, 33,33% e 33,33%, respectivamente, fazendo jus a uma remuneração, a ser definida em processo de *bookbuilding*, limitada a 8,95% (oito vírgula noventa e cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não amortizado, desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em



moeda corrente nacional. Haverá hipóteses de vencimento antecipado, resgate e obrigações adicionais comuns a este tipo de operação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo a 1ª Série sob o regime de garantia firme de liquidação e a 2ª Série sob o regime de melhores esforços, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias” (“Contrato de Colocação”), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), sendo que a emissão de Debêntures da 2ª Série será decidida a exclusivo critério da Companhia, em decorrência do resultado apurado em procedimento de *bookbuilding*, de modo que as Debêntures da 2ª Série poderão não ser emitidas. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; e

- (b) Delegar poderes à Diretoria da Companhia para: (i) tomar todas as providências necessárias à efetivação da Emissão ora aprovada junto a entidades públicas e privadas e, inclusive, não se limitando, as providências para obtenção do registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e demais órgãos competentes; (ii) contratação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários autorizadas a prestar serviços de estruturação e intermediação da Emissão, de

banco mandatário, banco escriturador das Debêntures, entidades de mercado de balcão organizado, Bolsa de Valores, auditores independentes, consultores jurídicos, agências de classificação de risco, agências de publicidade, agências reguladoras e demais instituições que se façam necessárias à implementação da Emissão; (iii) praticar todos os atos e providências necessários à formalização, efetivação e administração das deliberações desta reunião, incluindo, mas não se limitando a, firmar e aditar a Escritura, o Contrato de Colocação, assim como os demais contratos aplicáveis e outros documentos relativos à Emissão; e (iv) ratificar todos os atos anteriormente praticados pela Diretoria no âmbito da Emissão.

5. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi então reiniciada, a ata lida, achada em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 23 de junho de 2009. Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa e, como secretário o Sr. Marcus Rodrigo de Senna. Conselheiros: (1) ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA; (2) EDUARDO BORGES DE ANDRADE; (3) ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES; (4) FRANCISCO CAPRINO NETO; (5) GILBERTO AUDELINO CORREA; (6) JOÃO AFONSO RAMALHO SOPAS PEREIRA BENTO; (7) RODRIGO CARDOSO BARBOSA; (8) RICARDO COUTINHO DE SENA; (9) SÉRGIO PADOVAN e; (10) VALDEMAR JORGE MARTINS MENDES. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.


Marcus Rodrigo de Senna
Secretário



**ANEXO II – ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA COMPANHIA APROVANDO O SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA
DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES PROTOCOLIZADA NA JUCESP**

(Página intencionalmente deixada em branco)

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

C.N.P.J. nº 02.846.056/0001-97

N.I.R.E. 35.300.158.334

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2009.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 dias de julho de 2009, às 17:00 horas, na sede social, na Avenida Chedid Jafet nº 222, bloco B, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **PRESENÇA:** Presente a maioria dos membros eleitos do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e como secretário o Sr. Marcus Rodrigo de Senna.
4. **DELIBERAÇÕES:** Durante a reunião, os Conselheiros, por unanimidade de votos dos presentes, aprovaram: (i) a emissão de 598.157 (quinhentas e noventa e oito mil e cento e cinquenta e sete) debêntures simples, da forma nominativa e escritural, em duas séries, sendo 448.157 (quatrocentas e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e sete) para a 1ª série e 150.000 (cento e cinquenta mil) para a 2ª série, ambas da espécie com garantia flutuante e com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo na data de emissão, ou seja, 1º de agosto de 2009 ("Data de Emissão"), o valor total de R\$598.157.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta e sete mil reais), para fins da 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, da Companhia de Concessões Rodoviárias ("Quinta Emissão de Debêntures" ou "Oferta"), onde a oferta base correspondeu a R\$




500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescida de R\$ 98.157.000,00 (noventa e oito milhões, cento e cinquenta e sete mil reais), em virtude do exercício parcial da opção de Debêntures Adicionais, conforme definida na Cláusula 3.3.1 do “Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias” (“Escritura de Debêntures”) e posteriores aditamentos; (ii) **Para as debêntures da 1ª série da Oferta:** remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada a uma remuneração equivalente a 112% (cento e doze por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Escritura de Debêntures (“Remuneração da 1ª Série”); e (iii) **Para as debêntures da 2ª série da Oferta:** remuneração correspondente à taxa percentual equivalente a 7,5% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, conforme definido na Escritura de Debêntures. Ficam ratificados todos os poderes e atos praticados pela Diretoria da Companhia necessários à consecução da Emissão.

5. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi então reiniciada, a ata lida, achada em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 22 de julho de 2009. Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant’Anna, Presidente da Mesa e, como secretário o Sr. Marcus Rodrigo de Senna. Conselheiros: (1) ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT’ANNA; (2) EDUARDO BORGES DE ANDRADE; (3) ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES; (4) FRANCISCO CAPRINO NETO; (5) GILBERTO AUDELINO

CORREA; (6) JOÃO AFONSO RAMALHO SOPAS PEREIRA BENTO; (7) RODRIGO CARDOSO BARBOSA; (8) RICARDO COUTINHO DE SENA; (9) SÉRGIO PADOVAN e ; (10) VALDEMAR JORGE MARTINS MENDES. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.



Marcus Rodrigo de Senna
Secretário

<div style="text-align: center;">  <p>JUCESP PROTOCOLO 0.610.228/09-2</p> </div>		<div style="text-align: center;">  </div>	
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC Secretaria da Fazenda</p>		<p>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Rua Barão Funda, 930 - CEP 01152-000</p>	
<p>JUNTA COMERCIAL 24 JUL. 2009</p>		<p>PROTOCOLO</p>	
<p>SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO. NOME EMPRESARIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS</p>		<p>USO EXCLUSIVO DA JUCESP</p>	
<p>Arquivamento de Ata; Ata (Especificação do Pedido)</p>		<p>Controle Internet 004529516-6 </p>	

3271/29 FGR

ANEXO III - ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES

(Página intencionalmente deixada em branco)

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
166329/06-0



COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

C.N.P.J. nº 02.846.056/0001-97

N.I.R.E. 35.300.158.334

**Ata de Assembléia Geral Extraordinária
realizada em 01 de fevereiro de 2006
(Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo
130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76)**

DATA, HORA E LOCAL: 01 de fevereiro de 2006, às 11:30 horas, na Avenida Chedid Jafet, 4º andar, São Paulo, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Foram cumpridas no Livro de Presença as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76. Compareceram à assembléia os acionistas representando 76,34% (setenta e seis vírgula trinta e quatro por cento) do capital total da Companhia.

CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES PRÉVIAS: (a) os avisos de que trata o artigo 124 da Lei nº 6.404/76 foram publicados nas edições dos dias 17, 18 e 19 de janeiro de 2006, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção Empresarial, respectivamente nas páginas 12, 04 e 15; e no jornal Valor Econômico, respectivamente nas páginas C-8, C-8 e B-3.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. António José Lopes Nunes de Sousa; e Secretário, Sr. Leandro Luiz Zancan.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) desdobramento das ações ordinárias existentes, passando cada ação ordinária existente a corresponder a 4 (quatro) ações ordinárias; (ii) alteração na alínea (i) do artigo 3º do Estatuto Social, que descreve o objeto social; (iii) alteração do limite do capital social autorizado; (iv) realização de alterações do Estatuto Social para: (a) adaptação das alterações mencionadas nos itens (i), (ii) e (iii) supra e; (b) adaptação às novas exigências do Regulamento

de Listagem do Novo Mercado, que passará a vigorar a partir de 06.02.06 e; (v) consolidação do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: Por maioria dos presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, foram analisados e aprovados, após amplos debates e discussões, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia:

- (i) Desdobramento das ações ordinárias existentes, passando cada ação ordinária existente a corresponder a 4 (quatro) ações ordinárias, e, em consequência, o capital social da Companhia passará a ser representado por 403.101.800 (quatrocentos e três milhões, cento e um mil e oitocentos) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O desdobramento das ações tem como base a posição acionária na presente data;
- (ii) Alteração da alínea (i) do artigo 3º do Estatuto Social, que descreve o objeto social da Companhia, passando a vigorar com a seguinte redação: “(i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias”, ficando consignada a abstenção, em relação a esta matéria, dos acionistas Fidelity Inv. Trust Lat. América Fund, TCW Américas Development Assoc. L.P., Fidelity Advisor Series VIII: Latin América Fund, Fidelity Latin América Fund;
- (iii) Alteração do limite do capital autorizado na Companhia, sendo multiplicado por 4 (quatro), ficando o Conselho de Administração autorizado a emitir ações ordinárias até o montante de 480.000.000 (quatrocentos e oitenta milhões) de ações ordinárias, ficando consignada a abstenção, em relação a esta matéria, dos acionistas Fidelity Inv. Trust Lat. América Fund, Fidelity Advisor Series VIII: Latin América Fund, Fidelity Latin América Fund;
- (iv) Alteração do Estatuto Social para:

(a) adaptação do Estatuto Social às alterações mencionadas nos itens (i), (ii) e (iii) supra nos seguintes termos: (1) a alínea (i) do artigo 3º passará a vigorar com a seguinte redação: “(i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias”; (2) o *caput* do artigo 5º passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social é de R\$571.233.617,54 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), dividido em 403.101.800 (quatrocentos e três milhões, cento e um mil e oitocentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.”; (3) o *caput* do Artigo 6º passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 6º - O capital social da Companhia poderá ser aumentado até o montante de 480.000.000 (quatrocentos e oitenta milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço da emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização.” e;

(b) adaptação do Estatuto Social às exigências do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que passará a vigorar a partir de 06.02.06, com a (1) alteração na alínea (xi) do artigo 8º, (2) alteração no parágrafo único do artigo 8º, (3) alteração no *caput* do artigo 10, (4) inserção do parágrafo 2º do artigo 10, com o que os antigos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º são renumerados para parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º, respectivamente, (5) alteração no parágrafo 3º do artigo 10, (6) alteração no parágrafo 2º do artigo 13, (7) alteração no *caput* do artigo 19, (8) alteração no *caput* do artigo 24, (9) inserção do parágrafo 6º no artigo 24, (10) alteração no *caput* do artigo 26; (11) alteração no *caput* do artigo 27, (12) alteração no *caput* do artigo 28, (13) alteração no *caput* e parágrafos 1º e 2º do artigo 29; (14) alteração no *caput* do artigo 30, (15) alteração no *caput* do artigo 31 e inserção de um novo parágrafo nesse artigo, com o que o antigo parágrafo único passa a ser o parágrafo 2º e,

(16) alteração no artigo 32. As alterações acima relacionadas passarão a ter a seguinte redação: (1) A alínea (xi) do artigo 8º do Estatuto Social é alterada, passando a vigorar com a seguinte redação: “(xi) escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social, dentre as empresas apontadas pelo Conselho de Administração, em lista tríplice.”; (2) O parágrafo único do Artigo 8º é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “Parágrafo Único – A deliberação prevista no inciso (xi) deste artigo 8º deverá ser tomada por maioria de votos, não se computando os votos em branco. Os acionistas controladores, as pessoas a eles vinculadas e os administradores da Companhia não votarão nessa deliberação. Conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Assembléia Geral, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.”; (3) O *caput* do artigo 10 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 10 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 15 (quinze) membros efetivos e igual número de respectivos suplentes. Os membros do Conselho de Administração deverão ser acionistas, guardando tal condição após a eleição. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição.”; (4) inclusão do parágrafo 2º no artigo 10, que terá a seguinte redação: “§ 2º - No mínimo, 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo art. 141, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76.”, e conseqüente renumeração dos demais parágrafos; (5) o parágrafo 3º, já

renumerado, do artigo 10 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “§ 3º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos, mediante (i) a assinatura de termo lavrado em livro próprio, sendo dispensada qualquer garantia da gestão e (ii) a subscrição no Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos ou assumam os seus respectivos suplentes, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembléia Geral de acionistas.”; (6) o parágrafo segundo do artigo 13 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “§ 2º - Os Diretores serão investidos nos seus respectivos cargos, mediante (i) assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio e (ii) a subscrição no Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e permanecerão no cargo até que seus sucessores tomem posse.”; (7) o *caput* do Artigo 19 é alterado, passando a ter a seguinte redação: “Artigo 19. - A Companhia terá um Conselho Fiscal com as atribuições estabelecidas em lei, e será constituído por 03 (três) membros e igual número de suplentes, os quais serão investidos em seus cargos, mediante a subscrição no Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.”; (8) o *caput* do artigo 24 do Estatuto Social é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 24. - A alienação de ações que assegurem a um acionista, ou a um grupo de acionistas vinculados por acordo de votos (esse grupo de acionistas vinculado por acordo de voto doravante denominado de “Bloco de Controle”), o poder efetivo de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito (esse poder efetivo doravante denominado de “Poder de Controle”), tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue

a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.” ; (9) é incluído o parágrafo sexto no artigo 24, que passará a vigorar com a seguinte redação: “§ 6º - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Comprador, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, bem como não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.”; (10) o *caput* do artigo 26 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 26 – Observado o disposto no parágrafo único deste artigo, a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 24 será exigida ainda em caso de alienação de Poder de Controle da sociedade ou das sociedades que formam o Bloco de Controle, se for o caso, que detenham o Poder de Controle da Companhia, para terceiro que não fizer parte, direta ou indiretamente, do Bloco de Controle, sendo que, neste caso, o acionista (ou o Bloco de Controle) que estiver alienando o Poder de Controle da sociedade ou das sociedades que formam o Bloco de Controle da Companhia Companhia ficará obrigado a declarar à Bovespa o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.” (11) o *caput* do artigo 27 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 27. – O acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista ou grupo de acionistas titular de ações que representem o Poder de Controle da Companhia, estará obrigado a (i) efetivar a oferta pública nos termos do artigo 24 deste Estatuto Social e do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e (ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à

data da aquisição das ações que lhe asseguraram o Poder de Controle da Companhia, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista ou grupo de acionistas que detinha o Poder de Controle da Companhia e o valor pago em bolsa, pelas ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.”; (12) o *caput* do artigo 28 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 28. – Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações feita pelo acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle ou pela Companhia (“Ofertante”) e deverá ter como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor da companhia e de suas ações que vier a ser determinado em laudo de avaliação por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.”; (13) o *caput* e parágrafos do artigo 29 são alterados, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 29. – Na Assembléia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, o Ofertante deverá informar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública. § 1º - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação a que se refere o Artigo 28 não seja superior ao valor divulgado pelo Ofertante na assembléia referida no *caput* deste artigo. § 2º - Caso o valor das ações determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo Ofertante, a deliberação referida no *caput* deste artigo ficará automaticamente cancelada, devendo ser dada ampla divulgação desse fato ao mercado, exceto se o Ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor apurado no laudo de avaliação.”; (14) o artigo 30 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 30. – O laudo de avaliação deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionista controlador,

bem como satisfazer os demais requisitos legais. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo Ofertante.” (15) o *caput* do artigo 31 do Estatuto Social é alterado, e é inserido um novo parágrafo, numerado como 1º, de modo que o antigo parágrafo único passa a ser o parágrafo 2º. Com isso, o artigo 31 e seus parágrafos 1º e 2º passam a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 31. - Caso os acionistas da Companhia reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado da Bovespa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, o acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, por valor apurado nos termos do artigo 28 deste Estatuto Social. Parágrafo Primeiro – O acionista ou o grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia também deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, nos termos do *caput* do artigo 31, na hipótese de reorganização societária da qual as ações da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado. Parágrafo Segundo – As ofertas públicas previstas neste artigo observarão no que for cabível as regras de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta editadas pela CVM.” e; (16) o Artigo 32 é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 32. – A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições da Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no


Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.”. Os acionistas Fidelity Inv. Trust Lat. América Fund, Fidelity Advisor Series VIII: Latin América Fund, Fidelity Latin América Fund abstiveram-se de votar em relação a esta matéria. Os acionistas MLC Limited, CAN – Capital Internatinal Emerging Makets Equity, Capital International Emerg. Market Fund, Capital G. Em. Mark. Eq. Fund For Tax Exempt TR, Capital Guardian Emerg. Mkts. Eq. Mast FD, Capital Guardian E. M. Rest. E.F.F.T. – E.T, Capital Guardian Emerging M. Eq. D.C. M. F.D., votaram contra a aprovação desta matéria. As adaptações constantes neste item (b) estão condicionadas à vigência das alterações do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que passará a vigorar a partir de 06.02.2006. Na hipótese de postergação da vigência, revogação das alterações do Regulamento e/ou qualquer outra ocorrência que prejudique a data prevista para início da vigência, permanecerão vigentes as disposições anteriores à presente data, e;

- (v) Diante das alterações constantes no item (iv) acima, e ainda, das alterações do Estatuto Social aprovadas nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 29 de janeiro de 2004, 12 de abril de 2004 e 14 de setembro de 2004 e na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2004, os Acionistas resolvem consolidar o Estatuto Social, que compõe o Anexo I a esta ata e terá uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, sendo dispensada sua republicação integral, ficando consignada a abstenção, em relação a esta matéria, dos acionistas Fidelity Advisor Series VIII: Latin América Fund e Fidelity Latin América Fund.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Não havendo mais nada a ser tratado, a assembléia foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e

achada conforme é assinada por todos os presentes. Fica autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o art. 130, §2º da Lei 6.404/76. São Paulo, 01 de fevereiro de 2006. Sr. Antônio José Lopes Nunes de Sousa, Presidente da mesa; Sr. Leandro Luiz Zancan, Secretário. **Acionistas:** (a) CAMARGO CORRÊA TRANSPORTES S.A., p. Manoel Bernardes Magalhães Paes de Barros; (b) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A., p. Tamy Fujiwara; (c) SERVENG - CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, p. Sérgio Padovan; (d) BRISA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., p. Raul Eduardo Santana da Silva Jaques; (e) CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A., p. Tamy Fujiwara; (f) CAMARGO CORRÊA S.A. p. Manoel Bernardes Magalhães Paes de Barros; (g) AGC PARTICIPAÇÕES LTDA, p. Tamy Fujiwara; (h) EDUARDO BORGES DE ANDRADE, p. Tamy Fujiwara; (i) VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND., CAPITAL GUARDIAN EM. MKTS. R. EQ. FD. FOR TAX. E. TS., FIDELITY INVEST TRUST LATIN AMERICA FUND, CAPITAL GUARDIAN EMERG MKTS EQUI MAST FD, ISHARES MSCI BRAZIL (FREE) INDEX FUND, THE COMMON FUND, WILLIAM BLAIR INSTITUTIONAL INTL GROWTH FUND, WILLIAM BLAIR MUTUAL FDS. INC. INTL. GROWTH FUND., COMMONFUND EMERGING MARKETS I C, WILLIAM BLAIR INSTITUTIONAL I E F, WILLIAM BLAIR INTERNATIONAL E FUND, COMMONFUND INST INTL EQUITY FUND LLC, CAPITAL GUARDIAN E M EQ DC M FD, WILLIAM BLAIR EMERGING MARKETS GROWTH FUND, CAPITAL INTERNAT. EMERG. MARKETS FUND, CAPITAL G. EM. MARK EQ. FUND FOR TAX EXEMPT TRU, BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME, SOUTHERN COMPANY SYSTEM MASTER RETIREMENT, NORGES BANK, NORGES BANK, TCW AMERICAS DEVELOPMENT ASSOC., KODAK RETIREMENT INCOME PLAN, MLC LIMITED, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, FIDELITY LATIN AMERICA FUND, STATE STREET EMERGING MARKETS, SSGA EMERGING MARKETS FUND, STATE OF WISCONSIN INVT. BOARD MASTER TRUST, PRO

FONDS (LUX) EMERGING MARKETS, UBS PACE INT EMERG MARK EQUITY INVESTMENTS, THE BRAZIL MSCI EM MKTS INDEX COMMON TRUST FU, CAN - CAPITAL INTERNATIONAL E M EQUITY TRUST, CORNELL UNIVERSITY, FIDELITY ADVISOR SER. VIII LATIN AMERICA FD, IBM TAX DEFERRED SAVINGS PLAN, DAILY ACTIVE EM MKTS SEC LEND COM TR FD, CENTRAL STATES SOUTHEAST SOUTHWEST A PE FD, BARCLAYS GLOBAL INVESTORS NA, STATE OF CONNECTICUT RET PLANS AND TRT FUN, THE MASTER T B OF JAPAN LTD RE MTBC, FIREMEN'S ANNUITY AND BEM. FD OF CHICAGO, PEPSICO INC. MASTER RETIREMENT TRUST, TEACHERS R. SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS, THE ILLINOIS MUNIC. EMPLOYEES RETIREMENT FUND, MONDRIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP, EMPLOYEES RET SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII, MONDRIAN ALL COUNTRIES WORLD EX US EQ FUND LP, PSP FOREIGN EQUITY FUND, FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND, GMI INVESTMENT TRUST, ABN AMRO FUNDS, p. Sr. George Washington Tenório Marcelino. Certifico que a presente é cópia fiel e autêntica da ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 01 de fevereiro de 2006, que se acha lavrada no livro "Registro de Atas das Assembléias Gerais", ficando autorizada sua publicação.


Sr. Leandro Luiz Zancan
Secretário





Companhia de Concessões Rodoviárias



JUCESP PROTOCOLO

163549/06-0

COLEGIADA

ANEXO I



COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

C.N.P.J nº 02.846.056/0001-97

N.I.R.E 35.300.158.334

ESTATUTO SOCIAL ALTERADO E CONSOLIDADO CONFORME

Ata da Assembléia Geral Extraordinária

realizada em 01 de fevereiro de 2006

CAPÍTULO I. - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO –

Artigo 1º - A Companhia de Concessões Rodoviárias é uma sociedade anônima, regida por este Estatuto Social e pelas leis aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede social e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, podendo abrir, manter e fechar filiais, escritórios e agências em todo o território nacional e no exterior, mediante decisão do seu Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

- (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias,
- (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima;
- (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e
- (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

Artigo 4º - A Companhia é constituída por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II. - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES –

Artigo 5º - O capital social é de R\$571.233.617,54 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), dividido em 403.101.800 (quatrocentos e três milhões, cento e um mil e oitocentos) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral de acionistas.

§ 2º - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito, em instituição depositária, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§ 3º - O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações custodiadas, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de custódia.

§ 4º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 6º - O capital social da Companhia poderá ser aumentado até o montante de 480.000.000 (quatrocentos e oitenta milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço da emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização.

§ 1º - O limite do capital autorizado deverá ser revisto pelos acionistas a cada Assembléia Geral Ordinária ou excepcionalmente em Assembléia Geral Extraordinária.

§ 2º - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais.

§ 3º - A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, dentro do limite do capital autorizado, de acordo com o plano de outorga de opções que venha a ser aprovado pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO III. - ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS –

Artigo 7º - A Assembléia Geral de acionistas reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem, observadas as previsões legais e estatutárias.

§ 1º - A Assembléia Geral dos acionistas será convocada pelo Conselho de Administração ou de acordo com a lei, e será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outro membro do Conselho que estiver presente e vier a ser escolhido pelos acionistas. O presidente da Assembléia Geral indicará o secretário da reunião.

§ 2º - A primeira convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contando o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembléia geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 3º - Nas Assembléias Gerais, os acionistas deverão apresentar, além do documento de identidade, comprovante expedido pela instituição depositária, até 2 (dois) dias de antecedência da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 8º - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, é da competência da Assembléia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) solicitação de concordata ou pedido de auto-falência pela Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em assembleias gerais de suas sociedades controladas (“Controladas”) que trate de solicitação de concordata ou pedido de auto-falência pelas Controladas;
- (ii) dissolução ou liquidação da Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em assembleias gerais de suas Controladas que trate de dissolução ou liquidação das Controladas;
- (iii) alteração do limite do capital autorizado ou aumentos do capital social acima do limite do capital autorizado;
- (iv) redução do capital social da Companhia e/ou resgate de ações com ou sem redução do capital social;
- (v) emissão de debêntures e outros títulos/valores mobiliários conversíveis em ações;
- (vi) modificação do objeto social e/ou quaisquer alterações deste Estatuto Social;
- (vii) cisão, fusão ou incorporação da Companhia;
- (viii) fixação da política de dividendos da Companhia e sua alteração;
- (ix) cancelamento do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- (x) saída do Novo Mercado (“Novo Mercado”) da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“Bovespa”); e
- (xi) escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social, dentre as empresas apontadas pelo Conselho de Administração, em lista tríplice.

Parágrafo Único – A deliberação prevista no inciso (xi) deste artigo 8º deverá ser tomada por maioria de votos, não se computando os votos em branco. Os acionistas controladores, as pessoas a eles vinculadas e os administradores da Companhia não votarão nessa deliberação. Conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Assembléia Geral, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

CAPÍTULO IV. - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA –

Artigo 9º - A Companhia será administrada e gerida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Único - A remuneração dos administradores será fixada pela Assembléia Geral. A Assembléia Geral poderá fixar uma verba global para os administradores,

caso em que caberá ao Conselho de Administração deliberar a respeito de sua distribuição entre seus membros e a Diretoria.

Artigo 10 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 15 (quinze) membros efetivos e igual número de respectivos suplentes. Os membros do Conselho de Administração deverão ser acionistas, guardando tal condição após a eleição. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

§ 1º - Na Assembléia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos nessa assembléia.

§ 2º - No mínimo, 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo art. 141, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76.

§ 3º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos, mediante (i) a assinatura de termo lavrado em livro próprio, sendo dispensada qualquer garantia da gestão e (ii) a subscrição no Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos ou assumam os seus respectivos suplentes, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembléia Geral de acionistas.

§ 4º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão nomeados pela Assembléia Geral.

§ 5º - No caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá as funções durante a ausência ou impedimento temporário. Na hipótese de vacância de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, um novo membro e respectivo suplente serão eleitos pela Assembléia Geral. Para os fins deste artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, de qualquer dos membros efetivos do Conselho de Administração.

§ 6º - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas interinamente pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Em caso de ausência ou impedimento temporário de ambos, o Presidente do Conselho de Administração indicará, dentre os demais membros efetivos, aquele que exercerá suas funções interinamente. Sendo assim, os respectivos membros suplentes do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração atuarão como membros do Conselho de Administração e não terão as funções atribuídas à Presidência e/ou Vice-Presidência do Conselho de Administração.

Artigo 11. - O Conselho de Administração reunir-se-á, trimestralmente, na sede da Companhia, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando necessário aos

interesses sociais, sempre que convocado por escrito por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia da reunião.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 08 (oito) dos membros em exercício da Companhia ou com maioria simples dos membros em exercício, o que for maior e, em segunda convocação, com a maioria simples dos membros em exercício.

§ 2º - Estando presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração, estes poderão, se assim o desejarem, dispensar o aviso de convocação prévia, bem como acrescentar outros assuntos à ordem do dia proposta.

§ 3º - Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 01 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por um de seus pares, mediante apresentação de procuração específica para a reunião em pauta, incluindo o voto do membro do Conselho de Administração ausente e sua justificativa. Serão considerados válidos os votos dos membros do Conselho de Administração que tenham sido enviados, por escrito, antes da reunião do Conselho de Administração. O membro do Conselho de Administração ausente, representado por procurador não será considerado para fins de determinação de quorum de instalação da reunião do Conselho de Administração.

§ 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. O secretário da reunião será o Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, outro membro do Conselho de Administração nomeado pelo presidente da reunião.

§ 5º - As matérias e deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração serão válidas se tiverem voto favorável da maioria dos membros presentes e serão lavradas em atas e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos serão arquivados no registro do comércio e publicados.

§ 6º - Os membros suplentes do Conselho de Administração poderão participar das reuniões a convite do membro efetivo, mas não terão direito a voto ou de consignar manifestações nas atas de reunião.

§ 7º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 12. - Compete ao Conselho de Administração da Companhia a orientação geral dos negócios sociais, cabendo-lhe:

- (i) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar as suas atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto e a lei;
- (ii) aprovar o Regimento Interno ou Atos Regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, observado o que a respeito dispuser este Estatuto e a lei;

- (iii) acompanhar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (iv) convocar a Assembleia Geral dos acionistas, sempre que necessário ou exigido por lei;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia;
- (vi) decidir sobre a emissão, pela Companhia, de ações dentro do limite do capital autorizado e propor a emissão de ações em limite superior ao do capital autorizado ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações;
- (vii) aprovar a abertura ou o fechamento de escritórios, estabelecimentos, agências ou filiais da Companhia;
- (viii) examinar e opinar sobre qualquer assunto relativo às atividades da Companhia, que possa vir a afetá-la, e determinar a ação a ser seguida em cada caso pela Diretoria;
- (ix) nomear ou destituir os auditores independentes, bem como homologar o plano de auditoria interna;
- (x) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos;
- (xi) orientar a Diretoria na condução geral dos negócios das Controladas, devendo ser consultado previamente à tomada de decisão, pela Diretoria, em assuntos relacionados às Controladas cujas matérias constem deste Artigo 12;
- (xii) aprovar ou modificar o “Plano de Negócios”, que consiste no planejamento estratégico trienal da Companhia, que engloba, mas não se limita aos objetivos e estratégias para os negócios atuais e futuros da Companhia e das Controladas, seus respectivos orçamentos, planos e investimentos, planejamentos de usos e fontes de recursos, a identificação dos principais responsáveis, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia e das Controladas;
- (xiii) aprovar a assinatura ou rescisão, pela Companhia e/ou pelas suas Controladas, de contratos de concessão relacionados aos seus objetos sociais, bem como a aprovação de alterações em tais contratos, quando essas alterações versarem sobre (a) alterações no equilíbrio econômico-financeiro desses contratos, (b) criação ou modificação de obrigações de investimentos, (c) alterações de tarifas, (d) prestação de garantias e/ou pagamento de penalidades ao poder concedente, e/ou (e) modificação do prazo desses contratos;
- (xiv) aprovar a participação da Companhia em licitações envolvendo concessões, bem como a aquisição, pela Companhia, de participação em outras sociedades;
- (xv) aprovar a tomada ou concessão de empréstimos ou financiamentos e a outorga de garantias de qualquer natureza, ou a aprovação de qualquer ato que implique o endividamento da Companhia em nível superior ao previsto no Plano de Negócios;

- (xvi) aprovar a prestação de garantias pela Companhia em operações de suas Controladas, mesmo que a prestação de garantias esteja expressamente prevista no Plano de Negócios;
- (xvii) aprovar a celebração de contratos envolvendo a alienação de bens do ativo permanente da Companhia em valores acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo participações detidas em outras sociedades e aprovar plano de alienação de bens do ativo permanente a ser implementado pela Diretoria, quando esses bens tiverem valor inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)
- (xviii) aprovar a celebração de contratos, em valores acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), entre a Companhia ou suas Controladas e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms' length*);
- (xix) aprovar a celebração de contratos, em valores acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), entre a Companhia e qualquer sociedade da qual a Companhia seja acionista ou quotista;
- (xx) aprovar a propositura de ações judiciais ou instauração de procedimento arbitral envolvendo o poder concedente relacionado aos contratos de concessão celebrados pela Companhia e/ou por suas Controladas;
- (xxi) aprovar: (a) a política de pessoal, inclusive de remuneração e participação nos resultados; (b) o plano de previdência privada; (c) a política sobre assuntos jurídicos; (d) a política financeira, inclusive sobre seguros e relacionamento com acionistas e mercado de capitais; (e) a política de comunicação social; (f) as formas de avaliação das Controladas e da Companhia e (g) os relatórios de acompanhamento dos planos de negócios das Controladas e da Companhia;
- (xxii) aprovar a realização de investimentos e despesas de capital não previstos no Plano de Negócios;
- (xxiii) orientar a manifestação do voto da Companhia nas assembleias gerais das Controladas que tiverem por objetivo a eleição dos membros dos respectivos Conselhos de Administração;
- (xxiv) aprovar as alterações significativas no modelo de gestão e/ou na estrutura organizacional da Companhia e/ou de suas Controladas;
- (xxv) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado; e
- (xxvi) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais.

Parágrafo Único A aprovação de novos contratos referida no item (xviii) acima poderá ser vetada por pelo menos 25% dos membros do Conselho de Administração em exercício. Os fundamentos para o veto deverão constar da ata de Reunião do Conselho de Administração de maneira precisa e completa.

Artigo 13. - A administração corrente da Companhia caberá a uma Diretoria, composta por, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 08 (oito) Diretores, que deverão residir no País. Exceto para o Diretor Presidente, os demais Diretores terão a designação e competência estabelecida pelo Conselho de Administração.

§ 1º - Os Diretores serão eleitos para um período de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 2º - Os Diretores serão investidos nos seus respectivos cargos, mediante (i) assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio e (ii) a subscrição no Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e permanecerão no cargo até que seus sucessores tomem posse.

Artigo 14. - Os Diretores terão plenos poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, de acordo com as suas atribuições e sujeitos ao cumprimento das exigências estabelecidas em lei, neste Estatuto Social e no Regimento Interno da Companhia, quando aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 1º - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor Presidente.

§ 2º - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o Conselho de Administração deverá, na primeira reunião realizada posteriormente, preencher o cargo vago. No caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração deverá, necessariamente, reunir-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias após tal evento para escolher o substituto. Para os fins deste artigo, o cargo de qualquer Diretor será considerado vago se ocorrer a destituição, renúncia, morte, incapacidade comprovada, impedimento ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Artigo 15. - Exceto conforme disposto no artigo 16 deste Estatuto, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida por, pelo menos, 02 (dois) Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 02 (dois) procuradores com poderes especiais e específicos.

Parágrafo Único - Os instrumentos de mandato serão sempre assinados por 02 (dois) Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, salvo aqueles para fins judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia.

Artigo 16. - A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor ou por 01 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos

federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas Controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; e (vi) na representação da Companhia em juízo.

Artigo 17. - A Diretoria funcionará de forma colegiada, devendo reunir-se, no mínimo, 01 (uma) vez por mês ou sempre que seja convocada por qualquer dos Diretores. As atas das reuniões serão lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

§ 1º - Compete privativamente ao Diretor Presidente: (a) presidir as reuniões de Diretoria; (b) representar a Companhia nos atos de representação singular, podendo designar outro Diretor ou procurador para tal função; (c) coordenar e orientar a atividade de todos os demais Diretores, nas suas respectivas áreas de competência; (d) atribuir a qualquer dos Diretores atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couberem ordinariamente; e (e) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, Conselho de Administração e da própria Diretoria.

§ 2º - A presença da maioria dos Diretores constituirá quorum para instalação e deliberação nas suas reuniões. Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria e, havendo empate na votação, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 18. - Os atos de qualquer acionista, membro do Conselho de Administração, Diretor, empregado ou procurador que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações fora do escopo previsto no objeto social, bem como a prestação de garantias ou contra-garantias em favor de suas Controladas pela Companhia - tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias - são expressamente proibidos e serão considerados nulos, sem efeito e inválidos com relação à Companhia, salvo se especificamente autorizado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V. - CONSELHO FISCAL -

Artigo 19. - A Companhia terá um Conselho Fiscal com as atribuições estabelecidas em lei, e será constituído por 03 (três) membros e igual número de suplentes, os quais serão investidos em seus cargos, mediante a subscrição no Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

§ 2º - O regulamento interno aplicável ao Conselho Fiscal será estabelecido pela Assembleia Geral dos acionistas que solicitar a sua instalação.

CAPÍTULO VI. - EXERCÍCIO FISCAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -

Artigo 20. - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral dos acionistas.

Parágrafo Único - A Companhia levantará balanços patrimoniais semestrais, observando as disposições legais aplicáveis.

Artigo 21. - O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembléia Geral, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento.

§ 1º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme alterado.

§ 2º - A Companhia poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários, à conta de (i) balanço patrimonial semestral, ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.

§ 4º - Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos.

§ 5º - Todo o lucro líquido não destinado, na forma da lei, à reserva legal, à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar deverá ser distribuído como dividendos.

Artigo 22. - Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 03 (três) anos reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII. - LIQUIDAÇÃO –

Artigo 23. - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, cabendo à Assembléia Geral de acionistas nomear o liquidante e fixar os honorários correspondentes.

Parágrafo Único - Durante o período de liquidação, o Conselho Fiscal será instalado mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO VIII.- AQUISIÇÃO DO PODER DE CONTROLE DA COMPANHIA -

Artigo 24. – A alienação de ações que assegurem a um acionista, ou a um grupo de acionistas vinculados por acordo de votos (esse grupo de acionistas vinculado por

acordo de voto doravante denominado de “Bloco de Controle”), o poder efetivo de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito (esse poder efetivo doravante denominado de “Poder de Controle”), tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

§ 1º - Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao Bloco de Controle ou grupo de pessoas sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais de acionistas da Companhia, ainda que não seja titular das ações representativas da maioria do capital votante da Companhia.

§ 2º - A negociação de ações entre os membros do Bloco de Controle, mesmo que implique a consolidação do Poder de Controle em apenas um acionista, não constitui transferência de Poder de Controle, não dando causa, portanto, à obrigação de realizar oferta pública nos termos do *caput* deste artigo.

§ 3º - No caso de aquisição de ações pertencentes a um ou mais acionistas do Bloco de Controle por terceiro não integrante do Bloco de Controle, a oferta pública prevista no *caput* deste artigo somente será exigida a partir da aquisição do número de ações necessário para o exercício do Poder de Controle.

§ 4º - Se o Poder de Controle da Companhia for exercido por Bloco de Controle, a obrigação prevista no *caput* deste artigo não será exigida caso o adquirente passe a fazer parte do Bloco do Controle, mas não detenha os votos necessários para o exercício do Poder de Controle.

§ 5º - Para fins do disposto nos parágrafos 3º e 4º deste artigo entende-se como número de ações/votos necessários para exercer o Poder de Controle, o percentual equivalente ao quorum qualificado para deliberações estabelecido em acordo de votos arquivado na sede da Companhia.

§ 6º - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Comprador, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, bem como não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

Artigo 25. – A oferta pública de aquisição de ações, referida no artigo 24, será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia, que venha a resultar na alienação de ações que assegurem o Poder de Controle da Companhia.

Parágrafo Único - A verificação da ocorrência da transferência de controle nos termos deste artigo será feita com base no disposto nos Parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 24.

Artigo 26 – Observado o disposto no parágrafo único deste artigo, a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 24 será exigida ainda em caso de alienação de Poder de Controle da sociedade ou das sociedades que formam o Bloco de Controle, se for o caso, que detenham o Poder de Controle da Companhia, para terceiro que não fizer parte, direta ou indiretamente, do Bloco de Controle, sendo que, neste caso, o acionista (ou o Bloco de Controle) que estiver alienando o Poder de Controle da sociedade ou das sociedades que formam o Bloco de Controle da Companhia Companhia ficará obrigado a declarar à Bovespa o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo Único - A verificação da ocorrência da transferência do Poder de Controle nos termos deste artigo será feita com base no disposto nos Parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 24.

Artigo 27. – O acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista ou grupo de acionistas titular de ações que representem o Poder de Controle da Companhia, estará obrigado a (i) efetivar a oferta pública nos termos do artigo 24 deste Estatuto Social e do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e (ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição das ações que lhe asseguraram o Poder de Controle da Companhia, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista ou grupo de acionistas que detinha o Poder de Controle da Companhia e o valor pago em bolsa, pelas ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

Parágrafo Único – A verificação da ocorrência da aquisição do Poder de Controle nos termos deste artigo será feita com base no disposto nos Parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 24.

CAPÍTULO IX. - CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA -

Artigo 28. – Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações feita pelo acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle ou pela Companhia (“Ofertante”) e deverá ter como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor da companhia e de suas ações que vier a ser determinado em laudo de avaliação por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

§ 1º - Obedecidos os demais termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, deste Estatuto Social e da legislação vigente, a oferta pública para cancelamento de registro poderá prever a permuta por valores mobiliários de outras companhias abertas.

§ 2º - O cancelamento deverá ser precedido de Assembléia Geral Extraordinária em que se delibere especificamente sobre tal cancelamento.

Artigo 29. – Na Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, o Ofertante deverá informar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

§ 1º - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação a que se refere o Artigo 28 não seja superior ao valor divulgado pelo Ofertante na assembleia referida no *caput* deste artigo.

§ 2º - Caso o valor das ações determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo Ofertante, a deliberação referida no caput deste artigo ficará automaticamente cancelada, devendo ser dada ampla divulgação desse fato ao mercado, exceto se o Ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor apurado no laudo de avaliação.

Artigo 30. – O laudo de avaliação deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionista controlador, bem como satisfazer os demais requisitos legais. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo Ofertante.

CAPÍTULO X.- SAÍDA DO NOVO MERCADO -

Artigo 31. - Caso os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado da Bovespa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, o acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, por valor apurado nos termos do artigo 28 deste Estatuto Social.

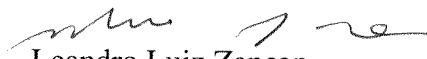
Parágrafo Primeiro – O acionista ou o grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia também deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, nos termos do caput do artigo 31, na hipótese de reorganização societária da qual as ações da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado.

Parágrafo Segundo – As ofertas públicas previstas neste artigo observarão no que for cabível as regras de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta editadas pela CVM.

CAPÍTULO XI.- JUÍZO ARBITRAL –

Artigo 32. – A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições da Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social da Companhia, nas

normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.


Leandro Luiz Zancan
Secretário

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
1523426/07-0



COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

C.N.P.J. nº 02.846.056/0001-97
N.I.R.E. 35.300.158.334

Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2007

(Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130,
parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76)

DATA, HORA E LOCAL: 29 de novembro de 2007, às 10:30 horas, na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **PRESENÇA:** Foram cumpridas, no Livro de Presença de Acionistas, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76. Compareceram à Assembléia Geral Extraordinária acionistas representando 79,34% (setenta e nove vírgula trinta e quatro por cento) do capital social total da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Os anúncios de que trata o artigo 124 da Lei nº 6.404/76 foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção Empresarial, edições dos dias 31 de outubro de 2007, 01 e 02 de novembro de 2007, respectivamente nas páginas 18, 16 e 9; e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, dos dias 31 de outubro de 2007, 01/02/03/04 de novembro de 2007 e 05 de novembro de 2007, respectivamente nas páginas B.3, C.5 e B.3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Sr. Francisco Caprino Neto; e Secretário, Sr. Gustavo Oliva Galizzi. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a inclusão do inciso (xxvii) ao Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Pela totalidade dos presentes, foi aprovada a inclusão do inciso (xxvii) ao Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para que conste como competência do Conselho de Administração: "Aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis." Permanecem inalterados os demais dispositivos estatutários.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Não havendo mais nada a ser tratado, a assembléia foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme é assinada por todos os presentes. Fica autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o art. 130, §2º da Lei 6.404/76. São Paulo, 29 de novembro de 2007. Sr. Francisco Caprino Neto, Presidente da mesa; Sr. Gustavo Oliva Galizzi, Secretário. **Acionistas:** (a) CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A., p. Sra. Milian Midori Nakamura Matsuda; (b) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A., p. Sra. Tammy Fujiwara; (c) SERVENG – CIVILSAN S.A. – EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, p. Sr. Sérgio Padovan; (d) BRISA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., p. Sr. António José Lopes Nunes de Sousa; (e) CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A., p. Sra. Tammy Fujiwara; (f) ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A., p. Sra. Tammy Fujiwara; (g) CAMARGO CORRÊA S.A., p. Sra. Milian Midori Nakamura Matsuda; (h) AGC PARTICIPAÇÕES LTDA, p. Sra. Tammy Fujiwara; (i) EDUARDO BORGES DE ANDRADE, p. Sra. Tammy Fujiwara; (j) PAULO ROBERTO RECKZIEGEL GUEDES, p. Sra. Tammy Fujiwara; (k) KODAK RETIREMENT INCOME PLAN; JANUS OVERSEAS FUND; JOHN DEERE PENSION TRUST; BELL ATLANTIC MASTER PENSION TRUST; CORNELL



UNIVERSITY; THE PENSION RESERVES, INVESTMENT MANAGEMENT BOARD; EATON VANCE TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND; IBM SAVINGS PLAN; JANUS ADVISER INTERNATIONAL GROWTH FUND; CIBC - EMERGING MARKETS INDEX FUND; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. RE: MTBC400035147; STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS; ALLIANCE INSTITUTIONAL FUND; COLORADO PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION; MUNICIPAL EMPLOYEES ANNUITY AND BENEFIT FUND OF CHICAGO; THE ALLIANCE CAPITAL GROUP TRUST; JANUS ASPEN SERIES - INTERNATIONAL GROWTH PORTFOLIO; TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS; PSP FOREIGN EQUITY FUND; EMERGING MARKETS CORE EQUITY PORTFOLIO OF DFA INVESTMENT DIMENSIONS GROUP INC.; JOHN HANCOCK TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST B; JOHN HANCOCK TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST A; THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; GENERAL CONFERENCE CORPORATION OF SEVENTH DAY ADVENTIST; SCHROEDER BRICS EQUITY MOTHER FUND; JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUND; THE CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM; NORTHERN TRUST LUXEBURG MANAGEMENT COMPANY AS ON BEHALF OF UNIVEST; WILMINGTON MULTI-MANAGER INTERNATIONAL FUND; STICHTING DOW PENSIOENFONDS; WELLS FARGO MASTER TRUST DIVERSIFIED STOCK PORTFOLIO; EATON VANCE STRUCTURED EMERGING MARKETS FUND; SPDR S&P EMERGING LATIN AMERICA ETF; ACM GLOBAL INVESTMENTS - EMERGING MARKETS GROWTH PORTFOLIO; ALLIANCEBERNSTEIN INTERNATIONAL GROWTH FUND, INC.; CAPITAL GUARDIAN EMERGING MARKETS EQUITY DC MASTER FUND; CAPITAL GUARDIAN

EMERGING MARKETS EQUITY MASTER FUND; CAPITAL GUARDIAN EMERGING MARKETS RESTRICTED EQUITY FUND FOR TAX - EXEMPT TRUSTS; FIDELITY FUNDS - EMERGING MARKETS FUND; PYRAMIS GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: PYRAMIS EMERGING MARKETS COMMINGLED POOL; NORTHWESTERN MUTUAL LIFE FOUNDATION, INC.; NORTHWESTERN MUTUAL SERIES FUND, INC. - ASSET ALLOCATION PORTFOLIO; NORTHWESTERN MUTUAL SERIES FUND, INC. - INTERNATIONAL GROWTH PORTFOLIO; THE NORTHWESTERN MUTUAL LIFE INSURANCE COMPANY; THE SEI EMERGING MARKETS EQUITY FUND; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; OHIO SCHOOL EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; TEXAS EDUCATION AGENCY; VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS; SCHROEDER EMERGING WINNERS BALANCED FUND-MOTHER; TREASURER OF THE STATE OF NORTH CAROLINA EQUITY INVESTMENT FUND POOLED TRUST; FIDELITY EMERGING MARKETS FUND; BALENTINE INTERNATIONAL EQUITY FUND SELECT, L.P.; ISHARES MSCI BRIC INDEX FUND; NORGES BANK; FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY EMERGING MARKETS FUND; FIDELITY ADVISOR SERIES VIII: FIDELITY ADVISOR EMERGING MARKETS FUND; VANGUARD INVESTMENT SERIES, PLC; BT PENSION CHEME; ROYAL MAIL PENSION PLAN; CAPITAL INTERNATIONAL EMERGING MARKETS FUND; EMERGING MARKETS GROWTH FUND FUND INC; CAPITAL GUARDIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND FOR TAX-EXEMPT TRUSTS; FIDELITY INVESTMENT SERVICES LTD. FOR AND ON BEHALF OF FIDELITY INSTITUTIONAL EMERGING MARKET FUND; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, *p. Sr. Daniel Alves Ferreira*; (I) ANDRÉ CARVALHAES RIBEIRO; FAMA SHOOTER 60 FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES; CARNEGIE LLC; FAMA SNIPER FI MULTIMERCADO LONGO

PRAZO; FAMA CHALLENGER FIA; FAMA STRIKER 28 FUNDO DE INV MULTIMERCADO LON; FAMA SHOOTER 60 FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES; FAMA TOP CLASS FIA; FAMA FC MIX 180 FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, p. Sr. André *Carvalhoes Ribeiro*. Certifico que a presente é cópia fiel e autêntica da ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2007, que se acha lavrada no livro "Registro de Atas das Assembléias Gerais", ficando autorizada sua publicação.

Gustavo Oliva Galizzi
Sr. Gustavo Oliva Galizzi
Secretário





JUCESP PROTOCOLO

1.591.091/08-1

COLETA



000109

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

C.N.P.J. nº 02.846.056/0001-97

N.I.R.E. 35.300.158.334

Ata de Assembléia Geral Extraordinária
realizada em 22 de dezembro de 2008

(Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130,
parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76)

DATA, HORA E LOCAL: Em 22 de dezembro de 2008, às 10:00 horas, na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Foram cumpridas, no Livro de Presença de Acionistas, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76. Compareceram à Assembléia Geral Extraordinária, acionistas representando 77,86% (setenta e sete vírgula oitenta e seis por cento) do capital social total da Companhia. ✓

CONVOCAÇÃO: Os anúncios de que trata o artigo 124 da Lei nº 6.404/76 foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção Empresarial, edições dos dias 05, 06 e 09 de dezembro de 2008, respectivamente nas páginas 10, 09 e 20; e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, dos dias 05, 08 e 09 de dezembro de 2008, respectivamente nas páginas B.2, D.3 e B.3.

JUCESP

05 01 09

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; e Secretário, Sr. Gustavo Oliva Galizzi.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia em substituição ao Sr. João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho e eleição de novo membro suplente do Conselho de Administração da Companhia em substituição ao Sr. João Adolfo de Brito Portela, ambos eleitos na Assembléia Geral Ordinária da Companhia realizada no dia 27 de março de 2008, em decorrência das renúncias de ambos aos respectivos cargos; (ii) aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 220.526.813,00 (duzentos e vinte milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e treze reais), sem modificação do número de ações, mediante a capitalização de reservas de capital no mesmo valor, conforme balanço patrimonial da Companhia com data base de 31/12/07, nos termos do art. 169, § 1º da Lei 6.404/76 e; (iii) em função da deliberação acima, alterar o *caput* do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social é de R\$ 791.760.430,54 (setecentos e noventa e um milhões, setecentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos), dividido em 403.101.800 (quatrocentos e três milhões, cento e uma mil e oitocentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."

DELIBERAÇÕES: Por maioria dos presentes, registradas as abstenções nos termos das manifestações de voto em anexo, que ficam arquivadas na Companhia, foram aprovados, após debates e discussões, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia: (i) a eleição do Sr. **João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento**, português, casado, engenheiro, portador do Passaporte Português nº H435971, domiciliado na Cidade de São Paulo – SP, na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 4º andar - parte, e do Sr. **José Honorato Gago da Câmara Botelho de Medeiros**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF/MF nº 214.387.628-95, RG nº 7.539.340 SSP/SP, domiciliado na Cidade de São Paulo – SP, na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 4º andar - parte, o primeiro como

JUL 2009

05 01 09

membro efetivo e o segundo como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia em substituição, respectivamente, aos Srs. **João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho**, português, casado, administrador de empresas, portador do Passaporte Português nº G132089, domiciliado na Cidade de São Paulo – SP, na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 4º andar parte e **João Adolfo de Brito Portela**, português, casado, engenheiro, portador do passaporte português nº F 081595, domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 4º andar parte, em decorrência da renúncia dos últimos aos respectivos cargos. Os Conselheiros ora eleitos permanecerão, assim como os demais, em seus cargos até a eleição e posse dos substitutos, conforme vier a ser deliberado na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2009, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Os Conselheiros eleitos, presentes à Assembléia, declararam, para os efeitos legais, terem conhecimento do art. 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e, conseqüentemente, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as funções de administradores da Companhia. O Presidente da Mesa informou, ainda, que os Conselheiros eleitos apresentaram currículos, bem como declaração, para arquivo na sede da Companhia, cumprindo as formalidades exigidas na Instrução CVM nº 367, de 29/05/2002. Diante das alterações acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto da seguinte forma: Conselheiros Efetivos: (1) Sr. Valdemar Jorge Martins Mendes; (2) Sr. Eduardo Borges de Andrade; (3) Sr. Francisco Caprino Neto; (4) Sr. João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento; (5) Sr. Rodrigo Cardoso Barbosa; (6) Sr. Sérgio Padovan; (7) Sr. Ricardo Coutinho de Sena; e (8) Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e, como conselheiros independentes: (9) Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes e; (10) Sr. Gilberto Audelino Correa e seus respectivos Suplentes, com exceção dos conselheiros independentes, que não têm suplentes: (1) Sr. Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães; (2) Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes; (3) Sr. Roberto Carlos Deutsch; (4) Sr. José Honorato Gago da Câmara Botelho de Medeiros; (5) Sr. Marcelo Pires Oliveira Dias; (6) Sr. Thadeu Luciano Marcondes Penido; (7) Sr. Renato Torres de Faria; (8) Sra. Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vecchia. O Sr. Valdemar

JUL 29

05 01 09

Jorge Martins Mendes ocupa a função de Presidente do Conselho de Administração, e a Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna ocupa a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração; (ii) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 220.526.813,00 (duzentos e vinte milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e treze reais), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de reservas de capital no mesmo valor, conforme balanço patrimonial da Companhia com data base de 31/12/07, nos termos do art. 169, § 1º da Lei 6.404/76; e (iii) em função da deliberação constante no item (ii) supra, a alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Artigo 5º. O capital social é de R\$ 791.760.430,54 (setecentos e noventa e um milhões, setecentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos), dividido em 403.101.800 (quatrocentos e três milhões, cento e uma mil e oitocentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.*" Permanecem inalteradas as demais disposições estatutárias.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Não havendo mais nada a ser tratado, a assembléia foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme foi assinada por todos os presentes. Fica autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o art. 130, §2º da Lei 6.404/76. São Paulo, 22 de dezembro de 2008. Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da mesa; Sr. Gustavo Oliva Galizzi, Secretário. Acionistas: (a) CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A., p. Sra. Milian Midori Nakamura Matsuda; (b) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A., p. Sra. Tamy Fujiwara; (c) SERVENG – CIVILSAN S.A. – EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, p. Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; (d) BRISA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., p. Sr. Carlos Fernando Sampaio Marques; (e) CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A., p. Sra. Tamy Fujiwara; (f) ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A., p. Sra. Tamy Fujiwara; (g) CAMARGO CORRÊA S.A., p. Sra. Milian Midori Nakamura Matsuda; (h) AGC

JUDICIAL

05 01 09

PARTICIPAÇÕES LTDA, *p. Sra. Tamy Fujiwara*; (i) EDUARDO BORGES DE ANDRADE, *p. Sra. Tamy Fujiwara*; (j) PAULO ROBERTO RECKZIEGEL GUEDES, *p. Sra. Tamy Fujiwara*; (k) ABU DHABI RETIREMENT PEN & BENE FD; ALASKA PERMANENT FUND; BARCLAYS GLOBAL INVESTORS, N.A.; BGI EMERGING MARKETS STRATEGIC INS; BRAZIL MSCI EMERGING MARKETS INDEX; BT PENSION SCHEME; CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT; CAPITAL GUARDIAN EMERGING MARKETS EQUITY DC MASTER FUND; CAPITAL GUARDIAN EMERGING MARKETS EQUITY MASTER FUND; CAPITAL GUARDIAN EMERGING MARKETS EQUITY FD F TAX - EXEMPT TRTS; CAPITAL INTERNATIONAL EMERGING MARKETS FUND; CIBC EMERGING MARKETS INDEX FUND; COHEN & STEERS GLOBAL INFRASTRUCTU; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; COLORADO PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION; CORNELL UNIVERSITY; EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TR; EMERGING MARKETS SOCIAL CORE PORTFO; EMERGING MARKETS SUDAN FREE EQUITY I; EMERGING MARKETS EQUITY GROUP TRUST; EMERGING MARKETS CORE EQUITY PORTF; FIRST AMERICAN INVESTMENT FUNDS - I; GENERAL CONFERENCE CORPORATION OF SE; GENERAL ELECTRIC PENSION TRUST; GEUT EMERGING EQUITY PASSIVE 1; GMO MEAN REVERSION FUND (ONSHORE), A SER; GREEN LINE LATIN AMERICAN GROWTH F; HEALTH SUPER FUND; HSBC INTERNATIONAL SELECT FUND; IBM DIVERSIFIED GLOBAL EQUITY FUND; IBM SAVINGS PLAN; ISHARES MSCI BRAZIL (FREE) INDEX FUND; JAPAN TRT DV BKL A TRT F T ST TRT & BKG CO., L A TRT F MG ST LT (F Q INST I O); JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. AS TRUSTEE FOR THE SUMITOMO TRUST & BANKING CO., LTD. AS TRUSTEE FOR MORGAN STANLEY ALL COUNTRY ACTIV EQUITY MOTHER FUND; JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL EQU; JOHN HANCOCK TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST A; JOHN HANCOCK TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST

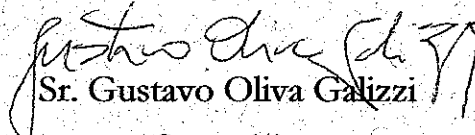
JUL 59

05 01 09

B; KODAK RETIREMENT INCOME PLAN; LAZARD GLOBAL
ACTIVE FUNDS, PLC; LAZARD EMERGING MARKETS FUND;
LAZARD EMERGING MARKETS GROWTH FUND; LAZARD
RETIREMENT EMERGING MARKETS POR; MERRILL LYNCH
LATIN AMERICA FUND; MERRILL LYNCH LATIN AMERICAN
INVESTMENT; MICROSOFT GLOBAL FINANCE; MUNICIPAL
EMPLOYEES' ANNUITY AND BENEFIT; NORGES BANK;
NORTHWESTERN MUTUAL LIFE FOUNDATION, IN;
NORTHWESTERN MUTUAL SERIES FUND, INC. - ASSE;
NORTHWESTERN MUTUAL SERIES FUND, INC. - B;
NORTHWESTERN MUTUAL SERIES FUND, INC. - IN; NTGI -
QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORL; NTGI -
QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLECTI;
PENSIONS KASSERNES ADMINISTRATION A/S; PSP FOREIGN
EQUITY FUND; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
OF MISSISSIPI; ROYAL MAIL PENSION PLAN; SAN
BERNARDINO CTY EMPY RETIR; SEI INSTITUTIONAL
INTERNATIONAL TRUST - EM; SPDR S&P EMERGING LATIN
AMERICA ETF; STATE OF CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES
RET; STATE OF CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYE; STATE
STREET BANK AND TRUST COMPANY INV; STATE STREET
EMERGING MARKETS; STICING PENSIOENFONDS
METAAL; TCW AMERICAS DEVELOPMENT ASSOCIATION,
L; TG INVESTMENT FUNDS PLC; TEACHER RETIREMENT
SYSTEM OF TEXAS; THE FUTURE FUND BOARD OF
GUARDIANS; THE JAMES IRVINE FOUNDATION; THE
LAZARD FUNDS INC; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN,
L; THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE; THE
NORTHWESTERN MUTUAL LIFE INSURANCE; THE ONTARIO
PUBLIC SERVICE EMPLOYEES UN; THE PENSION RESERVES
INVESTMENT MANAG; THE STATE TEACHERS
RETIREMENT SYSTEM; TIFF INTERNATIONAL EQUITY
FUND; TIFF MULTI-ASSET FUND; TREASURER OF THE STATE
OF NORTH CAROLIN; TREASURY GROUP INVESTMENT
SERVICES LTD AS RE; UBS PACE INTERNATIONAL
EMERGING MARKETS EQUITY INVESTMENT; ULTRA SERIES

JUCESP
05.01.09

FUND – INTERNATIONAL STOCK FUND; VANGUARD INVESTMENT SERIES, PLC; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX; VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FUN; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SER OF VANG STAR FDS; WELLS FARGO MASTER TRUST DIVERSIFIED STOCK PORTFOLIO; WILMINGTON MULTI-MANAGER INTL FUND; *p. Sr. George Washington Tenório Marcelino*. Certifico que a presente é cópia fiel e autêntica da ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 22 de dezembro de 2008, que se acha lavrada no livro “Registro de Atas das Assembléias Gerais”, ficando autorizada sua publicação.


Sr. Gustavo Oliva Galizzi

Secretário



JUCESP

(Página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV - ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES REGISTRADA NA JUCESP

(Página intencionalmente deixada em branco)



COMPANHIA DE CONCESSÕES
RODOVIÁRIAS

ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA COMPANHIA DE
CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

VERSÃO ASSINADA

**ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA COMPANHIA DE
CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

Pelo presente instrumento particular:

(i) **Companhia de Concessões Rodoviárias**, sociedade por ações com sede na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

(ii) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, Itaim BiBi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 3ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie com garantia flutuante, em até duas séries, da Companhia de Concessões Rodoviárias ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.2. Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2009, na qual foram deliberadas as condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("RCA" e "Lei das S.A.", respectivamente), salvo com relação à taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, que será deliberada pelo Conselho de Administração após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("CVM" e "Instrução CVM n.º 400", respectivamente), bem como autorizou a Diretoria da Emissora a contratar instituições financeiras autorizadas a operar

no mercado de capitais ("Coordenadores") para proceder a colocação pública das Debêntures.

DOS REQUISITOS

A quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme, da espécie com garantia flutuante, em até duas séries, da Emissora ("Emissão") será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata de RCA que deliberou sobre a presente Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP. Dentre estes eventuais atos, encontra-se a ata da Reunião do Conselho de Administração que irá deliberar sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures, nos termos do item 1.2 acima.

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e da Lei das S.A., bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400 e a Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2009 ("Instrução CVM 471").

2.4. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

As Debêntures da presente Emissão foram registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente, (i) através do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e no SND - Módulo Nacional de Títulos ("SND"), ambos administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), com a distribuição negociação liquidadas na CETIP; e (ii) através do Sistema BovespaFix ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.5. Registro na ANBID

A Emissão será registrada perante a CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta será requerido por meio do Procedimento Simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a Oferta previamente submetida à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID") e da CVM, por meio do convênio firmado entre CVM e ANBID.

A Emissão deverá ser registrada junto à ANBID no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 25 do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID"), sendo a efetivação de tal registro de responsabilidade do Coordenador Líder (conforme abaixo definido) da Oferta.

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total

A presente Escritura de Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 3.8 abaixo, observado que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Debêntures do Lote Suplementar, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 desta Escritura.

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em até duas séries ("Debêntures da 1ª Série" e "Debêntures da 2ª Série"), sendo que a emissão de Debêntures da 2ª Série será decidida, a exclusivo critério da Emissora, em decorrência do resultado apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, de modo que as Debêntures da 2ª Série poderão não ser emitidas. Adicionalmente, o número de Debêntures a ser alocado na 1ª Série e na 2ª Série será definido a exclusivo critério da Emissora, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar (conforme abaixo definido).

e Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido). Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais.

3.3.1. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

3.3.2. A Emissora concederá aos Coordenadores uma opção para distribuição de um lote adicional de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Lote Suplementar").

3.3.3. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas.

3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

3.7. Limite de Emissão

A 5ª Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme tabela abaixo:

Posição em 31 de março de 2009	R\$ (milhões)
5ª Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante (A)	500
Total de Emissões com Garantia Flutuante (B) (o qual não inclui a 5ª Emissão)	517
Ativo Total (C)	6.678
70% do Ativo Total (D)	4.675
Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (E)	1.631
70% do Ativo Total - Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (F=D-E)	3.044
Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante (F-B)	2.527

3.8. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de agosto de 2009 ("Data de Emissão").

3.9. Local de Pagamento

Observado o previsto na Cláusula 3.11 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&BOVESPA e ao SDT.

3.9.1. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.10. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial

ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.11. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento das Debêntures (conforme definido nas Cláusulas 4.4. e 5.4. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.12. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.10. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.13. Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal "Valor Econômico", edição nacional.

3.14. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

Companhia de Concessões Rodoviárias
Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, São Paulo, SP

At.: Sr. Arthur Piotto Filho
Tel.: (11) 3048-5900
Fax: (11) 3048-5903
E-mail: arthur.piotto@grupoccr.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, São Paulo, SP
At.: Sr. Felipe Coimbra Aloí André
Tel.: (11) 3048-9763
Fax: (11) 3048-9010
E-mail: felipe@slw.com.br

(c) Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, Osasco, SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP
Site: www.cetip.com.br

(e) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS
Praça Antonio Prado, n.º 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP
Site: www.bovespa.com.br

3.15. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para: (i) o pagamento, do principal e juros, no valor aproximado de R\$341,0 milhões, referente às obrigações financeiras decorrentes da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia; e (ii) o saldo disponível após o pagamento dos valores mencionados no item (i), será

utilizado para reforçar o caixa da Companhia ou, eventualmente, quitar outras obrigações firmadas pela Companhia, conforme descrito no prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e a ser descrito no prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos").

3.16. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.17. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

4.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série ("Debêntures da 1ª Série") será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2012 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série").

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será devido na Data de Vencimento.

4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série ("Rendimento da 1ª Série")

4.4.1. Atualização da 1ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

4.4.2. Remuneração da 1ª Série

4.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*:

4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 1ª Série") correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada a uma remuneração máxima equivalente a 121,00% (cento e vinte e um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.4.2.5 abaixo.

4.4.2.3. A Remuneração da 1ª Série mencionada no item 4.4.2.2 acima será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura de Emissão.

4.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k - Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n*.

n - Número total de Taxas DI, sendo "*n*" um número inteiro.

p - percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*.

TDI_k - Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.4.2.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.4.2.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.4.2.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) A Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

(b) A Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 10.4. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.4.2.10. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding"). A garantia firme de colocação para as Debêntures da 1ª Série, nos termos do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Emissão será outorgada pelos Coordenadores à Emissora, sendo que o

montante máximo total da referida garantida somente será auferido após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.4.2.11. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.4.2.12. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2010 e o último pagamento em 1º de agosto de 2012, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 1ª Série
1º de fevereiro de 2010
1º de agosto de 2010
1º de fevereiro de 2011
1º de agosto de 2011
1º de fevereiro de 2012
1º de agosto de 2012

4.5. Integralização

A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

4.6. Resgate Antecipado

As Debêntures da 1ª série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, no todo ou em parte, a qualquer momento, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a Data da Emissão até a data do efetivo resgate (“Resgate Antecipado”).

Caso o Resgate Antecipado se dê, no todo ou em parte, até o 540º (quingentésimo quadragésimo) dia contado da Data de Emissão, as Debêntures de Emissão da 1ª Série serão resgatadas antecipadamente, mediante o pagamento do seu valor nominal atualizado, acrescido de: (i) Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a Data da Emissão até a data do efetivo resgate e (ii) um prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o saldo devedor atualizado, conforme fórmula abaixo e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate.

$$\frac{P \times (DU)}{252}$$

$P = 0,50\%$ (cinquenta centésimos por cento); e

$DU =$ número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

4.7. Preço de Subscrição

As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.4.2 desta Escritura.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

5.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série ("Debêntures da 2ª Série") será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento desta Escritura. Conforme disposto no §3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da 2ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª Série ou cancelado o saldo não colocado. Nota-se que como não haverá garantia firme para as Debêntures da 2ª Série, existe a possibilidade de não haver a emissão de Debêntures para a 2ª Série.

5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2014, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração da 2ª Série (conforme definido abaixo) em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura.

5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização da 2ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal
---------------------	-----------------------------

	Unitário das Debêntures a Ser Amortizado
1º de agosto de 2012	33,34%
1º de agosto de 2013	33,33%
1º de agosto de 2014	33,33%

5.4. Rendimento da 2ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 2ª Série (conforme definida no item 5.4.1.1 abaixo) e pela Remuneração da 2ª Série (conforme definido no item 5.6 abaixo) ("Rendimento da 2ª Série"):

5.4.1. Atualização da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização da 2ª Série") a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série"), sendo o produto da Atualização da 2ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês " k ";
- Dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo " dup " um número inteiro;
- Dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo " dut " um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês;

iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos do ativo em questão;

iv. Os fatores resultantes das expressões: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ e $\left(\frac{projeção}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

(b) A Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 10.4. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

5.5. Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 2ª Série

A Atualização das Debêntures da 2ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário, conforme definido na tabela do item 5.3 acima, exclusivamente (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 2ª Série, conforme tabela abaixo; e/ou (ii) por ocasião do Resgate Antecipado que trata a Cláusula 5.8 abaixo.

Pagamento da Atualização da 2ª Série
1º de agosto de 2012
1º de agosto de 2013
1º de agosto de 2014

5.6. Remuneração da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série") correspondente à taxa percentual máxima equivalente a 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 2ª Série será definida em Procedimento de *Bookbuilding*. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

5.6.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração da 2ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série será devida anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 2010 e os demais nos anos subsequentes, terminando em 2014, sempre no dia 1º de agosto de cada um desses anos.

5.6.2. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J* = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa* = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- taxa* = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de Bookbuilding;
- N* = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
- DP* = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
- DT* = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

5.7. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série

O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 2ª Série
1º de agosto de 2010
1º de agosto de 2011
1º de agosto de 2012
1º de agosto de 2013
1º de agosto de 2014

5.8. Integralização

A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

5.9. Resgate Antecipado

As Debêntures da 2ª série poderão ser amortizadas antecipadamente a qualquer momento a partir da Data de Emissão, em sua totalidade ou parcialmente, com base em um preço de amortização equivalente ao maior dos critérios mencionados abaixo. As Debêntures da 2ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

(i) o Valor Nominal Unitário atualizado aplicável, acrescido de remuneração aplicável calculada *pro rata temporis*, para a data da amortização respectiva; ou

(ii) o valor obtido mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$P.A_u = \left[\frac{\left(1 + \frac{t}{100}\right)^{P/252}}{\left(1 + \frac{C}{100}\right)} \right] \times P.U$$

onde:

$P.A_u$ o preço de amortização unitário

C a média das taxas de remuneração do cupom do IPCA referenciado no swap CDIXIPCA, com

vencimento equivalente ao duration do fluxo remanescente das Debêntures, a ser apurada pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, junto a, pelo menos, 3 (três) das seguintes instituições: Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Banco UBS Pactual S.A. e Banco Citibank S.A.

P o prazo remanescente, em Dias Úteis, entre a data da amortização e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

P.U. Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª série, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão até a data da amortização.

t Taxa de Remuneração (spread) resultante do Procedimento de Bookbuilding para as Debêntures da 2ª Série.

5.10. Preço de Subscrição

As Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração e Atualização, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 5.4.1 e 5.6 desta Escritura.

DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete, de forma significativa, a Emissora, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;

(d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, e (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 9.1 abaixo); e

(e) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios e que possam impactar adversamente, de forma significativa, a condução de seu negócios.

6.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora; (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhado de relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula VIII acima, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; e (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(b) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;

(e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(f) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das

Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco de ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

(g) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(h) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e

(i) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora.

DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

7.1. Aquisição Facultativa

7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento I ou II, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento I ou II, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A.

7.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

7.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis

U U U U U U U U
U U U U U U U U
U U U U U U U U
U U U U U U U U

independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo, incluindo, mas não se limitando a:

- (a) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (b) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi indevidamente efetuado, (ii) for cancelado ou sustado, ou ainda (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (c) Não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 60.000.000,00, conforme corrigido monetariamente desde a emissão das debêntures pelo IGP-M, ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (d) Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais Acionistas Controladores, do Poder de Controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia específica. Para fins desta cláusula, "Acionistas Controladores" e "Poder de Controle" seguirão as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa;
- (e) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada a esta Emissão, desde que não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis contados do vencimento original;
- (f) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante relacionada a esta Emissão assumida na Escritura, no instrumento particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição pública das Debêntures, salvo se no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data do recebimento pela

[Handwritten signature]

Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário tal descumprimento for sanado pela Emissora;

- (g) Redução de capital da Emissora, que represente mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora após a data de assinatura da presente Escritura) sem que haja anuência prévia dos debenturistas, representado pelo Agente Fiduciário, manifestada em AGD especialmente convocada para esse fim, nos termos da Escritura a ser celebrada e conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) Não-manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 3.

Onde:

Dívida Líquida significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, as debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de (i) disponibilidades e (ii) saldo da Conta Reserva registrada no realizável a longo prazo.

Disponibilidades significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Emissora: Caixa e Bancos; Aplicações Financeiras; e Conta Reserva; e

EBITDA significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (i) despesas de depreciação, amortização e (ii) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora.

(ii) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas despesas financeiras não deverá ser inferior a 2.

Onde:

Despesas Financeiras significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial, calculadas pelo regime de

competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas;

- (i) Liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (j) Comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante dos Prospectos que afete de forma relevante e negativamente adversa as debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- (k) Extinção ou qualquer outra forma de limitação de parcela relevante, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da Emissora seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (l) Alienação de um ou mais ativos da Emissora que representem em conjunto ou individualmente a 33% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada;
- (m) Alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração ou modificação seja referente à ampliação da atuação, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e/ou no exterior e/ou seja requerido por lei, norma ou entidade governamental;
- (n) Pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (o) Não-cumprimento de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou contra qualquer subsidiária ou controlada da Emissora, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença tiver sua eficácia suspensa durante este prazo de cura de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, com expediente forense, contado do trânsito em julgado e enquanto assim permanecer; ou
- (p) Recompra de ações, desde que a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura.

8.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c) (e) e (i) do item

8.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 8.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembleia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

8.3 Na Assembleia mencionada no item 8.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula X desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

8.4 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada no item 8.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 8.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 3.14 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.11 acima.

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

9.2. Substituição

9.2.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 9.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 9.2.7 abaixo.

9.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

9.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

9.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

9.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

9.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

9.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD;
- (k) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e ao SDT, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;

- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e ao SDT, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) no BM&FBOVESPA e no SDT; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 8.1 acima e convocar Assembleia Geral de Debenturista dentro do prazo estabelecido na Cláusula 8.1 na ocorrência de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros;



(t) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) ao BM&FBOVESPA e (iii) ao SDT; e

(u) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista no item 6.2 (f) acima bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação.

9.4. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer Processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.4.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

9.5. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

9.5.1. Parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais), devida a primeira 5 dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão de Debêntures e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento;

9.5.2. A parcela disposta no item 9.5.1. acima será atualizada pelo IGP-M a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela.

9.5.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.5.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.5.5. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da cláusula 3.11 desta Escritura.

DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

10.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou

detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

10.4.3. As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, alteração nas condições de resgate antecipado de qualquer modificação na cláusula de vencimento antecipado, repactuação das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

10.4.4. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

10.4.5. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

10.4.6. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:



- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, ressalvado o item 2.1.1. acima;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 § 1º "a" da Lei das S.A;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

11.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") contém e o prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo") conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora são verdadeiras;
- (g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do prospecto da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a

posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

(j) a Emissora está cumprindo, todo os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira; e

(l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.3. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 26 de junho de 2009



Página de Assinatura da Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Nome: ARTHUR PIOTTO FILHO
Cargo: DIRETOR

Nome: _____
Cargo: **Marcus Rodrigo de Senna**
Diretor

*Página de Assinatura da Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples,
Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de
Concessões Rodoviárias*

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Nome:

Cargo:

Pedro Sylvio Weil
Sócio - SLWCVC LTDA.


Nome:


Cargo:

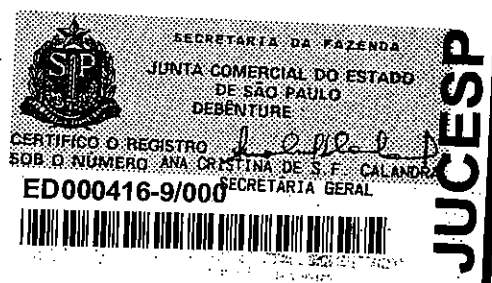
Felipe Coimbra Aloi André
Depto. Agente Fideciário

Página de Assinatura da Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias

Testemunhas


 Nome: ELIANA MARÃES GALLO
 RG: 9288340 SSP/SP


 Nome: Vanessa de Assis Souza
 RG: 35.472.736-9 SSP/SP





**ANEXO V – PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA
DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES REGISTRADO NA JUCESP**

(Página intencionalmente deixada em branco)



JUCESP PROTOCOLO
0.543.797/09-0



JUCESP

JUCESP

VERSÃO ASSINADA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **Companhia de Concessões Rodoviárias**, sociedade por ações com sede na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e
- (ii) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, Itaim BiBi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 5ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente instrumento particular de primeiro aditamento ("Aditamento") à "Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias" celebrado entre as partes no dia 26 de junho de 2009 ("Escritura"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com as deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2009 ("RCA"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

1.2. Este Aditamento será arquivado na JUCESP.

JUL 97

**CLÁUSULA II
RETIFICAÇÃO**

2.1. As partes acordam alterar (i) a identificação do Agente Fiduciário, no que concerne ao número da emissão da qual ele representa a comunhão dos Debenturistas; e (ii) as cláusulas 2.4, 2.5, 3.3, 3.7, 3.9, 3.13, 4.4.2.7, 4.4.2.9, 4.6, 5.4, 5.4.1.1.1, 5.4.1.3, 5.6.1, 5.9, 6.1(d), 6.2(a), 7.1, 8.3, 9.1, 9.3, 9.5.5 e 10.1.2 da Escritura, que passam a vigorar com a nova redação que lhes é atribuída em sua versão consolidada no final do presente Aditamento.

**CLÁUSULA III
DAS RATIFICAÇÕES**

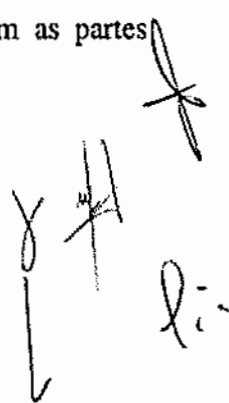
3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura da Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

**CLÁUSULA IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

4.3. Em decorrência das alterações dispostas neste aditamento, resolvem as partes consolidar a Escritura conforme apresentado a seguir.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page, including a large 'X' and several other marks.

JUN 09

**"ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA COMPANHIA DE
CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

Pelo presente instrumento particular:

(i) **Companhia de Concessões Rodoviárias**, sociedade por ações com sede na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

(ii) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, Itaim BiBi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 5ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie com garantia flutuante, em até duas séries, da Companhia de Concessões Rodoviárias ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.2. Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de junho de 2009, na qual foram deliberadas as condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("RCA" e "Lei das S.A.", respectivamente), salvo com relação à taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, que será deliberada pelo Conselho de Administração após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("CVM" e "Instrução CVM n.º 400", respectivamente), bem como autorizou a Diretoria da Emissora a contratar instituições financeiras autorizadas a operar

JUCESP

no mercado de capitais ("Coordenadores"). para proceder a colocação pública das Debêntures.

JUCESP

DOS REQUISITOS

A quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme, da espécie com garantia flutuante, em até duas séries, da Emissora ("Emissão") será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata de RCA que deliberou sobre a presente Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP. Dentre estes eventuais atos, encontra-se a ata da Reunião do Conselho de Administração que irá deliberar sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures, nos termos do item 1.2 acima.

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e da Lei das S.A., bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400 e a Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2009 ("Instrução CVM 471").

2.4. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPAFLIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A.

[Handwritten signature and initials]



Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

2.5. Registro na CVM

A Emissão será registrada perante a CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta será requerido por meio do Procedimento Simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a Oferta previamente submetida à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID") e da CVM, por meio do convênio firmado entre CVM e ANBID.

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total

A presente Escritura de Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 3.8 abaixo, observado que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Debêntures do Lote Suplementar, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 desta Escritura.

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em até duas séries, sendo que a emissão de Debêntures da 2ª Série será decidida, a exclusivo critério da Emissora, em decorrência do resultado apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, de modo que as Debêntures da 2ª Série poderão não ser emitidas. Adicionalmente, o número de Debêntures a ser alocado na 1ª Série e na 2ª Série será definido a exclusivo critério da Emissora, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar (conforme abaixo definido) e as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido). Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais.

ADICIONAIS

OPÇÃO DE LOTE SUPLEMENTAR

3.3.1. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

3.3.2. A Emissora concederá aos Coordenadores uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Lote Suplementar").

3.3.3. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas.

3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

[Handwritten signature]

ANEXO

3.7. Limite de Emissão

ANEXO

A 5ª Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme tabela abaixo:

Posição em 31 de março de 2009*	R\$ (milhões)
5ª Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante (A)	500
Total de Emissões com Garantia Flutuante (B) (o qual não inclui a 5ª Emissão)	517
Ativo Total (C)	6.678
70% do Ativo Total (D)	4.675
Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (E)	1.631
70% do Ativo Total - Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (F=D-E)	3.044
Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante (F-B)	2.527

*Em 31 de maio de 2009 o Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante era de 2.599 milhões, por conta de atualizações monetárias das dívidas com Garantia Real e Flutuante, bem como pela movimentação operacional das contas do Ativo.

3.8. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de agosto de 2009 ("Data de Emissão").

3.9. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&BOVESPA e ao SDT.

3.9.1. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Handwritten signature and initials: "L. P." with a large "X" mark.

JUL 09

08 07 09

3.10. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.11. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento das Debêntures (conforme definido nas Cláusulas 4.4. e 5.4. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.12. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.10. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.13. Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal "Valor Econômico", edição nacional, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

3.14. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

JUL 09

encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

Companhia de Concessões Rodoviárias

Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, São Paulo, SP

At.: Sr. Arthur Piotto Filho

Tel.: (11) 3048-5900

Fax: (11) 3048-5903

E-mail: arthur.piotto@grupoccr.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, São Paulo, SP

At.: Sr. Felipe Coimbra Alois André

Tel.: (11) 3048-9763

Fax: (11) 3048-9010

E-mail: felipe@slw.com.br

(c) Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, Osasco, SP

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

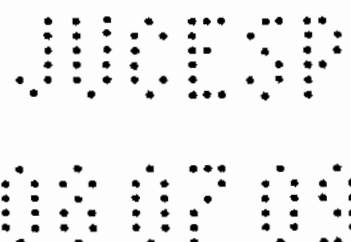
Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP

Site: www.cetip.com.br

(e) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, n.º 48, São Paulo, SP



Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP
Site: www.bovespa.com.br

3.15. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para: (i) o pagamento, do principal e juros, no valor aproximado de R\$341,0 milhões, referente às obrigações financeiras decorrentes da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia; e (ii) o saldo disponível após o pagamento dos valores mencionados no item (i), será utilizado para reforçar o caixa da Companhia ou, eventualmente, quitar outras obrigações firmadas pela Companhia, conforme descrito no prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e a ser descrito no prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos").

3.16. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.17. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

4.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série ("Debêntures da 1ª Série") será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2012 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série").

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será devido na Data de Vencimento.

JUCESP

4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série (“Rendimento da 1ª Série”)

4.4.1. Atualização da 1ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

4.4.2. Remuneração da 1ª Série

4.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*:

4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (“Remuneração da 1ª Série”) correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada a uma remuneração máxima equivalente a 121,00% (cento e vinte e um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na fórmula do item 4.4.2.5 abaixo.

4.4.2.3. A Remuneração da 1ª Série mencionada no item 4.4.2.2 acima será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura de Emissão.

4.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Handwritten signature and initials.

JUL 2009

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k - Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n .

n - Número total de Taxas DI, sendo " n " um número inteiro.

p - percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, a ser definido em Procedimento de Bookbuilding.

TDI_k - Taxa DI de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da

.....

Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

.....

4.4.2.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 1ª Série"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.4.2.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.4.2.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 1ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) A Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

Handwritten signature and initials.

JUCESP

(b) A Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 10.4 abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 1ª Série) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.4.2.10. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será definida em Procedimento de *Bookbuilding*. A garantia firme de colocação para as Debêntures da 1ª Série, nos termos do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Emissão será outorgada pelos Coordenadores à Emissora, sendo que o montante máximo total da referida garantia somente será auferido após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.4.2.11. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.4.2.12. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2010 e o último pagamento em 1º de agosto de 2012, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 1ª Série
1º de fevereiro de 2010
1º de agosto de 2010
1º de fevereiro de 2011
1º de agosto de 2011
1º de fevereiro de 2012
1º de agosto de 2012

4.5. Integralização

A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

JUN 20

10 17 09

4.6. Resgate Antecipado

As Debêntures da 1ª Série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, no todo ou em parte, este último mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário nos termos do item 9.3(d) desta Escritura, a qualquer momento, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a Data da Emissão até a data do efetivo resgate ("Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série"). As Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

O Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a notificação com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 desta Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série").
- (ii) O pagamento das Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado.
- (iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª Série, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do resgate antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Caso o Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série se dê, no todo ou em parte, até o 540º (quingentésimo quadragésimo) dia contado da Data de Emissão, as Debêntures de da 1ª Série serão resgatadas antecipadamente, mediante o pagamento do seu Valor Nominal atualizado, acrescido de: (i) Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a Data da Emissão até a data do efetivo resgate e (ii) um prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o saldo devedor atualizado, conforme fórmula abaixo e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate.

Handwritten signature and initials: "H2" and "L li-".

$$\frac{P \times (DU)}{252}$$

$P = 0,50\%$ (cinquenta centésimos por cento); e

$DU =$ número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

4.7. Preço de Subscrição

As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.4.2 desta Escritura.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

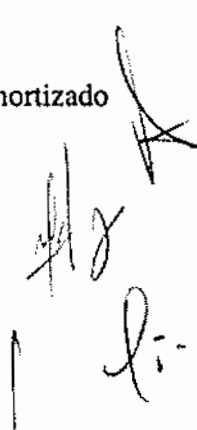
5.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série ("Debêntures da 2ª Série") será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento desta Escritura. Conforme disposto no §3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da 2ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª Série ou cancelado o saldo não colocado. Nota-se que como não haverá garantia firme para as Debêntures da 2ª Série, existe a possibilidade de não haver a emissão de Debêntures para a 2ª Série.

5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2014, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração da 2ª Série (conforme definido abaixo) em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura.

5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização da 2ª Série"): 

JUL 2012

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
1º de agosto de 2012	33,34%
1º de agosto de 2013	33,33%
1º de agosto de 2014	33,33%

5.4. Rendimento da 2ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 2ª Série (conforme definida no item 5.4.1 abaixo) e pela Remuneração da 2ª Série (conforme definido no item 5.6 abaixo) ("Rendimento da 2ª Série"):

5.4.1. Atualização da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização da 2ª Série") a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série"), sendo o produto da Atualização da 2ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dat}} \right]$$

Handwritten signature and date 361

JUL 2007 09

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";
- Dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro;
- Dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês;

iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos do ativo em questão;

iv. Os fatores resultantes das expressões: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ e $\left(\frac{projeção}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

Handwritten signature and initials.

.....

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

.....

5.4.1.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.4.1.1.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 2ª Série"). A Assembléia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

5.4.1.1.2 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

5.4.1.1.3 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 2ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) A Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem

[Handwritten signature and initials]

.....

resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou

(b) A Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 10.4. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva da 2ª Série) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

5.5. Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 2ª Série

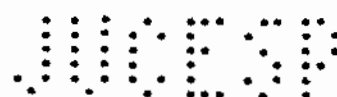
A Atualização das Debêntures da 2ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário, conforme definido na tabela do item 5.3 acima, exclusivamente (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 2ª Série, conforme tabela abaixo; e/ou (ii) por ocasião do Resgate Antecipado que trata a Cláusula 5.8 abaixo.

Pagamento da Atualização da 2ª Série
1º de agosto de 2012
1º de agosto de 2013
1º de agosto de 2014

5.6. Remuneração da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série") correspondente à taxa percentual máxima equivalente a 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 2ª Série será definida em Procedimento de *Bookbuilding*. O resultado do Procedimento de

1/8
L. D.



Bookbuilding será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

5.6.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração da 2ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série será devida anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 2010 e os demais nos anos subsequentes, terminando em 2014, sempre no dia 1º de agosto de cada um desses anos.

5.6.2. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros$ = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

$taxa$ = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de Bookbuilding;

Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série").

- (ii) O pagamento das Debêntures da 2ª Série resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado.
- (iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures da 2ª Série, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do resgate antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.9.1. Critérios para definição do preço de Resgate Antecipado: Será escolhido o maior dos critérios entre (i) o Valor Nominal Unitário atualizado aplicável, acrescido de remuneração aplicável calculada *pro rata temporis*, para a data da Resgate Antecipado respectivo; ou (ii) o valor obtido mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$P.A_u = \left[\frac{\left(1 + \frac{t}{100}\right)}{\left(1 + \frac{C}{100}\right)} \right]^{P/252} \times P.U$$

onde:

$P.A_u$ o preço de Resgate Antecipado unitário

C a média das taxas de remuneração do cupom do IPCA referenciado no swap CDI x IPCA, com vencimento equivalente ao duration do fluxo remanescente das Debêntures, a ser apurada pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, junto a, pelo menos, 3 (três) das seguintes instituições: Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Banco UBS Pactual S.A. e Banco Citibank S.A.

P o prazo remanescente, em Dias Úteis, entre a data do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

$P.U.$ Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª série, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de emissão até a data do Resgate Antecipado.

t Taxa de Remuneração (spread) resultante do Procedimento de Bookbuilding para as Debêntures da 2ª Série.

JUL 09

5.10. Preço de Subscrição

08 07 09

As Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração e Atualização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 5.4.1 e 5.6 desta Escritura.

DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete, de forma significativa, a Emissora, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, e (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos no item 8.1 abaixo); e
- (e) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios e que possam impactar adversamente, de forma significativa, a condução de seu negócios.

6.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou

JOESP

confidencial para a Emissora; (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhado de relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos o item 8.1 (h) abaixo, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; e (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(b) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;

(e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(f) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

(g) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(h) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e

Handwritten signature and initials: "Hx" and "Li-".



(i) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora.

DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

7.1. Aquisição Facultativa

7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 1ª Série ou do Rendimento da 2ª Série, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento da 1ª Série ou do Rendimento da 2ª Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A.

7.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

7.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo, incluindo, mas não se limitando a:

- (a) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;

JUL 2010

- (b) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi indevidamente efetuado, (ii) for cancelado ou sustado, ou ainda (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (c) Não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 60.000.000,00, conforme corrigido monetariamente desde a emissão das debêntures pelo IGP-M, ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (d) Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais Acionistas Controladores, do Poder de Controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia específica. Para fins desta cláusula, "Acionistas Controladores" e "Poder de Controle" seguirão as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa;
- (e) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada a esta Emissão, desde que não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis contados do vencimento original;
- (f) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante relacionada a esta Emissão assumida na Escritura, no instrumento particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição pública das Debêntures, salvo se no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário tal descumprimento for sanado pela Emissora;
- (g) Redução de capital da Emissora, que represente mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora após a data de assinatura da presente Escritura) sem que haja anuência prévia dos debenturistas, representado pelo Agente Fiduciário, manifestada em AGD especialmente convocada para esse fim, nos termos da Escritura a ser celebrada e conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

Handwritten signature and initials: "L" and "Ei."



(h) Não-manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

(i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 3.

Onde:

Dívida Líquida significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, as debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de (i) disponibilidades e (ii) saldo da Conta Reserva registrada no realizável a longo prazo.

Disponibilidades significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Emissora: Caixa e Bancos; Aplicações Financeiras; e Conta Reserva; e

EBITDA significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (i) despesas de depreciação, amortização e (ii) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora.

(ii) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas despesas financeiras não deverá ser inferior a 2.

Onde:

Despesas Financeiras significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

(i) Liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(j) Comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante dos Prospectos que afete de forma relevante

JUL 20

e negativamente adversa as debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;

- (k) Extinção ou qualquer outra forma de limitação de parcela relevante, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da Emissora seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (l) Alienação de um ou mais ativos da Emissora que representem em conjunto ou individualmente a 33% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada;
- (m) Alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração ou modificação seja referente à ampliação da atuação, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e/ou no exterior e/ou seja requerido por lei, norma ou entidade governamental;
- (n) Pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (o) Não-cumprimento de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou contra qualquer subsidiária ou controlada da Emissora, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 60.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença tiver sua eficácia suspensa durante este prazo de cura de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, com expediente forense, contado do trânsito em julgado e enquanto assim permanecer; ou
- (p) Recompra de ações, desde que a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura.

8.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c) (e) e (i) do item 8.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 8.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar

Handwritten signature and initials: "H. J. Li." with a large "A" mark.

JUN 20

conhecimento do evento, uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembleia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

8.3 Na Assembleia mencionada no item 8.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos nos item 10.1 a 10.4 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

8.4 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada no item 8.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 8.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 3.14 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.11 acima.

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação e declarações

A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, declara que:

- (a) aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures; e
- (b) verificou a regularidade das garantias constituídas e o valor dos bens dados em garantia e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

[Handwritten signatures and initials]

JUCESP

9.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

9.2. Substituição

9.2.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 9.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 9.2.7 abaixo.

9.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

9.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

9.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

9.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que

[Handwritten signature and initials]

JUL 2010

for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

9.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

9.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;

[Handwritten signature]
L. Li.

BM&FBOVESPA

(j) convocar, quando necessário, a AGD através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa estabelecidos na Cláusula 3.13 desta Escritura;

(k) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e ao SDT, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;

(l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e ao SDT, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;

(n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures.

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA e na CETIP; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;

(q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

[Handwritten signatures and initials]

JUL 10 2010

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 8.1 acima e convocar Assembleia Geral de Debenturista dentro do prazo estabelecido na Cláusula 8.1 na ocorrência de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros;

(t) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) à BM&FBOVESPA e (iii) à CETIP; e

(u) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista no item 6.2 (f) acima bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;

(v) verificar a regularidade das garantias constituídas, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e

(x) se for o caso, coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas.

9.4. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer Processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.4.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade

Handwritten signature and initials: "L" and "P." with a large "X" mark.

11053

das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" desta mesma Cláusula.

9.5. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

9.5.1. Parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais), devida a primeira 5 dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão de Debêntures e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento;

9.5.2. A parcela disposta no item 9.5.1. acima será atualizada pelo IGP-M a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela.

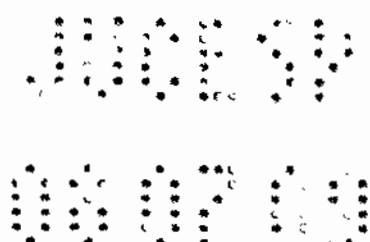
9.5.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.5.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.5.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 9.5.4 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.5.6. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da cláusula 3.11 desta Escritura.

Handwritten signature and initials.



DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa estabelecidos na Cláusula 3.13 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.2. *Quorum* de Instalação

10.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

10.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. *Quorum* de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

10.4.3. As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, alteração nas condições de resgate antecipado de qualquer modificação na cláusula de vencimento

[Handwritten signature and initials]

JUL 2011

antecipado, repactuação das Debêntures, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

10.4.4. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

10.4.5. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

10.4.6. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, ressalvado o item 2.1.1. acima;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

[Handwritten signatures and initials]

UNESP

- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 § 1º "a" da Lei das S.A. e declara que verificou a existência e regularidade da garantia flutuante prestada pela Emissora;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

11.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

[Handwritten signature and initials]

UNESP

UNESP

- (e) o prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") contém o prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo") conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora são verdadeiras;
- (g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,
- (h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do prospecto da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (j) a Emissora está cumprindo, todo os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira; e

Handwritten signatures and initials.

JUL 09

(l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.3. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

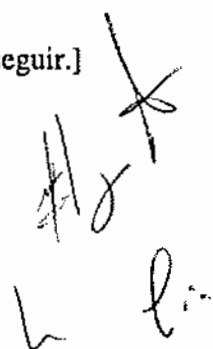
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

* * * * *

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 2 de julho de 2009.

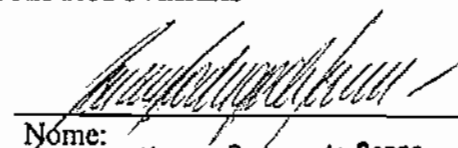
[As páginas de assinatura do 1º Aditamento seguem nas folhas a seguir.]

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large 'X' and several cursive signatures.

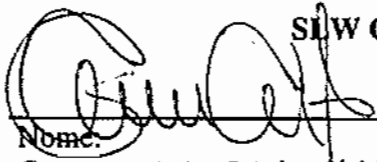

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 1º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 1 de 3.

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Nome: 
Cargo: ARTHUR PIOTTO FILHO
DIRETOR

Nome: 
Cargo: Marcus Rodrigo de Senna
Diretor

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 1º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 2 de 3.


	
Nome: _____	Nome: _____
Cargo: Felipe Coimbra Aloi André Depto. Agente Fideciúrio	Cargo: Pedro Sylvio Weil Sócio - SLWCVC LTDA.

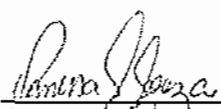


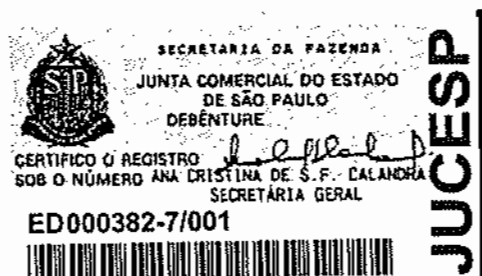
Página de Assinatura do Instrumento Particular de 1º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 3 de 3.



Testemunhas


Nome: GREGÓRIO PEDROSO TASSO
RG: 24.201.720 - 0


Nome: Vanessa de Assis Souza
RG: 354727369



Ficha Cadastral - Dados da Empresa

Nr. de Controle na Internet:	004425606-0		
Tipo Jurídico:	Sociedade por Ações		
Nome Empresarial:	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS		
NIRE Sede:	3530015833-4	NIRE Filial:	
CNPJ Sede:	02.846.056/0001-97	CNPJ Filial:	00.000.000/0000-00
Inscr. Estadual:		I.E. Filial:	
E-Mail:			
Logradouro:	AVENIDA CHEDID JAFET		
Número:	222	CEP:	04551-065
		Bairro:	VILA OLÍMPIA
Complemento:	BLOCO B, 5º ANDAR		
Município:	São Paulo	UF:	SP
		País:	Brasil

Atos

Dobenture Aditamento

Atividades Econômicas

Principal:	
Secundária:	

Descrição Objeto

Depende de Autorização Governamental:

•

Capital

Tipo de Capital:		País de Origem:	
Data de Ass. Doc. ou Realiz. da Ata:		Tipo de Empresa:	
02/07/2009		Normal	

Amarrações

Ficha Cadastral - Dados da Empresa

Nr. de Controle na Internet:	004425606-0		
Tipo Jurídico:	Sociedade por Ações		
Nome Empresarial:	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS		
NIRE Sede:	3530015833-4	NIRE Filial:	
CNPJ Sede:	02.846.056/0001-97	CNPJ Filial:	00.000.000/0000-00
Inscr. Estadual:		I.E. Filial:	
E-Mail:			
Logradouro:	AVENIDA CHEDID JAFET		
Número:	222	CEP:	04551-065
		Bairro:	VILA OLIMPIA
Complemento:	BLOCO B, 5º ANDAR		
Município:	São Paulo	UF:	SP
		País:	Brasil

Atos

Debiture Aditamento

Atividades Econômicas

Principal:	
Secundária:	

Descrição Objeto

Depende de Autorização Governamental:

•

Capital

Tipo de Capital:		País de Origem:	
Data de Ass. Doc. ou Realiz. da Ata:		Tipo de Empresa:	
02/07/2009		Normal	

Amarrações

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria da Fazenda

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nº Protocolo: _____

CUMPRIR A(S) SEGUINTE(S) EXIGÊNCIA(S) no prazo de 30 DIAS contados da data da ciência do despacho ou da sua publicação, SOB PENA DE SER CONSIDERADO NOVO PROCESSO E DE PAGAMENTO DO PREÇO RESPECTIVO NOVAMENTE (ART.57§ 3º Dec. 1.800/96)

Outras Exigencias a especificar e fundamentar _____

Data: ____/____/____

Assessor

**ANEXO VI – MINUTA DO SEGUNDO ADITAMENTO
À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES PROTOCOLIZADO NA JUCESP**

(Página intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Pelo presente instrumento particular:

(i) **Companhia de Concessões Rodoviárias**, sociedade por ações com sede na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”); e

(ii) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, Itaim BiBi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da 5ª emissão de debêntures da Emissora (“Debenturistas”),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente instrumento particular de segundo aditamento (“Aditamento”) à “Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias” celebrada entre as partes no dia 26 de junho de 2009, conforme aditada em 2 de julho de 2009 (“Escritura”), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com as deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de julho de 2009 (“RCA”), cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

1.2. Este Aditamento será arquivado na JUCESP.

**CLÁUSULA II
RETIFICAÇÃO**



2.1. Considerando o término do Procedimento de *Bookbuilding*, que estabeleceu a taxa de juros aplicável às Debêntures bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, as partes acordam: (i) suprimir toda menção feita à “em até duas Séries” na Escritura, de modo a adequar a redação à “em duas Séries” e (ii) alterar as cláusulas 3.1, 3.3.1, 3.3.2, 4.1, 4.4.2.2, 4.4.2.5, 5.1., 5.6 e 5.9.1 da Escritura, que passam a vigorar com a nova redação que lhes é atribuída abaixo.

“3.1. Valor Total

A presente Escritura de Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$ 598.156.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões cento e cinquenta e seis mil reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 3.8 abaixo, onde a oferta base corresponde a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescida de R\$ 98.156.000,00 (noventa e oito milhões cento e cinquenta e seis mil reais), em virtude do exercício integral da Opção de Debêntures Adicionais e parcial da Opção de Lote Suplementar da 1ª Série, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 desta Escritura.”

“3.3.1. A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (“Debêntures Adicionais”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 (“Opção de Debêntures Adicionais”) A Opção de Debêntures Adicionais foi exercida integralmente para as Debêntures da 1ª Série, e não foi exercida para as Debêntures da 2ª Série. Foi mantido preço único de R\$1.000,00 (mil reais) para a subscrição das Debêntures Adicionais.”

“3.3.2. A Emissora concedeu aos Coordenadores uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (“Debêntures do Lote Suplementar”), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 (“Opção de Lote Suplementar”). A Opção de Lote Suplementar foi exercida parcialmente, representando um aumento de aproximadamente 8,04% com relação às Debêntures da 1ª Série originalmente ofertadas, e não foi exercida para as Debêntures da 2ª Série.”

“4.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série (“Debêntures da 1ª Série”) foi definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurados no Procedimento de Bookbuilding. Serão alocadas 448.156 (quatrocentas e quarenta e oito mil cento e cinquenta e seis) Debêntures na 1ª

Série, já considerando as 70.000 (setenta mil) Debêntures Adicionais e as 28.156 (vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis) Debêntures do Lote Suplementar.”

“4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (“Remuneração da 1ª Série”) correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada a uma remuneração equivalente a 112% (cento e doze por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na fórmula do item 4.4.2.5 abaixo.”

“4.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n - Número total de Taxas DI, sendo “n” um número inteiro.

p – 112

TDI_k - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas

decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

“Período de Capitalização”: significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.”

“5.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série (“Debêntures da 2ª Série”) foi definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de Bookbuilding. Serão alocadas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures na 2ª Série”

“5.6. Remuneração da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração (“Remuneração da 2ª Série”) correspondente à taxa percentual equivalente a 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 2ª Série foi definida em Procedimento de Bookbuilding.”

5.6.2. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- $FatorJuros$ = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- $taxa$ = 7,50.;
- N = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
- DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
- DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

5.9.1. Critérios para definição do preço de Resgate Antecipado: Será escolhido o maior dos critérios entre (i) o Valor Nominal Unitário atualizado aplicável, acrescido de remuneração aplicável calculada pro rata temporis, para a data do Resgate Antecipado respectivo; ou (ii) o valor obtido mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$P.A_u = \left\{ \frac{\left(1 + \frac{t}{100} \right)^{\frac{P}{252}}}{\left(1 + \frac{C}{100} \right)} \right\} \times P.U$$

onde:

$P.A_u$ o preço de Resgate Antecipado unitário

C a média das taxas de remuneração do cupom do IPCA referenciado no swap CDIXIPCA, com vencimento equivalente ao duration do fluxo remanescente das Debêntures, a ser apurada pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, junto a, pelo menos, 3 (três) das seguintes instituições: Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Banco UBS Pactual S.A. e Banco Citibank S.A.

P o prazo remanescente, em Dias Úteis, entre a data do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

P.U. Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª série, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão até a data do Resgate Antecipado.

t 7,50.

2.2. Adicionalmente, as partes acordam alterar as cláusulas 3.4, 3.9, 3.15 e 4.6 da Escritura, que passam a vigorar com a nova redação que lhes é atribuída abaixo.

“3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.”

“3.9. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&BOVESPA”

“3.15. Destinação dos Recursos

Estimamos receber recursos líquidos provenientes da Emissão, após a dedução de comissões e despesas que estimamos serem devidas por nós no âmbito da Emissão, no montante de, aproximadamente, R\$593 milhões. O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será utilizado para: (i) o pagamento, do principal e juros, no valor aproximado de R\$341,0 milhões, referente às obrigações financeiras decorrentes da 3ª emissão de debêntures simples da Emissora em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sem garantia de preferência, de forma nominativa e escritural, emitidas em 26 de setembro de 2008 com dispensa de registro na CVM por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, no montante total de R\$300 milhões, cuja remuneração é equivalente aos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252

dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,60% ao ano e cuja destinação dos recursos se deu para capital de giro da Companhia e cujo vencimento será em 26 de setembro de 2009; e (ii) o saldo disponível após o pagamento dos valores mencionados no item (i) será utilizado para reforçar o caixa da Emissora, conforme descrito no prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos")."

"4.6. Resgate Antecipado

As Debêntures da 1ª Série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, no todo ou em parte, este último mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário nos termos do item 9.3(d) desta Escritura, a qualquer momento, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme estabelecido no item 4.4.2.12 acima, até a data do efetivo resgate ("Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série"). As Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

O Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

(i) A Emissora realizará a notificação com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 desta Escritura ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série").

(ii) O pagamento das Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados ao sistema acima mencionado.

(iii) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª Série, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas do resgate antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Caso o Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série se dê, no todo ou em parte, até o 540º (quingentésimo quadragésimo) dia contado da Data de Emissão, as Debêntures da

1ª Série serão resgatadas antecipadamente, mediante o pagamento do seu Valor Nominal, acrescido de: (i) Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada desde a última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme estabelecido no item 4.4.2.12 acima, até a data do efetivo resgate e (ii) um prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o saldo devedor, conforme fórmula abaixo e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate.

$$\frac{P \times (DU)}{252}$$

P = 0,50% (cinquenta centésimos por cento); e

DU = número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.”

CLÁUSULA III DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura da Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 23 de julho de 2009.



Página de Assinatura do Instrumento Particular de 2º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 1 de 3.

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS



Nome:

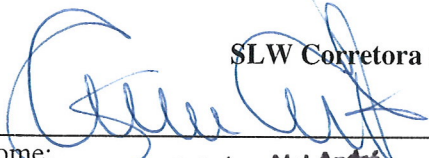
Cargo: Marcus Rodrigo de Senna
Diretor




Nome:

Cargo: ARTHUR PIOTTO FILHO
DIRETOR

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 2º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 2 de 3.



Nome: **Felipe Coimbra Aloi André**
Cargo: **Depto. Agente Fidejussório**

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.



Nome: **Pedro Sylvio Weil**
Cargo: **Sócio - SLWCVC LTDA.**

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 2º Aditamento à Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia de Concessões Rodoviárias - Página 3 de 3.




Testemunhas



Nome: ELIANA MARQUES GALLO
RG: 9288340



Nome: Edilaine F. Camargo
RG: 19.250.921.

<div style="text-align: center;"> JUNTA COMERCIAL 24 JUL, 2009 PROTOCOLO </div>		Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC Secretaria da Fazenda	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Rua Barra Funda, 930 - CEP 01152-000		 JUCESP PROTOCOLO 0.610.260/09-1	
SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO. NOME EMPRESARIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS			
ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO) Debenture Aditamento;		USO EXCLUSIVO DA JUCESP	
Controle Internet 004529762-2 			

**ANEXO VII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA
RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.007,
2.008 E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRO-FORMA DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.006 E
RESPECTIVOS PARECERES DOS AUDITORES**

(Página intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
4 - NIRE 35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5 ANDAR				2 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
3 - CEP 04551-065		4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3048-5921	8 - TELEFONE 3048-5925	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 11	12 - FAX 3048-5911	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL renato.vale@grupoccr.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
ARTHUR PIOTTO FILHO				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5 ANDAR			VILA OLÍMPIA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
04551-065	SÃO PAULO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3048-5931	3048-5921	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
11	3048-5903	3048-5911	-	
16 - E-MAIL				
arthur.piotto@grupoccr.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2008	31/12/2008
2 - Penúltimo	01/01/2007	31/12/2007
3 - Antepenúltimo	01/01/2006	31/12/2006
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	5 - CÓDIGO CVM 00418-9	
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO	7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.769.948-32	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2008	2 31/12/2007	3 31/12/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	403.101.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	403.101.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	27/03/2008	Dividendo	11/04/2008	ON	0,5000000000
02	RCA	11/08/2008	Dividendo	29/09/2008	ON	1,0000000000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
----------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	2.668.850	1.824.098	1.768.285
1.01	Ativo Circulante	1.163.094	578.267	497.383
1.01.01	Disponibilidades	775.133	551.959	413.003
1.01.01.01	Caixa e bancos	656	13.927	353
1.01.01.02	Aplicações financeiras	774.477	538.032	412.650
1.01.02	Créditos	2.929	669	38.649
1.01.02.01	Clientes	2.929	669	38.649
1.01.02.01.01	Contas a receber	82	23	573
1.01.02.01.02	Partes relacionadas	2.847	646	38.076
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	385.032	25.639	45.731
1.01.04.01	Dividendos e juros s/cap. próp. a rec.	360.329	0	0
1.01.04.02	Impostos a recuperar	22.441	24.248	44.596
1.01.04.03	Impostos diferidos	0	0	0
1.01.04.04	Pagtos antec. relacionados à concessão	0	0	0
1.01.04.05	Contas a receber com oper. de "swap"	0	0	0
1.01.04.06	Despesas antecipadas e outros	2.262	1.391	1.135
1.02	Ativo Não Circulante	1.505.756	1.245.831	1.270.902
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	49.176	33.357	2.754
1.02.01.01	Créditos Diversos	46.333	31.266	0
1.02.01.01.01	Contas a receber	0	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0	0
1.02.01.01.03	Impostos a recuperar	46.333	31.266	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.833	2.051	1.724
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	1.724	1.724	1.724
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.109	327	0
1.02.01.03	Outros	10	40	1.030
1.02.01.03.01	Impostos diferidos	0	0	0
1.02.01.03.02	Pagtos antec. relacionados à concessão	0	0	0
1.02.01.03.03	Contas a receber com oper. de "swap"	0	0	0
1.02.01.03.04	Despesas antecipadas e outros	10	40	1.030
1.02.02	Ativo Permanente	1.456.580	1.212.474	1.268.148
1.02.02.01	Investimentos	1.438.006	1.185.983	1.253.106
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.438.006	1.185.983	1.233.803
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	19.303
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
1.02.02.02	Imobilizado	1.046	1.201	1.541
1.02.02.03	Intangível	17.528	25.290	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	13.501

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	2.668.850	1.824.098	1.768.285
2.01	Passivo Circulante	520.321	63.567	15.940
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0	0
2.01.01.02	Contas a pagar de oper. de "swap"	0	0	0
2.01.02	Debêntures	352.700	42.576	6.637
2.01.03	Fornecedores	4.646	1.739	2.251
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.760	3.647	3.749
2.01.04.01	Impostos e contribuições a recolher	321	190	401
2.01.04.02	Obrigações sociais e trabalhistas	3.439	3.457	3.348
2.01.05	Dividendos a Pagar	141.085	0	1
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	0	0	0
2.01.06.02	Impostos diferidos	0	0	0
2.01.06.03	Contingências	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	18.056	11.627	136
2.01.07.01	Partes relacionadas	18.056	11.627	136
2.01.08	Outros	74	3.978	3.166
2.01.08.01	Obrigações com o poder concedente	0	0	0
2.01.08.02	Outras contas a pagar	74	3.978	3.166
2.02	Passivo Não Circulante	570.002	147.489	185.983
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	570.002	147.489	185.983
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0	0
2.02.01.01.02	Contas a pagar de operações de "swap"	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	558.470	112.165	150.000
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	0	0	0
2.02.01.03.02	Impostos e contribuições a recolher	0	0	0
2.02.01.03.03	Impostos diferidos	0	0	0
2.02.01.03.04	Contingências	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.633	12.630	1.916
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	10.633	12.630	1.916
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	899	22.694	34.067
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	0	0	0
2.02.01.06.02	Outras contas a pagar	899	22.694	34.067
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.578.527	1.613.042	1.566.362
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	571.234	571.234
2.05.02	Reservas de Capital	0	220.527	220.527

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	789.265	821.417	0
2.05.04.01	Legal	35.679	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	753.586	821.417	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.499)	(136)	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.499)	(136)	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	774.601
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	66.883	67.974	65.910
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.618)	(1.245)	(1.172)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	64.265	66.729	64.738
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(38.053)	(37.290)	(37.979)
3.04.01	Depreciação e amortização	(9)	(102)	(3.491)
3.04.02	Serviços	(16.005)	(17.253)	(15.597)
3.04.03	Custo da Outorga	0	0	0
3.04.04	Custo com pessoal	(14.154)	(14.950)	(14.010)
3.04.05	Materiais, equipamentos e veículos	(5.786)	(3.477)	(3.465)
3.04.06	Outros	(2.099)	(1.508)	(1.416)
3.05	Resultado Bruto	26.212	29.439	26.759
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	687.374	550.243	520.806
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(85.803)	(91.215)	(62.267)
3.06.03	Financeiras	15.675	10.333	25.697
3.06.03.01	Receitas Financeiras	48.956	45.836	64.214
3.06.03.01.01	Juros	39.434	45.830	53.623
3.06.03.01.02	Ganho com operação de "swap"	0	0	0
3.06.03.01.03	Variação cambial	0	0	0
3.06.03.01.04	Outras	9.522	6	10.591
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(33.281)	(35.503)	(38.517)
3.06.03.02.01	Juros	(27.577)	(18.161)	(22.953)
3.06.03.02.02	Variação monetária	0	0	(11)
3.06.03.02.03	Variação cambial	0	0	0
3.06.03.02.04	Perda com operação de "swap"	0	0	0
3.06.03.02.05	Outras	(5.704)	(17.342)	(15.553)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(7.693)	(4.035)	(3.264)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	765.195	635.160	560.640
3.07	Resultado Operacional	713.586	579.682	547.565
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	(35)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(35)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	713.586	579.682	547.530
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	(262)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	713.586	579.682	547.268

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,77024	1,43805	1,35764
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(47.920)	7.982	(41.148)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(16.403)	(29.380)	(10.991)
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	713.586	579.682	547.268
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib. social difer	0	0	0
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	0	0	0
4.01.01.04	Depreciação e amortização	467	4.131	3.491
4.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	2	11	0
4.01.01.06	Amortização do ágio	7.711	4.030	3.264
4.01.01.07	Variação cambial s/emprést. e financ.	0	0	0
4.01.01.08	Variação monet. obrig. com poder conced.	0	0	0
4.01.01.09	Juros e VM s/debêntures, empr. e financ.	27.026	18.073	22.953
4.01.01.10	Resultado da operação de hedge	0	0	0
4.01.01.11	Constit. e juros sobre conting. fiscais	0	0	0
4.01.01.12	Provisão para devedores duvidosos	0	0	0
4.01.01.13	Juros s/ impostos parcelados	0	0	0
4.01.01.14	Participação dos minoritários	0	0	0
4.01.01.15	Equivalência patrimonial	(765.195)	(635.307)	(560.640)
4.01.01.16	Reversão provisão IR e CS	0	0	0
4.01.01.17	Provisão para perdas com investimentos	0	0	35
4.01.01.18	Juros s/ mútuos c/ partes relacionadas	0	0	(27.362)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(31.517)	37.362	(30.157)
4.01.02.01	Contas a receber	(59)	50	163
4.01.02.02	Partes relacionadas	(2.983)	37.103	(2.947)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(9.387)	(10.918)	(13.171)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	0	0	0
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(841)	96	688
4.01.02.06	Fornecedores	2.907	(512)	(51)
4.01.02.07	Partes relacionadas	4.432	22.046	(675)
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	(18)	109	531
4.01.02.09	Imp. e contr. a recolher, IR e CS	131	(211)	2
4.01.02.10	Contingências	0	0	0
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	0	0	0
4.01.02.12	Outras contas a pagar	(25.699)	(10.401)	(14.697)
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(307.400)	(824)	(33.823)
4.02.01	Aquisição de investimentos	(307.137)	(506)	(18.007)
4.02.02	Aquis. de ativo imob. e intangível	(263)	(318)	(325)
4.02.03	Adiantamento para aquisição de imob.	0	0	0
4.02.04	Constituição de ativo diferido	0	0	(495)
4.02.05	Ágio em controlada	0	0	(14.996)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	578.494	131.798	327.795

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
4.03.01	Resgates/aplicações - conta reserva	0	0	0
4.03.02	Liquidação da operação de hedge	0	0	0
4.03.03	Empr., financ. e debêntures - Captações	781.423	0	0
4.03.04	Empr., financ. e debêntures - Pagamentos	(52.571)	(19.346)	(25.576)
4.03.05	Empr., financ.deb. - Aprop. custo trans.	551	355	0
4.03.06	Dividendos - Pagos	(604.653)	(532.093)	(354.728)
4.03.07	Dividendos - Recebidos	453.744	682.882	422.443
4.03.08	Juros capital próprio pago ex-acionistas	0	0	0
4.03.09	Mútuo com partes relacionadas	0	0	285.656
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	223.174	138.956	252.824
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	551.959	413.003	160.179
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	775.133	551.959	413.003

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	821.417	0	(136)	1.613.042
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	571.234	220.527	0	821.417	0	(136)	1.613.042
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	713.586	0	713.586
5.05	Destinações	0	0	0	(32.152)	(713.586)	0	(745.738)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(201.551)	(544.187)	0	(745.738)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	169.399	(169.399)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(2.363)	(2.363)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(2.363)	(2.363)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	220.527	(220.527)	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	774.601	0	1.566.362
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(773)	2	(771)
5.03	Saldo Ajustado	571.234	220.527	0	0	773.828	2	1.565.591
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	579.682	(138)	579.544
5.05	Destinações	0	0	0	0	821.417	0	(532.093)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(532.093)	0	(532.093)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	821.417	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	821.417	(136)	1.613.042

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	582.062	0	1.373.823
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	571.234	220.527	0	0	582.062	0	1.373.823
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	547.268	0	547.268
5.05	Destinações	0	0	0	0	(354.729)	0	(354.729)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(354.729)	0	(354.729)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	774.601	0	1.566.362

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	66.883	67.974	0
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	66.883	67.974	0
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Crédts. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(70.799)	(63.245)	0
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(23.731)	(23.023)	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(47.068)	(40.222)	0
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	(3.916)	4.729	0
6.04	Retenções	(8.178)	(8.161)	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(8.178)	(8.161)	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	(12.094)	(3.432)	0
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	814.151	680.996	0
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	765.195	635.160	0
6.06.02	Receitas Financeiras	48.956	45.836	0
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	802.057	677.564	0
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	802.057	677.564	0
6.08.01	Pessoal	45.386	54.254	0
6.08.01.01	Remuneração Direta	37.786	47.554	0
6.08.01.02	Benefícios	5.392	4.772	0
6.08.01.03	F.G.T.S.	1.626	1.630	0
6.08.01.04	Outros	582	298	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.782	13.814	0
6.08.02.01	Federais	8.284	13.172	0
6.08.02.02	Estaduais	0	0	0
6.08.02.03	Municipais	498	642	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.303	29.814	0
6.08.03.01	Juros	32.562	28.313	0
6.08.03.02	Aluguéis	1.741	1.501	0
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	713.586	579.682	0
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	544.187	330.543	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	169.399	249.139	0
6.08.05	Outros	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	6.270.575	4.215.941	3.798.388
1.01	Ativo Circulante	1.371.529	1.012.734	895.676
1.01.01	Disponibilidades	1.037.871	780.377	602.851
1.01.01.01	Caixa e bancos	40.015	76.587	37.127
1.01.01.02	Aplicações financeiras	997.856	703.790	565.724
1.01.02	Créditos	180.355	145.902	194.113
1.01.02.01	Clientes	178.584	145.902	169.866
1.01.02.01.01	Contas a receber	103.912	83.110	109.617
1.01.02.01.02	Partes relacionadas	74.672	62.792	60.249
1.01.02.02	Créditos Diversos	1.771	0	24.247
1.01.02.02.01	Conta reserva	1.771	0	24.247
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	153.303	86.455	98.712
1.01.04.01	Dividendos e juros s/cap. próp. a rec.	0	0	0
1.01.04.02	Impostos a recuperar	46.328	33.742	53.571
1.01.04.03	Impostos diferidos	19.756	19.176	5.458
1.01.04.04	Pagtos antec. relacionados à concessão	34.360	9.201	13.067
1.01.04.05	Contas a receber com oper. de "swap"	18.262	0	0
1.01.04.06	Despesas antecipadas e outros	34.597	24.336	26.616
1.02	Ativo Não Circulante	4.899.046	3.203.207	2.902.712
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.157.081	301.641	224.350
1.02.01.01	Créditos Diversos	46.990	31.266	30.469
1.02.01.01.01	Contas a receber	0	0	30.469
1.02.01.01.02	Conta reserva	657	0	0
1.02.01.01.03	Impostos a recuperar	46.333	31.266	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.109	327	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.109	327	0
1.02.01.03	Outros	1.108.982	270.048	193.881
1.02.01.03.01	Impostos diferidos	23.812	25.508	28.849
1.02.01.03.02	Pagtos antec. relacionados à concessão	1.043.340	235.705	134.224
1.02.01.03.03	Contas a receber com oper. de "swap"	33.598	897	0
1.02.01.03.04	Despesas antecipadas e outros	8.232	7.938	30.808
1.02.02	Ativo Permanente	3.741.965	2.901.566	2.678.362
1.02.02.01	Investimentos	63.927	47.990	19.303
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	63.927	47.990	19.303
1.02.02.02	Imobilizado	3.160.201	2.587.528	2.412.257
1.02.02.03	Intangível	431.555	254.853	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
1.02.02.04	Diferido	86.282	11.195	246.802

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	6.270.575	4.215.941	3.798.388
2.01	Passivo Circulante	2.303.195	615.337	527.999
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.144.843	124.833	162.060
2.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	1.144.078	121.695	151.014
2.01.01.02	Contas a pagar de oper. de "swap"	765	3.138	11.046
2.01.02	Debêntures	617.755	205.602	111.568
2.01.03	Fornecedores	159.625	113.760	98.217
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	106.682	80.292	69.884
2.01.04.01	Impostos e contribuições a recolher	63.280	51.141	47.512
2.01.04.02	Obrigações sociais e trabalhistas	43.402	29.151	22.372
2.01.05	Dividendos a Pagar	143.506	30	4.925
2.01.06	Provisões	27.423	16.068	12.210
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	18.197	12.143	8.355
2.01.06.02	Impostos diferidos	6.730	1.641	1.401
2.01.06.03	Contingências	2.496	2.284	2.454
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	56.204	36.915	39.681
2.01.07.01	Partes relacionadas	56.204	36.915	39.681
2.01.08	Outros	47.157	37.837	29.454
2.01.08.01	Obrigações com o poder concedente	8.568	3.675	3.374
2.01.08.02	Outras contas a pagar	38.589	34.162	26.080
2.02	Passivo Não Circulante	2.363.773	1.968.203	1.690.988
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.363.773	1.968.203	1.690.988
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	340.314	268.562	629.049
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	340.314	268.562	629.049
2.02.01.01.02	Contas a pagar de operações de "swap"	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.619.946	1.389.162	864.104
2.02.01.03	Provisões	378.874	264.892	123.372
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	308.456	213.616	70.784
2.02.01.03.02	Impostos e contribuições a recolher	31.371	44.344	51.738
2.02.01.03.03	Impostos diferidos	32.049	2.497	0
2.02.01.03.04	Contingências	6.998	4.435	850
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.633	12.630	1.916
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	10.633	12.630	1.916
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	14.006	32.957	72.547
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	10.254	7.005	31.438
2.02.01.06.02	Outras contas a pagar	3.752	25.952	41.109
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	25.080	19.359	13.039
2.05	Patrimônio Líquido	1.578.527	1.613.042	1.566.362
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	571.234	571.234

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.02	Reservas de Capital	0	220.527	220.527
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	789.265	821.417	0
2.05.04.01	Legal	35.679	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	753.586	821.417	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.499)	(136)	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.499)	(136)	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	774.601
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.951.577	2.538.241	2.317.891
3.02	Deduções da Receita Bruta	(217.363)	(185.225)	(172.919)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.734.214	2.353.016	2.144.972
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.058.438)	(950.602)	(1.069.191)
3.04.01	Depreciação e amortização	(313.432)	(293.080)	(311.646)
3.04.02	Serviços	(278.617)	(275.650)	(301.179)
3.04.03	Custo da outorga	(202.983)	(171.408)	(253.762)
3.04.04	Custo com pessoal	(145.814)	(97.806)	(92.498)
3.04.05	Materiais, equipamentos e veículos	(38.652)	(25.037)	(27.064)
3.04.06	Outros	(78.940)	(87.621)	(83.042)
3.05	Resultado Bruto	1.675.776	1.402.414	1.075.781
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(560.872)	(513.062)	(413.683)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(279.252)	(265.746)	(197.086)
3.06.03	Financeiras	(252.998)	(225.030)	(193.591)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	187.954	108.107	97.881
3.06.03.01.01	Juros	79.066	79.692	62.248
3.06.03.01.02	Ganho com operação de "swap"	73.696	14.123	11.965
3.06.03.01.03	Variação cambial	22.837	14.137	7.828
3.06.03.01.04	Outras	12.355	155	15.840
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(440.952)	(333.137)	(291.472)
3.06.03.02.01	Juros	(229.481)	(193.655)	(159.225)
3.06.03.02.02	Variação monetária	(79.876)	(53.019)	(38.367)
3.06.03.02.03	Variação cambial	(75.681)	0	0
3.06.03.02.04	Perda com operação de "swap"	(30.811)	(23.795)	(33.182)
3.06.03.02.05	Outras	(25.103)	(62.668)	(60.698)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(28.622)	(22.286)	(23.006)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.114.904	889.352	662.098
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	(307)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(307)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.114.904	889.352	661.791
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(374.318)	(308.893)	(115.796)
3.11	IR Diferido	(17.810)	7.309	5.866
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(9.190)	(8.086)	(4.593)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	713.586	579.682	547.268
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,77024	1,43805	1,35764
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	694.817	1.273.393	1.081.676
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.462.196	1.168.970	996.953
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	713.586	579.682	547.268
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib.social difer.	17.810	(7.325)	(5.864)
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	10.121	8.024	13.067
4.01.01.04	Depreciação e amortização	323.037	301.921	334.218
4.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	15.328	14.708	11.065
4.01.01.06	Amortização do ágio	30.792	17.910	3.264
4.01.01.07	Variação cambial s/emprést.e financ.	50.869	(14.119)	(7.842)
4.01.01.08	Variação monet.obrig. com poder conced.	165	(44)	676
4.01.01.09	Juros e VM s/debêntures, empr. e financ.	320.558	245.656	196.033
4.01.01.10	Resultado de operação de hedge	(42.884)	9.645	15.664
4.01.01.11	Const.it.e juros sobre conting. fiscais	4.136	2.607	0
4.01.01.12	Provisão para devedores duvidosos	7.534	0	0
4.01.01.13	Juros s/impostos parcelados	3.002	3.985	4.353
4.01.01.14	Participação dos minoritários	8.142	6.320	(3.368)
4.01.01.15	Equivalência patrimonial	0	0	0
4.01.01.16	Reversão provisão IR e CS	0	0	(112.312)
4.01.01.17	Provisão para perda com investimentos	0	0	731
4.01.01.18	Juros s/ mútuos c/ partes relacionadas	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(767.379)	104.423	84.723
4.01.02.01	Contas a receber	(28.336)	26.007	(5.831)
4.01.02.02	Partes relacionadas	(12.662)	(2.870)	(4.053)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(27.653)	(11.437)	(9.755)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	(842.915)	(97.615)	(13.067)
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(10.555)	40.571	36.903
4.01.02.06	Fornecedores	45.865	15.543	11.282
4.01.02.07	Partes relacionadas	8.755	18.771	847
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	14.251	6.779	2.427
4.01.02.09	Imp.e contr. a recolher, IR e CS	97.058	136.397	54.398
4.01.02.10	Contingências	(1.361)	3.281	1.582
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	7.977	0	0
4.01.02.12	Outras contas a pagar	(17.803)	(31.004)	9.990
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.150.919)	(568.863)	(483.951)
4.02.01	Aquisição de investimentos	(93)	(48.128)	(31)
4.02.02	Aquis.de ativo imob. e intangível	(1.048.182)	(517.585)	(458.914)
4.02.03	Adiantamento para aquisição de imob.	(61.801)	0	0
4.02.04	Constituição de ativo diferido	(40.843)	(3.150)	(10.010)
4.02.05	Ágio em controlada	0	0	(14.996)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	713.596	(527.004)	(332.416)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
4.03.01	Resgates/aplicações - conta reserva	(2.428)	24.247	(13.253)
4.03.02	Liquidação da operação de hedge	(11.097)	(18.450)	(48.662)
4.03.03	Empr.,financ. e debêntures - Captações	2.602.984	836.646	1.165.901
4.03.04	Empr.,financ. e debêntures - Pagamentos	(1.274.953)	(835.021)	(1.081.613)
4.03.05	Empr.,financ.deb.- Aprop. custo trans.	3.743	2.562	0
4.03.06	Dividendos - Pagos	(604.653)	(532.093)	(354.789)
4.03.07	Dividendos - Recebidos	0	0	0
4.03.08	Juros capital próprio pago ex-acionistas	0	(4.895)	0
4.03.09	Mútuo com partes relacionadas	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	257.494	177.526	265.309
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	780.377	602.851	337.542
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.037.871	780.377	602.851

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	821.417	0	1.613.042
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	571.234	220.527	0	0	821.417	0	1.613.042
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	(32.152)	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(201.551)	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	169.399	(169.399)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(2.363)	(2.363)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(2.363)	(2.363)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	220.527	(220.527)	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	0	789.265	(2.499)	1.578.527

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	774.601	0	1.566.362
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(773)	2	(771)
5.03	Saldo Ajustado	571.234	220.527	0	0	773.828	2	1.565.591
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	579.682	(138)	579.544
5.05	Destinações	0	0	0	0	(1.353.510)	0	(532.093)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(532.093)	0	(532.093)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	(821.417)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	821.417	(136)	1.613.042

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	582.062	0	1.373.823
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	571.234	220.527	0	0	582.062	0	1.373.823
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	547.268	0	547.268
5.05	Destinações	0	0	0	0	(354.729)	0	(354.729)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(354.729)	0	(354.729)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	774.601	0	1.566.362

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	2.951.577	2.538.241	0
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	2.951.577	2.538.241	0
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créd. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(558.988)	(516.773)	0
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(308.787)	(305.171)	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(250.201)	(211.602)	0
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	2.392.589	2.021.468	0
6.04	Retenções	(353.829)	(319.831)	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(353.829)	(319.831)	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.038.760	1.701.637	0
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	187.954	108.107	0
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	187.954	108.107	0
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.226.714	1.809.744	0
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.226.714	1.809.744	0
6.08.01	Pessoal	221.321	199.955	0
6.08.01.01	Remuneração Direta	172.738	159.161	0
6.08.01.02	Benefícios	35.129	29.341	0
6.08.01.03	F.G.T.S.	9.452	8.145	0
6.08.01.04	Outros	4.002	3.308	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	638.206	536.940	0
6.08.02.01	Federais	539.619	452.685	0
6.08.02.02	Estaduais	356	318	0
6.08.02.03	Municipais	98.231	83.937	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	644.411	485.081	0
6.08.03.01	Juros	437.513	301.525	0
6.08.03.02	Aluguéis	3.915	4.124	0
6.08.03.03	Outras	202.983	179.432	0
6.08.03.03.01	Outorga da concessão	202.983	179.432	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	722.776	587.768	0
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	544.187	330.543	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	169.399	249.139	0
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	9.190	8.086	0
6.08.05	Outros	0	0	0

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo – SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Concessões Rodoviárias e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessões Rodoviárias e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa 3.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior estão sendo apresentadas, para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o ano de 2008, conforme previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

São Paulo, 4 de março de 2009.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.S^{as}. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

2. Apresentação

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding cujo objetivo é a exploração no Brasil e no exterior, direta ou indiretamente e por meio de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias.

A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar os esforços dos mesmos em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

A CCR detém 100% do capital social da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAN), da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos) e da Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (ViaOeste) e 85,92% do capital social da RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte). Tem ainda 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), 40% da Renovias Concessionária S.A. (Renovias), 10% da Northwest Parkway LLC, em Denver no Colorado, e a mais recente delas, 95% da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel).

Além disso, a CCR detém 99,90% do capital social das seguintes empresas prestadoras de serviços para o grupo: Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda. e Engelog Centro de Engenharia Ltda.; 99,00 % da CPCI (Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura) e CPCSP (Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos); 85,92% do capital social da Parques Serviços Ltda. e 38,25% do capital social da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) de governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias já existentes. É também parte integrante de sua estratégia a exploração de atividades relacionadas à atividade principal, além de buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metroviárias e urbanas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3. Mercado

A partir de 1994, os governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessão, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriundo de empréstimos de longo prazo, concedidos pelo sistema financeiro nacional e estrangeiro, juntamente com investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias, dos governos Federal e Estaduais continuam a indicar a continuidade de novas oportunidades de crescimento para a empresa por meio de novas licitações de rodovias no mesmo conceito das atuais concessões.

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional a regulamentação das PPP – Parcerias Público Privada, que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

O Brasil conta atualmente com 1,6 milhão de km de rodovias sendo que desses, 165 mil km são pavimentados, e, conforme mencionado no Relatório Anual ABCR 2007, aproximadamente 12,6 mil km são atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

Em março de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou o trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, concessão onerosa, interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo - SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. A CCR foi a licitante que apresentou o menor valor de tarifa básica de pedágio ofertada e passou a explorar esse trecho a partir de junho 2008.

Em outubro de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.763 km. O leilão foi promovido pela ARTESP (Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Destaques

Em R\$ mil	2008	2007
Receita Bruta	2.951.577	2.538.241
Receita de Pedágio	2.832.121	2.442.710
Outras Receitas	119.456	95.531
(-) Deduções da Receita Bruta	217.363	185.225
Receita Líquida	2.734.214	2.353.016
(-) Custos Totais	1.366.312	1.238.634
EBIT	1.367.902	1.114.382
Margem EBIT	50.0%	47.3%
(+) Depreciação/amortização	353.829	319.831
(+) Despesas Antecipadas	10.121	8.024
EBITDA	1.731.852	1.442.237
Margem EBITDA	63.3%	61.3%
(-) Resultado Financeiro Líquido	252.998	225.030
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	392.128	301.584
Participação dos Minoritários	9.190	8.086
Lucro Líquido	713.586	579.682
Dívida Bruta	3.722.093	1.985.021
Investimentos	796.046	511.931
Veículos equivalentes (em milhares)	598.340	551.929

A Companhia optou por elaborar a partir 1º de janeiro de 2007 as demonstrações financeiras com alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 e com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº. 449/08 considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, conseqüentemente, rerepresentando as demonstrações financeiras de 2007.

Os ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08 estão detalhados mais adiante na Nota Explicativa nº. 3.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Operacional Consolidada

A receita de pedágio em 2008 representou 96,0% do total da receita. O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego, - que, medido em termos de veículos equivalentes, teve aumento de 8,4% - e ao aumento da tarifa média de 6,8%.

Em 2008, as receitas acessórias apresentaram um crescimento de 17,0%.

Custos Totais

Os Custos Totais (Custo dos Serviços Prestados somados às Despesas Administrativas) atingiram R\$ 1.366.312 mil no ano de 2008, apresentaram um aumento de 10,3% em relação a 2007. Os principais motivos dessas variações são apresentados a seguir:

As despesas de Depreciação e Amortização somaram R\$ 353.816 mil no ano de 2008. O aumento de 10,9% refere-se à transferência de ativo em andamento para ativo definitivo e consequentemente início da depreciação.

O Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu 202.983 mil. O aumento de 13,1% deveu-se a parcela variável da outorga que é resultado do crescimento da receita bruta e à parcela fixa que foi reajustada em julho/08 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias.

O Custo de Serviços de Terceiros, atingiu R\$ 364.942 mil no ano de 2008. O aumento de 10,1% deveu-se principalmente à maior conservação de rotina na AutoBAn, NovaDutra e ViaOeste, aos gastos com desenvolvimento de novos negócios e ao fee pago pela aquisição da concessionária Renovias.

O Custo com Pessoal atingiu R\$ 251.477 mil no ano de 2008, registrando aumento de 6,3%. Esse aumento deveu-se principalmente ao dissídio de 4% ocorrido em março/08, ao aumento do quadro de funcionários e ao maior valor provisionado referente à Participação nos Resultados.

Os Outros Custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens e meios eletrônicos de pagamentos) atingiram R\$ 193.094 mil no ano de 2008. O aumento de 11,9% deveu-se principalmente aos materiais para manutenção e conservação que antes eram contabilizados no item de "Serviços de Terceiros" e Lei Rouanet.

Resultado financeiro

No ano de 2008, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 252.998 mil, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 225.030 mil em 2007. Esse aumento resultou principalmente da maior apropriação de juros e variação monetária da AutoBAn e ViaOeste, e ao juros sobre o empréstimo de curto prazo do RodoAnel.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Lucro Líquido

Em 2008, o Lucro Líquido foi de R\$ 713.586 mil, apresentando 23,1% de aumento em relação a 2007. Esse aumento resultou da melhor performance operacional.

Dívida

Em 2008, a dívida bruta da CCR cresceu 89,4% em relação ao ano de 2007. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representava, em 2008, 90,1%, e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representava 53,0%, comparado a 91,5% e 83,5%, respectivamente, no ano de 2007. O crescimento da dívida deveu-se principalmente às emissões de notas promissórias do RodoAnel no valor de R\$ 650.000 mil em maio/08, debêntures da CCR no valor de R\$ 300.000 mil em setembro/08 e R\$ 500.000 mil em dezembro/08.

De acordo com as melhores práticas de finanças na indústria de infraestrutura e visando maximizar o retorno de nossos acionistas, a Companhia usualmente estrutura financiamentos de longo prazo na modalidade de project finance com a participação de organismos multilaterais para os novos negócios. Para permitir essa estruturação, que exige um determinado período, é necessário a adoção de instrumentos de curto prazo para o financiamento inicial, sendo posteriormente substituídos por project finance, que, entre outras características, possui endividamento de longo prazo e compatível com os retornos esperados.

Desta forma, à semelhança do que ocorreu na aquisição dos atuais projetos administrados pela Companhia, é natural que a liquidez corrente consolidada apresente variações a cada novo projeto conquistado. Dado que o RodoAnel está no seu estágio inicial de operação, a emissão de notas promissórias de curto prazo para fazer frente aos compromissos de investimento e outorga reduz temporariamente a liquidez corrente consolidada. Conforme já previsto no Plano de Negócios da Companhia, a Administração está concluindo esse *project finance*, com o alongamento do endividamento de curto prazo e a consequente melhora do indicador de liquidez corrente consolidada.

Investimentos

No acumulado do ano de 2008 foram investidos 55,5% a mais do que no ano de 2007, conforme previsto nos cronogramas de investimentos das concessionárias. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAn, NovaDutra, RodoAnel, RodoNorte e ViaQuatro, representando respectivamente 36,0%, 19,8%, 11,8%, 11,1% e 8,7% do total investido. A AutoBAn investiu principalmente nas obras do Complexo Anhanguera, na construção das marginais do km 92 ao km 98 e na remodelação do km 103,5 na SP330. A NovaDutra, além de recuperação geral do pavimento, investiu nas marginais do km 169 ao 172,9 Sul (RJ). O investimento da Concessionária RodoAnel foi concentrado na construção das 13 praças de pedágio e aquisição de sistema de arrecadação. A RodoNorte investiu principalmente na recuperação do pavimento, sinalização e melhorias na BR376. A ViaQuatro continua em fase pré-operacional, realizando o adiantamento para pagamento da ordem de serviço dos fornecedores de sistemas e material rodante.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dividendos

A Administração da CCR propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2008 de R\$ 0,35 por ação, totalizando R\$ 141.085 mil, montante a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Essa distribuição complementar de dividendos será feita em dois momentos ao longo de 2009, sendo R\$ 0,25 até 60 dias após a aprovação da AGO e R\$ 0,10 até o final de 2009. Considerando-se a antecipação de dividendos pagos em 30/09/2008 de R\$ 1,00 por ação, teremos como resultando um “pay-out” de 76,3%, referente ao exercício fiscal de 2008.

5. Destaques do ano de 2008

No dia 29 de janeiro de 2008, a CCR anunciou um Compromisso de Compra e Venda, irrevogável e irretratável, para aquisição de 40% do capital social da Renovias Concessionária S/A.

No dia 11 de março de 2008, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Consórcio Integração Oeste, onde a CCR detém uma participação de 95%, obteve a melhor classificação dentre as propostas de menor tarifa de pedágio apresentadas no processo licitatório da Concessão Onerosa do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste, Interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo (SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116).

No dia 11 de abril de 2008, a CCR complementou a distribuição de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2007, no valor de R\$ 0,50 por ação, totalizando R\$ 201.550 mil.

No dia 7 de maio de 2008, o Consórcio Integração Oeste foi declarado vencedor da Concorrência Pública Internacional nº. 001/2008, destinada à exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste.

No dia 1º de junho de 2008, a Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., onde a CCR detém uma participação de 95%, iniciou o Contrato de Concessão para a exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste.

No dia 3 de junho de 2008, a CCR finalizou as etapas previstas no Acordo de Investimento celebrado em 29 de janeiro de 2008, e passou a deter 40% das ações ordinárias e preferenciais da Renovias Concessionária S/A.

No dia 30 de setembro de 2008, a CCR iniciou a distribuição da antecipação de dividendos referente ao exercício fiscal de 2008, no montante de R\$ 403.101 mil, equivalente a R\$1,00 por ação.

No dia 31 de outubro de 2008, a CCR realizou o 4º CCR Day.

No dia 17 de dezembro de 2008, a Concessionária Rodoanel Oeste S.A. iniciou a operação de todas as 13 praças de pedágio.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Responsabilidade Corporativa

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua é um dos grandes objetivos da CCR, e não é somente por meio da administração de suas rodovias que o Grupo CCR realiza tal objetivo. É também por meio de ações de Responsabilidade Corporativa, com investimentos significativos, baseados sempre no crescimento qualificado e na disciplina de capital, que beneficiam milhares de usuários e moradores das cidades cortadas pelas suas rodovias.

Em 2008, esse cenário não foi diferente. A CCR investiu mais de R\$ 7 milhões em projetos culturais, por meio de seu programa cultural, CCR Cultura nas Estradas; sociais, como o projeto Estrada para a Saúde; esportivos e ambientais.

Conheça abaixo os principais projetos patrocinados pelo Grupo CCR.

CCR Cultura nas Estradas

O programa cultural CCR Cultura nas Estradas tem o objetivo de apoiar a produção e distribuição de bens culturais para um público que nem sempre tem acesso a manifestações artísticas de qualidade, por meio do patrocínio de projetos itinerantes e regionais.

Os dois carros-chefe do CCR Cultura nas Estradas são o Cine Tela Brasil e o Circo Roda Brasil. Ambos atualmente viajam pelas rodovias do Grupo CCR, oferecendo cultura, lazer e entretenimento às comunidades lindeiras.

O Cine Tela Brasil é a primeira sala de cinema itinerante do País. Iniciativa dos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi, o projeto é apoiado pela CCR desde 2004 e em cinco anos beneficiou mais de 462 mil pessoas residentes nas cidades próximas às rodovias administradas pelas concessionárias da CCR.

Em 2008, o Cine Tela ganhou mais uma tenda e consolidou a realização de oficinas de vídeo para jovens de baixa renda com a chegada de um novo parceiro, a Fundação Telefônica.

O Circo Roda Brasil também teve um grande ano. Em 2008, o grupo circense estreou o espetáculo Oceano, que viajou pelas cidades de São Paulo, Jundiaí e Sorocaba. Reconhecido por seu sucesso de público e crítica, esse projeto nasceu em 2006, quando o Grupo CCR decidiu investir na modernização da arte circense do Brasil, por meio do patrocínio à iniciativa dos grupos Parlapatões e Pia Fraus.

Entre as grandes conquistas do ano, também podemos citar a estréia do filme Chega de Saudade que teve apoio do Grupo CCR e conquistou importante premiação no 14º Festival Internacional de Genebra.

Durante o ano de 2008, o Grupo CCR também patrocinou mais de 16 projetos culturais regionais, como o Festival Vale do Café, o Revelando São Paulo – Vale do Paraíba e o Sempre Bossa Nova, levando entretenimento de qualidade a mais de 1 milhão de pessoas de 43 cidades.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Responsabilidade Social e Ambiental

O Grupo CCR também manteve seu compromisso e continuou desenvolvendo uma série de projetos sociais e ambientais que beneficiaram usuários e comunidades lindeiras. Veja, a seguir, algumas dessas ações:

Estrada para a Saúde

Atenta às dificuldades do caminhoneiro em cuidar de sua saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como sono e automedicação, as concessionárias AutoBAn, NovaDutra, ViaOeste, RodoAnel e RodoNorte, com atuação nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, realizam o programa Estrada para a Saúde.

O objetivo do programa é, além de oferecer atendimento médico gratuito, estreitar o relacionamento com o público caminhoneiro, conhecê-lo e ter uma relação de confiança e parceria. Com o atendimento frequente, os especialistas das concessionárias tentam acompanhar de perto os riscos para os caminhoneiros que passam horas ao volante e têm dificuldades de cuidar da saúde. Disseminar informações sobre os cuidados que devem ter com alimentação e comportamento são também objetivos dessa iniciativa.

Com modernos equipamentos, as equipes médicas das empresas oferecem acompanhamento contínuo aos caminhoneiros, oferecendo gratuitamente exames médicos, tratamento odontológico e serviços, além de orientações para melhorar sua qualidade de vida e bem-estar. Essa aproximação com o público caminhoneiro permite mapear os principais riscos à saúde, estudar seu estilo de vida e o dia-a-dia nos aspectos socioeconômicos, culturais de saúde e bem-estar. Dessa forma, as concessionárias trabalham fortemente na prevenção das doenças mais comuns, fornecendo informações, orientando e conscientizando esse público sobre alguns cuidados importantes que deve ter com saúde, alimentação e comportamento.

Os caminhoneiros que voltam para um novo atendimento médico no Estrada para a Saúde contam que, com o serviço gratuito e à disposição na própria rodovia (ou seja, em seu local de trabalho), passaram a ter mais disposição no trabalho e obtiveram significativos ganhos em qualidade de vida. Além disso, o caminhoneiro que participa do projeto passa a tomar menos remédios e viver com mais qualidade, o que permite uma expressiva melhora em seu desempenho e, consequentemente, a redução do índice de acidentes nas estradas. Esse é o principal resultado esperado pelo projeto, mais saúde e qualidade de vida para os caminhoneiros que utilizam as rodovias do Grupo CCR. Desde o início do programa, mais de 60 mil atendimentos foram concedidos nos pontos fixos e móveis do programa.

Trailer Odontológico – Criado pela NovaDutra em 2008, o projeto oferece atendimento odontológico gratuito aos caminhoneiros e reforça a importância das práticas de higiene bucal com o objetivo de reduzir os níveis atuais de cáries e doenças periodontais, assim como ampliar o acesso desses profissionais ao tratamento. A unidade de atendimento do Trailer Odontológico está estacionada no pátio do Posto Arco-Íris, em Roseira (SP), localizado na Rodovia Presidente Dutra km 81,9 – pista sentido SP-RJ e realizou 1.108 atendimentos em 2008.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estrada para a Cidadania – O programa dissemina informações sobre segurança de trânsito e cidadania entre os alunos de 3ª e 4ª séries da rede pública de ensino fundamental nas cidades lindeiras. Realizado pelas concessionárias AutoBAN, NovaDutra e ViaOeste, o Estrada para a Cidadania envolve educadores e crianças na faixa etária entre 8 e 11 anos. Em 2008, o programa foi aplicado em 64 cidades e em 1.324 escolas, beneficiando diretamente 170 mil alunos e 5 mil educadores. Desde a criação do projeto, em 2002, mais de 710 mil crianças tiveram a oportunidade de aprender noções sobre segurança no trânsito, transformando-se em agentes disseminadores de conhecimento e valores sobre a preservação da vida.

Em 2008, a NovaDutra lançou, em parceria com o Denatran, o site Viva o Trânsito (www.vivaotransito.com.br), com o objetivo de multiplicar o acesso ao conteúdo do programa Estrada para a Cidadania.

Campanha “Eu Uso a Passarela” – Em 2008, mais de 2,5 mil estudantes de instituições públicas de ensino fundamental do município de Ponta Grossa foram beneficiadas pelo programa, cujo objetivo é formar cidadãos conscientes para a importância da obediência às normas de segurança no trânsito. Criada há seis anos, a Campanha “Eu Uso a Passarela” é realizada em três etapas. Na primeira, a concessionária promove a distribuição de material informativo e incentiva a utilização das passarelas. Na segunda, os estudantes participam de palestras educativas realizadas em forma de teatro e também com a presença de um policial no ambiente escolar. A terceira e última etapa é finalizada com as crianças se manifestam sobre o assunto por meio de frases e desenhos.

Programa Parto Humanizado – Realizado pela concessionária RodoNorte, o programa visa auxiliar os municípios na luta pela redução da mortalidade infantil. Para isso, a empresa motiva as gestantes para a realização do pré-natal, presenteando com um enxoval as mães que comprovam a realização de, no mínimo, seis consultas na rede pública de saúde, nas cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Piraí do Sul, Ortigueira e Imbaú. Desde 2003 o programa Parto Humanizado beneficiou mais de 25 mil gestantes. O programa, reconhecido e aprovado no Paraná, contribuiu com a redução de 50% no índice de mortalidade infantil em vários municípios do Estado do Paraná, como Piraí do Sul, na região dos Campos Gerais.

Gincana da Qualidade – Além dos projetos sociais voltados à saúde do caminhoneiro e da gestante, a RodoNorte realiza anualmente o programa Gincana da Qualidade, evento que incentiva os colaboradores e parceiros da concessionária para a arrecadação de alimentos e brinquedos. Em 2008, mais de 1,3 mil pessoas foram envolvidas pelo trabalho de sensibilização desenvolvido pela RodoNorte e mais de 40 toneladas de alimentos foram doadas para a coordenação da Campanha do Natal Sem Fome, em Ponta Grossa.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Campanha “De Volta Pra Casa” – Os recibos de pedágio emitidos pelas praças de pedágio administradas pela RodoNorte continuam sendo utilizados com o objetivo de ajudar a encontrar crianças e adolescentes desaparecidos no Estado. São emitidos mensalmente cerca de 1,5 milhão de recibos com as fotografias de crianças desaparecidas, impressas no verso, atingindo usuários das mais diversas origens e destinos do país. A iniciativa faz parte da campanha “De Volta Pra Casa”, realizada em parceria com o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Estado do Paraná.

Crianças desaparecidas – A NovaDutra deu continuidade em 2008 à parceria com a ABCD (Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida), que atua há mais de dez anos na localização de crianças e adolescentes. Todos os recibos emitidos pelas praças de pedágio da concessionária trazem impressas fotos de crianças ou adolescentes desaparecidos. Em 2008, foram disponibilizadas fotografias de 18 crianças. A NovaDutra emite mensalmente mais de 2 milhões de comprovantes.

Campanha “Sou Sangue Bom” – Com a Campanha “Sou Sangue Bom”, o Hemepar de Ponta Grossa (Centro de Hematologia do Paraná) continua contando com os doadores, da RodoNorte, os quais contribuem para a reposição do estoque do banco de sangue que atende 12 hospitais da região de Campos Gerais. A iniciativa existe há cinco anos e, atualmente, conta com 380 doadores voluntários cadastrados.

Voluntários da Vida – Programa de doação de sangue da concessionária AutoBAN, o Voluntários da Vida reuniu 300 doadores apenas em 2008. Lançado há três anos, o programa realiza, em média, três campanhas por ano. A cada doação cerca de 120 doadores ajudam 360 pacientes, ou seja, no total, já foram realizadas oito campanhas beneficiando mais de 3.000 pacientes.

Programa Zero Álcool – Desenvolvido em 2008 pela concessionária ViaOeste, em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e o Instituto de Ortopedia e Traumatologia da FMUSP, o Programa Zero Álcool tem o objetivo de desenvolver ações que promovam a redução do número de acidentes de trânsito que tenham como causa a associação de álcool e direção, por intermédio de ações coercitivas, educativas e acolhedoras.

Projeto SacoLona – Iniciativa desenvolvida pela concessionária RodoNorte, lançada em 2008, inovadora no reaproveitamento das lonas. O material que antes servia para a divulgação de campanhas educativas e informação dos usuários atendidos pela concessionária RodoNorte agora é transformado em bolsas customizadas, *nécessaires*, estojos escolares, bolsas universitárias, aventais, sacolas de feira, entre outros. Os objetivos do projeto são a geração de emprego e renda para 14 mulheres que integram a Associação para a Produção de Sacolas Retornáveis (Aprosar) e a destinação ecologicamente correta para as lonas utilizadas pela concessionária. No primeiro ano do projeto 3.550 itens foram confeccionados e comercializados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Instituto Caminhos para a Vida – Há dez anos, o Instituto Caminhos para a Vida, promovido pelas concessionárias Ponte e ViaLagos, atua em quatro frentes distintas: a Escola de Vida, com foco em jovens de 15 a 19 anos, sob risco social; a Requalificação Profissional, voltada para adultos, principalmente, desempregados; a Consciência Comunitária, na qual são desenvolvidas ações sócio-ambientais em comunidades carentes; e o Instituto Solidário, voltado para o apoio material e afetivo em instituições de caridade. Desde seu início, a Escola de Vida e a Requalificação Profissional do Instituto formaram 1.213 pessoas.

Programa de visitação – A Ponte abre suas portas para a visita de alunos do ensino médio e do fundamental, futuros motoristas e usuários da Ponte Rio-Niterói. No encontro, são passadas importantes noções de trânsito. Somente em 2008 mais de 1,5 mil pessoas participaram do programa.

Projetos ViaLagos – Em 2008, cerca de 6 mil pessoas, entre crianças e adultos, foram diretamente impactadas pelas ações sociais e ambientais da ViaLagos, tais como: Escola de Vida; Campanhas de vacinação contra a poliomielite e contra a gripe para idosos; distribuição de mudas e sementes no Dia da Árvore; testes de glicose e pressão arterial no Dia do Motorista; palestras sobre educação no trânsito e meio ambiente em escolas lindeiras; curso de panificação para merendeiras de escolas lindeiras; e curso de atendimento para o comércio local.

Menor Aprendiz – A CCR tem uma importante parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o projeto Menor Aprendiz. Todos os anos, a CCR abre suas portas e contrata esses profissionais para atuar nas empresas do Grupo.

Programa Na Mão Certa – A CCR, ao lado de outras grandes empresas, líderes em seus setores de atuação, decidiu abraçar uma causa extremamente delicada: o combate à exploração sexual de menores. O Programa Na Mão Certa, idealizado pelos institutos WCF-Brasil e Ethos, quer mobilizar toda a sociedade civil em prol da causa. Estão sendo adotadas diversas estratégias para a busca de soluções mais eficazes, como a criação de um Pacto Empresarial, além de ações voltadas especificamente para os caminhoneiros.

Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência – O programa, iniciado em 2007, tem o objetivo de incluir nas empresas do Grupo CCR pessoas portadoras de necessidades especiais, capacitando e preparando esses profissionais para o mercado de trabalho.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Caravana do Esporte – Coordenado pela ex-jogadora de vôlei, Ana Mozer, o programa visa utilizar o potencial do esporte como elemento de transformação social. As ações são decididas de acordo com as características de cada município e envolvem a realização de oficinas de vários esportes para jovens e educadores; palestras especializadas para os educadores e exibição de vídeos educativos; oficinas para confecção de redes, raquetes e bolas; e a doação de material esportivo para as comunidades. Em 2008 o Caravana do Esporte beneficiou 8.160 crianças, das cidades de Carapicuíba, Pirituba, Sorocaba e Nova Iguaçu.

Projeto Grael – Em 2007, a CCR iniciou seu apoio ao Projeto Grael, promovido pelos irmãos Grael, do Instituto Rumo Náutico. O objetivo é promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio dos esportes náuticos. Em 2008, 320 pessoas foram beneficiadas pelo programa.

Asfalto Ecológico – As rodovias administradas pela RodoNorte utilizam o Asfalto Ecológico, produzido por meio da utilização de pneus que anteriormente eram descartados. Entre os benefícios gerados pela tecnologia estão o aumento da segurança, a diminuição de ruídos e o aumento na vida útil do pavimento.

Manejo de Animais Silvestres – Todas as concessionárias do Grupo CCR realizam com sua equipe de atendimento o treinamento para o manejo adequado dos animais silvestres. O resultado é o menor índice de acidentes nas rodovias, melhor colaboração com a Polícia Militar Ambiental e a contribuição com a preservação da fauna e flora da região.

6. Gestão de Pessoas no Grupo CCR

A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de Gestão de Pessoas, por meio da qual oferece subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2008, já somavam 5.090 pessoas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

7. Governança Corporativa

A CCR conta com um grande diferencial, que é o total comprometimento da Companhia e de seus Administradores com a eficiência e a transparência da Gestão, pela adoção das melhores práticas de governança corporativa.

Em razão disso, já na abertura de seu capital social a CCR aderiu ao Novo Mercado, sendo a primeira empresa a se vincular a essa nova mentalidade do mercado de capitais brasileiro. O Novo Mercado é o mais elevado nível de governança da Bovespa, que exige compromisso com práticas superiores às exigências legais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para tanto, a CCR implantou e exercita uma Política de Governança, devidamente instrumentalizada por um Manual de Governança Corporativa, que internaliza as melhores práticas de gestão e desempenho. Com mesmo intuito, a CCR também instituiu – e novamente foi pioneira nesse movimento – um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar a aplicação dessas práticas, inclusive com avaliação de desempenho, até do próprio Conselho de Administração (CA).

No modelo de governança da CCR merecem destaque, dentre outros:

- Os acionistas controladores têm participações equilibradas, não havendo previsão de qualquer veto e/ou aprovação singular. Está previsto o quorum especial de 67% para determinadas matérias;
- O capital social da Companhia contempla somente Ações Ordinárias, com direito a voto;
- A CCR, como companhia aberta e participante do Novo Mercado, deve informar regularmente à Bovespa todos os contratos firmados com partes relacionadas;
- O CA da Companhia é integrado por dois Conselheiros Independentes;
- O CA da CCR, caracterizando outro diferencial, desde a abertura do capital da Companhia implantou um programa de auto-avaliação, visando a melhoria contínua do trabalho realizado. Os membros do CA e o CEO da Companhia submetem-se anualmente a um questionário relativo ao fluxo de informações, condução e foco das reuniões, rapidez e qualidade das decisões, nível de responsabilidade do Conselho, dentre outros aspectos.
- O Plano de Investimentos de cada um dos negócios da CCR é previamente aprovado pelo CA;
- Os investimentos dos negócios são financiados por terceiros, prevendo fiscalização de preços e execução por engenheiros e auditores independentes;
- A administração é profissional, desvinculada dos acionistas controladores;
- As reuniões ordinárias do Conselho observam periodicidade mensal, realizadas na última quinta-feira de cada mês, com objetivo de discutir questões relativas à visão, planejamento estratégico, liderança e resultados da Companhia. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas sempre que houver necessidade.

Os papéis de cada um dos envolvidos na gestão da Companhia, ou seja, Membros e Secretário do CA, Diretores da Companhia, Membros de Comitês e do Conselho Fiscal, quando instituído, estão descritos, tanto individual quanto coletivamente, no Manual de Governança Corporativa da Companhia.

As decisões da Companhia são colegiadas e pautadas por critérios e mecanismos internos que visam assegurar a isenção da decisão.

Além do Comitê de Governança, a CCR implantou outros cinco Comitês técnicos e consultivos, quais sejam, Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia, Comitê de Finanças, Comitê de Novos Negócios e Comitê de Recursos Humanos, com objetivo de conferir eficiência e agilidade às decisões do CA.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os Comitês não têm funções executivas, realizando análises, emitindo pareceres e elaborando propostas que são encaminhadas ao CA, em apoio ao processo decisório da Companhia. São formados por conselheiros independentes, representantes dos acionistas controladores e contam com a participação eventual de executivos da Companhia.

A atuação da Companhia é pautada, ainda, por normas internas adicionais que refletem os princípios de governança, como o Regimento Interno, as Políticas de Responsabilidade Social, Política de Meio Ambiente, Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e o Código de Ética. Todas são formalmente emitidas e instrumentalizadas, visando assegurar a uniformidade e adequação das atividades de todas as empresas e colaboradores do Grupo CCR.

Informações mais detalhadas sobre Governança Corporativa da Companhia podem ser obtidas em nosso site, no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/ri.

8. Pesquisa de Satisfação

A CCR recebeu mais uma vez a aprovação de seus usuários. De acordo com levantamento feito pelo Instituto Datafolha, os trabalhos realizados pelas concessionárias do Grupo CCR foram aprovados por 86,3% de seus usuários, superando a marca de 2007, que totalizou 83,6%. A pesquisa ouviu 2.869 pessoas, durante os meses de setembro e outubro de 2008. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

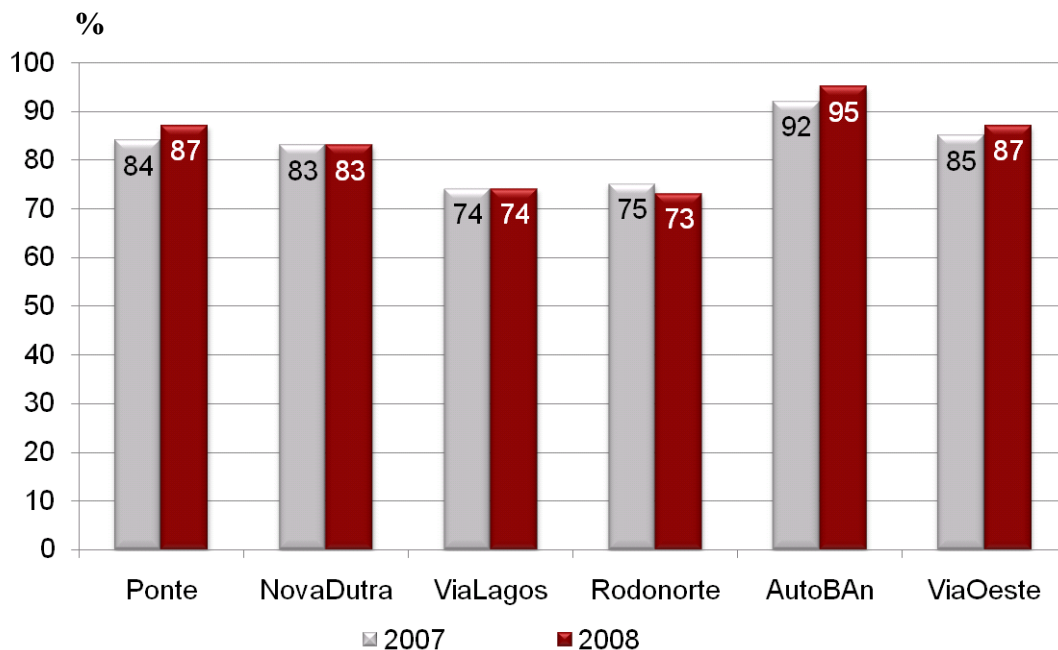
“Esses resultados nos deixam muito orgulhosos e mostram que estamos no caminho certo. Após mais de 10 anos de trabalho em benefício dos usuários e das cidades cortadas por nossas rodovias, podemos ver que esse esforço está sendo cada vez mais reconhecido pelo público. Ao mesmo tempo, essa expressiva aprovação nos deixa um importante desafio, que é continuar aprimorando sempre o atendimento, para que os usuários possam continuar fazendo viagens mais seguras e confortáveis em nossas rodovias”, afirma o presidente da CCR, Renato Vale.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

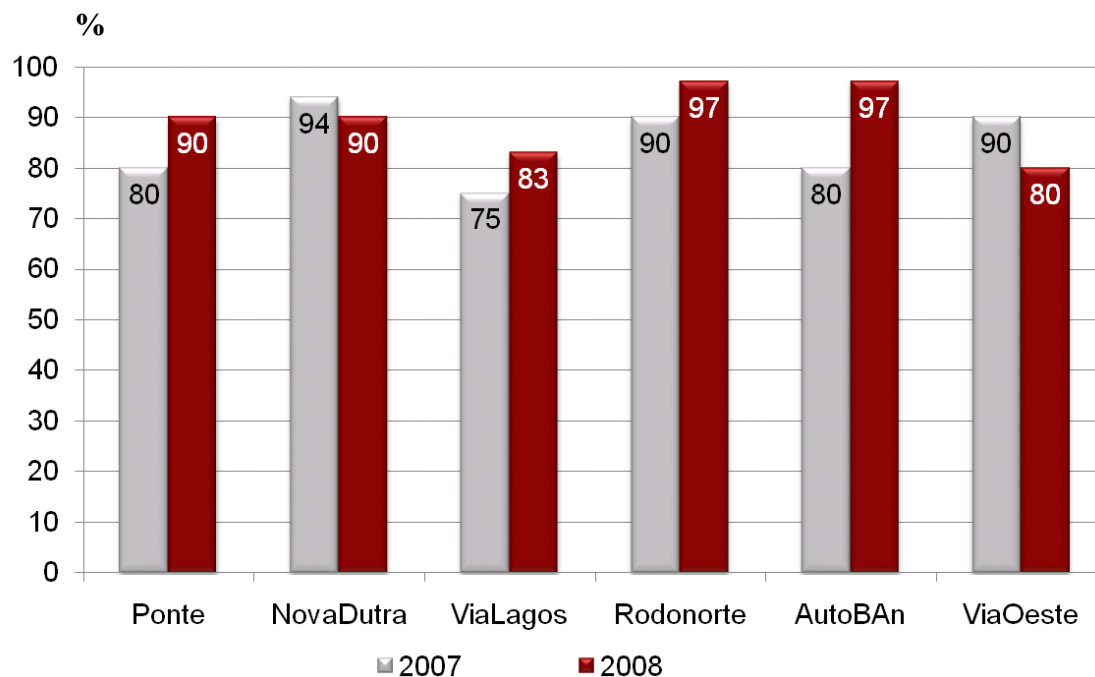
02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Avaliação do trabalho das concessionárias pelos motoristas (ótimo + bom)



Avaliação do trabalho das concessionárias pelos formadores de opinião (ótimo + bom)



01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

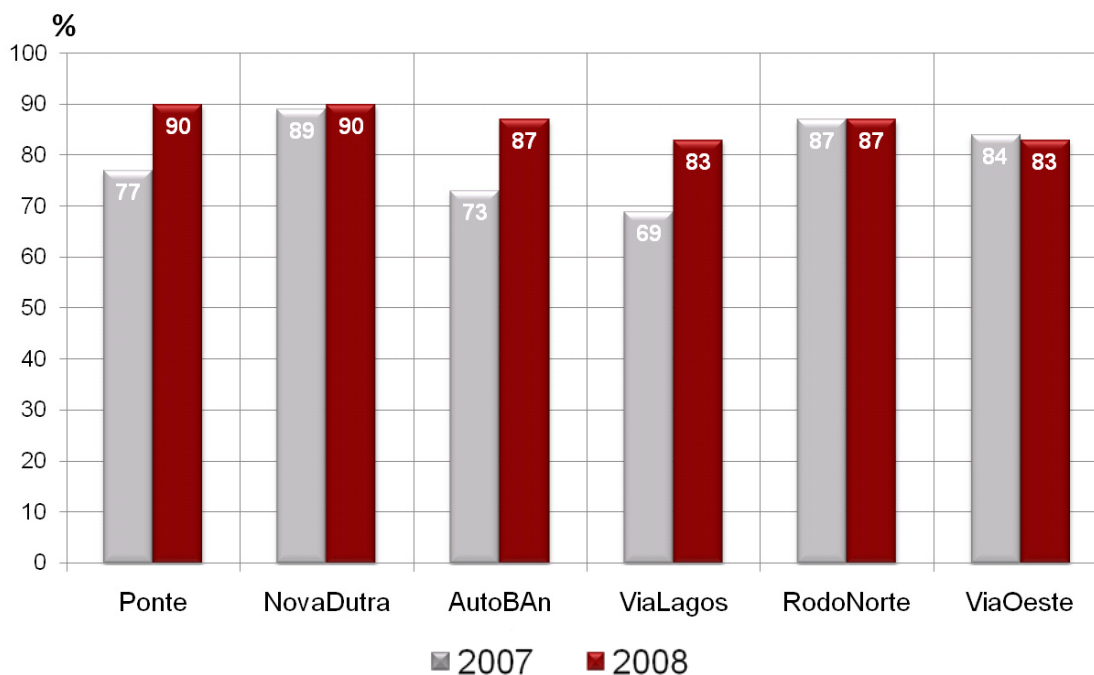
Também foram avaliadas positivamente as questões estruturais das rodovias do Grupo CCR, aprovadas por 77,9% dos entrevistados. Neste quesito foram julgados a qualidade da pista e condições do asfalto, passarelas, sinalização, demarcação das faixas, iluminação, acostamento, telefones de emergência, cabines de cobrança eletrônica de pedágio, controle de tráfego por câmeras, painéis de mensagens variáveis e postos de pesagem de caminhões.

Os serviços de atendimento ao usuário foram ainda melhor avaliados. Mais de 76% dos motoristas e formadores de opinião estão satisfeitos ou plenamente satisfeitos com o socorro mecânico e médico, atendimento pelo 0800, informações pela internet, ouvidoria, e limpeza das vias, entre outros serviços.

Todos esses itens repercutiram positivamente na imagem das empresas do Grupo CCR. As concessionárias foram consideradas confiáveis por 85% dos entrevistados; uma empresa respeitável, por 90%; e uma empresa que presta bons serviços aos usuários, por 89% dos motoristas.

Outro importante dado da pesquisa foi a imagem dos líderes de opinião em relação ao programa de concessões. O trabalho desempenhado pelo Grupo CCR contribuiu para que os líderes de opinião ficassem ainda mais favoráveis a continuidade do programa. De uma forma consolidada, 86,7% querem que os governos concedam mais rodovias à iniciativa privada, um crescimento de 7,1 pontos percentuais ante o resultado de um ano atrás.

Continuidade do Programa de Concessões – Formadores de opinião



01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

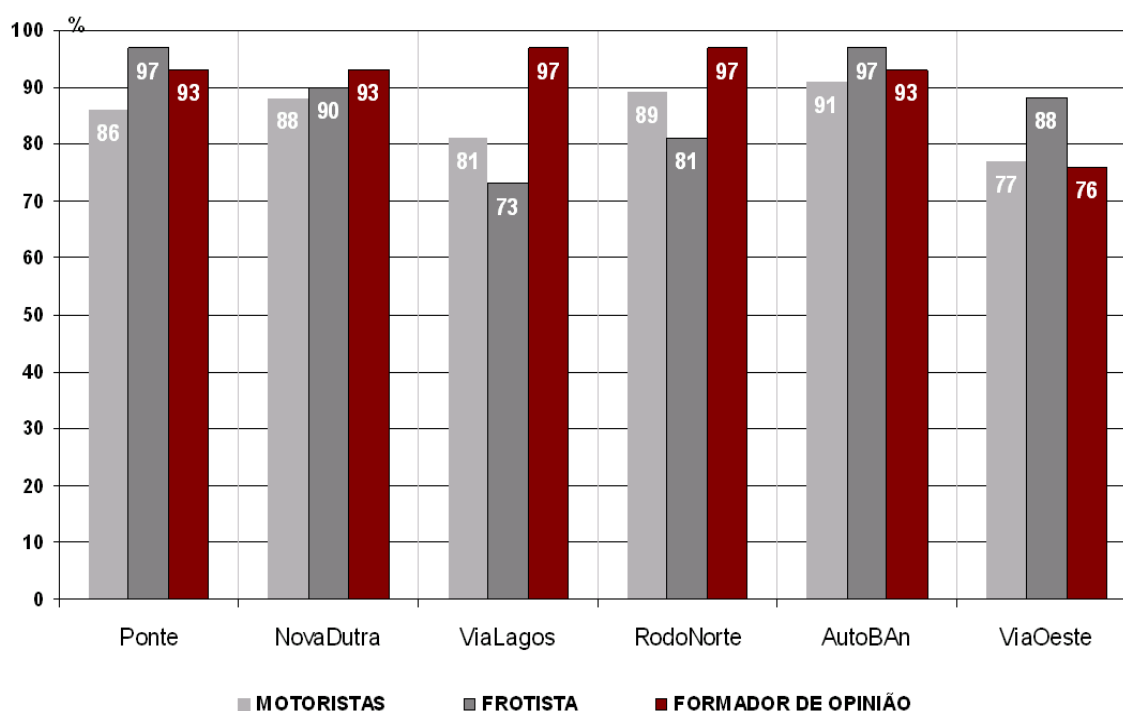
02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valeu a pena

Todos os anos, a pesquisa de Satisfação e Imagem do Grupo CCR mede a avaliação dos usuários e formadores de opinião sobre o pagamento do pedágio. Neste levantamento, 87,6% dos entrevistados admitiram ter valido a pena pagar o pedágio nas rodovias do grupo. O resultado também supera o medido em 2007, quando 81,4% dos entrevistados concordaram com a mesma afirmação.

Sim. Valeu a pena pagar pedágio



9. Perspectivas

A CCR continua a trabalhar com a estratégia de capturar sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios, com reflexos positivos em suas margens operacionais.

A Companhia entende que seu crescimento de tráfego nas rodovias em que opera deverá, em geral, acompanhar o crescimento do PIB brasileiro. Adicionalmente, a administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional - primário e secundário - de concessões rodoviárias e metro-ferroviárias.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

10. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da CCR.

11. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

12. Cláusula Compromissória

A CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

São Paulo, 4 de março de 2.009.

A Administração.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia) tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados à operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias.

As empresas que compõem o Grupo CCR são:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte)
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (EngeLog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura (CPCI)
- CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

As seguintes concessões são administradas por algumas das controladas, conforme abaixo:

- Até 28 de fevereiro de 2021, Rodovia BR-116/RJ/SP, que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra) e respectivas rodovias de acesso, totalizando 402,2 km. (NovaDutra);
- Até 31 de dezembro de 2026, Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, São Paulo - Limeira, totalizando 316,8 km. (AutoBAn);
- Até 12 de janeiro de 2022, ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito - Araruama; paralela à RJ-106, trecho

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Araruama - São Pedro da Aldeia; e 4 km da RJ-106 do km 105 ao 109, totalizando 60,0 km. (ViaLagos);

- Até 31 de maio de 2015, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), totalizando 23,3 km. (Ponte);
- Até 21 de novembro de 2021, Rodovia BR-376, Apucarana - São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, São Luís do Purunã - Curitiba; PR-151, trecho Jaguariaíva - Ponta Grossa; e seus entroncamentos, totalizando 487,5 km. (RodoNorte);
- Até 31 de dezembro de 2022, SP-280 Rodovia Castello Branco, SP-270 Rodovia Raposo Tavares, SP-075 Rodovia Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Rodovia Dr. Celso Charuri, totalizando 162 km (ViaOeste);
- Até 29 de novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2041, para garantir 30 anos de exploração econômica, Linha Quatro – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra (ViaQuatro).
- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Escafandro Participações S.A. com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

A controlada Escafandro, em 29 de janeiro de 2008, firmou compromisso de compra e venda, irrevogável e irratável, com as empresas Encalso Construções Ltda. e Senpar Ltda., para aquisição de 40% do capital da Renovias Concessionária S.A. Em 07 de março de 2008, a Companhia e a sua controlada Escafandro firmaram Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas. O valor acordado desta transação, sujeita a ajustes previstos em contrato, era de R\$ 265.000, tendo sido adiantados R\$ 30.000, em 11 de março de 2008. A liquidação financeira do saldo remanescente estava sujeita à aprovação dos financiadores.

Em 03 de junho de 2008 foram finalizadas as etapas previstas no compromisso de compra e venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, passando a Escafandro a deter 40% das ações ordinárias e preferenciais da Renovias.

A Renovias é uma concessionária de serviços públicos de rodovias que tem por objetivo administrar e operar a malha viária correspondente ao Lote 11 do Programa de Concessões de Rodovias do Estado de São Paulo, este lote abrange cinco rodovias (SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350) na região nordeste do Estado de São Paulo, na ligação entre Campinas, Circuito das Águas Paulistas e Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. A concessão tem prazo de 24 anos e 2 meses, encerrando-se em 31 de maio de 2022.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2008, foi alterado o Estatuto Social da controlada, modificando sua razão social de Escafandro Participações S.A. para Companhia de Participações em Concessões (CPC).

- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Aldanati Participações S.A., com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

Em 11 de março de 2008 o Consórcio Integração Oeste, com participação de 95% da Companhia e 5% da Encalso Construções Ltda., obteve a melhor classificação dentre as

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

propostas de menor tarifa de pedágio apresentadas no processo licitatório de concessão onerosa do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste. O leilão foi promovido pela ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2008, foi alterado o Estatuto Social da controlada, modificando sua razão social de Aldanati Participações S.A. para Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel) e foi aprovado aumento de capital de R\$ 1 para R\$ 46.518, com a emissão de 46.517.000 ações, sendo 23.258.500 ações ordinárias e 23.258.500 ações preferenciais. Estas ações foram subscritas na proporção de 95% pela Companhia e de 5% pela Encalco Construções Ltda., sendo que a participação da Actua Assessoria Ltda. foi cedida para a Encalco Construções Ltda.

Em 07 de maio de 2008, o Conselho Diretor da ARTESP homologou a decisão da Comissão de Processamento e Julgamento das Propostas, declarando vencedora a proposta comercial apresentada pelo Consórcio Integração Oeste.

Em 01 de junho de 2008, a Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. iniciou o Contrato de Concessão para a exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste, interligação entre os corredores de acessos à metrópole de São Paulo (SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116), totalizando 32 km, pelo prazo de 30 anos.

A concessionária será responsável pela execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho Oeste do Rodoanel.

A concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

As concessões em atividade consistem na exploração de rodovias e ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias e a ponte. Como parte das concessões, o Poder Concedente transferiu às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final dos contratos de concessão das rodovias, ponte e metrô, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implantação tenha sido autorizada pelo Poder Concedente.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia detém participação minoritária (10%) do capital da empresa Northwest Parkway LLC, a qual detém o contrato de concessão para operação e manutenção da Northwest Parkway Public Highway, situada na cidade de Denver, no estado do Colorado, Estados Unidos da América. A rodovia tem extensão aproximada de 18 km, sendo 14 km em operação e 4 km a serem construídos para integrar o anel viário da cidade de Denver. O prazo desta concessão é de 99 anos e as operações foram assumidas em novembro de 2007. O acionista controlador é a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A., com 90% de participação no capital social.

Além das concessões rodoviárias, a Companhia detém o controle da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a qual, em 29 de novembro de 2006, firmou o contrato de concessão com a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo. O objetivo exclusivo da concessão é a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. A ViaQuatro encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2010.

Além das concessões a Companhia possui participação nas seguintes empresas:

- As controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda., Engellog Centro de Engenharia Ltda. e Parques Serviços Ltda. têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas pela Companhia.
- A controlada em conjunto Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., através das controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. têm por objetivo a operação de serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Atualmente presta serviços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.
- Em 6 de junho de 2006, foi constituída a Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infra-estrutura de trens subterrâneos (metrô).
- Em 21 de junho de 2007, foi constituída a CCR – USA, LLC, cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos da América. No momento, a CCR – USA, LLC detém investimento na Northwest Parkway LLC.
- Em 19 de dezembro de 2008 foram constituídas as controladas CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura e CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos, ambas com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Serviços Compartilhados Ltda. e com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº. 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e a Medida Provisória nº. 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº. 3.

Em 4 de março de 2009 foi autorizada, pela Diretoria da Companhia, a conclusão destas demonstrações financeiras.

b. Reclassificações

- **Demonstração de resultado do exercício – controladora e consolidado**

O valor de R\$ 4.029 referente à amortização do ágio na rubrica de “Depreciação e Amortização”, incluída no grupo “Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos”, foi reclassificado para “Despesas Gerais e Administrativas”, no grupo de “Outras Despesas Operacionais”.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Adoção inicial da Lei nº. 11.638/07

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007 (ou 31 de dezembro de 2006) que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, conseqüentemente, rerepresentando as demonstrações financeiras de 2007.

Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação, o resumo dos efeitos nos resultados de 2008 e 2007 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 e 2007, decorrentes da adoção da referida legislação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2007

	31/12/06 Saldos	Data da transição - 01/01/07	
		Ajustes	Saldos Ajustados
Patrimônio líquido	1.566.362	(771)	1.565.591
Capital social	571.234	-	571.234
Reservas de capital	220.527	-	220.527
Ajustes acumulados de conversão	-	2	2
Lucros acumulados	774.601	(773) {a}	773.828

Resumo dos ajustes

{a} Ajustes contra lucros acumulados	(773)
{a1} Apropriação de custo de transação na emissão de títulos	(771)
{a2} Ajuste acumulado de conversão	(2)

Reclassificações - consolidado

Ativo não circulante	31/12/07		
	Saldos	Reclassificações	Saldos ajustados
Investimentos	63.263	(15.273)	47.990
Imobilizado	2.602.025	(14.497)	2.587.528
Intangível	-	254.853	254.853
Diferido	236.278	(225.083)	11.195
	<u>2.901.566</u>	<u>-</u>	<u>2.901.566</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Esse método considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até os pagamentos todos feitos ou a serem efetuados até a liquidação da transação.

Investimentos

Os ágios, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 eram de R\$ 15.273, foram reclassificados para o grupo dos ativos intangíveis.

Ativo diferido

Determinados ativos diferidos, cujos saldos em 31 de dezembro de 2007 eram de R\$ 224.511 e R\$ 572, foram reclassificados para o grupo dos ativos intangíveis e para o imobilizado, respectivamente.

O saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 será mantido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra resultado.

Imobilizado

Direitos de uso, cujos saldos em 31 de dezembro de 2007 eram de R\$ 15.069, foram reclassificados para o grupo dos ativos intangíveis.

Ativo intangível

Os ágios, o quinhão consorcial e os custos de desenvolvimento de sistemas informatizados, já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08 e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo diferido, imobilizado e dos investimentos para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória Nº. 449/08

Segue conciliação dos resultados de 2008 e 2007 e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 e 2007 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 e 2007 decorrentes da Adoção Inicial da lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08

	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	713.586	579.682
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº.11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08		
Apropriação dos custos de transação na emissão de títulos	578	680
Ajustes acumulados de conversão	-	(138)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado – swap	4.838	(7.715)
Despesas (reversão) com pagamentos baseados em ações	(2.991)	8.650
IR e CSLL diferidos sobre os efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07	(1.831)	2.422
Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº. 11.638/07	714.180	583.581
	2008	2007
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	1.578.527	1.613.042
Ajustes na data da transição reconhecidos em		
Ajustes efetuados no resultado do exercício	594	3.899
Lucros acumulados	-	773
Ajustes acumulados de conversão	2.499	136
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08	1.581.620	1.617.850

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08, foram lançados nas contas de patrimônio líquido. Os referidos ajustes foram contabilizados em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados aos benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros podem ser classificados em:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: são ativos e passivos que são mantidos para negociação ou que são derivativos (exceto instrumento de hedge definido como efetivo) ou no reconhecimento inicial tenha sido classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado;
- Mantido até o vencimento: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento e que não estão classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado, disponível para venda ou como empréstimos e recebíveis;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não sejam cotados em mercado ativo, como também, não estejam classificados como mantidos para negociação ou que tenha sido classificado inicialmente como mensurado ao valor justo por meio do resultado; e
- Mantidos para negociação: estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias.

Os instrumentos financeiros são divididos entre derivativos e não derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos

Estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e são contabilizados no resultado do exercício. Incluem contratos de swap feitos com a finalidade de hedge.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem caixa e equivalentes de caixa, conta reserva, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Estão registrados pelo seu valor justo quando mantidos para negociação ou por meio do custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos dos custos da transação ou de provisão para perdas, quando aplicável.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente.

As demonstrações financeiras das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº.12.

Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº.13.

Arrendamento mercantil operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº.21.

Ativos intangíveis

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em controladas, com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº.14.

Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos são amortizados linearmente pelo período de dez anos.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os seus valores de recuperação testados anualmente.

Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A opção definitiva e irretroatável se dará por ocasião da entrega da declaração de rendas, até junho de 2009.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Direito de concessão

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº.9 e nº.26. Esta prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão de Colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2002. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº.03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº.01/2007, encontram-se descritas na nota explicativa nº.26. A Companhia adotará norma específica relativa a contratos de concessão, quando emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologada pela Comissão de Valores Mobiliários.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	2008	2007
• Controladas		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	95,00	-
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00	-
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00	-
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00

(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Controladas em conjunto**

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Consórcio Operador Parques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras individuais e da Companhia de Concessões Rodoviárias (controladora).

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., da Parques Serviços Ltda. e da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação de acionistas não controladores";
- A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como explicado na nota explicativa 3.2 - Direito de concessão. Por esse motivo, as demonstrações financeiras da Renovias, para fins de consolidação, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;
- A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro) e a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), controladas em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP e ViaQuatro, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

	2008				2007			
	STP		ViaQuatro		STP		ViaQuatro	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	38,25%	100%	58%
Ativo circulante	282.615	108.100	104.658	60.702	202.975	77.638	2.522	1.463
Ativo não circulante	47.916	18.328	163.881	95.051	31.605	12.089	19.814	11.492
Ativo permanente	<u>47.916</u>	<u>18.328</u>	<u>163.881</u>	<u>95.051</u>	<u>31.605</u>	<u>12.089</u>	<u>19.814</u>	<u>11.492</u>
Total do ativo	<u>330.531</u>	<u>126.428</u>	<u>268.539</u>	<u>155.753</u>	<u>234.580</u>	<u>89.727</u>	<u>22.336</u>	<u>12.955</u>
Passivo circulante	292.646	111.937	5.600	3.248	195.971	74.959	6.302	3.655
Passivo não circulante	215	82	216.905	125.805	544	208	-	-
Patrimônio líquido	<u>37.670</u>	<u>14.409</u>	<u>46.034</u>	<u>26.700</u>	<u>38.065</u>	<u>14.560</u>	<u>16.034</u>	<u>9.300</u>
Total do passivo	<u>330.531</u>	<u>126.428</u>	<u>268.539</u>	<u>155.753</u>	<u>234.580</u>	<u>89.727</u>	<u>22.336</u>	<u>12.955</u>

	2008				2007			
	STP		ViaQuatro		STP		ViaQuatro	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	38,25%	100%	58%
Receita operacional líquida	127.605	48.809	-	-	87.459	33.453	-	-
Custos dos serviços prestados	(38.544)	(14.743)	-	-	(19.542)	(7.475)	-	-
Lucro bruto	89.061	34.066	-	-	67.917	25.978	-	-
Despesas operacionais	(39.098)	(14.955)	-	-	(40.441)	(15.469)	-	-
Resultado operacional	49.963	19.111	-	-	27.476	10.509	-	-
Receitas financeiras líquidas	5.299	2.027	-	-	2.497	955	-	-
Resultado antes do IR e CS	55.262	21.138	-	-	29.973	11.464	-	-
IR e CS corrente e diferido	(18.708)	(7.156)	-	-	(10.353)	(3.960)	-	-
Lucro líquido do período	36.554	13.982	-	-	19.620	7.504	-	-

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	656	13.927	40.015	76.587
Aplicações financeiras	<u>774.477</u>	<u>538.032</u>	<u>997.856</u>	<u>703.790</u>
	<u>775.133</u>	<u>551.959</u>	<u>1.037.871</u>	<u>780.377</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 100% do CDI, equivalente a 12,21% ao ano (11,90% ao ano em 31 de dezembro de 2007).

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	636.692	487.631	802.491	653.379
CDBs pós-fixados	137.785	50.401	193.698	50.401
Debêntures	-	-	1.663	-
Títulos de capitalização	-	-	4	10
Total	<u>774.477</u>	<u>538.032</u>	<u>997.856</u>	<u>703.790</u>

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Pedágio eletrônico – STP (a)	-	-	97.408	67.862
Receitas acessórias (c)	-	-	12.194	9.499
Pedágio eletrônico – outros (b)	-	-	6.925	11.525
Outros	<u>82</u>	<u>23</u>	<u>782</u>	<u>87</u>
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(13.397)	(5.863)
	<u>82</u>	<u>23</u>	<u>103.912</u>	<u>83.110</u>
Não circulante				
Poder Concedente - ViaOeste (e)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	-	-	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	-	-	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG's e estacionamento da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente de operações com cartões de crédito e vale-pedágio.
- (c) Referem-se aos créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.
- (d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias.
- (e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº.3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa provavelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	13.364	16.036	15.858	15.293
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	750	-	15.757	4.386
COFINS	5.958	5.759	6.391	6.359
ISS de pedágio	-	-	5.048	4.157
PIS	1.292	1.249	1.577	1.441
CSLL	1.072	1.017	1.224	1.084
Outros	<u>5</u>	<u>187</u>	<u>473</u>	<u>1.022</u>
	<u>22.441</u>	<u>24.248</u>	<u>46.328</u>	<u>33.742</u>
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	<u>46.333</u>	<u>31.266</u>	<u>46.333</u>	<u>31.266</u>

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>Consolidado</u>	
	2008	2007
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	4.725	7.284
Base negativa de contribuição social	2.151	2.623
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	27	47
Perdas com operação de swap	260	1.194
Provisão para participação nos resultados (PLR)	5.712	2.947
Provisão para comissão sobre empréstimos	4.070	2.553
Provisão para devedores duvidosos	1.734	1.547
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	540	596
Provisão para contingências	414	332
Provisão para perda de investimentos	123	53
	<u>19.756</u>	<u>19.176</u>
Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	8.111	8.496
Base negativa de contribuição social	2.920	3.508
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	807	469
Perdas com operação de swap	-	2.191
Provisão para devedores duvidosos	8.901	8.779
Provisão para contingências	1.967	1.761
Ajuste de prática contábil para consolidação Renovias	777	-
Provisão para perda de investimentos	325	304
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4	-
	<u>23.812</u>	<u>25.508</u>
Passivo circulante		
Variacão Cambial	521	1.514
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	278	127
Ganhos com operação de swap	5.931	-
	<u>6.730</u>	<u>1.641</u>
Passivo não circulante		
Ajuste de prática contábil consolidação Renovias	20.625	-
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	700	2.497
Ganhos com operação de swap	10.724	-
	<u>32.049</u>	<u>2.497</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	2008	2007
Ativo		
ViaLagos (1)	12.500	5.408
ViaLagos (2)	50	2.524
ViaOeste (2)	9.851	9.266
AutoBAn (2)	7.894	5.256
RodoNorte (1)	5.407	16.503
RodoNorte (2)	1.308	1.257
NovaDutra (2)	2.084	1.889
EngelLog(2)	1.633	-
STP (2)	955	628
CPC (2)	777	-
Ponte (2)	452	1.540
Parques (2)	397	395
ViaQuatro (5)	260	-
CCR México (2)	-	18
	<u>43.568</u>	<u>44.684</u>
Passivo		
CPC (4)	20.625	-
ViaLagos (5)	11.423	2.497
Ponte (5)	6.168	127
RodoNorte (3)	521	1.514
ViaQuatro (5)	<u>42</u>	<u>-</u>
	<u>38.779</u>	<u>4.138</u>

- (1) De acordo com a Instrução CVM nº.371 de junho de 2002, as controladas RodoNorte e ViaLagos registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por projeções de lucros aprovado pelos órgãos da Administração.
- (2) Ativo fiscal diferido constituído sobre diferenças temporárias.
- (3) A Controlada RodoNorte optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais quando da apuração e pagamento dos tributos.

- (4) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº.4f.
- (5) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença temporária sobre os resultados de operações de swap.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

As controladas ViaLagos e RodoNorte estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, descrito no item 1, nos seguintes exercícios:

2009	6.876
2010	4.156
2011	1.774
2012	1.813
2013	<u>3.288</u>
	<u>17.907</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora				Consolidado			
	2008		2007		2008		2007	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real anual								
Lucro antes da tributação/participação	713.586	713.586	579.682	579.682	1.114.904	1.114.904	889.352	889.352
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(28.371)	(28.371)	(55.345)	(55.345)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(9.190)	(9.190)	(8.086)	(8.086)
Ajuste referente capital próprio	25.824	25.824	-	-	-	-	-	-
Lucro antes do IRPJ e CSLL	739.410	739.410	579.682	579.682	1.077.343	1.077.343	825.921	825.921
Ajuste referente ao método de equivalência patrimonial (MEP)	(765.195)	(765.195)	(635.160)	(635.160)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e MEP	(25.785)	(25.785)	(55.478)	(55.478)	1.077.343	1.077.343	825.921	825.921
Ajustes para o cálculo dos impostos								
Adições	19.867	19.867	28.995	28.995	113.473	113.473	84.926	84.926
Exclusões	(9.352)	(9.352)	-	-	(126.974)	(126.974)	(20.913)	(20.913)
Base de cálculo dos impostos	(15.270)	(15.270)	(26.483)	(26.483)	1.063.842	1.063.842	889.934	889.934
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	(32.634)	(32.634)	(30.138)	(30.138)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(15.270)	(15.270)	(26.483)	(26.483)	1.031.208	1.031.208	859.796	859.796
Impostos correntes	-	-	-	-	267.444	98.990	214.275	78.907
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	71.638	71.638	142.897	142.897
Receita financeira	-	-	-	-	413	413	801	801
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	23.337	23.337	46.528	46.528
Impostos correntes	-	-	-	-	5.786	2.098	11.531	4.180
Total de impostos correntes	-	-	-	-	273.230	101.088	225.806	83.087
Diferenças temporárias	-	-	-	-	40.603	40.603	(27.602)	(27.715)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	32.634	32.634	23.399	23.399
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(20.860)	(20.860)	(18.416)	(14.035)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	52.377	52.377	(22.619)	(18.351)
Impostos diferidos	-	-	-	-	13.095	4.715	(5.655)	(1.654)
Total de impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	286.325	105.803	220.151	81.433
Alíquota efetiva	-	-	-	-	26%	10%	25%	9%

c. Passivo não circulante consolidado

A partir de 1º de julho de 2006, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes das controladas AutoBAn e ViaOeste são pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a implantação desse procedimento, as diferenças temporárias de impostos, geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), são registradas no passivo não circulante.

Atualmente a controlada AutoBAn discute este procedimento junto ao Conselho de Contribuintes, em virtude de questionamento das autoridades fiscais. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a causa tem boas perspectivas de êxito.

	2008	2007
AutoBAn	266.488	182.490
ViaOeste	<u>41.968</u>	<u>31.126</u>
	<u>308.456</u>	<u>213.616</u>

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	2008	2007
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	<u>34.360</u>	<u>9.201</u>
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	851.297	145.565
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	<u>192.043</u>	<u>90.140</u>
	<u>1.043.340</u>	<u>235.705</u>

(1) Outorga da concessão

- (1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 4.727 no circulante e de R\$ 80.358 no não circulante.

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2026.

- (1.2) Durante o primeiro ano da concessão a controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente relacionados à outorga da concessão. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 3.297 no circulante e de R\$ 42.860 no não circulante

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2022.

(1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 1.177 no circulante e de R\$ 13.146 no não circulante.

(1.4) A controlada RodoAnel efetuou, nos meses de maio à dezembro de 2008, pagamentos relativos à outorga, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 25.159 no circulante e de R\$ 714.933 no não circulante.

(2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº.26. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e Renovias passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, para que assim o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, da seguinte forma:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAn;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

O valor reduzido do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecido como despesa paga antecipadamente no período findo em 31 de dezembro de 2008, foi R\$ 192.043, sendo, R\$ 23.530 na ViaOeste, R\$ 164.489 na AutoBAn e R\$ 4.024 na Renovias.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 Despesas antecipadas e outros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Seguros	-	-	14.101	8.112
Depósitos judiciais	-	-	7.196	7.196
Adiantamentos a terceiros	1.291	623	6.659	4.416
Adiantamentos de pessoal	470	-	3.810	1.820
Outros	<u>501</u>	<u>768</u>	<u>2.831</u>	<u>2.792</u>
	<u>2.262</u>	<u>1.391</u>	<u>34.597</u>	<u>24.336</u>
Não Circulante				
Depósitos judiciais	10	10	8.019	6.767
Outros	<u>-</u>	<u>30</u>	<u>213</u>	<u>1.171</u>
	<u>10</u>	<u>40</u>	<u>8.232</u>	<u>7.938</u>

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições de mercado, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, entidades controladas em conjunto, controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
	Despesas	Receitas	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	2.355	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	1.195	-	29	-	-	-
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (b)	-	2.029	168	-	-	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (b)	-	1.605	131	-	-	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	-	-	38	-	-	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (c)	-	-	1	1.724	-	-
Companhia de Participações em Concessões (c)	-	-	-	-	3.615	-
Parques Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	1.589	-
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	2.148	-	24	-	174	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	62.232	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	888	-	22	-	-	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (e)	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (e)	-	-	-	-	-	720
Serveng Civalsan S.A. Empresas Associadas de Eng. (e)	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	77	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Benito Roggio Transporte Ltda. (c)	-	-	-	555	-	-
RATP Developpment S.A. (c)	-	-	-	554	-	-
Profissionais chave						
Remuneração dos administradores	15.331	-	-	-	7.696	-
Plano de incentivo de longo prazo	<u>1.728</u>	-	-	-	<u>4.970</u>	<u>8.717</u>
Total, 31 de dezembro de 2008	<u>21.290</u>	<u>65.866</u>	<u>2.847</u>	<u>2.833</u>	<u>18.056</u>	<u>10.633</u>
Total, 31 de dezembro de 2007	<u>35.393</u>	<u>66.759</u>	<u>646</u>	<u>2.051</u>	<u>11.627</u>	<u>12.630</u>

- (a) Refere-se ao contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.
- (b) Refere-se a assessoria estratégica prestada pela controladora.
- (c) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas.
- (d) Refere-se ao contas a pagar do Consórcio Operador Parques para despesas de folha de pagamento.
- (e) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

As controladas contratam, diretamente ou através de consórcios, serviços dos acionistas da Companhia ou de outras controladas ou afiliadas desses acionistas. As transações e os saldos são compostos por:

	Transações			Saldos			
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo Circulante	Não circulante	Passivo Circulante	Não circulante
Controladoras							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	80	-	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	161	-	-	-	3	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	29.517	-	-	-	9.457	476
Controladas							
Engelog – Centro de Engenharia Ltda.	-	-	1.975	-	-	5	-
Actua Assessoria Ltda.	-	-	1.517	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	1.310	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	72.680	-	-	-
Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda.(a)	-	-	-	1.449	-	-	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	6	-	-	-
Outras partes relacionadas							
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	189.390	-	-	129	-	15.332	-
Consórcio Construtor Anhanguera (e)	-	76.046	-	-	-	5.987	-
Consórcio Operador Parques (d)	10.200	-	-	289	-	342	-
Consórcio Vila Velha (f)	-	10.998	-	28	-	2.059	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	11	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (g)	-	-	-	-	555	-	-
RATP Development S.A. (g)	-	-	-	-	554	-	-
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	97	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	97	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	30.457	-	-	-	-	15.407	-
Plano de incentivo de longo prazo	<u>1.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.970</u>	<u>8.717</u>
Total, 31 de dezembro de 2008	<u>231.775</u>	<u>116.722</u>	<u>4.802</u>	<u>74.672</u>	<u>1.109</u>	<u>56.204</u>	<u>10.633</u>
Total, 31 de dezembro de 2007	<u>244.130</u>	<u>50.966</u>	<u>4.647</u>	<u>62.792</u>	<u>327</u>	<u>36.915</u>	<u>12.630</u>

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

- Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio automático, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.
- O custo de serviços prestados, no montante de R\$ 189.390, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.
- (d) O custo de serviços prestados, no montante de R\$ 10.200, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.
- (e) Obras referentes ao Complexo Anhanguera na Marginal Tietê, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 22 de fevereiro de 2008.
- (f) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte.
- (g) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas.

Os montantes referentes as despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Benefícios de curto prazo (1)	6.088	6.060	13.423	12.752
Outros benefícios de curto prazo (2)	9.243	10.405	17.034	18.107
Plano de incentivo de longo prazo (3)	<u>1.728</u>	<u>15.143</u>	<u>1.728</u>	<u>15.143</u>
Total	<u>17.059</u>	<u>31.608</u>	<u>32.185</u>	<u>46.002</u>

(1) Remuneração fixa.

(2) Remuneração variável, seguro de vida e previdência privada.

(3) O plano de incentivo de longo prazo está detalhado na nota explicativa nº.17.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Participações em empresas controladas e controladas em conjunto	1.438.006	1.185.983	-	-
Outros investimentos	-	-	<u>63.927</u>	<u>47.990</u>
Total	<u>1.438.006</u>	<u>1.185.983</u>	<u>63.927</u>	<u>47.990</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Movimentação dos saldos

	Nov/Dura	Autoban	Vialagos	Ponte	RodoNorte	ViaOeste	CPC	Rodoanel	STP	ViaQuatro	Parques	Atua Serviços	Atua Assessoria	Engelag	CPCI	CPCSP	CCR México	CCR USA	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2007	445.203	273.124	23.120	33.461	117.551	267.618	-	-	14.560	9.300	427	265	7.706	(4.196)	-	-	(1.973)	(183)	1.185.983
Resíduo de equivalência patrimonial	216.658	340.302	8.838	22.274	59.380	86.326	4.928	(11.131)	13.979	-	277	10.194	10.621	11.345	1	1	(2.576)	(4.564)	766.853
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	267.380	7.600	-	17.400	-	-	-	-	-	-	9.224	5.889	307.493
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(426.068)	(190.750)	(16.881)	(20.345)	(23.456)	(96.000)	(1.164)	-	(13.794)	-	-	(10.285)	(7.301)	(11.909)	-	-	-	-	(817.953)
Lucro não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(208)	(1.262)	-	-	-	-	(1.638)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.005)	(1.358)	(2.363)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	(336)	-	-	-	-	-	-	-	(26)	13	(349)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	235.793	422.676	15.077	35.390	153.475	252.944	271.144	(2.531)	14.409	26.700	704	(14)	10.818	(6.022)	1	1	3.644	(203)	1.438.006

2008

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das Investidas

	Nordestina		Amblan		Vialagos		Ponte		Rodoeste		ViaOeste		CRC		Rodoanel		STP		ViaQuatro	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Capital social	208.601	193.149	176.162	171.162	11.292	11.292	24.902	22.073	107.480	107.480	139.763	139.763	270.081	-	8.000	-	16.338	16.338	46.035	24.315
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	175.000	175.000	35.168	35.168	19.421	19.421	1.846.936	1.846.936	13.976.292	13.976.292	270.081	-	44.192	-	8.529	8.529	63.572	63.572
Ordinárias	64.383	64.383	175.000	175.000	17.584	17.584	9.711	9.711	615.645	615.645	6.988.146	6.988.146	135.041	-	22.096	-	8.529	8.529	31.786	31.786
Preferenciais	64.383	64.383	-	-	17.584	17.584	9.710	9.710	1.231.291	1.231.291	6.988.146	6.988.146	135.040	-	22.096	-	-	-	31.786	31.786
Participação no patrimônio líquido	235.793	445.203	422.676	273.124	15.077	23.120	35.390	33.461	178.626	136.814	257.944	267.618	275.882	-	(3.717)	-	37.670	38.065	46.034	16.034
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	85,92	85,92	100	100	99,00	-	95,00	-	38,25	38,25	58,00	58,00
Participação no patrimônio líquido	235.793	445.203	422.676	273.124	15.077	23.120	35.390	33.461	153.475	117.551	257.944	267.618	271.144	-	(3.531)	-	14.409	14.560	26.700	9.300
Resultado de equivalência patrimonial (*)	216.658	157.566	340.302	274.141	8.838	15.707	22.274	19.918	59.380	48.871	86.326	76.505	4.928	-	(11.131)	-	13.979	7.500	-	-

(*) Para obter o resultado da equivalência informado no controlador, deve-se somar a equivalência das controladas e diminuir o valor do lucro não realizado (R\$ 1.658). A composição do lucro não realizado está descrita no Item B desta nota.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998 o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, que foi homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item “i”). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003 foi publicada a Lei 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004 o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto 2.462/04.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2008

Desde o ano de 2003 a controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 e 2004 estão em fase de instrução; as de 2005, 2006 e 2007, tiveram sentenças favoráveis à controlada, com recurso da parte contrária pendente de julgamento e a de 2008, teve liminar deferida favoravelmente à Companhia, estando em fase inicial.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2006, em face da controlada, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a controlada iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão. Em audiência de 06 de maio de 2008, as partes pactuaram a suspensão da eventual incidência de multa, mediante novo cronograma de obras.

vii. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$16.000. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005 foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

viii. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007 foi editada a Lei Estadual nº.15.607, regulamentada pelo Decreto nº.1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes aos moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da concessão de liminar, mas não obteve êxito. A ação foi julgada favoravelmente à controlada, com um voto contrário. O processo aguarda a tramitação do voto em contrário.

ix. Lei de Isenção - motocicletas

Em 10 de dezembro de 2007 foi editada a Lei Estadual nº.15.722, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná às motocicletas e veículos similares.

A controlada impetrou Mandado de Segurança, tendo sido concedida liminar em 27 de dezembro de 2007 para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão de concessão de liminar, mas não obteve êxito. Aguarda-se decisão do processo.

x. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativa e financeira superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela Concessionária, ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Em 27 de novembro de 2008, a ação entrou em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração da controlada reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da referida controlada e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas da controlada representam 5,7% e 10,5%, respectivamente, dos valores consolidados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		2008			2007
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	908	(556)	352	423
Máquinas e equipamentos	14	1.665	(1.024)	641	612
Instalações e edificações	6	560	(507)	53	139
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	27
		<u>3.133</u>	<u>(2.087)</u>	<u>1.046</u>	<u>1.201</u>

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		2008			2007
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	13.873	(6.934)	6.939	6.775
Máquinas e equipamentos	15	79.088	(43.783)	35.305	35.424
Veículos	19	42.668	(24.933)	17.735	16.254
Desapropriações	5	207.252	(64.412)	142.840	145.139
Instalações e edificações	5	238.354	(93.185)	145.169	126.013
Dispositivos de proteção e segurança	5	201.199	(99.897)	101.302	104.843
Pavimentos	12	1.698.461	(1.009.533)	688.928	719.427
Projetos e investimentos ambientais	5	158.927	(57.636)	101.291	99.615
Obras de arte especiais	5	590.920	(179.696)	411.224	409.556
Obras de arte correntes	5	345.638	(147.635)	198.003	196.960
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.518	(15.512)	15.006	15.993
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	64.067	(17.529)	46.538	43.226
Sinalizações	17	153.964	(120.144)	33.820	34.418
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	443.497	(147.076)	296.421	279.086
Obras preliminares e complementares	6	190.323	(84.933)	105.390	113.915
Sistemas operacionais	8	298.440	(168.143)	130.297	133.677
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	164.435	(56.310)	108.125	-
Imobilizações em andamento (1)	-	513.990	-	513.990	107.207
Adiantamento para imobilizado	-	<u>61.875</u>	<u>-</u>	<u>61.878</u>	<u>-</u>
		<u>5.497.492</u>	<u>(2.337.291)</u>	<u>3.160.201</u>	<u>2.587.528</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) As principais imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2008 são as seguintes: na AutoBAN, obras dos complexos Anhanguera e km 110 e implantação de marginais dos km 92 ao 98; na ViaOeste, implantação do entroncamento e estrada do marmeleiro; na NovaDutra, implantação de viaduto no km 292,77 e recuperação de taludes, terraplenos e drenagens; na RodoNorte, restauração e melhorias em diversos quilômetros da BR 376 e na ViaQuatro, a aquisição de equipamentos.

Movimentação do custo – consolidado

	2007	2008					
		Aquisição			Eliminação	Transferências	
	Custo	Renovias	Adições	Baixas	lucro não realizado (1)	e outros	Custo
Móveis e utensílios	12.654	222	414	(274)	-	857	13.873
Máquinas e equipamentos	71.468	2.841	2.505	(1.909)	-	4.183	79.088
Veículos	35.990	1.678	23	(2.759)	-	7.736	42.668
Desapropriações	199.624	1.337	60	(438)	-	6.669	207.252
Instalações e edificações	208.294	1.119	61	-	-	28.880	238.354
Dispositivos de proteção e segurança	196.859	-	-	-	-	4.340	201.199
Pavimentos	1.578.736	-	-	-	-	119.725	1.698.461
Projetos e investimentos ambientais	149.685	-	-	-	-	9.242	158.927
Obras de arte especiais	560.578	-	-	-	-	30.342	590.920
Obras de arte correntes	328.274	-	-	-	-	17.364	345.638
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	30.474	-	-	-	-	44	30.518
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	57.329	-	-	-	(1.856)	8.594	64.067
Sinalizações	145.102	-	-	(35)	-	8.897	153.964
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	406.606	-	-	-	-	36.891	443.497
Obras preliminares e complementares	189.251	-	-	(138)	-	1.210	190.323
Sistemas operacionais	279.654	5.951	10.681	(5.463)	-	7.617	298.440
Imobilizado de Rodovias - Renovias	-	153.962	10.473	-	-	-	164.435
Imobilizações em andamento	107.207	2.133	706.061	(25)	-	(301.386)	513.990
Adiantamento para imobilizado	-	-	63.657	(1.779)	-	-	61.878
	<u>4.557.785</u>	<u>169.243</u>	<u>793.935</u>	<u>(12.820)</u>	<u>(1.856)</u>	<u>(8.795)</u>	<u>5.497.492</u>

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engellog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da depreciação – consolidado

	2007	2008					
	Depreciação	Aquisição Renovias	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado	Transferências e outros	Depreciação
Móveis e utensílios	(5.879)	(117)	(1.113)	175	-	-	(6.934)
Máquinas e equipamentos	(36.044)	(1.931)	(8.481)	1.637	-	1.036	(43.783)
Veículos	(19.736)	(938)	(5.730)	2.518	-	(1.047)	(24.933)
Desapropriações	(54.485)	(314)	(9.729)	116	-	-	(64.412)
Instalações e edificações	(82.281)	(271)	(10.633)	-	-	-	(93.185)
Dispositivos de proteção e segurança	(92.016)	-	(7.905)	-	-	24	(99.897)
Pavimentos	(859.309)	-	(150.225)	-	-	1	(1.009.533)
Projetos e investimentos ambientais	(50.070)	-	(7.615)	-	-	49	(57.636)
Obras de arte especiais	(151.022)	-	(29.020)	-	-	346	(179.696)
Obras de arte correntes	(131.314)	-	(16.449)	-	-	128	(147.635)
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	(14.481)	-	(1.031)	-	-	-	(15.512)
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	(14.103)	-	(3.736)	-	310	-	(17.529)
Sinalizações	(110.684)	-	(9.497)	28	-	9	(120.144)
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	(127.520)	-	(19.874)	-	-	318	(147.076)
Obras preliminares e complementares	(75.336)	-	(9.622)	6	-	19	(84.933)
Sistemas operacionais	(145.977)	(3.792)	(21.863)	3.478	-	11	(168.143)
Imobilizado de Rodovias - Renovias	-	(50.265)	(6.045)	-	-	-	(56.310)
	<u>(1.970.257)</u>	<u>(57.628)</u>	<u>(318.568)</u>	<u>7.958</u>	<u>310</u>	<u>894</u>	<u>(2.337.291)</u>

14 Intangível

	Taxa média anual de amortização %	Controladora			
		2008			2007
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	480	(333)	147	199
Ágio - STP (b)	10	9.911	(5.555)	4.356	5.323
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(8.419)	6.889	9.950
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	<u>16.569</u>	<u>(10.433)</u>	<u>6.136</u>	<u>9.818</u>
		<u>42.268</u>	<u>(24.740)</u>	<u>17.528</u>	<u>25.290</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa média anual de amortização %	Consolidado			
		2008			2007
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	25.631	(14.350)	11.281	13.548
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	11.251	(3.145)	8.106	7.554
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	251.709	(57.414)	194.295	208.215
Ágio - STP (b)	10	9.911	(5.555)	4.356	5.323
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(8.419)	6.889	9.950
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	20	2.970	(2.970)	-	445
Ágio - CPC (e)	7,19	209.209	(8.717)	200.492	-
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	<u>16.569</u>	<u>(10.433)</u>	<u>6.136</u>	<u>9.818</u>
		<u>542.558</u>	<u>(111.003)</u>	<u>431.555</u>	<u>254.853</u>

Movimentação do custo – consolidado

	2007	2008			
	Custo	Aquisição Renovias	Adições	Baixas	Custo
Direitos de uso de sistemas informatizados	25.183	443	3.062	(3.057)	25.631
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	8.901	-	2.435	(85)	11.251
Ágio - ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	251.709
Ágio - STP (b)	9.911	-	-	-	9.911
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	15.308	-	-	-	15.308
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	2.970	-	-	-	2.970
Ágio - CPC (e)	-	209.209	-	-	209.209
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	<u>16.569</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.569</u>
	<u>330.551</u>	<u>209.652</u>	<u>5.497</u>	<u>(3.142)</u>	<u>542.558</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da amortização – consolidado

	2007	2008			
	Amortização	Aquisição Renovias	Adições	Baixas	Amortização
Direitos de uso de sistemas informatizados	(11.635)	(323)	(3.819)	1.427	(14.350)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.347)	-	(1.842)	44	(3.145)
Ágio - ViaOeste (a)	(43.494)	-	(13.920)	-	(57.414)
Ágio - STP (b)	(4.588)	-	(967)	-	(5.555)
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	(5.358)	-	(3.061)	-	(8.419)
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	(2.525)	-	(445)	-	(2.970)
Ágio - CPC (e)	-	-	(8.717)	-	(8.717)
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	<u>(6.751)</u>	<u>-</u>	<u>(3.682)</u>	<u>-</u>	<u>(10.433)</u>
	<u>(75.698)</u>	<u>(323)</u>	<u>(36.453)</u>	<u>1.471</u>	<u>(111.003)</u>

a. *Ágio - ViaOeste*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. *Ágio - STP*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago as outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. *Ágio - Parques e RodoNorte*

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

d. *Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP*

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

e. *Ágio - CPC*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f. Ágio - Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2010. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

15 Financiamentos e empréstimos

		Taxas contratuais % a.a.	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo custos de transação a apropriar	Vencimentos	Consolidado	
							2008	2007
Em moeda nacional								
1.1	Banco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	Janeiro de 2012	42.472	56.077
1.1	Unibanco - União de Bancos Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	Janeiro de 2012	25.483	33.647
1.1	Banco Bradesco S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	Janeiro de 2012	16.989	22.43
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	Janeiro de 2012	8.494	11.216
1.2	Banco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,5% a.a.	-	-	-	Fevereiro de 2009	2.142	14.948
1.3	Banco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.				Novembro de 2010		
			-	-	-	2010	50.562	76.712
1.7	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7% a.a.	-	-	-	Agosto de 2013	1.334	-
1.8	Unibanco, Bradesco e Ford Credit	TJLP + 3% a.a.	-	-	-	Julho de 2012	4.559	5.998
1.9	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	-	-	-	Abril de 2011	1.732	1.358
1.11	Banco Bradesco BBI S.A.	CDI + 1,18 % a.a.	2,29% (a)	517	345	Abril de 2009	139.739	-
1.11	Banco Santander S.A.	CDI + 1,18 % a.a.	0,6126% (a)	351	292	Abril de 2009	69.733	-
1.11	Banco ABN Amro Real S.A.	CDI + 1,18% a.a.	0,6126% (a)	351	351	Abril de 2009	69.674	-
1.11	Banco Alfa de Investimentos S.A.	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	-	Maio de 2009	101.439	-
1.11	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	-	Maio de 2009	101.466	-
1.11	Banco Société Générale Brasil S.A.	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	-	Maio de 2009	50.746	-
1.11	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	-	Maio de 2009	32.985	-
1.11	Banco UBS Pactual S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	-	Maio de 2009	372.950	-
1.12	Banco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a. e 5% a.a.	-	-	-	Dezembro de 2011	22.827	-
1.12	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 0,275% a.m.	-	-	-	Junho de 2011	7.666	-
1.12	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 5,3% a.a. e 5,5% a.a.	-	-	-	Julho de 2009	18	-
Subtotal moeda nacional							1.123.010	222.387
Em moeda estrangeira								
1.3	Banco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	Cesta de moedas + 5% a. a.	-	-	-	Janeiro de 2011	4.914	5.436
1.4	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	-	-	-	Agosto de 2010	100.479	63.884
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 6,13% a.a.	-	-	-	Julho de 2009	33.663	25.535
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 6,13% a.a.	-	-	-	Julho de 2009	26.453	20.064
1.6	HSBC Bank Brasil S.A.	US\$ + 5,05% a.a. e US\$ + 5,9% a.a.	-	-	-	Maio de 2009	69.655	50.252
1.10	Banco Santander S.A.	MX\$ + 9,67% a.a.	-	-	-	Dezembro de 2008	-	2.699
1.13	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 1,9% a 2,5% a.a.	-	6.482	6.482	Março de 2020	97.998	-
1.13	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 2,2% a 2,8% a.a.	-	1.869	1.869	Março de 2023	28.220	-
Subtotal moeda estrangeira							361.382	167.870
Total de financiamentos e empréstimos							1.484.392	390.257

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Financiamentos e empréstimos	1.145.066	121.695
Custo da transação	(988)	-
Total circulante	<u>1.144.078</u>	<u>121.695</u>
Financiamentos e empréstimos	348.665	268.562
Custo da transação	(8.351)	-
Total não circulante	<u>340.314</u>	<u>268.562</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação do juro e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>Consolidado</u>	
	2008	2007
2009	-	111.962
2010	177.470	121.591
2011	61.877	31.811
2012	24.107	3.198
Após 2012	<u>85.211</u>	<u>-</u>
Total	<u>348.665</u>	<u>268.562</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6 % a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

Em 10 de julho de 2000 a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 120.000, parte desse direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5,0% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 101.200.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao BID, IFC e BNDES, que foram liquidados antecipadamente em 11 de maio 2006. Entretanto, mantêm-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Os juros adicionais correspondentes a 2004, 2005 e 2006 foram assim pagos: em 01 de outubro de 2008, R\$ 742 ao BNDES; em 15 de janeiro de 2009, R\$ 722 ao BID e; em 14 de janeiro de 2009, R\$ 480 ao IFC.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

A controlada provisionou, até 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$ 11.970 para o cumprimento dessa obrigação.

Em 05 de janeiro de 2009 a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 267.353 com o BNDES, sobre o principal da dívida incidem juros de 2,14% a.a. mais TJLP. Estão sendo cumpridas as condições para desembolso, dentre elas, assinatura dos contratos de garantia, registro dos contratos e notificação à ARTESP.

1.2 NovaDutra

Em 09 de agosto de 2004 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R\$ 39.377.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 42 prestações mensais, entre 15 de setembro de 2005 e 15 de fevereiro de 2009.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor de 49% do total das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada;
- Penhor de 100% das receitas auferidas pela controlada, decorrentes do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Não-constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos citados nos três tópicos acima;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BNDES e do Agente Fiduciário, qualquer dívida exceto as seguintes: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR; (ii) empréstimo de capital de giro que não excedam R\$ 30.000; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos até o limite de R\$ 70.000 e (iv) outras dívidas desde que aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das debêntures em circulação e pelo BNDES ;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor. Em 31 de dezembro de 2008 o montante das fianças bancárias era de R\$ 43.100;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 10 de janeiro e 15 de fevereiro de cada ano e/ou 10 de julho e 15 de agosto de cada ano;
- Não alterar a proporção entre ações ordinárias e preferenciais do capital social;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;
 - Coeficiente de endividamento de longo prazo (dívida de longo prazo / patrimônio líquido) menor ou igual a 1,5;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.

1.3. RodoNorte

Em 01 de novembro de 2001 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R\$ 169.301, dividido em subcrédito A e B, com valores respectivos de R\$ 16.930 e R\$ 152.371.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incide taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES, na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incide juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais, entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B, também será em 84 prestações mensais, entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BNDES e do Agente Fiduciário, qualquer dívida exceto as abaixo listadas: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com os Patrocinadores; (ii) empréstimo de capital de giro que não excedam o montante de R\$ 10.000 e; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos até o limite de R\$ 30.000.
- Não distribuir dividendos antes da Conclusão Técnica do Projeto e do atingimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,3 ("Conclusão Técnica e Financeira do Projeto").
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou prestar outra forma de garantia no mesmo montante. O montante de fiança bancária em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 69.000.

Em 27 de dezembro de 2007 a RodoNorte obteve a Conclusão Técnica e Financeira do Projeto, e a partir daquela data está livre para distribuir dividendos aos acionistas.

1.4 ViaLagos

Em 11 de novembro de 2005 a controlada firmou contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., com encargos financeiros de 106,4% do CDI e vencimentos trimestrais, entre 11 de maio de 2006 e 11 de novembro de 2011, garantidos por fiança da controlada.

Esse contrato foi liquidado em 05 de setembro de 2007 através da contratação de novo empréstimo no valor de R\$ 68.000, na mesma data, com a mesma instituição financeira, com vencimento em parcela única, em 20 de agosto de 2010.

O empréstimo de 05 de setembro de 2007 foi realizado em Ienes e possui encargos financeiros de 5,8225% a.a., tendo como referência para sua liquidação a cotação do Iene de 2 dias antes da data de seu vencimento (Iene D-2). Foi realizado hedge (swap) com taxa de 103,20% do CDI.

1.5 Ponte

Em 26 de julho de 2005 a controlada firmou um contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., no montante de US\$ 13.999 mil, com encargos financeiros de 3,75% a.a., vinculado a uma operação de hedge (swap) à taxa de 104,5% do

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CDI, com vencimento para 16 de julho de 2007. Na data do vencimento, ocorreu a liquidação dos juros e do hedge (swap) através da contratação de um novo empréstimo e aditou-se o contrato prorrogando seu vencimento para 14 de julho de 2008, com juros de 6,3713% a.a. e nova contratação de hedge (swap) à taxa de 103,40% da variação do CDI.

Em 16 de julho de 2007 a controlada firmou um contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A. para liquidação do hedge (swap) do contrato citado acima, no montante de US\$ 11.001 mil, com encargos financeiros de 6,3713% a.a., com vencimento para 14 de julho de 2008.

Em 14 de julho de 2008, esses dois empréstimos foram prorrogados para 14 de julho de 2009, com juros de 6,13% a.a. e com alteração da taxa do hedge (swap) para 109,70% da variação do CDI.

1.6 CCR-USA, LLC

Em 16 de novembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US\$ 26.500 mil, com encargos financeiros de 5,05% a.a., com a finalidade de integralização de capital na concessionária Northwest Parkway, em Denver, Estados Unidos da América. O vencimento do principal e dos juros, em parcela única, será em 11 de maio de 2009.

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US\$ 1.700 mil, com encargos financeiros de 5,90% a.a., com a finalidade de complementar a integralização de capital na concessionária Northwest Parkway e reforço do capital de giro. O vencimento do principal e dos juros, em parcela única, será em 11 de maio de 2009.

Por se tratar de operações realizadas nos Estados Unidos da América não foram contratados hedges para estes empréstimos.

1.7 FINAME com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP

Em 01 de julho de 2008 a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 421, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

Em 02 de julho de 2008 a controlada RodoNorte firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 706, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

Em 04 de agosto de 2008 a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 186, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.8 FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 28 de junho de 2007 a controlada RodoNorte firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R\$ 2.432, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R\$ 765, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de abril de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada Nova Dutra firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, Ford Credit e Unibanco, no valor total de R\$ 2.920, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto-socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão, entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.9 FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006 a controlada ViaOeste firmou dois contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R\$ 1.836, com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

1.10 CCR México

Em 18 de dezembro de 2007 a controlada firmou contrato de empréstimo em Pesos Mexicanos, junto ao Banco Santander, no montante de Mx\$ 16.500 mil, com encargos financeiros de 9,67% a.a. O pagamento do principal e dos juros foi efetuado em parcela única, na data do vencimento, em 19 de dezembro de 2008.

Por se tratar de operação realizada no México, não foram contratados hedges para este empréstimo.

1.11 RodoAnel

Em 01 de outubro de 2008 e 03 de novembro de 2008 a controlada firmou contratos de coordenação, colocação e distribuição pública de notas promissórias comerciais da segunda

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e terceira emissões, respectivamente.

A segunda emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco, Santander e ABN, totalizando o valor da oferta em R\$ 460.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor de R\$ 5.750 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R\$ 23.000) garantidas por aval da Encalco Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R\$ 437.000) garantidas por aval da CCR.

A terceira emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos ABC Brasil S/A, UBS Pactual S/A, totalizando o valor da oferta em R\$ 650.000, equivalente a 1.300 notas promissórias, no valor de R\$ 500 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 65 notas promissórias (R\$ 32.500) garantidas por aval da Encalco Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 1.235 notas promissórias (R\$ 617.500) garantidas por aval da CCR.

O valor nominal das notas promissórias não será atualizado. Sobre os valores das mesmas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a. e 1,25% a.a., respectivamente, para a segunda e terceira ofertas. Essa remuneração será paga integralmente na data de vencimento.

As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias contados da primeira data de emissão.

1.12 CPC - Renovias

Em 10 de março de 1999 a Renovias firmou o contrato de abertura de crédito nº 98.2.586.3.1 no valor total de R\$ 91.271, junto ao BNDES, subdividido em dois subcréditos:

A) R\$ 53.305 à taxa de juros de 5% a.a., mais a TJLP com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de março de 1999 e 15 de setembro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de outubro de 2002.

B) R\$ 37.966 à taxa de juros de 5% a.a., mais a TJLP com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de março de 2002 e 15 de março de 2005 e, mensalmente, a partir do dia 15 de abril de 2005.

A amortização do principal relativo ao subcrédito "A" foi paga em setenta e duas prestações mensais e sucessivas, entre 15 de outubro de 2002 e 15 de setembro de 2008 e a do subcrédito "B" será paga em quarenta e oito prestações mensais e sucessivas, entre 15 de abril de 2005 e 15 de março de 2009.

Em 04 de dezembro de 2006, a Renovias firmou outro contrato de abertura de crédito, sendo este de nº. 06.2.0877.1 junto ao BNDES, no valor total de R\$ 53.202.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

período compreendido entre 15 de dezembro de 2006 e 15 de dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2009, inclusive.

A amortização do principal será paga em trinta e seis prestações mensais e sucessivas, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para ambos os contratos de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Manter em conta reserva o equivalente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, até cento e quatorze meses após a assinatura do contrato e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos seis meses do contrato. Entre o 73º e o 102º mês será exigida também em complementação ao saldo mínimo exigido, fiança bancária, garantindo o equivalente ao valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida decorrente do contrato. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta reserva era de R\$ 1.190, valor suficiente apenas para o contrato nº 98.2.586.3.1. A primeira amortização do contrato nº.06.2.0877.1 ocorreu em janeiro de 2009;
- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo, para efeito do cálculo, o valor lançado com ônus fixo da concessão constante do passivo total, e
- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos contratos já firmados após a celebração do contrato nº.06.2.0877.1, cujo valor acumulado supere R\$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 13 de julho de 2006 a Renovias firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 26.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A.

Sobre o principal da dívida incidem juros calculados conforme Taxa DI-Cetip Over, divulgada pela CETIP, acrescida de 0,275% ao mês.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A amortização do principal será paga em cinquenta e nove prestações mensais e sucessivas, entre 17 de Agosto de 2006 e 17 de Junho de 2011.

A principal garantia e cláusula restritiva deste contrato de financiamento é a seguinte: cessão fiduciária dos direitos de crédito perante a CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A e o Banco Itaú S/A, (“Devedores dos Recebíveis”).

1.13 ViaQuatro

Em 14 de julho de 2008, a controlada firmou um contrato de abertura de crédito em dólares norte-americanos, mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de US\$ 28.069 mil, à taxa de juros de 5,55% a.a. sem hedge e com pagamento em parcela única, com vencimento em 12 de setembro de 2008. Nessa data o contrato foi aditado para 13 de outubro de 2008, à taxa de juros de 5,4% a.a. O contrato foi aditado novamente para 28 de outubro de 2008, à taxa de 5,2% a.a., sendo liquidado nesta data.

Em 18 de setembro de 2008, foram contratadas operações de hedge (swap) junto ao HSBC Bank Brasil S.A., com taxa de 78,9% (US\$ 25.022 mil) e 75% (US\$ 3.072 mil) do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2008. Nesta data o contrato foi aditado para 28 de outubro de 2008, com taxa de 125% do CDI e liquidado na data.

Em 28 de outubro de 2008, a controlada firmou um contrato de empréstimo de capital de giro, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de R\$ 64.671, à taxa de juros de 125% do CDI, com vencimento em 11 de novembro de 2008. Nesta data o contrato foi aditado para 1º de dezembro de 2008, à taxa de 127,5% do CDI e foi liquidado na data.

Em 11 de novembro de 2008, a controlada firmou um contrato de empréstimo de capital de giro, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de R\$ 329, à taxa de juros de 127,5% do CDI, com vencimento em 1º de dezembro de 2008, sendo liquidado nesta data.

Em 7 de outubro de 2008, a controlada ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- Empréstimo BID A (Fase I):
 - Valor: US\$ 69.200 mil;
 - Prazo total: 15 anos;
 - Custo:
Libor +2,20% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Libor +2,50% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
Libor +2,80% a.a.: a partir do início da operação da Fase II.

- Empréstimo BID A (Fase II):
 - Valor: US\$ 59.500 mil;
 - Prazo e custo: condições de mercado no momento da Fase II.
- Empréstimo BID B (somente Fase I):
 - Valor: US\$ 240.000 mil;
 - Prazo total: 12 anos;
 - Custo:
 - Libor +1,90% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
 - Libor +2,20% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
 - Libor +2,50% a.a.: a partir do início da operação da Fase II;

Os montantes serão creditados à concessionária mediante o atendimento de condições precedentes e serão contratados hedges tempestivamente. De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa em substituição a Libor.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da controlada, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada, a não ser aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R\$ 7.500;

- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;
- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio após a Conclusão do Projeto, se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

16 Debêntures

Taxas Contratuais % a.a.	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo custos de transação a apropriar	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
					2008	2007	2008	2007
1.1 IGP-M + 11% a.a.	11,2495%	(a) 886	52	Maio de 2010	-	-	56.107	76.566
1.2 IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164%	(a) 1.468	124	Julho de 2010	-	-	49.261	66.946
1.2 IGP-M + 9,5% a.a.	10,0254%	(a) 1.469	186	Janeiro de 2010	-	-	29.269	53.270
1.3 105% do CDI	0,2388%	(b) 1.600	335	Março de 2011	117.367	154.741	117.367	154.741
1.3 100% CDI +1,6% a.a.	0,3499%	(b) 1.046	785	Setembro de 2009	310.788	-	310.788	-
1.3 14,75% a.a.	15,5213%	(a) 17.531	17.531	Dezembro de 2018	483.015	-	483.015	-
1.4 IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793%	(a) 877	502	Abril de 2014	-	-	128.656	116.622
1.4 IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759%	(a) 877	502	Abril de 2013	-	-	122.183	110.839
1.4 103,3% do CDI	1,1846%	(b) 2.809	1.147	Abril de 2012	-	-	323.447	320.608
1.5 104,5% do CDI	0,2917%	(b) 3.676	2.544	Julho de 2015	-	-	240.164	292.596
1.5 IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755%	(a) 2.427	1.785	Julho de 2015	-	-	194.263	201.289
1.5 IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755%	(a) 2.427	1.747	Janeiro de 2015	-	-	183.181	201.287
Total					911.170	154.741	2.237.701	1.594.764
Debêntures					354.821	42.866	622.609	209.093
Custo da transação					(2.121)	(290)	(4.854)	(3.491)
Total circulante					352.700	42.576	617.755	205.602
Debêntures					575.000	112.500	1.642.332	1.398.078
Custo da transação					(16.530)	(335)	(22.386)	(8.916)
Total não circulante					558.470	112.165	1.619.946	1.389.162

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se a taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Não foi considerado para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
2009	-	37.500	-	336.307
2010	37.500	37.500	342.936	302.218
2011	37.500	37.500	266.223	256.968
2012	-	-	183.821	174.613
Após 2012	<u>500.000</u>	<u>-</u>	<u>849.352</u>	<u>327.972</u>
Total	<u>575.000</u>	<u>112.500</u>	<u>1.642.332</u>	<u>1.398.078</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1.1 RodoNorte

Em 1º de maio de 2001 a controlada emitiu trezentos e quarenta debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R\$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total atualizado monetariamente de R\$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em taxa de juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, que será pago em nove parcelas anuais, entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorre em sete parcelas anuais, entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010. A primeira parcela correspondente a 10% do valor nominal e as demais, correspondentes a 15% do valor nominal. Todas na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias, cessão de indenização dos seguros contratados, caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras e cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.3 da nota explicativa nº.15.

1.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004 a controlada emitiu dezoito mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de nove mil debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R\$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.
- Segunda série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2 da nota explicativa nº.15.

1.3 CCR

Em 1º de março de 2005 a Companhia emitiu quinze mil debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R\$ 152.733.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

Em 26 de setembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$ 300.000.

A remuneração da debênture é baseada em 100% da variação do CDI e spread de 1,60% a.a.

O valor nominal da debênture será pago em parcela única, com vencimento em 26 de setembro de 2009.

Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$ 500.000.

A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a.

O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;
- Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

1.4 AutoBAn

Em 1º de abril de 2006 a controlada emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R\$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014. Os juros com vencimento em 1º de abril de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008.
- Segunda série:
 - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
 - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013. Os juros com vencimento em 1º de outubro de 2008 foram liquidados em 30 de setembro de 2008.
- Terceira série:
 - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012.
 - Juros: semestralmente entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012. Os juros com vencimento em 1º de abril de 2008 e 1º de outubro de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008 e 30 de setembro 2008.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

1.5 ViaOeste

Em 1º de julho de 2007 a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% das ações da controlada e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas, (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R\$ 50.000, (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação e (b) seja observado o limite estabelecido no item “a”, parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures e outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esse plano está baseado na venda, a determinados colaboradores escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI's.

Cada UI é um instrumento patrimonial que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (vesting), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005 e o Plano 2 no ano de 2007. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício terminado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVV's. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UI's ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs imediatamente ao término do período de vesting, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UI's serão automaticamente resgatadas.

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico.

A criação de novos Planos e seus respectivos Programas está sujeita à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não ocorreram no período referente a essas demonstrações financeiras, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI's, durante o período a que estas demonstrações financeiras se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 1.728 no exercício de 2008.

A prática contábil anterior da Companhia, consistia em reconhecer mensalmente, de maneira proporcional, o montante máximo de UI's resgatáveis no exercício seguinte, levando-se em conta o valor intrínseco estimado da UVV de resgate. A partir do encerramento do exercício de 2008, passou-se a adotar o provisionamento durante o período de *vesting*, apurando-se o valor justo dos montantes relativos ao plano de incentivo, bem como divulgação detalhada de seus critérios. O saldo, nesse sentido, em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 13.687 (R\$ 15.143 em 31 de dezembro de 2007).

		Saldo Total em 31.12.07			Saldo Prov. c/ Passivo em 31.12.07			Outorga entre 01.01 e 31.12.2008			Canceladas entre 01.01 e 31.12.08		
		Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.07	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.07	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.07	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	89.447	58,27	5.212	89.447	58,27	5.212	-	-	-	1.421	60,91	87
Plano 1	Programa 2 (2005)	65.163	60,95	3.972	65.163	60,95	3.972	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa NN (2005)	48.195	60,56	2.919	48.195	60,56	2.919	-	-	-	6.425	61,93	398
Plano 1	Programa 3 (2006)	76.416	54,44	4.160	39.532	51,15	2.022	-	-	-	8.987	53,43	480
Plano 2	Programa 4 (2007)	377.466	13,83	5.221	97.949	12,43	1.217	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 5 (2008)	-	-	-	-	-	-	336.843	12,82	4.320	-	-	-
Custo aquisição UI's		-	-	(199)	-	-	(199)	-	-	(51)	-	-	(5)
Total		656.687		21.285	340.287		15.143	336.843		4.269	16.833		959
		Exercidas entre 01.01 e 31.12.2008			Saldo Total em 31.12.08			Exercíveis em junho de 2009			Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.08		
		Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R\$)	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	38.488	61,46	2.365	49.534	52,96	2.623	49.534	52,96	2.623	49.534	52,96	2.623
Plano 1	Programa 2 (2005)	6.326	61,46	389	58.837	57,38	3.376	39.598	52,96	2.097	58.837	57,38	3.376
Plano 1	Programa NN (2005)	7.803	61,46	480	33.964	59,41	2.018	21.114	55,62	1.174	33.964	59,41	2.018
Plano 1	Programa 3 (2006)	-	-	-	67.431	49,30	3.325	22.477	38,71	870	67.431	49,30	3.325
Plano 2	Programa 4 (2007)	-	-	-	377.464	12,87	4.859	-	-	-	153.141	11,35	1.739
Plano 2	Programa 5 (2008)	-	-	-	336.843	12,82	4.320	-	-	-	76.451	10,86	830
Custo aquisição UI		-	-	(26)	-	-	(224)	-	-	-	-	-	(224)
Total		52.617		3.208	924.073		20.296	132.723		6.765	439.358		13.687

VJUMP (R\$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado da Unidade de Investimentos, em Reais

Totais em milhares

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados, conforme fórmula informada acima.	R\$ 111,12 para os programas do Plano 1 e R\$ 30,35 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, com correções futuras estimadas, ambos de acordo com os critérios mencionados acima.	Para os programas 1, 2 e NN1, R\$ 52,80 para 2009 e R\$55,43 para 2010
		Para o programa 3, R\$70,97 para 2009, R\$74,50 para 2010 e R\$77,89 para 2011
		Para o programa 4, R\$25,55 para 2010, R\$26,70 para 2011 e R\$27,90 para 2012
		Para o programa 5, R\$31,26 para 2011, R\$32,65 para 2012 e R\$34,09 para 2013
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta demonstração financeira e prazo de resgate da tranche de cada Programa, conforme informado acima.	180 dias para os resgates de 2009 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data base desta demonstração financeira.	2,66% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base desta demonstração financeira.	3,43% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base desta demonstração do CDI para os períodos em análise obtida no site do Banco Central do Brasil.	12,20% (2009), 11,70% (2010), 11,00% (2011), 10,60% (2012) e 10,50% (2013)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração desta demonstração financeiras.	2,21%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração desta demonstração financeiras.	68,09% no primeiro ano e 53,62% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
COFINS	145	100	31.345	28.333
ISS	89	-	15.684	14.058
PIS	-	83	8.036	7.871
IRRF	-	-	4.506	237
Outros	<u>87</u>	<u>7</u>	<u>3.709</u>	<u>642</u>
	<u>321</u>	<u>190</u>	<u>63.280</u>	<u>51.141</u>
Não circulante				
COFINS	-	-	21.551	30.676
PIS	-	-	8.367	12.614
CSLL	-	-	1.172	541
IRPJ	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>281</u>	<u>513</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.371</u>	<u>44.344</u>

Em fevereiro de 2006, a AutoBAn e NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005, sobre a majoração da alíquota do PIS e COFINS. O parcelamento foi deferido em sessenta parcelas, com pagamento da primeira parcela em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic.

Em maio de 2008, a AutoBAn obteve junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o deferimento de parcelamento de passivos contingentes decorrentes de alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e de majoração da alíquota de COFINS, de 2% para 3%, referente ao período de 03/1999 a 09/2000. Esse parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, atualizadas mensalmente pela variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Comissões a pagar	-	-	11.970	7.509
Receitas acessórias a apropriar	-	-	9.969	9.178
Verbas contratuais	-	-	5.972	4.808
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Seguros a pagar	-	-	3.408	1.720
Contas a pagar para aquisição de investimentos (1)	-	3.920	-	3.920
Outros	<u>74</u>	<u>58</u>	<u>3.662</u>	<u>3.419</u>
	<u>74</u>	<u>3.978</u>	<u>38.589</u>	<u>34.162</u>
Não circulante				
Contas a pagar para aquisição de investimentos (1)	-	21.794	-	21.794
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.853	3.258
Outros	<u>899</u>	<u>900</u>	<u>899</u>	<u>900</u>
	<u>899</u>	<u>22.694</u>	<u>3.752</u>	<u>25.952</u>

(1) Refere-se a contas a pagar a terceiros na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., cujo contrato foi liquidado em 18 de agosto de 2008.

20 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	212	-
Trabalhistas e previdenciárias	<u>2.284</u>	<u>2.284</u>
	<u>2.496</u>	<u>2.284</u>
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	6.405	4.227
Trabalhistas e previdenciárias	571	-
Tributárias	<u>22</u>	<u>208</u>
	<u>6.998</u>	<u>4.435</u>

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 192.488, em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 144.886 em 31 de dezembro de 2007), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAn, ViaLagos, Ponte, RodoNorte e ViaOeste contrataram fianças bancárias no montante de R\$ 107.334 para os processos em andamento.

21 Arrendamento mercantil

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos 2008	Pagamentos futuros mínimos 2007
Até um ano	3.969	3.486
Acima de um ano e até cinco anos	156	90

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia possui 256 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2008	2007
Despesas com arrendamento mercantil operacional	7.058	6.592

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

Em 22 de dezembro de 2008, em Assembléia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$ 220.527 sem modificação no número de ações, mediante capitalização de reserva de capital no mesmo valor.

b. Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 35.679.

- Reserva de retenção de lucros

É constituída para à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, que será submetida à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 753.586.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Remuneração aos acionistas

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	713.586
(-) Reserva legal	(35.679)
Base de cálculo	<u>677.907</u>
Dividendos propostos	<u>544.187</u>
(-) Dividendos antecipados	<u>(403.102)</u>
Dividendos a pagar	<u>141.085</u>
(+) Dividendos a pagar – minoritários da controlada RodoNorte	<u>2.421</u>
Total dos dividendos a pagar	<u>143.506</u>

23 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como hedges exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotado como política, a manutenção de contratos de hedge (swap) para proteção dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira para até 12 meses, até 100% do montante da dívida.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo,

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora							
	2008		2007					
	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	774.477	-	774.477	-	538.032	-	538.032
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	82	82	-	-	23	23
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	(911.170)	(911.170)	-	-	(154.741)	(154.741)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(5.619)	(5.619)	-	-	(28.411)	(28.411)
Total	<u>-</u>	<u>774.477</u>	<u>(916.707)</u>	<u>(142.230)</u>	<u>-</u>	<u>538.032</u>	<u>(183.129)</u>	<u>354.903</u>

	Consolidado							
	2008		2007					
	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	997.856	-	997.856	-	703.790	-	703.790
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	2.428	-	2.428	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	103.912	103.912	-	-	83.110	83.110
Contas a receber com operações de hedge	51.860	-	-	51.860	897	-	-	897
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(946.398)	(946.398)	-	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(230.250)	(230.250)	-	-	(162.434)	(162.434)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(176.612)	(176.612)	-	-	(222.387)	(222.387)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(131.132)	(131.132)	-	-	(5.436)	(5.436)
Debêntures	-	-	(2.237.701)	(2.237.701)	-	-	(1.594.764)	(1.594.764)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(201.966)	(201.966)	-	-	(173.874)	(173.874)
Contas a pagar de operações de hedge	(765)	-	-	(765)	(3.138)	-	-	(3.138)
Total	<u>51.095</u>	<u>1.000.284</u>	<u>(3.820.147)</u>	<u>(2.768.768)</u>	<u>(2.241)</u>	<u>703.790</u>	<u>(2.075.785)</u>	<u>(1.374.236)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	Controladora				Consolidado			
	2008		2007		2008		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	774.477	774.477	538.032	538.032	997.856	997.856	703.790	703.790
Conta reserva	-	-	-	-	2.428	2.428	-	-
Contas a receber	82	82	23	23	103.912	103.912	83.110	83.110
Fornecedores e Outras contas a pagar	5.619	5.619	28.411	28.411	201.966	201.966	173.874	173.874
Empréstimos	-	-	-	-	1.185.987	1.187.531	162.434	170.149
Debêntures	929.821	917.958	155.366	155.374	2.264.941	2.244.403	1.607.171	1.655.710
Financiamentos	-	-	-	-	307.744	307.744	227.823	227.823

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sendo classificados como custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- **Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo método do custo amortizado. Esta definição foi adotada pois os valores não são mantidos para negociação e tem volume insignificante de transações em um mercado secundário, não proporcionando, de acordo com entendimento da Administração da Companhia, informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA.
- **Empréstimos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado. Esta definição foi adotada pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, os empréstimos tiveram seus valores justos calculados com base nas projeções de índices futuros divulgados pela BM&F.
- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, UMBNDES – Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou a LIBOR. Conforme descrito na nota explicativa nº. 15 esses financiamentos são relativos a operações de “Project Finance” (financiamentos do BNDES e BID).

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam, realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, (2) da TJLP e CDI relativos a empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa a empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 15 e 16.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

<u>Controladas</u>	<u>Índices de atualização (variação)</u>
AutoBan	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terreplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge (Swap)* para mitigar esses riscos.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA), ao Iene (Japão) e ao Peso Mexicano (México), equivalentes em 31 de dezembro de 2008, a R\$ 361.382 (R\$ 167.870 em 31 de dezembro de 2007) (nota explicativa nº. 15). Desse montante, as controladas contrataram operações de *hedge (Swap)* no valor de R\$ 200.787 (R\$ 109.482 em 31 de dezembro de 2007). O restante não está protegido por operações de *hedge (swap)* por se tratar da aplicação de recursos captados e investidos no exterior, exceto o montante de R\$ 4.914 referente ao empréstimo vinculado a cesta de moedas do BNDES na controlada RodoNorte, bem como o financiamento do BID na controlada em conjunto ViaQuatro, com amortização do principal a partir de 2013.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos com caráter especulativo, tampouco, os nomeados, instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Companhia (controladora) não contratou instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2008 e de 2007.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia são relativos a contratos de hedge (swap) de dólar norte-americano (USD), Euros (EUR) e Ienes japoneses (JPY) por CDI.

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento de fornecedores em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo, por não ter atendido todas as condições para contabilização como hedge (hedge accounting). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F, relativo ao último dia útil imediatamente anterior à data do balanço, respeitando o prazo restante de cada operação, quando as operações protegem variações no dólar americano ou por cálculo equivalente ao do cupom limpo em USD para as operações em outras moedas estrangeiras (Euro e Iene). Os valores justos foram determinados com base na curva ativa dos contratos, tendo sido adotado como valor justo para a curva passiva, os valores contábeis originais registrados pela curva. Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Todos os instrumentos financeiros derivativos das controladas foram negociados em mercado de balcão.

A Companhia e suas controladas auferiram ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos no período de 2008 e 2007, conforme o quadro abaixo:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	2008	2007
	Resultado	Resultado
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	42.241	(9.672)
Total	42.241	(9.672)

Do montante de R\$ 42.241 relativos a resultados com operações de hedge no exercício de 2008, R\$ 644 refere-se a perdas nos contratos de hedge (swap) da controlada ViaQuatro, que se encontra em fase pré-operacional, sendo seus valores classificados para a rubrica ativo diferido, no ativo não circulante. Dessa maneira, o valor efetivamente registrado no resultado do exercício de 2008 é de R\$ 42.885.

Ganhos/(perdas) de operações desreconhecidas como contabilidade de hedge

As operações de hedge (swap) da Companhia e de suas controladas foram reconhecidas no resultado do exercício, portanto não há operações que pudessem ser desreconhecidas como contabilidade de hedge.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro				
Divida em USD	Aumento da cotação do USD	83.997	162.822	241.648
		83.997	162.822	241.648
Hedge de divida em moeda estrangeira Banco Bradesco	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(15.452)	(19.315)	(23.178)
	Dívida - Aumento da cotação do EUR	14.233	17.792	21.350
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(1.219)	(1.523)	(1.828)
Hedge de divida em moeda estrangeira Banco Bradesco	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(62.949)	(78.686)	(94.423)
	Dívida - Aumento da cotação do USD	55.068	68.835	82.602
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(7.881)	(9.851)	(11.821)
Ponte Rio-Niteroi				
Hedge de divida em moeda estrangeira Banco ABN Amro Real	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(52.861)	(66.077)	(79.292)
	Dívida - Aumento da cotação do dólar (USD)	64.167	80.209	96.250
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	11.306	14.132	16.958
ViaLagos				
Hedge de divida em moeda estrangeira Banco do Brasil	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(79.784)	(99.729)	(119.675)
	Dívida - Aumento da cotação do Iene	113.945	142.432	170.919
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	34.161	42.703	51.244
As taxas de cotações e juros consideradas foram:				
	USD (1)	2,3370	2,9213	3,5055
	EUR (1)	3,3011	4,1264	4,9517
	JPY (1)	0,026594	0,033243	0,039891
	CDI (1)	13,62%	17,03%	20,43%

(1) As taxas apresentadas acima, se referem a 31/12/2008 e serviram como base para o cálculo. As mesmas foram atualizadas até o vencimento de cada um dos contratos seguindo as projeções de cupom limpo/variações da moeda para USD (divulgado pela BM&F) e cálculo equivalente foi adotado para JPY e EUR.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e instrumentos financeiros derivativos destinados a eliminar (ou mitigar) esses riscos.

No quadro acima, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº. 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operação	Risco	Empresa	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos					
BID	Aumento da Libor	ViaQuatro	76.966	119.702	171.836
Debêntures	Aumento do IGP-M	AutoBAn	172.833	199.054	226.865
Debêntures	Aumento do IGP-M	ViaOeste	313.645	369.095	429.102
Debêntures	Aumento do IGP-M	RodoNorte	13.423	14.612	15.805
Debêntures	Aumento do IGP-M	NovaDutra	23.341	25.420	27.504
Debêntures	Aumento do CDI	AutoBAn	12.006	14.901	17.756
Debêntures	Aumento do CDI	ViaOeste	90.238	103.648	117.924
Debêntures	Aumento do CDI	CCR	48.761	59.764	70.629
Notas Promissórias	Aumento do CDI	RodoAnel	43.769	53.264	62.575
Capital de Giro	Aumento do CDI	CPC	3.614	4.445	5.310
BNDES	Aumento da TJLP	AutoBAn	7.287	7.332	7.376
BNDES	Aumento da TJLP	RodoNorte	5.473	5.505	5.537
BNDES	Aumento da TJLP	NovaDutra	28	28	29
Unibanco	Aumento da TJLP	AutoBAn	4.372	4.399	4.425
Bradesco	Aumento da TJLP	AutoBAn	2.915	2.933	2.950
ABN Amro Real	Aumento da TJLP	AutoBAn	1.457	1.466	1.475
BNDES (Cesta de	Aumento da	RodoNorte	728	989	1.128
			<u>820.856</u>	<u>986.557</u>	<u>1.168.226</u>

As taxas de juros consideradas foram

CDI (2)	13.62%	17.03%	20.43%
TJLP (3)	6.25%	7.81%	9.38%
UMBNDDES (4)	7.65%	9.56%	11.48%
IGP-M (5)	9.81%	12.26%	14.72%
LIBOR (6)	4.00%	5.00%	6.00%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas até os vencimentos de cada um dos contratos.
- (2) Refere-se a da taxa de 31/12/2008, conforme divulgado pela CETIP.
- (3) Refere-se a TJLP do último trimestre de 2008, conforme divulgado pelo BNDES.
- (4) Refere-se a TJLP do último trimestre de 2008 acrescida da variação do dólar norte-americano, conforme divulgado pelo BNDES. Para simplificação do cálculo, utilizou-se da TJLP acrescida do USD pois o mesmo representa 92,61% da composição da Cesta de Moedas do BNDES.
- (5) Refere-se a variação da taxa em 2008, conforme divulgado pela Andima.
- (6) Refere-se a taxa libor anual utilizada para cálculo dos juros do financiamento do BID em 31/12/2008.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos relativos ao Finame em virtude de não relevância dos valores, adicionado à taxa capitalizada variável da TJLP de aproximadamente 0,25% ao ano.

No quadro acima, são considerados três cenários de taxas de juros locais com os respectivos impactos nos resultados da Companhia e das suas controladas.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações de taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da, suas controladas e controladas em conjunto revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

24 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2008, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil - de R\$ 15.000 a R\$ 68.000;
- Riscos de Engenharia - de R\$ 4.632 a R\$ 77.828;
- Riscos Patrimoniais - de R\$ 14.200 a R\$ 445.000;
- Perda de Receita - de um a doze meses de cobertura.

25 Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2008 a controlada AutoBAn e a controlada em conjunto Renovias mantinham aplicação financeira em conta reserva, no montante de R\$ 2.247, para garantia dos financiamentos contratados junto ao BNDES e será liberado quando do pagamento das parcelas ou substituição da garantia (vide nota explicativa nº.15).

A controlada ViaOeste mantinha conta poupança, no montante de R\$ 181, para garantia da realização de compensação ambiental.

Os montantes classificados no circulante totalizam R\$ 1.771 e no não circulante R\$ 657.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	2008	2007	2008	2007
AutoBAn	2.022.656	2.038.394	1.620.519	1.596.564
RodoAnel	1.385.562	-	1.303.842	-
ViaOeste	407.253	411.153	329.512	323.240
Renovias	<u>198.979</u>	<u>-</u>	<u>189.029</u>	<u>-</u>
	<u>4.014.450</u>	<u>2.449.547</u>	<u>3.442.902</u>	<u>1.919.804</u>

Os compromissos das concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O compromisso da concessionária RodoAnel será pago em parcelas mensais e iguais até maio de 2010, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA em julho de cada ano.

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2008, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2009	1.238.866	1.183.520
2010	689.609	636.304
2011	282.091	250.566
2012	282.091	239.554
Após 2013 até 2018	<u>1.521.793</u>	<u>1.132.958</u>
Total	<u>4.014.450</u>	<u>3.442.902</u>

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 998.577 referente ao direito de outorga fixo (R\$ 225.108 em 31 de dezembro de 2007).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAn, ViaOeste e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$ 8.568 (R\$ 3.675 em 31 de dezembro de 2007).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 48.468 referente ao direito de outorga variável (R\$ 40.876 em 31 de dezembro de 2007).

b. Compromissos relativos às concessões – (não auditado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2008, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 5.953.156 (R\$ 5.143.002 em 31 de dezembro de 2007), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2008	2007
RodoNorte	1.403.633	1.402.693
ViaQuatro	1.329.295	1.249.856
AutoBAn	1.237.634	1.204.688
ViaOeste	634.225	664.145
NovaDutra	512.373	560.503
RodoAnel	431.510	-
Renovias	338.272	-
Ponte	55.565	50.692
ViaLagos	10.649	10.425
	<u>5.953.156</u>	<u>5.143.002</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão (não auditado)

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
				2008	2007
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	11.099	10.970	11.736
Terraplanagem	5,56	130.233	77.231	53.002	60.214
Pavimentação	14,29	197.770	197.770	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	35.475	4.449	7.765
Obras de arte especiais	8,33	255.934	227.414	28.520	49.779
Sinalização e segurança	25	15.328	15.328	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	4.819	2.409	2.859
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	8.673	-	286
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	9.500	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	<u>3.541.226</u>	<u>802.496</u>	<u>2.738.730</u>	<u>794.735</u>
		<u>4.227.885</u>	<u>1.389.805</u>	<u>2.838.080</u>	<u>927.374</u>

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAn, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrada como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº.9.

d. Obras a executar - ViaOeste

	2008	2007
Não circulante	<u>10.254</u>	<u>8.158</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº.7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº.11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a controlada passou a depositar o ônus fixo.

27 Eventos subsequentes

Controlada RodoAnel

Ação Popular – Lei Estadual nº. 2.481/53 que limita instalação de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular ajuizada em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo-ARTESP e dos acionistas da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias e Encalço Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Concessionária recebido e acatado a determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. Contra essa decisão foi interposto recurso pelo autor da ação, o qual está pendente de julgamento. O processo encontra-se em fase de instrução (apresentação de defesas e produção de eventuais provas), ainda sem sentença.

Aquisição de participação acionária da Controlar

Em 09 de fevereiro de 2009, a controlada CPC celebrou, junto com a Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. (“BPE”), um Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas (“Contrato de Compra e Venda”), irrevogável e irretratável, com a empresa CS Participações Ltda. (“CS”), seus acionistas e respectiva controlada BR Inspeções S.A. (“BRI”) (em conjunto “Vendedores”) para a aquisição, pela controlada CPC, de ações representativas de 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social da CONTROLAR S.A. (“CONTROLAR”).

O Contrato de Compra e Venda prevê o cumprimento de diversas condições precedentes pelos Vendedores para a conclusão financeira da aquisição, dentre elas a obtenção da prévia aprovação do Poder Concedente.

Após a conclusão financeira da aquisição, o capital social da CONTROLAR será detido nas seguintes proporções: 45% do capital social (50% das ações ordinárias) pela Companhia, 45% do capital social (50% das ações ordinárias) pela BRI e 10% do capital social (100% das ações preferenciais) pela BPE, sendo que o investimento da controlada CPC será de R\$ 121.014 na data-base de dezembro de 2007).

* * *

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	13
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	15
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	17
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	19
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	21
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	23
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	24
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	25
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	26
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	27
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	28
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	46/122

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. CHEDID JAFET, 222 BLOCO B 5º ANDAR				VILA OLIMPIA	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
04511-065		SÃO PAULO			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
11	3048-5921	3048-5925	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
11	3048-5903	3048-5911	-		
15 - E-MAIL					
renato.vale@ccrnet.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
ARTHUR PIOTTO FILHO				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. CHEDID JAFET, 222 BLOCO B 5º ANDAR			VILA OLÍMPIA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
04551-065	SÃO PAULO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3048-5931	3048-5921	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
11	3048-5903	3048-5911	-	
16 - E-MAIL				
arthur.piotto@ccrnet.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
KPMG Auditores Independentes		00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Luiz Ribeiro de Carvalho		007.769.948-32

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	403.101.800	100.775.450
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	403.101.800	100.775.450
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	29/03/2007	Dividendo	10/04/2007	ON	0,5000000000
02	RCA	09/08/2007	Dividendo	31/08/2007	ON	0,8200000000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 11/02/2008	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	1.820.881	1.768.285	1.593.258
1.01	Ativo Circulante	578.353	497.383	229.043
1.01.01	Disponibilidades	551.959	413.003	160.179
1.01.01.01	Caixa e bancos	13.927	353	8.830
1.01.01.02	Aplicações financeiras	538.032	412.650	151.349
1.01.02	Créditos	1.169	38.649	35.865
1.01.02.01	Clientes	1.169	38.649	35.865
1.01.02.01.01	Contas a receber - partes relacionadas	646	38.076	35.129
1.01.02.01.02	Contas a receber com terceiros	523	573	736
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoque	0	0	0
1.01.04	Outros	25.225	45.731	32.999
1.01.04.01	Impostos a recuperar	24.248	44.596	31.425
1.01.04.02	Despesas antecipadas e outros	977	1.135	1.574
1.02	Ativo Não Circulante	1.242.528	1.270.902	1.364.215
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	34.142	2.754	261.297
1.02.01.01	Créditos Diversos	327	0	43
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.724	1.724	260.018
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	1.724	1.724	260.018
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	32.091	1.030	1.236
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas e outros	785	995	1.196
1.02.01.03.02	Impostos a Recuperar	31.266	0	0
1.02.01.03.03	Outras contas a receber	40	35	40
1.02.02	Ativo Permanente	1.208.386	1.268.148	1.102.918
1.02.02.01	Investimentos	1.197.168	1.253.106	1.085.205
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.181.895	1.233.803	1.077.599
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	15.273	19.303	7.571
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	35
1.02.02.02	Imobilizado	1.400	1.541	1.639
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	9.818	13.501	16.074

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	1.820.881	1.768.285	1.593.258
2.01	Passivo Circulante	65.722	15.940	38.308
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	42.866	6.637	9.260
2.01.03	Fornecedores	1.739	2.251	2.302
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	15.546	3.749	3.216
2.01.04.01	Obrigações sociais e trabalhistas	15.356	3.348	2.817
2.01.04.02	Impostos e contribuições a recolher	190	401	399
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	1	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.06.01	Provisão para IRPJ e CSLL	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	12	136	386
2.01.07.01	Fornecedores - Partes relacionadas	12	136	386
2.01.08	Outros	5.559	3.166	23.144
2.02	Passivo Não Circulante	137.309	185.983	181.127
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	137.309	185.983	181.127
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	112.500	150.000	150.000
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.03.01	Provisão para perda de investimentos	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.916	1.916	2.341
2.02.01.04.01	Fornecedores - Partes relacionadas	1.916	1.916	2.341
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	22.893	34.067	28.786
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.617.850	1.566.362	1.373.823
2.04.01	Capital Social Realizado	571.234	571.234	571.234
2.04.02	Reservas de Capital	220.527	220.527	220.527
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	826.089	774.601	582.062
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	67.974	65.910	55.342
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.245)	(1.172)	(848)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	66.729	64.738	54.494
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(41.319)	(37.979)	(28.174)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(4.131)	(3.491)	(376)
3.04.02	Serviços	(17.253)	(15.597)	(13.573)
3.04.03	Custo da Outorga	0	0	0
3.04.04	Custo com Pessoal	(14.950)	(14.010)	(10.857)
3.04.05	Materiais, equipamentos e Veículos	(3.477)	(3.465)	(2.243)
3.04.06	Outros	(1.508)	(1.416)	(1.125)
3.05	Resultado Bruto	25.410	26.759	26.320
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	558.177	520.806	480.892
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(78.537)	(62.267)	(52.376)
3.06.03	Financeiras	10.284	25.697	44.216
3.06.03.01	Receitas Financeiras	43.835	64.214	80.906
3.06.03.01.01	Variação Cambial	0	0	0
3.06.03.01.02	Juros e Outras Receitas Financeiras	43.835	64.214	80.906
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(33.551)	(38.517)	(36.690)
3.06.03.02.01	V. M. das Obrigações Poder Concedente	0	0	0
3.06.03.02.02	Juros e Variação Monetária	(18.073)	(22.964)	(21.597)
3.06.03.02.03	Taxa, Comissões, Outras Financeiras	(15.478)	(15.553)	(15.093)
3.06.03.02.04	Resultado com Operação de Hedge	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(4.029)	(3.264)	(1.122)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	630.459	560.640	490.174
3.07	Resultado Operacional	583.587	547.565	507.212
3.08	Resultado Não Operacional	(6)	(35)	3
3.08.01	Receitas	0	0	3
3.08.02	Despesas	(6)	(35)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	583.581	547.530	507.215
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	(262)	(6.722)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	583.581	547.268	500.493

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	100.775.450
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,44773	1,35764	4,96642
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	644.029	699.260	556.110
4.01.01	Das Operações	644.029	388.499	189.538
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	583.581	547.268	500.493
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	60.448	(158.769)	(310.955)
4.01.01.02.01	Provisão para perdas com investimentos	0	35	0
4.01.01.02.02	Depreciações e amortizações	4.131	3.491	376
4.01.01.02.03	Amortização do ágio	4.030	3.264	1.122
4.01.01.02.04	Baixa do ativo imobilizad	11	0	29
4.01.01.02.05	Enc. financeiros de partes relacionadas	0	(27.362)	(55.660)
4.01.01.02.06	Resultado de equivalência patrimonial	(630.606)	(560.640)	(490.174)
4.01.01.02.07	Dividendos receb./propostos controladas	682.882	422.443	233.352
4.01.01.02.08	Perda na alienação de investimentos	0	0	0
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.02.01	Aumento de capital em controladas	0	0	0
4.01.02.02	Subscrição de capital (distr.publ.ações)	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	0	310.761	366.572
4.01.03.01	Diminuição do ativo não circulante	0	249	4.101
4.01.03.02	Captação de empréstimos	0	0	150.000
4.01.03.03	IRRF sobre juros com partes relacionadas	0	3.552	11.133
4.01.03.04	Recebimento de mútuo	0	302.104	175.053
4.01.03.05	Aumento do passivo não circulante	0	4.856	26.285
4.01.03.06	Recebimento pela venda de participação	0	0	0
4.02	Aplicações	612.841	408.552	714.396
4.02.01	Aplicação em outros investimentos	0	0	35
4.02.02	Aumento de investimentos	0	10.109	0
4.02.03	Aumento de participação em controladas	368	7.898	47
4.02.04	Constituição de ágio em controlada	0	14.996	312
4.02.05	Aplicação em imobilizado	318	325	421
4.02.06	Aplicação em diferido	0	495	16.074
4.02.07	Dividendos antecipados	330.543	253.954	201.551
4.02.08	Distribuição de dividendos	201.550	100.775	0
4.02.09	Dividendos propostos	0	0	0
4.02.10	Aumento de mútuo	31.388	20.000	495.956
4.02.11	Trnsf. passivo não circul. para o circul	37.500	0	0
4.02.12	Aumento do ativo não circulante	11.174	0	0
4.02.13	Diminuição do passivo não circulante	0	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	31.188	290.708	(158.286)
4.04	Variação do Ativo Circulante	80.970	268.340	(226.278)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	497.383	229.043	455.321
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	578.353	497.383	229.043
4.05	Variação do Passivo Circulante	49.782	(22.368)	(67.992)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	15.940	38.308	106.300
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	65.722	15.940	38.308

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	774.601	1.566.362
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	583.581	583.581
5.07	Destinações	0	0	0	0	(532.093)	(532.093)
5.07.01	Dividendos distribuídos	0	0	0	0	(201.550)	(201.550)
5.07.02	Dividendos intermediários	0	0	0	0	(330.543)	(330.543)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	826.089	1.617.850

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	582.062	1.373.823
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	547.268	547.268
5.07	Destinações	0	0	0	0	(354.729)	(354.729)
5.07.01	Dividendos distribuídos	0	0	0	0	(100.775)	(100.775)
5.07.02	Dividendos intermediários	0	0	0	0	(253.954)	(253.954)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	774.601	1.566.362

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	283.120	1.074.881
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	500.493	500.493
5.07	Destinações	0	0	0	0	(201.551)	(201.551)
5.07.01	Dividendos distribuídos	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Dividendos intermediários	0	0	0	0	(201.551)	(201.551)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	582.062	1.373.823

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	4.228.700	3.798.388	3.424.538
1.01	Ativo Circulante	1.014.962	895.676	602.504
1.01.01	Disponibilidades	780.377	602.851	337.542
1.01.01.01	Caixa e bancos	74.677	37.127	33.534
1.01.01.02	Aplicação Financeira	705.700	565.724	304.008
1.01.02	Créditos	146.402	194.113	170.976
1.01.02.01	Clientes	146.402	169.866	159.982
1.01.02.01.01	Contas a Receber	83.610	109.617	103.786
1.01.02.01.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	62.792	60.249	56.196
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	24.247	10.994
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	24.247	10.994
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	88.183	98.712	93.986
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	33.742	53.571	46.542
1.01.04.02	Despesas Antecipadas e Outras	35.312	39.683	40.012
1.01.04.03	IRPJ e CSLL diferidos	19.129	5.458	7.432
1.02	Ativo Não Circulante	3.213.738	2.902.712	2.822.034
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	312.172	224.350	245.127
1.02.01.01	Créditos Diversos	31.593	30.469	21.683
1.02.01.01.01	Contas a Receber	327	30.469	21.683
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0	0
1.02.01.01.03	Impostos a Recuperar	31.266	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	280.579	193.881	223.444
1.02.01.03.01	IRPJ e CSLL Diferidos	25.038	28.849	30.569
1.02.01.03.02	Despesas Antecipadas e Outros	248.603	158.245	171.893
1.02.01.03.03	Outras Contas a Receber	6.938	6.787	20.982
1.02.02	Ativo Permanente	2.901.566	2.678.362	2.576.907
1.02.02.01	Investimentos	63.263	19.303	8.271
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	63.263	19.303	7.571
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	700
1.02.02.02	Imobilizado	2.602.025	2.412.257	2.306.487
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	236.278	246.802	262.149

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	4.228.700	3.798.388	3.424.538
2.01	Passivo Circulante	620.940	527.999	578.922
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	125.207	162.060	220.413
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	121.695	151.014	197.379
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de Hedge	3.512	11.046	23.034
2.01.02	Debêntures	209.093	111.568	85.997
2.01.03	Fornecedores	113.760	98.217	86.935
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	97.958	69.884	67.745
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	51.141	47.512	47.800
2.01.04.02	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.817	22.372	19.945
2.01.05	Dividendos a Pagar	30	4.925	92
2.01.06	Provisões	15.941	12.210	25.216
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	12.143	8.355	17.943
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	1.514	1.401	5.310
2.01.06.03	Contingências	2.284	2.454	1.963
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	19.533	39.681	44.764
2.01.07.01	Fornecedores - Partes Relacionadas	19.533	39.681	44.764
2.01.08	Outros	39.418	29.454	47.760
2.01.08.01	Obrigações com o Poder Concedente	3.675	3.374	3.247
2.01.08.02	Bônus de Subscrição a Pagar	0	0	0
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	35.743	26.080	44.513
2.02	Passivo Não Circulante	1.970.551	1.690.988	1.455.386
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.970.551	1.690.988	1.455.386
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	275.006	629.049	819.565
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	268.562	629.049	816.072
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de Hedge	6.444	0	3.493
2.02.01.02	Debêntures	1.398.078	864.104	383.808
2.02.01.03	Provisões	262.395	123.372	174.341
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	213.616	70.784	112.312
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0	5.649
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	44.344	51.738	55.213
2.02.01.03.04	Contingências	4.435	850	1.167
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.916	1.916	1.916
2.02.01.04.01	Fornecedores - Partes Relacionadas	1.916	1.916	1.916
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	33.156	72.547	75.756
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	7.005	31.438	33.320
2.02.01.06.02	Outras Contas a Pagar	26.151	41.109	42.436
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	19.359	13.039	16.407
2.04	Patrimônio Líquido	1.617.850	1.566.362	1.373.823

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.01	Capital Social Realizado	571.234	571.234	571.234
2.04.02	Reservas de Capital	220.527	220.527	220.527
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	826.089	774.601	582.062
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.538.241	2.317.891	2.103.599
3.02	Deduções da Receita Bruta	(185.225)	(172.919)	(149.245)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.353.016	2.144.972	1.954.354
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(954.630)	(1.069.191)	(957.172)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(297.109)	(311.646)	(275.402)
3.04.02	Serviços	(275.650)	(301.179)	(270.936)
3.04.03	Custo da Outorga	(171.408)	(253.762)	(252.423)
3.04.04	Custo com Pessoal	(97.806)	(92.498)	(75.579)
3.04.05	Materiais, equipamentos e Veículos	(25.037)	(27.064)	(23.064)
3.04.06	Outros	(87.620)	(83.042)	(59.768)
3.05	Resultado Bruto	1.398.386	1.075.781	997.182
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(503.181)	(413.683)	(219.857)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(253.069)	(197.086)	(186.990)
3.06.03	Financeiras	(232.202)	(193.591)	(21.874)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	95.771	85.916	267.637
3.06.03.01.01	Variação Cambial	14.133	7.828	50.952
3.06.03.01.02	Juros e Outras Receitas Financeiras	81.638	78.088	216.685
3.06.03.01.03	Resultado com Operação de Hedge	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(327.973)	(279.507)	(289.511)
3.06.03.02.01	Var.Monet.Obrig. Poder Concedente	0	(676)	(4.734)
3.06.03.02.02	Juros e Variações Monetárias	(246.039)	(196.916)	(166.447)
3.06.03.02.03	Taxas, Comissões e Outras Desp.Financ.	(60.736)	(60.698)	(70.669)
3.06.03.02.04	Resultado com Operação de Hedge	(21.198)	(21.217)	(47.661)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(17.910)	(23.006)	(10.993)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	895.205	662.098	777.325
3.08	Resultado Não Operacional	(4.376)	(307)	3.954
3.08.01	Receitas	0	0	3.954
3.08.02	Despesas	(4.376)	(307)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	890.829	661.791	781.279
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(308.893)	(115.796)	(222.413)
3.11	IR Diferido	9.731	5.866	(50.983)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(8.086)	(4.593)	(7.390)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	583.581	547.268	500.493

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	100.775.450
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,44773	1,35764	4,96642
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	1.842.443	1.723.677	1.259.907
4.01.01	Das Operações	1.054.326	888.578	743.839
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	583.581	547.268	500.493
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	470.745	341.310	243.346
4.01.01.02.01	IRPJ e CSLL Diferidos	3.811	(3.929)	49.480
4.01.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	34.199	70.784	0
4.01.01.02.03	Provisão para Perdas com Investimentos	0	731	0
4.01.01.02.04	Baixa do Diferido	54	0	0
4.01.01.02.05	Depreciação e Amortização	315.801	334.218	293.498
4.01.01.02.06	Amortização do Ágio	4.030	3.264	1.122
4.01.01.02.07	Baixa do Ativo Imobilizado	14.654	11.065	2.384
4.01.01.02.08	Imob.Transf.p/Compens.Outorga(Via Lagos)	0	0	6.281
4.01.01.02.09	Variação Cambial de Empréstimos e Financ	(6.224)	(21.151)	(39.841)
4.01.01.02.10	Juros e Variação Monet.s/Financ.e Debênt	85.392	48.798	24.194
4.01.01.02.11	Reversão da Prov. para IRPJ e CSLL	0	(112.312)	0
4.01.01.02.12	Juros sobre Contingências Fiscais	2.607	0	(67.887)
4.01.01.02.13	Juros sobre Impostos Parcelados	3.985	4.353	382
4.01.01.02.14	Juros/VM Ativos Comp.Pagto.Ant. Outorga	0	0	(28.849)
4.01.01.02.15	Desconto Obtido Pagto.Antec.Outorga	0	0	(39.207)
4.01.01.02.16	Var.Monet. Obrigações Poder Concedente	(44)	676	3.433
4.01.01.02.17	Provisão (Reversão) para Contingências	3.451	1.091	(2.294)
4.01.01.02.18	Provisão das Obrig.Poder Concedente	0	1.206	19.817
4.01.01.02.19	Resultado com Operação de Hedge	2.709	5.884	13.443
4.01.01.02.20	Participação dos Minoritários	6.320	(3.368)	7.390
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.02.01	Subscrição de Capital (Distr.Públ.Ações)	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	788.117	835.099	516.068
4.01.03.01	Diminuição do Ativo não Circulante	0	5.990	22.086
4.01.03.02	Captação de Empréstimos	780.093	825.861	445.881
4.01.03.03	Aumento do Passivo Não Circulante	0	3.248	48.101
4.01.03.04	Recebimento Pela Venda de Participação	0	0	0
4.01.03.05	Transf. Passivo não Circulante p/ Circul	8.024	0	0
4.02	Aplicações	1.816.098	1.379.582	1.263.214
4.02.01	Aplicação em Outros Investimentos	0	0	700
4.02.02	Aquisição da ViaOeste Participações	0	0	358.203
4.02.03	Aumento de Investimentos	56.794	8.342	0
4.02.04	Constituição de Ágio em Controlada	0	14.996	312
4.02.05	Aplicação em Imobilizado	500.949	429.460	375.357
4.02.06	Aplicação em Diferido	0	1.699	16.074
4.02.07	Dividendos Antecipados	330.543	253.954	201.551
4.02.08	Distribuição de Dividendos	201.550	100.775	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
4.02.09	Dividendos Propostos	0	0	0
4.02.10	Diminuição dos Minoritários	0	0	47
4.02.11	transf.Passivo Não Circulante p/Circul.	551.561	570.356	310.970
4.02.12	Diminuição do Passivo Não Circulante	39.347	0	0
4.02.13	Dividendos a Pagar - Minoritários	0	0	0
4.02.14	Pagto. Antecipado de Empréstimos	35.697	0	0
4.02.15	Aumento no Ativo não Circulante	99.657	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	26.345	344.095	(3.307)
4.04	Variação do Ativo Circulante	119.286	293.172	(94.896)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	895.676	602.504	697.400
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	1.014.962	895.676	602.504
4.05	Variação do Passivo Circulante	92.941	(50.923)	(91.589)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	527.999	578.922	670.511
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	620.940	527.999	578.922

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Concessões Rodoviárias, e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessões Rodoviárias e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

11 de fevereiro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que submetemos à V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

2. Apresentação

A Companhia de Concessões Rodoviárias (“CCR”) é uma empresa holding cujo objetivo é “a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou por meio de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias”.

A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar os esforços dos mesmos em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

A CCR detém 100% do capital social da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (“AutoBAN”), da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra”), da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (“Ponte”), da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (“Via Lagos”) e da Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (“ViaOeste”), 85,92% do capital social da Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (“Rodonorte”), 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., e 99,90% do capital social das seguintes empresas prestadoras de serviços para o grupo: Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda. e Engelog Centro de Engenharia Ltda, 85,92% do capital social da Parques Serviços Ltda., e 38,25% do capital social da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

Como parte de sua estratégia, a CCR pretende concorrer a novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privada (PPP) de governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias já existentes, para expandir sua área de atuação. É parte integrante de sua estratégia a exploração de atividades relacionadas à atividade principal, além de buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metroviárias e urbanas.

3. Mercado

A partir de 1994, os governos federal e estaduais estabeleceram programas de concessão, entre eles, o programa de concessão de rodovias. O modelo de concessão de rodovias possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelo sistema financeiro nacional e estrangeiro, juntamente com investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias, dos governos federal e estaduais, continuam a indicar a continuidade de novas oportunidades de crescimento para a empresa por meio de novas licitações de rodovias no mesmo conceito das atuais concessões.

No final de 2004, foi aprovada no congresso nacional a regulamentação das PPP – Parcerias Público Privada, que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Brasil conta atualmente com 1,6 milhões de km de rodovias sendo que destes, 165 mil km são pavimentados, e aproximadamente 10 mil km são atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o governo federal licitou 7 rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Destaques

Tráfego	12M07	12M06
Veículos equivalentes ¹ (unidades em milhares)	551.929	519.688
DRE		
Receita Bruta	2.538.241	2.317.891
(-) Tributos	185.225	172.919
Receita Líquida	2.353.016	2.144.972
(-) Custos totais desembolsáveis	898.724	938.720
(=) EBITDA	1.454.292	1.206.253
Margem EBITDA	61,8%	56,2%
(-) Depreciação/amortização	318.861	337.497
(-) Apropriação de Despesas Antecipadas	8.024	13.067
(=) EBIT	1.127.407	855.689
Margem EBIT	47,9%	39,9%
(-) Resultado Financeiro Líquido	232.202	193.591
(-) Resultado Não Operacional	4.376	307
(-) Part. de Acionistas Não Controladores	8.086	4.593
(=) Resultado Antes dos Impostos	882.743	657.198
(-) IRPJ & CSLL Correntes e Diferidos	299.162	109.930
(=) Lucro Líquido	583.581	547.267
Alíquota média de IRPJ & CSLL	33,9%	16,7%
Margem Líquida	24,8%	25,5%
Dívida Líquida e Investimentos		
Dívida Líquida ²	1.227.007	1.139.683
Investimentos (imobilizado) ³	511.931	460.118

As margens foram calculadas sobre a receita líquida.

¹ Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado). No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Este procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

² Dívida líquida é calculada pela diferença entre empréstimos, financiamentos, debêntures, resultado de operações de hedge e dívida com pessoas ligadas (passivos); contra disponibilidades, conta reserva, resultado líquido de swap e créditos com pessoas ligadas (ativos).

³ Capex (Capital Expenditure) em regime de caixa.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Operacional Consolidada

A receita de pedágio no ano de 2007 representou 96,2% do total da receita. O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego, que medido em termos de veículos equivalentes, teve aumento de 6,2% e ao aumento da tarifa média de 3,3% .

Em 2007 as receitas acessórias apresentaram uma redução de 2,0%. Essa redução deveu-se principalmente a uma reclassificação contábil ocorrida na Ponte.

Custos Totais

Os Custos Totais (Custo dos Serviços Prestados somados às Despesas Administrativas) apresentaram uma queda de 4,9% no ano de 2007 em relação ao ano de 2006.

Depreciação e amortização no ano de 2007 tiveram redução de 5,5% quando comparado com 2006. Essa redução deveu-se principalmente aos efeitos dos Aditivos Modificativos nº 16 e 12 da AutoBAN e Viaoeste, respectivamente, celebrados no dia 21 de dezembro de 2006 e que tiveram por objeto reequilibrar as equações econômico-financeiras dos Contratos de Concessão, em função dos impactos decorrentes das extensões de prazo de concessão nas duas concessionárias, oriundas das readequações dos seus cronogramas de investimentos.

Excluindo-se as depreciações e amortizações, os custos totais tiveram uma redução de 4,5% comparados com igual período do ano anterior.

Resultado financeiro

No ano de 2007, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 232.202 mil, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 193.591 mil em 2006. Este aumento deveu-se principalmente a maior apropriação de juros e variação monetária da AutoBAN, e ao refinanciamento da dívida da ViaOeste.

Lucro Líquido

Em 2007 o Lucro Líquido foi de R\$ 583,6 milhões, apresentando 6,6% de aumento em relação a 2006. Este aumento deveu-se a melhor performance operacional.

Dívida

Em 2007, a dívida bruta da CCR cresceu 13,8% em relação ao ano de 2006. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representava em 2007, 97,0%, e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representava em 2007, 83,4%, comparado a 100% e 85,0%, respectivamente, no ano de 2006. O crescimento da dívida deveu-se à emissão de debêntures da ViaOeste, no valor de R\$ 650,0 milhões em julho/07. O recurso dessa emissão foi utilizado para liquidar o Empréstimo-Ponte, contratado para pagar antecipadamente o BNDES (R\$ 40 milhões), pagar a Dívida Subordinada (R\$ 325 milhões), reforço de capital de giro (R\$ 5 milhões) e pagamento de dividendos (R\$ 280 milhões).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos

No acumulado do ano de 2007 foram investidos 11,3% a mais do que no ano de 2006, conforme previsto nos cronogramas de investimentos das concessionárias. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAn, NovaDutra e ViaOeste, representando respectivamente 39,4%, 19,3% e 23,3% do total investido. A AutoBAn investiu principalmente na Marginal Anhanguera do Km 92 ao 103,5, em conservação especial e projeto Anhanguera. A NovaDutra investiu principalmente no pavimento e recuperação geral. A ViaOeste investiu principalmente na implantação das marginais, rotatórias, binários entre o km 41 e 42 da SP-270, passarelas da SP-270 e SP-280, e complemento da 2ª intervenção no pavimento entre os km 92 ao 115,5 Pista Leste e Pista Oeste - Sorocaba/Araçoiaba da Serra SP-270.

Dividendos

A Administração da CCR propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2007 de R\$ 0,50 por ação, totalizando R\$ 201.551 mil, montante a ser submetido à aprovação da Assembléia Geral Ordinária. Essa distribuição complementar a antecipação de dividendos pagos em 31 de agosto de 2007 de R\$ 0,82 por ação, resultando em um “pay-out” de 91,2%, referente ao exercício fiscal de 2007.

5. Destaques do ano de 2007

No dia 10 de abril de 2007, a CCR complementou a distribuição de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2006 no valor de R\$ 0,50 por ação, totalizando R\$ 201.550 mil.

No dia 31 de agosto de 2007, a CCR iniciou a distribuição da antecipação de dividendos referente ao exercício fiscal de 2007 no montante de R\$ 330.543 mil, equivalente a R\$0,82 por ação.

No dia 29 de agosto de 2007, o consórcio formado pela CCR (10%) e a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A. (90%) assinou o contrato de concessão da Northwest Parkway.

Em 31 de outubro, a CCR inaugurou, em parceria com a Fundação Dom Cabral, o Núcleo CCR de Infra-estrutura e Logística, que tem por objetivo ser um espaço dinâmico de geração do conhecimento, contribuindo para as discussões sobre os modelos de concessão, o papel da iniciativa privada no transporte brasileiro, o aprofundamento das questões relativas a parcerias público-privadas e outros temas relacionados ao setor.

Em 23 de novembro de 2007, a CCR realizou o 3º CCR Day.

Em 1ª de dezembro de 2007, a CCR integrou-se pelo terceiro ano consecutivo o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa.

Responsabilidade Corporativa

Em 2007, a CCR ampliou as ações de responsabilidade corporativa que beneficiaram milhares de usuários e moradores das cidades cortadas pelas suas rodovias. As ações da CCR no âmbito cultural, social e ambiental foram mais uma vez reconhecidas pelo mercado de capitais: a companhia faz parte, pelo terceiro ano consecutivo, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CCR Cultura nas Estradas

Investir em cultura e levá-la a um público que nem sempre tem acesso a atrações de qualidade. Com esse objetivo, a CCR desenvolveu sua política cultural, denominada CCR Cultura nas Estradas. Por meio de suas concessionárias, a empresa leva produções culturais para todas as regiões de abrangência de suas rodovias. A iniciativa prevê a realização de eventos regionais e grandes projetos itinerantes.

Os dois carros-chefes do projeto CCR Cultura nas Estradas são o Cine Tela Brasil e o Circo Roda Brasil. Ambos atualmente viajam pelas rodovias do Sistema CCR, oferecendo cultura, lazer e entretenimento às comunidades lindeiras.

O Cine Tela Brasil, idealizado pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi, completou em 2007 três anos de existência, apresentando uma das maiores taxas de ocupação do cinema nacional: 86%. Desde o início do projeto, mais de 300 mil pessoas de aproximadamente 100 cidades puderam assistir a produções nacionais de qualidade na tenda itinerante, instalada em um caminhão equipado com material de última geração, ar condicionado, projeção cinemascope, som "stereo surround" e 225 lugares.

O ano também foi marcado pela itinerância do Circo Roda Brasil com o espetáculo Stapafúrdy, em que alguns dos melhores artistas circenses do País resgatam e modernizam a magia do circo, combinando números tradicionais com a arte da dança de rua. Dirigido pelos grupos Parlapatões e Pia Fraus, o Circo Roda Brasil viajou, em quase dois anos, por sete cidades do Sistema CCR, fazendo a alegria de 90 mil pessoas.

Ainda no âmbito cultural, a CCR continuou seu apoio ao grupo Jogando no Quintal. Visto por cerca de 25 mil pessoas em pouco mais de um ano, o Jogando no Quintal é um espetáculo de improvisação de palhaços inspirado na estrutura de uma partida de futebol.

Responsabilidade Social e Ambiental

A CCR, por meio de suas concessionárias, manteve seu compromisso e continuou desenvolvendo uma série de projetos sociais e ambientais que beneficiaram um grande número de usuários e comunidades lindeiras. Veja, a seguir, algumas dessas ações:

Estrada para a Saúde – Atentas às dificuldades do caminhoneiro em cuidar de sua saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como dirigir com sono e automedicação, as concessionárias AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra e RodoNorte realizam o programa Estrada para a Saúde. O programa é a união de todos os projetos de saúde realizados pelas concessionárias do Sistema CCR e oferece acompanhamento contínuo aos caminhoneiros, por meio de exames médicos, tratamento odontológico e serviços gratuitos, além de orientações preventivas para melhorar sua qualidade de vida e bem-estar. Desde 2002, o Estrada para a Saúde já atendeu cerca de 50 mil motoristas.

Estrada para a Cidadania – O programa dissemina informações sobre segurança de trânsito e cidadania entre os alunos de 3ª e 4ª séries das redes públicas de ensino fundamental nas cidades lindeiras. Realizado pelas concessionárias AutoBAn, NovaDutra e ViaOeste, o Estrada para a Cidadania envolve educadores e crianças na faixa etária entre 8 e 11 anos. Com o programa, mais de 550 mil crianças de 1.162 escolas, de 60 cidades tiveram a oportunidade de aprender noções

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

importantes sobre a segurança no trânsito, transformando-se em agentes disseminadores de conhecimento e valores sobre a preservação da vida.

Programa Parto Humanizado – Realizado pela concessionária RodoNorte, o programa visa auxiliar os municípios na luta pela redução da mortalidade infantil. Para isso, a empresa motiva as gestantes para a realização do pré-natal, presenteando com um enxoval as mães que comprovam a realização de, no mínimo, seis consultas na rede pública de saúde nas cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Piraí do Sul, Ortigueira e Imbaú. Somente em 2007, mais de 4 mil gestantes puderam ser atendidas pela iniciativa. O programa, reconhecido e aprovado no Paraná, contribui para a redução de 43% no índice de mortalidade infantil em Ponta Grossa.

Gincana da Qualidade – Além dos projetos sociais voltados à saúde do caminhoneiro e da gestante, a RodoNorte realizou em 2007 mais uma edição da Gincana da Qualidade. Trata-se de um evento anual que incentiva os colaboradores da concessionária para a arrecadação de alimentos e brinquedos. Somente em 2007, centenas de pessoas foram novamente beneficiadas com 30 toneladas de alimentos que foram doadas para a coordenação da Campanha do Natal Sem Fome, em Ponta Grossa, além de entidades assistenciais de 13 cidades da área de atuação da empresa, beneficiando 8 mil famílias.

Campanha “De Volta Pra Casa” – Os recibos de pedágio emitidos pelas praças de pedágio administradas pela RodoNorte continuam sendo utilizados com o objetivo de ajudar a encontrar crianças e adolescentes desaparecidos no Estado. Por mês, são emitidos aproximadamente 1,5 milhão de recibos com as fotografias de crianças desaparecidas, impressas no verso, atingindo usuários das mais diversas origens e destinos do País. A iniciativa faz parte da Campanha “De Volta Pra Casa”, realizada em parceria com o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Estado do Paraná. A campanha já ajudou a encontrar um adolescente de 15 anos que voltou para casa, em Campo Largo, após estar três anos desaparecido.

Crianças desaparecidas – A NovaDutra deu continuidade em 2007 à parceria com a ABCD (Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida), que atua há mais de 10 anos na localização de crianças e adolescentes. Todos os recibos emitidos pelas praças de pedágio da concessionária trazem impressas fotos de crianças ou adolescentes desaparecidos. Em 2007, foram disponibilizadas fotografias de 24 crianças. A NovaDutra emite mais de 2 milhões de comprovantes por mês.

Campanha “Eu Uso a Passarela” – O objetivo da iniciativa da RodoNorte é reduzir os índices de atropelamentos causados por travessias pela rodovia. Na primeira fase, os pedestres são abordados próximos das passarelas. Eles recebem mensagens e materiais educativos que reforçam a atitude positiva, além de um café da manhã. Para aqueles que ainda atravessam a rodovia pela pista, a abordagem é feita por funcionários da concessionária e por policiais rodoviários. Nestes casos, a mensagem e o material educativo alertam sobre o risco que as pessoas correm e a possibilidade de provocarem acidentes. Na segunda fase, a campanha é realizada em escolas públicas com a participação de 2.500 crianças. Para aumentar o aprendizado, a concessionária contrata um grupo de teatro para apresentar uma peça educativa. A idéia é mostrar às crianças a importância da utilização das passarelas, por meio de uma linguagem fácil e divertida. Um concurso de frases e desenhos encerra a campanha, com prêmios para os três melhores.

Campanha “Sou Sangue Bom” – Com a Campanha “Sou Sangue Bom”, o Hemepar de Ponta Grossa (Centro de Hematologia do Paraná) continua contando mensalmente com doadores de

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

sangue, colaboradores da RodoNorte. A campanha é uma parceria com a 3ª Regional de Saúde da cidade para garantir o aumento da coleta mensal de sangue na cidade. Todo o mês, a concessionária disponibiliza quinze de seus funcionários para doação e o aumento no estoque mensal ajuda dezenas de pessoas que dependem da doação de sangue. Em 2007, foram quase 200 doações.

Voluntários da Vida – Em 2007, a AutoBAn prosseguiu com as doações do Programa Voluntários da Vida, criado um ano antes. Pesquisa realizada com os 1.162 colaboradores da concessionária revelou que mais de 50% deles desejavam ser doadores regulares de sangue, o que motivou a criação do programa de responsabilidade social. Desde então, as doações coletivas realizadas reuniram 600 doadores. Foram coletadas 470 bolsas de sangue que, após os exames sorológicos, foram distribuídas aos hospitais públicos e filantrópicos de Jundiaí, Campinas e de toda região de abrangência do Sistema Anhangüera-Bandeirantes, beneficiando diretamente 1.410 pacientes que precisavam de transfusão e casos de emergência.

Instituto Caminhos para a Vida – Há quase dez anos, o Instituto Caminhos para a Vida, promovido pelas concessionárias Ponte S.A. e ViaLagos, atua em quatro frentes distintas: a Escola de Vida, com foco em jovens de 15 a 19 anos, sob risco social; a Requalificação Profissional, voltada para adultos, principalmente, desempregados; a Consciência Comunitária, na qual são desenvolvidas ações sócio-ambientais em comunidades carentes; e o Instituto Solidário, voltado para o apoio material e afetivo em instituições de caridade. Desde seu início, a Escola de Vida e a Requalificação Profissional do Instituto formaram mais de mil alunos.

Parcerias beneficentes – Por meio de cofrinhos nas cabines de pedágio, a Ponte S.A. proporciona ao usuário oportunidade de contribuir para instituições sociais. Desde 2005, as contribuições somaram mais de R\$ 100 mil em ajuda à Associação Fluminense de Reabilitação, à Sociedade Pestalozzi de Niterói e à atual beneficiada, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Niterói.

Programa de visitação – A Ponte S.A. abre suas portas para a visita de alunos dos ensinos médio e fundamental, futuros motoristas e usuários da Ponte Rio-Niterói. No encontro, são passadas importantes noções de trânsito. Somente em 2007, cerca de 1.200 alunos participaram do programa.

Projetos ViaLagos – Em 2007, cerca de 60 mil pessoas, entre crianças e adultos, foram diretamente impactadas pelas ações sociais e ambientais da ViaLagos, tais como: Escola de Vida; Campanhas de vacinação contra a poliomielite e contra a gripe para idosos; distribuição de mudas e sementes no Dia da Árvore; testes de glicose e pressão arterial no Dia do Motorista; palestras sobre educação no trânsito e meio ambiente em escolas lindeiras; curso de panificação para merendeiras de escolas lindeiras; e curso de atendimento para o comércio local.

Menor Aprendiz – A CCR tem ainda importante parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o projeto Menor Aprendiz. Todos os anos, a CCR abre suas portas e contrata esses menores para atuar nas empresas do sistema CCR.

Programa Na Mão Certa – A CCR, ao lado de outras grandes empresas, líderes em seus setores de atuação, decidiu abraçar uma causa extremamente delicada: o combate à exploração sexual de menores. O Programa Na Mão Certa, idealizado pelos institutos WCF-Brasil e Ethos, quer mobilizar toda a sociedade civil em prol da causa. Estão sendo adotadas diversas estratégias para a busca de soluções mais eficazes, como a criação de um Pacto Empresarial, além de ações voltadas especificamente para os caminhoneiros.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência – O programa, iniciado em 2007, tem o objetivo de Incluir nas empresas do sistema CCR pessoas portadoras de necessidades especiais. Além disso, busca capacitar e preparar esses profissionais para o mercado de trabalho.

Caravana do Esporte – Coordenado pela ex-jogadora de vôlei, Ana Mozer, o programa visa utilizar o potencial do esporte como elemento de transformação social. As ações do programa são decididas de acordo com as características de cada município e envolvem a realização de oficinas de vários esportes para jovens e educadores; palestras especializadas para os educadores e exibição de vídeos educativos; oficinas para confecção de redes, raquetes e bolas; e a doação de material esportivo para as comunidades.

Projeto Grael – Ainda em 2007, a CCR iniciou seu apoio ao Projeto Grael, promovido pelos irmãos Grael, do Instituto Rumo Náutico. O Objetivo é promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio dos esportes náuticos.

Plante esta Idéia – Todos os anos, no dia 21 de setembro, os motoristas que passam pelas rodovias administradas pela RodoNorte recebem sementes de árvores nativas. A distribuição acontece há nove anos e faz parte da Campanha "Plante esta Idéia", realizada em comemoração ao "Dia da Árvore". Em 2007, foram distribuídas 120 mil sementes de árvore Paineira-rosa, muito utilizada no paisagismo urbano, também chamada de Barriguda. As sementes são acompanhadas de cartão com instruções sobre o correto plantio.

Asfalto Ecológico – As empresas do Sistema CCR também utilizam o Asfalto Ecológico, produzido por meio da utilização de pneus que anteriormente eram descartados. Desde 2003, cerca de 260 mil pneus deixaram de ser lançados no meio ambiente. Entre os benefícios gerados pela tecnologia estão o aumento da segurança, a diminuição de ruídos e o aumento na vida útil do pavimento.

Manejo de animais silvestres – Todas as concessionárias do Sistema CCR realizam com sua equipe de atendimento o treinamento para o manejo adequado dos animais silvestres. O resultado é o menor índice de acidentes nas rodovias, melhor colaboração com a Polícia Militar Ambiental e a contribuição com a preservação da fauna e flora da região.

6. Gestão de Pessoas no Sistema CCR

A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de Gestão de Pessoas, por meio da qual oferece subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2007, já somavam 4.387 pessoas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2007 foram consolidadas as Políticas de Remuneração e Benefícios, com a realização do Terceiro Ciclo de Avaliação e Apreciação para Remuneração por Competências dos Colaboradores. Os planos de Seguros de Vida, Saúde e Odontológico foram revistos, isentando a TODOS os Colaboradores na participação do Custeio. Também foi consolidado o Programa de Formação de Profissionais, iniciado em 2006 e que já resultou no aproveitamento de 11 dos 12 trainees que participaram da primeira edição do programa, alocados nas concessionárias AutoBAN, NovaDutra, ViaOeste e no Centro Corporativo. Em 2007, as contratações para o Programa de Formação de Profissionais aumentaram para 20, destinados às empresas de serviços Actua e Engelog, nas áreas de Administração, Engenharia e Tecnologia.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o grande diferencial da CCR. Além de já ter nascido no Novo Mercado que é o mais alto nível de governança da Bovespa, a CCR foi também a primeira empresa brasileira a instituir um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar o desempenho dos membros do Conselho de Administração. Isso demonstra o total comprometimento da Companhia e de seus administradores com a transparência e as melhores práticas. Merecem também destaque as seguintes posturas:

- Os Controladores têm participações equilibradas, não havendo qualquer veto e/ou aprovação singular por qualquer dos acionistas controladores (quorum especial de 67% para determinadas matérias).
- A CCR, como companhia aberta e participante do Novo Mercado, deve informar regularmente à Bovespa todos os contratos com partes relacionadas.
- O Plano de Investimentos é previamente aprovado para cada um dos negócios da CCR.
- Os investimentos da CCR são financiados por terceiros que constantemente fiscalizam os preços e a execução por meio de engenheiros e auditores independentes.
- Administração profissional, desvinculada dos acionistas controladores.

8. Política de Dividendos

A política atual da CCR é a de distribuir anualmente no mínimo 50% do lucro líquido, desde que resguardada a sua saúde econômico-financeira. Adicionalmente, desde então, a Companhia vem realizando pagamentos semestrais de dividendos.

09. Perspectivas

A Companhia continua a trabalhar com a estratégia de capturar sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios, com reflexos positivos em suas margens operacionais.

A CCR entende que seu crescimento de tráfego nas rodovias em que opera deverá, em geral, acompanhar o crescimento do PIB brasileiro. Adicionalmente, a administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional - primário e secundário - de concessões rodoviárias e metro-ferroviárias.

10. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os funcionários da CCR.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme

Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2.008.

A Administração.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia) tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados a operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias.

A Companhia tem o controle direto e indireto das seguintes empresas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAN)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Via Lagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte)
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Rodonorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (Engelog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)

As controladas possuem as seguintes concessões:

- Até 28 de fevereiro de 2021, Rodovia BR-116/RJ/SP, a qual liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra) e respectivas rodovias de acesso, totalizando 402,2 km. (Nova Dutra);
- Até 31 de dezembro de 2026, Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes, São Paulo - Limeira, totalizando 316,8 km. (AutoBAN);
- Até 12 de janeiro de 2022, ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito - Araruama; paralela à RJ-106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; e 4 km da RJ-106 do km 105 ao 109, totalizando 60,0 km. (Via Lagos);
- Até 31 de maio de 2015, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), totalizando 23,3 km. (Ponte);
- Até 21 de novembro de 2021, Rodovia BR-376, Apucarana - São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, São Luís do Purunã - Curitiba; PR-151, trecho Jaguariaíva - Ponta Grossa; e seus entroncamentos, totalizando 487,5 km. (Rodonorte);
- Até 31 de dezembro de 2022, SP-280 Rodovia Castello Branco, SP-270 Rodovia Raposo Tavares, SP-075 Rodovia Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Rodovia Dr. Celso Charuri, totalizando 162 km. (ViaOeste);

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Até 29 de novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2041, para garantir 30 anos de exploração econômica, Linha Quatro – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra.

As concessões em atividade consistem na exploração de rodovias e ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias e a ponte. Como parte das concessões, o Poder Concedente transferiu às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da Via Lagos. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final do contrato de concessão das rodovias e pontes, retornam aos Poderes Concedentes todos direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito a ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implantação tenha sido autorizada pelos Poderes Concedentes.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

- Em 21 de dezembro de 2006, a AutoBAn firmou com o Poder Concedente o Termo Aditivo e Modificativo nº 16/06 prorrogando o prazo da concessão de 30 de abril de 2018 para 31 de dezembro de 2026. Este aditivo contratual teve por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão.
- Em 21 de dezembro 2006, a ViaOeste firmou com o Poder Concedente, o Termo Aditivo e Modificativo nº 12 prorrogando o prazo da concessão de 30 de março de 2018 para 31 de dezembro de 2022. Este aditivo contratual teve por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão.
- Em 9 de agosto de 2006 o consórcio METROQUATRO formado pela Companhia, Montgomery Participações S.A., RATP Development S.A. e Benito Roggio Transportes S.A. apresentou a melhor proposta da concorrência internacional para a concessão patrocinada para exploração dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo.

Para este fim foi constituída sociedade de propósito específico, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), que em 29 de novembro de 2006 firmou o contrato de concessão com a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, cujo objetivo exclusivo é a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. A ViaQuatro esta em fase pré-operacional, com

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

previsão de início das operações comerciais no segundo semestre de 2009.

Em 7 de fevereiro de 2007 a Mitsui & Co. Ltd. subscreveu um aumento de capital na Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. passando a deter 10% do seu capital social. A partir desta data o capital social subscrito da Concessionária passou a ter a seguinte divisão: 58% do capital social é detido pela Companhia, 30% pela Montgomery Participações S.A., 10% pela Mitsui & Co. Ltd., 1% pela RATP Developpement S.A. e 1% pela Benito Roggio Transporte S.A.

- O consórcio formado pela Companhia (10%) e a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A. (90%) para a operação e manutenção da Northwest Parkway Public Highway foi assinado em 29 de agosto de 2007. A Northwest Parkway tem extensão aproximada de 18 km, sendo 14 km em operação desde novembro de 2003 e 4 km a serem constituídos para integrar o anel viário da cidade de Denver, no estado do Colorado, Estados Unidos da América. O prazo desta concessão é de 99 anos. As operações foram assumidas pelo consórcio em novembro de 2007 e o compromisso financeiro de US\$ 543 foi quitado em dezembro de 2007.

Além das concessões a Companhia possui participação nas seguintes empresas:

- As controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda., Engellog Centro de Engenharia Ltda. e Parques Serviços Ltda. têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas pela Companhia.
- A controlada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., através das controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda., contava, em 31 de dezembro de 2007, com uma carteira de 520 mil clientes, o que representa 908 mil TAG's ativos do sistema de cobrança eletrônica de pedágio nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

A Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. tem incentivado cada vez mais o desenvolvimento da cobrança eletrônica de pedágio e de estacionamento, visando proporcionar maior comodidade e conforto aos usuários.

- Em 6 de junho de 2006 foi constituída a Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô).
- Em 21 de junho de 2007 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de uma sociedade de responsabilidade limitada nos Estados Unidos da América, com participação de 100% do capital social. A referida sociedade com sede na cidade de Miami, Estado da Flórida, com a razão social de CCR-USA, LLC, possui capital inicial de US\$ 200 mil, aportado em agosto de 2007. Esta empresa tem por objetivo prospectar negócios de concessões de rodovias naquele país e detem investimento na Northwest Parkway Public Highway.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

b. Informação suplementar

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia apresenta a demonstração dos fluxos de caixa preparada de acordo com a NPC 20 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

c. Reclassificações

- **Balanço Patrimonial**

- **ViaOeste**

A controlada ViaOeste por força do Termo Aditivo Modificativo nº. 07 (TAM 7) de 23 de abril de 2004, vinha retendo parte dos pagamentos do ônus fixo para a assunção dos investimentos correspondentes aos contornos provisórios dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias. Autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº.11 (TAM 11), de 8 de dezembro de 2006, a controlada ViaOeste compensou o valor de R\$ 27.288 do saldo de obrigações com o poder concedente referente às retenções dos pagamentos de ônus fixo com os custos incorridos nestas obras registradas no ativo imobilizado.

Para possibilitar a comparação das demonstrações financeiras consolidadas, e adotando o disposto na deliberação 506/06, que aprova a NPC 12 do IBRACON, as posições reclassificadas dos principais valores do balanço patrimonial, caso a reclassificação tivesse ocorrido desde 1º de janeiro de 2006, são demonstradas a seguir:

- **STP**

No semestre findo em 30 de junho de 2007 foi efetuada a reclassificação do saldo de R\$ 1.204 do ativo imobilizado para o ativo diferido referente aos gastos com projetos de tecnologia, software e outros. Para fins de comparação, os saldos das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006 também foram reclassificados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>2006</u>	Reclassificações para equiparação das demonstrações financeiras		<u>2006 (reclassificado)</u>
		ViaOeste	STP	
Imobilizado	2.440.749	(27.288)	(1.204)	2.412.257
Diferido	245.598	-	1.204	246.802
Obrigações com o Poder Concedente	58.726	(27.288)	-	31.438

- **Demonstração das origens e aplicações de recursos**

Em decorrência do assunto mencionado na ViaOeste, os saldos de “obrigações com o poder concedente” contém reclassificação para “aquisição do ativo imobilizado”, referente à compensação dos pagamentos de ônus fixo com os custos incorridos nas obras de São Roque e Brigadeiro Tobias.

- **Demonstração dos fluxos de caixa**

Os pagamentos relativos ao direito de outorga (outorga fixa e variável) foram reclassificados dos Fluxos de caixa das atividades de financiamento para os Fluxos de caixa das atividades operacionais.

Os saldos de “obrigações com o poder concedente” contém reclassificação para “aquisição do ativo imobilizado”, referente à compensação dos pagamentos de ônus fixo com os custos incorridos nas obras de São Roque e Brigadeiro Tobias.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. *Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização das rodovias, ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b. *Estimativas contábeis*

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e do diferido, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, provisão para perdas com investimentos, imposto de renda diferido e valoração de instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente.

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Para as subsidiárias localizadas no exterior, para efeito de equivalência patrimonial e consolidação, as demonstrações financeiras foram convertidas para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço. O valor da variação cambial decorrente desta conversão é registrado na controladora como resultado financeiro.

d. Ativos circulante e não circulante

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são demonstradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisão para devedores duvidosos**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Investimentos**

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em controladas, são amortizados linearmente com base na expectativa de rentabilidade futura.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota nº12.

- **Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados no resultado, quando incorridos. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº13.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Diferido**

No consolidado o ativo diferido é composto de despesas pré-operacionais incorridas no início dos contratos de concessão, pelo custo de aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques (controladora e consolidado), pela incorporação do ágio gerado na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. e pelo ágio da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A., sob o fundamento econômico da expectativa de rentabilidade futura.

Os gastos associados com a implantação do sistema SAP estão sendo diferidos. A amortização relativa aos gastos incorridos em 2007 será iniciada em janeiro de 2008.

As taxas de amortização do diferido estão divulgadas na nota nº14.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

e. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

- **Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Para as empresas que operam no regime fiscal de lucro real, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta acrescida das receitas financeiras.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371/03 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

- **Direito de concessão**

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo passivo relativo a obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, encontram-se descritas na nota explicativa nº 19.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	2007	2006
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100.00	100.00
Concessionária do Sistema Anhangüera - Bandeirantes S.A.	100.00	100.00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100.00	100.00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100.00	100.00
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	100.00	100.00
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A (*)	58,00	76,92
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100.00	100.00
CCR – USA, LLC	100,00	-
Parques Servicos Ltda.	85.92	85.92
Actua Servicos Compartilhados Ltda.	99.90	99.90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

(*) O percentual foi reduzido em função de subscrição de capital pela Mitsui & Co. Ltd. em 07 de fevereiro de 2007, integralizado em 30 de novembro de 2007, conforme prevê o acordo de acionistas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. e Parques Serviços Ltda., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação dos minoritários";
- e. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras das controladas no exterior CCR México e CCR – USA, LLC, foram convertidas pela taxa de câmbio na data do fechamento do balanço e o valor da variação cambial decorrente desta conversão registrada na controladora como resultado financeiro
- f. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. e a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., com controle compartilhado, foram consolidadas proporcionalmente ao percentual de participação. Cada rubrica das demonstrações financeiras foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Consequentemente, não há destaque das participações de minoritários.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado dessas controladas em conjunto, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007				2006			
	STP		ViaQuatro		STP		ViaQuatro	
	100%	38,25%	100%	58,00%	100%	38,25%	100%	76,92%
Ativo circulante	202.975	77.638	2.522	1.463	188.580	72.132	6.651	5.116
Ativo não circulante	31.605	12.089	19.814	11.492	27.477	10.510	10.459	8.045
Ativo Permanente	<u>31.605</u>	<u>12.089</u>	<u>19.814</u>	<u>11.492</u>	<u>27.477</u>	<u>10.510</u>	<u>10.459</u>	<u>8.045</u>
Total do ativo	<u>234.580</u>	<u>89.727</u>	<u>22.336</u>	<u>12.955</u>	<u>216.057</u>	<u>82.642</u>	<u>17.110</u>	<u>13.161</u>
Passivo circulante	195.971	74.959	6.302	3.655	189.114	72.336	5.020	3.861
Passivo não circulante	544	208	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	<u>38.065</u>	<u>14.560</u>	<u>16.034</u>	<u>9.300</u>	<u>26.943</u>	<u>10.306</u>	<u>12.090</u>	<u>9.300</u>
Total do passivo	<u>234.580</u>	<u>89.727</u>	<u>22.336</u>	<u>12.955</u>	<u>216.057</u>	<u>82.642</u>	<u>17.110</u>	<u>13.161</u>

	2007				2006			
	STP		ViaQuatro		STP		ViaQuatro	
	100%	38,25%	-	-	100%	38,25%	-	-
Receita operacional líquida	87.459	33.453	-	-	66.836	25.565	-	-
Custos dos serviços prestados	(19.542)	(7.475)	-	-	(16.209)	(6.200)	-	-
Lucro bruto	67.917	25.978	-	-	50.627	19.365	-	-
Despesas operacionais	(39.555)	(15.130)	-	-	(37.660)	(14.405)	-	-
Resultado operacional	28.362	10.848	-	-	12.967	4.960	-	-
Receitas financeiras	2.497	955	-	-	870	333	-	-
Resultado não operacional	(886)	(339)	-	-	(91)	(35)	-	-
Resultado antes do IR e CS	29.973	11.464	-	-	13.746	5.258	-	-
IR e CS corrente e diferido	(10.353)	(3.960)	-	-	(1.885)	(721)	-	-
Lucro líquido do período	19.620	7.504	-	-	11.861	4.537	-	-

5 Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e bancos	13.927	353	74.677	37.127
Aplicações financeiras	<u>538.032</u>	<u>412.650</u>	<u>705.700</u>	<u>565.724</u>
	<u>551.959</u>	<u>413.003</u>	<u>780.377</u>	<u>602.851</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de renda fixa, remunerados à taxa média de 11,90% ao ano (15,17% em 31 de dezembro de 2006).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Aplicações financeiras vinculadas (conta reserva)

O saldo em 31 de dezembro de 2006 refere-se basicamente às aplicações efetuadas pela controlada AutoBAn para garantia dos empréstimos contratados junto ao BNDES e foi liberado quando do pagamento das parcelas ou substituição da garantia (vide nota explicativa nº. 15).

Os valores aplicados foram remunerados na mesma base das aplicações financeiras.

Em 2007 a AutoBAn optou pela contratação de fianças bancárias, transformando o saldo da conta reserva em disponível.

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Poder concedente - AutoBAn(a)	-	-	-	7.252
Pedágio eletrônico – STP (b)	-	-	67.862	67.238
Pedágio eletrônico – outros (c)	-	-	11.525	10.329
Receitas acessórias (d)	-	-	9.499	27.859
Provisão para devedores duvidosos (e)	-	-	(5.863)	(3.652)
Outros	<u>523</u>	<u>573</u>	<u>587</u>	<u>591</u>
	<u>523</u>	<u>573</u>	<u>83.610</u>	<u>109.617</u>
Não circulante				
Poder concedente - AutoBAn (a)	-	-	-	30.469
Poder concedente - ViaOeste (f)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (d)	-	-	2.118	2.118
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (f)	-	-	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (e)	-	-	(2.118)	(2.118)
Outros	<u>327</u>	<u>-</u>	<u>327</u>	<u>-</u>
	<u>327</u>	<u>-</u>	<u>327</u>	<u>30.469</u>

- (a) Refere-se aos gastos incorridos pela Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. com a ampliação e modificação de obras definidas no contrato de concessão. Esses gastos foram ressarcidos pelo poder concedente durante 2007.
- (b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários (principalmente taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico), e aos valores consolidados proporcionalmente da tarifa de pedágio e estacionamento da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A..
- (c) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale pedágio.
- (d) Refere-se a contas a receber de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (e) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos entre 90 e 120 dias.
- (f) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3 ao Contrato de Concessão, para o período de agosto de 2002 até abril de 2004. Este valor está em discussão entre as partes em função da interferência do tráfego do Rodoanel Mário Covas na diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco durante a vigência do Regime Tarifário Especial Transitório. Os assessores jurídicos são de opinião de que o desfecho da causa provavelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nessa opinião favorável, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	14.835	10.212	15.293	10.605
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	-	27.909	3.185	31.320
Antecipações de imposto de renda e contribuição social (do ano)	1.201	-	1.201	-
PIS retido	1.249	943	1.441	1.130
COFINS retida	5.759	4.346	6.359	4.944
CSLL retida	1.017	999	1.084	1.056
ISS a recuperar de pedágio	-	-	4.157	3.831
Outros	<u>187</u>	<u>187</u>	<u>1.022</u>	<u>685</u>
	<u>24.248</u>	<u>44.596</u>	<u>33.742</u>	<u>53.571</u>
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	<u>31.266</u>	<u>-</u>	<u>31.266</u>	<u>-</u>

9 Imposto de renda e contribuição social

Os créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, de bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, os quais não possuem prazo de prescrição para sua recuperação foram registrados e atendem às disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da Instrução CVM nº 371/03. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, considerando a expectativa de realização, determinada com base nas projeções de rentabilidade futura das concessionárias e no limite de 30% para compensação anual dos lucros tributáveis.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social no resultado estão conciliados com as respectivas alíquotas, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2007		2006		2007		2006	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real anual								
Lucro antes do IRPJ e CSLL	583.581	583.581	547.530	547.530	827.399	827.399	604.706	604.706
Ajuste referente ao método de equivalência patrimonial (MEP)	(630.459)	(630.459)	(560.640)	(560.640)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e MEP	(46.877)	(46.877)	(13.110)	(13.110)	827.399	827.399	604.706	604.706
Ajustes para o cálculo dos impostos								
Adições	20.395	20.395	6.013	6.013	75.045	75.045	72.120	72.126
Exclusões	-	-	-	-	(12.510)	(12.510)	(27.460)	(27.460)
Base de cálculo dos impostos	(26.482)	(26.482)	(7.097)	(7.097)	889.934	889.934	649.366	649.366
Compensação de prejuízos passados e base negativa	-	-	-	-	(30.138)	(30.138)	(16.318)	(16.318)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(26.482)	(26.482)	(7.097)	(7.097)	859.796	859.796	633.048	633.048
Impostos correntes (1)	-	-	185	77	214.275	78.907	70.343	32.437
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	142.897	142.897	118.457	118.457
Receita financeira	-	-	-	-	801	801	733	733
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	142.120	142.120	117.487	117.487
Impostos correntes	-	-	-	-	11.531	4.180	9.550	3.466
Total de impostos correntes	-	-	185	77	225.806	83.087	79.893	35.903
Diferenças temporárias	-	-	-	-	(14.690)	(14.697)	(29.610)	(30.446)
Compensações de prejuízos e base negativa	-	-	-	-	(23.399)	(23.399)	(16.318)	(16.318)
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	20.384	16.319	-	-
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	(17.705)	(21.777)	(45.928)	(46.764)
Impostos diferidos	-	-	-	-	(7.437)	(2.294)	(4.368)	(1.498)
Total de impostos correntes e diferidos	-	-	185	77	218.369	80.793	75.525	34.405
Alíquota efetiva	-	-	-	-	25%	9%	11%	5%

(1) Os impostos correntes de 2006 foram afetados por estorno de provisões de passivos contingentes, no valor de R\$ 112.398 (R\$ 86.817 de IRPJ e R\$ 25.581 de CSLL).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social das controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda. e Engelog Centro de Engenharia Ltda. foram calculados pelo critério do lucro presumido.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo

	Consolidado	
	2007	2006
Ativos fiscais diferidos decorrentes de:		
Prejuízos fiscais e base negativa	48.145	56.115
Diferenças temporárias	22.256	10.689
Ativos fiscais não constituídos em função da Instrução CVM nº 371/03	<u>(26.234)</u>	<u>(32.497)</u>
Ativos fiscais diferidos líquidos da parcela não constituída	<u>44.167</u>	<u>34.307</u>
Circulante	19.129	5.458
Não circulante	25.038	28.849

O imposto de renda e contribuição social diferidos por Companhia, estão representados por:

	2007	2006
Ativo		
Rodonorte (1)	17.713	18.690
ViaOeste (2)	9.194	8.319
Via Lagos (1)	7.932	5.149
AutoBAn (2)	5.034	612
Nova Dutra (2)	1.713	191
STP (2)	628	991
Parques (2)	395	355
Ponte (2)	1.540	-
CCR México (2)	<u>18</u>	<u>-</u>
	<u>44.167</u>	<u>34.307</u>
Passivo		
Rodonorte (3)	<u>1.514</u>	<u>1.401</u>

Para constituição do crédito tributário, foi considerado o seguinte:

- (1) De acordo com a Instrução CVM 371/03 as controladas Rodonorte e Via Lagos, por apresentarem histórico de rentabilidade nos três últimos exercícios, registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por plano de negócio aprovado pelos órgãos da Administração.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(2) Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias.

(3) A Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S.A., optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais quando da apuração e pagamento dos tributos.

c. Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Expectativa de realização:

2008	19.129
2009	22.501
2010	1.267
2011	<u>1.270</u>

Total 44.167

As declarações relativas às perspectivas dos negócios, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Companhia e suas controladas constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas. Essas expectativas estão sujeitas a alterações, decorrentes do mercado, do desempenho econômico do Brasil, de índices econômico-financeiros, da indústria e dos mercados internacionais, sendo, portanto, passíveis de mudança.

d. Passivo não circulante

O imposto de renda e contribuição social, registrados no passivo não circulante, por Companhia, estão representados por:

	2007	2006
AutoBAn	182.490	56.137
ViaOeste	<u>31.126</u>	<u>14.647</u>
	<u>213.616</u>	<u>70.784</u>

e. Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas AutoBAn e ViaOeste

A partir de 1º de julho de 2006 o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes dessas controladas são calculados considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde a implantação deste procedimento, as diferenças temporárias de impostos geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal) estão sendo registradas no passivo não circulante.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 Despesas antecipadas e outros

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Seguros a apropriar	-	-	8.112	8.752
Depósitos judiciais	-	-	7.196	7.196
Outorga da concessão (1)	-	-	9.201	14.244
Adiantamentos a terceiros	623	354	4.416	2.232
Benefícios pagos antecipadamente	-	149	1.820	2.227
Encargos financeiros a apropriar	349	306	3.141	2.452
Outros	<u>5</u>	<u>326</u>	<u>1.426</u>	<u>2.580</u>
	<u>977</u>	<u>1.135</u>	<u>35.312</u>	<u>39.683</u>
Não circulante				
Pagamentos antecipados da outorga – início da concessão (1)	-	-	145.565	149.724
Pagamentos antecipados da outorga – extensão do prazo da concessão (2)	-	-	90.140	-
Outros	<u>785</u>	<u>995</u>	<u>12.898</u>	<u>8.521</u>
	<u>785</u>	<u>995</u>	<u>248.603</u>	<u>158.245</u>

(1) Outorga da concessão

- (1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos subrogados e obrigações relacionadas à própria outorga, sendo esses valores registrados no ativo na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão.

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão existente em 31 de dezembro de 2006 passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, ou seja, até 31 de dezembro de 2026.

- (1.2) A controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. efetuou pagamentos antecipados adicionais de outorga relativos ao período de março a outubro de 1998, previstos no contrato de concessão (outorga prefixada) registrados no ativo na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão.

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão existente em 31 de dezembro de 2006 passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, ou seja, até 31 de dezembro de 2022.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1.3) A controlada Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão.
- (2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa descritos na nota explicativa nº.19. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste e AutoBAn passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão de abril de 2018 até dezembro de 2022 na ViaOeste e de maio de 2018 até dezembro de 2026 na AutoBAn, para que dessa forma o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão. O valor reduzido do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecido como despesa paga antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totaliza o montante de R\$ 11.274 na ViaOeste e R\$ 78.866 na AutoBAn.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, acionistas controladores e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
	Despesas	Receitas	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	-	1.855	-	-	-	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	-	1.468	-	-	-	-
Consórcio Operador Parques (d)	-	63.436	644	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (a)	849	-	-	-	-	-
Actua Assessoria Ltda. (a)	1.143	-	-	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (c)	-	-	-	1.724	-	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (b)	1.793	-	-	-	-	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Transportes S.A.	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	-	-	-	-	720
Serveng Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>476</u>
Total, 31 de dezembro de 2007	<u>3.785</u>	<u>66.759</u>	<u>646</u>	<u>1.724</u>	<u>12</u>	<u>1.916</u>
Total, 31 de dezembro de 2006	<u>3.718</u>	<u>91.487</u>	<u>38.076</u>	<u>1.724</u>	<u>136</u>	<u>1.916</u>

- (a) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Sistema CCR.
- (b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação e manutenção ao Sistema CCR. A partir de 1º de janeiro de 2007 os serviços de informática deixaram de ser executados pela Actua Assessoria Ltda., e passaram a ser realizados por esta empresa.
- (c) O valor de R\$ 1.724 refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital, efetuado em 8 de junho de 2005.
- (d) Serviços de operação e manutenção exclusivos para a Rodonorte.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

As controladas contratam, diretamente ou através de consórcios, serviços dos acionistas da Companhia ou de outras controladas ou afiliadas desses acionistas. As transações e os saldos são compostos por:

	Transações			Saldos		
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Não circulante
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	60.949	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	1.145	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	250	-	-	1.674	720
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	13.544	-	-	5.943	476
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	188.370	-	2.822	-	10.496	-
Camargo Corrêa Transportes S.A.	-	-	-	-	12	720
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos	-	-	-	-	97	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	97	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	1.149	-	-	-
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	3	-	-
Consórcio Camargo Corrêa / Serveng II (c)	-	37.172	-	-	-	-
Consórcio Operador Parques (d)	<u>9.758</u>	<u>-</u>	<u>676</u>	<u>1.840</u>	<u>69</u>	<u>-</u>
Total, 31 de dezembro de 2007	<u>198.128</u>	<u>50.966</u>	<u>4.647</u>	<u>62.792</u>	<u>19.533</u>	<u>1.916</u>
Total, 31 de dezembro de 2006	<u>229.090</u>	<u>72.145</u>	<u>4.581</u>	<u>60.249</u>	<u>39.681</u>	<u>1.916</u>

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

- (a) Refere-se a valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio automático, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.
- (b) O custo de serviços prestados no montante de R\$ 188.370, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.
- (c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.
- (d) O custo de serviços prestados no montante de R\$ 9.758, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada Rodonorte.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	1.181.895	1.233.803	47.990	-
Ágio a amortizar	<u>15.273</u>	<u>19.303</u>	<u>15.273</u>	<u>19.303</u>
	<u>1.197.168</u>	<u>1.253.106</u>	<u>63.263</u>	<u>19.303</u>

O ágio a amortizar é decorrente da aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago a outras concessionárias, bem como do aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S/A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado à razão de 10% a.a. (STP) e de 20% a.a. (Parques e Rodonorte).

O saldo de investimento no consolidado refere-se à participação de 10% da CCR- USA, LLC na Northwest Parkway Public Highway, realizado em 2007, conforme explicado na nota 1.

As informações sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial na controlada, estão apresentadas como segue:

	Capital social	Lucro (prejuízo) do período ajustado	Patrimônio líquido ajustado	Participação no capital da investida	Saldo de investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
					2007	2006	2007	2006
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	193.149	157.488	445.546	100,00%	445.546	316.385	157.488	115.503
Concessionária do Sistema Anhangüera – Bandeirantes S.A.	171.162	274.099	273.554	100,00%	273.554	295.206	274.099	238.496
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	11.292	10.862	18.275	100,00%	18.275	13.041	10.862	3.506
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	22.073	19.668	33.214	100,00%	33.214	34.132	19.668	20.389
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	107.480	56.872	136.921	85,92%	117.643	79.120	48.864	24.107
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	139.763	76.628	267.757	100,00%	267.757	474.622	76.628	115.304
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V. (c)	686	(2.588)	(1.973)	100,00%	(1.973)	732	(2.588)	(73)
Parques Serviços Ltda.	10	272	497	85,92%	427	496	234	490
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	10	11.406	265	99,90%	265	200	11.395	11.645
Actua Assessoria Ltda.	10	11.552	7.714	99,90%	7.706	4.565	11.540	16.482
Engellog Centro de Engenharia Ltda. (b)	10	16.961	2.189	99,90%	(4.747)	(4.303)	19.935	10.254
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	16.358	7.505	38.065	38,25%	14.560	10.307	2.871	4.537
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (a)	16.035	-	16.035	58,00%	9.300	9.300	-	-
CCR – USA, LLC.	663	(537)	368	100,00%	<u>368</u>	<u>-</u>	<u>(537)</u>	<u>-</u>
					<u>1.181.895</u>	<u>1.233.803</u>	<u>630.459</u>	<u>560.640</u>

(a) Em fase pré-operacional.

(b) Investimento negativo em decorrência da eliminação de lucros não realizados provenientes dos serviços de engenharia prestados às concessionárias do Sistema CCR,

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

que compõe o ativo permanente das mesmas.

- (c) A equivalência patrimonial não contempla a variação cambial decorrente do investimento no exterior.

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida (13/08/98), a mesma foi encerrada por acordo, que foi homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu da homologação (18/05/00) visando: (a) a anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) a redução da tarifa em 50%. A apelação foi julgada procedente pelo TRF (15/10/02), mas o julgamento foi anulado pelo STJ (04/02/05), por impedimento de um dos julgadores. O processo foi julgado pelo Tribunal Regional Federal em 16 de outubro de 2007, com resultado favorável à Concessionária por unanimidade. Aguarda-se o julgamento do recurso interposto pelo Ministério Público.

As tarifas de pedágio estão sendo cobradas com base no acordo homologado.

ii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003 foi publicada a Lei 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial (22/08/03) contra a União, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos.

iii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004 o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação (14/01/04) contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto 2.462/04.

iv. Reajuste tarifário de 2003

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 1º de dezembro de 2003. Não sendo autorizado, a controlada ajuizou ação com esse objetivo. Concedida a liminar, a mesma foi suspensa pelo Presidente do STJ, mas restabelecida por decisão unânime do mesmo STJ, proferida em 1º de julho de 2004. O processo está em fase de perícia, com laudo favorável à controlada.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

v. Reajuste tarifário de 2004

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 1º de dezembro de 2004. O DER/PR editou a Portaria 680/04, autorizando o percentual, mas alterando unilateralmente a base tarifária, por suposta nulidade do Aditivo Contratual no. 18/2000.

A controlada propôs ação judicial, argüindo a ilegalidade da Portaria, por ser unilateral e por não haver qualquer nulidade no referido Aditivo. O TRF concedeu integralmente a liminar (28/01/05) e autorizou o reajuste de 10,13%, aplicado sobre a base tarifária normal, o que vigorou a partir de 30 de janeiro de 2005.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Reajuste tarifário de 2005

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 1º de dezembro de 2005. O DER/PR protocolou ação judicial solicitando redução das tarifas de todas as concessionárias paranaenses. A controlada ajuizou ação para assegurar o reajuste, o que foi deferido, tendo vigorado a partir de 8 de dezembro de 2005. Ação julgada procedente, aguardando julgamento dos recursos interpostos.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vii. Reajuste tarifário de 2006

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 1º de dezembro de 2006. O DER/PR, através de ofício, negou o reajuste. A controlada ajuizou ação para assegurar o reajuste, o que foi deferido, tendo vigorado a partir de 6 de dezembro de 2006. Encerrada a fase de instrução, o processo aguarda julgamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

viii. Reajuste tarifário de 2007

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 1º de dezembro de 2007. O DER/PR, através de ofício, negou o reajuste. A controlada ajuizou ação para assegurar o reajuste, o que foi deferido, tendo vigorado a partir de 13 de dezembro de 2007. A ação aguarda julgamento.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

ix. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2006, em face da controlada, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os Km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a controlada iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão.

x. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$16.000. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

xi. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007 foi editada a Lei Estadual nº 15.607, regulamentada pelo Decreto nº 1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes a moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão, recurso esse que aguarda julgamento.

xii. Lei de Isenção - motocicletas

Em 10 de dezembro de 2007 foi editada a Lei Estadual nº 15.722, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná às motocicletas e veículos similares.

A controlada impetrou Mandado de Segurança, tendo sido concedida liminar em 27 de dezembro de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão, recurso esse que aguarda julgamento.

Os acionistas controladores e a administração da controlada reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da referida controlada e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles. Os ativos e as receitas líquidas da controlada representam 7,7% e 11,3%, respectivamente, dos valores consolidados.

13 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Controladora			
		2007		2006	
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Tangível					
Móveis e utensílios	10	893	470	423	513
Máquinas e equipamentos	14	1.417	805	612	596
Instalações e edificações	6	561	422	139	223
Imobilizações em andamento		27	-	27	-
		<u>2.898</u>	<u>1.697</u>	<u>1.201</u>	<u>1.332</u>
Intangível					
Direitos de uso e outros	20	459	260	199	209
		<u>459</u>	<u>260</u>	<u>199</u>	<u>209</u>
		<u>3.357</u>	<u>1.957</u>	<u>1.400</u>	<u>1.541</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa anual de depreciação	Consolidado			
		2007			2006 (Reclassificado)
		Depreciação e			
		Custo	amortização	Líquido	Líquido
Tangível	%				
Móveis e utensílios	9	12.658	5.880	6.778	5.688
Máquinas e equipamentos	12	76.151	38.371	37.780	30.799
Veículos	17	35.934	19.729	16.205	14.080
Desapropriações	4	199.392	54.407	144.985	125.397
Instalações e edificações	4	207.899	82.279	125.620	121.768
Dispositivos de proteção e segurança	4	192.668	90.287	102.381	95.235
Pavimentos	10	1.570.336	851.605	718.731	709.116
Projetos e investimentos ambientais	4	149.687	50.070	99.617	93.854
Obras de arte especiais	4	506.741	135.237	371.504	325.046
Obras de arte correntes	5	328.169	131.207	196.962	185.591
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	86.888	31.685	55.203	58.532
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	5	62.538	19.155	43.383	51.369
Sinalizações	11	146.487	112.132	34.355	27.835
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	4	405.688	127.229	278.459	271.325
Obras preliminares e complementares	5	189.250	75.336	113.914	95.250
Imobilizações em andamento		107.214	-	107.214	70.096
		4.277.692	1.824.609	2.453.083	2.280.981
Intangível					
Sistemas operacionais	7	275.734	143.899	131.835	116.256
Direitos de uso e outros	18	28.738	11.639	17.099	15.020
		304.472	155.538	148.934	131.276
		4.582.172	1.980.147	2.602.025	2.412.257

Pela reclassificação mencionada na nota nº.2 c., foi autorizado pelo Poder Concedente a

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

compensação dos custos para realização das obras com o ônus retido da outorga (nota 19).

Em decorrência da reclassificação citada no parágrafo anterior, a controlada ViaOeste, durante o exercício de 2007, compensou as adições no exercício para referida obra no valor de R\$ 47.827, com o saldo de obras a executar mencionado na nota nº.19.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo do custo dos bens totalmente depreciados/amortizados (consolidado) que se encontram em operação era de R\$ 475.289 (R\$ 439.036 em 31 de dezembro de 2006).

No semestre findo em 30 de junho de 2007 a STP efetuou a reclassificação do saldo de R\$ 1.204 do ativo imobilizado para o ativo diferido referente aos gastos com projetos de tecnologia, software e outros. Para fins de comparação, os saldos das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006 também foram reclassificados.

Foram realizados os seguintes ajustes:

Saldo imobilizado em 31 de dezembro de 2006	2.440.749
Reclassificação das obras – Termos Aditivos e Modificativos 07 e 11 firmados com o Poder Concedente - ViaOeste	(27.288)
Reclassificação para o ativo diferido - STP	(1.204)
Saldo imobilizado em 31 de dezembro de 2006 (reclassificado)	<u>2.412.257</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do custo - consolidado

	2006 (Reclassificado)	2007				Custo
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado	Transferências e outros	
Tangível						
Móveis e utensílios	10.427	1.789	(816)	-	1.258	12.658
Máquinas e equipamentos	66.188	10.624	(6.235)	-	5.574	76.151
Veículos	30.577	5.196	(2.788)	-	2.949	35.934
Desapropriações	170.054	17.346	-	-	11.992	199.392
Instalações e edificações	193.774	9.691	(2.207)	-	6.641	207.899
Dispositivos de proteção e segurança	178.755	11.442	(87)	-	2.558	192.668
Pavimentos	1.416.308	121.677	(1.079)	-	33.430	1.570.336
Projetos e investimentos ambientais	136.120	13.554	(1.895)	-	1.908	149.687
Obras de arte especiais	437.413	62.100	(1)	-	7.229	506.741
Obras de arte correntes	299.081	23.427	(203)	-	5.864	328.169
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	86.852	762	-	-	(726)	86.888
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	76.057	16.369	(19)	(3.085)	(26.784)	62.538
Sinalizações	132.145	13.037	(80)	-	1.385	146.487
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	381.239	17.283	(270)	-	7.436	405.688
Obras preliminares e complementares	155.818	17.420	(295)	-	16.307	189.250
Imobilizações em andamento	70.096	138.908	(1.699)	-	(100.091)	107.214
	<u>3.840.904</u>	<u>480.625</u>	<u>(17.674)</u>	<u>(3.085)</u>	<u>(23.070)</u>	<u>4.277.700</u>
Intangível						
Sistemas operacionais	251.108	18.788	(15.962)	-	21.800	275.734
Direitos de uso e outros	<u>25.875</u>	<u>4.618</u>	<u>(3.025)</u>	<u>-</u>	<u>1.270</u>	<u>28.738</u>
	<u>278.983</u>	<u>23.406</u>	<u>(18.987)</u>	<u>-</u>	<u>23.070</u>	<u>304.472</u>
	<u>4.117.887</u>	<u>504.031</u>	<u>(36.661)</u>	<u>(3.085)</u>	<u>-</u>	<u>4.582.172</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da depreciação e amortização - consolidado

	2006 (Reclassificado)	2007				
	Depreciação/ Amortização	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado	Transferências e outros	Depreciação/ Amortização
Tangível						
Móveis e utensílios	4.739	1.036	(599)	-	704	5.880
Máquinas e equipamentos	35.389	8.257	(5.065)	-	(210)	38.371
Veículos	16.497	5.940	(2.571)	-	(137)	19.729
Desapropriações	44.657	7.774	-	-	1.976	54.407
Instalações e edificações	72.006	8.762	(1.021)	-	2.532	82.279
Dispositivos de proteção e segurança	83.520	6.849	(57)	-	(25)	90.287
Pavimentos	707.192	147.283	(599)	-	(2.271)	851.605
Projetos e investimentos ambientais	42.266	5.901	(40)	-	1.943	50.070
Obras de arte especiais	112.367	21.131	(1)	-	1.740	135.237
Obras de arte correntes	113.490	17.900	(67)	-	(116)	131.207
Acessos, trevos, entonc., retornos, instal. e mob. canteiros	28.320	3.688	-	-	(323)	31.685
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	24.688	5.119	(5)	(601)	(10.046)	19.155
Sinalizações	104.310	8.614	(78)	-	(714)	112.132
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	109.914	17.312	(89)	-	92	127.229
Obras preliminares e complementares	60.568	8.792	(93)	-	6.069	75.336
	<u>1.559.923</u>	<u>274.358</u>	<u>(10.285)</u>	<u>(601)</u>	<u>1.214</u>	<u>1.824.609</u>
Intangível						
Sistemas operacionais	134.852	19.076	(8.817)	-	(1.212)	143.899
Direitos de uso e outros	10.855	3.691	(2.905)	-	(2)	11.639
	<u>145.707</u>	<u>22.767</u>	<u>(11.722)</u>	<u>-</u>	<u>(1.214)</u>	<u>155.538</u>
	<u>1.705.630</u>	<u>297.125</u>	<u>(22.007)</u>	<u>(601)</u>	<u>-</u>	<u>1.980.147</u>

14 Diferido

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa média anual de amortização %	Controladora				Consolidado			
		2007			2006	2007			2006 (Reclassificado)
		Amortização			Líquido	Amortização			Líquido
		Custo	acumulada	Líquido		Custo	acumulada	Líquido	
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	-	-	-	-	251.709	43.494	208.215	222.096
Ágio - STP (b)	20	-	-	-	-	2.970	2.525	445	-
Gastos de implantação do SAP	33,3	-	-	-	-	4.484	-	4.484	-
Despesas pré-operacionais	20	-	-	-	-	105.741	92.425	13.316	11.205
Aquisição de quinhão consorcial (c)	22	<u>16.569</u>	<u>6.751</u>	<u>9.818</u>	<u>13.501</u>	<u>16.569</u>	<u>6.751</u>	<u>9.818</u>	<u>13.501</u>
		<u>16.569</u>	<u>6.751</u>	<u>9.818</u>	<u>13.501</u>	<u>381.473</u>	<u>145.195</u>	<u>236.278</u>	<u>246.802</u>

a. Ágio -ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão.

b. Ágio - STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A., amortizado linearmente pelo prazo de 5 anos.

c. Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao custo de aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques.

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores devidos estão assim compostos:

Controladora Consolidado

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ItemInstituições financeiras	Encargos	Pagamentos até	2007	2006	2007	2006
1 Empréstimos e Financiamentos						
Em moeda nacional						
1.1 Banco Bradesco S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	22.431	27.839
1.1 Banco Sudameris Brasil S.A – BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	11.216	13.920
1.1 Unibanco S.A – BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	33.647	41.759
1.1 BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	56.077	69.599
1.2 BNDES	TJLP + 4,5% a.a.	Fevereiro de 2009	-	-	14.948	27.675
1.3 BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2011	-	-	76.712	185.316
1.4 Banco do Brasil S.A.	106,4% do CDI	Novembro de 2011	-	-	-	72.913
1.6 Banco Itaú BBA S.A.	107,3% do CDI	Dezembro de 2009	-	-	-	99.680
1.6 Unibanco S.A.	107,3% do CDI	Dezembro de 2009	-	-	-	99.680
1.6 Banco do Brasil S.A.	107,3% do CDI	Dezembro de 2009	-	-	-	99.680
1.8 Unibanco S.A., Bradesco e Ford Credit	TJLP + 3% a.a.	Julho de 2012	-	-	5.998	-
1.9 Bradesco	TJLP + 4,3% a.a.	Abril de 2011	-	-	1.358	1.787
Subtotal moeda nacional			-	-	222.387	739.848
Em moeda estrangeira						
1.5 Banco ABN Amro	US\$ + 3,75% a.a.	Julho de 2008	-	-	25.535	31.561
1.5 Banco ABN Amro	US\$ + 6,3713% a.a.	Julho de 2008	-	-	20.064	-
1.3 BNDES	Cesta de moedas + 5% a. a.	Janeiro de 2011	-	-	5.435	8.654
1.4 Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	Agosto de 2010	-	-	63.884	-
1.7 HSBC Bank Brasil	US\$ + 5,05% a.a. e US\$ + 5,90% a.a.	Maior de 2009	-	-	50.252	-
1.10 Banco Santander S.A	9,67% a.a.	Dezembro de 2008	-	-	2.699	-
Subtotal moeda estrangeira			-	-	167.869	40.215
Total de empréstimos e financiamentos			-	-	390.256	780.063
Total circulante – empréstimos e financiamentos			-	-	121.695	151.014
Total não circulante – empréstimos e financiamentos			-	-	268.561	629.049

			Controladora		Consolidado		
Item	Instituições financeiras	Encargos	Pagamentos até	2007	2006	2007	2006
2 Debêntures							
2.1	Debêntures	IGP-M + 11% a.a.	Maior de 2010	-	-	76.667	94.939
2.2	Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	Julho de 2010	-	-	120.942	157.997
2.3	Debêntures	105% do CDI	Março de 2011	155.366	156.637	155.366	156.637
2.4	Debêntures	IGP-M + 10,65% a.a. e 103,3% do CDI	Abril de 2014	-	-	551.149	566.099
2.5	Debêntures	IGP-M + 7,6% a.a. e 104,5% do CDI	Julho de 2015	-	-	703.048	-
Total de debêntures				155.366	156.637	1.607.172	975.672
Total circulante - debêntures				42.866	6.637	209.093	111.568
Total não circulante - debêntures				112.500	150.000	1.398.079	864.104
Total geral				155.366	156.637	1.997.428	1.755.735

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, bem como às debêntures emitidas, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior a taxa de 6 %a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

Em 10 de julho de 2000 a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 120.000, parte deste direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5,0% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras decorrentes delas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 100.185.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre apresentem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
- Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao BID, IFC e BNDES, que foram liquidados antecipadamente em 11 de maio de 2006. Entretanto mantêm-se a obrigação de pagar até 31 de dezembro de 2010 juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais.

A controlada provisionou até 31 de dezembro de 2007 o montante de R\$ 7.510 para o cumprimento desta obrigação relativa aos anos de 2005, 2006 e 2007.

1.2 NovaDutra

Em 09 de agosto de 2004 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R\$ 39.377.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 42 prestações mensais entre 15 de setembro de 2005 e 15 de fevereiro de 2009.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor de 49% do total das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada;
- Penhor de 100% das receitas auferidas pela controlada, decorrentes do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Não-constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos citados nos três tópicos acima;
- Não contrair empréstimos de capital de giro ou leasing que excedam o valor principal de R\$ 30.000 ou financiamentos de longo prazo acima de R\$ 70.000, sem anuência dos financiadores;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

valor. O montante das fianças bancárias em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 41.000.

- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 10 de julho e 15 de agosto de cada ano e/ou 10 de janeiro e 15 de fevereiro de cada ano;
- Não alterar a proporção entre ações ordinárias e preferenciais do capital social;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;
 - Coeficiente de endividamento de longo prazo (dívida de longo prazo / patrimônio líquido) menor ou igual a 1,5;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.

1.3. Rodonorte

Em 01 de novembro de 2001, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R\$ 169.301, dividido em subcrédito A e B, com valores respectivos de R\$ 16.930 e R\$ 152.371.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incidem taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestramente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incidem juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B também será em 84 prestações mensais entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou prestar outra forma de garantia no mesmo montante. O montante de fiança bancária em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 69.000.

1.4 Via Lagos

Em 11 de novembro de 2005 a controlada firmou contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., com encargos financeiros de 106,4% do CDI e vencimentos trimestrais entre 11 de maio de 2006 e 11 de novembro de 2011, garantidos por fiança da Companhia.

Este contrato foi liquidado em 05 de setembro de 2007 pela contratação de novo empréstimo no valor de R\$ 68.000, na mesma data, com a mesma instituição financeira, com vencimento em parcela única em 20 de agosto de 2010.

O empréstimo de 05 de setembro de 2007 foi realizado em Ienes e possui encargos financeiros de 5,8225% a.a., tendo como referência para sua liquidação a cotação do Iene de 2 dias antes da data de seu vencimento (Iene D-2). Foi realizado hedge com taxa de 103,20% do CDI.

1.5 Ponte

Em 26 de julho de 2005 a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., no montante de US\$ 13.999 mil, com encargos financeiros de 3,75% a.a., com vencimento em parcela única em 16 de julho de 2007.

Em 16 de julho de 2007 ocorreu o pagamento dos juros e do hedge vinculado a este contrato e aditou-se seu vencimento para 14 de julho de 2008 e o juros para 6,3713% a.a., com contração de novo hedge à taxa de 103,40% da variação do CDI.

Em 16 de julho de 2007 a controlada firmou também novo contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., no montante de US\$ 11.001 mil, com encargos financeiros de 6,3713%. Este contrato vence em parcela única em 14 de julho de 2008.

1.6 ViaOeste

A controlada possuía dívida subordinada com a controladora no valor de R\$ 280.893, que foi cedida em 30 de agosto de 2006 ao Banco Itaú BBA S.A. (33,33%), Banco do

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Brasil S.A. (33,33%) e Banco Unibanco S.A. (33,34%), através de contrato de cessão, assunção e aditamento firmado naquela data.

Como indexador dos empréstimos, foram adotados 106,1% do CDI entre 30 de agosto de 2006 e 30 de agosto de 2007, 107,3% do CDI entre 31 de agosto de 2007 até 28 de dezembro de 2009. Este contrato foi liquidado em 2 de agosto de 2007 com a utilização de parte dos recursos oriundos da emissão das debêntures da controlada, conforme detalhado no item 2.5 desta nota.

1.7 CCR-USA, LLC

Em 16 de novembro de 2007 a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US\$ 26.500 mil, com encargos financeiros de 5,05% a.a., com a finalidade de integralização de capital na concessionária Northwest Parkway, em Denver, Estados Unidos da América. O vencimento do principal e dos juros será em parcela única em 11 de maio de 2009.

Em 20 de dezembro de 2007 a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US\$ 1.700 mil, com encargos financeiros de 5,90% a.a., com a finalidade de complementar a integralização de capital na concessionária Northwest Parkway e reforço do capital de giro. O vencimento do principal e dos juros será em parcela única em 11 de maio de 2009.

Por se tratar de investimentos realizados nos Estados Unidos da América, não foram contratados hedges para estes empréstimos.

1.8 FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 28 de junho de 2007 a controlada Rodonorte firmou 5 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R\$ 2.432, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em 48 parcelas mensais entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2008. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008 e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R\$ 765, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões. A amortização do principal se dará em 48 parcelas mensais entre 15 de maio de 2008 e 15 de abril de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008 e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006, bem como em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada Nova Dutra firmou 5 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, Ford Credit e Unibanco, no valor total de R\$

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.920, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto-socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.9 FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006 a controlada ViaOeste firmou 2 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R\$ 1.836, com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em 54 parcelas mensais entre 15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011 e mensalmente no período de amortização.

1.10 CCR México

Em 18 de dezembro de 2007 a controlada firmou contrato de empréstimo em Pesos Mexicanos, junto ao Banco Santander, no montante de Mx\$ 16.500 mil, com encargos financeiros de 9,67% a.a.. O vencimento do principal e dos juros será em parcela única em 19 de dezembro de 2008.

Por se tratar de investimentos realizados México, não foram contratados hedges para estes empréstimos.

2. Debêntures:

2.1 Rodonorte

Em 1º de maio de 2001, a controlada emitiu 340 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R\$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total de R\$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, e que será pago em 9 parcelas anuais entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorrerá em 7 parcelas anuais entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010. A primeira parcela foi no valor correspondente a 10% do valor nominal na data de emissão e as demais no valor correspondente a 15% do valor nominal na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita a caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias, cessão de indenização dos seguros

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contratados, caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras, cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Estas garantias serão compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.3.

2.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004, a controlada emitiu 18.000 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de 9.000 debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 16 de agosto de 2004 no valor total de R\$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: parcelas anuais entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
 - Juros: parcelas anuais entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.
- Segunda série:
 - Amortização: parcelas anuais entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
 - Juros: parcelas anuais entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita a penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES, especificado no item 1.2 desta nota explicativa.

Estas garantias serão compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2.

2.3 CCR

Em 1º de março de 2005, a companhia emitiu 15.000 debêntures nominativas escriturais quirográficas (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

valor nominal total de emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R\$ 152.733.

A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

2.4 AutoBAn

Em 1º de abril de 2006, a controlada emitiu 51.000 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de 9.800 debêntures cada uma e a terceira série de 31.400 debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006 no valor total de R\$ 533.883.

As debêntures da primeira e segunda séries terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65%a.a.. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: 6 parcelas anuais entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
 - Juros: anualmente entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014.
- Segunda série:
 - Amortização: 5 parcelas anuais entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
 - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.
- Terceira série:
 - Amortização: 7 parcelas semestrais entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012.
 - Juros: semestralmente entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita a penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e, se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.5 ViaOeste

Em 1º de julho de 2007, a controlada emitiu 65.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de 28.000 debêntures e as segunda e terceira séries de 18.500 debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e o restante em 1º de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de 8 anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de 8 anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de 7,5 anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita a penhora de 100% das ações da controlada e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do poder concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter dívida sem o consentimento do Agente Fiduciário, a exemplo de debêntures, dívidas subordinadas e empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R\$ 50.000;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures e outras dívidas financeiras permitidas x menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2007, os pagamentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante (consolidado) estavam assim distribuídos:

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Total</u>
2009	111.962	336.307	448.269
2010	121.591	302.218	423.809
2011	31.811	256.968	288.779
2012	3.197	174.613	177.810
Após 2012	-	327.973	327.973
Total	<u>268.561</u>	<u>1.398.079</u>	<u>1.666.640</u>

16 Plano de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado a geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da empresa.

Este plano está baseado na venda, a determinados colaboradores escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI's.

A valorização das UI's é calculada com base na cotação média das ações da Companhia no exercício, nos dividendos pagos aos acionistas e indicador relacionado a criação de valor.

O direito de resgate das UI's, desde que tenha ocorrido valorização das mesmas, ocorre após um período de carência de 3 anos (vesting), podendo ser exercido nos 3 anos subsequentes.

A prática contábil adotada pela Companhia prevê a constituição de provisão no final de cada exercício para as UI's fora do período de carência e passíveis de resgate no ano subsequente. O saldo desta provisão é atualizado em dezembro de cada ano em decorrência da mudança no valor das UI's e do término do período de carência.

Ao longo do exercício o saldo da referida provisão também pode ser modificado em decorrência de resgates ou desligamento de colaboradores contemplados.

Em 2007 foi pago, a título de resgate de UI's, o valor total de R\$ 1.239, sendo R\$ 1.208 relativo aos administradores e R\$ 31 aos demais colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2007 foi provisionado o montante de R\$ 6.293, considerando as UI's passíveis de resgate em 2008.

O valor total das UI's outorgadas, em valores de 31 de dezembro de 2007, assim como a

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

perspectiva de resgates, está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2007</u>
Saldo sob carência (vesting)	17.504
Saldo resgatável	<u>6.293</u>
Saldo total	<u>23.797</u>
Composição anual do saldo total	
2008	6.293
2009	5.140
2010	5.946
2011	3.776
2012	<u>2.642</u>
Total	<u>23.797</u>

17 Impostos e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Circulante				
COFINS	100	158	28.333	26.060
PIS	-	117	7.871	7.425
ISS	83	86	14.058	12.137
Outros	<u>7</u>	<u>40</u>	<u>879</u>	<u>1.890</u>
	<u>190</u>	<u>401</u>	<u>51.141</u>	<u>47.512</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não circulante

COFINS	-	-	30.676	36.869
PIS	-	-	12.614	13.433
CSLL	-	-	541	737
IRPJ	-	-	513	699
	-	-	44.344	51.738

Em fevereiro de 2006 a AutoBAn e NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005, sobre a majoração da alíquota do PIS e COFINS. O parcelamento foi deferido em 60 parcelas, com pagamento da primeira parcela em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic.

As parcelas com vencimento após 12 meses estão classificadas no passivo não circulante.

18 Outras contas a pagar (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas acessórias a apropriar	-	-	3.258	3.886
Contas a pagar para aquisição de investimentos (1)	21.794	33.008	21.794	33.008
COFINS – parcelamento	-	-	-	283
PIS – parcelamento	-	-	-	2.873
Outros	1.099	1.059	1.099	1.059
	22.893	34.067	26.151	41.109

(1) Refere-se a contas a pagar a terceiros na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.

19 Compromissos vinculados à concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	2007	2006	2007	2006
AutoBAn	2.038.394	2.047.885	1.596.564	1.569.576

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ViaOeste	<u>411.153</u>	<u>419.658</u>	<u>323.240</u>	<u>322.774</u>
	<u>2.449.547</u>	<u>2.467.543</u>	<u>1.919.804</u>	<u>1.892.350</u>

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2007, estão assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2008	231.154	225.061
2009	238.409	221.155
2010	238.409	210.626
2011	238.409	200.596
Após 2011 até 2018	<u>1.503.166</u>	<u>1.062.366</u>
Total	<u>2.449.547</u>	<u>1.919.804</u>

No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 225.108 referente ao direito de outorga fixo (R\$ 214.830 em 31 de dezembro de 2006).

Decorrente do direito de outorga variável - AutoBAN e ViaOeste S.A.

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Esse compromisso em 31 de dezembro de 2007 montava em R\$ 3.675 (R\$ 3.374 em 31 de dezembro de 2006).

No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 40.876 referente ao direito de outorga variável (R\$ 37.628 em 31 de dezembro de 2006).

b. Compromissos relativos às concessões - Consolidado

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias e também, a partir de 2006, de adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2007, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 5.143.002 (R\$ 5.252.728 em 31 de dezembro de 2006), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007 (Não auditado)	2006 (Não auditado)
Rodonorte	1.402.693	1.405.714
AutoBAn	1.204.688	1.115.376
ViaOeste	664.145	700.331
NovaDutra	560.503	723.839
Via Lagos	10.425	14.821
Ponte	50.692	80.705
ViaQuatro	<u>1.249.856</u>	<u>1.211.942</u>
	<u>5.143.002</u>	<u>5.252.728</u>

c. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão; entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo a delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). Essa segregação foi efetuada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
				2007	2006
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	4	22.069	10.333	11.736	12.502
Terraplanagem	5,56	130.233	70.019	60.214	67.455

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS			02.846.056/0001-97		
11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS					
Pavimentação	14,29	197.770	197.770	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	32.159	7.765	11.091
Obras de arte especiais	8,33	255.934	206.155	49.779	71.099
Sinalização e segurança	25	15.328	15.328	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	4.369	2.859	3.311
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	8.387	286	1.154
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	9.500	-	-
Delegação dos serviços públicos	3,48	<u>1.480.451</u>	<u>685.716</u>	<u>794.735</u>	<u>840.075</u>
		<u>2.167.110</u>	<u>1.239.736</u>	<u>927.374</u>	<u>1.006.687</u>

d. Obras a executar - ViaOeste

	2007	2006
Circulante	1.153	1.051
Não circulante		
Obrigações com o poder concedente	<u>7.005</u>	<u>31.438</u>
	<u>8.158</u>	<u>32.489</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o poder concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingir o montante de R\$ 98.303 (atualizado até 31 de dezembro de 2007), a controlada voltará a depositar novamente o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004.

20 Provisão para contingências - Consolidado

As perdas prováveis trabalhistas e cíveis, registradas como passivo com base em opinião dos consultores legais da Companhia e suas controladas, estão resumidas a seguir:

	2007	2006
Circulante		
Trabalhistas e previdenciárias	<u>2.284</u>	<u>2.454</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não circulante

Tributárias	208	-
Cíveis – Usuários da rodovia	4.227	850
	4.435	850

Com base na opinião de seus consultores legais, a Administração acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir as perdas que eventualmente ocorram, e que a decisão final não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira consolidada e o resultado das operações da Companhia e suas controladas. A parcela de provisão para contingências, registrada no passivo não circulante está baseada na análise da Administração da Companhia e suas controladas e seus consultores legais, cujo entendimento é de que ela não será exigida no próximo exercício.

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante estimado de R\$ 144.886 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 239.790 em 31 de dezembro de 2006) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas a questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

21 Patrimônio líquido

a Capital

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

O capital poderá ser aumentado até o limite autorizado por meio de aprovação do Conselho de Administração.

b Reserva de capital

A reserva de capital corresponde ao ágio na subscrição de ações no montante de R\$ 220.527.

c Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 29 de março de 2007 a Assembléia Geral Ordinária aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 201.549, correspondente a R\$ 0,50 por ação, relativos ao saldo de lucros acumulados no exercício 2006. Os dividendos foram pagos em 10 de abril de 2007.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os dividendos intermediários, aprovados pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de agosto de 2007, foram de R\$ 330.543, correspondentes a R\$ 0,82 por ação e foram pagos em 31 de agosto de 2007.

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado conforme segue:

Lucro líquido do exercício	583.581
Base de cálculo	<u>583.581</u>
Dividendos obrigatórios 25%	145.895

Tendo em vista que já foram distribuídos antecipadamente R\$ 330.543 durante o exercício, não houve portanto a consignação de dividendos mínimos obrigatórios.

d Reserva legal

Foi desnecessária a sua constituição, de acordo com o previsto no § 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

e Lucros acumulados

A destinação dos lucros acumulados será definida na Assembléia Geral Ordinária.

A Companhia possui orçamento de capital de giro e de operação que suporta o valor retido dos lucros acumulados.

22 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Exposição a riscos cambiais

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA) e ao Iene (Japão), equivalentes em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 167.869 (R\$ 40.215 em 31 de dezembro de 2006) (nota explicativa nº 15). Desse montante, as controladas contrataram operações de “hedge” no montante de R\$ 109.482 (R\$ 31.561 em 31 de dezembro de 2006). Parte significativa do

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

montante não protegido por operações de “hedge” se justifica pela aplicação dos recursos captados em investimentos no exterior.

b. Exposição a riscos de taxas de juros e índices

As controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos (2) e da TJLP e CDI relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI.

c. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras, conta reserva e contas a receber.

A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias, aplicações financeiras e conta reserva, com instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d. Valor de mercado de instrumentos financeiros - Consolidado

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial estão identificados a seguir:

	2007		2006	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	780.377	780.377	602.851	602.851
Aplicações financeiras vinculadas (conta reserva)	-	-	24.247	24.247
Debêntures	1.607.172	N/D	975.672	N/D
Empréstimos	111.916	N/D	405.301	N/D
Financiamentos - “Project Finance”	278.340	N/D	374.762	N/D
Contas a pagar - operações de “hedge”	9.956	8.108	11.046	8.579

N/D: Não disponível

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- **Disponibilidades e aplicações financeiras vinculadas** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Debêntures** – Não há um volume significativo de transações num mercado secundário, de forma a caracterizar uma avaliação de mercado.
- **Empréstimos** – não foi determinado o valor de mercado pelas seguintes razões:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não são objeto de transação em nenhum mercado;
- Eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor, e pelo saldo devedor atualizado, acrescido de taxa especificada no contrato.
- **Financiamentos** – Conforme descrito na nota explicativa nº 15, esses financiamentos são relativos a operações de “Project Finance” (financiamentos dos BNDES, IFC e BID) para os quais não foi determinado o valor de mercado pelas seguintes razões:
 - Não há disponibilidade de operações similares no mercado;
 - Não são objeto de transação em nenhum mercado;
 - Eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor, e pelo saldo devedor atualizado, acrescido de taxa especificada no contrato.
- **Contas a pagar de operações de “hedge”** – O método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço.

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas de seguros referem-se a modalidade de todos os riscos (All Risk), conforme segue:

- Ações de indenização (Responsabilidade Civil);
- Sinistros durante e na execução de serviços de construção (Riscos de Engenharia);
- Sinistros envolvendo bens patrimoniais, e roubo nas praças de pedágio (Riscos Patrimoniais);
- Acidentes associados às coberturas de engenharia e patrimoniais (Perda de Receita).

Em 31 de dezembro de 2007, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da companhia e suas controladas e equiparada a controlada é resumida conforme abaixo:

Responsabilidade Civil - de R\$ 15.000 a R\$ 60.000
Riscos de Engenharia - de R\$ 2.000 a R\$ 49.000
Riscos Patrimoniais - de R\$ 12.000 a R\$ 385.000
Perda de Receita - de um a doze meses de cobertura

24 Remuneração da administração

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A remuneração total paga, inclusive benefícios, dos administradores foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31/12/06	11.715	22.166
31/12/07	15.592	28.029

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Despesas financeiras				
Variação monetária	18.073	22.953	71.137	37.691
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	174.902	159.225
Perda na operação de swap	-	-	21.198	21.217
CPMF	5.285	3.741	25.207	19.701
Atualização monetária do contas a pagar para aquisição de investimentos	7.540	5.205	7.540	5.205
Comissões sobre empréstimos	387	324	11.168	8.177
Outros	<u>2.266</u>	<u>6.294</u>	<u>16.821</u>	<u>28.291</u>
	<u>33.551</u>	<u>38.517</u>	<u>327.973</u>	<u>279.507</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre investimentos financeiros	42.342	27.748	74.341	53.613
Variação cambial	-	-	14.133	7.828
Juros e variação monetária com pessoas ligadas	-	27.361	-	-
Juros sobre outros ativos	2	221	329	7.773
Outros	<u>1.491</u>	<u>8.884</u>	<u>6.968</u>	<u>16.702</u>
	<u>43.835</u>	<u>64.214</u>	<u>95.771</u>	<u>85.916</u>
Resultado financeiro	<u>10.284</u>	<u>25.697</u>	<u>(232.202)</u>	<u>(193.591)</u>

26 Eventos subsequentes

a. Lei nº 11.638/07- Alterações de dispositivos da Lei nº 6.404/76 sobre matéria contábil.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, que altera a Lei 6.404, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, modificando, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e podem ser, substancialmente resumidas como segue:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ativos e passivos financeiros pré-fixados serão ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- arrendamentos financeiros serão contabilizados como ativo imobilizado;
- determinados instrumentos financeiros e derivativos serão contabilizados a valores justos;
- ativos adquiridos em processos de aquisição de controle em sociedades, entre partes independentes, serão valorizados a valores justos na sociedade adquirente;
- a equivalência patrimonial será registrada também em função da influência significativa e em sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum;
- a reavaliação de ativos não será mais permitida;

Os efeitos da aplicação da referida Lei sobre as demonstrações financeiras da Companhia encontram-se sob análise da Administração, assim como a aplicação de determinadas modificações depende de regulação posterior a ser emitida pelos órgãos competentes. Assim, os impactos de todas as modificações trazidas por esta nova lei não podem ser mensurados.

b. Aquisição de participação acionária na Concessionária Renovias S.A.

Em 29 de janeiro de 2008 a Companhia firmou compromisso de compra e venda, irrevogável e irretroatável, com as empresas Encalso Construções Ltda. e Senpar Ltda., para aquisição de 40% do capital social da Concessionária Renovias S.A.

Esta operação prevê a alienação total da participação da Senpar no capital social da Renovias, equivalente a 30%, e a alienação de 10% pela Encalso, totalizando os 40% do capital social objeto do referido compromisso.

O valor acordado desta transação foi de R\$ 265.000 e a liquidação financeira está sujeita às aprovações dos financiadores, aprovação do Poder Concedente, e à conclusão dos trabalhos de auditoria de aquisição.

Após a conclusão desta operação a Companhia deterá 40% do capital social da Renovias e a Encalso Construções Ltda. os demais 60%.

A Renovias é uma concessionária de serviços públicos de rodovias que tem por objetivo administrar e operar a malha viária correspondente ao Lote 11 do Programa de Concessões de Rodovias do Estado de São Paulo, abrangendo cinco rodovias na região nordeste do Estado de São Paulo, na ligação entre Campinas, Circuito das Águas Paulista e Sul de Minas Gerais, quais sejam SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, com extensão de 345,6 km.

27 Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora

Consolidado

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006	2007	2006 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	583.581	547.268	583.581	547.268
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(9.747)	(5.864)
Apropriação de despesas antecipadas	-	-	8.024	13.067
Provisão para perdas com investimentos	-	35	-	731
Depreciação e amortização	4.131	3.491	315.801	334.218
Baixa de ativo imobilizado	11	-	14.654	11.065
Baixa do diferido	-	-	54	-
Amortização do ágio	4.030	3.264	4.030	3.264
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(14.119)	(7.842)
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	-	(44)	676
Juros sobre mútuos com partes relacionadas não circulante	-	(27.362)	-	-
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	18.073	22.953	245.656	196.033
Resultado da operação de "hedge"	-	-	17.360	15.664
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(112.312)
Provisão de juros sobre contingências fiscais	-	-	2.607	-
Juros sobre impostos parcelados	-	-	3.985	4.353
Participação dos minoritários	-	-	6.320	(3.368)
Equivalência patrimonial	(630.606)	(560.640)	-	-
Distribuição de dividendos das controladas	682.882	422.443	-	-
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber	50	163	26.007	(5.831)
Contas a receber - Partes relacionadas	37.430	(2.947)	(2.543)	(4.053)
Impostos a recuperar	(10.918)	(13.171)	(11.437)	(9.755)
Despesas antecipadas e outras	36	688	26.120	23.836
Despesas antecipadas outorga fixa	-	-	(90.140)	-
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	(512)	(51)	15.543	11.282
Fornecedores - Partes relacionadas	(124)	(675)	(9.166)	847
Obrigações sociais e trabalhistas	12.008	531	24.445	2.427
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	(211)	2	136.397	54.398
Provisão de contingências	-	-	997	1.582
Outras contas a pagar	(8.780)	(14.697)	(27.099)	9.990
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	691.081	381.295	1.267.286	1.081.676
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de participação em controladas	(368)	(7.898)	-	-
Aquisição de participação em novas controladas	-	(10.109)	-	-
Aquisição de investimentos	-	-	(47.990)	(31)
Aquisição de ativo imobilizado	(318)	(325)	(511.931)	(458.914)
Constituição de ativo diferido	-	(495)	(8.804)	(10.010)
Ágio em controlada	-	(14.996)	-	(14.996)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(686)	(33.823)	(568.725)	(483.951)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-	24.247	(13.253)
Liquidação da outorga fixa e variável	-	-	-	-
Liquidação operações "hedge"	-	-	(18.450)	(48.662)
Mútuos com partes relacionadas:				
Recebimento de mútuo	-	302.104	-	-
Aumento de capital em investida	-	-	-	-
Aumento de mútuo com pessoas ligadas	-	(20.000)	-	-
Juros (imposto de renda retido na fonte)	-	3.552	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	-	-	845.177	1.165.901
Pagamentos	(19.346)	(25.576)	(835.021)	(1.081.613)
Dividendos a pagar - minoritários	-	-	-	(60)
Dividendos pagos	(201.550)	(100.774)	(201.550)	(100.775)
Juros sobre capital próprio pagos à ex-acionistas	-	-	(4.895)	-
Dividendos intermediários	(330.543)	253.954	(330.543)	(253.954)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	(551.439)	(94.648)	(521.035)	(332.416)
Demonstração do aumento nas disponibilidades	138.956	252.824	177.526	265.309
No início do exercício	413.003	160.179	602.851	337.542
No fim do exercício	551.959	413.003	780.377	602.851
Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa				
Caixa pago durante o exercício				
Juros	19.344	25.576	177.389	131.185
Imposto de renda e contribuição social	-	-	156.400	143.000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	7
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	9
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	10
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	11
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	12
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	13
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	17
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	19
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	20
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	30/82

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
4 - NIRE		
35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. CHEDID JAFET, 222 BLOCO B, 5º ANDAR				VILA OLÍMPIA	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
04551-065		SÃO PAULO			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
11	3048-5921	3048-5925	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
11	3048-5903	3048-5911	-		
15 - E-MAIL					
renato.vale@ccrnet.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
RICARDO FROES ALVES FERREIRA				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. CHEDID JAFET, 222 BLOCO B, 5º ANDAR			VILA OLÍMPIA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
04551-065	SÃO PAULO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3048-5931	3048-5921	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
11	3048-5903	3048-5911	-	
16 - E-MAIL				
ricardo.froes@ccrnet.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2006	31/12/2006
2 - Penúltimo	01/01/2005	31/12/2005
3 - Antepenúltimo	01/01/2004	31/12/2004
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
KPMG Auditores Independentes		00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Luiz Ribeiro de Carvalho		007.769.948-32

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2006	2 31/12/2005	3 31/12/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	100.775.450	100.775.450
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	100.775.450	100.775.450
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	29/03/2006	Dividendo	17/04/2006	ON	0,2500000000
02	RCA	10/08/2006	Dividendo	31/08/2006	ON	0,6300000000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
07/02/2007	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1	Ativo Total	1.768.285	1.593.258	1.217.927
1.01	Ativo Circulante	497.383	229.043	455.321
1.01.01	Disponibilidades	413.003	160.179	425.332
1.01.01.01	Caixa e bancos	353	8.830	1.987
1.01.01.02	Aplicações financeiras	412.650	151.349	423.345
1.01.02	Créditos	38.649	35.865	8.672
1.01.02.01	Clientes	38.649	35.865	8.672
1.01.02.01.01	Contas a receber - partes relacionadas	38.076	35.129	7.959
1.01.02.01.02	Contas a receber com terceiros	573	736	713
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	45.731	32.999	21.317
1.01.04.01	Impostos a recuperar	44.596	31.425	20.093
1.01.04.02	Despesas antecipadas e outros	1.135	1.574	1.224
1.02	Ativo Não Circulante	1.270.902	1.364.215	762.606
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.754	261.297	230.724
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	43	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.724	260.018	225.344
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	1.724	260.018	225.344
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	1.030	1.236	5.380
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas e outros	995	1.196	5.380
1.02.01.03.02	Outras contas a receber	35	40	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.268.148	1.102.918	531.882
1.02.02.01	Investimentos	1.253.106	1.085.205	530.259
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.233.803	1.077.599	521.878
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	19.303	7.571	8.381
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	35	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.541	1.639	1.623
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	13.501	16.074	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	1.768.285	1.593.258	1.217.927
2.01	Passivo Circulante	15.940	38.308	106.300
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	6.637	9.260	0
2.01.03	Fornecedores	2.251	2.302	297
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.749	3.216	2.478
2.01.04.01	Obrigações sociais e trabalhistas	3.348	2.817	2.315
2.01.04.02	Impostos e contribuições a recolher	401	399	163
2.01.05	Dividendos a Pagar	1	0	100.775
2.01.06	Provisões	0	0	2.673
2.01.06.01	Provisão para IRPJ e CSLL	0	0	2.673
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	136	386	0
2.01.07.01	Fornecedores - Partes relacionadas	136	386	0
2.01.08	Outros	3.166	23.144	77
2.02	Passivo Não Circulante	185.983	181.127	36.746
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	185.983	181.127	36.746
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	150.000	150.000	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	31.904
2.02.01.03.01	Provisão para perda de investimentos	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.916	2.341	2.815
2.02.01.04.01	Fornecedores - Partes relacionadas	1.916	2.341	2.815
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	34.067	28.786	2.027
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.566.362	1.373.823	1.074.881
2.04.01	Capital Social Realizado	571.234	571.234	571.234
2.04.02	Reservas de Capital	220.527	220.527	220.527
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	774.601	582.062	283.120
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	65.910	55.342	48.415
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.172)	(848)	77
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	64.738	54.494	48.492
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(41.243)	(29.296)	(26.596)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(6.755)	(1.498)	(1.549)
3.04.02	Serviços	(15.597)	(13.573)	(25.047)
3.04.03	Custo da Outorga	0	0	0
3.04.04	Custo com Pessoal	(14.010)	(10.857)	0
3.04.05	Materiais, equipamentos e Veículos	(3.465)	(2.243)	0
3.04.06	Outros	(1.416)	(1.125)	0
3.05	Resultado Bruto	23.495	25.198	21.896
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	524.070	482.014	256.353
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(62.267)	(52.376)	(51.521)
3.06.03	Financeiras	25.697	44.216	72.020
3.06.03.01	Receitas Financeiras	64.214	80.906	76.435
3.06.03.01.01	Variação Cambial	0	0	0
3.06.03.01.02	Juros e Outras Receitas Financeiras	64.214	80.906	76.435
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(38.517)	(36.690)	(4.415)
3.06.03.02.01	V. M. das Obrigações Poder Concedente	0	0	0
3.06.03.02.02	Juros e Variação Monetária	(22.964)	(21.597)	0
3.06.03.02.03	Taxa, Comissões, Outras Financeiras	(15.553)	(15.093)	(4.415)
3.06.03.02.04	Resultado com Operação de Hedge	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	560.640	490.174	235.854
3.07	Resultado Operacional	547.565	507.212	278.249
3.08	Resultado Não Operacional	(35)	3	(1.026)
3.08.01	Receitas	0	3	0
3.08.02	Despesas	(35)	0	(1.026)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	547.530	507.215	277.223
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(262)	(6.722)	(14.232)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	547.268	500.493	262.991

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2006 a 31/12/2006	4 -01/01/2005 a 31/12/2005	5 -01/01/2004 a 31/12/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	100.775.450	100.775.450
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,35764	4,96642	2,60967
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.01	Origens	699.260	556.110	637.170
4.01.01	Das Operações	388.499	189.538	210.570
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	547.268	500.493	262.991
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	(158.769)	(310.955)	(52.421)
4.01.01.02.01	Provisão para perdas com investimentos	35	0	0
4.01.01.02.02	Depreciações e amortizações	3.491	376	333
4.01.01.02.03	Amortização do ágio	3.264	1.122	1.216
4.01.01.02.04	Baixa do ativo imobilizadi	0	29	34
4.01.01.02.05	Enc. financeiros de partes relacionadas	(27.362)	(55.660)	(37.633)
4.01.01.02.06	Resultado de equivalência patrimonial	(560.640)	(490.174)	(235.854)
4.01.01.02.07	Dividendos receb./propostos controladas	422.443	233.352	218.447
4.01.01.02.08	Perda na alienação de investimentos	0	0	1.036
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	376.383
4.01.02.01	Aumento de capital em controladas	0	0	1.383
4.01.02.02	Subscrição de capital (distr.publ.ações)	0	0	375.000
4.01.03	De Terceiros	310.761	366.572	50.217
4.01.03.01	Diminuição do ativo não circulante	249	4.101	0
4.01.03.02	Captação de empréstimos	0	150.000	0
4.01.03.03	IRRF sobre juros com partes relacionadas	3.552	11.133	7.528
4.01.03.04	Recebimento de mútuo	302.104	175.053	40.370
4.01.03.05	Aumento do passivo não circulante	4.856	26.285	0
4.01.03.06	Recebimento pela venda de participação	0	0	2.319
4.02	Aplicações	408.552	714.396	270.642
4.02.01	Aplicação em outros investimentos	0	35	0
4.02.02	Aumento de investimentos	10.109	0	1.384
4.02.03	Aumento de participação em controladas	7.898	47	0
4.02.04	Constituição de ágio em controlada	14.996	312	0
4.02.05	Aplicação em imobilizado	325	421	795
4.02.06	Aplicação em diferido	495	16.074	0
4.02.07	Dividendos antecipados	253.954	201.551	100.847
4.02.08	Distribuição de dividendos	100.775	0	0
4.02.09	Dividendos propostos	0	0	100.775
4.02.10	Aumento de mútuo	20.000	495.956	61.459
4.02.11	Trnsf. passivo não circul. para o circul	0	0	2
4.02.12	Aumento do ativo não circulante	0	0	5.380
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	290.708	(158.286)	366.528
4.04	Variação do Ativo Circulante	268.340	(226.278)	418.211
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	229.043	455.321	37.110
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	497.383	229.043	455.321
4.05	Variação do Passivo Circulante	(22.368)	(67.992)	51.683
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	38.308	106.300	54.617

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2006 a 31/12/2006	4 -01/01/2005 a 31/12/2005	5 -01/01/2004 a 31/12/2004
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	15.940	38.308	106.300

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	582.062	1.373.823
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	547.268	547.268
5.07	Destinações	0	0	0	0	(354.729)	(354.729)
5.07.01	Dividendos distribuídos	0	0	0	0	(100.775)	(100.775)
5.07.02	Dividendos antecipados	0	0	0	0	(253.954)	(253.954)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	774.601	1.566.362

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	571.234	220.527	0	0	283.120	1.074.881
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	500.493	500.493
5.07	Destinações	0	0	0	0	(201.551)	(201.551)
5.07.01	Dividendos distribuídos	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Dividendos antecipados	0	0	0	0	(201.551)	(201.551)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	582.062	1.373.823

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	196.234	220.527	0	0	221.751	638.512
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	375.000	0	0	0	0	375.000
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	262.991	262.991
5.07	Destinações	0	0	0	0	(201.622)	(201.622)
5.07.01	Dividendos distribuídos	0	0	0	0	(72)	(72)
5.07.02	Dividendos antecipados	0	0	0	0	(100.775)	(100.775)
5.07.03	Dividendos propostos	0	0	0	0	(100.775)	(100.775)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	571.234	220.527	0	0	283.120	1.074.881

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1	Ativo Total	3.825.676	3.424.538	2.877.053
1.01	Ativo Circulante	895.676	602.504	697.400
1.01.01	Disponibilidades	602.851	337.542	523.894
1.01.01.01	Caixa e bancos	37.127	33.534	54.879
1.01.01.02	Aplicação Financeira	565.724	304.008	469.015
1.01.02	Créditos	194.113	170.976	113.577
1.01.02.01	Clientes	169.866	159.982	100.725
1.01.02.01.01	Contas a Receber	109.617	103.786	66.382
1.01.02.01.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	60.249	56.196	34.343
1.01.02.02	Créditos Diversos	24.247	10.994	12.852
1.01.02.02.01	Conta reserva	24.247	10.994	12.852
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	98.712	93.986	59.929
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	53.571	46.542	29.849
1.01.04.02	Despesas Antecipadas e Outras	39.683	40.012	25.287
1.01.04.03	IRPJ e CSLL diferidos	5.458	7.432	4.793
1.02	Ativo Não Circulante	2.930.000	2.822.034	2.179.653
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	224.350	245.127	212.086
1.02.01.01	Créditos Diversos	30.469	21.683	15.308
1.02.01.01.01	Contas a Receber	30.469	21.683	7.322
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0	7.986
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	193.881	223.444	196.778
1.02.01.03.01	IRPJ e CSLL Diferidos	28.849	30.569	74.791
1.02.01.03.02	Despesas Antecipadas e Outros	158.245	171.893	108.171
1.02.01.03.03	Outras Contas a Receber	6.787	20.982	13.816
1.02.02	Ativo Permanente	2.705.650	2.576.907	1.967.567
1.02.02.01	Investimentos	19.303	8.271	226.224
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	19.303	7.571	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	700	226.224
1.02.02.02	Imobilizado	2.440.749	2.306.487	1.736.814
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	245.598	262.149	4.529

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	3.825.676	3.424.538	2.877.053
2.01	Passivo Circulante	527.999	578.922	670.511
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	162.060	220.413	215.710
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	151.014	197.379	193.282
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de Hedge	11.046	23.034	22.428
2.01.02	Debêntures	111.568	85.997	34.718
2.01.03	Fornecedores	98.217	86.935	65.717
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	69.884	67.745	33.469
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	47.512	47.800	17.478
2.01.04.02	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.372	19.945	15.991
2.01.05	Dividendos a Pagar	4.925	92	100.828
2.01.06	Provisões	12.210	25.216	16.560
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	8.355	17.943	14.818
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	1.401	5.310	1.168
2.01.06.03	Contingências	2.454	1.963	574
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	39.681	44.764	26.300
2.01.07.01	Fornecedores - Partes Relacionadas	39.681	44.764	26.300
2.01.08	Outros	29.454	47.760	177.209
2.01.08.01	Obrigações com o Poder Concedente	3.374	3.247	2.325
2.01.08.02	Bônus de Subscrição a Pagar	0	0	156.384
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	26.080	44.513	18.500
2.02	Passivo Não Circulante	1.718.276	1.455.386	1.122.597
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.718.276	1.455.386	1.122.597
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	629.049	819.565	617.052
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	629.049	816.072	608.713
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de Hedge	0	3.493	8.339
2.02.01.02	Debêntures	864.104	383.808	299.040
2.02.01.03	Provisões	123.372	174.341	159.544
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	70.784	112.312	48.801
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	5.649	4.469
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	51.738	55.213	0
2.02.01.03.04	Contingências	850	1.167	106.274
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.916	1.916	3.091
2.02.01.04.01	Fornecedores - Partes Relacionadas	1.916	1.916	3.091
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	99.835	75.756	43.870
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	58.726	33.320	42.100
2.02.01.06.02	Outras Contas a Pagar	41.109	42.436	1.770
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	13.039	16.407	9.064
2.04	Patrimônio Líquido	1.566.362	1.373.823	1.074.881

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2006	4 -31/12/2005	5 -31/12/2004
2.04.01	Capital Social Realizado	571.234	571.234	571.234
2.04.02	Reservas de Capital	220.527	220.527	220.527
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	774.601	582.062	283.120
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.317.891	2.103.599	1.568.220
3.02	Deduções da Receita Bruta	(172.919)	(149.245)	(105.070)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.144.972	1.954.354	1.463.150
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.072.455)	(958.294)	(783.087)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(314.910)	(276.524)	(214.243)
3.04.02	Serviços	(301.179)	(270.936)	(245.930)
3.04.03	Custo da Outorga	(253.762)	(252.423)	(192.608)
3.04.04	Custo com Pessoal	(92.498)	(75.579)	(47.858)
3.04.05	Materiais, equipamentos e Veículos	(27.064)	(23.064)	(9.857)
3.04.06	Outros	(83.042)	(59.768)	(72.591)
3.05	Resultado Bruto	1.072.517	996.060	680.063
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(410.419)	(218.735)	(288.569)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(216.828)	(196.861)	(148.878)
3.06.03	Financeiras	(193.591)	(21.874)	(139.691)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	85.916	267.637	86.865
3.06.03.01.01	Variação Cambial	7.828	50.952	22.301
3.06.03.01.02	Juros e Outras Receitas Financeiras	78.088	216.685	52.087
3.06.03.01.03	Resultado com Operação de Hedge	0	0	12.477
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(279.507)	(289.511)	(226.556)
3.06.03.02.01	Var.Monet.Obrig. Poder Concedente	(676)	(4.734)	(4.085)
3.06.03.02.02	Juros e Variações Monetárias	(196.916)	(166.447)	(143.752)
3.06.03.02.03	Taxas, Comissões e Outras Desp.Financ.	(60.698)	(70.669)	(39.381)
3.06.03.02.04	Resultado com Operação de Hedge	(21.217)	(47.661)	(39.338)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	662.098	777.325	391.494
3.08	Resultado Não Operacional	(307)	3.954	965
3.08.01	Receitas	0	3.954	965
3.08.02	Despesas	(307)	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	661.791	781.279	392.459
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(115.796)	(222.413)	(106.016)
3.11	IR Diferido	5.866	(50.983)	(23.820)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(4.593)	(7.390)	368
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	547.268	500.493	262.991

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2006 a 31/12/2006	4 -01/01/2005 a 31/12/2005	5 -01/01/2004 a 31/12/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	100.775.450	100.775.450
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,35764	4,96642	2,60967
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.01	Origens	1.747.201	1.259.907	1.136.731
4.01.01	Das Operações	912.102	743.839	531.610
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	547.268	500.493	262.991
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	364.834	243.346	268.619
4.01.01.02.01	IRPJ e CSLL Diferidos	(3.929)	49.480	3.854
4.01.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	70.784	0	0
4.01.01.02.03	Provisão para Perdas com Investimentos	731	0	0
4.01.01.02.04	Perda na Alienação de Investimentos	0	0	84
4.01.01.02.05	Depreciação e Amortização	334.218	293.498	218.762
4.01.01.02.06	Amortização do Ágio	3.264	1.122	1.216
4.01.01.02.07	Baixa do Ativo Imobilizado	11.065	2.384	7.416
4.01.01.02.08	Imob.Transf.p/Compens.Outorga(Via Lagos)	0	6.281	0
4.01.01.02.09	Variação Cambial de Empréstimos e Financ	(21.151)	(39.841)	(19.315)
4.01.01.02.10	Juros e Variação Monet.s/Financ.e Debênt	48.798	24.194	33.358
4.01.01.02.11	Reversão da Prov. para IRPJ e CSLL	(112.312)	0	0
4.01.01.02.12	Juros sobre Contingências Fiscais	0	(67.887)	0
4.01.01.02.13	Juros sobre Impostos Parcelados	4.353	382	0
4.01.01.02.14	Juros/VM Ativos Comp.Pagto.Ant. Outorga	0	(28.849)	0
4.01.01.02.15	Desconto Obtido Pagto.Antec.Outorga	0	(39.207)	0
4.01.01.02.16	Var.Monet. Obrigações Poder Concedente	676	3.433	4.085
4.01.01.02.17	Provisão (Reversão) para Contingências	1.091	(2.294)	0
4.01.01.02.18	Provisão das Obrig.Poder Concedente	24.730	19.817	4.701
4.01.01.02.19	Resultado com Operação de Hedge	5.884	13.443	14.826
4.01.01.02.20	Participação dos Minoritários	(3.368)	7.390	(368)
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	375.000
4.01.02.01	Subscrição de Capital (Distr.Públ.Ações)	0	0	375.000
4.01.03	De Terceiros	835.099	516.068	230.121
4.01.03.01	Diminuição do Ativo não Circulante	5.990	22.086	10.649
4.01.03.02	Captação de Empréstimos	825.861	445.881	203.618
4.01.03.03	Aumento do Passivo Não Circulante	3.248	48.101	13.535
4.01.03.04	Recebimento Pela Venda de Participação	0	0	2.319
4.02	Aplicações	1.403.106	1.263.214	846.740
4.02.01	Aplicação em Outros Investimentos	0	700	217.843
4.02.02	Aquisição da ViaOeste Participações	0	358.203	0
4.02.03	Aumento de Investimentos	8.342	0	0
4.02.04	Constituição de Ágio em Controlada	14.996	312	0
4.02.05	Aplicação em Imobilizado	454.188	375.357	177.268
4.02.06	Aplicação em Diferido	495	16.074	0
4.02.07	Dividendos Antecipados	253.954	201.551	100.847
4.02.08	Distribuição de Dividendos	100.775	0	0
4.02.09	Dividendos Propostos	0	0	100.775

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2006 a 31/12/2006	4 -01/01/2005 a 31/12/2005	5 -01/01/2004 a 31/12/2004
4.02.10	Diminuição dos Minoritários	0	47	0
4.02.11	transf.Passivo Não Circulante p/Circul.	570.356	310.970	191.969
4.02.12	Diminuição do Passivo Não Circulante	0	0	12.803
4.02.13	Dividendos a Pagar - Minoritários	0	0	17
4.02.14	Pagto. Antecipado de Empréstimos	0	0	45.218
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	344.095	(3.307)	289.991
4.04	Variação do Ativo Circulante	293.172	(94.896)	442.073
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	602.504	697.400	255.327
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	895.676	602.504	697.400
4.05	Variação do Passivo Circulante	(50.923)	(91.589)	152.082
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	578.922	670.511	518.429
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	527.999	578.922	670.511

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessões Rodoviárias, e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessões Rodoviárias e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa, que está sendo apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não é requerida, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A demonstração do fluxo de caixa foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, essa demonstração suplementar está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

5. O balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, das origens e aplicações de recursos e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 31 de janeiro de 2006.

7 de fevereiro de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que estamos apresentando o Relatório da Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. As informações operacionais e financeiras são apresentadas em milhares de reais.

2. Apresentação

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma empresa holding cujo objetivo é “a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou por meio de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias”.

A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar os esforços dos mesmos em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

A Companhia detém 100% do capital social da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn), da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Via Lagos) e da Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (ViaOeste), 85,92% do capital social da Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Rodonorte), 58% do capital social da Linha 4 do Metrô de São Paulo S/A. (ViaQuatro), e 100% do capital social das seguintes empresas prestadoras de serviços para o grupo: Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda. e Engelog Centro de Engenharia Ltda., 85,92% do capital social da Parques Serviços Ltda. e 38,25% do capital social da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

Como parte de sua estratégia, a Companhia pretende concorrer a novas concessões, por meio de licitações, Parcerias Público Privada (PPP) dos governos federal, estaduais e municipais, assim como aquisições de outras concessionárias já existentes, para expandir sua área de atuação. É parte integrante de sua estratégia à exploração de atividades relacionadas à atividade principal, além de buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metroviárias e urbanas.

3. Mercado

A partir de 1994, os governos federal e estaduais estabeleceram programas de concessão, entre eles, o programa de concessão de rodovias. O modelo de concessão de rodovias possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelo sistema financeiro nacional e estrangeiro, juntamente com investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias, dos governos federal e estaduais, continuam a indicar a continuidade de novas oportunidades de crescimento para a empresa por meio de novas licitações de rodovias no mesmo conceito das atuais concessões.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional a regulamentação das PPP, que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

O Brasil conta atualmente com 1,6 milhão km de rodovias sendo que destes, 165 mil km são pavimentados, e aproximadamente 10 mil km são atualmente operados pela iniciativa privada.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Destaques Operacionais e Financeiros

No ano de 2006 registrou-se crescimento de 10,2% na receita bruta, período em que se verificou aumento no número de veículos equivalentes de 4,5% em relação ao ano anterior, e aumento da tarifa média em 6,2%.

O EBITDA (receitas operacionais líquidas – custos totais e despesas gerais e administrativas + depreciação e amortização + apropriação de despesas antecipadas da outorga) no ano de 2006 apresentou um crescimento de 9,4% e a margem apresentou uma queda de 0,2 pontos percentuais quando comparado com o ano de 2005.

Em R\$ mil	2006	2005
Receita Bruta	2.317.891	2.103.599
(-) Deduções da Receita Bruta	172.919	149.245
Receita Líquida	2.144.972	1.954.354
(-) Custos Totais	1.289.284	1.155.155
EBIT	855.688	799.200
Margem EBIT	39,9%	40,9%
(+) Depreciação/amortização	337.497	291.243
(+) Despesas Antecipadas	13.067	11.888
EBITDA	1.206.252	1.102.331
Margem EBITDA	56,2%	56,4%
(-) Despesas Financeiras Líquidas	193.591	21.874
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	109.930	273.396
Lucro Líquido	547.268	500.493
Dívida Bruta	1.755.735	1.483.256
Investimentos	460.118	353.072
Veículos equivalentes (em milhares)	519.688	492.938

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Operacional Consolidada

A receita de pedágio no ano de 2006 representou 96,2% do total da receita, apresentando um crescimento de 11,1%. No mesmo período de 2005, esse percentual foi de 95,4%. O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que medido em termos de veículos equivalentes teve aumento de 4,5% e ao aumento da tarifa média em 6,2% .

Com exceção das Concessionárias Rodonorte e Via Lagos, todas as demais concessionárias apresentaram aumento no número de veículos equivalentes no acumulado do ano de 2006.

Em 2006 as receitas acessórias apresentaram uma redução de 30,2%; essa redução deveu-se principalmente ao efeito não recorrente, no 4º trimestre de 2005, relativo à assinatura de acordo entre as concessionárias Rodonorte, NovaDutra e uma empresa de telefonia, que resultou na solução de uma disputa judicial no montante de R\$ 17.610.

Custos Totais

Os Custos Totais (Custo dos Serviços Prestados somados às Despesas Gerais e Administrativas) apresentaram um crescimento de 11,6% no ano de 2006 em relação ao ano de 2005.

Depreciação e amortização no ano de 2006 tiveram crescimento de 15,9% quando comparado com 2005. Esse aumento deveu-se principalmente à depreciação da 4ª Faixa da Bandeirantes e marginais da Anhangüera do km 50 ao 58, à amortização do ágio decorrente da transação de aumento da participação da Companhia na Rodonorte e ao início da depreciação do contorno alternativo de São Roque e Brigadeiro Tobias na ViaOeste.

Eliminando-se as depreciações e amortizações, os Custos Totais tiveram um aumento de 10,2% comparados a igual período do ano anterior.

Resultado financeiro

No ano de 2006, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 193.591, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 21.874 em 2005. O resultado financeiro líquido em 2005 estava influenciado por efeitos não-recorrentes relacionados com o (i) estorno da atualização monetária de provisões para contingências fiscais da AutoBAN e ViaOeste no montante líquido de R\$ 62.186 que ocorreu no 3º trimestre de 2005, e (ii) aos créditos não recorrentes de juros e variação monetária decorrentes da compensação entre custos de desapropriação e construção do Trevo de Iguaba com os saldos incorridos e a incorrer relativos a Outorga da Concessão, que foram contemplados no Sexto Termo Aditivo celebrado entre Via Lagos e o Poder Concedente em 30 de novembro de 2005, no valor total de R\$ 61.988.

Lucro Líquido

O lucro líquido de 2006 aumentou 9,3%, decorrente da melhor performance operacional e também pela redução da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social em função da reversão das provisões efetuadas pelas concessionárias AutoBAN e ViaOeste, no total de R\$ 112.399.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dívida

Em 2006, a dívida bruta da Companhia cresceu 18,4% em relação ao ano de 2005. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representava em 2006, 100,0%, e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representava em 2006, 85,0%, comparados a 83,7% e 80,9%, respectivamente, no ano de 2005. Esse aumento deveu-se principalmente ao refinanciamento da dívida da AutoBAn e à cessão da dívida subordinada da ViaOeste.

Investimentos

No acumulado do ano de 2006 foram investidos 30,3% a mais do que no ano de 2005, conforme previsto nos cronogramas de investimentos das concessionárias. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAn e ViaOeste, representando respectivamente 34,2% e 35,9% do total investido. A AutoBAn investiu principalmente na implantação da 4ª faixa da Bandeirantes do km 16 ao 47, na implantação das marginais da Anhangüera do km 50 ao 58 e na remodelação do trevo do km 62 da Anhangüera. A ViaOeste investiu principalmente na conservação do pavimento, na construção do contorno alternativo de São Roque e Brigadeiro Tobias, e na duplicação do km 34 ao 45 da SP 270.

Dividendos

A Administração da Companhia propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2006 de R\$ 0,50 por ação, totalizando R\$ 201.550, montante a ser submetido à aprovação da Assembléia Geral Ordinária. Essa distribuição complementar a antecipação de dividendos ocorrida em 31/08/2006 de R\$ 0,63 por ação, resultando em um "pay-out" de 83,2%, referente ao exercício fiscal de 2006.

5. Destaques do ano de 2006

Na AGE do dia 1º de fevereiro de 2006, foi aprovada a mudança do objeto social da Companhia, que passou a ter a seguinte redação: "a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou por meio de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias".

No dia 2 de fevereiro de 2006, a Companhia completou com sucesso o desdobramento de suas ações na proporção de uma ação para quatro ações.

No dia 17 de abril de 2006, a Companhia complementou a distribuição de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2005 no valor de R\$ 0,25 por ação, totalizando R\$ 100.775.

A partir do mês de maio, a Companhia passou a integrar o índice IBOVESPA, com uma participação de 0,815% na carteira teórica válida para o quadrimestre de maio a agosto de 2006.

No dia 29 de junho de 2006, a Fitch Ratings elevou o rating nacional de longo prazo atribuído a Companhia e sua 2ª Emissão de Debêntures, de 'A(bra)' para 'A+(bra)' e da 1ª Emissão de Debêntures de sua Concessionária NovaDutra de 'A+(bra)' para 'AA-(bra)', ambos com perspectiva estável.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No dia 10 de agosto de 2006, a Companhia assinou um acordo com uma de suas acionistas controladoras, a BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A., com o objetivo de estabelecer uma parceria para o desenvolvimento de novas oportunidades de investimentos em projetos de concessões de rodovias, auto-estradas, vias urbanas, túneis e outras infra-estruturas viárias, nos Estados Unidos da América e Canadá.

No dia 31 de agosto de 2006, a Companhia iniciou a distribuição da antecipação de dividendos referente ao exercício fiscal de 2006 no montante de R\$ 253.954, equivalente a R\$0,63 por ação.

No dia 18 de agosto de 2006, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Aviso de Adjudicação, comunicando que a melhor classificada no atendimento das condições de habilitação para a exploração da Linha 4 do Metrô de São Paulo, foi o Consórcio Metroquatro - formado pelas empresas CCR, Montgomery Participações S.A., RATP Développement S.A. e Benito Roggio Transporte S.A..

Em 29 de novembro de 2006, o Consórcio Metroquatro, do qual a CCR detinha 68% do seu capital social, assinou o Contrato de Concessão da Linha 4 do Metrô de São Paulo.

Em 1º de dezembro de 2006, a CCR integrou-se pelo segundo ano consecutivo o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa.

Em 20 de dezembro de 2006, a AutoBAn e ViaOeste, celebraram os Termos Aditivos Modificativos 16 e 12. Os referidos aditivos têm por objeto reequilibrar as equações econômico-financeiras dos Contratos de Concessão que sofreram os impactos decorrentes de diversas alterações tributárias e readequações dos cronogramas de investimentos. Conforme previsão dos Contratos de Concessão, a recomposição se deu por extensão dos prazos, de 104 meses na AutoBAn e de 57 meses na ViaOeste.

6. Responsabilidade Social

A Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR entende que não basta apenas oferecer bons serviços aos usuários de suas rodovias. Presente no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa e interessada em promover o desenvolvimento sócio-econômico das regiões onde atua, a companhia desenvolve projetos nas áreas sociais, culturais e ambientais, beneficiando seus usuários e as comunidades que vivem no entorno de suas rodovias. Conheça algumas dessas iniciativas:

Cultura nas Estradas – Investir na cultura e levá-la a um público que nem sempre tem acesso a atrações de qualidade. Com este objetivo a Companhia desenvolveu sua política cultural, denominada por projeto CCR Cultura nas Estradas. Por meio de suas concessionárias, a Companhia leva atrações culturais para todas as regiões de abrangência de suas rodovias por meio de projetos locais e outros. A iniciativa prevê também a realização de eventos em cidades específicas e outros grandes projetos itinerantes. Os dois carros-chefes do projeto CCR Cultura nas Estradas são o Cine Tela Brasil e o Circo Roda Brasil. Ambos atualmente viajam pelas rodovias do Sistema CCR, distribuindo cultura, lazer e entretenimento às comunidades lindeiras.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cine Tela Brasil – Dentro do projeto CCR Cultura nas Estradas, o Cine Tela Brasil leva cultura e entretenimento à população lindeira das rodovias. Em 2006 o projeto completou dois anos de existência, apresentando uma das maiores taxas de ocupação do cinema nacional: 86%. Desde o início do programa, mais de 200 mil pessoas de 86 cidades puderam assistir produções nacionais de qualidade na tenda itinerante. O cinema, instalado em um caminhão, percorre as cidades cortadas pelas rodovias do Sistema CCR, exibindo grandes sucessos do cinema nacional. O projeto, idealizado pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi, termina seu ciclo de itinerância por todas as rodovias administradas pelas concessionárias da Companhia em 2007, na ViaOeste. A partir daí iniciará o segundo ciclo do projeto.

Circo Roda Brasil – Em 2006, o CCR Cultura nas Estradas lançou uma de suas iniciativas mais ousadas: o Circo Roda Brasil. A empresa optou por investir em uma área carente de recursos, apostando que a qualidade e o talento dos artistas brasileiros seriam capazes de realizar um projeto alinhado com as principais tendências do circo contemporâneo. O resultado foi o espetáculo Stapafurdyo, em que alguns dos melhores artistas circenses do País, selecionados em audições, resgatam e modernizam a magia do circo, combinando números tradicionais com a arte da dança de rua. Dirigido pelos grupos Parlapatões e Pia Fraus, o Circo Roda Brasil será levado às principais cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, e promete ser um marco na revitalização do circo no Brasil.

Programa Parto Humanizado

Realizado pela concessionária RodoNorte, o programa visa auxiliar os municípios na luta pela redução da mortalidade infantil. Para isso, a empresa motiva as gestantes para a realização do pré-natal, presenteando com um enxoval as mães que comprovam a realização de, no mínimo, seis consultas de pré-natal na rede pública de saúde. Desde o início do Programa, em 2002, já foram beneficiadas mais de 25 mil gestantes nas cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Piraí do Sul, Ortigueira e Imbaú. Somente em 2006, mais de 5.100 gestantes puderam ser atendidas pela iniciativa. O programa, reconhecido e aprovado no Paraná, contribuiu com a redução de 43% no índice de mortalidade infantil em Ponta Grossa.

RodoPac

Em 2006, cerca de 3.200 motoristas de caminhão foram beneficiados pelo projeto social da concessionária RodoNorte, voltado à saúde do caminhoneiro. Em uma unidade móvel adaptada com dois consultórios médicos, gabinete odontológico completo e sala de exames, o Programa de Atendimento ao Caminhoneiro (RodoPac) oferece gratuitamente consulta médica, exames de diabete, triglicerídios e colesterol, além da medição da pressão arterial, índice de massa corporal e vacinas. O motorista ainda pode cortar o cabelo e participar da Oficina do Sexo Seguro, com palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e distribuição de preservativos. O programa é realizado uma vez por semana, em pátios dos principais postos de combustíveis, ao lado das rodovias PR 151, BR 277 e BR 376.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gincana da Qualidade

Além dos projetos sociais voltados à saúde do caminhoneiro e da gestante, a RodoNorte realizou em 2006 mais uma edição da Gincana da Qualidade. Trata-se de um evento anual que incentiva os colaboradores da concessionária para a arrecadação de alimentos e brinquedos. Somente em 2006, centenas de pessoas foram novamente beneficiadas com 24 toneladas de alimentos que foram doadas para a coordenação da Campanha do Natal Sem Fome, em Ponta Grossa, além de 105 entidades assistenciais de treze cidades da área de atuação da empresa. Desde 1999, quando os funcionários iniciaram este trabalho voluntário, já foram arrecadadas e doadas 268 toneladas de alimentos, o que representa uma média de 34 toneladas de alimentos por ano.

Campanha “De Volta Pra Casa”

Os recibos de pedágio emitidos pelas praças de pedágio administradas pela RodoNorte continuam sendo utilizados com o objetivo de ajudar a encontrar crianças e adolescentes desaparecidos no Estado. Por mês são emitidos aproximadamente 1,5 milhão de recibos com as fotografias de crianças desaparecidas, impressas no verso, atingindo usuários das mais diversas origens e destinos do Estado do Paraná e de todo o País. A iniciativa faz parte da Campanha “De Volta Pra Casa”, realizada em parceria com o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Estado do Paraná. A campanha já ajudou a encontrar um adolescente de 15 anos que voltou para casa, em Campo Largo, no Paraná, depois de três anos desaparecido. Esta ação, além de manter viva a esperança de muitos pais reencontrarem seus filhos, contribui para o trabalho de prevenção.

Campanha “Eu Uso a Passarela”

As ações são realizadas para conscientizar os pedestres sobre a importância da utilização das passarelas. O objetivo da iniciativa é reduzir os índices de atropelamentos causados por travessias fora da passarela. Na primeira fase os pedestres são abordados próximos das passarelas, recebem mensagens e materiais educativos que reforçam a atitude positiva além de café da manhã. Para os pedestres que ainda preferem arriscar a vida atravessando a rodovia pela pista, a abordagem é feita por funcionários da RodoNorte e Polícia Rodoviária. Para estes casos, a mensagem e o material educativo alertam os pedestres sobre o risco que estão correndo e a possibilidade de provocarem sérios acidentes. Na segunda fase, a Campanha é realizada em oito escolas públicas com a participação de 2.500 crianças. Para isso, um grupo de teatro é contratado pela concessionária para apresentar uma peça de teatro educativa. A idéia é mostrar para as crianças a importância da utilização das passarelas por meio de uma linguagem fácil e divertida, própria para crianças. Na sequência, um concurso de frases e desenhos envolvendo todas as crianças encerra a campanha. As três melhores frases e os três melhores desenhos de cada escola são premiados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Campanha “Sou Sangue Bom”

Com a Campanha “Sou Sangue Bom”, o Hemepar de Ponta Grossa (Centro de Hematologia do Paraná) continua contando mensalmente com doadores de sangue, colaboradores da RodoNorte. A campanha é uma parceria com a 3ª Regional de Saúde da cidade para garantir aumento da coleta mensal de sangue na cidade. Todo o mês a concessionária disponibiliza quinze de seus funcionários para doação de sangue e o aumento no estoque mensal ajuda dezenas de pessoas que dependem da doação de sangue.

Plante esta Idéia

Todos os anos, no dia 21 de setembro os motoristas que passam pelas rodovias administradas pela RodoNorte recebem sementes de árvores nativas. A distribuição acontece há nove anos e faz parte da Campanha “Plante esta Idéia”, realizada em comemoração ao “Dia da Árvore”. Em 2006 foram distribuídas 120 mil sementes de árvore Paineira-rosa, muito utilizada no paisagismo urbano, também chamada de Barriguda. As sementes são acompanhadas de cartão com instruções sobre o correto plantio.

Saúde do Caminhoneiro

A ação, desenvolvida pela ViaOeste toda última quinta-feira do mês em uma das balanças do Sistema Castello-Raposo, tem como objetivo avaliar a saúde do caminhoneiro por meio de exames médicos periódicos gratuitos, como glicemia, pressão arterial, massa corporal, acuidade visual e teste de saliva. Desde o início do programa (abril/2002) até dezembro de 2006, cerca de 7 mil motoristas participaram da ação. Em 2006 passaram pelo projeto cerca de 1.400 motoristas.

Atendimento Odontológico

A ViaOeste oferece aos caminhoneiros que viajam pelas rodovias do Sistema Castello-Raposo um amplo serviço de atendimento odontológico gratuito. Com o slogan “Sorria no km 41”, o projeto é voltado para a prevenção, educação e saúde bucal dos caminhoneiros que muitas vezes não encontram tempo para ir ao dentista e fazer o acompanhamento adequado para tratamento dos dentes. A proposta da concessionária é reduzir significativamente os eventuais problemas dentários dos caminhoneiros, gerando qualidade de vida, além de conscientizá-los sobre a importância da saúde bucal e da manutenção diária e periódica dos dentes. O consultório, que funciona no km 41 da rodovia Castello Branco, já atendeu desde o início do programa (novembro/2002) até dezembro de 2006, aproximadamente 5 mil motoristas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estrada para a Saúde

Atenta às dificuldades do caminhoneiro em cuidar de sua saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como sono e auto-medicação, a AutoBAN lançou o programa Estrada para a Saúde em agosto de 2006, resultado da união de dois programas desenvolvidos pela concessionária para a categoria: VidaBAN e SorrisoBAN, existentes desde junho de 2001 e março de 2002, respectivamente. Juntas, as duas iniciativas já atenderam mais de 23 mil caminhoneiros. Com novo formato e atendimento diário em um moderno Centro de Atendimento, o programa dá acompanhamento contínuo a esses profissionais, oferecendo exames médicos, tratamento odontológico e serviços gratuitos, além de orientações preventivas para melhorar sua qualidade de vida e bem-estar. A concessionária NovaDutra também promove o projeto social. Em 2006, foram realizadas 13 campanhas do Programa Estrada para a Saúde na Rodovia Presidente Dutra. Cada evento teve duração de dois dias.

Estrada para a Cidadania

O programa dissemina informações sobre segurança de trânsito e cidadania entre os alunos de 3ª série das redes públicas de ensino fundamental nas cidades lindeiras. Realizado pelas concessionárias AutoBAN e NovaDutra, a ação envolve educadores e crianças na faixa etária compreendida entre 8 e 11 anos. Em 2006, somente no Sistema Anhangüera-Bandeirantes foram atendidas mais de 75 mil crianças, 300 escolas de 17 cidades e mais de 2.500 educadores. Nas cidades servidas pela rodovia Presidente Dutra, a iniciativa abrangeu 50 mil alunos e 1.700 educadores de 33 cidades servidas entre Rio e São Paulo.

Voluntários da Vida

Sensibilizada pela importância da doação voluntária de sangue, a AutoBAN iniciou o Programa Voluntários da Vida em abril de 2006. Pesquisa realizada com os 1.162 colaboradores da concessionária revelou que mais de 50% deles desejavam ser doadores regulares de sangue, o que motivou a criação do programa de responsabilidade social. Nas três doações coletivas realizadas nos meses de abril, julho e novembro de 2006, em Jundiaí e Campinas, o programa reuniu 453 doadores. Foram coletadas 334 bolsas de sangue que, após os exames sorológicos, foram distribuídas aos hospitais públicos e filantrópicos de Jundiaí, Campinas e de toda região de abrangência do Sistema Anhangüera-Bandeirantes, beneficiando diretamente 1.002 pacientes que precisavam de transfusão e casos de emergência.

Crianças desaparecidas

A ação social da NovaDutra iniciada em novembro de 2006 é resultado de uma parceria com a ABCD (Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida), que atua há mais de 10 anos na localização de crianças e adolescentes. Todos os recibos emitidos pelas seis praças de pedágio da concessionária trazem impressas fotos de crianças ou adolescentes desaparecidos. Em 2006, foram disponibilizadas fotografias de 24 crianças, sendo 15 meninas e 9 meninos. Ao longo da campanha, novas fotos serão disponibilizadas para ampliar as chances de localização dos desaparecidos. A NovaDutra emite mais de 2 milhões de comprovantes por mês.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Instituto Caminhos para a Vida

Há 6 anos, o Instituto Caminhos para a Vida, promovido pelas Concessionárias Ponte Rio-Niterói e ViaLagos, atua em quatro frentes distintas: a Escola de Vida, com foco em jovens de 15 a 19 anos, sob risco social; a Requalificação Profissional, voltada para adultos, principalmente, desempregados; a Consciência Comunitária, na qual são desenvolvidas ações sócio-ambientais em comunidades carentes; e o Instituto Solidário, voltado para o apoio material e afetivo em instituições de caridade. Em 2006, a Escola de Vida e a Requalificação Profissional do Instituto formaram 145 alunos. Desde o início do projeto, mais de mil jovens foram atendidos pela iniciativa.

Parcerias beneficentes

A Ponte Rio-Niterói arrecadou, com as moedas de troco do pedágio depositadas nos cofrinhos instalados nas cabines, recursos para a Associação Fluminense de Reabilitação e a Sociedade Pestalozzi de Niterói.

Programa de visitação

A Ponte Rio-Niterói abre suas portas para a visita de alunos dos ensinos médio e fundamental, futuros motoristas e usuários da Ponte, onde são transmitidas noções importantes de trânsito. Somente em 2006, cerca de 800 alunos participaram do programa.

Projetos ViaLagos

Cerca de 45 mil pessoas, entre crianças e adultos, foram diretamente impactadas pelas ações sociais e ambientais da ViaLagos, tais como: Escola de Vida; Campanhas de vacinação contra a poliomielite e contra a gripe para idosos; distribuição de mudas e sementes no Dia da Árvore; testes de glicose e pressão arterial no Dia do Motorista; palestras sobre educação no trânsito e meio ambiente em escolas lindeiras; curso de panificação para merendeiras de escolas lindeiras; curso de atendimento para o comércio lindeiro.

7. Recursos Humanos

Os recursos humanos foram valorizados na forma de uma política de remuneração fixa, variável e benefícios condizentes com o alto padrão requerido por nossos serviços e pela valorização dos talentos. No ano de 2006, o Sistema CCR registrou um total de 4.213 colaboradores.

A Companhia implantou em 2006 o seu primeiro Programa de Formação de Profissionais (trainees). Foram selecionados 12 candidatos, que trabalharão nas concessionárias AutoBAN, ViaOeste, NovaDutra e no Centro Corporativo.

O objetivo do programa é identificar e desenvolver profissionais recém-formados com elevado potencial e prepará-los para serem gestores empreendedores, ou analistas inovadores, visando à renovação natural e enriquecedora do quadro de profissionais do Sistema CCR.

Com duração de 12 meses, o programa prevê a passagem dos candidatos pelas diferentes áreas do Sistema CCR. Haverá ainda seis encontros de dois dias a cada dois meses, para consolidar o modelo e as ferramentas de gestão e avaliar a evolução de cada profissional.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde a fundação da Companhia, houve a preocupação de desenvolver um modelo de gestão voltado para os colaboradores, de forma a motivá-los e inseri-los num contexto que lhes oferecesse possibilidade de crescimento e construção de carreira.

A intenção da companhia é que o Programa de Formação de Profissionais seja realizado anualmente.

8. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o grande diferencial da Companhia. Além de já ter nascido no Novo Mercado que é o mais alto nível de governança da Bovespa, a CCR foi também a primeira empresa brasileira a instituir um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar o desempenho dos membros do Conselho de Administração. Isso demonstra o total comprometimento da Companhia e de seus administradores com a transparência e as melhores práticas. Merecem também destaque as seguintes posturas:

- Os Controladores têm participações equilibradas, não havendo qualquer veto e/ou aprovação singular por qualquer dos acionistas controladores (quorum especial de 67% para determinadas matérias).
- A CCR, como companhia aberta e participante do Novo Mercado, informa regularmente à Bovespa todos os contratos com partes relacionadas.
- O Plano de Investimentos é previamente aprovado para cada um dos negócios da CCR.
- Os investimentos da CCR são financiados por terceiros, que constantemente fiscalizam os preços e a execução por meio de engenheiros e auditores independentes.
- Administração profissional, desvinculada dos acionistas controladores.

9. Política de Dividendos

A política atual da Companhia é a de distribuir anualmente no mínimo 50% do lucro líquido, desde que resguardada a sua saúde econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia vem realizando pagamentos semestrais de dividendos.

10. Perspectivas

A Companhia continua a trabalhar com a estratégia de capturar sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios, com reflexos positivos em suas margens operacionais.

A Companhia entende que seu crescimento de tráfego nas rodovias em que opera deverão, em geral, acompanhar o crescimento do PIB brasileiro. Adicionalmente, a administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional - primário e secundário - de concessões rodoviárias.

11. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os funcionários do Sistema CCR.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

12. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2007

A Administração

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia) tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados a operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias.

A Companhia tem o controle direto e indireto das seguintes empresas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Via Lagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte)
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Rodonorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de RL. de CV. (CCR México)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (Engelog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)

As controladas possuem as seguintes concessões:

- Até 28 de fevereiro de 2021, Rodovia BR-116/RJ/SP, a qual liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra) e respectivas rodovias de acesso, totalizando 402,2 km. (Nova Dutra);
- Até 31 de dezembro de 2026, Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes, São Paulo - Limeira, totalizando 316,8 km. (AutoBAn);
- Até 12 de janeiro de 2022, ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito - Araruama; paralela à RJ-106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; e 4 km da RJ-106 do km 105 ao 109, totalizando 60,0 km. (Via Lagos);
- Até 31 de maio de 2015, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), totalizando 23,3 km. (Ponte);
- Até 21 de novembro de 2021, Rodovia BR-376, Apucarana - São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, São Luís do Purunã - Curitiba; PR-151, trecho Jaguariaíva - Ponta Grossa; e seus entroncamentos, totalizando 487,5 km. (Rodonorte);
- Até 31 de dezembro de 2022, SP-280 Rodovia Castello Branco, SP-270 Rodovia Raposo Tavares, SP-075 Rodovia Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Rodovia Dr. Celso Charuri, totalizando 162 km. (ViaOeste);

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Até 29 de novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2041, para garantir 30 anos de exploração econômica, Linha Quatro – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra.

As concessões em atividade consistem na exploração de rodovias e ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias e a ponte. Como parte das concessões, o Poder Concedente cedeu às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder quando da transferência do controle, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da Via Lagos. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Em 21 de dezembro de 2006, a AutoBAn firmou com o Poder Concedente, o Termo Aditivo e Modificativo nº 16/06, prorrogando o prazo da concessão de 30 de abril de 2018 para 31 de dezembro de 2026. Este aditivo contratual teve por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão.

Em 21 de dezembro 2006, a ViaOeste firmou com o Poder Concedente, o Termo Aditivo e Modificativo nº 12, prorrogando o prazo da concessão de 30 de março de 2018 para 31 de dezembro de 2022. Este aditivo contratual teve por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão.

Ao final do período de concessão das rodovias e ponte, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

As controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda., Engelog Centro de Engenharia Ltda. e Parques Serviços Ltda., têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas pela Companhia.

A controlada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., através das controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda., contava, em 31 de dezembro de 2006, com uma carteira de 360 mil clientes, o que representa 678 mil TAG's ativos do sistema de cobrança eletrônica de pedágio dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. tem incentivado cada vez mais o desenvolvimento da cobrança eletrônica de pedágio e de estacionamento, visando proporcionar maior comodidade e conforto aos usuários.

Em 6 de junho de 2006 foi constituída a Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

RL. de CV., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô).

Em 9 de agosto de 2006 o consórcio METROQUATRO formado pela Companhia, Montgomery Participações S.A., RATP Development S.A. e Benito Roggio Transportes S.A. apresentou a proposta melhor classificada da concorrência internacional para a concessão patrocinada para exploração dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo.

Em 29 de novembro de 2006 foi assinado o contrato entre as empresas participantes do consórcio METROQUATRO e a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, cujo objeto exclusivo é a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. A empresa constituída para este fim é a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), que está em fase pré-operacional, com previsão de início das operações comerciais para 30 de maio de 2009.

Consequentemente, a Companhia, conforme já previsto em seus estatutos, estará iniciando mais uma atividade operacional no ramo de concessões, neste caso na operação de transporte público metroviário.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários, de forma consistente com o último exercício encerrado.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando a demonstração dos fluxos de caixa preparadas de acordo com a NPC 20 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitida pelo IBRACON - Instituto de Auditores Independentes do Brasil.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização das rodovias, ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e do diferido, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, provisão para perdas com investimentos e imposto de renda diferido, valorização de instrumentos derivativos. A liquidação das

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente.

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

d. Ativos circulante e não circulante

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisão para devedores duvidosos**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Investimentos**

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O ágio gerado na aquisição da controlada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. está sendo amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.

O ágio gerado no aumento da participação nas controladas Parques Serviços Ltda. e Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A., está sendo amortizado linearmente pelo prazo de 5 anos.

O ágio gerado na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., foi registrado como ativo diferido no consolidado e está sendo amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

- **Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados no resultado, quando incorridos. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como obras em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº13.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Diferido**

No consolidado o ativo diferido é composto de despesas pré-operacionais incorridas no início dos contratos de concessão, pelo custo de aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques (controladora e consolidado), e pela incorporação do ágio gerado na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., sob o fundamento econômico da expectativa de rentabilidade futura. Na controladora, esse ágio está registrado na rubrica de investimentos.

As taxas de amortização do diferido estão divulgadas na nota nº 14.

- **Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

e. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

- **Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2003 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

- **Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	2006	2005
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhangüera - Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	74,24
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	76,92	-
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de RL. de CV.	100,00	-
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25
Wolfson Empreendimentos Ltda. (*)	-	99,00
ViaOeste Participações S.A. (*)	-	100,00

Em março de 2006, a participação na controlada Rodonorte - Concessionárias de Rodovias Integradas S.A., passou de 74,24% para 85,92%, conforme contrato de cessão e transferência de cotas e de quinhão consorcial.

(*) Essas empresas foram incorporadas pela Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. em 28 de junho de 2005.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- As participações dos minoritários, relativas à Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. e Parques Serviços Ltda., no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas e registradas na rubrica “Participação dos minoritários”. Através do Contrato

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de Cessão e Transferência de Quotas e de Quinhão Consorcial, datado de 28 de dezembro de 2005, sob Condições Suspensiva e Resolutivas a Companhia, em 2005, aumentou sua participação na controlada Parques Serviços Ltda.;

- e. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras da controlada no exterior foram convertidas pela taxa de câmbio na data do fechamento do balanço e o valor da variação cambial decorrente desta conversão registrada na controladora como resultado financeiro; e
- f. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.e a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., controladora da Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e da Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda., com controle compartilhado foi consolidada proporcionalmente ao do percentual de participação. Cada rubrica das demonstrações financeiras foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Consequentemente, não há destaque das participações de minoritários.

5 Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Caixa e bancos	353	8.830	37.127	33.534
Aplicações financeiras	<u>412.650</u>	<u>151.349</u>	<u>565.724</u>	<u>304.008</u>
	<u>413.003</u>	<u>160.179</u>	<u>602.851</u>	<u>337.542</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de investimentos de renda fixa, remunerados à taxa média de 15,17% ao ano (19,21% em 31/12/05).

6 Conta Reserva

A conta reserva é exigida como garantia dos empréstimos obtidos do BID, IFC e do BNDES. O valor depositado é investido em aplicações financeiras de curto e longo prazos e torna-se disponível, para uso de suas controladas, quando o empréstimo é pago ou outra garantia é prestada (vide nota explicativa nº 15).

Os valores aplicados financeiramente referem-se substancialmente aos fundos de investimentos de renda fixa, remunerados à taxa média de 15,17% ao ano (19,21% em 31/12/05).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
Poder Concedente (a)	-	-	7.252	7.163
Pedágio Eletrônico – STP (b)	-	-	67.238	49.526
Pedágio Eletrônico – Outros (c)	-	-	10.329	12.069
Uso de faixa de domínio (d)	-	-	27.164	32.310
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(2.957)	-
Outros	<u>573</u>	<u>736</u>	<u>591</u>	<u>2.718</u>
	<u>573</u>	<u>736</u>	<u>109.617</u>	<u>103.786</u>
Não circulante				
Poder Concedente (a)	-	-	30.474	19.519
Uso de faixa de domínio (d)	-	-	1.199	1.199
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(2.118)	-
Outros	<u>-</u>	<u>43</u>	<u>914</u>	<u>965</u>
	<u>-</u>	<u>43</u>	<u>30.469</u>	<u>21.683</u>

- (a) Refere-se aos gastos incorridos pela Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. com a ampliação e modificação de obras definidas no contrato de concessão. Esses gastos estão sendo ressarcidos pelo Poder Concedente.
- (b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários (principalmente taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico), e aos valores consolidados proporcionalmente da tarifa de pedágio e estacionamento na Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A..
- (c) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente, de cartões diversos e vale pedágio.
- (d) Refere-se, basicamente, a valores a receber desde 2002, gerados pelo uso de faixa de domínio pela Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. que a controlada Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. vinha discutindo judicialmente. No final de 2005 a Embratel desistiu da ação judicial e renegociou a dívida, cujo recebimento estava pendente de liberação do depósito judicial. Em 19 de janeiro de 2007, a NovaDutra recebeu o montante de R\$ 22.353, sendo R\$ 18.937 relativos ao valor original e R\$ 3.416 relativos à atualização monetária menos descontos concedidos, referentes às contas a receber em aberto, em 31 de dezembro de 2006.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Imposto de renda retido na fonte	10.212	16.584	10.605	18.797
Imposto de renda a recuperar	27.909	11.449	30.755	12.124
Contribuição social a recuperar	-	-	565	931
PIS retido	943	542	1.130	713
COFINS retida	4.346	2.499	4.944	8.427
CSLL retida	999	340	1.056	466
ISS a recuperar de pedágio	-	-	3.831	3.696
Outros	<u>187</u>	<u>11</u>	<u>685</u>	<u>1.388</u>
	<u>44.596</u>	<u>31.425</u>	<u>53.571</u>	<u>46.542</u>

9 Imposto de renda e contribuição social

Os créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, de bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, os quais não possuem prazo de prescrição para sua recuperação foram registrados e atendem às disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da Instrução CVM nº 371/02. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, considerando a expectativa de realização determinada com base nas projeções de rentabilidade futura das concessionárias e no limite de 30% para compensação anual dos lucros tributáveis.

a. Conciliação dos impostos – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social no resultado, estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Lucro contábil antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações dos minoritários	547.530	507.215	661.791	781.279
Dedução do resultado de equivalência patrimonial	<u>(560.640)</u>	<u>(490.174)</u>	-	-
Base de cálculo	(13.110)	17.041	661.791	781.279
Alíquota fiscal nominal de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa (crédito) de imposto de renda e contribuição social calculada às alíquotas nominais	(4.457)	5.794	225.009	265.635
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Reversão de provisão para imposto de renda e contribuição social (ViaOeste e AutoBAn)	-	-	(112.399)	-
Impostos sobre prejuízos, bases negativas e diferenças temporárias não diferidos (líquidos de compensação)	4.457	-	4.455	13.596
Imposto de renda e contribuição social calculados sobre base e taxas diferenciadas (lucro presumido) (*)			(5.093)	(6.302)
Outros	<u>262</u>	<u>928</u>	<u>(2.042)</u>	<u>467</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>262</u>	<u>6.722</u>	<u>109.930</u>	<u>273.396</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>39%</u>	<u>17%</u>	<u>35%</u>

(*) O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 das controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda. e Engellog Centro de Engenharia Ltda., foram calculados pelo critério do lucro presumido.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Impostos diferidos – ativo e passivo

	2006	2005
Imposto de renda diferido ativo - Consolidado:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias	56.723	55.962
Parcela não constituída	<u>(22.416)</u>	<u>(17.961)</u>
Imposto de renda diferido ativo, líquido da parcela não constituída	<u>34.307</u>	<u>38.001</u>
• Circulante	5.458	7.432
• Não circulante	28.849	30.569

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidado por Companhia, são representados por:

	2006	2005
Ativo		
AutoBAAn (1)	612	168
Nova Dutra (1)	191	168
Via Lagos (2)	5.149	5.763
ViaOeste (1)	8.319	8.259
Parques (1)	355	-
Rodonorte (3)	18.690	23.643
STP (1)	<u>991</u>	<u>-</u>
	<u>34.307</u>	<u>38.001</u>
Passivo		
Rodonorte (4)	1.401	1.699
ViaOeste (4)	<u>-</u>	<u>9.260</u>
	<u>1.401</u>	<u>10.959</u>

Para constituição do crédito tributário, foi considerado o seguinte:

- (1) A Concessionária do Sistema Anhangüera - Bandeirantes S.A., a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. e a Parques Serviços Ltda. tem ativo fiscal diferido referente às diferenças temporárias.
- (2) A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. registrou o ativo diferido decorrente de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sobre os resultados incorridos até maio de 2001. Não foram constituídos a partir desta data ativos fiscais diferidos adicionais nos termos da Instrução CVM 371 em decorrência da ausência de histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A aplicação desta regra para a controlada em questão não tem nenhuma conotação sobre eventual não possibilidade de realização dos respectivos

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

saldos de ativos fiscais diferidos registrados já que a controlada auferiu lucros tributáveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

- (3) A Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S.A. apresentou prejuízos fiscais nos exercícios de 1998 e 1999 em virtude da redução em 50% das tarifas de pedágio decidida em ato unilateral, pelo Governo do Estado do Paraná (vide nota explicativa nº. 13). Nos exercícios subsequentes, apresentou prejuízo exceto em 2001, 2004, 2005 e 2006. Nos termos da Instrução CVM 371 a concessionária registrou ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por estudo de viabilidade aprovada pelos órgãos da Administração.
- (4) A Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S.A. e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., optaram por utilizar o facultado pela legislação fiscal no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais quando da apuração e pagamento dos tributos.

c. Expectativa de realização dos impostos diferidos ativos

Expectativa de recuperação anual - 31 de dezembro de 2006:

2008	26.366
2009	<u>2.483</u>
Total	<u>28.849</u>

As declarações relativas às perspectivas dos negócios, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Companhia e suas controladas constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas. Essas expectativas estão sujeitas à alteração, decorrentes dos mercados, do desempenho econômico geral do Brasil, de índices econômico-financeiros, da indústria e dos mercados internacionais, estando, portanto, sujeitas a mudança.

d. Passivo não circulante

O imposto de renda e contribuição social, registrados no passivo não circulante, consolidado por Companhia, são representados por:

	2006	2005
AutoBAn	56.137	48.801
ViaOeste	<u>14.647</u>	<u>63.511</u>
	<u>70.784</u>	<u>112.312</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e. Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas AutoBAn e ViaOeste

A partir de 1º de julho de 2006 o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes das controladas Concessionária do Sistema Anhangüera Bandeirantes S.A. e Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. são calculados considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde a implantação deste procedimento, as diferenças temporárias de impostos geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal) estão sendo registradas no passivo não circulante.

Em decorrência do critério fiscal acima mencionado foram revertidas as provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas num total de R\$ 112.399, constituídas no passivo não circulante.

10 Despesas antecipadas e outros

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
Seguros a apropriar	-	-	8.752	7.935
Depósitos judiciais	-	-	7.196	7.193
Outorga da concessão (1)	-	-	14.244	14.244
Adiantamentos a terceiros	354	1.042	2.232	3.247
Benefícios pagos antecipadamente	149	107	2.227	1.963
Outros	<u>632</u>	<u>425</u>	<u>5.032</u>	<u>5.430</u>
	<u>1.135</u>	<u>1.574</u>	<u>39.683</u>	<u>40.012</u>
Não circulante				
Outorga da concessão (1)	-	-	149.724	163.968
Outros	<u>995</u>	<u>1.196</u>	<u>8.521</u>	<u>7.925</u>
	<u>995</u>	<u>1.196</u>	<u>158.245</u>	<u>171.893</u>

(1) Outorga da concessão

(1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada Concessionária do Sistema Anhangüera -Bandeirantes S.A. efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos subrogados e obrigações relacionadas à própria outorga, sendo esses valores registrados no ativo na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão.

(1.2) A controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. efetuou pagamentos antecipados adicionais de outorga relativos ao período de março a outubro de 1998, previstos no contrato de concessão (outorga prefixada) registrados no ativo na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1.3) A controlada Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão (vide nota explicativa nº 18 a).

Esses valores pagos antecipadamente estão sendo amortizados no mesmo prazo definido para a concessão.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, acionistas controladores e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
	Despesas	Receitas	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	-	1.729	146	-	-	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	-	1.286	95	-	-	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (6)	-	1.562	29.616	-	-	-
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (via Consórcio Operador Parques)	-	61.111	6.919	-	-	-
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	39	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (1)	769	-	-	-	-	-
Actua Assessoria Ltda. (1)	1.327	-	-	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (3)	-	25.799	-	1.724	-	-
Camargo Corrêa Transportes S.A.	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	-	-	-	-	720
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (4)	-	-	1.261	-	-	-
Serveng Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia	-	-	-	-	-	476
Engellog Centro de Engenharia Ltda. (2)	1.622	-	-	-	124	-
Total, 31 de dezembro de 2006	<u>3.718</u>	<u>91.487</u>	<u>38.076</u>	<u>1.724</u>	<u>136</u>	<u>1.916</u>
Total, 31 de dezembro de 2005 (5)	<u>2.866</u>	<u>80.730</u>	<u>35.129</u>	<u>260.018</u>	<u>386</u>	<u>2.341</u>

- (1) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, informática e recursos humanos ao Sistema CCR.
- (2) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, construção e manutenção ao Sistema CCR.
- (3) O valor de R\$ 1.724 refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital, efetuado em 8 de junho de 2005.
- (4) Este valor de R\$ 1.261 refere-se a dividendos a receber.
- (5) Do montante de R\$ 260.018 o valor de R\$ 258.294 refere-se a dívida subordinada efetuada na operação de aquisição da ViaOeste, cedida em 30 de agosto de 2006 ao Banco Itaú BBA S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Unibanco S.A. (vide nota 15 (6))
- (6) O valor de R\$ 29.616 refere-se a dividendos a receber.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

As controladas contratam, diretamente ou através de consórcios, serviços dos acionistas da Companhia ou de outras controladas ou afiliadas desses acionistas. As transações e os saldos são compostos por:

	Transações			Saldos		
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Não circulante
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	58.049	4	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	1.145	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	11.531	-	-	1.821	720
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	50.152	-	-	6.733	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	11	39	-	-
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	219.690	-	3.037	110	18.677	-
Camargo Corrêa Transportes S.A.	-	-	-	-	12	720
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos	-	-	-	-	97	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	97	-
CCPG Consórcio Construtor	-	-	-	543	6.244	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	875	-	-	-
Consórcio Camargo Corrêa / Serveng II	-	10.462	-	-	3.800	-
Consórcio Operador Parques	<u>9.400</u>	<u>-</u>	<u>658</u>	<u>1.508</u>	<u>1.051</u>	<u>-</u>
Total, 31 de dezembro de 2006	<u>229.090</u>	<u>72.145</u>	<u>4.581</u>	<u>60.249</u>	<u>39.681</u>	<u>1.916</u>
Total, 31 de dezembro de 2005	<u>202.566</u>	<u>44.281</u>	<u>4.818</u>	<u>56.196</u>	<u>44.764</u>	<u>1.916</u>

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

- (a) O montante de R\$ 58.049, refere-se a contas a receber de pedágio automático.
- (b) O custo de serviços prestados no montante de R\$ 219.690, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	1.233.803	1.077.599	-	-
Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas	-	35	-	700
	1.233.803	1.077.634	-	700
Ágio a amortizar	19.303	7.571	19.303	7.571
	<u>1.253.106</u>	<u>1.085.205</u>	<u>19.303</u>	<u>8.271</u>

O ágio a amortizar é decorrente da aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. pago a outras concessionárias, do aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S/A., e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado à razão de 10% a.a. (STP) e de 20% a.a. (Parques e Rodonorte).

As informações sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

	Capital social	Lucro do período ajustado	Patrimônio líquido ajustado	Participação no capital da investida	Investimento		Equivalência	
					2006	2005	2006	2005
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	185.423	115.391	316.385	100,00%	316.385	273.106	115.503	121.711
Concessionária do Sistema Anhangüera – Bandeirantes S.A.	171.162	238.286	295.206	100,00%	295.206	352.670	238.496	217.302
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	11.292	3.506	13.041	100,00%	13.041	11.292	3.506	43.196
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	21.752	20.389	34.132	100,00%	34.132	21.900	20.389	14.827
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	107.480	28.620	92.086	85,92%	79.120	47.118	24.107	21.437
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	139.763	115.304	474.622	100,00%	474.622	359.317	115.304	29.317
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de RL. de CV.	805	(73)	732	100,00%	732	-	(73)	-
Parques Serviços Ltda.	10	577	578	85,92%	496	348	490	(148)
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	10	11.656	200	99,90%	200	10	11.645	7.322
Actua Assessoria Ltda.	10	16.498	4.570	99,90%	4.565	3.646	16.482	16.167
Engellog Centro de Engenharia Ltda. (b)	10	11.624	(4.307)	99,90%	(4.303)	1.162	10.254	16.276
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	16.358	11.861	26.944	38,25%	10.307	7.030	4.537	2.767
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (a)	12.090	-	12.090	76,92%	9.300	-	-	-
					<u>1.233.803</u>	<u>1.077.599</u>	<u>560.640</u>	<u>490.174</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Em fase pré-operacional. Opercentual de participação previsto em acordo de acionistas é de 58%, o que veio a ocorrer em 7 de fevereiro de 2007 com a integralização de outro acionista.

(b) Investimento negativo em decorrência de lucros não realizados em operação de venda de imobilizado.

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida (13/08/98), a mesma foi encerrada por acordo, que foi homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu da homologação (18/05/00) visando: (a) a anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) a redução da tarifa em 50%. A apelação foi julgada procedente pelo TRF (15/10/02), mas o julgamento foi anulado pelo STJ (04/02/05), por impedimento de um dos julgadores. O processo voltará a ser julgado pelo TRF.

As tarifas de pedágio estão sendo cobradas com base no acordo homologado.

ii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003 foi publicada a Lei 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial (22/08/03) contra a União, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

iii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004 o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação (14/01/04) contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

liminar em três oportunidades (STJ em 05/05/04; Pleno do STJ em 06.05.2004; e Corte Especial do STJ em 17/11/04), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto 2.462/04.

iv. Reajuste tarifário de 2003

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 1º de dezembro de 2003. Não sendo autorizado, a controlada ajuizou ação com esse objetivo. Concedida a liminar, a mesma foi suspensa pelo Presidente do STJ, mas restabelecida por decisão unânime do mesmo STJ, proferida em 1º de julho de 2004, em processo em fase de perícia, com laudo favorável à controlada.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

v. Reajuste tarifário de 2004

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 1º de dezembro de 2004. O DER/PR editou a Portaria 680/04, autorizando o percentual, mas alterando unilateralmente a base tarifária, por suposta nulidade do Aditivo Contratual no. 18/2000.

A controlada propôs ação judicial, argüindo a ilegalidade da Portaria, por ser unilateral e por não haver qualquer nulidade no referido Aditivo. O TRF concedeu integralmente a liminar (28/01/05) e autorizou o reajuste de 10,13%, aplicado sobre a base tarifária normal, o que vigorou a partir de 30 de janeiro de 2005.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Reajuste tarifário de 2005

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 1º de dezembro de 2005. O DER/PR protocolou ação judicial solicitando redução das tarifas de todas as concessionárias paranaenses. A controlada ajuizou ação para assegurar o reajuste, o que foi deferido, tendo vigorado a partir de 8 de dezembro de 2005. O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

A ação proposta pelo DER/PR contra as concessionárias encontra-se no Tribunal de Justiça do Estado.

vii. Reajuste tarifário de 2006

A controlada solicitou autorização para o reajuste tarifário contratual, previsto para 01/12/06. O DER/PR, através de ofício, negou o reajuste. A controlada ajuizou ação para assegurar o reajuste, o que foi deferido, tendo vigorado a partir de 06/12/06. O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

viii. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$16.000. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar para suspender o processo administrativo.

Os acionistas controladores e a administração da controlada reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da referida controlada e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles. Os ativos e as receitas líquidas da controlada representam 8,77% e 10,99%, respectivamente, dos valores consolidados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Controladora				Consolidado			
		2006		2005		2006		2005	
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Tangível									
Móveis e Utensílios	9	901	388	513	418	10.424	4.739	5.685	4.851
Máquinas e Equipamentos	13	1.305	709	596	572	66.188	35.389	30.799	28.967
Veículos	20	-	-	-	-	30.577	16.496	14.081	11.255
Desapropriações	6	-	-	-	-	170.054	44.657	125.397	124.906
Instalações e Edificações	5	561	338	223	310	194.071	72.005	122.066	129.002
Dispositivos de Proteção e Segurança	5	-	-	-	-	178.993	83.520	95.473	94.695
Pavimentos	11	-	-	-	-	1.419.782	707.192	712.590	661.164
Projetos e Investimentos Ambientais	6	-	-	-	-	137.031	42.305	94.726	92.909
Obras de Arte Especiais	6	-	-	-	-	445.889	112.367	333.522	288.090
Obras de Arte Correntes	7	-	-	-	-	303.726	113.490	190.236	181.915
Acessos, Trevos, Entronc., Retornos, Instal. e Mob. Canteiros	6	-	-	-	-	86.852	28.320	58.532	59.830
Gerenciamento, Fiscalização e Obras de Melhorias	7	-	-	-	-	76.057	24.688	51.369	44.912
Sinalizações	14	-	-	-	-	132.145	104.310	27.835	26.899
Terraplenagem, Terraplenos e Estruturas de Contenção	5	-	-	-	-	390.309	109.914	280.275	262.413
Obras Preliminares e Complementares	7	-	-	-	-	156.435	60.568	95.867	95.494
Imobilizações em Andamento		-	-	-	74	70.096	-	70.096	56.472
		<u>2.767</u>	<u>1.435</u>	<u>1.332</u>	<u>1.374</u>	<u>3.868.629</u>	<u>1.559.960</u>	<u>2.308.669</u>	<u>2.163.774</u>
Intangível									
Sistemas Operacionais	7	-	-	-	-	252.374	135.332	117.042	130.785
Direitos de uso e outros	16	<u>401</u>	<u>192</u>	<u>209</u>	<u>265</u>	<u>25.893</u>	<u>10.855</u>	<u>15.038</u>	<u>11.928</u>
		<u>401</u>	<u>192</u>	<u>209</u>	<u>265</u>	<u>278.267</u>	<u>146.187</u>	<u>132.080</u>	<u>142.713</u>
		<u>3.168</u>	<u>1.627</u>	<u>1.541</u>	<u>1.639</u>	<u>4.146.896</u>	<u>1.706.147</u>	<u>2.440.749</u>	<u>2.306.487</u>

Em 31 de dezembro de 2006 o saldo do custo dos bens totalmente depreciados/amortizados (consolidado) que se encontram em operação era de R\$ 439.036 (R\$ 305.216 em 31/12/05).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do custo Consolidado

	2005	2006				Custo
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado	Transferências e outros	
Tangível						
Móveis e Utensílios	9.197	1.045	(158)	-	340	10.424
Máquinas e Equipamentos	67.611	7.584	(1.570)	-	(7.437)	66.188
Veículos	26.959	5.881	(1.891)	-	(372)	30.577
Desapropriações	158.872	6.081	(183)	-	5.284	170.054
Instalações e Edificações	190.397	4.438	(882)	-	118	194.071
Dispositivos de Proteção e Segurança	170.107	8.687	(87)	-	286	178.993
Pavimentos	1.229.890	140.896	(1.255)	-	50.251	1.419.782
Projetos e Investimentos Ambientais	126.567	10.098	(79)	-	445	137.031
Obras de Arte Especiais	375.961	69.163	(312)	-	1.077	445.889
Obras de Arte Correntes	274.078	23.789	(427)	-	6.286	303.726
Acessos, Trevos, Entronc., Retornos, Instal.e Mob.Canteiros	82.904	3.946	-	-	2	86.852
Gerenciamento, Fiscalização e Obras de Melhorias	64.757	14.538	(3)	(4.106)	871	76.057
Sinalizações	122.519	8.752	(73)	-	947	132.145
Terraplenagem, Terraplenos e Estruturas de Contenção	351.859	34.527	(22)	-	3.945	390.309
Obras Preliminares e Complementares	145.099	11.072	(151)	-	415	156.435
Imobilizações em Andamento	56.472	96.955	(5.147)	-	(78.184)	70.096
	<u>3.453.249</u>	<u>447.452</u>	<u>(12.240)</u>	<u>(4.106)</u>	<u>(15.726)</u>	<u>3.868.629</u>
Intangível						
Sistemas Operacionais	255.213	7.973	(8.427)	-	(2.385)	252.374
Direitos de uso e outros	<u>23.737</u>	<u>2.869</u>	<u>(26)</u>	<u>-</u>	<u>(687)</u>	<u>25.893</u>
	<u>278.950</u>	<u>10.842</u>	<u>(8.453)</u>	<u>-</u>	<u>(3.072)</u>	<u>278.267</u>
	<u>3.732.199</u>	<u>458.294</u>	<u>(20.693)</u>	<u>(4.106)</u>	<u>(18.798)</u>	<u>4.146.896</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da depreciação e amortização – Consolidado

	2005	2006				
	Depreciação/ Amortização	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado	Transferências e outros	Depreciação/ Amortização
Tangível						
Móveis e Utensílios	4.346	922	(66)	-	(463)	4.739
Máquinas e Equipamentos	38.644	7.779	(1.114)	-	(9.920)	35.389
Veículos	15.704	4.503	(1.518)	-	(2.193)	16.496
Desapropriações	33.966	10.708	(17)	-	-	44.657
Instalações e Edificações	61.395	10.862	(245)	-	(7)	72.005
Dispositivos de Proteção e Segurança	75.412	8.082	-	-	26	83.520
Pavimentos	568.726	139.031	(567)	-	2	707.192
Projetos e Investimentos Ambientais	33.658	8.669	(21)	-	(1)	42.305
Obras de Arte Especiais	87.871	24.495	(3)	-	4	112.367
Obras de Arte Correntes	92.163	21.330	(3)	-	-	113.490
Acessos, Trevos, Entronc., Retornos, Instal. e Mob. Canteiros	23.074	5.245	-	-	1	28.320
Gerenciamento, Fiscalização e Obras de Melhorias	19.845	5.529	-	(686)	-	24.688
Sinalizações	95.620	8.719	(28)	-	(1)	104.310
Terraplenagem, Terraplenos e Estruturas de Contenção	89.446	20.466	-	-	2	109.914
Obras Preliminares e Complementares	49.605	10.968	(6)	-	1	60.568
	<u>1.289.475</u>	<u>287.308</u>	<u>(3.588)</u>	<u>(686)</u>	<u>(12.549)</u>	<u>1.559.960</u>
Intangível						
Sistemas Operacionais	124.428	19.985	(6.036)	-	(3.045)	135.332
Direitos de uso e outros	11.809	2.254	(4)	-	(3.204)	10.855
	<u>136.237</u>	<u>22.239</u>	<u>(6.040)</u>	<u>-</u>	<u>(6.249)</u>	<u>146.187</u>
	<u>1.425.712</u>	<u>309.547</u>	<u>(9.628)</u>	<u>(686)</u>	<u>(18.798)</u>	<u>1.706.147</u>

14 Diferido

	Taxa média anual de amortização %	Controladora				Consolidado			
		2006		2005		2006		2005	
		Amortização				Amortização			
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Ágio	8	-	-	-	-	251.709	29.613	222.096	241.838
Despesas pré-operacionais	10 a 20	-	-	-	-	102.719	92.718	10.001	4.237
Aquisição de quinhão consorcial	22	<u>16.569</u>	<u>3.068</u>	<u>13.501</u>	<u>16.074</u>	<u>16.569</u>	<u>3.068</u>	<u>13.501</u>	<u>16.074</u>
		<u>16.569</u>	<u>3.068</u>	<u>13.501</u>	<u>16.074</u>	<u>370.997</u>	<u>125.399</u>	<u>245.598</u>	<u>262.149</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. *Ágio*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A..

b. *Despesas pré-operacionais*

Os gastos pré-operacionais referem-se a despesas incorridas no início dos contratos de concessão.

c. *Aquisição de quinhão consorcial*

Refere-se ao custo de aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques.

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores devidos estão assim compostos:

Instituições financeiras	Item	Encargos	Pagamentos até	Controladora		Consolidado	
				2006	2005	2006	2005
Em moeda nacional							
BNDES	(1), (2.1) a (2.5)	TJLP + 4,5% a 5,5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	282.590	378.679
Banco Bradesco S.A. – BNDES	(2.1)	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	27.839	32.731
Banco Sudameris Brasil S.A – BNDES	(2.1)	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	13.920	16.365
Unibanco S.A – BNDES	(2.1)	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	41.759	49.096
Banco Santander do Brasil S.A	(5)	De 102,5% a 107% do CDI	Novembro de 2007	-	-	-	85.845
Banco Itaú BBA S.A.	(5)	De 102,5% a 107% do CDI	Novembro de 2007	-	-	-	85.845
Banco do Brasil S.A.	(3)	106,4% do CDI	Novembro de 2011	-	-	72.913	76.910
Banco Itaú BBA S.A.	(6)	107,3% do CDI	Dezembro de 2009	-	-	99.680	-
Unibanco S.A.	(6)	107,3% do CDI	Dezembro de 2009	-	-	99.680	-
Banco do Brasil S.A.	(6)	107,3% do CDI	Dezembro de 2009	-	-	99.680	-
Outros				-	-	1.787	527
Subtotal moeda nacional				-	-	739.848	725.998
Em moeda estrangeira							
IFC – U. S. dólar		LIBOR + 4,25% a 4,625% a.a.	Novembro de 2011	-	-	-	76.764
BID – U. S. dólar		LIBOR + 4,25% a 4,75% a.a.	Novembro de 2011	-	-	-	165.606
Banco ABN Amro	(4)	US\$ + 3,75% a.a.	Julho de 2007	-	-	31.561	33.307
BNDES	(2.5)	Cesta de moedas + 5% a. a.	Janeiro de 2011	-	-	8.654	11.776
Subtotal moeda estrangeira				-	-	40.215	287.453
Debêntures							
Debêntures	(7.1 e 7.2)	IGP-M + 9,5% e 11% a.a.	Julho de 2010	-	-	252.936	310.545
Debêntures	(7.3)	105% do CDI	Março de 2011	156.637	159.260	156.637	159.260
Debêntures	(7.4)	IGP-M + 10,65% a.a. e 103,3% do CDI	Abril de 2014	-	-	566.099	-
Total				156.637	159.260	975.672	469.805
Total parcela classificada no circulante				6.637	9.260	262.582	283.376
Total parcela classificada no não circulante				150.000	150.000	1.493.153	1.199.880
Total				156.637	159.260	1.755.735	1.483.256

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IFC: Internacional Finance Corporation

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento (Inter American Development Bank)

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No caso dos empréstimos e financiamentos do BNDES, na hipótese de a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) exceder a 6% ao ano, o diferencial é adicionado, mensalmente, ao valor do principal em aberto. Em 31 de dezembro de 2006 a TJLP foi de 6,85% ao ano (9,75% em 31/12/05).

A LIBOR ("London Interbank Offered Rate") em 31 de dezembro de 2006 era de 5,36% ao ano (4,69% 31/12/05).

A variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) em 2006 foi de 3,83% (1,21% em 31/12/05).

- (1) Em 31 de dezembro de 2006, os empréstimos do BNDES e debêntures da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), no valor de R\$ 185.672 (R\$ 252.231 em 31/12/05), estavam garantidos por 49% do total das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da NovaDutra.
- (2) As controladas mutuárias estão sujeitas às seguintes principais exigências de garantias e cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com a IFC, o BNDES, BID e debêntures:

(2.1) AutoBAn

A controlada está sujeita às seguintes exigências de garantia e cláusulas restritivas:

- Penhor de todas as ações da controlada;
- Penhor em primeiro grau sobre as receitas futuras;
- Penhor de todos os créditos de todas as contas bancárias;
- Não constituir ônus para nenhum bem adquirido na concessão;
- Não vender os seus ativos ou parte substancial destes;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor;
- Não vender nenhum imobilizado, receita ou outro ativo, exceto em circunstâncias previstas no contrato;
- A controlada está impedida de declarar ou pagar dividendos aos acionistas nem efetuar qualquer outro tipo de distribuição se os índices financeiros exigidos no contrato de penhor e outras avenças não forem atingidos. A controlada, por condição contratual com o Poder Concedente e com as instituições financiadoras, só pode distribuir dividendos desde que atendidos os seguintes requisitos:
 - a) Que nenhuma hipótese de inadimplemento ou hipótese de inadimplemento em potencial ocorra e persista;
 - b) As demonstrações financeiras auditadas da controlada referentes ao exercício social anterior ou as revisadas no primeiro semestre apresentem cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:
 - Coeficiente de dívida líquida/EBITDA seja igual ou inferior a 2,5;
 - Manutenção de coeficiente de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,3.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Deverão ser pagos a títulos de juros adicionais até 2010, 10% da receita, se excedente, sobre o volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento, utilizando-se os seguintes percentuais:

- IFC 2,42% (*)
- BID 3,49% (*)
- BNDES 4,09%

(*) Apesar da controlada ter efetuado a liquidação antecipada dos financiamentos junto ao BID e IFC, a obrigação referente aos juros adicionais se mantém em vigor até 2010.

A controlada encontra-se em processo de negociação com os bancos financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais em decorrência das mudanças significativas da estrutura das operações.

Em 11 de maio de 2006, a controlada liquidou antecipadamente seus financiamentos junto ao BID e IFC através da captação de empréstimos de capital de giro junto as seguintes instituições financeiras: Bancos Bradesco S.A., Banco Alfa de Investimentos S.A., Citibank N.A., HSBC Bank Brasil S.A., e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Em 1º de agosto de 2006, a controlada liquidou antecipadamente os empréstimos com o Banco Bradesco S.A., Banco Alfa de Investimentos S.A., Citibank N.A., HSBC Bank Brasil S.A., e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., com recursos provenientes da captação através da emissão de debêntures.

(2.2) NovaDutra

Vinculados ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a controlada assumiu, entre outros, as seguintes garantias e compromissos de caráter financeiro e econômico constantes nos contratos:

- a) Penhor de 49% do total das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada.
- b) A controlada está sujeita às seguintes exigências de garantia e cláusulas restritivas:
 - Penhor em primeiro grau das receitas futuras;
 - Não-constituição de ônus sobre quaisquer bens, receitas ou outros ativos da controlada;
 - Não contrair empréstimos de capital de giro ou leasing que excedam o valor principal de R\$ 30.000 ou financiamentos de longo prazo acima de R\$ 70.000, sem anuência dos financiadores;
 - Não vender os seus ativos ou parte substancial destes;
 - Manter em conta reserva o correspondente ao valor do serviço da dívida sênior (endividamento com o BNDES e debêntures) com vencimento nos próximos seis meses, ou cartas de fiança nos mesmos montantes. O montante de fianças bancárias em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 44.700;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 10 de julho e 15 de agosto de cada ano e/ou 10 de janeiro e 15 de fevereiro de cada ano;
- Não alterar a proporção entre ações ordinárias e preferenciais do capital social;
- Não declarar ou pagar aos acionistas dividendos ou qualquer tipo de distribuição se não atingir os seguintes índices financeiros, exigidos no Contrato de Penhor e outras Avenças:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida ÷ serviço da dívida) maior ou igual a 1,3;
 - Coeficiente de endividamento de longo prazo (dívida de longo prazo ÷ patrimônio líquido) menor ou igual a 1,5;
 - Dívida líquida ÷ EBITDA menor ou igual a 2,0, sendo:
 - Dívida líquida = dívida sênior e outras dívidas autorizadas pelos financiadores menos o disponível;
 - EBITDA (receita operacional líquida – custo com serviços de terceiros - outros custos – despesas administrativas) calculado considerando os últimos 12 meses.

A controlada liquidou seus financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de subcréditos A, B e C em 16 de junho, 18 de agosto e 15 de setembro de 2006, respectivamente. Os mesmos eram remunerados pela variação da TJLP + 5,0% a.a. e estavam em aberto em 31 de dezembro de 2005.

(2.3) ViaOeste

A controlada está sujeita às seguintes exigências de garantia e cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES:

- A controlada deverá manter, após o “project completion”, um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Histórico maior ou igual a 1,25;
- Não incorrer em despesas com ativos fixos e outros não circulantes em valores que excedam 10% do valor orçado no ano;
- Não incorrer, assumir ou permitir a existência de dívida, com exceção de:
 - Financiamentos do BNDES;
 - Dívida de curto prazo não superior a US\$ 5.000.000,00;
 - Dívida subordinada para manutenção e desenvolvimento do Projeto ou com o propósito de realizar investimentos adicionais exigidos pelo Poder Concedente;
- Não é permitido nenhum ônus sobre quaisquer ativos ou receitas, no presente ou no futuro, exceto as especificadas no contrato de financiamento;
- Não vender, transferir ou alienar ativos, exceto itens não essenciais em valor que não exceda US\$ 10.000.000 por ano e ativos obsoletos que necessitam ser substituídos;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não assumir contratos de leasing para a compra de ativos que tenham pagamentos que excedam o valor de US\$ 500.000 por ano;
- Condição para pagamento de dividendos: conclusão do “project completion” e que as demonstrações financeiras da controlada demonstrem que o índice de cobertura do serviço da dívida (histórico e projetado) seja igual ou superior a 1,5.

(2.4) Rodonorte

Em 1º de novembro de 2001 foi firmado contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES subdividido entre os subcréditos A e B.

Os financiamentos têm garantias diversas, sendo as principais:

- caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- caução e cessão da indenização por término antecipado do Contrato de Concessão;
- cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- manter em conta reserva, o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetado ou prestar outra forma de garantia no mesmo montante. O total de fianças bancárias em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 73.400 (R\$ 73.400 em 31/12/05); e
- Condição para pagamento de dividendos: atingir após a conclusão técnica do projeto, o índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3.

(2.5) Ponte

A controlada liquidou seus financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES em 17 de julho de 2006.

- (3) A Via Lagos realizou em 2005, estudos de refinanciamento com o objetivo de adequar o perfil da dívida à geração de caixa operacional. Com base nestes estudos, decidiu-se em liquidar a operação do “Project Finance” mantidos com o BNDES e o BID, mediante contratação de um empréstimo de longo prazo, cujo perfil possibilitou uma nova adequação do fluxo de caixa da controlada.

Em 11 e 16 de novembro de 2005, a Via Lagos liquidou antecipadamente seus financiamentos junto ao BID e BNDES através da captação de empréstimos junto ao Banco do Brasil S.A., que sofre variação de 106,4% do CDI e possui vencimentos trimestrais a partir de 11 de maio de 2006 até 11 de novembro de 2011. Estes empréstimos estão garantidos por fiança da Companhia.

- (4) A Ponte contratou empréstimos através da modalidade de repasse de empréstimo do exterior amparados na resolução 2770/2000. Simultaneamente foram contratados “hedge” baseados em contratos de “SWAP”, com taxa de 104,5% da variação do CDI.
- (5) Em 26 de setembro de 2005, a dívida subordinada da AutoBAN foi cedida pela CCR ao Banco Itaú BBA S.A. (50%) e Banco Santander Brasil S.A. (50%), através de contrato

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de cessão, assunção e aditamento firmado naquela data. Como indexador dos empréstimos, foram adotados 102,5% do CDI entre 26 de setembro de 2005 e 15 de maio de 2006, 105% do CDI entre 16 de maio de 2006 e 15 de novembro de 2006 e 107% do CDI entre 16 de novembro de 2006 até a data do vencimento (15 de novembro de 2007). Esses empréstimos de capital de giro, por sua vez, foram liquidados em 1º de agosto de 2006.

Em 31 de dezembro de 2006, os pagamentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante (consolidado) estavam assim distribuídos:

2008	187.173
2009	625.960
2010	279.352
2011	257.167
Após 2011	<u>143.501</u>
Total	<u>1.493.153</u>

Em virtude do grande porte de seus projetos, as controladas estruturaram a quase totalidade de seus financiamentos no modelo de “project finance”, com garantias reduzidas (também chamadas de regresso limitado) da Companhia e dos acionistas controladores. As garantias dos financiamentos após o “financial completion” foram baseadas nas receitas das Concessionárias, no penhor das ações das Concessionárias, na cessão das indenizações de seguros e de eventuais indenizações por parte do Poder Concedente. O direito de regresso só era aplicado no caso de encampação das concessões por parte do Poder Concedente por inadimplência das Concessionárias no cumprimento das obrigações contratuais. Nesse caso, a patrocinadora do projeto (Companhia) está obrigada a suportar eventual diferença entre a indenização recebida do Poder Concedente e o saldo do financiamento.

(6) A dívida subordinada da controlada ViaOeste em 30 de agosto de 2006, com a controladora no valor de R\$ 280.893 foi cedida ao Banco Itaú BBA S.A. (33,33%), Banco do Brasil S.A. (33,33%) e Banco Unibanco S.A. (33,34%), através de contrato de cessão, assunção e aditamento firmado naquela data. Como indexador dos empréstimos, foram adotados 101% do CDI entre 30 de agosto de 2006 e 30 de agosto de 2007; 107,3% do CDI entre 31 de agosto de 2007 até 28 de dezembro de 2009, que será quitado em parcela única. Os pagamentos do principal e dos juros dos empréstimos são exigidos na data de vencimento.

(7) Debêntures:

(7.1) A Rodonorte emitiu em 1º de maio de 2001, 340 debêntures de série única com valor nominal de R\$ 85.000, subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001 no valor total de R\$ 96.170, com um deságio de 4,98%, o qual foi registrado em despesas pagas antecipadamente. O prazo das debêntures é de 9 anos, com vencimento em 1 de maio de 2010, com atualização pela variação do IGP-M mais juros de 11% ao ano pagos anualmente desde 1º de maio de 2002. O valor do

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

principal atualizado será amortizado em 7 parcelas anuais, sendo que a primeira amortização ocorreu em 1º de maio de 2004.

No 39º e 75º mês a contar da data de emissão das debêntures, os debenturistas têm a opção de venda ao BNDES, pelo valor nominal atualizado e não amortizado das debêntures, acrescido da remuneração calculada de forma “*pro-rata temporis*” desde a data da última amortização do principal até a data de aquisição das debêntures pelo BNDES, opção essa que foi exercida por 100% dos debenturistas em 2 de agosto de 2004.

A Rodonorte tem o direito de resgate, parcial ou total, das debêntures a partir do 36º mês após a data de emissão das debêntures, pelo seu valor nominal não amortizado e atualizado, mediante publicação de aviso aos debenturistas com antecedência de 15 dias.

- (7.2) A NovaDutra em 1º de julho de 2004 emitiu 18.000 debêntures nominativas escriturais, com garantia real e não conversíveis em ações, em duas séries de 9.000 cada uma, com valor nominal total da emissão de R\$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 16 de agosto de 2004 no valor total de R\$ 185.425. Sobre o valor nominal será calculado rendimento com base na variação do IGP-M e juros de 9,5% a.a..

Os juros estão sendo pagos desde de 1º de julho de 2005 para a primeira série e a partir de 1º de janeiro de 2006 para a segunda série. O valor nominal atualizado e os juros da primeira série estão sendo pagos em cinco parcelas anuais, vencendo a primeira em 1º de julho de 2006 e a última em 1º de julho de 2010. O valor nominal atualizado e os juros das debêntures da segunda série estão sendo pagos em quatro parcelas anuais, vencendo a primeira em 1º de janeiro de 2007 e a última em 1º de janeiro de 2010.

- (7.3) A CCR em 1º de março de 2005, emitiu 15.000 debêntures pelo valor nominal de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas por R\$ 152.733 no dia 4 do mês subsequente. Os referidos títulos tem as seguintes características: não conversíveis em ações, todas nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), remuneradas por juros equivalentes a 105% da variação do CDI. Os juros são pagos semestralmente em março e setembro de cada ano, e o valor nominal será pago em quatro parcelas anuais, vencíveis entre março de 2008 e março de 2011.

- (7.4) Em 1º de abril de 2006 a AutoBAn emitiu 51.000 debêntures nominativas escriturais, com garantia real e não conversíveis em ações, em três séries, sendo a primeira série e a segunda série de 9.800 debêntures cada uma e a terceira série de 31.400 debêntures, com valor nominal total da emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006 no valor total de R\$ 533.883. Sobre o valor nominal é calculado rendimento com base na variação do IGP-M e juros de 10,65% a.a. para a primeira série e a segunda série e de 103,3% do CDI para a terceira série.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os juros serão pagos a partir de 1º de abril de 2007 para a primeira e terceira séries e a partir de 1º de outubro de 2007 para a segunda série.

O valor nominal atualizado das debêntures será pago da seguinte maneira:

- Primeira série: Será pago em seis parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 1º de abril de 2009 e a última em 1º de abril de 2014;
- Segunda série: Será pago em cinco parcelas anuais, vencendo a primeira em 1º de outubro de 2009 e a última em 1º de outubro de 2013;
- Terceira série: Será pago em doze parcelas anuais, vencendo a primeira em 1º de abril de 2009 e a última em 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita a penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e outras receitas e contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e, se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

16 Impostos e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
COFINS	158	126	26.060	24.473
PIS	117	135	7.425	7.170
ISS	86	75	12.137	12.906
Outros	<u>40</u>	<u>63</u>	<u>1.890</u>	<u>3.251</u>
	<u>401</u>	<u>399</u>	<u>47.512</u>	<u>47.800</u>
Não circulante				
COFINS	-	-	36.869	38.985
PIS	-	-	13.433	14.546
CSLL	-	-	737	872
IRPJ	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>699</u>	<u>810</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.738</u>	<u>55.213</u>

Em fevereiro de 2006 a AutoBAN e NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005 sobre a majoração da alíquota do PIS e COFINS. O parcelamento foi deferido em 60 parcelas, com pagamento da primeira parcela em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As parcelas com vencimento após 12 meses estão classificadas no passivo não circulante.

17 Outras contas a pagar (Não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas acessórias a apropriar	-	-	3.886	4.200
Contas a pagar para aquisição de investimentos (1)	33.008	27.765	33.008	27.765
COFINS - Parcelamento	-	-	283	378
PIS - Parcelamento	-	-	2.873	4.178
Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.894
Outros	<u>1.059</u>	<u>1.021</u>	<u>1.059</u>	<u>1.021</u>
	<u>34.067</u>	<u>28.786</u>	<u>41.109</u>	<u>42.436</u>

(1) Refere-se a contas a pagar a terceiros na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

18 Compromissos vinculados à concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	2006	2005	2006	2005
AutoBAn	2.047.885	2.181.828	1.569.576	1.636.278
ViaOeste	<u>419.658</u>	<u>441.290</u>	<u>322.774</u>	<u>332.163</u>
	<u>2.467.543</u>	<u>2.623.118</u>	<u>1.892.350</u>	<u>1.968.441</u>

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais durante o período remanescente da concessão, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2006, estão assim distribuídos:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Valor nominal	Valor presente
2007	216.459	210.810
2008	218.454	202.647
2009	218.454	192.994
2010	218.454	183.805
2011	218.454	175.051
Após 2011	<u>1.377.268</u>	<u>927.043</u>
Total	<u>2.467.543</u>	<u>1.892.350</u>

No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 214.830 referente ao direito de outorga fixo (R\$ 206.431 em 31/12/05).

Decorrente do direito de outorga variável - AutoBA e ViaOeste S.A.

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Esse compromisso em 31 de dezembro de 2006 montava em R\$ 3.374 (R\$ 3.247 em 31/12/05).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 37.628 referente ao direito de outorga variável (R\$ 34.842 em 31/12/05).

Liquidação dos compromissos - Via Lagos

Em 30 de novembro de 2005, foi celebrado entre a Via Lagos e o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo, contemplando a compensação dos valores decorrentes dos custos de desapropriação e construção do Trevo de Iguaba com os saldos incorridos e a incorrer relativos a Outorga da Concessão.

Para efeito de compensação, os valores foram atualizados utilizando-se o Índice de Reajuste da Tarifa e compensação financeira à taxa de 1% a.m.. O efeito da compensação resultou em um ganho ao resultado do período no montante de R\$ 40.861, líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social, e considerando o valor de R\$ 17.952, apropriado como Outorga paga antecipadamente a amortizar.

b. Compromissos relativos às concessões - Consolidado

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias e também, a partir de 2006, de adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2006, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 5.252.728 (R\$ 3.658.882 em 31/12/05), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2006	2005
Rodonorte	1.405.714	1.386.648
AutoBAn	1.115.376	865.884
ViaOeste	700.331	542.688
NovaDutra	723.839	688.997
Via Lagos	14.821	98.345
Ponte	80.705	76.320
ViaQuatro	<u>1.211.942</u>	<u>-</u>
	<u>5.252.728</u>	<u>3.658.882</u>

c. Ativo imobilizado transferido na concessão

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido na concessão; entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo a delegação dos serviços públicos (custo e amortização acumulada). Essa segregação foi efetuada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada e a posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
				2006	2005
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	5	22.069	9.567	12.502	13.607
Terraplanagem	5,56	130.233	62.778	67.455	74.707
Pavimentação	14,29	197.770	197.770	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	28.833	11.091	14.422
Obras de arte especiais	8,33	255.934	184.835	71.099	92.452
Sinalização e segurança	25	15.328	15.328	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	3.917	3.311	3.764
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	7.519	1.154	2.022
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	9.500	-	-
Delegação dos serviços públicos	5	<u>1.480.451</u>	<u>640.376</u>	<u>840.075</u>	<u>913.625</u>
		<u>2.167.110</u>	<u>1.160.423</u>	<u>1.006.687</u>	<u>1.114.599</u>

19 Provisão para contingências - Consolidado

As controladas estão questionando o pagamento de certos impostos e contribuições e efetuaram depósitos judiciais equivalentes ao total ou parte dos valores pendentes de decisão judicial. As perdas prováveis, registradas como passivo com base em opinião dos consultores legais da Companhia e suas controladas, estão resumidas a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
Trabalhistas e previdenciárias	-	-	2.454	1.963
Não circulante				
Tributárias				
• COFINS	-	-	-	1.167
Cíveis				
• Usuários da rodovia	-	-	850	-
	-	-	850	1.167

Com base na opinião de seus consultores legais, a Administração acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir as perdas que eventualmente ocorram, e que a decisão final não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira consolidada e o resultado das operações da Companhia e suas controladas. A parcela de provisão para contingências, registrada no passivo não circulante está baseada na análise da Administração da Companhia e suas controladas e seus consultores legais, cujo entendimento é de que ela não será exigida no próximo exercício.

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante estimado de R\$ 239.790 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 75.709 em 31/12/05) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas a questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras.

Processo movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo

O Ministério Público do Estado de São Paulo propôs, em dezembro de 2003, ação civil pública contra a controlada indireta, CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. que administra os serviços “Sem Parar” e todas as concessionárias do Estado de São Paulo que utilizavam os serviços do “Sem Parar”, inclusive as controladas Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn) e Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (ViaOeste). Esta ação visa o ressarcimento e a extinção da cobrança da taxa de manutenção cobrada pelo CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.

A probabilidade de perda deste processo é avaliada como remota pelos assessores jurídicos das controladas AutoBAn e ViaOeste, e como possível pelos assessores jurídicos da CGMP. As práticas contábeis brasileiras não requerem a constituição de nenhuma provisão nestas circunstâncias. No estágio atual do processo não foi possível estimar o valor envolvido.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração considera que o desfecho do processo judicial deverá ser favorável às controladas, porque a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), em 27 de julho de 2006, declarou nulas as suas deliberações contrárias à cobrança mensal da manutenção dos serviços do “Sem Parar”, por estar previsto no Instrumento de Concessão a cobrança de outros serviços prestados aos usuários.

20 Patrimônio líquido

a. *Capital*

O Capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

Em 1º de fevereiro de 2006 a Companhia efetuou o desdobramento das ações ordinárias existentes, passando cada ação ordinária a corresponder a quatro ações ordinárias.

b. *Reserva de capital*

A reserva de capital corresponde ao ágio na subscrição de ações no montante de R\$ 220.527.

c. *Dividendos*

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Os dividendos intermediários, aprovados pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2006, foram de R\$ 253.954, correspondentes a R\$ 0,63 por ação e foram pagos em 31 de agosto de 2006.

d. *Reserva legal*

Foi desnecessária a constituição de acordo com o previsto no § 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

e. *Lucros acumulados*

A destinação dos lucros acumulados será definida na próxima Assembléia Geral Ordinária.

21 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Exposição a riscos cambiais

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano, equivalente em 31 de dezembro de 2006, a R\$ 40.215 (R\$ 287.453 em 31/12/05) (nota explicativa nº 15). Desse montante, as controladas contrataram operações de “hedge” no montante de R\$ 31.561 (R\$ 136.228 em 31/12/05).

b. Exposição a riscos de taxas de juros

As controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos (2) e da TJLP e CDI relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI.

c. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras, conta reserva e contas a receber.

A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias, aplicações financeiras e conta reserva, com instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d. Valor de mercado de instrumentos financeiros - Consolidado

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 estão identificados a seguir:

	2006		2005	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	602.851	602.851	337.542	337.542
Conta reserva	24.247	24.247	10.994	10.994
Debêntures (incluindo os circulantes)	975.672	N/D	469.805	N/D
Empréstimos (incluindo os circulantes)	405.301	N/D	282.434	N/D
Financiamentos - “Project Finance” (incluindo os circulantes)	374.762	N/D	731.017	N/D
Contas a pagar - operações de “hedge”	11.046	8.579	26.527	29.070
Obrigações com o Poder Concedente	62.100	N/D	36.567	N/D

N/D: Não disponível

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- **Disponibilidades e conta reserva** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Debêntures** - Não há um volume significativo de transações num mercado secundário, de forma a caracterizar uma avaliação de mercado.
- **Empréstimos** - não foi determinado o valor de mercado pelas seguintes razões:
 - Não são objeto de transação em nenhum mercado;
 - Eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor, e pelo saldo devedor atualizado, acrescido de taxa especificada no contrato.
- **Financiamentos “Project Finance”** - Conforme descrito na nota explicativa nº 15, esses financiamentos são relativos a operações de “Project Finance” (financiamentos do BNDES, IFC e BID) para os quais não foi determinado o valor de mercado pelas seguintes razões:
 - Não há disponibilidade de operações similares no mercado;
 - Não são objeto de transação em nenhum mercado;
 - Eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor, e pelo saldo devedor atualizado, acrescido de taxa especificada no contrato.
- **Contas a pagar de operações de “hedge”** – O método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço.
- **Obrigações com o Poder Concedente** - Essas obrigações não são transacionadas em nenhum mercado e, portanto, não é praticável estimar seu valor de mercado.

22 Discussão sobre mudança de prática contábil

Em 14 de dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, submeteu a audiência pública minuta de deliberação sobre a prática contábil referente a concessões governamentais, a qual, se aprovada, definirá como prática contábil única aquela ora adotada pelas controladas.

O assunto está pendente de regulamentação, inclusive aguardando o posicionamento que venha a ser adotado internacionalmente.

Caso a definição seja por prática contábil diversa da adotada pelas controladas, serão efetuados os ajustes devidos para fins de adequação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas de seguros referem-se a modalidade de todos os riscos (All Risk), conforme segue:

- Ações de indenização (Responsabilidade Civil);
- Sinistros durante e na execução de serviços de construção (Riscos de Engenharia);
- Sinistros envolvendo bens patrimoniais, e roubo nas praças de pedágio (Riscos Patrimoniais);
- Acidentes associados às coberturas de engenharia e patrimoniais (Perda de Receita).

Em 31 de dezembro de 2006, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da companhia e suas controladas e equiparada a controlada é resumida conforme abaixo:

Responsabilidade Civil - de R\$ 15.000 a R\$ 60.000

Riscos de Engenharia - de R\$ 2.000 a R\$ 49.000

Riscos Patrimoniais - de R\$ 10.000 a R\$ 385.000

Perda de Receita - de um a seis meses de cobertura

24 Aquisições de ações de minoritários

Em 28 de dezembro de 2005 foi firmado um Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas e Resolutiva a serem concretizadas no prazo máximo de 180 dias, entre a Companhia e as empresas BGPARG S.A., Monte Bérico Participações S.A. e Construtora Castilho S.A., cujo objetivo foi estabelecer termos e condições para a aquisição, pela Companhia, de ações da Rodonorte em poder de sócios minoritários.

Este contrato previa que, caso todas as Condições Suspensivas e a Condição Resolutiva fossem cumpridas nos prazos estabelecidos neste contrato, a Companhia adquiriria 100.881.246 ações da BGPARG, 49.310.794 ações da Construtora Castilho e 100.881.247 ações da Monte Bérico, totalizando 251.073.287 ações. Desta forma, a participação percentual da Companhia na Rodonorte passaria de 74,24% para 85,92%.

Em 24 de março de 2006, todas as Condições Suspensivas e a Condição Resolutiva foram cumpridas de forma que a participação da Companhia na Rodonorte passou a ser a citada anteriormente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 Remuneração da administração

A remuneração total, inclusive benefícios, dos administradores foi aproximadamente a seguinte:

	Controladora	Consolidado
2005	9.111	17.501
2006	11.715	22.166

26 Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	547.268	500.493	547.268	500.493
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(5.864)	50.983
Amortização dos direitos antecipados da concessão	-	-	13.067	11.888
Provisão para perdas com investimentos	35	-	731	-
Depreciação e amortização	3.491	376	334.218	293.498
Baixa de ativo imobilizado	-	29	11.065	2.384
Amortização do ágio	3.264	1.122	3.264	1.122
Apropriação da outorga fixa e variável	-	-	240.763	233.752
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(7.842)	(50.907)
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	-	676	3.433
Juros sobre mútuos com partes relacionadas não circulante	(27.362)	(55.660)	-	-
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	22.953	24.313	196.033	167.460
Resultado da operação de "hedge"	-	-	15.664	49.957
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(112.312)	-
Provisão de juros sobre contingências fiscais	-	-	-	(67.887)
Juros sobre impostos parcelados	-	-	4.353	382
Juros e variação monetária sobre outros ativos compensados no pagamento antecipado da outorga	-	-	-	(22.568)
Desconto obtido no pagamento antecipado da outorga	-	-	-	(39.422)
Participação dos minoritários	-	-	(3.368)	7.390
Equivalência patrimonial	(560.640)	(490.174)	-	-
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber	163	(23)	(5.831)	(25.446)
Contas a receber - Partes relacionadas	(2.947)	(27.170)	(4.053)	(21.853)
Impostos a recuperar	(13.171)	(11.332)	(9.755)	(15.128)
Despesas antecipadas e outras	688	3.751	23.836	(946)
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	(51)	2.005	11.282	15.796
Fornecedores - Partes relacionadas	(675)	(88)	847	(4.996)
Obrigações sociais e trabalhistas	531	502	2.427	1.376
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	17.952
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	2	(2.437)	54.398	4.586
Provisão (liquidação) de contingências	-	(2.027)	1.582	(905)
Outras contas a pagar	(14.697)	51.853	(14.867)	52.991
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades operacionais	(41.148)	(4.467)	1.297.582	1.165.385

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aumento de capital em investida	-	(330.756)	-	-
Aumento de participação em controladas	(7.898)	(47)	-	-
Aquisição de participação em novas controladas	(10.109)	-	-	-
Aquisição de investimentos	-	(35)	(31)	(700)
Aquisição de ativo imobilizado	(325)	(421)	(460.118)	(353.072)
Aquisição de ativo diferido	(495)	(16.074)	(8.806)	(16.074)
Ágio em controlada	(14.996)	(312)	(14.996)	(312)
Distribuição de lucros de controlada	422.443	233.352	-	-
Pagamento de bônus de subscrição	-	-	-	(156.384)
Pagamento para compra da ViaOeste, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(300.613)

Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos

388.620	(114.293)	(483.951)	(827.155)
---------	-----------	-----------	-----------

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Conta reserva	-	-	(13.253)	9.844
Liquidação da outorga fixa e variável	-	-	(215.906)	(207.344)
Liquidação operações "hedge"	-	-	(48.662)	(54.197)
Mútuos com partes relacionadas:				
Recebimentos	302.104	175.053	-	-
Aumento de capital em investida	-	330.756	-	-
Aumento de mútuo com pessoas ligadas	(20.000)	(494.232)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.724)	-	-
Imposto de renda retido na fonte	3.552	11.133	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	-	150.000	1.165.901	448.419
Pagamentos	(25.576)	(15.053)	(1.081.613)	(414.076)
Dividendos a pagar - minoritários	-	-	(60)	32
Dividendos pagos	(100.774)	(100.775)	(100.775)	(105.662)
Antecipação de dividendos	(253.954)	(201.551)	(253.954)	(201.551)
Minoritários	-	-	-	(47)

Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento

(94.648)	(146.393)	(548.322)	(524.582)
----------	-----------	-----------	-----------

Demonstração do aumento (redução) das disponibilidades

252.824	(265.153)	265.309	(186.352)
---------	-----------	---------	-----------

No início do exercício

160.179	425.332	337.542	523.894
---------	---------	---------	---------

No fim do exercício

413.003	160.179	602.851	337.542
---------	---------	---------	---------

Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa

Caixa pago durante o exercício

Juros	25.576	15.053	131.185	132.532
Imposto de renda e contribuição social	-	-	138.869	196.362

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Esta reapresentação espontânea foi motivada pela inclusão do seguinte parágrafo no Relatório de Administração:

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	7
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	9
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	10
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	11
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	12
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	13
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	17
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	19
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	21
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	33
12	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	74

(Página intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO VIII - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) REFERENTES AOS PERÍODOS
DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2.008 E 2.009, BEM COMO
RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

(Página intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
4 - NIRE 35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5 ANDAR				2 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
3 - CEP 04551-065		4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3048-5921	8 - TELEFONE 3048-5925	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 11	12 - FAX 3048-5911	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL renato.vale@grupoccr.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
ARTHUR PIOTTO FILHO					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5 ANDAR				VILA OLÍMPIA	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
04551-065		SÃO PAULO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
11	3048-5931	3048-5921	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
11	3048-5903	3048-5911	-		
16 - E-MAIL					
arthur.piotto@grupoccr.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.769.948-32		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	403.101.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	403.101.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . . / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
07/05/2009	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	2.850.147	2.668.850
1.01	Ativo Circulante	801.677	1.163.094
1.01.01	Disponibilidades	724.079	775.133
1.01.01.01	Caixa e Bancos	157	656
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	723.922	774.477
1.01.02	Créditos	34.092	2.929
1.01.02.01	Clientes	34.092	2.929
1.01.02.01.01	Contas a receber	0	82
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	34.092	2.847
1.01.02.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	43.506	385.032
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	16.743	22.441
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	318	334
1.01.04.06	Outros Créditos	2.255	1.928
1.01.04.07	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	24.190	360.329
1.02	Ativo Não Circulante	2.048.470	1.505.756
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	393.353	49.176
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Contas a receber	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	334.164	2.833
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	1.724	1.724
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	332.440	1.109
1.02.01.03	Outros	59.189	46.343
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	59.171	46.333
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	18	10
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.02.01.03.05	Despesas Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	0	0
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.655.117	1.456.580
1.02.02.01	Investimentos	1.638.267	1.438.006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.638.267	1.438.006
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Provisão para Perda em Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.022	1.046
1.02.02.03	Intangível	15.828	17.528
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	2.850.147	2.668.850
2.01	Passivo Circulante	545.083	520.321
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.01.02	Debêntures	375.687	352.700
2.01.03	Fornecedores	2.427	4.646
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	190	321
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	190	321
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	141.085	141.085
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.01.06.03	Contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	12.912	18.056
2.01.07.01	Partes relacionadas	12.912	18.056
2.01.08	Outros	12.782	3.513
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.708	3.439
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	0	0
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	74	74
2.02	Passivo Não Circulante	570.709	570.002
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	570.709	570.002
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.02.01.02	Debêntures	521.280	558.470
2.02.01.03	Provisões	37.897	0
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.02.01.03.05	Contingências	0	0
2.02.01.03.06	Provisão para Passivo a Descoberto	37.897	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.633	10.633
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	10.633	10.633
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	899	899
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.02.01.06.02	Outras contas a pagar	899	899
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.05	Patrimônio Líquido	1.734.355	1.578.527
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	791.761
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	789.265	789.265
2.05.04.01	Legal	35.679	35.679
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	753.586	753.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.612)	(2.499)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.612)	(2.499)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	155.941	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	17.012	17.012	16.653	16.653
3.02	Deduções da Receita Bruta	(639)	(639)	93	93
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	16.373	16.373	16.746	16.746
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.820)	(8.820)	(8.556)	(8.556)
3.04.01	Depreciação e amortização	(5)	(5)	0	0
3.04.02	Serviços	(3.220)	(3.220)	(3.798)	(3.798)
3.04.03	Custos com Obrigações Poder Concedente	0	0	0	0
3.04.04	Custo com Pessoal	(3.915)	(3.915)	(3.216)	(3.216)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(1.417)	(1.417)	(1.229)	(1.229)
3.04.06	Outros	(263)	(263)	(313)	(313)
3.05	Resultado Bruto	7.553	7.553	8.190	8.190
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	148.388	148.388	153.987	153.987
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(14.786)	(14.786)	(20.521)	(20.521)
3.06.03	Financeiras	(1.458)	(1.458)	8.261	8.261
3.06.03.01	Receitas Financeiras	29.797	29.797	14.628	14.628
3.06.03.01.01	Variações Monetárias e Cambiais	15	15	26	26
3.06.03.01.02	Ganhos com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.01.03	Juros e Outras Receitas Financeiras	29.782	29.782	14.602	14.602
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(31.255)	(31.255)	(6.367)	(6.367)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést. Financ. e Debêntures	(30.917)	(30.917)	(3.826)	(3.826)
3.06.03.02.02	Variação Monetária s/Obrig. P. Concedente	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Variação Monetárias e Cambiais	(2)	(2)	0	0
3.06.03.02.04	Perda com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.02.05	Taxas, Comissões e Outras Desp. Financ.	(336)	(336)	(2.541)	(2.541)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.686)	(1.686)	(752)	(752)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	166.318	166.318	166.999	166.999
3.07	Resultado Operacional	155.941	155.941	162.177	162.177
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	155.941	155.941	162.177	162.177
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	155.941	155.941	162.177	162.177
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,38685	0,38685	0,40232	0,40232
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mii)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.361	3.361	(4.982)	(4.982)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.458	16.458	1.154	1.154
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	155.941	155.941	162.177	162.177
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib. social difer	0	0	0	0
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	0	0	0	0
4.01.01.04	Depreciação e amortização	114	114	117	117
4.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	0	0	3	3
4.01.01.06	Amortização do agio	1.687	1.687	1.927	1.927
4.01.01.07	Variação cambial s/emprest e financiamen	0	0	0	0
4.01.01.08	Variação monet.obrig.c/ poder concedente	0	0	0	0
4.01.01.09	Juros e VM s/debentures ,empres e financ	30.365	30.365	3.929	3.929
4.01.01.10	Resultado de operação de hedge	0	0	0	0
4.01.01.11	Constit. e juros s/contingencias fiscais	0	0	0	0
4.01.01.12	Provisão para devedores duvidosos	0	0	0	0
4.01.01.13	Juros s/ impostos parcelados	0	0	0	0
4.01.01.14	Participação dos minoritários	0	0	0	0
4.01.01.15	Equivalência Patrimonial	(166.318)	(166.318)	(166.999)	(166.999)
4.01.01.16	Reversão provisão IR e CS	0	0	0	0
4.01.01.17	Provisão para Perda em Investimentos	0	0	0	0
4.01.01.18	Juros s/mutuos c/ partes relacionadas	(5.331)	(5.331)	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(13.097)	(13.097)	(6.136)	(6.136)
4.01.02.01	Contas a receber	82	82	(52)	(52)
4.01.02.02	Partes relacionadas	(7.495)	(7.495)	(7.847)	(7.847)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(7.140)	(7.140)	(3.590)	(3.590)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	0	0	0	0
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(319)	(319)	(248)	(248)
4.01.02.06	Outras contas a receber	0	0	(470)	(470)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mii)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01.02.07	Fornecedores	(2.219)	(2.219)	6.286	6.286
4.01.02.08	Partes relacionadas	(5.144)	(5.144)	(9.476)	(9.476)
4.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	9.269	9.269	7.250	7.250
4.01.02.10	Imp. e contr. a recolher IR CS	(131)	(131)	409	409
4.01.02.11	Outras contas a pagar	0	0	1.602	1.602
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(11.234)	(11.234)	(47.466)	(47.466)
4.02.01	Aumento capital em Sociedade Controlada	(11.158)	(11.158)	(47.402)	(47.402)
4.02.02	Aquisição ativo imob. e intangível	(76)	(76)	(64)	(64)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(43.181)	(43.181)	6.585	6.585
4.03.01	Empr., financ. e debentures - Captações	0	0	0	0
4.03.02	Empr., financ. e debentures - Pagamento	(45.120)	(45.120)	(45.854)	(45.854)
4.03.03	Empr., financ. e debent. - Custo transação	552	552	89	89
4.03.04	Contratos de mútuo - partes relacionadas	(349.750)	(349.750)	0	0
4.03.05	Dividendos recebidos	351.137	351.137	52.350	52.350
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(51.054)	(51.054)	(45.863)	(45.863)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	775.133	775.133	551.959	551.959
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	724.079	724.079	506.096	506.096

a 31/03/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	0	789.265	0	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	0	789.265	0	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	155.941	155.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	(113)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	(113)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	0	789.265	155.941	1.734.355

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	155.941	0	155.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	6.677.860	6.270.575
1.01	Ativo Circulante	1.467.379	1.371.529
1.01.01	Disponibilidades	1.071.928	1.037.871
1.01.01.01	Caixa e Bancos	28.481	40.015
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.043.447	997.856
1.01.02	Créditos	184.099	180.355
1.01.02.01	Clientes	171.298	178.584
1.01.02.01.01	Contas a Receber	116.094	117.309
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	71.268	74.672
1.01.02.01.03	Provisão para devedores Duvidosos	(16.064)	(13.397)
1.01.02.02	Créditos Diversos	12.801	1.771
1.01.02.02.01	Conta Reserva	12.801	1.771
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	211.352	153.303
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	95.981	46.328
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	15.971	19.756
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	7.196	7.196
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	42.458	34.360
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	15.637	18.171
1.01.04.06	Outros Créditos	16.300	9.230
1.01.04.07	Contas a Receber com Operações de "Swap"	17.809	18.262
1.02	Ativo Não Circulante	5.210.481	4.899.046
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.405.503	1.157.081
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.295	657
1.02.01.01.01	Contas a receber	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	1.295	657
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.156	1.109
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.156	1.109
1.02.01.03	Outros	1.403.052	1.155.315
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	59.169	46.333
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	24.921	23.812
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	7.492	8.019
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	1.289.312	1.043.340
1.02.01.03.05	Despesa Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	84	177
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	36
1.02.01.03.08	Contas a Recber com Operações de "Swap"	22.074	33.598
1.02.02	Ativo Permanente	3.804.978	3.741.965

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
1.02.02.01	Investimentos	73.599	63.927
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	73.599	63.927
1.02.02.02	Imobilizado	3.224.863	3.160.201
1.02.02.03	Intangível	421.912	431.555
1.02.02.04	Diferido	84.604	86.282

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	6.677.860	6.270.575
2.01	Passivo Circulante	2.596.310	2.303.195
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.362.890	1.144.843
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.362.332	1.144.078
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de "Swap"	558	765
2.01.02	Debêntures	653.232	617.755
2.01.03	Fornecedores	120.931	159.625
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	58.658	63.280
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	58.658	63.280
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	143.506	143.506
2.01.06	Provisões	100.797	27.423
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	92.842	18.197
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	6.449	6.730
2.01.06.03	Contingências	1.506	2.496
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	44.840	56.204
2.01.07.01	Partes relacionadas	44.840	56.204
2.01.08	Outros	111.456	90.559
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.569	43.402
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	8.637	8.568
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	36.250	38.589
2.02	Passivo Não Circulante	2.320.478	2.363.773
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.320.478	2.363.773
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	419.902	340.314
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	419.902	340.314
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.499.771	1.619.946
2.02.01.03	Provisões	377.022	378.874
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	310.494	308.456
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	32.098	32.049
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	27.356	31.371
2.02.01.03.05	Contingências	7.074	6.998
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.633	10.633
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	10.633	10.633
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	13.150	14.006
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	9.581	10.254
2.02.01.06.02	Outras Contas a Pagar	3.569	3.752
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	26.717	25.080

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.05	Patrimônio Líquido	1.734.355	1.578.527
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	791.761
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	789.265	789.265
2.05.04.01	Legal	35.679	35.679
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	753.586	753.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.612)	(2.499)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.612)	(2.499)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	155.941	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	774.414	774.414	668.091	668.091
3.02	Deduções da Receita Bruta	(58.452)	(58.452)	(47.696)	(47.696)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	715.962	715.962	620.395	620.395
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(299.935)	(299.935)	(247.938)	(247.938)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(87.394)	(87.394)	(77.312)	(77.312)
3.04.02	Serviços	(75.869)	(75.869)	(69.658)	(69.658)
3.04.03	Custo com Outorga	(60.927)	(60.927)	(45.889)	(45.889)
3.04.04	Custo com Pessoal	(41.625)	(41.625)	(30.416)	(30.416)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(10.526)	(10.526)	(5.830)	(5.830)
3.04.06	Outros	(23.594)	(23.594)	(18.833)	(18.833)
3.05	Resultado Bruto	416.027	416.027	372.457	372.457
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(153.282)	(153.282)	(120.039)	(120.039)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(61.328)	(61.328)	(52.693)	(52.693)
3.06.03	Financeiras	(82.910)	(82.910)	(62.325)	(62.325)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	67.977	67.977	43.413	43.413
3.06.03.01.01	Variações Monetárias e Cambiais	26.284	26.284	6.088	6.088
3.06.03.01.02	Ganho com Operações de "Hedge"	4.764	4.764	14.362	14.362
3.06.03.01.03	Juros e Outras Receitas Financeiras	36.929	36.929	22.963	22.963
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(150.887)	(150.887)	(105.738)	(105.738)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést. Financ. e Debêntures	(110.845)	(110.845)	(48.439)	(48.439)
3.06.03.02.02	Variação Monetária s/Obrig.P. Concedente	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Variações Monetárias e Cambiais	(7.158)	(7.158)	(32.182)	(32.182)
3.06.03.02.04	Perda com Operações de "Hedge"	(18.567)	(18.567)	(18.285)	(18.285)
3.06.03.02.05	Taxa, Comissões e Outras Desp. Financ.	(14.317)	(14.317)	(6.832)	(6.832)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.082	1.082	613	613
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(10.126)	(10.126)	(5.634)	(5.634)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	262.745	262.745	252.418	252.418
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	262.745	262.745	252.418	252.418
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(102.723)	(102.723)	(87.203)	(87.203)
3.11	IR Diferido	(2.444)	(2.444)	(504)	(504)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(1.637)	(1.637)	(2.534)	(2.534)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	155.941	155.941	162.177	162.177
	NUMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,38685	0,38685	0,40232	0,40232
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	92.117	92.117	339.047	339.047
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	376.460	376.460	337.503	337.503
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	155.941	155.941	162.177	162.177
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib. social difer	2.444	2.444	451	451
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	9.938	9.938	2.007	2.007
4.01.01.04	Depreciação e amortização	90.304	90.304	80.908	80.908
4.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.340	1.340	715	715
4.01.01.06	Amortização do ágio	8.902	8.902	4.400	4.400
4.01.01.07	Varição cambial s/emprest.e financios.	(13.137)	(13.137)	7.396	7.396
4.01.01.08	Varição monet.obrig.c/ poder concedente	(46)	(46)	0	0
4.01.01.09	Juros e VM s/debêntures, empres e financ	101.781	101.781	66.562	66.562
4.01.01.10	Resultado de operação de hedge	13.803	13.803	3.924	3.924
4.01.01.11	Constit. e juros s/contingências fiscais	170	170	224	224
4.01.01.12	Provisão para devedores duvidosos	2.667	2.667	5.029	5.029
4.01.01.13	Juros sobre impostos parcelados	716	716	597	597
4.01.01.14	Participação dos minoritários	1.637	1.637	2.512	2.512
4.01.01.15	Provisão para Perda em Investimentos	0	0	601	601
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(284.343)	(284.343)	1.544	1.544
4.01.02.01	Contas a receber	1.215	1.215	(8.171)	(8.171)
4.01.02.02	Partes relacionadas	3.357	3.357	8.255	8.255
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(62.489)	(62.489)	(46.608)	(46.608)
4.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	(264.008)	(264.008)	(20.733)	(20.733)
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(3.880)	(3.880)	(8.947)	(8.947)
4.01.02.06	Fornecedores	(38.694)	(38.694)	(12.924)	(12.924)
4.01.02.07	Partes relacionadas	(6.177)	(6.177)	(5.323)	(5.323)
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	23.167	23.167	18.962	18.962
4.01.02.09	Imp. e contr.a recolher IR CS	67.330	67.330	67.048	67.048

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 31/03/2008 a 31/03/2008
4.01.02.10	Contingências	(1.084)	(1.084)	(767)	(767)
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	(558)	(558)	0	0
4.01.02.12	Outras contas a pagar	(2.522)	(2.522)	10.752	10.752
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(168.858)	(168.858)	(134.362)	(134.362)
4.02.01	Aquisição de investimentos	483	483	0	0
4.02.02	Adto para aquisição de investimentos	(10.268)	(10.268)	(30.242)	(30.242)
4.02.03	Aquisição ativo imob. e intangível	(159.073)	(159.073)	(89.737)	(89.737)
4.02.04	Adto para aquisição de ativo imobilizado	0	0	(12.870)	(12.870)
4.02.05	Constituição de ativo diferido	0	0	(1.513)	(1.513)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financeiras	110.798	110.798	(149.895)	(149.895)
4.03.01	Resgates / Aplicações de conta reserva	(11.668)	(11.668)	(52.481)	(52.481)
4.03.02	Liquidação de operações de hedge	(2.034)	(2.034)	0	0
4.03.03	Empr., finan. e debêntures - Captações	291.910	291.910	0	0
4.03.04	Empr., finan. e debêntures - Pagamentos	(169.840)	(169.840)	(98.315)	(98.315)
4.03.05	Empr., finan. e debênt. - Custo transação	2.430	2.430	901	901
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.057	34.057	54.790	54.790
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.037.871	1.037.871	780.377	780.377
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.071.928	1.071.928	835.167	835.167

a 31/03/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	0	789.265	0	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	0	789.265	0	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	155.941	155.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	(113)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	(113)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	0	789.265	155.941	1.734.355

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	0	789.265	0	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	0	789.265	0	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	155.941	155.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	(113)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	(113)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	0	789.265	155.941	1.734.355

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	25
2	Apresentação das informações trimestrais	29
3	Resumo das principais práticas contábeis	29
4	Demonstrações financeiras consolidadas	36
5	Caixa e equivalentes de caixa	39
6	Contas a receber	39
7	Impostos a recuperar	40
8	Imposto de renda e contribuição social	41
9	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	45
10	Outros créditos	47
11	Partes relacionadas	47
12	Investimentos	50
13	Imobilizado	56
14	Intangível	59
15	Financiamentos e empréstimos	62
16	Debêntures	74
17	Plano de incentivo de longo prazo	80
18	Impostos e contribuições a recolher	83
19	Outras contas a pagar	84
20	Provisão para contingências – consolidado	85
21	Arrendamento mercantil	86
22	Patrimônio líquido	86
23	Instrumentos financeiros	87
24	Cobertura de seguros	98
25	Compromissos vinculados a contratos de concessão	98
26	Eventos Subsequentes	102
27	Demonstração do Valor Adicionado	103

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia) tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados à operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias.

As empresas que compõem o Grupo CCR são:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte)
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (EngeLog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura (CPCI)
- CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

As seguintes concessões são administradas por algumas das controladas e controladas em conjunto, conforme abaixo:

- Até 28 de fevereiro de 2021, Rodovia BR-116/RJ/SP, que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra) e respectivas rodovias de acesso, totalizando 402,2 km (NovaDutra);
- Até 31 de dezembro de 2026, Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, São Paulo - Limeira, totalizando 316,8 km (AutoBAn);

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Até 12 de janeiro de 2022, ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito - Araruama; paralela à RJ-106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; e 4 km da RJ-106 do km 105 ao 109, totalizando 60,0 km (ViaLagos);
- Até 31 de maio de 2015, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), totalizando 23,3 km (Ponte);
- Até 21 de novembro de 2021, Rodovia BR-376, Apucarana - São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, São Luís do Purunã - Curitiba; PR-151, trecho Jaguariaíva - Ponta Grossa; e seus entroncamentos, totalizando 487,5 km (RodoNorte);
- Até 31 de dezembro de 2022, SP-280 Rodovia Castello Branco, SP-270 Rodovia Raposo Tavares, SP-075 Rodovia Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Rodovia Dr. Celso Charuri, totalizando 162 km (ViaOeste);
- Até 29 de novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2041, para garantir 30 anos de exploração econômica, Linha Quatro – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra (ViaQuatro). A Controlada em conjunto encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2010.
- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Escafandro Participações S.A. com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

A controlada Escafandro, em 29 de janeiro de 2008, firmou compromisso de compra e venda, irrevogável e irretratável, com as empresas Encalço Construções Ltda. e Senpar Ltda., para aquisição de 40% do capital da Renovias Concessionária S.A. Em 07 de março de 2008, a Companhia e a sua controlada Escafandro firmaram Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas. O valor acordado desta transação, sujeito a ajustes previstos em contrato, era de R\$ 265.000, tendo sido adiantados R\$ 30.000, em 11 de março de 2008. A liquidação financeira do saldo remanescente estava sujeita à aprovação dos financiadores.

Em 03 de junho de 2008 foram finalizadas as etapas previstas no compromisso de compra e venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, passando a Escafandro a deter 40% das ações ordinárias e preferenciais da Renovias.

A Renovias é uma concessionária de serviços públicos de rodovias que tem por objetivo administrar e operar a malha viária correspondente ao Lote 11 do Programa de Concessões de Rodovias do Estado de São Paulo, o qual abrange cinco rodovias (SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350) na região nordeste do Estado de São Paulo, na ligação entre Campinas, Circuito das Águas Paulistas e Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. A concessão tem prazo de 24 anos e 2 meses, encerrando-se em 31 de maio de 2022.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2008, foi alterado o Estatuto Social da controlada, modificando sua razão social de Escafandro Participações S.A. para Companhia de Participações em Concessões (CPC).

Em 9 de fevereiro de 2009, a controlada CPC, juntamente com a Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. firmou Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, com os atuais acionistas da Controlar S.A., para aquisição de 45% do capital desta

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pela CPC e 10% pela Brisa. O valor acordado dessa transação, sujeito a ajustes previstos em contrato, é de R\$ 121.014, tendo sido adiantados R\$ 10.268 em 16 de fevereiro de 2009.

A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2018, a concessão para implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Município de São Paulo – SP, conforme Termo de Concessão de Serviços nº 34/SVMA/95, de 04/01/96, celebrado entre a Controlar e o Município de São Paulo.

- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Aldanati Participações S.A., com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

Em 11 de março de 2008, o Consórcio Integração Oeste, com participação de 95% da Companhia e 5% da Encalso Construções Ltda., obteve a melhor classificação dentre as propostas de menor tarifa de pedágio apresentadas no processo licitatório de concessão onerosa do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste. O leilão foi promovido pela ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2008, foi alterado o Estatuto Social da controlada, modificando sua razão social de Aldanati Participações S.A. para Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel) e foi aprovado aumento de capital de R\$ 1 para R\$ 46.518, com a emissão de 46.517.000 ações, sendo 23.258.500 ações ordinárias e 23.258.500 ações preferenciais. Estas ações foram subscritas na proporção de 95% pela Companhia e de 5% pela Encalso Construções Ltda., sendo que a participação da Actua Assessoria Ltda. foi cedida para a Encalso Construções Ltda.

Em 07 de maio de 2008, o Conselho Diretor da ARTESP homologou a decisão da Comissão de Processamento e Julgamento das Propostas, declarando vencedora a proposta comercial apresentada pelo Consórcio Integração Oeste (Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.).

Em 01 de junho de 2008, a Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. iniciou o Contrato de Concessão para a exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste, interligação entre os corredores de acessos à metrópole de São Paulo (SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116), totalizando 32 km, pelo prazo de 30 anos.

A concessionária será responsável pela execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho Oeste do Rodoanel.

A concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

As concessões em atividade consistem na exploração de rodovias e ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias e a ponte. Como parte das concessões, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final dos contratos de concessão das rodovias, ponte e metrô, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implantação tenha sido autorizada pelo Poder Concedente.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

A Companhia detém participação minoritária (10%) do capital da empresa Northwest Parkway LLC, a qual detém o contrato de concessão para operação e manutenção da Northwest Parkway Public Highway, situada na cidade de Denver, no estado do Colorado, Estados Unidos da América. A rodovia tem extensão aproximada de 18 km, sendo 14 km em operação e 4 km a serem construídos para integrar o anel viário da cidade de Denver. O prazo dessa concessão é de 99 anos e as operações foram assumidas em novembro de 2007. O acionista controlador é a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A., com 90% de participação no capital social.

Além das concessões a Companhia possui participação nas seguintes empresas:

- Controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda., Engelog Centro de Engenharia Ltda. e Parques Serviços Ltda. que têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da Companhia.
- Controlada em conjunto Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. e suas controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. têm por objetivo a operação de serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Atualmente presta serviços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.
- Em 6 de junho de 2006, foi constituída a Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infra-estrutura de trens subterrâneos (metrô).
- Em 21 de junho de 2007, foi constituída a CCR – USA, LLC, cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos da América. No momento, a CCR – USA, LLC detém investimento de 10% na Northwest Parkway LLC.
- Em 19 de dezembro de 2008 foram constituídas as controladas CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura e CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos, ambas com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Serviços Compartilhados Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Apresentação das informações trimestrais

a. Apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os ajustes relativos à adoção da Lei nº. 11.638/07 e a Medida Provisória nº. 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº. 3.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Adoção da Lei nº. 11.638/07

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela lei nº. 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

Para fins de divulgação das informações trimestrais comparativas a Companhia seguiu as orientações da Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, conseqüentemente, rerepresentando as informações trimestrais de 2008.

Reclassificações no resultado

Controladora

O saldo de resultado não operacional no valor de R\$ 2 foi reclassificado para outras despesas operacionais.

Consolidado

Os saldos de R\$ 613 e R\$ 374, respectivamente receitas e despesas, no grupo de resultado não operacional foram reclassificados para outras receitas operacionais e outras despesas operacionais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória Nº. 449/08

Apresentamos a conciliação do resultado de 31 de março de 2008 considerando os efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não fossem adotadas.

Demonstração dos efeitos no resultado em 31 de março de 2008 decorrentes da Adoção da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08

31/03/08

Lucro líquido do trimestre sem os efeitos da Lei nº. 11.638/07

167.207

Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08

Apropriação dos custos de transação na emissão de títulos	(213)
Ajustes acumulados de conversão	242
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado – swap	(8.906)
Reversão de provisão para pagamentos baseados em ações	748
IR e CSLL diferidos sobre os efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07	3.099

Lucro líquido do trimestre

162.177

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08, foram lançados nas contas de resultado. Os referidos ajustes foram contabilizados em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados aos benefícios a empregados. A

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e as premissas trimestralmente.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros podem ser classificados em:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos e passivos que são mantidos para negociação ou que são derivativos (exceto instrumento de hedge definido como efetivo) ou que no reconhecimento inicial tenham sido classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento e que não estão classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou como empréstimos e recebíveis;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não sejam cotados em mercado ativo, como também, não estejam classificados como mantidos para negociação ou que tenham sido classificados inicialmente como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Mantidos para negociação: estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias.

Os instrumentos financeiros são divididos entre derivativos e não derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos

Estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e são contabilizados no resultado do exercício. Incluem contratos de swap feitos com a finalidade de hedge.

Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem caixa e equivalentes de caixa, conta reserva, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Estão registrados pelo seu valor justo quando mantidos para negociação ou por meio do custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos dos custos da transação ou de provisão para perdas, quando aplicável.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar até a liquidação dessa transação.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as orientações do CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, no total ou parcialmente.

As informações trimestrais das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº.12.

Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº.13.

Ativos intangíveis

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em investidas com vida útil definida e fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente até o limite do prazo da concessão / contrato. Os ágios gerados na aquisição ou aumento de participações em negócios que não tenham vida útil definida não são amortizados.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº.14.

Gastos Pré-operacionais

Os gastos pré-operacionais são reconhecidos no resultado quando incorridos, exceto para aqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como os juros de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos e enquanto estes estiverem em construção.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Arrendamento mercantil operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 21.

Ativo Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos são amortizados linearmente pelo prazo máximo de dez anos.

A Controlada RodoAnel e a Controlada em conjunto ViaQuatro optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os seus valores de recuperação testados anualmente.

Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A opção definitiva e irrevogável se dará por ocasião da entrega da declaração de rendas, até junho de 2009.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Direito de concessão

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº. 9 e nº. 26. Essa prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão de Colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2002. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007, encontram-se descritas na nota explicativa nº. 26. A Companhia adotará norma específica relativa a contratos de concessão, quando emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologada pela Comissão de Valores Mobiliários.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/03/09	31/12/08
• Controladas		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	99,00
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00	99,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00
(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.		
• Controladas em conjunto		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Consórcio Operador Parques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais individuais da Companhia de Concessões Rodoviárias (controladora).

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., da Parques Serviços Ltda. e da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação de acionistas não controladores";
- f. A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como descrito na nota explicativa 3.2 - Direito de concessão. Por esse motivo, as informações trimestrais da controlada em conjunto Renovias, para fins de consolidação, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;
- g. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e a Renovias Concessionária S.A. (Renovias), controladas em conjunto, são avaliadas por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas informações trimestrais consolidadas.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP, ViaQuatro e Renovias, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/09				31/12/08			
	STP	VisaQuatro	Renovias		STP	VisaQuatro	Renovias	
Ativo circulante	100%	38,25%	100%	40%	100%	38,25%	100%	58%
Ativo não circulante	251.783	96.307	26.742	10.697	282.615	108.100	31.993	60.702
Realizável a Longo Prazo	52.217	19.973	311.027	124.411	47.916	18.328	308.768	95.051
Imobilizado	-	-	18.222	7.289	-	-	14.750	-
Intangível	48.112	18.403	292.440	116.976	44.175	16.897	290.736	69.499
Diferido	4.105	1.570	365	146	3.741	1.431	282	23
Total do ativo	304.000	116.280	337.769	135.108	330.531	126.428	337.761	25.529
Passivo circulante	257.746	98.588	51.726	20.691	292.646	111.937	55.913	3.248
Passivo não circulante	249	95	98.101	39.240	215	82	104.479	125.805
Patrimônio líquido	46.005	17.597	187.942	75.177	37.670	14.409	177.369	26.700
Total do passivo e patrimônio líquido	304.000	116.280	337.769	135.108	330.531	126.428	337.761	155.753

	31/03/09				31/03/08			
	STP	VisaQuatro	Renovias		STP	VisaQuatro	Renovias	
Receita operacional líquida	43.576	16.669	46.431	18.572	25.511	9.758	-	-
Custos dos serviços prestados	(15.208)	(5.817)	(26.679)	(10.672)	(7.741)	(2.961)	-	-
Lucro bruto	28.368	10.852	19.752	7.900	17.770	6.797	-	-
Despesas (Receitas) operacionais	(16.079)	(6.150)	348	139	(6.520)	(2.494)	-	-
Resultado operacional	12.289	4.702	20.100	8.039	11.250	4.303	-	-
Receitas financeiras líquidas	1.336	511	(1.801)	(720)	1.085	415	-	-
Resultado antes do IR e CS	13.625	5.213	18.299	7.319	12.335	4.718	-	-
IR e CS corrente e diferido	(5.287)	(2.022)	(7.726)	(3.090)	(4.455)	(1.704)	-	-
Lucro líquido do período	8.338	3.190	10.573	4.229	7.880	3.014	-	-

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Caixa e bancos	157	656	28.481	40.015
Aplicações financeiras	<u>723.922</u>	<u>774.477</u>	<u>1.043.447</u>	<u>997.856</u>
	<u>724.079</u>	<u>775.133</u>	<u>1.071.928</u>	<u>1.037.871</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 100% do CDI, equivalente a 12,75% ao ano (12,21% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	582.719	636.692	852.964	802.491
CDBs pós-fixados	141.203	137.785	188.763	193.698
Debêntures	-	-	1.705	1.663
Títulos de capitalização	-	-	<u>15</u>	<u>4</u>
Total	<u>723.922</u>	<u>774.477</u>	<u>1.043.447</u>	<u>997.856</u>

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Circulante				
Pedágio eletrônico – STP (a)	-	-	101.329	97.408
Receitas acessórias (c)	-	-	6.525	12.194
Pedágio eletrônico – outros (b)	-	-	7.457	6.925
Outros	<u>-</u>	<u>82</u>	<u>783</u>	<u>782</u>
	-	82	116.094	117.309
Provisão para devedores duvidosos (d)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.064)</u>	<u>(13.397)</u>
	<u>-</u>	<u>82</u>	<u>100.030</u>	<u>103.912</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não circulante				
Poder Concedente - ViaOeste (e)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	-	-	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	-	-	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG's e estacionamento da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.
- (b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente de operações com cartões de crédito e vale-pedágio.
- (c) Referem-se aos créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.
- (d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias.
- (e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa provavelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

7 Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	8.743	13.364	11.642	15.858
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	750	69.769	15.757
COFINS	6.010	5.958	6.567	6.391
ISS de pedágio	-	-	5.049	5.048
PIS	1.305	1.292	1.621	1.577
CSLL	680	1.072	863	1.224
Outros	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>470</u>	<u>473</u>
	<u>16.743</u>	<u>22.441</u>	<u>95.981</u>	<u>46.328</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	<u>59.171</u>	<u>46.333</u>	<u>59.169</u>	<u>46.333</u>
--	---------------	---------------	---------------	---------------

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se ocorrerem fatores relevantes que modifiquem estas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	31/03/09	31/12/08
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	1.651	4.725
Base negativa de contribuição social	1.024	2.151
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	633	27
Perdas com operação de swap	50	260
Provisão para participação nos resultados (PLR)	6.226	5.712
Provisão para comissão sobre empréstimos	2.749	4.070
Provisão para devedores duvidosos	2.420	1.734
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	1.084	540
Provisão para contingências	11	414
Provisão para perda de investimentos	<u>123</u>	<u>123</u>
	<u>15.971</u>	<u>19.756</u>
Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	8.809	8.111
Base negativa de contribuição social	3.171	2.920
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	871	807
Provisão para devedores duvidosos	8.975	8.901
Provisão para contingências	1.987	1.967
Ajuste de prática contábil para consolidação Renovias	777	777
Provisão para perda de investimentos	326	325
Provisão para participação nos resultados (PLR)	<u>5</u>	<u>4</u>
	<u>24.921</u>	<u>23.812</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo circulante		
Variação Cambial	503	521
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	-	278
Ganhos com operação de swap	<u>5.946</u>	<u>5.931</u>
	<u>6.449</u>	<u>6.730</u>
Passivo não circulante		
Variação cambial	4.024	-
Ajuste de prática contábil consolidação Renovias	20.569	20.625
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	719	700
Ganhos com operação de swap	<u>6.786</u>	<u>10.724</u>
	<u>32.098</u>	<u>32.049</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	31/03/09	31/12/08
Ativo		
ViaLagos (1)	11.487	12.500
ViaLagos (2)	64	50
ViaOeste (2)	10.234	9.851
AutoBAn (2)	6.933	7.894
RodoNorte (1)	1.994	5.407
RodoNorte (2)	1.114	1.308
NovaDutra (2)	2.202	2.084
EngeLog(2)	1.952	1.633
STP (2)	1.383	955
CPC (2)	777	777
Ponte (2)	555	452
Parques (2)	397	397
ViaQuatro (1)	1.173	-
ViaQuatro (5)	<u>627</u>	<u>260</u>
	<u>40.892</u>	<u>43.568</u>
Passivo		
CPC (4)	20.569	20.625
ViaLagos (5)	11.529	11.423
Ponte (5)	6.008	6.168
RodoNorte (3)	441	521
ViaQuatro (5)	<u>-</u>	<u>42</u>
	<u>38.547</u>	<u>38.779</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) De acordo com a Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002, as controladas RodoNorte e ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por projeções de lucros aprovadas pelos respectivos órgãos da Administração.
- (2) Ativo fiscal diferido constituído sobre diferenças temporárias.
- (3) A Controlada RodoNorte optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais quando da apuração e pagamento dos tributos.
- (4) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº.4f.
- (5) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença temporária sobre os resultados de operações de swap e variações cambiais, às quais estão sendo diferidas conforme facultado pela legislação fiscal, ou seja, estão sendo consideradas somente no momento de sua realização.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

As controladas ViaLagos e RodoNorte e a controlada em conjunto ViaQuatro estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, descrito no item 1, nos seguintes exercícios:

2009	2.450
2010	4.156
2011	1.774
2012	1.813
2013	3.288
Após 2013	<u>1.173</u>
	<u>14.654</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/09		31/03/08		31/03/09		31/03/08	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real								
Lucro antes da tributação/participação	155.941	155.941	162.177	162.177	262.745	262.745	252.418	252.418
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(9.160)	(9.160)	(8.297)	(8.297)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(1.637)	(1.637)	(2.534)	(2.534)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	155.941	155.941	162.177	162.177	251.948	251.948	241.587	241.587
Ajuste referente ao método de equivalência patrimonial (MEP)	(166.318)	(166.318)	(166.999)	(166.999)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e MEP	(10.377)	(10.377)	(4.822)	(4.822)	251.948	251.948	241.587	241.587
Ajustes para o cálculo dos impostos								
Adições	5.033	5.033	4.873	4.873	43.819	43.819	33.202	33.202
Exclusões	(770)	(770)	-	-	(35.666)	(34.916)	(17.451)	(17.451)
Base de cálculo dos impostos	(6.114)	(6.114)	51	51	260.101	260.851	257.338	257.338
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	(13.507)	(13.732)	(8.395)	(8.395)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(6.114)	(6.114)	51	51	246.594	247.119	248.943	248.943
Impostos correntes	-	-	-	-	73.894	26.693	62.691	22.605
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	19.355	19.355	17.021	17.021
Receita financeira	-	-	-	-	151	151	73	73
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	6.345	6.345	5.520	5.520
Impostos correntes	-	-	-	-	1.567	569	1.398	509
Total de impostos correntes	-	-	-	-	75.461	27.262	64.089	23.114
Diferenças temporárias	-	-	-	-	(2.716)	(3.456)	(7.162)	(7.171)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	13.507	13.732	10.016	10.016
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(3.450)	(3.450)	(33)	(33)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	7.341	6.826	2.821	2.812
Impostos diferidos	-	-	-	-	1.832	612	372	132
Total de impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	77.293	27.874	64.461	23.246
Alíquota efetiva	-	-	-	-	29%	11%	25%	9%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Passivo não circulante consolidado

A partir de 1º de julho de 2006, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes das controladas AutoBAn e ViaOeste são pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde a implantação desse procedimento, as diferenças temporárias de impostos, geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), são registradas no passivo não circulante.

Atualmente a controlada AutoBAn discute este procedimento junto ao Conselho de Contribuintes, em virtude de questionamento das autoridades fiscais. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a causa tem boas perspectivas de êxito.

	31/03/09	31/12/08
AutoBAn	271.366	266.488
ViaOeste	<u>39.128</u>	<u>41.968</u>
	<u>310.494</u>	<u>308.456</u>

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Consolidado</u>	
	31/03/09	31/12/08
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	<u>42.458</u>	<u>34.360</u>
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	1.070.807	851.297
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	<u>218.505</u>	<u>192.043</u>
	<u>1.289.312</u>	<u>1.043.340</u>

(1) Outorga da concessão

(1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2009 era de R\$ 4.727 no circulante e de R\$ 79.176 no não circulante (R\$ 4.727 e R\$ 80.358 em 31 de dezembro de 2008).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2026.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1.2) Durante o primeiro ano da concessão a controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente relacionados à outorga da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2009 era de R\$ 3.297 no circulante e de R\$ 42.037 no não circulante (R\$ 3.297 e R\$ 42.860 em 31 de dezembro de 2008).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2022.

(1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2009 era de R\$ 1.177 no circulante e de R\$ 12.851 no não circulante (R\$ 1.177 e R\$ 13.146 em 31 de dezembro de 2008).

(1.4) A controlada RodoAnel efetuou pagamentos relativos à outorga, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2009 era de R\$ 33.257 no circulante e de R\$ 936.743 no não circulante (R\$ 25.159 e R\$ 714.933 em 31 de dezembro de 2008).

(2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 26. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e a controlada em conjunto Renovias passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, para que assim o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, da seguinte forma:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAn;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

O valor reduzido do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecido como despesa paga antecipadamente no período findo em 31 de março de 2009, foi R\$ 218.505 (R\$ 192.043 em 31 de dezembro de 2008), sendo, R\$ 26.777 (R\$ 23.530 em 31 de dezembro de 2008) na ViaOeste, R\$ 187.149 (R\$ 164.489 em 31 de dezembro de 2008) na AutoBAn e R\$ 4.579 (R\$ 4.024 em 31 de dezembro de 2008) na Renovias.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 Outros Créditos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	1.412	1.291	13.789	6.658
Adiantamentos de pessoal	342	136	1.440	1.039
Outros	<u>501</u>	<u>501</u>	<u>1.071</u>	<u>1.533</u>
	<u>2.255</u>	<u>1.928</u>	<u>16.300</u>	<u>9.230</u>
Não Circulante				
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36</u>

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições de mercado, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, entidades controladas em conjunto, controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
	Despesas	Receitas	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	10.216	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	301	-	-	-	112	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária da Rodovia Anhanguera-Bandeirantes S.A.	-	-	14	-	2	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	-	-	52	1.724	41	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	-	-	-	331.284	22	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (b)	-	-	23.750	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões (b)	-	-	-	-	3.724	-
Parques Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	2.512	-
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	244	-	-	-	63	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	16.924	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	268	-	18	-	84	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (e)	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (e)	-	-	-	-	-	720
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng. (e)	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	40	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Benito Roggio Transporte Ltda. (c)	-	-	-	578	-	-
RATP Developpment S.A. (c)	-	-	-	578	-	-
Profissionais chave						
Remuneração dos administradores	1.644	-	-	-	383	-
Plano de incentivo de longo prazo	987	-	-	-	5.957	8.717
Total, 31 de março de 2009	<u>3.444</u>	<u>16.924</u>	<u>34.092</u>	<u>334.164</u>	<u>12.912</u>	<u>10.633</u>
Total, 31 de dezembro de 2008	<u>21.290</u>	<u>65.866</u>	<u>2.847</u>	<u>2.833</u>	<u>18.056</u>	<u>10.633</u>
Total, 31 de março de 2008	<u>3.107</u>	<u>16.414</u>				

- (a) Refere-se ao contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.
- (b) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pela taxa CDI com vencimentos previstos em contrato (NovaDutra – 31/08/2010, RodoAnel – 13/04/2009 e CPC 16/06/2009).
- (c) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pela taxa IPC com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.
- (d) Refere-se ao contas a pagar do Consórcio Operador Parques para despesas de folha de pagamento.
- (e) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

	Transações			Saldos			
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo		Passivo	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	43	-	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.253	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	16.875	-	-	-	5.337	-
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (h)	-	-	-	-	-	-	476
Controladas							
Engellog – Centro de Engenharia Ltda.	-	-	140	-	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	-	-	476	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	510	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	70.430	-	8	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	100	-	80	-
Outras partes relacionadas							
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	49.916	-	-	129	-	15.948	-
Consórcio Construtor Anhanguera (e)	-	19.736	-	-	-	10.077	-
Consórcio Operador Parques (d)	2.774	-	-	449	-	1.638	-
Consórcio Vila Velha (f)	-	12.579	-	30	-	722	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	87	-	144	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (g)	-	-	-	-	578	-	-
RATP Developpment S.A. (g)	-	-	-	-	578	-	-
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	97	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	97	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	4.040	-	-	-	-	1.034	-
Plano de incentivo de longo prazo	987	-	-	-	-	5.957	8.717
Total, 31 de março de 2009	<u>57.717</u>	<u>49.190</u>	<u>1.126</u>	<u>71.268</u>	<u>1.156</u>	<u>44.840</u>	<u>10.633</u>
Total, 31 de dezembro de 2008	<u>231.775</u>	<u>116.722</u>	<u>4.802</u>	<u>74.672</u>	<u>1.109</u>	<u>56.204</u>	<u>10.633</u>
Total, 31 de março de 2008	<u>51.893</u>	<u>11.015</u>	<u>3.474</u>				

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

- Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio automático, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.
- O custo de serviços prestados, no montante de R\$ 49.916, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.
- (d) O custo de serviços prestados, no montante de R\$ 2.774, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.
- (e) Obras referentes ao Complexo Anhanguera na Marginal Tietê, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 22 de fevereiro de 2008.
- (f) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte.
- (g) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas.
- (h) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/03/08	31/03/09	31/03/08
Benefícios de curto prazo (1)	1.535	1.537	3.768	3.088
Outros benefícios de curto prazo (2)	109	160	272	317
Plano de incentivo de longo prazo (3)	<u>987</u>	<u>352</u>	<u>987</u>	<u>352</u>
Total	<u>2.631</u>	<u>2.049</u>	<u>5.027</u>	<u>3.757</u>

- (1) Remuneração fixa.
- (2) Remuneração variável, seguro de vida e previdência privada.
- (3) Plano de incentivo de longo prazo conforme detalhado na nota explicativa nº. 17.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Participações em empresas controladas e controladas em conjunto	1.638.267	1.438.006	-	-
Outros investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.599</u>	<u>63.927</u>
Total	<u>1.638.267</u>	<u>1.438.006</u>	<u>73.599</u>	<u>63.927</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Movimentação dos saldos

	1º trimestre 2009																		
	NovaDutra	AutoBAn	ViaLagos	Ponte	RodoNorte	ViaOeste	CPC	RodoAnel	STP	ViaQuatro	Parques	Actua Serviços	Actua Assessoria	EngaLog	CPCI	CPCSP	CCR México	CCR USA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	235.793	422.676	15.077	35.390	153.475	257.944	271.144	(3.531)	14.409	26.700	704	(14)	10.818	(6.022)	1	1	3.644	(203)	1.438.006
Resultado de equivalência patrimonial	38.600	82.554	8.107	6.560	18.868	28.421	563	(27.961)	3.189	(2.177)	101	4.468	2.627	5.099	-	-	(432)	(2.199)	166.388
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	11.157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.157
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(2.462)	(6.021)	-	-	-	-	-	-	-	(3.150)	(1.765)	(1.600)	-	-	-	-	(14.998)
Lucro não realizado	564	730	-	15	64	58	-	7	-	-	-	(1)	-	(1.507)	-	-	-	-	(70)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(133)	20	(113)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	31.485	-	-	-	-	-	4.030	-	-	-	2.382	37.897
Saldo em 31 de março de 2009	274.957	505.960	20.722	35.944	172.407	286.423	282.864	-	17.598	24.523	805	1.303	11.680	-	1	1	3.079	-	1.638.267

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas

	NovaDutra		AutoBAn		VialLagoas		Ponte		RodoNorte		ViaDeste		CPC	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Capital social	208.601	208.601	176.162	176.162	11.292	11.292	24.502	22.073	107.480	107.480	139.763	139.763	281.349	270.081
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	175.000	175.000	35.168	35.168	19.421	19.421	1.846.936	1.846.936	13.976.292	13.976.292	270.081	270.081
Ordinárias	64.383	64.383	175.000	175.000	17.584	17.584	9.711	9.711	615.645	615.645	6.988.146	6.988.146	135.041	135.041
Preferenciais	64.383	64.383	-	-	17.584	17.584	9.710	9.710	1.231.291	1.231.291	6.988.146	6.988.146	135.040	135.040
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	274.957	235.793	505.960	422.676	20.722	15.077	35.944	35.390	200.660	178.626	286.423	257.944	285.720	273.882
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	85.92	85.92	100	100	99.90	99.90
Participação no patrimônio líquido	274.957	235.793	505.960	422.676	20.722	15.077	35.944	35.390	172.407	153.475	286.423	257.944	282.864	271.144
Resultado de equivalência patrimonial (*)	38.600	46.788	82.554	72.741	8.107	(2.283)	6.560	6.316	18.868	15.338	28.421	16.654	563	-

	RodoAnel		STP		ViaQuatro		Parques		Actua Serviços		Actua Assessoria		EngelLog	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Capital social	8.000	8.000	16.358	16.358	46.035	46.035	10	10	10	10	10	10	10	10
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	44.192	44.192	8.529	8.529	63.572	63.572	9	9	10	10	10	10	10	10
Ordinárias	22.096	22.096	8.529	8.529	31.786	31.786	-	-	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	22.096	22.096	-	-	31.786	31.786	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	9	9	10	10	10	10	10	10
Patrimônio líquido	(33.142)	(3.717)	46.005	37.670	42.281	46.034	937	819	1.304	(14)	11.692	10.829	(4.034)	(6.028)
Participação no capital social, no final do exercício - %	95.00	95.00	38.25	38.25	58.00	58.00	85.92	85.92	99.90	99.90	99.90	99.90	99.90	99.90
Participação no patrimônio líquido	(31.485)	(3.531)	17.598	14.409	24.523	26.700	805	704	1.303	(14)	11.680	10.818	(4.030)	(6.022)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(27.961)	-	3.189	3.014	(2.177)	-	101	88	4.468	2.915	2.627	3.543	5.099	4.793

	CPCI		CPCSP		CCR México		CCR USA		Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Capital social	1	1	1	1	9.975	9.937	6.263	6.263	791.761	791.761	791.761	791.761
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1	1	1	1	4.100	4.100	0.2	0.2	403.102	403.102	403.102	403.102
Ordinárias	1	1	1	1	-	-	-	-	403.102	403.102	403.102	403.102
Preferenciais	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	4.100	4.100	0.2	0.2	-	-	-	-
Patrimônio líquido	1	1	1	1	3.079	3.644	(2.382)	(203)	1.734.355	1.578.527	1.734.355	1.578.527
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-	-
Participação no patrimônio líquido	1	1	1	1	3.079	3.644	(2.382)	(203)	1.734.355	1.578.527	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (*)	-	-	-	-	(432)	(426)	(2.199)	(915)	166.388	168.566	-	-

(*) Para obter o resultado da equivalência informado na controladora, deve-se somar a equivalência das controladas e diminuir o valor do lucro não realizado (R\$ 70 em 2009 e R\$ 1.567 em 2008). A composição do lucro não realizado está descrita no item B desta nota.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998 o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, que foi homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item “i”). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003 foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004 o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2008

Desde o ano de 2003 a controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 e 2004 estão em fase de instrução; as de 2005, 2006 e 2007, tiveram sentenças favoráveis à controlada, com recurso da parte contrária pendente de julgamento e a de 2008, teve liminar deferida favoravelmente à Companhia, estando em fase inicial.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2006, em face da controlada, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a controlada iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão. Em audiência de 06 de maio de 2008, as partes pactuaram a suspensão da eventual incidência de multa, mediante novo cronograma de obras.

vii. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$16.000. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005 foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

viii. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007 foi editada a Lei Estadual nº. 15.607, regulamentada pelo Decreto nº. 1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes aos moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da concessão de liminar, mas não obteve êxito. A ação foi julgada favoravelmente à controlada, com um voto contrário. O processo aguarda a tramitação do voto em contrário. Lavrado e publicado acórdão em 26/03/2009. Aguarda-se o trânsito em julgado da ação.

ix. Lei de Isenção - motocicletas

Em 10 de dezembro de 2007 foi editada a Lei Estadual nº. 15.722, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná às motocicletas e veículos similares.

A controlada impetrou Mandado de Segurança, tendo sido concedida liminar em 27 de dezembro de 2007 para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão de concessão de liminar, mas não obteve êxito. Aguarda-se decisão do processo.

x. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativa e financeira superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela Concessionária, ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Em 27 de novembro de 2008, a ação entrou em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração da controlada reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da referida controlada e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas da controlada representam 5,6% e 10,9%, respectivamente, dos valores consolidados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		31/03/09			31/12/08
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	908	(578)	330	352
Máquinas e equipamentos	14	1.723	(1.081)	642	641
Instalações e edificações	6	560	(528)	32	53
Imobilizações em andamento	-	18	-	18	-
		<u>3.209</u>	<u>(2.187)</u>	<u>1.022</u>	<u>1.046</u>
	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		31/03/09			31/12/08
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	14.074	(7.114)	6.960	6.939
Máquinas e equipamentos	15	112.705	(61.661)	51.044	35.305
Veículos	19	43.049	(26.555)	16.494	17.735
Desapropriações	5	208.651	(66.839)	141.812	142.840
Instalações e edificações	5	242.448	(96.385)	146.063	145.169
Dispositivos de proteção e segurança	5	207.420	(102.148)	105.272	101.302
Pavimentos	12	1.780.758	(1.049.719)	731.039	688.928
Projetos e investimentos ambientais	5	163.028	(59.640)	103.388	101.291
Obras de arte especiais	5	604.022	(187.719)	416.303	411.224
Obras de arte correntes	5	353.913	(151.885)	202.028	198.003
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.810	(15.772)	15.038	15.006
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	66.485	(18.442)	48.043	46.538
Sinalizações	17	161.408	(122.790)	38.618	33.820
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	451.743	(152.821)	298.922	296.421
Obras preliminares e complementares	6	191.498	(87.420)	104.078	105.390
Sistemas operacionais	8	267.138	(155.447)	111.691	130.297
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	167.799	(58.994)	108.805	108.125
Imobilizações em andamento (1)	-	507.000	-	507.000	513.990
Adiantamento para imobilizado	-	72.265	-	72.265	61.878
		<u>5.646.214</u>	<u>(2.421.351)</u>	<u>3.224.863</u>	<u>3.160.201</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) As principais imobilizações em andamento em 31 de março de 2009 são as seguintes: na AutoBA, obras dos complexos Anhanguera e km 110 e implantação de marginais dos km 92 ao 98; na ViaOeste, implantação do entroncamento e estrada do marmeleiro; na NovaDutra, implantação de viaduto no km 292,77 e recuperação de taludes, terraplenos e drenagens; na RodoNorte, restauração e melhorias em diversos quilômetros da BR 376 e na ViaQuatro, a aquisição de equipamentos.

	31/12/08	31/03/09				
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	Custo
Móveis e utensílios	13.873	118	(88)	-	171	14.074
Máquinas e equipamentos	79.088	2.984	(917)	-	31.550	112.705
Veículos	42.668	24	(214)	-	571	43.049
Desapropriações	207.252	-	(433)	-	1.832	208.651
Instalações e edificações	238.354	47	-	-	4.047	242.448
Dispositivos de proteção e segurança	201.199	-	-	-	6.221	207.420
Pavimentos	1.698.461	-	-	-	82.297	1.780.758
Projetos e investimentos ambientais	158.927	-	-	-	4.101	163.028
Obras de arte especiais	590.920	-	-	-	13.102	604.022
Obras de arte correntes	345.638	12	-	-	8.263	353.913
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	30.518	-	-	-	292	30.810
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	64.067	-	-	(305)	2.723	66.485
Sinalizações	153.964	-	-	-	7.444	161.408
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	443.497	-	-	-	8.246	451.743
Obras preliminares e complementares	190.323	-	-	-	1.175	191.498
Sistemas operacionais	298.440	102	(1.274)	-	(30.130)	267.138
Imobilizado de Rodovias - Renovias	164.435	3.370	-	-	(6)	167.799
Imobilizações em andamento	513.990	147.077	(317)	-	(153.750)	507.000
Adiantamento para imobilizado	61.878	-	-	-	10.387	72.265
	<u>5.497.492</u>	<u>153.734</u>	<u>(3.243)</u>	<u>(305)</u>	<u>(1.464)</u>	<u>5.646.214</u>

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engellog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(2) Valor transferido para o ativo intangível e diferido.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/08	31/03/09				
	Depreciação	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	Depreciação
Móveis e utensílios	(6.934)	(294)	52	-	62	(7.114)
Máquinas e equipamentos	(43.783)	(3.308)	643	-	(15.213)	(61.661)
Veículos	(24.933)	(1.700)	116	-	(38)	(26.555)
Desapropriações	(64.412)	(2.541)	37	-	77	(66.839)
Instalações e edificações	(93.185)	(3.102)	-	-	(98)	(96.385)
Dispositivos de proteção e segurança	(99.897)	(2.251)	-	-	-	(102.148)
Pavimentos	(1.009.533)	(40.171)	-	-	(15)	(1.049.719)
Projetos e investimentos ambientais	(57.636)	(2.004)	-	-	-	(59.640)
Obras de arte especiais	(179.696)	(8.023)	-	-	-	(187.719)
Obras de arte correntes	(147.635)	(4.248)	-	-	(2)	(151.885)
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	(15.512)	(259)	-	-	(1)	(15.772)
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	(17.529)	(1.102)	-	189	-	(18.442)
Sinalizações	(120.144)	(2.646)	-	-	-	(122.790)
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	(147.076)	(5.746)	-	-	1	(152.821)
Obras preliminares e complementares	(84.933)	(2.487)	-	-	-	(87.420)
Sistemas operacionais	(168.143)	(4.903)	1.059	-	16.540	(155.447)
Imobilizado de Rodovias - Renovias	(56.310)	(2.684)	-	-	-	(58.994)
	<u>(2.337.291)</u>	<u>(87.469)</u>	<u>1.907</u>	<u>189</u>	<u>1.313</u>	<u>(2.421.351)</u>

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engellog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(2) Valor transferido para o ativo intangível e diferido.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Intangível

	Taxa média anual de amortização %	Controladora			
		31/03/09			31/12/08
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	477	(344)	133	147
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(9.185)	6.123	6.889
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	<u>16.569</u>	<u>(11.353)</u>	<u>5.216</u>	<u>6.136</u>
		<u>42.265</u>	<u>(26.437)</u>	<u>15.828</u>	<u>17.528</u>

	Taxa média anual de amortização %	Consolidado			
		31/03/09			31/12/08
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	25.990	(15.310)	10.680	11.281
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	11.161	(3.196)	7.965	8.106
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	251.709	(60.893)	190.816	194.295
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(9.185)	6.123	6.889
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	-	2.970	(2.970)	-	-
Ágio - CPC (e)	7,19	209.209	(12.453)	196.756	200.492
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	<u>16.569</u>	<u>(11.353)</u>	<u>5.216</u>	<u>6.136</u>
		<u>542.827</u>	<u>(120.915)</u>	<u>421.912</u>	<u>431.555</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do custo – consolidado

	31/12/08	31/03/09			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência (1)	Custo
Direitos de uso de sistemas informatizados	25.631	87	(8)	280	25.990
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	11.251	370		(460)	11.161
Ágio - ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	251.709
Ágio - STP (b)	9.911	-	-	-	9.911
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	15.308	-	-	-	15.308
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	2.970	-	-	-	2.970
Ágio - CPC (e)	209.209	-	-	-	209.209
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	<u>16.569</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.569</u>
	<u>542.558</u>	<u>457</u>	<u>(8)</u>	<u>(180)</u>	<u>542.827</u>

(1) Valor transferido para o ativo imobilizado e diferido.

Movimentação da amortização – consolidado

	31/12/08	31/03/09			
	Amortização	Adições	Baixas	Transferência (1)	Amortização
Direitos de uso de sistemas informatizados	(14.350)	(963)	4	-	(15.309)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.145)	(530)	-	479	(3.196)
Ágio - ViaOeste (a)	(57.414)	(3.479)	-	-	(60.893)
Ágio - STP (b) (*)	(5.555)	-	-	-	(5.555)
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	(8.419)	(766)	-	-	(9.185)
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	(2.970)	-	-	-	(2.970)
Ágio - CPC (e)	(8.717)	(3.736)	-	-	(12.453)
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	<u>(10.433)</u>	<u>(921)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.354)</u>
	<u>(111.003)</u>	<u>(10.395)</u>	<u>4</u>	<u>479</u>	<u>(120.915)</u>

(1) Valor transferido para o ativo imobilizado e diferido.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Conforme estipulado na deliberação CVM nº. 565 de 17 de dezembro de 2008, o ágio apurado na controlada em conjunto STP, por não ter vida útil definida, deixou de ser amortizado a partir de Janeiro de 2009.

Os demais ágios têm vida útil definida e por isso continuam sendo amortizados linearmente e são submetidos periodicamente a teste de recuperabilidade.

a. *Ágio - ViaOeste*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. *Ágio - STP*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago as outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. *Ágio - Parques e RodoNorte*

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

d. *Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP*

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

e. *Ágio - CPC*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. *Ágio - Aquisição de quinhão consorcial*

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2010. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Financiamentos e empréstimos

		Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo custos de transação a apropriar	Vencimentos	Consolidado	
		Taxas Contratuais				31/03/09	31/12/08
Em moeda nacional							
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a. e 2,12% a.a.	-	-	- Fevereiro de 2017	149.828	42.472
1.1	Unibanco - União de Bancos Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	- Janeiro de 2012	23.424	25.483
1.1	Banco Bradesco S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	- Janeiro de 2012	15.616	16.989
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	- Janeiro de 2012	7.808	8.494
1.2	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,5% a.a.	-	-	- Fevereiro de 2009	-	2.142
1.3	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	- Novembro de 2010	43.981	50.562
1.7	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7% a.a.	-	-	- Agosto de 2013	1.419	1.334
1.8	Unibanco, Bradesco e Ford Credit	TJLP + 3% a.a.	-	-	- Julho de 2012	4.233	4.559
1.9	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	-	-	- Abril de 2011	1.564	1.732
1.10	Banco Bradesco BBI S.A	CDI + 1,18 % a.a.	0,9503% (a)	814	191 Abril de 2009	239.373	139.739
1.10	Banco Santander S.A.	CDI + 1,18 % a.a.	0,9503% (a)	407	95 Abril de 2009	119.580	69.733
1.10	Banco ABN Amro Real S.A.	CDI + 1,18% a.a	0,9503% (a)	407	95 Abril de 2009	119.580	69.674
1.10	Banco Alfa de Investimentos S.A.	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	- Maio de 2009	104.694	101.439
1.10	Banco do Nordeste do Brasil S.A	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	- Maio de 2009	104.854	101.466
1.10	Banco Société Générale Brasil S.A	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	- Maio de 2009	52.375	50.746
1.10	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	- Maio de 2009	33.733	32.985
1.10	Banco UBS Pactual S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	- Maio de 2009	384.919	372.950
1.11	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a. e 5% a.a.	-	-	- Dezembro de 2011	19.733	22.827
1.11	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 0,275% a.m.	-	-	- Junho de 2011	7.156	7.666
1.11	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 5,3% a.a. e 5,5% a.a.	-	-	- Julho de 2009	7	18
Subtotal moeda nacional						1.433.877	1.123.010
Em moeda estrangeira							
1.3	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	Cesta de moedas + 5% a. a.	-	-	- Janeiro de 2011	4.289	4.914
1.4	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	-	-	- Agosto de 2010	88.905	100.479
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 6,13% a.a.	-	-	- Julho de 2009	34.058	33.663
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 6,13% a.a.	-	-	- Julho de 2009	26.763	26.453
1.6	HSBC Bank Brasil S.A.	US\$ + 5,05% a.a. e US\$ + 5,9%a.a.	-	-	- Maio de 2009	69.838	69.655
1.12	Inter-American Development Bank - BID	ABR - Prime +1,9% a.a. 2,5% a.a.	2,2009% (a)	7.886	7.793 Fevereiro de 2020	96.643	97.998
1.12	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 2,2% a 2,8% a.a.	2,2009% (a)	2.228	2.201 Fevereiro de 2023	27.861	28.220
Subtotal moeda estrangeira						348.357	361.382
Total de financiamentos e empréstimos						1.782.234	1.484.392
Circulante							
Financiamentos e empréstimos						1.363.515	1.145.066
Custo da transa��o						(1.183)	(988)
Total						1.362.332	1.144.078
Não circulante							
Financiamentos e empréstimos						429.095	348.665
Custo da transa��o						(9.193)	(8.351)
Total						419.902	340.314

- (a) O custo efetivo destas transa  es refere-se aos custos de transa  o incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquida  o dos juros e principal dar-se-   no final da opera  o e na data de cada transa  o não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transa  o. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma opera  o possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado	
	31/03/09	31/12/08
2010	146.964	177.470
2011	64.966	61.877
2012	30.200	24.107
2013	66.862	24.531
Após 2013	<u>120.103</u>	<u>60.680</u>
Total	<u>429.095</u>	<u>348.665</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6 % a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1. AutoBAn

Em 10 de julho de 2000 a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 120.000, sendo parte direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris (ABN Amro Real).

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5,0% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 31 de março de 2009 era de R\$ 119.500.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao BID, IFC e BNDES, que foram liquidados antecipadamente em 11 de maio 2006. Entretanto, mantêm-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Os juros adicionais correspondentes a 2004, 2005 e 2006 foram assim pagos: em 01 de outubro de 2008, R\$ 742 ao BNDES; em 15 de janeiro de 2009, R\$ 722 ao BID e; em 14 de janeiro de 2009, R\$ 480 ao IFC. Os valores correspondentes ao ano de 2007 foram assim pagos: em 16 de março de 2009, R\$ 2.091 ao BNDES; em 26 de março de 2009, R\$ 1.714 ao BID e; em 17 de março de 2009, R\$ 1.214 ao IFC.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

A controlada provisionou, até 31 de março de 2009, o montante de R\$ 11.970 para o cumprimento dessa obrigação.

Em 05 de fevereiro de 2009 a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 267.353 com o BNDES. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,12% a.a. mais TJLP.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O principal será amortizado em 72 parcelas mensais a partir do dia 15 de Março de 2011, sendo que a última parcela será paga em 15 de Fevereiro de 2017.

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano, entre 15 de Maio de 2009 e 15 de Fevereiro de 2011. A partir de 15 de Março de 2011 os juros serão pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de Fevereiro de 2017.

Em 27 de fevereiro de 2009 foi liberada a primeira parcela do financiamento, no valor de R\$ 110.000,00.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas delas decorrentes;
- Penhor de todas as ações emitidas pela controlada;
- Manter, durante a vigência do Contrato, o seguinte índice apurado trimestralmente: (Patrimônio Líquido + Dividendos a Pagar) / Ativo Total: igual ou maior que 20% (vinte por cento).

1.2. NovaDutra

Em 09 de agosto de 2004 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R\$ 39.377. Sobre o principal da dívida incidiram juros de 4,5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

Esse contrato foi amortizado em 42 prestações mensais, entre 15 de setembro de 2005 e 15 de fevereiro de 2009, e suas respectivas cláusulas restritivas extintas.

1.3. RodoNorte

Em 01 de novembro de 2001 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R\$ 169.301, dividido em subcrédito A e B, com valores respectivos de R\$ 16.930 e R\$ 152.371.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incide taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES, na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incide juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais, entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B, também será em 84 prestações mensais, entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BNDES e do Agente Fiduciário, qualquer dívida exceto as abaixo listadas: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com os Patrocinadores; (ii) empréstimo de capital de giro que não excedam o montante de R\$ 10.000 e; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos até o limite de R\$ 30.000.
- Não distribuir dividendos antes da Conclusão Técnica e Financeira do Projeto e do atingimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,3.
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou prestar outra forma de garantia no mesmo montante. Em 31 de março de 2009 o saldo da conta reserva é de R\$ 12.801 e o montante de fiança bancária é de R\$ 66.000.

Em 27 de dezembro de 2007 a RodoNorte obteve a Conclusão Técnica e Financeira do Projeto, e a partir daquela data está livre para distribuir dividendos aos acionistas.

1.4. ViaLagos

Em 11 de novembro de 2005 a controlada firmou contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., com encargos financeiros de 106,4% do CDI e vencimentos trimestrais, entre 11 de maio de 2006 e 11 de novembro de 2011, garantidos por fiança da controlada.

Esse contrato foi liquidado em 05 de setembro de 2007 através da contratação de novo empréstimo no valor de R\$ 68.000, na mesma data, com a mesma instituição financeira, com vencimento em parcela única, em 20 de agosto de 2010.

O empréstimo de 05 de setembro de 2007 foi realizado em Ienes e possui encargos financeiros de 5,8225% a.a., tendo como referência para sua liquidação a cotação do Iene de

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 dias antes da data de seu vencimento (Iene D-2). Foi realizado hedge (swap) com taxa de 103,20% do CDI.

1.5. Ponte

Em 26 de julho de 2005 a controlada firmou um contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., no montante de US\$ 13.999 mil, com encargos financeiros de 3,75% a.a., vinculado a uma operação de hedge (swap) à taxa de 104,5% do CDI, com vencimento para 16 de julho de 2007. Na data do vencimento, ocorreu a liquidação dos juros e do hedge (swap) e aditou-se o contrato, prorrogando seu vencimento para 14 de julho de 2008, com juros de 6,3713% a.a. e nova contratação de hedge (swap) à taxa de 103,40% da variação do CDI.

Em 16 de julho de 2007 a controlada firmou um contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A. para liquidação do hedge (swap) do contrato citado acima, no montante de US\$ 11.001 mil, com encargos financeiros de 6,3713% a.a., com vencimento para 14 de julho de 2008.

Em 14 de julho de 2008, esses dois empréstimos foram prorrogados para 14 de julho de 2009, com juros de 6,13% a.a. e com alteração da taxa do hedge (swap) para 109,70% da variação do CDI.

1.6. CCR-USA, LLC

Em 16 de novembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US\$ 26.500 mil, com encargos financeiros de 5,05% a.a., com a finalidade de integralização de capital na concessionária Northwest Parkway, em Denver, Estados Unidos da América. O vencimento do principal e dos juros, em parcela única, será em 11 de maio de 2009.

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US\$ 1.700 mil, com encargos financeiros de 5,90% a.a., com a finalidade de complementar a integralização de capital na concessionária Northwest Parkway e reforço do capital de giro. O vencimento do principal e dos juros, em parcela única, será em 11 de maio de 2009.

Por se tratar de operações realizadas nos Estados Unidos da América não foram contratados hedges para estes empréstimos.

1.7. FINAME com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP

Em 01 de julho de 2008 a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 421, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 02 de julho de 2008 a controlada RodoNorte firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 706, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

Em 04 de agosto de 2008 a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 186, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

Em 10 de outubro de 2008 a controlada NovaDutra firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 453, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

1.8. FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 28 de junho de 2007 a controlada RodoNorte firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R\$ 2.432, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 e em 16 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou três contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R\$ 1.160, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de maio de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada Nova Dutra firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, Ford Credit e Unibanco, no valor total de R\$ 2.920, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto-socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.9. FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006 a controlada ViaOeste firmou dois contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R\$ 1.836, com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

1.10.RodoAnel

Em 01 de outubro de 2008, 03 de novembro de 2008 e 11 de março de 2009 a controlada firmou contratos de coordenação, colocação e distribuição pública de notas promissórias comerciais da segunda, terceira e quarta emissões, respectivamente.

A segunda emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco, Santander e ABN, totalizando o valor da oferta em R\$ 460.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor de R\$ 5.750 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R\$ 23.000) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R\$ 437.000) garantidas por aval da CCR. Essa emissão foi liquidada em sua totalidade em 13 de abril de 2009.

A terceira emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos ABC Brasil S.A. e UBS Pactual S.A., totalizando o valor da oferta em R\$ 650.000, equivalente a 1.300 notas promissórias, no valor de R\$ 500 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 65 notas promissórias (R\$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 1.235 notas promissórias (R\$ 617.500) garantidas por aval da CCR.

A quarta emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco BBI S/A. e Santander S/A, totalizando o valor da oferta em R\$ 650.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor de R\$ 8.125 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R\$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R\$ 617.500) garantidas por aval da CCR.

O valor nominal das notas promissórias não será atualizado. Sobre os valores das mesmas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a. para a segunda oferta, 1,25% a.a. para a terceira oferta e 1,18% a.a. para a quarta oferta. Essa remuneração será paga integralmente na data de vencimento.

As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias contados da primeira data de emissão.

1.11 CPC - Renovias

Em 10 de março de 1999 a controlada em conjunto Renovias firmou o contrato de abertura de crédito nº 98.2.586.3.1 no valor total de R\$ 91.271, junto ao BNDES, subdividido em dois subcréditos:

A) R\$ 53.305 à taxa de juros de 5% a.a., mais a TJLP com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

entre 15 de março de 1999 e 15 de setembro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de outubro de 2002.

B) R\$ 37.966 à taxa de juros de 5% a.a., mais a TJLP com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de março de 2002 e 15 de março de 2005 e, mensalmente, a partir do dia 15 de abril de 2005.

A amortização do principal relativo ao subcrédito "A" foi paga em setenta e duas prestações mensais e sucessivas, entre 15 de outubro de 2002 e 15 de setembro de 2008 e a do subcrédito "B" foi paga em quarenta e oito prestações mensais e sucessivas, entre 15 de abril de 2005 e 15 de março de 2009.

Em 15 de março de 2009 foi liquidado e suas respectivas cláusulas restritivas extintas.

Em 04 de dezembro de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou outro contrato de abertura de crédito, sendo este de nº. 06.2.0877.1 junto ao BNDES, no valor total de R\$ 53.202.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2006 e 15 de dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2009, inclusive.

A amortização do principal será paga em trinta e seis prestações mensais e sucessivas, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para ambos os contratos de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Manter em conta reserva o equivalente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, até cento e quatorze meses após a assinatura do contrato e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos seis meses do contrato. Entre o 73º e o 102º mês será exigida também em complementação ao saldo mínimo exigido, fiança bancária, garantindo o equivalente ao valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida decorrente do contrato. Em 31 de março, o saldo da conta reserva era de R\$ 1.207, valor suficiente para o contrato nº. 06.2.0877.1.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo, para efeito do cálculo, o valor lançado com ônus fixo da concessão constante do passivo total, e
- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos contratos já firmados após a celebração do contrato nº.06.2.0877.1, cujo valor acumulado supere R\$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 13 de julho de 2006 a controlada em conjunto Renovias firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 26.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A.

Sobre o principal da dívida incidem juros calculados conforme Taxa DI-Cetip Over, divulgada pela CETIP, acrescida de 0,275% ao mês.

A amortização do principal será paga em cinquenta e nove prestações mensais e sucessivas, entre 17 de agosto de 2006 e 17 de junho de 2011.

A principal garantia e cláusula restritiva deste contrato de financiamento é a cessão fiduciária dos direitos de crédito perante a CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A e o Banco Itaú S/A, (“Devedores dos Recebíveis”).

1.12. ViaQuatro

Em 14 de julho de 2008, a controlada firmou um contrato de abertura de crédito em dólares norte-americanos, mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de US\$ 28.069 mil, à taxa de juros de 5,55% a.a. sem hedge e com pagamento em parcela única, com vencimento em 12 de setembro de 2008. Nessa data o contrato foi aditado para 13 de outubro de 2008, à taxa de juros de 5,4% a.a. O contrato foi aditado novamente para 28 de outubro de 2008, à taxa de 5,2% a.a., data em que foi liquidado.

Em 18 de setembro de 2008, foram contratadas operações de hedge (swap) junto ao HSBC Bank Brasil S.A., com taxa de 78,9% (US\$ 25.022 mil) e 75% (US\$ 3.072 mil) do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2008. Nessa data o contrato foi aditado para 28 de outubro de 2008, com taxa de 125% do CDI e liquidado na data.

Em 28 de outubro de 2008, a controlada firmou um contrato de empréstimo de capital de giro, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de R\$ 64.671, à taxa de juros de 125% do CDI, com vencimento em 11 de novembro de 2008. Nesta data o contrato foi aditado para 1º de dezembro de 2008, à taxa de 127,5% do CDI e foi liquidado na data.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 11 de novembro de 2008, a controlada firmou um contrato de empréstimo de capital de giro, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de R\$ 329, à taxa de juros de 127,5% do CDI, com vencimento em 1º de dezembro de 2008, sendo liquidado nessa data.

Em 7 de outubro de 2008, a controlada ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- Empréstimo BID A (Fase I):
 - Valor: US\$ 69.200 mil;
 - Prazo total: 15 anos;
 - Custo:
 - Libor +2,20% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
 - Libor +2,50% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
 - Libor +2,80% a.a.: a partir do início da operação da Fase II.
- Empréstimo BID A (Fase II):
 - Valor: US\$ 59.500 mil;
 - Prazo e custo: condições de mercado no momento da Fase II.
- Empréstimo BID B (somente Fase I):
 - Valor: US\$ 240.000 mil;
 - Prazo total: 12 anos;
 - Custo:
 - Libor +1,90% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
 - Libor +2,20% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
 - Libor +2,50% a.a.: a partir do início da operação da Fase II;

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes. Estão sendo negociados hedges de acordo com as disposições previstas no contrato de financiamento, a saber:

- Hedge de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após esta data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento.
- Hedge de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar esteja acima de R\$ 2,40. Após a entrega das obras de infra-estrutura, deverá ser hedgeado 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa em substituição a Libor quando:

- Em razão de circunstância que afetam o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão;
- Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID por escrito que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da controlada, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada, a não ser aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R\$ 7.500;
- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;
- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio após a Conclusão do Projeto, se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o seguinte índice:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

16 Debêntures

Taxas Contratuais % a.a.	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo custos de transação a apropriar	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
					31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Debêntures								
1.1 IGP-M + 11% a.a.	11,2495% (a)	886	40	Maio de 2010	-	-	57.088	56.107
1.2 IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.468	89	Julho de 2010	-	-	49.945	49.261
1.2 IGP-M + 9,5% a.a.	10,0254% (a)	1.469	144	Julho de 2010	-	-	29.697	29.269
1.3 105% do CDI	0,2388% (b)	1.600	268	Março de 2011	75.460	117.367	75.460	117.367
1.3 100% CDI +1,6% a.a.	0,3499% (b)	1.046	524	Setembro de 2009	321.317	310.788	321.317	310.788
1.3 14,75% a.a.	15,5213% (b)	17.531	17.308	Dezembro de 2018	500.190	483.015	500.190	483.015
1.4 IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793% (a)	877	460	Abril de 2014	-	-	98.315	128.656
1.4 IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759% (a)	877	463	Abril de 2013	-	-	124.149	122.183
1.4 103,3 do CDI	1,1846% (b)	2.809	991	Abril de 2012	-	-	268.264	323.447
1.5 IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (b)	2.427	1.674	Julho de 2015	-	-	196.111	194.263
1.5 IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (b)	2.427	1.631	Janeiro de 2015	-	-	184.890	183.181
1.5 104,5 do CDI	0,2917% (a)	3.676	2.353	Julho de 2015	-	-	247.577	240.164
Total					896.967	911.170	2.153.003	2.237.701
Circulante								
Debêntures					377.566	354.821	657.680	622.609
Custo da transação					(1.879)	(2.121)	(4.448)	(4.854)
Total					375.687	352.700	653.232	617.755
Não circulante								
Debêntures					537.500	575.000	1.521.268	1.642.332
Custo da transação					(16.220)	(16.530)	(21.497)	(22.386)
Total					521.280	558.470	1.499.771	1.619.946

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Não foram considerados para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
2010	-	37.500	225.516	342.936
2011	37.500	37.500	265.361	266.223
2012	-	-	182.959	183.821
2013	-	-	138.055	138.918
Após 2013	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>	<u>709.377</u>	<u>710.434</u>
Total	<u>537.500</u>	<u>575.000</u>	<u>1.521.268</u>	<u>1.642.332</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1.1 RodoNorte

Em 1º de maio de 2001 a controlada emitiu trezentos e quarenta debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R\$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total atualizado monetariamente de R\$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em taxa de juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, que será pago em nove parcelas anuais, entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorre em sete parcelas anuais, entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010. A primeira parcela, no valor correspondente a 10% do valor nominal, na data de emissão e as demais, no valor correspondente a 15% do valor nominal, também na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias, cessão de indenização dos seguros contratados, caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras e cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.3 da nota explicativa nº.15.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004 a controlada emitiu dezoito mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de nove mil debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R\$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.
- Segunda série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2 da nota explicativa nº.15.

1.3 CCR

- Em 1º de março de 2005 a Companhia emitiu quinze mil debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R\$ 152.733.

A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 26 de setembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$ 300.000.

A remuneração da debênture é baseada em 100% da variação do CDI e spread de 1,60% a.a.

O valor nominal da debênture será pago em parcela única, com vencimento em 26 de setembro de 2009.

- Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$ 500.000.

A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a.

O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;
- Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente, a critério da emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos na escritura de debênture.

1.4 AutoBAn

Em 1º de abril de 2006 a controlada emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R\$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
 - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014. Os juros com vencimento em 1º de abril de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008.
- Segunda série:
 - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
 - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013. Os juros com vencimento em 1º de outubro de 2008 foram liquidados em 30 de setembro de 2008.
- Terceira série:
 - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012.
 - Juros: semestralmente entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012. Os juros com vencimento em 1º de abril de 2008 e 1º de outubro de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008 e 30 de setembro 2008.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

1.5 ViaOeste

Em 1º de julho de 2007 a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas, (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R\$ 50.000, (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação e (b) seja observado o limite estabelecido no item “a”, parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures e outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI's.

Cada UI é um instrumento patrimonial que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (vesting), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005 e o Plano 2 no ano de 2007. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVV's. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UI's ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs imediatamente ao término do período de vesting, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UI's serão automaticamente resgatadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico.

A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas informações trimestrais, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI's, durante o período a que estas informações trimestrais se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 987 no 1º trimestre de 2009.

A prática contábil anterior da Companhia consistia em reconhecer mensalmente, de maneira proporcional, o montante máximo de UI's resgatáveis no exercício seguinte, levando-se em conta o valor intrínseco estimado da UVV de resgate. A partir do encerramento do exercício de 2008, passou-se a adotar o provisionamento durante o período de *vesting*, apurando-se o valor justo dos montantes relativos ao plano de incentivo, bem como divulgação detalhada de seus critérios. O saldo, nesse sentido, em 31 de março de 2009 era de R\$ 14.674 (R\$ 13.687 em 31 de dezembro de 2008).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldo Total em 31.12.08		Saldo Prov. c/ Passivo em 31.12.08		Outorga entre 01.01 e 31.03.2009		Canceladas entre 01.01 e 31.03.09	
	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08
Plano 1 Programa 1 (2005)	49.534	52.96	49.534	52.96	-	-	-	-
Plano 1 Programa 2 (2005)	58.837	57.38	58.837	57.38	-	-	-	-
Plano 1 Programa NN (2005)	33.964	59.41	33.964	59.41	-	-	-	-
Plano 1 Programa 3 (2006)	67.431	49.30	67.431	49.30	-	-	-	-
Plano 2 Programa 4 (2007)	377.464	12.87	153.141	11.35	-	-	-	-
Plano 2 Programa 5 (2008)	336.843	12.82	76.451	10.86	-	-	-	-
Custo aquisição UI's	-	-	-	(224)	-	-	-	-
Total	924.073	20.296	439.358	13.687	-	-	-	-
	Exercícios entre 01.01 e 31.03.2009		Saldo Total em 31.03.09		Exercícios em junho de 2009		Saldo Prov. c/ passivo em 31.03.09	
	Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R\$)	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08
Plano 1 Programa 1 (2005)	-	-	49.534	52.96	49.534	52.96	49.534	52.96
Plano 1 Programa 2 (2005)	-	-	58.837	57.38	39.598	52.96	58.837	57.38
Plano 1 Programa NN (2005)	-	-	33.964	59.41	21.114	55.62	33.964	59.41
Plano 1 Programa 3 (2006)	-	-	67.431	49.30	22.477	38.71	67.431	49.30
Plano 2 Programa 4 (2007)	-	-	377.464	12.87	-	-	209.222	12.13
Plano 2 Programa 5 (2008)	-	-	336.843	12.82	-	-	91.503	11.12
Custo aquisição UI	-	-	-	-	-	-	-	(224)
Total	-	-	924.073	20.296	132.723	-	510.491	14.674

VJUMP (R\$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais
Totais em milhares

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados, conforme fórmula informada acima.	R\$ 111,12 para os programas do Plano 1 e R\$ 30,35 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, com correções futuras estimadas, ambos de acordo com os critérios mencionados acima.	Para os programas 1, 2 e NN1, R\$ 52,80 para 2009 e R\$55,43 para 2010
		Para o programa 3, R\$70,97 para 2009, R\$74,50 para 2010 e R\$77,89 para 2011
		Para o programa 4, R\$25,55 para 2010, R\$26,70 para 2011 e R\$27,90 para 2012
		Para o programa 5, R\$31,26 para 2011, R\$32,65 para 2012 e R\$34,09 para 2013
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta informação trimestral e prazo de resgate da tranche de cada Programa, conforme informado acima.	180 dias para os resgates de 2009 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data base desta informação trimestral.	2,66% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base desta informação trimestral.	3,43% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base desta informação do CDI para os períodos em análise obtida no site do Banco Central do Brasil.	12,20% (2009), 11,70% (2010), 11,00% (2011), 10,60% (2012) e 10,50% (2013)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração desta informação trimestral.	2,21%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração desta demonstração financeiras.	68,09% no primeiro ano e 53,62% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Circulante				
COFINS	72	145	31.279	31.345
ISS	34	89	14.532	15.684
PIS	-	-	7.532	8.036
IRRF	-	-	2.036	4.506
Outros	<u>84</u>	<u>87</u>	<u>3.279</u>	<u>3.709</u>
	<u>190</u>	<u>321</u>	<u>58.658</u>	<u>63.280</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não circulante

COFINS	-	-	18.726	21.551
PIS	-	-	7.336	8.367
CSLL	-	-	1.078	1.172
IRPJ	-	-	216	281
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.356</u>	<u>31.371</u>

Em fevereiro de 2006, a AutoBAn e NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005, sobre a majoração da alíquota do PIS e COFINS. O parcelamento foi deferido em sessenta parcelas, com pagamento da primeira parcela em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic.

Em maio de 2008, a AutoBAn obteve junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o deferimento de parcelamento de passivos contingentes decorrentes de alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e de majoração da alíquota de COFINS, de 2% para 3%, referente ao período de 03/1999 a 09/2000. Esse parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, atualizadas mensalmente pela variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Circulante				
Comissões a pagar	-	-	8.086	11.970
Receitas acessórias a apropriar	-	-	11.716	9.969
Verbas contratuais	-	-	6.081	5.972
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Seguros a pagar	-	-	2.635	3.408
Outros	<u>74</u>	<u>74</u>	<u>4.124</u>	<u>3.662</u>
	<u>74</u>	<u>74</u>	<u>36.250</u>	<u>38.589</u>
Não circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.670	2.853
Outros	<u>899</u>	<u>899</u>	<u>899</u>	<u>899</u>
	<u>899</u>	<u>899</u>	<u>3.569</u>	<u>3.752</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/03/09	31/12/08
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	96	212
Trabalhistas e previdenciárias	<u>1.410</u>	<u>2.284</u>
	<u>1.506</u>	<u>2.496</u>
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	6.473	6.405
Trabalhistas e previdenciárias	579	571
Tributárias	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>7.074</u>	<u>6.998</u>

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 194.337, em 31 de março de 2009 (R\$ 192.488 em 31 de dezembro de 2008), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAn, RodoNorte, ViaOeste, Ponte e ViaLagos contrataram fianças bancárias no montante de R\$ 107.170 para os processos em andamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Arrendamento mercantil

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos 31/03/09	Pagamentos futuros mínimos 31/12/08
Até um ano	3.559	3.969
Acima de um ano e até cinco anos	176	156

A Companhia opera com 388 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	31/03/09	31/03/08
Despesas com arrendamento mercantil operacional	1.928	1.580

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

b. Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, que será submetida à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como hedges exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de 100 % dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vencidos nos próximos 12 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento, a exemplo do BID para a ViaQuatro.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora							
	31/03/09		31/12/08					
	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	723.922	-	723.922	-	774.477	-	774.477
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	-	-	-	-	82	82
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	(896.967)	(896.967)	-	-	(911.170)	(911.170)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(3.400)	(3.400)	-	-	(5.619)	(5.619)
Total	<u>-</u>	<u>723.922</u>	<u>(900.367)</u>	<u>(176.445)</u>	<u>-</u>	<u>774.477</u>	<u>(916.707)</u>	<u>(142.230)</u>
	Consolidado							
	31/03/09		31/12/08					
	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	1.043.447	-	1.043.447	-	997.856	-	997.856
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	14.096	-	14.096	-	2.428	-	2.428
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	100.030	100.030	-	-	103.912	103.912
Contas a receber com operações de hedge	39.883	-	-	39.883	51.860	-	-	51.860
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(1.166.264)	(1.166.264)	-	-	(946.398)	(946.398)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(219.564)	(219.564)	-	-	(230.250)	(230.250)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(267.613)	(267.613)	-	-	(176.612)	(176.612)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(128.793)	(128.793)	-	-	(131.132)	(131.132)
Debêntures	-	-	(2.153.003)	(2.153.003)	-	-	(2.237.701)	(2.237.701)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(160.750)	(160.750)	-	-	(201.966)	(201.966)
Contas a pagar de operações de hedge	(558)	-	-	(558)	(765)	-	-	(765)
Total	<u>39.325</u>	<u>1.057.543</u>	<u>(3.995.957)</u>	<u>(2.899.089)</u>	<u>51.095</u>	<u>1.000.284</u>	<u>(3.820.147)</u>	<u>(2.768.768)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/09		31/12/08		31/03/09		31/12/08	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	723.922	723.922	774.477	774.477	1.043.447	1.043.447	997.856	997.856
Conta reserva	-	-	-	-	14.096	14.096	2.428	2.428
Contas a receber	-	-	82	82	100.030	100.030	103.912	103.912
Fornecedores e Outras contas a pagar	3.400	3.400	5.619	5.619	160.750	160.750	201.966	201.966
Empréstimos	-	-	-	-	1.386.209	1.391.890	1.185.987	1.187.531
Debêntures	915.067	900.126	929.821	917.958	2.178.948	2.171.709	2.264.941	2.244.403
Financiamentos	-	-	-	-	406.400	406.400	307.744	307.744

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** – São classificadas como mantidas até o vencimento e mensuradas pelo método do custo amortizado.
- **Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo método do custo amortizado. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e tem volume insignificante de transações em um mercado secundário, não proporcionando, de acordo com entendimento da Administração da Companhia, informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA.
- **Empréstimos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado. Esta classificação foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e no entendimento da Administração, os valores mensurados ao custo amortizado refletem a informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, os empréstimos tiveram seus valores justos calculados com base nas projeções de índices futuros divulgados pela BM&F.
- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, UMBNDES – Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou à LIBOR. Conforme descrito na nota explicativa nº. 15 esses financiamentos são relativos a operações de “Project Finance” (financiamentos do BNDES e BID).

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, (2) da TJLP e CDI relativos a empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa a empréstimo em reais tomado com o BNDDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 15 e 16.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

<u>Controladas</u>	<u>Índices de atualização (variação)</u>
AutoBan	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge (Swap)* para mitigar esses riscos.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA), ao Iene (Japão) e ao Peso Mexicano (México), equivalentes em 31 de março de 2009, a R\$ 358.351 (R\$ 361.382 em 31 de dezembro de 2008) (nota explicativa nº. 15). Desse montante, as controladas contrataram operações de *hedge (Swap)* no valor de R\$ 115.155 (R\$ 200.787 em 31 de dezembro de 2008). O restante não está protegido por operações de *hedge (swap)* por se tratar da aplicação de recursos captados e investidos no exterior, exceto o montante de R\$ 4.289, referente ao empréstimo vinculado à cesta de moedas do BNDES na controlada RodoNorte, bem como o financiamento do BID na controlada em conjunto ViaQuatro, que está em fase de negociação, com amortização do principal a partir de 2013.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos com caráter especulativo, tampouco, os nomeados, instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Companhia (controladora) não contratou instrumentos financeiros derivativos no período de 31 de março de 2009 e no exercício de 2008.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia são relativos a contratos de *hedge (swap)* de dólar norte-americano (USD), Euros (EUR) e Ienes japoneses (JPY) por CDI.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo, por não ter atendido todas as condições para contabilização como hedge (hedge accounting). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F, relativo ao último dia útil imediatamente anterior à data do balanço, respeitando o prazo restante de cada operação, quando as operações protegem variações no dólar americano, ou por cálculo equivalente ao do cupom limpo em USD para as operações em outras moedas estrangeiras (Euro e Iene). Os valores justos foram determinados com base na curva ativa dos contratos, tendo sido adotado como valor justo para a curva passiva, os valores contábeis originais registrados pela curva. Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial (hedge)

						Valores de Referência (Nocional)				Valor Justo						
						Contraparte	Tipo de hedge	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local	
											31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008
Ponte																
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a.	13.999	13.999	34.058	33.663	34.465	34.121					
Posição passiva					109,7% do CDI			(24.723)	(23.961)	(24.723)	(23.961)					
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a.	11.001	11.001	26.763	26.453	27.082	26.813					
Posição passiva					109,7% do CDI			(19.428)	(18.828)	(19.428)	(18.828)					
ViaLagos																
Posição ativa	Banco do Brasil	Valor Justo	05/09/2007	20/08/2010	JPY + 5,8225%	4.032.258	4.032.258	88.905	100.479	93.078	102.539					
Posição passiva					103,2% do CDI			(71.004)	(68.942)	(71.004)	(68.942)					
ViaQuatro																
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a.	2.136	-	-	7.062	-	7.073					
Posição passiva					100% do CDI			-	(6.967)	-	(6.967)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	03/02/2009	USD + 1,70% a.a.	3.533	-	-	8.263	-	8.272					
Posição passiva					100% do CDI			-	(8.482)	-	(8.483)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/02/2009	USD + 1,80% a.a.	108	-	-	253	-	253					
Posição passiva					100% do CDI			-	(259)	-	(259)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	19/02/2009	USD + 2,15% a.a.	3.536	-	-	8.264	-	8.278					
Posição passiva					100% do CDI			-	(8.482)	-	(8.483)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	USD + 2,2% a.a.	1.979	-	-	4.631	-	4.638					
Posição passiva					100% do CDI			-	(4.753)	-	(4.753)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/03/2009	USD + 2,7% a.a.	742	-	-	1.737	-	1.741					
Posição passiva					100% do CDI			-	(1.782)	-	(1.782)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	02/04/2009	USD + 3,30% a.a.	3.533	-	8.290	8.269	8.290	8.297					
Posição passiva					100% do CDI			(8.728)	(8.482)	(8.728)	(8.483)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a.	73	-	-	240	-	240					
Posição passiva					100% do CDI			-	(237)	-	(237)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	31/03/2009	EUR + 4,1% a.a.	73	-	-	240	-	240					
Posição passiva					100% do CDI			-	(237)	-	(237)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/04/2009	EUR + 4,6% a.a.	73	-	226	240	227	240					
Posição passiva					100% do CDI			(244)	(237)	(244)	(237)					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	30/04/2009	EUR + 0,4% a.a.	2.968	-	9.127	-	9.087	-					
Posição passiva					100% do CDI			(9.039)	-	(9.039)	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	31/03/2009	30/04/2009	USD + 12% a.a.	3.528	-	8.219	-	8.281	-					
Posição passiva					100% do CDI			(8.219)	-	(8.219)	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	23/03/2009	23/04/2009	USD + 1,6% a.a.	3.536	-	8.239	-	8.239	-					
Posição passiva					100% do CDI			(7.999)	-	(7.999)	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	11/05/2009	USD+ 0,7% a.a.	706	-	1.647	-	1.644	-					
Posição passiva					100% do CDI			(1.703)	-	(1.703)	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	13/03/2009	14/04/2009	USD + 9% a.a.	742	-	1.737	-	1.746	-					
Posição passiva					100% do CDI			(1.728)	-	(1.728)	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	04/02/2009	03/03/2009	USD + 1% a.a.	3.528	-	-	-	-	-					
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/02/2009	23/03/2009	USD + 5% a.a.	3.536	-	-	-	-	-					
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	20/03/2009	EUR + 0,6% a.a.	351	-	-	-	-	-					
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	03/03/2009	31/03/2009	USD + 1,3% a.a.	3.528	-	-	-	-	-					
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-					
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/01/2009	EUR + 2,9% a.a.	73	-	-	240	-	239					
Posição passiva					100% do CDI			-	(237)	-	(237)					

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Contraparte	Tipo de hedge	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
						Moeda Local - Recebidos (Pagos)		Valores a receber (recebido)		Valores a pagar (pago)		Efeito acumulado ganho / (Perda)	
						31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/3/2008
Ponte													
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a. 109,7% do CDI	-	-	9.742	10.160	-	-	(418)	(355)
Posição passiva													
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a. 109,7% do CDI	-	-	7.654	7.985	-	-	(331)	(279)
Posição passiva													
ViaLagos													
Posição ativa	Banco do Brasil	Valor Justo	05/09/2007	20/08/2010	JPY + 5,8225% 103,2% do CDI	-	(1.666)	22.074	33.597	-	(1.666)	(11.523)	(3.289)
Posição passiva													
ViaQuatro													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a. 100% do CDI	(647)	-	-	106	(647)	-	(753)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	03/02/2009	USD + 1,70% a.a. 100% do CDI	(266)	-	-	-	(266)	211	(55)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/02/2009	USD + 1,80% a.a. 100% do CDI	(15)	-	-	-	(15)	6	(9)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	19/02/2009	USD + 2,15% a.a. 100% do CDI	(329)	-	-	-	(329)	205	(124)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	USD + 2,2% a.a. 100% do CDI	(170)	-	-	-	(170)	115	(55)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/03/2009	USD + 2,7% a.a. 100% do CDI	(95)	-	-	-	(95)	41	(54)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	02/04/2009	USD + 3,30% a.a. 100% do CDI	-	-	-	-	438	186	(252)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a. 100% do CDI	(22)	-	-	3	(22)	-	(25)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	31/03/2009	EUR + 4,1% a.a. 100% do CDI	(18)	-	-	3	(18)	-	(21)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/04/2009	EUR + 4,6% a.a. 100% do CDI	-	-	-	3	17	-	(20)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	30/04/2009	EUR + 0,4% a.a. 100% do CDI	-	-	48	-	-	-	48	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	31/03/2009	30/04/2009	USD + 12% a.a. 100% do CDI	-	-	63	-	-	-	63	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	23/03/2009	23/04/2009	USD + 1,6% a.a. 100% do CDI	-	-	241	-	-	-	241	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	11/05/2009	USD+ 0,7% a.a. 100% do CDI	-	-	-	-	59	-	(59)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	13/03/2009	14/04/2009	USD + 9% a.a. 100% do CDI	-	-	19	-	-	-	19	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	04/02/2009	03/03/2009	USD + 1% a.a. 100% do CDI	262	-	(262)	-	-	-	262	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/02/2009	23/03/2009	USD + 5% a.a. 100% do CDI	(333)	-	-	-	(333)	-	(333)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	20/03/2009	EUR + 0,6% a.a. 100% do CDI	7	-	(7)	-	-	-	7	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	03/03/2009	31/03/2009	USD + 1,3% a.a. 100% do CDI	(385)	-	-	-	(385)	-	(385)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/01/2009	EUR + 2,9% a.a. 100% do CDI	(24)	-	-	2	(24)	-	(24)	-
Posição passiva													
						(2.035)	(1.666)	39.570	51.859	(1.790)	(902)	(13.803)	(3.923)

Todos os instrumentos financeiros derivativos das controladas foram negociados em mercado de balcão.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia e suas controladas registraram perdas com instrumentos financeiros derivativos no 1º trimestre de 2009 e 2008, conforme o quadro abaixo:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	31/03/09	31/03/08
	Resultado	Resultado
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	(13.803)	(3.923)
Total	(13.803)	(3.923)

Ganhos/(perdas) de operações desreconhecidas como contabilidade de hedge

As operações de hedge (swap) da Companhia e de suas controladas foram reconhecidas no resultado do exercício, portanto não há operações que pudessem ser desreconhecidas como contabilidade de hedge.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro				
Dívida em USD	Aumento da cotação do USD	55.124	68.905	82.685
		55.124	68.905	82.685
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(17.779)	(22.224)	(26.669)
Banco Bradesco	Dívida - Aumento da cotação do EUR	17.051	21.314	25.576
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(728)	(910)	(1.093)
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(54.346)	(67.932)	(81.518)
Banco Bradesco	Dívida - Aumento da cotação do USD	49.276	61.595	73.914
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(5.070)	(6.337)	(7.604)
Ponte Rio-Niteroi				
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(53.341)	(66.676)	(80.011)
Banco ABN Amro Real	Dívida - Aumento da cotação do dólar (USD)	62.950	78.688	94.425
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	9.609	12.012	14.414
ViaLagos				
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(80.668)	(100.835)	(121.002)
Banco do Brasil	Dívida - Aumento da cotação do Iene	97.396	121.746	146.096
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	16.728	20.911	25.094

As taxas de cotações e juros consideradas foram:

USD (1)	2,3297	2,9121	3,4946
EUR (1)	3,0740	3,8425	4,6110
JPY (1)	0,023217	0,029021	0,034826
CDI (1)	11,08%	13,85%	16,62%

(1) As taxas apresentadas acima, se referem a 31/03/2009 e serviram como base para o cálculo. As mesmas foram atualizadas até o vencimento de cada um dos contratos seguindo as projeções de cupom limpo/variações da moeda para USD (divulgado pela BM&F) e cálculo equivalente foi adotado para JPY e EUR.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e instrumentos financeiros derivativos destinados a eliminar (ou mitigar) esses riscos.

No quadro acima, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº. 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operação	Risco	Empresa	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos					
BID	Aumento da Libor	ViaQuatro	43.994	57.729	72.557
Debêntures	Aumento do IGP-M	AutoBAAn	126.018	138.848	152.136
Debêntures	Aumento do IGP-M	ViaOeste	205.867	234.204	263.953
Debêntures	Aumento do IGP-M	RodoNorte	11.721	12.484	13.249
Debêntures	Aumento do IGP-M	NovaDutra	13.253	14.223	15.192
Debêntures	Aumento do CDI	AutoBAAn	52.692	65.433	78.015
Debêntures	Aumento do CDI	ViaOeste	66.789	73.368	80.201
Debêntures	Aumento do CDI	CCR	28.799	35.221	41.555
Notas Promissórias	Aumento do CDI	RodoAnel	11.380	13.787	16.140
Capital de Giro	Aumento do CDI	CPC	1.205	1.448	1.693
BNDES	Aumento da TJLP	AutoBAAn	51.710	52.155	52.601
BNDES	Aumento da TJLP	RodoNorte	4.167	4.191	4.215
BNDES	Aumento da TJLP	CPC	2.959	2.977	2.995
Unibanco	Aumento da TJLP	AutoBAAn	3.704	3.726	3.749
Bradesco	Aumento da TJLP	AutoBAAn	2.469	2.484	2.499
ABN Amro Real	Aumento da TJLP	AutoBAAn	1.235	1.242	1.249
BNDES (Cesta de Moedas)	Aumento da UMBNDES	RodoNorte	478	629	704
			628.440	714.149	802.703

As taxas de juros consideradas foram (1):

CDI (2)	11,08%	13,85%	16,62%
TJLP (3)	6,25%	7,81%	9,38%
UMBNDDES (4)	5,35%	6,68%	8,02%
IGP-M (5)	6,27%	7,84%	9,41%
LIBOR (6)	4,00%	5,00%	6,00%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas até os vencimentos de cada um dos contratos.

(2) Refere-se à taxa de 31/03/2009, conforme divulgado pela CETIP.

(3) Refere-se à TJLP da taxa do primeiro trimestre de 2009, conforme divulgado pelo BNDES.

(4) Refere-se à variação da anual da cesta de moedas do BNDES em 01/2009.

(5) Refere-se à variação anual da taxa em 31/03/2009, conforme divulgado pela Andima.

(6) Refere-se à taxa libor anual utilizada para cálculo dos juros do financiamento do BID em 31/03/2009.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos relativos ao Finame em virtude de não relevância dos valores, adicionado à taxa capitalizada variável da TJLP de aproximadamente 0,25% ao ano.

No quadro acima, são considerados três cenários de taxas de juros locais com os respectivos impactos nos resultados da Companhia e das suas controladas.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações de taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

24 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das informações trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2009, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil - de R\$ 15.000 a R\$ 68.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção - de R\$ 10.137 a R\$ 89.534;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – de R\$ 4.707 a R\$ 122.803;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais - de R\$ 15.000 a R\$ 500.000;
- Perda de Receita - R\$ 13.000 a R\$ 92.000.

25 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. *Compromisso com o Poder Concedente*

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
AutoBAn	1.953.286	2.022.656	1.574.320	1.620.519
RodoAnel	1.155.176	1.385.562	1.080.367	1.303.842
ViaOeste	393.152	407.253	318.069	329.512
Renovias (*)	<u>191.533</u>	<u>198.979</u>	<u>181.956</u>	<u>189.029</u>
	<u>3.693.147</u>	<u>4.014.450</u>	<u>3.154.712</u>	<u>3.442.902</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Os compromissos das concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O compromisso da concessionária RodoAnel será pago em parcelas mensais e iguais até maio de 2010, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA em julho de cada ano.

Esses compromissos, atualizados até 31 de março de 2009, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2009	949.966	904.270
2010	692.264	641.673
2011	279.701	251.267
2012	279.701	240.220
Após 2013 até 2018	<u>1.491.515</u>	<u>1.117.282</u>
Total	<u>3.693.147</u>	<u>3.154.712</u>

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 305.051 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 55.978 no primeiro trimestre de 2008).

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de março de 2009, era de R\$ 8.637 (R\$ 3.678 em 31 de março de 2008).

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 13.838 referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.644 no primeiro trimestre de 2008).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Compromissos relativos às concessões – (não revisado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 31 de março de 2009, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 5.750.529 (R\$ 5.953.156 em 31 de dezembro de 2008), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/09	31/12/08
RodoNorte	1.389.692	1.403.633
ViaQuatro	1.211.942	1.329.295
AutoBAn	1.189.746	1.237.634
ViaOeste	709.311	634.225
NovaDutra	504.347	512.373
RodoAnel	355.573	431.510
Renovias (*)	327.667	338.272
Ponte	50.891	55.565
ViaLagos	11.360	10.649
	<u>5.750.529</u>	<u>5.953.156</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97
---	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão (não revisado)

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
				31/03/09	31/12/08
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	11.484	10.585	10.970
Terraplanagem	5,56	130.233	80.848	49.385	53.002
Pavimentação	14,29	197.770	197.770	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	37.139	2.785	4.449
Obras de arte especiais	8,33	255.934	238.078	17.856	28.520
Sinalização e segurança	25	15.328	15.328	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	5.045	2.183	2.409
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	8.673	-	-
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	9.500	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	<u>3.541.226</u>	<u>838.609</u>	<u>2.702.617</u>	<u>2.738.730</u>
		<u>4.227.885</u>	<u>1.442.474</u>	<u>2.785.411</u>	<u>2.838.080</u>

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAn, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrada como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº.9.

d. Obras a executar - ViaOeste

	31/03/09	31/12/08
Não circulante	<u>9.581</u>	<u>10.254</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº.7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº.11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a controlada passou a depositar o ônus fixo.

26 Eventos subsequentes

Venda de participação acionária na Northwest Parkway

Em 04 de maio de 2009 a controlada CCR-USA firmou Contrato de Compra e Venda de Ações, irrevogável e irretratável, com a Brisa Autoestradas de Portugal S.A., para a venda da totalidade de sua participação de 10% no capital social na Northwest Parkway, LLC, no valor de US\$ 29.143 mil.

A concessionária é responsável pela exploração da concessão que tem extensão aproximada de 14 km, encontra-se em operação desde novembro de 2003 e integra o anel viário da cidade de Denver, no estado do Colorado, EUA.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 Demonstração do Valor Adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/03/08	31/03/09	31/03/08
Receitas				
Serviços prestados	17.012	16.653	774.414	668.091
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(4.826)	(5.757)	(110.311)	(106.922)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.871)	(9.705)	(32.911)	(11.975)
Valor adicionado bruto	<u>6.315</u>	<u>1.191</u>	<u>631.192</u>	<u>549.194</u>
Depreciação e amortização	<u>(1.799)</u>	<u>(2.045)</u>	<u>(99.219)</u>	<u>(85.403)</u>
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	<u>4.516</u>	<u>(854)</u>	<u>531.973</u>	<u>463.791</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	166.318	166.999	-	-
Receitas financeiras	29.797	14.628	67.977	43.413
Valor adicionado total a distribuir	<u>200.631</u>	<u>180.773</u>	<u>599.950</u>	<u>507.204</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	8.683	7.809	43.866	34.466
Benefícios	1.547	1.177	10.280	7.900
FGTS	432	447	2.693	2.193
Outras	67	68	713	527
Tributos				
Federais	2.070	2.231	151.292	121.028
Estaduais	-	-	389	334
Municipais	150	176	26.662	22.544
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	31.188	6.197	141.842	104.962
Aluguéis	553	491	3.708	2.650
Outorga	-	-	60.927	45.889
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos do exercício	155.941	162.177	155.941	162.177
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	1.637	2.534
Valor adicionado distribuído total	<u>200.631</u>	<u>180.773</u>	<u>599.950</u>	<u>507.204</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infra-estrutura no país e no exterior. No momento, a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias e metroviárias no país e no exterior, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultados do 1º Trimestre de 2009

A **Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR)**, a maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 1º trimestre de 2009.

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em reais, de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T08.

Os resultados das concessionárias Renovias e RodoAnel Oeste passaram a ser incorporados na CCR a partir de junho de 2008 e 17 de dezembro de 2008, respectivamente.

Apresentação dos Resultados

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

Para fins de divulgação das informações trimestrais comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de Junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, conseqüentemente, reapresentando as informações do primeiro trimestre de 2008.

Principais Destaques

- ② O tráfego cresceu 17,7% no 1T09. Comparando-se a mesma base de tráfego, i.e., sem a adição da Renovias e RodoAnel Oeste, o tráfego apresentou queda de 2,0% no 1T09.
- ② A Receita Líquida alcançou R\$ 716,0 milhões (+15,4%) no 1T09. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, a Receita Líquida alcançou R\$ 673,4 milhões (+8,5%).
- ② O EBIT atingiu R\$ 345,7 milhões (+9,8%) no 1T09. A margem EBIT alcançou 48,3% (-2,4 p.p.) no 1T09. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o EBIT atingiu R\$ 337,7 milhões (+7,3%) e a margem EBIT alcançou 50,1% (-0,6 p.p.).
- ② O EBITDA atingiu R\$ 454,8 milhões (+13,1%) no 1T09. A margem EBITDA alcançou 63,5% (-1,3 p.p.) no 1T09. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o EBITDA atingiu R\$ 429,6 milhões (+6,8%) e a margem EBITDA alcançou 63,8% (-1,0 p.p.).
- ② O Lucro Líquido atingiu R\$ 155,9 milhões (-3,9%) no 1T09. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Lucro Líquido atingiu R\$ 181,1 milhões (+11,7%).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- ② O número de usuários da STP (arrecadação eletrônica) expandiu-se em 47,4%, em relação ao 1T08, atingindo 1.427 mil tag's ativos.
- ② No dia 15 de abril de 2009, foi aprovada a distribuição complementar de dividendos relativos ao ano de 2008, proposta pela diretoria, no valor de R\$ 0,25 por ação, distribuídos a partir do dia 30 de abril e R\$ 0,10 até o final de 2009, que resultou em um "payout" de 76,3%, referente ao exercício fiscal de 2008.
- ② No dia 4 de maio de 2009, a companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que foi firmado um Contrato de Compra e Venda de Ações, irrevogável e irretratável, com a Brisa – Autoestradas S.A., para a venda da totalidade de participação da CCR (10% do capital social) na empresa Northwest Parkway, LLC, no valor de US\$ 29,1 milhões.

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	1T08 Reclassificado	1T09	Var %
Receita Líquida	620,4	716,0	15,4%
EBIT	314,7	345,7	9,8%
Mg. EBIT	50,7%	48,3%	-2,4 p.p.
EBITDA	402,2	454,8	13,1%
Mg. EBITDA	64,8%	63,5%	-1,3 p.p.
Lucro Líquido	162,2	155,9	-3,9%
Div. Liq./ EBITDA últ. 12m.	0,72x	1,57x	-
EBITDA / CAPEX	3,89x	2,86x	-
EBITDA / Juros e Variações Monetárias	5,94x	4,10x	-

Comentário do Presidente

Renato Alves Vale: "Temos grande satisfação em dar publicidade a todos os nossos acionistas, ao mercado, colaboradores, usuários e ao público interessado os significativos resultados que a CCR obteve no primeiro trimestre de 2009.

"O cenário econômico desfavorável que se iniciou no Brasil no último trimestre de 2008 trouxe importantes desafios de negócio para o ano de 2009. Diante deste cenário a CCR ratificou prioridades de curto prazo, quais sejam: a preservação da liquidez e o financiamento de longo prazo do RodoAnel, a manutenção das margens e a contínua criação de valor aos nossos acionistas. No longo prazo, a recente revisão do planejamento quinquenal indica claramente a opção pelo

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

crescimento sustentável, com importante aumento de receitas, das margens e da distribuição de valor aos nossos acionistas.

“Apesar da contundente desaceleração na atividade industrial vista nos últimos meses, a CCR tem demonstrado que seu modelo de negócio está baseado em um portfólio de ativos com grande resistência a reveses econômicos, seja pelo mix entre veículos leves e comerciais, seja pela diversidade dos produtos transportados.

“Enfatizamos mais uma vez que a baixa alavancagem da companhia, demonstrada pela razão entre a dívida líquida e o EBITDA, sem instrumentos especulativos ou derivativos de risco, aliada ao perfil conservador da gestão de caixa, nos permite estar em posição favorável para melhor suportar as turbulências, bem como avaliar as oportunidades que poderão acontecer.

“Apoiados na experiência acumulada com contratos administrados, na capacidade financeira de nossa empresa e no mercado de capitais, seguimos confiantes no contínuo crescimento seletivo e rentável, sempre pautado na criação de valor para nossos acionistas e na viabilização de soluções e investimentos em infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do país.”

Receita Bruta (+15,9%)

Receita Bruta de Pedágio (R\$ 000)	1T08	1T09	Var %
AutoBAn	240.675	258.470	7,4%
NovaDutra	173.832	182.603	5,0%
RodoNorte	78.272	83.509	6,7%
Ponte	23.711	25.984	9,6%
ViaLagos	16.268	19.302	18,6%
ViaOeste	107.649	121.572	12,9%
Renovias	-	20.519	-
RodoAnel	-	26.186	-
Total	640.407	738.145	15,3%
% Receitas Totais	95,9%	95,4%	
Outras Receitas	1T08	1T09	Var %
Total	16.520	15.801	-4,4%
% Receitas Totais	2,5%	2,0%	
Receitas Brutas da Gestão de Meios Eletrônicos de Pagto	1T08	1T09	Var %
STP	11.164	20.468	83,3%
% Receitas Totais	1,7%	2,6%	
Total da Receita Bruta	668.091	774.414	15,9%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A contabilização da concessionária Renovias se dá proporcionalmente, ou seja, consolidação de 40%, refletindo a participação da CCR na concessionária. O mesmo ocorre na STP, onde a CCR possui participação de 38,25%. Em todas as outras concessionárias a CCR reporta 100% da receita.

No 1T09, os meios eletrônicos representaram 53,2% das receitas de pedágio e cresceram 21,3% em relação ao ano anterior. O sistema "Sem Parar" atingiu 1.427 mil tag's ativos no 1T09, apresentando uma expansão de 47,4%, em relação à posição final do 1T08 e 9,5% em relação ao 4T08.

Receita Líquida (+15,4%)

A Receita Líquida consolidada cresceu 15,4% no 1T09, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 716,0 milhões.

As Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 22,6% no 1T09, quando comparado com o 1T08, representando 7,5% da Receita Bruta do trimestre. O aumento das deduções ocorreu em linha com a evolução relacionada aos novos negócios.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tráfego (+17,7%)

Desempenho das Concessionárias	1T08	1T09	Var %
Tráfego - Veículos Equivalentes¹			
AutoBAn	49.260.503	47.598.837	-3,4%
NovaDutra	31.788.832	30.459.327	-4,2%
RodoNorte	14.533.489	14.169.014	-2,5%
Ponte	6.774.462	6.837.977	0,9%
ViaLagos	1.726.130	1.834.515	6,3%
ViaOeste	14.731.090	14.872.279	1,0%
Renovias ²	-	5.906.241	
RodoAnel	-	21.821.430	
Consolidado CCR³	140.320.056	165.209.873	17,7%
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel		137.482.203	-2,0%

Tarifa Média (em R\$ / veic. equiv.)⁴

AutoBAn	4,89	5,43	11,1%
NovaDutra	5,47	5,99	9,6%
RodoNorte	5,38	5,89	9,6%
Ponte	3,50	3,80	8,6%
ViaLagos	9,42	10,52	11,6%
ViaOeste	7,31	8,17	11,9%
Renovias		3,47	
RodoAnel		1,20	
Consolidado CCR	4,56	4,47	-2,0%
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel		5,03	10,3%

1- Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

2- A quantidade de veículos equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária.

3- No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

4- Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Composição do Tráfego das Concessionárias

Veículos Equivalentes	1T09	
	Leves	Comerciais
AutoBAn	47,9%	52,1%
NovaDutra	29,7%	70,3%
Rodonorte	27,3%	72,7%
Ponte	82,6%	17,4%
Lagos	82,7%	17,3%
ViaOeste	52,8%	47,2%
RodoAnel	61,5%	38,5%
RenoVias	53,9%	46,1%
Consolidado CCR	60,4%	39,6%
Consolidado CCR sem Renovias e Rodoanel	46,7%	53,3%

Analisando o desempenho do tráfego no trimestre observa-se que o mesmo foi influenciado pela queda da atividade econômica e pelo efeito calendário; cabe ressaltar que mesmo com esses efeitos as concessionárias Ponte, ViaLagos e ViaOeste apresentaram crescimento de tráfego em relação ao 1T08.

O principal efeito no calendário do 1T09 foi o fato de fevereiro ter tido um dia a menos em relação ao ano passado (2008 foi um ano bissexto). O impacto desse efeito no trimestre equivale a aproximadamente -1,2% no tráfego consolidado. Outro efeito relativo a calendário no 1T09 foi o fato do feriado de Páscoa ter ocorrido em 2008 no primeiro trimestre e, em 2009, no segundo trimestre (+0,3%).

Analisando-se detalhadamente o efeito do feriado de Páscoa, verifica-se que este favoreceu o tráfego de veículos comerciais em +1,2% e o tráfego de veículos de passeio foi prejudicado em -0,9%. O efeito combinado pela ausência do feriado de Páscoa no 1T09 foi +0,3% no tráfego total.

Combinando-se o efeito de um dia a menos em fevereiro de 2009 (-1,2%) com a ausência do feriado de Páscoa (+0,3%) no 1T09, tem-se um efeito calendário consolidado de -0,9%, significando que a queda verificada de -2%, em bases comparáveis, foi de apenas -1,1%, esta sendo atribuída ao efeito da atividade econômica.

Dentre os fatores específicos que contribuíram para as variações apresentadas pelas concessionárias, destacam-se:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- (i) **AutoBAn (-3,4%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+0,8%), apesar do efeito negativo do calendário (-2,3%) para essa categoria de veículos. Desconsiderando-se esse efeito, o crescimento estimado do tráfego de passeio foi da ordem de +3,1% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -6,9%, atribuindo-se -6,7% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e -0,2% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.
- (ii) **NovaDutra (-4,2%)** – Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre (-1,3%) fortemente influenciada pelo efeito calendário dos feriados (-3,2%). Expurgando-se esse efeito, o crescimento estimado foi da ordem de +1,9% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -5,4%, atribuindo-se -4,9% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e -0,5% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.
- (iii) **ViaOeste (+1,0%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+1,1%), apesar do efeito negativo do calendário (-2,5%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +3,6% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -0,6%, atribuindo-se -0,9% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e +0,3% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.
- (iv) **RodoNorte (-2,5%)** – Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre (-1,6%), fortemente influenciada pelo efeito calendário (-3,8%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +2,2% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -2,9%, atribuindo-se -3,6% à queda das exportações e +0,7% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto. O tráfego comercial continua sendo impactado pela redução na exportação dos produtos agropecuários, principalmente o milho e a carne, assim como a baixa importação de fertilizantes devido aos elevados preços dolarizados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- (v) **ViaLagos (+6,3%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou grande crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+6,1%), apesar do efeito negativo do calendário (-4,1%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +10,2% no trimestre. A apreciação do dólar e a incerteza com relação à crise fomentaram o turismo interno. Os veículos comerciais também apresentaram grande crescimento (+6,9%) devido à necessidade de abastecimento para atender à demanda de turismo na região dos Lagos. Expurgando-se o efeito calendário (-4,1%), o crescimento do tráfego de veículos comerciais estimado foi da ordem de +11% no trimestre.
- (vi) **Ponte (+0,9%)** – Os veículos de passeio apresentaram crescimento no trimestre (+0,9%), apesar do efeito negativo do calendário (-0,5%). Expurgando-se esse efeito, o crescimento estimado foi da ordem de +1,4% no trimestre. Os veículos comerciais também apresentaram crescimento (+1,2%), atribuindo-se +2% à atividade econômica e -0,8% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto. Os tráfegos de veículos de passeio e também o de veículos comerciais apresentaram crescimento no trimestre devido, principalmente, à característica de tráfego pendular com alta concentração no setor de serviços.
- (vii) **Renovias (-2,4%)** – Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre de -0,6% fortemente influenciada pelo efeito calendário (-3,1%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +2,5% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -4,5%, atribuindo-se -4,8% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e +0,3% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.
- (viii) **RodoAnel** – A redução de congestionamentos nas vias alternativas, ocasionada pela queda da atividade econômica, propiciou a utilização destas vias, e foi a principal responsável pelo desempenho do tráfego registrado durante o trimestre. A expectativa é que o retorno deste tráfego para o RodoAnel seja gradual, após o reconhecimento, pelos usuários, dos benefícios de custo, tempo e segurança proporcionados pela concessionária. Esta recuperação é chamada de efeito “ramp-up” e, no caso do RodoAnel, verifica-se claramente sua ocorrência, dados os crescimentos de tráfego de 5,8% registrado em Janeiro sobre Dezembro, de 7,6% em Fevereiro sobre Janeiro e de

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

6,3 em Março sobre Fevereiro. Dessa forma, nossa estimativa para 2009 é que o tráfego do RodoAnel fique, aproximadamente, 13% aquém da projeção inicial.

Custos Totais¹ (+21,2%)

Os Custos Totais (Custo dos Serviços Prestados somados às Despesas Administrativas, e Outras Despesas e Receitas Operacionais) atingiram R\$ 370,3 milhões (+21,2%) no 1T09. Excluindo-se a incorporação das concessionárias Renovias e RodoAnel, os Custos Totais atingiram R\$ 335,7 milhões (+9,8%). Os principais motivos dessas variações são discutidos a seguir:

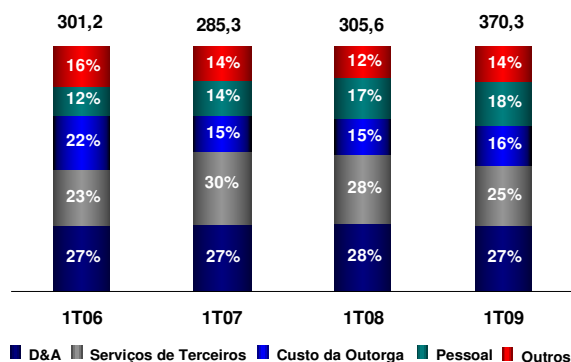
As despesas de Depreciação e Amortização somaram R\$ 99,2 milhões (+16,2%) no 1T09. Essa majoração refere-se à maior transferência de ativo em andamento para ativo definitivo (e, consequentemente, início da depreciação) na AutoBAn e NovaDutra, e amortização do ágio pago na aquisição de participação de 40% na Renovias. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, a Depreciação e Amortização somaram R\$ 89,7 milhões (+5,0%).

O Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 60,9 milhões no 1T09, registrando um aumento de 32,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento na parcela variável é resultado do crescimento da receita, já o da parcela fixa resulta do reajuste ocorrido em julho/08 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias. O custo da outorga

(somado à apropriação de despesas antecipadas) distribuído por concessionária no 1T09 foi: R\$ 38,2 milhões na AutoBAn, R\$ 11,9 milhões na ViaOeste, R\$ 294 mil na ViaLagos, R\$ 2,1 milhões na Renovias e R\$ 8,4 milhões no RodoAnel Oeste. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Custo da Outorga atingiu R\$ 50,4 milhões (+9,8%).

O Custo de Serviços de Terceiros, atingiu R\$ 91,6 milhões (+7,4%) no 1T09. Esse aumento deveu-se à manutenção em sistemas de comunicação, softwares e equipamentos na RodoNorte,

Evolução dos Custos Totais (R\$ MM)



¹ Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

e a maior conservação de rotina na NovaDutra, RodoNorte e ViaOeste, sendo nesta última devido a incorporação do trecho do Cebolão e Marginal Tietê. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Custo de Serviços de Terceiros atingiu R\$ 88,2 milhões (+3,3%).

O Custo com Pessoal atingiu R\$ 64,9 milhões, apresentando um aumento de 26,5% em relação ao 1T08. Esse crescimento deveu-se principalmente aos seguintes fatores: dissídio de 4% ocorrido em março/09 e ao aumento do quadro de funcionários (+647 funcionários), principalmente nas Concessionárias RodoAnel e ViaQuatro bem como a consolidação proporcional da Renovias. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Custo com Pessoal atingiu R\$ 58,9 milhões (+14,8%).

Os Outros Custos (materiais, seguros, aluguéis, marketing, viagens e meios eletrônicos de pagamentos) atingiram R\$ 53,5 milhões (+42,3%) no 1T09. Esse aumento deveu-se ao aumento do consumo de material para manutenção e conservação de rotina. Também contribuiu para este aumento as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, pois o "Resultado Não Operacional" passou a ser classificado para "Outras Despesas" impactando desta forma o item "Outros Custos". Excluindo-se Renovias e RodoAnel, os Outros Custos atingiram R\$ 48,5 milhões (+28,8%).

EBITDA (+13,1%)

Reconciliação EBITDA (R\$ MM)	1T08 Reclassificado	1T09	Var %
Lucro Líquido	162,2	155,9	-3,9%
(+) Participação dos Minoritários	2,5	1,6	-35,4%
(+) IR e CS	87,7	105,2	19,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	62,3	82,9	33,1%
(+) Depreciação e Amortização ¹	87,4	109,2	24,9%
EBITDA	402,2	454,8	13,1%
Margem EBITDA	64,8%	63,5%	-1,3 p.p.

1 - Inclui as despesas antecipadas

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	1T08 Reclassificado	1T09	Var %
Resultado Financeiro Líquido	(62,3)	(82,9)	33,0%
Despesas Financeiras:	(105,7)	(150,9)	42,7%
- Variação Cambial	(12,8)	(5,5)	-57,2%
- Perda com Operação de Swap	(18,3)	(18,6)	1,5%
- Variação Monetária	(19,4)	(1,7)	-91,3%
- Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(48,4)	(110,8)	128,8%
- Outras Despesas Financeiras	(6,8)	(14,3)	109,5%
Receitas Financeiras:	43,4	68,0	56,6%
- Ganho com Operação de Swap	14,4	4,8	-66,8%
- Variação Cambial	6,1	18,0	196,8%
- Variação Monetária	-	8,3	n.m.
- Outras (Juros e Rendimentos de Aplicações)	23,0	36,9	60,8%

As concessionárias Ponte e ViaLagos possuem empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade 2770, devidamente protegidas por contratos de swap. Os contratos de swap em vigor protegem a empresa dos riscos de variação cambial (curva ativa do contrato de swap) em troca do pagamento da variação de um determinado percentual do CDI em igual período (curva passiva do contrato de swap). Esses instrumentos financeiros de proteção são demonstrados detalhadamente na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras do ITR, conforme Deliberação CVM 550/08.

Quando a diferença entre a variação da moeda estrangeira mais os juros relativos ao contrato de swap (curva ativa) e a variação do CDI relativa ao contrato de swap (curva passiva) é positiva, o ganho com operação de swap é contabilizado em receitas financeiras. Quando ocorre o inverso, a perda com operação de swap é contabilizada em despesas financeiras. A diferença entre as curvas ativa e passiva, ou seja, o valor líquido do swap, no trimestre resultou perda de R\$ 13,8 milhões. A variação cambial por sua vez, é contabilizada mensalmente como receita ou despesa financeira, dependendo da oscilação do Real frente às outras moedas nesse período.

O resultado positivo de R\$ 6,6 milhões do item "Variação Monetária" deveu-se à variação do IGP-M no período (-0,92% no 1T09 contra +2,38% no 1T08).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O aumento do item “Juros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures” deveu-se ao aumento do estoque da dívida em 99,4%, comparado ao 1T08. O aumento da dívida deve-se principalmente aos empréstimos de curto prazo da concessionária RodoAnel.

O aumento do item “Outras Despesas Financeiras” (taxas, tarifas e comissões) deveu-se principalmente aos juros e IOF da NovaDutra decorrentes do mútuo cedido pela CCR.

O aumento do item “Receitas financeiras” deveu-se à maior receita com variação cambial e monetária, além da melhor performance dos rendimentos sobre as aplicações financeiras.

Lucro Líquido (-3,9%)

A CCR consolidada apresentou um Lucro Líquido de R\$ 155,9 milhões no 1T09, comparado a R\$ 162,2 milhões no 1T08. Essa variação deve-se principalmente ao aumento da despesa financeira, resultado do maior estoque da dívida. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Lucro Líquido atingiu R\$ 181,1 milhões (+11,7%).

Endividamento

O aumento da dívida bruta deveu-se à entrada no 1T09 de R\$ 184 milhões, conclusão da 2ª emissão de notas promissórias do RodoAnel Oeste iniciada no 4T08 no valor total de R\$ 460 milhões bem como a entrada de R\$ 110 milhões de empréstimo do BNDES para a concessionária AutoBAn.

De acordo com as melhores práticas de finanças na indústria de infraestrutura e visando maximizar o retorno de nossos acionistas, a Companhia usualmente estrutura financiamentos de longo prazo na modalidade de *project finance* com a participação de organismos multilaterais para os novos negócios. Para permitir essa estruturação, que exige um determinado período de negociação, inicialmente é necessário a adoção de financiamentos de curto prazo, posteriormente substituídos por financiamento tipo *project finance*, que, entre outras características, possui endividamento de longo prazo e compatível com os retornos esperados.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

(R\$ MM)	dez/08	mar/09
Dívida Bruta (1)	3.722,1	3.935,2
% Moeda Nacional	90%	91%
% Moeda Estrangeira	10%	9%
Curto Prazo	1.761,8	2.015,6
% Moeda Nacional	93%	93%
% Moeda Estrangeira	7%	7%
Longo Prazo	1.960,3	1.919,6
% Moeda Nacional	88%	87%
% Moeda Estrangeira	12%	13%
Caixa, Aplicações Financeiras e Conta Reserva	1.040,3	1.086,0
% Moeda Nacional	100%	100%
Ajuste de swap a receber (pagar)	51,1	39,3
Dívida Líquida	2.630,7	2.809,9

(1) A dívida bruta está reduzida dos custos totais de transação incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, de acordo com as adequações à nova legislação societária.

Composição da Dívida				
(R\$ MM)	Indexador	Custo Médio	Março/2009	%
BNDDES	TJLP	TJLP + (1,7% - 5,5%)	267,6	7%
Debêntures	IGP-M	IGP-M + (7,6% - 11%)	744,7	19%
Debêntures	CDI/ Pré	CDI + 1,6%; 103,3% a 105% do CDI; 14,75%	1.434,2	36%
Notas Promissórias	CDI	CDI + (1,18% - 1,25%)	1.159,5	29%
Moeda Estrangeira	US\$	cesta de moedas + 5,0%; US\$ + 5,05% - 6,13%	135,0	3%
Moeda Estrangeira	IENE	IENE + 5,8225%	88,9	2%
BID	LIBOR	LIBOR + (1,9% - 2,8%)	134,5	3%
Outros	CDI	CDI + (0,275% a.m.)	7,2	0%
Total			3.971,6	100%

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	R\$ MM	% Total
2009	1.857,3	47%
2010	554,9	14%
2011	330,3	8%
2012	213,2	5%
2013	267,0	7%
2014	132,8	3%
2015	94,7	2%
2016	185,0	5%
2017	169,7	4%
2018	166,7	4%
Total	3.971,6	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Investimentos

No 1T09, os investimentos somaram R\$ 159,1 milhões. A AutoBAn investiu principalmente nas obras do Complexo Anhangüera. A NovaDutra investiu na recuperação do pavimento e sinalização. A ViaOeste investiu na implantação das vias marginais do km 95 ao 105, no entroncamento com a estrada do Marmeleiro, na reconfiguração do Complexo do Cebolão, na conservação especial de obras de arte e recuperação do pavimento. O investimento do RodoAnel deveu-se aos desembolsos decorrentes da construção das praças de pedágio. A RodoNorte investiu em conservação especial e recuperação do pavimento. A ViaQuatro continua em fase pré-operacional e realizando o adiantamento para pagamento dos fornecedores de sistemas e material rodante.

CAPEX (R\$ MM)	1T08	1T09	2009(E)*	2010 (E)*
AutoBAn	34,3	67,9	337,2	498,5
NovaDutra	29,4	32,9	161,1	196,0
ViaOeste	13,6	15,8	302,0	162,4
RodoNorte (100%)	8,2	15,3	83,4	96,8
Ponte	3,0	0,8	12,5	18,2
ViaLagos	0,1	0,9	9,5	12,0
ViaQuatro (58%)	12,9	1,9	158,9	123,1
Renovias (40%)		3,9	36,0	26,3
RodoAnel (100%)		16,5	53,3	45,5
Outras ¹	1,7	3,1	23,9	19,2
Consolidado	103,2	159,1	1.177,8	1.198,0

1 - Inclui CCR, CCR México, CCR USA, Actua, Engelog, Parques e STP.

* Refere-se à participação da CCR nas concessionárias.

Os investimentos nas concessionárias AutoBAn e ViaOeste nos anos de 2009 e 2010, demonstrados no quadro acima, contemplam aditivos contratuais, discutidos com a agência reguladora, em fase de reequilíbrio nas formas previstas em contrato. Assim, dentre os valores totais da concessionária AutoBAn, temos R\$ 30,4 milhões no ano de 2009 e R\$ 69,5 milhões em 2010. A ViaOeste, por sua vez, possui R\$ 220,8 milhões em 2009 e R\$ 29,0 milhões em 2010 em situação semelhante.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR	(Unidades)		
01	CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	15,82
			128.766.175		128.766.175
02	CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	29,13
			174.999.989		174.999.989
03	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,19
			35.167.988		35.167.988
04	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITERÓI S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,07
			19.421.329		19.421.329
05	RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	8,54
			1.846.936.430		1.846.936.430
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,04
			8.592		8.592
07	ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.397.412/0001-20	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,09
			9.990		9.990
08	ACTUA ASSESSORIA LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,68
			9.990		9.990
09	ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.455.633/0001-08	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,30
			9.990		9.990

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDORA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR	(Unidades)		
10	SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	0,39
			8.528.832		8.528.832
11	CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	16,51
			13.976.292.236		13.976.292.236
12	CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,18
			4.100.000		4.100.000
13	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA	58,00	0,84
			63.572.141		63.572.141
14	CCR - USA, LLC. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	-0,14
			200		200
15	CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA	95,00	-1,72
			44.192.133		44.192.133
16	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA	99,00	16,15
			270.081.000		270.081.000
17	CPCICIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.665.151/0001-12	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
			1.000		1.000
18	CPCPSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.665.162/0001-00	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
			1.000		1.000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105 % do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	26/09/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	26/09/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	26/09/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,60% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	300.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	300.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	26/09/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/12/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	31/12/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	14,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	500.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/12/2009

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES
INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97%	64.393.416	15,97%
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93%	7.766.880	1,93%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42%	66.193.684	16,42%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42%	1.700.000	0,42%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29%	1.164.965	0,29%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28%	1.143.847	0,28%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	66.495.479	16,50%	66.495.479	16,50%
Soares Penido Obras, Construções, Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70%	2.832.413	0,70%
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70%	2.832.412	0,70%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90%	72.160.300	17,90%
Outros	116.418.404	28,89%	116.418.404	28,89%
Total	403.101.800	100%	403.101.800	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	526.206.813	100%	526.206.813	100%
Outros	7	0,00%	7	0,00%
Total	526.206.820	100%	526.206.820	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.940	100%	93.099	100%	142.039	100%
Carlos Pires Oliveira Dias	1	0,00%	1	0,00%	2	0,00%
Fernando Arruda Botelho	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Flávia Buarque de Almeida	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Albrecht Curt Reuter Domenech	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Vitor Sarquis Hallack	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Total	48.946	100%	93.100	100%	142.046	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 A	33,34%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 A	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 B	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 B	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 C	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 C	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	5.760 D	0,13%	5.760	0,10%
Outros	6 (2 de cada A, B, C)	0,00%	0	0,00%	6	0,00%
Total	2.250.000	100%	4.500.000	100%	6.750.000	100%

Composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCABPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da RCPDON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCPDPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.980	33,34%	1.980	33,34%
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Total	5.940	100%	5.940	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	55.525.379	100%	55.525.373	100%	111.050.752	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	233.761.338	100%	467.522.687	100%	701.284.025	100%
Outros	5	0,00%	0		5	0,00%
Total	233.761.343	100%	467.522.687	100%	701.284.030	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	238.663.827	33,34%	477.336.173	33,34%	716.000.000	33,34%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	715.991.488	100%	1.432.008.519	100%	2.148.000.007	100%

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	300.000	100%

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Morroto Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	18.990.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100%
Total	1.455.201	100%

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100%
Total	1.497.201	100%

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100%
Total	1.404.801	100%

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100%
Total	1.431.201	100%

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Pereira	5	0,00%
Total	1.392.801	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100%
Total	1.372.401	100%

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100%
Total	1.196.001	100%

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ações	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	5.000.363	100%

Composição dos acionistas da Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Part. e Emp. S.A.	25.225.441.568	68,48%	25.225.441.568	68,48%
Soares Penido Investimentos Ltda.	11.612.711.540	31,52%	11.612.711.540	31,52%
Rosa E. M. Penido Dalla Vecchia	1	0,00%	1	0,00%
Ana M. M. Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Thadeu L. Marcondes Penido	1	0,00%	1	0,00%
Ações em Tesouraria	1	0,00%	1	0,00%
Total	36.838.153.112	100%	36.838.153.112	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Part. e Emp. S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	200.000.000	33,34%	200.000.000	33,34%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Total	600.000.000	100%	600.000.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Soares Penido Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	148.546.332	33,33%	148.546.332	33,33%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	148.546.334	33,33%	148.546.334	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	148.546.334	33,34%	148.546.334	33,34%
Total	445.639.000	100%	445.639.000	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Investimentos Ltda.	116.656.842	100%	116.656.842	100%
Rosa E. M. Penido Dalla Vecchia	100	0,00%	100	0,00%
Total	116.656.942	100%	116.656.942	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Investimentos Ltda.	24.385.853	100%	24.385.853	100%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	100	00,00%	100	00,00%
Total	24.385.953	100%	24.385.953	100%

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Brisa Internacional SGPS S.A.	599.188.237	100%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	599.188.238	100%

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A	50.000	100%	50.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
José de Mello SGPS, SA	179.520.271	29,92%	179.520.271	29,92%
Babcock & Brown Limited	90.419.878	15,07%	90.419.878	15,07%
Abertis Infraestruturas AS	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Privado Holding	29.973.454	5,00%	29.973.454	5,00%
Outros	212.442.697	35,40%	212.442.697	35,40%
Total	600.000.000	100%	600.000.000	100%

Ações da Companhia em circulação (free-float)

Após o desdobramento das ações (split em fevereiro de 2006) a quantidade de ações em circulação (free-float) corresponde a 115.134.312, representando 28,56% do capital da Companhia.

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31%	1.229.092	0,31%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	115.134.312	28,56%	115.134.312	28,56%
Total	403.101.800	100%	403.101.800	100%

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.483.536	0,37%	1.483.536	0,37%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%
Diretores	48.000	0,01%	48.000	0,01%
Outros (mercado)	114.886.868	28,50%	114.886.868	28,50%
Total	403.101.800	100%	403.101.800	100%

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto Social.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao

Conselho de Administração da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo – SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações no patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa 3.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008 apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506 de 19 de junho de 2006.

São Paulo, 28 de abril de 2009 (exceto nota explicativa 26, datada de 04 de maio de 2009)

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	13
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	16
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	18
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	20
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	22
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	23
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	24
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	104
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	105
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	119
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	121
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	124
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	132
		CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	
		CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA.	
		ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA LTDA.	
		ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	
		SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	
		CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	
		CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	
		CCR - USA, LLC.	
		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	
		COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	
		CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	
		CPCPSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	/132

**ANEXO IX - FORMULÁRIO IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
(SOMENTE INFORMAÇÕES NÃO INCLUÍDAS NO PROSPECTO)**

(Página intencionalmente deixada em branco)

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
03	22/12/1999		10	9 Subscrição Particular em Dinheiro	9.399	1,000000000000
04	28/12/1999	7.138	7.138	7.128 Subscrição Particular em Dinheiro	7.128.684	1,000000000000
05	29/12/1999	44.411	37.272	37.272 Incorporação de Empresas	10.000	3.727,200000000000
06	28/06/2001	111.415	67.004	67.004 Subscrição Particular em Dinheiro	380.992	171,369200000000
07	15/01/2002	196.233	84.818	84.818 Subscrição Pública	16.963.601	5,000000000000
08	26/04/2004	526.233	330.000	330.000 Subscrição Pública	14.042.554	23,500000000000
09	14/05/2004	571.234	44.999	44.999 Subscrição Pública	1.914.893	23,500000000000
10	22/12/2008	791.760	220.526	220.526 Reserva de Capital	0	0,000000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Unidades)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Unidades)
01	20/11/2001			7.539.378	67.854.402
02	01/02/2006			100.775.450	403.101.800

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTS.
12.1 - VALOR DISTRIBUÍDO	12.2 - CORREÇÃO JUIROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CREDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
001	31/12/2002	360.337	DIVIDENDO	AGO	10/04/2003	ORDINÁRIA		29.686	0,350000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	23/04/2003	0,000000000000	10/04/2003					
002	31/12/2003	182.953	DIVIDENDO	AGO	18/03/2004	ORDINÁRIA		50.043	0,590000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	19/04/2004	0,000000000000	18/03/2004					
003	31/12/2004	262.991	DIVIDENDO	RCA	09/08/2004	ORDINÁRIA		100.775	1,000000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	02/09/2004	0,000000000000	09/08/2004					
004	31/12/2004	262.991	DIVIDENDO	AGO	31/03/2005	ORDINÁRIA		100.775	1,000000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	07/04/2005	0,000000000000	31/03/2005					
005	31/12/2005	500.493	DIVIDENDO	RCA	01/09/2005	ORDINÁRIA		201.551	2,000000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	27/09/2005	0,000000000000	01/09/2005					
006	31/12/2005	500.493	DIVIDENDO	AGO	29/03/2006	ORDINÁRIA		100.775	0,250000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	17/04/2006	0,000000000000	29/03/2006					
007	31/12/2006	547.268	DIVIDENDO	RCA	10/08/2006	ORDINÁRIA		253.954	0,630000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	31/08/2006	0,000000000000	10/08/2006					
008	31/12/2006	547.268	DIVIDENDO	AGO	29/03/2007	ORDINÁRIA		201.551	0,500000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	10/04/2007	0,000000000000	29/03/2007					
009	31/12/2007	579.682	DIVIDENDO	RCA	09/08/2007	ORDINÁRIA		330.543	0,820000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	31/08/2007	0,000000000000	09/08/2007					
010	31/12/2007	579.682	DIVIDENDO	AGO	27/03/2008	ORDINÁRIA		201.551	0,500000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	11/04/2008	0,000000000000	27/03/2008					
011	31/12/2008	713.586	DIVIDENDO	RCA	11/08/2008	ORDINÁRIA		403.101	1,000000000000	0
	0,000000000000	0,000000000000	30/09/2008	0,000000000000	11/08/2008					

17/07/2009 13:10:02

Pág: 80

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TERMO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO SOCIAL	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTO.
12.1 - VALOR DISTRIBUÍDO	12.2 - CORREÇÃO JUIROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CREDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
012	31/12/2008	713.586	DIVIDENDO	AGO	15/04/2009	ORDINÁRIA		141.085	0,3500000000	2
0,0000000000		0,0000000000	30/04/2009	0,0000000000	15/04/2009	R\$ 0,25 pagos em 30/04/2009; e R\$ 0,10 até o final de 2009.				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - RESAÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	100,00		
			0,00	0,00000					

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
22/12/2008	25,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	16.000	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2008

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2007

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	5.090	4.387	4.213
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	713.586	579.682	547.268
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2009

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	Dispensada de Registro
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/09/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	26/09/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	26/09/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,60% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	300.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	300.000.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	26/09/2009

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	Dispensada de Registro
4 - DATA DO REGISTRO CVM	10/12/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	31/12/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	14,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	500.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/12/2009

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

do futuro contrato de concessão. As negociações do consórcio com a autoridade local permanecem sujeitas ao acordo de confidencialidade anteriormente assinado.

A Northwest Parkway tem extensão aproximada de 14 km, encontra-se em operação desde novembro de 2003 e integra o anel viário da cidade de Denver, no estado do Colorado, EUA. A concessão prevista é de 99 anos.

No dia 27 de novembro de 2007, a companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que ira integrar pelo terceiro ano consecutivo a carteira ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA. As ações integrantes do ISE são selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA em termos de liquidez e ponderadas na carteira de acordo com seus valores de mercado. No processo de definição das empresas a integrarem esse índice, a BOVESPA enviou um questionário às 137 companhias emissoras das 150 ações mais líquidas.

No dia 29 de novembro de 2007, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária inclusão do inciso (xxvii) ao Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para que conste como competência do Conselho de Administração: "Aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais disposições legais aplicáveis." Permanecem inalterados os demais dispositivos estatutários.

Em 29 de Janeiro de 2008 a CCR, anunciou a assinatura de um Compromisso de Compra e Venda, irrevogável e irretroatável, para aquisição de 40% do capital social da Concessionária Renovias S/A. Na presente data o investimento da CCR, ainda estava sujeito às condições precedentes e aos ajustes previstos no referido Compromisso, o montante anunciado foi de R\$ 265.000.000,00

Em 11 de março de 2008, a companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que o Consórcio Integração Oeste, onde a CCR detém uma participação de 95%, obteve a melhor classificação dentre as propostas de menor tarifa de pedágio apresentadas no processo licitatório da Concessão Onerosa do Rodoanel Mário Covas - Trecho Oeste.

Em 2 de junho de 2008, o Consórcio Integração Oeste, onde a CCR detém uma participação de 95%, assinou o contrato de concessão e passou então a operar o Rodoanel Mário Covas - Trecho Oeste.

No dia 3 de junho de 2008, a CCR comunicou aos seus acionistas e ao mercado que finalizou as etapas previstas no Acordo de Investimento celebrado em 29 de janeiro de 2008 e passa a deter 40% das ações ordinárias e preferenciais da Renovias Concessionária S/A.

No dia 22 de dezembro de 2008, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a alteração do capital social da companhia, que passa a ser de R\$ 791.760.430,54, dividido em 403.101.800 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No dia 04 de maio de 2009, a companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi firmado um Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato de Compra e Venda"), irrevogável e irretroatável, com a Brisa - Autoestradas de Portugal S.A. ("Brisa"), para a venda da totalidade da participação da CCR (10% - dez por cento - do capital social) na empresa Northwest Parkway, LLC ("Northwest Parkway, LLC"), no valor de US\$29,143,473.00 (vinte e nove milhões, cento e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e três dólares americanos).

Descrição dos Principais Pontos dos Contratos de Concessão de Cada Concessionária

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Sem prejuízo dos comentários acima de pontos específicos dos nossos contratos de concessão realizados acima, seguem abaixo os principais pontos de nossos contratos de concessão:

AutoBAN

➤ **Objeto:** o contrato de concessão da AutoBAN tem por objeto a exploração do sistema rodoviário Anhangüera-Bandeirantes, compreendendo: (a) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (b) apoio na execução dos serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão; e (c) gestão e fiscalização dos serviços considerados convenientes, mas não essenciais para manter um serviço adequado.

➤ **Receitas:** as receitas da AutoBAN são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato também prevê a possibilidade de cobrança de receitas acessórias, inclusive de cobrança de acessos e de uso de faixa de domínio público; e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a AutoBAN e terceiros.

➤ **Obrigações com o poder concedente:** o contrato de concessão, quando da sua assinatura, previa o pagamento de preço pela delegação dos serviços públicos de: (a) valor correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida pela Concessionária no mês anterior ao do pagamento; e (b) o valor fixo de R\$1.624,2 milhões (em maio de 1.998) a ser pago em 8 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,9% do valor fixo; e em 232 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,4% do valor fixo após o pagamento das 8 parcelas iniciais.

➤ **Data de assinatura:** 01 de maio de 1.998, conforme aditado.

➤ **Prazo:** 344 meses.

➤ A AutoBAN deverá comunicar ao poder concedente até 20 dias antes da data prevista para o reajustamento, as novas tarifas de pedágio que, por força da aplicação dos critérios, procedimentos, fórmula e datas definidos no contrato de concessão, pretende aplicar no período seguinte.

As novas tarifas de pedágio serão consideradas homologadas pelo poder concedente após 15 dias da comunicação prevista no item anterior. As alterações da base tarifária quilométrica decorrentes da entrada em operação de ampliações deverão ser solicitadas pela AutoBAN com 40 dias de antecedência.

ViaLagos

➤ **Objeto:** a concessão dos serviços de monitoração, recuperação, manutenção, conservação, implantação e ampliação da rodovia que faz a ligação viária dos municípios de Rio Bonito — Araruama — São Pedro da Aldeia.

➤ **Receitas:** a ViaLagos é remunerada pela cobrança de tarifa de pedágio. O contrato de concessão da ViaLagos ainda prevê fontes de receitas complementares, relacionadas basicamente a projetos comerciais associados à concessão que devem ser previamente autorizados pelo poder concedente.

➤ **Obrigações com o poder concedente:** o contrato de concessão da ViaLagos, quando da sua assinatura, previa o pagamento ao poder concedente de uma contrapartida pela outorga da concessão no valor total de R\$61,2 milhões em 23 parcelas, anuais e sucessivas, reajustadas da mesma forma que as tarifas de pedágio. Em 2.005, o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão contemplou a compensação do saldo de valor

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

da Outorga da Concessão com o valor excedente de despesas com desapropriações realizadas pela Concessionária à época.

- Data de assinatura: 23 de dezembro de 1.996, conforme aditado.
- Prazo: 25 anos.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da tarifa básica de pedágio será reajustado anualmente com base na variação ponderada dos índices de reajustes relativos aos principais componentes de custos considerados na formação da tarifa básica de pedágio.

O cálculo do reajuste do valor da tarifa básica de pedágio será feito pela ViaLagos e previamente submetido à fiscalização para verificação da sua correção; o poder concedente terá o prazo máximo de 15 dias úteis para verificar e homologar os reajustes da tarifa. Homologados os reajustes da tarifa, a ViaLagos fica autorizada a praticá-los.

RodoNorte

- Objeto: a concessão dos serviços de recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso às rodovias que ligam Curitiba à Apucarana e Ponta Grossa à Jaguariaíva.
- Receitas: a RodoNorte é remunerada pela cobrança de tarifa de pedágio, sendo facultada a exploração de outras receitas acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio.
- Obrigações com o poder concedente: a RodoNorte deve manter 80 quilômetros de trechos de acesso. Trechos de acesso são rodovias secundárias não pertencentes ao anel de integração do Estado do Paraná, a serem recuperadas e mantidas pela RodoNorte durante o prazo da concessão. Os trechos de acesso não são pedagiados e não oferecem serviços de resgate por parte da RodoNorte.
- Data de assinatura: 14 de novembro de 1.997, conforme aditado.
- Prazo: 24 anos.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: O valor da tarifa básica de cada praça será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável.

O cálculo do reajuste do valor das tarifas de pedágio será feito pela RodoNorte e previamente submetido à fiscalização do DER para verificação da sua correção; o DER terá prazo máximo de 5 dias úteis para verificar e, se correto, homologar o reajuste, sendo que passado o referido prazo sem que o DER se manifeste, o reajuste considerará-se autorizado para todos os fins contratuais. Havendo discordância do DER quanto aos cálculos apresentados, o DER deverá apresentar à RodoNorte novos cálculos, apontando de forma clara quais as incorreções verificadas.

NovaDutra

- Objeto: a concessão de serviços de recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção, conservação, operação e a exploração da rodovia BR-116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro — São Paulo e respectivos acessos mediante a cobrança de pedágio.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

➤ Receitas: a NovaDutra é remunerada pela cobrança de tarifa de pedágio.

➤ Data de assinatura: 31 de outubro de 1.995, conforme aditado.

➤ Prazo: 25 anos.

➤ Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da tarifa básica de pedágio será reajustado anualmente. Conforme disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável, o valor da tarifa básica de pedágio será reajustado com base na variação ponderada dos índices de reajustes relativos aos principais componentes de custo considerados na formação do valor da tarifa básica de pedágio.

O cálculo do reajuste do valor da tarifa básica de pedágio será feito pela NovaDutra e previamente submetido à fiscalização da autoridade competente para verificação de sua correção; a autoridade competente terá o prazo de 48 horas para verificar a correção do cálculo. Aprovado o cálculo pela fiscalização, a NovaDutra fica autorizada a praticar o reajuste.

Ponte

➤ Objeto: a recuperação, o reforço e a monitoração das estruturas, o melhoramento, a manutenção, a conservação e a operação da Ponte Presidente Costa e Silva e respectivos acessos.

➤ Receitas: geradas através da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato de concessão ainda prevê o recebimento de receitas complementares provenientes da exploração comercial das áreas de serviços e de multas por excesso de peso.

➤ Obrigações com o poder concedente: a Ponte não paga contrapartida ao poder concedente pela outorga da concessão.

➤ Data da assinatura: 29 de dezembro de 1.994, conforme aditado.

➤ Prazo: 20 anos.

➤ Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da tarifa básica de pedágio será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável, considerando-se, como data-base do contrato, a data da apresentação das propostas de tarifa. O valor da tarifa básica de pedágio será reajustado com base na variação ponderada dos índices de reajustes relativos aos principais componentes de custo considerados na formação do valor da tarifa básica de pedágio.

Renovias

➤ Objeto: o contrato de concessão da Renovias tem por objeto a exploração do sistema rodoviário compreendido por cinco rodovias que ligam Campinas ao Circuito das Águas e Sul de Minas: SP-340 (Campinas/Mogi Mirim/Mococa), SP-344 (Aguai/São João da Boa Vista/Vargem Grande do Sul), SP-342 (Mogi Guaçu/Espírito Santo do Pinhal/São João da Boa Vista/Águas da Prata), SP-350 (Casa Branca/São José do Rio Pardo) e SP-215 (Vargem Grande do Sul/Casa Branca), numa extensão de 345,6 quilômetros, compreendendo: (a) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (b) apoio na execução dos serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão; e (c) gestão e fiscalização dos serviços considerados convenientes, mas não essenciais para manter um serviço adequado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

➤ Receitas: as receitas da Renovias são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato também prevê a possibilidade de cobrança de receitas acessórias, inclusive de cobrança de acessos e de uso de faixa de domínio público; e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a Renovias e terceiros..

- Obrigações com o Poder Concedente: o contrato de concessão, quando da sua assinatura, previa o pagamento de preço pela delegação dos serviços públicos de: (a) valor correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida pela Concessionária no mês anterior ao do pagamento, excetuada a receita financeira, durante todo o prazo da concessão; e (b) o valor fixo de R\$151,94 milhões (em abril de 1.998) a ser pago em 8 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo cada uma a 0,9% do valor fixo; e em 232 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,4% do valor fixo após o pagamento das 8 parcelas iniciais. Os valores serão reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas cobradas dos usuários. Os pagamentos referentes ao item "b" supracitado poderão ser efetuados utilizando títulos de emissão da Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA, até o limite de 30% de cada parcela.

➤ Data de assinatura: 14 de abril de 1.998, conforme aditado.

- Prazo: 240 meses (original) e 290 meses (considerando o 13º aditivo celebrado em 21 de dezembro de 2.006).

➤ Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da base tarifária quilométrica será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável.

A Renovias deverá comunicar ao poder concedente até 20 dias antes da data prevista para o reajustamento, as novas tarifas de pedágio que, por força da aplicação dos critérios, procedimentos, fórmula e datas definidos no contrato de concessão, pretende aplicar no período seguinte.

- As novas tarifas de pedágio serão consideradas homologadas pelo poder concedente após 15 dias da comunicação prevista no item anterior. As alterações da base tarifária quilométrica decorrentes da entrada em operação de ampliações deverão ser solicitadas pela Renovias com 40 dias de antecedência. Atualmente, as tarifas aplicadas sob essa concessão são as seguintes:

Rodovia		Pedágio		Tarifas	
Nomenclatura		Nomenclatura	Km	Passeio	Por Eixo
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-340	Jaguariúna	123,5	R\$7,60	R\$7,60
Rodovia Dep. Mário Beni	SP-340	Estiva gerbi	192,84	R\$4,60	R\$4,60
Rodovia Prof. Boanerges Nogueira de Lima	SP-340	Casa branca	221,292	R\$4,10	R\$4,10
Rodovia Prof. José André de Lima	SP-340	Mococa	254,690	R\$3,90	R\$3,90
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-342	Águas da prata	240	R\$2,30	R\$2,30
Rodovia Dom Tomás Vaquero	SP-344	Aguai	219	R\$2,90	R\$2,90
	SP-344	S. J. da boa vista	230,44	R\$3,00	R\$3,00
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-342	Pinhal	191,89	R\$5,70	R\$5,70
Rodovia Dep. Eduardo Vicente Nasser	SP-350	Itobi	252,14	R\$5,60	R\$5,60

Fonte: ARTESP

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

ViaQuatro

➤ Objeto: A Companhia (em fase pré-operacional) tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 12,8 quilômetros, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O plano de operações está dividido em três fases:

- Fase I - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. Durante essa fase o Poder Concedente poderá implantar uma, e somente uma, estação adicional dentre as seguintes: Fradique Coutinho, Oscar Freire ou Higienópolis. A fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da fase II. O início das operações está previsto para o primeiro semestre de 2.010, conforme termo aditivo modificativo nº 2, celebrado em 29 de maio de 2.008.
- Fase II - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 15 trens, atendendo todas as suas estações previstas: Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. O início das operações está previsto para o primeiro semestre de 2.014.
- Fase III - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão.

➤ Receitas: A receita da Companhia será composta por duas parcelas:

- Parcela A - Receita tarifária obtida por meio de tarifa de remuneração fixada em R\$2,08 (dois reais e oito centavos) por passageiro exclusivo transportado e R\$1,04 (um real e quatro centavos) por passageiro integrado transportado, na data base de 1º de fevereiro de 2.005. O cálculo da receita tarifária levará ainda em consideração o seguinte critério: (a) 100% da tarifa de remuneração multiplicada pelo número de entradas de passageiros exclusivos, assim considerados aqueles, pagantes ou gratuitos, que utilizam exclusivamente a Linha 4 - Amarela, sem utilizar de nenhuma outra linha metro-ferroviária; e (b) 50% da tarifa de remuneração multiplicada pelo número de entradas de passageiros integrados no sistema metro-ferroviário, assim considerados aqueles, pagantes ou gratuitos, que utilizam a Linha 4 - Amarela em combinação com outras linhas operadas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, da CPTM, ou de ambas, em qualquer sentido.

- Parcela B - Contraprestação pecuniária devida pelo Poder Concedente, a ser paga em duas etapas.

- 24 (vinte e quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$1.563 mil na data base de 1º de agosto de 2.006, vencendo-se a primeira delas no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês de início da operação comercial da fase I;

- 24 (vinte e quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas, no valor de R\$1.563 mil, na data base 1º de agosto de 2.006, vencendo-se a primeira delas no dia 15 (quinze) do mês subsequente à apresentação do conjunto de instrumentos jurídicos que comprovem a efetiva contratação do financiamento e fornecimento dos Trens Metroviários do Sistema de Material Rodante da fase II.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

➤ Obrigações com o Poder Concedente: A Companhia assumiu o compromisso de, na fase I, adquirir o material rodante, a implantação de sistemas, a operação e manutenção em conformidade com o definido no documento Diretrizes Técnicas para Concessão da Linha 4 - Amarela - Anexo I do contrato, e na fase II, a complementação dos equipamentos e serviços incluindo o trecho Vila Sônia - Taboão, por meio de veículos sobre pneus.

➤ Data da assinatura: 29 de Novembro de 2.006.

➤ Prazo: O prazo do contrato de concessão é de 32 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato, condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos, para assegurar o prazo mínimo de exploração econômica de 30 anos a contar do início da operação comercial da fase I.

➤ Reajuste da tarifa e da contraprestação devida pelo Poder Concedente: O valor da tarifa básica será reajustado anualmente, tendo-se como data-base o dia 1º de fevereiro de 2.005 e considerando-se, para os primeiros 15 anos de operação, 50% da variação do IPC (medido pela FIPE) e 50% da variação do IGP-M (calculado pela FGV). Decorridos 15 anos do prazo de operação, o valor da tarifa será reajustada mediante a variação apenas do IPVC (medido pela FIPE). Em relação à contraprestação pecuniária devida pelo Poder Concedente, os reajustes serão calculados considerando metade da variação do IPC (medido pela FIPE) e metade da variação do IGP-M (calculado pela FGV).

➤ Início (previsto) da Operação Comercial: Primeiro semestre de 2.010.

ViaOeste

➤ Objeto: o contrato de concessão da ViaOeste tem por objeto a exploração do sistema rodoviário Castello Branco (quilômetros 13,46 a 79,38) - Raposo Tavares (quilômetros 34 a 115,5), compreendendo: (a) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (b) apoio na execução dos serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão; e (c) gestão e fiscalização dos serviços considerados convenientes, mas não essenciais para manter um serviço adequado.

➤ Receitas: as receitas da ViaOeste são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato também prevê a possibilidade de cobrança de receitas acessórias, inclusive de cobrança de acessos e de uso de faixa de domínio público; e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a ViaOeste e terceiros.

➤ Obrigações com o poder concedente: o contrato de concessão, quando da sua assinatura, previa o pagamento de preço pela delegação dos serviços públicos de: (a) valor correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida pela Concessionária no mês anterior ao do pagamento; e (b) o valor fixo de R\$318 milhões (em março de 1.998) a ser pago em oito parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,9% do valor fixo; e em 232 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 0,4% do valor fixo após o pagamento das 8 parcelas iniciais.

➤ Data de assinatura: 30 de março de 1.998, conforme aditado.

➤ Prazo: 240 meses.

➤ Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da base tarifária quilométrica será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A ViaOeste deverá comunicar ao poder concedente até 20 dias antes da data prevista para o reajustamento, as novas tarifas de pedágio que, por força da aplicação dos critérios, procedimentos, fórmula e datas definidos no contrato de concessão, pretende aplicar no período seguinte.

As novas tarifas de pedágio serão consideradas homologadas pelo poder concedente após 15 dias da comunicação prevista no item anterior. As alterações da base tarifária quilométrica decorrentes da entrada em operação de ampliações deverão ser solicitadas pela ViaOeste com 40 dias de antecedência.

RodoAnel

- Objeto: o contrato de concessão do RodoAnel tem por objeto a exploração do RodoAnel Oeste da grande São Paulo - SP-021 (quilômetros zero a 29,4), compreendendo: (a) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (b) apoio na execução dos serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão; e (c) gestão e fiscalização dos serviços considerados convenientes, mas não essenciais para manter um serviço adequado.
- Receitas: as receitas do RodoAnel são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio. O contrato também prevê a possibilidade de cobrança de receitas acessórias, inclusive de cobrança de acessos e de uso de faixa de domínio público; e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre o RodoAnel e terceiros.
- Obrigações com o Poder Concedente: o contrato de concessão, quando da sua assinatura, previa o pagamento de preço pela delegação dos serviços públicos de: (a) valor correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida pela Concessionária no mês anterior ao do pagamento; e (b) o valor fixo de R\$2 bilhões (em junho de 2.008) a ser pago 10% na assinatura do Contrato e o restante em 24 parcelas mensais iguais e consecutivas, correspondendo a 3,75% do valor fixo.
- Data de assinatura: 01 de Junho de 2.008, conforme aditado.
- Prazo: 360 meses.
- Reajuste da tarifa básica de pedágio: o valor da base tarifária quilométrica será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação aplicável.

O RodoAnel deverá comunicar ao poder concedente até 20 dias antes da data prevista para o reajustamento, as novas tarifas de pedágio que, por força da aplicação dos critérios, procedimentos, fórmula e datas definidos no contrato de concessão, pretende aplicar no período seguinte.

As novas tarifas de pedágio serão consideradas homologadas pelo poder concedente após 15 dias da comunicação prevista no item anterior.

INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Investimentos

No dia 10 de agosto de 2.006, a CCR assinou um acordo - *Memorandum of Understanding* - com uma de suas acionistas controladoras, qual seja, a Brisa - Auto-Estradas de Portugal S.A., com o objetivo de estabelecer uma parceria para o desenvolvimento de novas oportunidades de investimentos em projetos de concessões de rodovias, auto-estradas, vias urbanas, túneis e outras infra-estruturas viárias nos Estados Unidos da América e Canadá. A

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1 - ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS/PONTES - ARREC. DE PEDÁGIO E EXP. COM	96,00
05	OUTROS	4,00

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Resultados Operacionais

A cobrança de pedágios nas rodovias em que operamos representa quase a totalidade da nossa receita operacional bruta. Durante o ano de 2.008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009, 96,0% e 95,4%, respectivamente, da nossa receita operacional bruta decorreu da cobrança de tarifa de pedágio. Nós operamos nossos pedágios tanto de forma manual como por meio de identificação automática, utilizando o sistema eletrônico de pagamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre em todas as nossas concessões rodoviárias. Os principais fatores que influenciam nossa receita operacional bruta são: (i) o número de veículos que contribuem para os pedágios instalados nas rodovias que administramos; e (ii) o valor das tarifas dos pedágios reajustadas pela inflação, de acordo com as fórmulas abaixo descritas e estabelecidas nos respectivos contratos de concessão:

- IGP-M (AutoBA, ViaOeste e Renovias);
- IPCA (RodoAnel);
- Combinação entre os dois índices referidos acima (RodoNorte); e
- Combinação de diversos índices que medem a variação do preço de determinados insumos e produtos da indústria de construção (NovaDutra, Ponte e ViaLagos).

O tráfego de Veículos Equivalentes nas rodovias em que operamos foi de 163,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2.009; 598,3 milhões no ano de 2.008 (140,3 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.008); 551,9 milhões no ano de 2.007 (130,6 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.007); 519,7 milhões no ano de 2.006 (125,6 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.006); 492,9 milhões no ano de 2.005 (106,8 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.005); 397,1 milhões no ano de 2.004 (93,9 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.004); e 368,4 milhões no ano de 2.003 (87,5 milhões período de três meses findo em 31 de março de 2.003), representando um crescimento anual médio de 10,2% entre os anos de 2.003 e 2.008.

Nossa receita operacional bruta tem aumentado ao longo dos anos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2.003, 2.004, 2.005, 2.006, 2.007 e 2.008, nossa receita operacional bruta representava os seguintes valores, respectivamente, de R\$1.229,4 milhões, R\$1.568,2 milhões, R\$2.103,6 milhões, R\$2.317,9 milhões, R\$2.538,2 milhões, e R\$2.951,6 milhões, representando um crescimento anual médio de 19,1% entre os anos de 2.003 e 2.008. No período de três meses findo em 31 de março de 2.009 nossa receita operacional bruta foi de R\$774,4 milhões.

Com relação à nossa rentabilidade, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.003, 2.004, 2.005, 2.006, 2.007 e 2.008, apresentamos EBITDA de R\$571,1 milhões, R\$759,3 milhões, R\$1.102,3 milhões, R\$1.206,3 milhões, R\$1.454,3 milhões e R\$1.731,8, representando um crescimento anual médio de 24,8% entre os anos de 2.003 a 2.008, período em que nossa margem EBITDA elevou-se em 12,1%, de 46,5% para 58,6%. No período de três meses findo em 31 de março de 2.009, nosso EBITDA representou R\$454,8 milhões, representando uma margem de 58,7% de crescimento no período.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Histórico do Volume de Tráfego

Nós medimos o tráfego em nossas rodovias em Veículos Equivalentes. A unidade Veículo Equivalente é calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. Os veículos são medidos automaticamente por um sensor em cada praça de pedágio que detecta o número de eixos do veículo.

A tabela seguinte indica o número total de Veículos Equivalentes por Concessionária nos exercícios de 2.007, 2.008 e no período de 3 meses findo em 31 de março de 2.009:

	Exercício		Período de 3 meses findo em 31 de março de 2.009
	2.007	2.008	
	(em milhares Veículos Equivalentes)		
NovaDutra.....	125.830.149	131.910.860	30.459.327
AutoBA.....	196.087.898	209.523.802	47.598.837
RodoNorte.....	55.431.928	57.256.462	14.169.014
Ponte.....	27.015.086	28.100.551	6.837.977
ViaLagos.....	5.382.799	5.514.470	1.834.515
ViaOeste	57.858.375	62.234.994	14.872.279
Renovias ⁽¹⁾	--	10.242.150	3.937.494
RodoAnel	--	3.221.697 ⁽²⁾	21.821.430
Total ⁽³⁾	551.929.330	598.340.530	163.241.126

(1) A quantidade de Veículos Equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária.

(2) Os Veículos Equivalentes apresentados no ano de 2.008, referem-se a 15 dias de arrecadação.

(3) No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a daquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Nosso volume de tráfego permanece abaixo dos níveis máximos determinados pelas nossas propostas apresentadas nos processos de licitação a partir dos quais teríamos que construir faixas adicionais. Nós pretendemos continuar a construir faixas adicionais para manter nossa capacidade em conformidade com os níveis estipulados nos contratos de concessão, para podermos aumentar o número de veículos que utilizam nossas rodovias. Entretanto, apesar de estarmos operando abaixo da capacidade de nossas rodovias, periodicamente, os motoristas enfrentam congestionamentos de tráfego, em horários de pico, nas avenidas de acesso à Ponte, e em trechos das nossas rodovias localizados próximos aos centros urbanos.

No período de três meses findo em 31 de março de 2.009, o tráfego cresceu 16,3% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2.008. Em relação ao período de três meses findo em 31 de dezembro de

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

2.008, o tráfego cresceu 4,8%. Comparando-se a mesma base de tráfego, entretanto, sem a adição do volume de tráfego de Renovias e RodoAnel, o tráfego apresentou queda de 2,0% no período de três meses findo em 31 de março de 2.009.

Cálculo do Valor da Tarifa de Pedágio

As tarifas de pedágio que cobramos são baseadas em categorias de veículos, aplicando-se um determinado fator multiplicador da tarifa-base a nove categorias de veículos. A classificação é feita de acordo com o número de eixos do veículo. As tarifas cobradas variam de praça a praça. As tarifas cobradas em cada praça não variam durante a semana, com exceção das tarifas atualmente cobradas, durante a semana, na praça da ViaLagos, que são diferentes daquelas cobradas nos finais de semana.

Histórico das Receitas de Pedágio

A tabela seguinte apresenta as receitas de pedágio recebidas pelas Concessionárias durante os exercícios sociais encerrados em 2.007, 2.008 e no período de três meses findo em 31 de março de 2.009:

Concessionária	Exercício Social encerrado em		Período de três meses findo em 31 de março de 2.009
	2.007	2.008	
	(em milhares de Reais)		
NovaDutra	665.577	748.324	182.603
AutoBA	937.687	1.081.716	258.470
RodoNorte	283.917	307.956	83.509
Ponte	92.990	101.943	25.984
ViaLagos	49.056	54.067	19.302
ViaOeste	413.483	481.644	121.572
Renovias	-	52.605	20.519
RodoAnel	-	3.866	26.186
Total	2.442.710	2.832.121	738.145

Construção no Contexto das Concessões

Primeira Fase:

Os documentos licitatórios e os contratos de concessão determinam as metas que precisamos atingir no prazo da concessão e os recursos que precisamos investir. Normalmente, a primeira fase de concessão é denominada "trabalhos iniciais" e dura aproximadamente seis meses. De modo geral, nessa fase, devemos melhorar os piores aspectos das condições das rodovias, aumentar a segurança, minimizar problemas críticos que representam riscos imediatos aos usuários e aos sistemas existentes, aumentar os níveis de conforto aos usuários e modernizar a aparência da rodovia. Nessa fase, também fazemos reparos no pavimento e recuperamos a sinalização da pista e pontes em locais críticos da rodovia. Nas rodovias que não possuam praças de pedágio no momento da transferência da concessão, nós não podemos cobrar pedágio antes de cumprir com as obrigações relativas à primeira fase. Em todas as nossas oito concessões, nós já cumprimos com as nossas obrigações relativas à primeira fase de concessão.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Projetos de Investimento

Pretendemos aumentar e diversificar o sistema de rodovias que operamos, por meio, principalmente, de êxito em procedimentos licitatórios para obtenção de novas concessões em trechos que cuja exploração nos interesse, e de aquisição concessões outorgadas a terceiros.

A instauração e conclusão de procedimentos licitatórios para concessões sobre novos trechos de rodovias dependem de atuação discricionária de entes governamentais, bem como dependem de interesses estratégicos das concessionárias a alienação de suas concessões. Assim, a imprevisibilidade de ocorrência desses eventos faz com que a elaboração de qualquer plano de investimento específico se torne inviável, seja em função do tempo despendido, seja em função dos custos envolvidos face ao risco de perecimento do projeto, ou mesmo por impossibilidade técnica, à medida em que não se pode prever os prazos ou estimativas de custos envolvidos nas operações.

Apesar das dificuldades expostas, temos a intenção de aumentar e diversificar a rede de rodovias que operamos, aproveitando-nos de oportunidades para obtermos a outorga de concessões federais e estaduais para a administração de rodovias existentes e, também, para participar em projetos em desenvolvimento no Brasil para melhoria e manutenção de rodovias no âmbito do programa de parcerias público-privadas (PPP). Também estamos atentos ao mercado no que tange à possibilidade de aquisição de participação em outras concessionárias de rodovias.

Nós acreditamos que a expansão e a diversificação de nossas atividades ocorrerão inicialmente no Brasil, mas também estamos atentos e dispostos a participar em projetos no exterior.

No que tange à ocorrência de procedimentos licitatórios futuros, de acordo com os programas de concessão de rodovias patrocinados pela ANTT e pelo DER/SP/ARTESP, ainda serão concedidos aproximadamente 10.102 quilômetros de rodovias. A seguir, expomos as informações que já possuímos e nossas impressões acerca do andamento do Programa Federal de Concessões e do Programa de Concessões de Rodovias do Estado de São Paulo, assim como as medidas que já tomamos quanto ao primeiro. Temos interesse em obter concessões nos trechos abaixo mencionados.

Segunda Fase do Programa Federal de Concessões

Em dezembro de 2.000 e em fevereiro de 2.001, submetemos ao poder concedente os documentos relativos à pré-qualificação dos interessados para a concessão de oito rodovias federais (discriminadas na tabela abaixo). No entanto, de acordo com o então DNER, em 06 de dezembro de 2.000, uma ordem administrativa emanada do Tribunal de Contas da União paralisou o processo de concessão relacionado a determinadas rodovias federais para que se investigasse a legalidade da cobrança de pedágios em rodovias de pista simples e possíveis deficiências na determinação das informações financeiras exigidas dos interessados na licitação. Ato contínuo, no final de 2.003, o governo federal e o Ministério dos Transportes cancelaram essas licitações.

Em 9 de dezembro de 2004, o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, realizou Audiência Pública referente à 2ª. fase do Programa Federal de Concessões. Segundo dados apresentados na Audiência Pública acima mencionada, os seguintes trechos foram objeto de concessões no ano de 2007.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

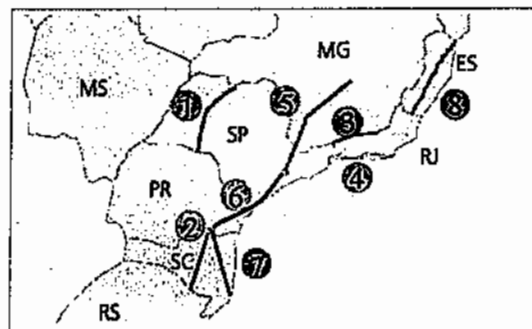
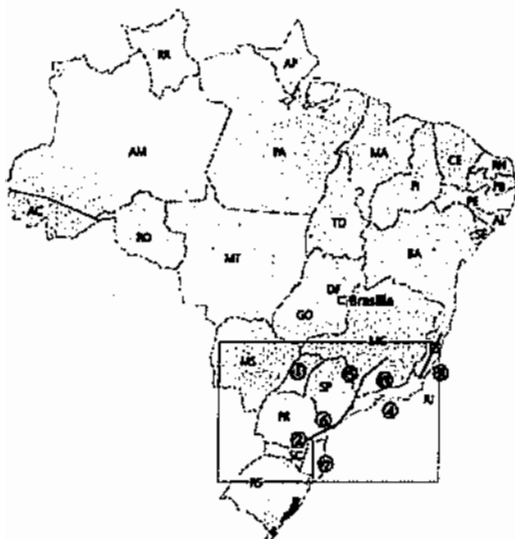
14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Programa / Projeto		Distância (km)
1.	153/SP	Divisa MG/SP — Divisa SP/PR
2.	116/PR/SC	Curitiba — Divisa SC/RS
3.	393/RJ	Divisa MG/RJ — BR 116/RJ
4.	101/RJ	Divisa RJ/ES — Ponte Pres. Costa e Silva (Ponte)
5.	381/MG/SP	Belo Horizonte — São Paulo
6.	116/SP/PR	São Paulo — Curitiba
7.	116/376/PR e 101/SC	Curitiba — Florianópolis
TOTAL		2.600,7

Fonte: MT-Audiência Pública, Dezembro de 2.004

(1) As receitas previstas são baseadas em projeções da DNER, constantes do edital de licitação.

O mapa seguinte descreve a localização específica das futuras concessões de rodovias federais que estão incluídas na segunda fase do programa de privatização de rodovias federais. Os números indicados no mapa correspondem aos números indicados na tabela acima.



Tais lotes foram objeto de leilão realizado em 9 de outubro de 2007, relativo às licitações das concessões dos trechos acima descritos.

A Terceira Fase do Programa Federal de Concessão

As tabelas abaixo mostram as concessões incluídas na terceira fase do programa federal de concessões. Espera-se que o processo licitatório e a celebração dos contratos de concessão sejam concluídos após a implementação da segunda fase do Programa Federal de Concessão. As concessões devem ter prazo de 25 anos. Devemos ressaltar ainda que as rodovias abaixo citadas foram incluídas nos novos lotes federais tendo como base informações oficiais, e a expectativa da companhia é de que tais lotes venha a ser efetivamente licitados na próxima fase dos leilões federais.

1ª Etapa: extensão total de 2.066,3 km

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Previsão de leilão: novembro de 2009

Rodovia	Trecho	km
BR 040 (DF/MG)	Brasília - entroncamento com BR 135	589,7
BR 040 MG	Entroncamento BR 262/381 (BH) - entroncamento BR 135	108,9
BR 040 MG	Entroncamento BR 356 (BH) - Juiz de Fora	230,0
BR 116 MG	Divisa BA/MG - Divisa MG/RJ	816,7
BR 381 MG	Entroncamento MG 020 (BH) - Gov. Valadares	321,0

2ª Etapa: extensão total de 1.993,2 km

Previsão de leilão: novembro de 2009

Rodovia	Trecho	km
BR 060 (DF/GO)	Entroncamento DF-001 (Brasília) - entroncamento BR 153	125,5
BR 153 GO	Entroncamento BR 060 - divisa GO/MG	259,7
BR 101 ES	Divisa RJ/ES - Divisa ES/BA	458,4
BR 101 BA	Divisa ES/BA - Entroncamento BR 324	790,7
BR 470 SC	Navegantes - Divisa SC/RS	358,9

O Programa de Concessões de Rodovias do Estado de São Paulo.

A tabela seguinte indica as concessões que estão incluídas no programa de concessões do Estado de São Paulo. As concessões deverão ter prazo de duração de 20 anos, de acordo com a Companhia Paulista de Desenvolvimento - CPD. Conforme estudos divulgados pelo CPD, em 1.999, os trechos descritos na tabela abaixo foram objeto de concessão no Estado de São Paulo em Outubro de 2008.

Programa / Projeto / Estado	Rodovia	Distância (km)
1. SP101/113/300/308	Marechal Rondon Leste	361,0
2. SP 300/294	Marechal Rondon Oeste	431,0
3. SP 225/270/327	Raposo Tavares	389,0
4. SP 070	Ayrton Senna/Sistema Carvalho Pinto	133,0
5. SP 065/332/360	D. Pedro I	297,0
TOTAL.....		1.611,0

Em 11 de Março de 2008, o governo do Estado de São Paulo retomou seu programa de concessões de rodovias, com o leilão do trecho oeste do Rodoanel Mário Covas. Leilão esteve vencido pelo Consórcio Integração (Grupo CCR 95% e Encalso 5%), que passou a operar tal trecho em Junho de 2008, por meio da concessionária RodoAnel. Sua arrecadação de pedágio foi iniciada em Dezembro de 2008.

Existe a expectativa para novas concessões no Estado de São Paulo, desde concessões rodoviárias como o Trecho Sul do RodoAnel, cuja construção (responsabilidade do Estado de São Paulo) deve ser concluída em Novembro de 2009 e posteriormente tal trecho deve ser licitado a iniciativa privada; um novo lote de concessões rodoviárias, a chamada Terceira Fase que deve incluir algumas rodovias no litoral do Estado de São Paulo.

Fora do âmbito de concessões rodoviárias, existe a expectativa de novas oportunidades em licitações para concessões (federal e estaduais) de transporte de passageiros (trens e metrô), especialmente na região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), e em algumas outras capitais do Brasil.

Mais uma vez aqui devemos ressaltar que as rodovias acima citadas foram incluídas nos lotes em leilão tendo como base informações oficiais, e a expectativa da companhia é de que tais lotes venha a ser efetivamente licitados na próxima fase dos leilões estaduais.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL. PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	2,46	5,45	SIM	2.855	38.896
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	9,06	20,05	SIM	22	143.051
03	OUTRAS	16,23	35,89	SIM	6.617	256.117

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Operações com Partes Relacionadas

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações, dentre outras, relativas a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

As operações listadas abaixo contemplam as contratações relevantes realizadas entre nós, nossas controladoras e controladas e estão refletidas em nossas demonstrações financeiras consolidadas. Todas as nossas operações com partes relacionadas foram celebradas no curso normal de nossos negócios e em condições de mercado, observadas as disposições societárias da CCR.

Para evitar conflitos de interesse, os negócios que envolvem as concessionárias e os acionistas controladores dependem da aprovação final pelo Conselho. A regra vale para todos os contratos acima de R\$1 milhão.

Qualquer membro do Conselho pode também solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por uma consultoria especializada, que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado. Em caso de eventuais dúvidas, os contratos com as partes relacionadas poderão ser vetados por 25% dos membros do Conselho.

As empresas Engelog, Actua Assessoria e Actua Serviços foram criadas para auxiliar a CCR na execução de suas atividades como parte do processo de reestruturação organizacional, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, padronizar processos e desenvolver controles operacionais mais avançados.

A Engelog foi criada em 2.002 para centralizar a coordenação da construção e desenvolvimento de soluções de engenharia, por meio de contratos *turn-key* e de gerenciamento de projetos das concessionárias da CCR. Colabora para promover sinergia entre as diversas unidades de negócio, difundindo e padronizando as melhores práticas de produtividade e tecnologia. Em 2.008, contribuiu para a gestão de R\$797,6 milhões em investimentos realizados pela CCR e Concessionárias, gerenciando aproximadamente 700 contratos, que envolveram cerca de 6.500 funcionários em obras e conservação nas rodovias e ponte por nós operadas.

A Actua Assessoria e a Actua Serviços atendem às demandas e necessidades administrativas das concessionárias da CCR. Alinhadas à tendência mundial de racionalização de processos e ganho de escala, o objetivo das duas empresas é agregar valor ao negócio, com soluções diferenciadas de prestação de serviços administrativos.

AutoBAN:

- Em 17 de agosto de 2.007, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com as empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa e Serveng, no valor de R\$66.000.000,00, para a execução de obras de implantação das obras de arte especiais do Ramo 500 (acesso da Lapa para a SP-330) e do Ramo 900 (acesso da marginal Tietê – sentido leste para a SP-330), integrantes do ‘Complexo Anhanguera’. Em 23 de novembro de 2007, as empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa e Serveng cederam e transferiram, a título gratuito, todos os direitos e obrigações assumidas neste contrato ao Consórcio Construtor Anhanguera, com anuência da AutoBAN. O 2º Termo Aditivo, celebrado em 20 de agosto de 2.008, prorrogou o prazo de vigência do contrato para 18 de setembro de 2009. Em 30 de março de 2009 foi formalizado o 3º Termo Aditivo no valor de R\$11.761.406,89, alterando o valor consolidado do contrato para R\$77.761.406,89. A prorrogação do prazo de execução da obra

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

suplementar, celebrado em 06 de fevereiro de 2.009, alterou o prazo para conclusão dos serviços para 30 de maio de 2.009, prorrogando a vigência até 18 de setembro de 2.009.

- Em 22 de fevereiro de 2.008, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com o Consórcio Construtor Anhanguera, formado pelas empresas Camargo Corrêa e Serveng, no valor de R\$30.389.493,43, para a execução de obras de Implantação do Ramo 200 Ponte sobre o Rio Tietê (ligando a Rodovia Anhanguera à Marginal Tietê sentido Rodovia Dutra) e Implantação do Retorno situado no quilômetro 19 SP-330 (retorno do SBT), ambas inseridas no conjunto de obras denominado Complexo Anhanguera 1ª etapa. Referido contrato é vigente até outubro de 2009.
- Em 18 de julho de 2.008, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com a Serveng e Andrade Gutierrez, no valor de R\$122.802.629,03, para a execução de obras de implantação do Complexo Anhanguera, 1ª etapa, Fase 2: (i) implantação das vias marginais e faixas adicionais do quilômetro 13+500 ao quilômetro 19+000 da SP-330 - Rodovia Anhanguera e (ii) implantação de 8 obras de arte especiais. Por meio de termo aditivo, as empresas Serveng e Andrade Gutierrez cedem e transferiram todos os direitos e obrigações assumidas neste contrato à Serveng, com anuência da AutoBAN. Foram formalizados mais 2 termos aditivos nos valores de R\$3.527.500,49 e R\$1.971.006,29 respectivamente, alterando o valor consolidado do contrato para R\$128.301.135,81. Referido contrato é vigente até janeiro de 2.010.
- Em 30 de setembro de 2.008, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$37.500.000,00, para a execução de obras de implantação das alças de acesso ao retorno do quilômetro 14+300 (ramo 3000), Trevo quilômetro 14+900 (Avenida Mutinga) e Entroncamento quilômetro 18+020 (Jaraguá) - Complexo Anhanguera Rodovia SP-330. Referido contrato é vigente até setembro de 2.010.

NovaDutra:

- Em 29 de março de 1.996, a NovaDutra contratou o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (Coper), formado atualmente pelas empresas Camargo Corrêa; Andrade; AG Concessões; SP Obras; SP Construções e COR, para a execução de trabalhos operacionais, de manutenção e de conservação da Rodovia Presidente Dutra. O contrato foi celebrado por preço global reajustado pela inflação da mesma forma que a tarifa de pedágio da NovaDutra, prevendo o pagamento total de aproximadamente, R\$1.509 milhões (data base maio/95). Já foram pagos, aproximadamente, R\$1682,2 milhões até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes), sendo que os valores pagos em 2.006, 2.007 e 2.008 foram de, aproximadamente, R\$219,7 milhões, R\$188,4 milhões, e R\$189,4 milhões, respectivamente. Referido contrato é vigente por 25 anos, a partir de sua assinatura, sendo o prazo inicial de 10 anos, a partir da assinatura, prorrogado por 15 anos mediante a celebração do 1º Termo Aditivo, em 11 de março de 1997.
- Em 03 de julho de 2.008, a NovaDutra firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$8.150.277,60, para a execução de obras de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, distribuídos em vários pontos e segmentos da Rodovia Presidente Dutra. Referido contrato teve seu prazo de vigência encerrado em março de 2.009. Em 12 de dezembro de 2.008, foi formalizado aditivo no valor de R\$2.860.203,84, prorrogando o prazo de vigência do para 15 de setembro de 2.009, cujo valor consolidado do contrato passou a ser de R\$11.010.481,44. Por meio de termo aditivo, houve a inclusão do segmento do quilômetro 170+000 ao Km 172+000 - SP para as obras de recuperação de pavimento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

- Em 30 de março de 2.009, a NovaDutra firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$60.297.080,83, para a execução de obras de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, encabeçamentos e capeamentos quilômetro 0 ao quilômetro 231 SP da Rodovia Presidente Dutra, para os anos de 2.009, 2.010 e 2.011. Referido contrato é vigente até abril de 2.012.

RodoNorte:

- Em 01 de agosto de 2.000, a RodoNorte firmou contrato de operação e conservação de rodovias com o Consórcio Operador Parques, formado pelas empresas CCR, Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos, Construtora Castilho S.A., Porto de Cima Concessões S.A. e Parques Serviços Ltda., para a execução de serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoração e operação da rodovia. O contrato foi celebrado por um preço mensal R\$2.710.000,00 reajustado pela variação da tarifa base de pedágio, prevendo o pagamento total de aproximadamente, R\$325.000.000,00 (data base agosto/2.000). Já foram pagos, aproximadamente, R\$290.000.000,00 até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes), sendo que os valores pagos em 2.006, 2.007 e 2.008 foram, respectivamente, aproximadamente R\$69.000.000,00, R\$74.000.000,00 e R\$69.000.000,00. Referido contrato é vigente por 10 anos, contados da data da sua assinatura.
- Em 18 de dezembro de 2007, a RodoNorte firmou contrato de empreitada com o Consórcio Vila Velha, formado pelas empresas Engellog, Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos e J. Malucelli, para a execução de serviços por empreitada, compreendendo a elaboração de projetos, execução das obras civis, o fornecimento de suporte técnico e dos subsídios necessários à aprovação dos projetos pelo representante do Poder Concedente, bem como de soluções técnicas que viabilizem a aprovação dos estudos ambientais (EIA/RIMA), a execução e entrega do cadastramento "as built" das Obras e Serviço, equacionamento de interferências com os sistemas de infra-estrutura e de serviços públicos, especialmente sistemas viários, estabelecimento de acessos a sistemas de transporte e entrega final dos trabalhos em perfeitas condições de utilização pelos usuários. O contrato foi celebrado pelo valor de R\$404.874.647,30 com valores unitários reajustados pela variação da tarifa base de pedágio (data base dezembro/2007). Já foram pagos, aproximadamente, R\$66.000.000,00 até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes). Referido contrato é vigente até janeiro de 2013.

ViaQuatro:

- Em 07 de outubro de 2.008, a CCR, juntamente com as empresas Montgomery Participações S.A., Mitsui & Co. Ltd., RATP Developpement S.A. e Benito Roggio Transporte S.A., são garantidores da ViaQuatro por meio do 'Contrato de Garantia de Patrocínio e Retenção de Participação Societária' como garantia do cumprimento das etapas do projeto de implantação da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo a ser exigida na hipótese de os recursos liberados pelo BID serem insuficientes para a realização das etapas previstas no referido projeto. O contrato foi firmado em cumprimento da condição precedente estabelecida no 'Contrato de Financiamento' firmado em 07 de outubro de 2.008 entre a ViaQuatro e o BID para a obtenção de financiamento de custeio do referido projeto de implantação da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. A CCR ficou responsável, na hipótese de os recursos liberados pelo BID serem insuficientes para a execução das etapas previstas do projeto de implantação da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, por 60% dos custos necessários à conclusão das etapas do projeto, comprometendo-se a manter participação societária mínima na ViaQuatro de acordo com a fase do projeto, iniciando em 58%.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

CCR e NovaDutra:

- Em 10 de fevereiro de 2.009, a CCR e a NovaDutra celebraram um contrato de mútuo, em que a CCR concedeu um empréstimo à NovaDutra no valor de R\$326.000.000,00, incidindo juros equivalentes à variação da remuneração do CDI, acrescido de parcela adicional de 4% ao ano. O valor do mútuo deverá ser amortizado em 547 dias, a contar da data da assinatura deste contrato, ou seja, em 31 de agosto de 2.010.

CCR e suas Concessionárias e Engelog:

- A Engelog foi criada em 2002 para centralizar a coordenação da construção e desenvolvimento de soluções de engenharia, por meio de contratos *turn-key* e de gerenciamento de projetos das concessionárias da CCR. Colabora para promover sinergia entre as diversas unidades de negócio, difundindo e padronizando as melhores práticas de produtividade e tecnologia. Em 2008, contribuiu para gestão de R\$ 797,6 milhões em investimentos realizados pela CCR e pelas Concessionárias, gerenciando aproximadamente 700 contratos, que envolveram cerca de 6.500 funcionários em obras e conservação.

CCR e suas Concessionárias e Actua Assessoria e a Actua Serviços:

- A Actua Assessoria e a Actua Serviços atendem às demandas e necessidades administrativas das concessionárias da CCR. Alinhadas à tendência mundial de racionalização de processos e ganho de escala, o objetivo das duas empresas é agregar valor ao negócio, com soluções diferenciadas de prestação de serviços administrativos.

Controladora

	Transações		Saldos			
			Ativo		Passivo	
	Despesas	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
CONTROLADAS						
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)			2.355			
Actua Assessoria Ltda.	1.195		29			
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (b)		2.029	168			
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (b)		1.605	131			
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)			38			
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.			2			
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (c)			1	1.724		
Companhia de Participações em Concessões (c)					3.615	
Parques Serviços Ltda. (d)					1.589	
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	2.148		24		174	
Consórcio Operador Parques (a)		62.232				
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	888		22			
CONTROLADORAS						
Camargo Córrea Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (e)					12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (e)						720
Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Eng. (e)						476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.			77			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS						

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Benito Roggio Transprote Ltda. (c)					555	
RATP Development S.A. (c)					554	
PROFISSIONAIS CHAVE						
Remuneração dos administradores	15.331				7.696	
Plano de incentivo de longo prazo	1.728				4.970	8.717
Total, 31 de dezembro de 2008	<u>21.290</u>	<u>65.866</u>	<u>2.847</u>	<u>2.833</u>	<u>18.056</u>	<u>10.633</u>
Total, 31 de dezembro de 2007	<u>35.393</u>	<u>66.759</u>	<u>646</u>	<u>2.051</u>	<u>11.627</u>	<u>12.630</u>
(a) Refere-se ao contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.						
(b) Refere-se a assessoria estratégica prestada pela controladora.						
(c) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas.						
(d) Refere-se ao contas a pagar do Consórcio Operador Parques para despesas de folha de pagamento.						
(e) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital.						

Consolidado

As controladas contratam, diretamente ou através de consórcios, serviços dos acionistas da Companhia ou de outras controladas ou afiliadas desses acionistas. As transações e os saldos são compostos por:

	Transações			Saldos			
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
CONTROLADORAS							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.				80			
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)						1.291	
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)		161				3	720
Camargo Corrêa S.A. (c)						1.142	
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estruturas S.A. (c)						12	720
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (c)		29.517				9.457	476
CONTROLADAS							
Engellog Centro de Engenharia Ltda			1.975			5	
Actua Assessoria Ltda.			1.571				
Actua Serviços Compartilhados Ltda.			1.310				
CONTROLADAS EM CONJUNTO							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.				72.680			
Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)				1.449			
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.				6			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS							
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	189.390			129		15.332	
Consórcio Construtor Anhanguera (c)		76.046				5.987	
Consórcio Operador Parques (d)	10.200			289		342	
Consórcio Vilha Velha (f)		10.998		28		2.059	
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)				11			
Benito Roggio Transporte Ltda. (g)					555	3	
RATP Development S.A. (g)					554		
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos						97	
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.						97	

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

PROFISSIONAIS CHAVE

Remuneração dos administradores	30.457					15.407	
Plano de incentive de longo prazo	1.728					4.970	8.717

Total, 31 de dezembro de 2008 231.775 116.722 4.802 74.672 1.109 56.204 10.633

Total, 31 de dezembro de 2007 244.130 50.966 4.647 62.792 327 36.915 12.630

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

(a) Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio automático, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.

(b) O custo de serviços prestados, no montante de R\$ 189.390, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.

(c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.

(d) O custo de serviços prestados, no montante de R\$ 10.200, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.

(e) Obras referentes ao Complexo Anhanguera na Marginal Tietê, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 22 de fevereiro de 2008.

(f) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte.

(g) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTERPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

NovaDutra

- Em 29 de março de 1.996, a NovaDutra contratou o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (Coper), formado atualmente pelas empresas Camargo Corrêa; Andrade; AG Concessões; SP Obras; SP Construções e COR, para a execução de trabalhos operacionais, de manutenção e de conservação da Rodovia Presidente Dutra. O contrato foi celebrado por preço global reajustado pela inflação da mesma forma que a tarifa de pedágio da NovaDutra, prevendo o pagamento total de aproximadamente, R\$1.509 milhões (data base maio/95). Já foram pagos, aproximadamente, R\$1682,2 milhões até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes), sendo que os valores pagos em 2.006, 2.007 e 2.008 foram de, aproximadamente, R\$219,7 milhões, R\$188,4 milhões, e R\$189,4 milhões, respectivamente. Referido contrato é vigente por 25 anos, a partir de sua assinatura, sendo o prazo inicial de 10 anos, a partir da assinatura, prorrogado por 15 anos mediante a celebração do 1º Termo Aditivo, em 11 de março de 1997.
- Em 03 de julho de 2.008, a NovaDutra firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$8.150.277,60, para a execução de obras de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, distribuídos em vários pontos e segmentos da Rodovia Presidente Dutra. Referido contrato é vigente até março de 2.009. Em 12 de dezembro de 2008 foi formalizado aditivo no valor de R\$ 2.860.203,84, prorrogando o prazo de vigência do para 15 de setembro de 2009, cujo valor consolidado passou a ser de R\$ 11.010.481,44.
- Em 30 de março de 2.009, a NovaDutra firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$60.297.080,83, para a execução de obras de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, encabeçamentos e capeamentos quilômetro 0 ao quilômetro 231 SP da Rodovia Presidente Dutra, para os anos de 2.009, 2.010 e 2.011. Referido contrato é vigente vigência até abril de 2.012.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia, suas controladoras e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições compatíveis de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Transações			Saldo	
	Despesas administrativas	Custos dos serviços prestados	Manutenção e aquisição de imobilizado	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Controladora					
Companhia de Concessões Rodoviárias (f)					38
Outras partes relacionadas					
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (a)	9.505				762
Actua Assessoria Ltda. (a)	13.569				1.090
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (c)	7.066	11.183			1.440
Serveng - Civilsan AS - Empresas Associadas de Engenharia Ltda. (d))			10.073		2.591
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)		189.390			15.332
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (e)				32.113	
Profissionais chave					
Remuneração dos Administradores	2.015				22

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>32.155</u>	<u>200.573</u>	<u>10.073</u>	<u>32.113</u>	<u>21.325</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>28.646</u>	<u>198.827</u>	<u>6.196</u>	<u>26.482</u>	<u>11.351</u>

- (a) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR.
- (b) Prestador exclusivo de serviços de operação e manutenção da rodovia.
- (c) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação, serviço de informática e manutenção ao Grupo CCR.
- (d) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.
- (e) Refere-se a valores de tarifas de pedágio cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no período subsequente.
- (f) Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico e financeiro visando à otimização do cumprimento do contrato de concessão.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	740.183	662.266	607.799
1.01	Ativo Circulante	70.287	82.343	61.592
1.01.01	Disponibilidades	25.381	41.111	7.180
1.01.02	Créditos	40.831	38.136	51.738
1.01.02.01	Clientes	40.831	38.136	51.738
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	4.075	3.096	2.674
1.02	Ativo Não Circulante	669.896	579.923	546.207
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.771	1.974	2.224
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	2.771	1.974	2.224
1.02.02	Ativo Permanente	667.125	577.949	543.983
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	663.225	571.197	543.983
1.02.02.03	Intangível	3.900	6.752	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	740.183	662.266	607.799
2.01	Passivo Circulante	439.563	128.721	151.025
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.751	13.330	12.839
2.01.02	Debêntures	28.041	51.086	48.473
2.01.03	Fornecedores	25.215	22.138	15.496
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	17.649	12.245	11.553
2.01.05	Dívidas a Pagar	334.860	0	29.616
2.01.06	Provisões	439	8.280	6.078
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	21.325	13.351	23.672
2.01.08	Outros	9.283	8.291	3.298
2.02	Passivo Não Circulante	64.826	88.341	140.388
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	64.826	88.341	140.388
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.647	4.060	14.836
2.02.01.02	Debêntures	50.489	68.978	109.524
2.02.01.03	Provisões	12.690	15.303	16.028
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	235.794	445.204	316.386
2.05.01	Capital Social Realizado	208.601	193.149	185.423
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equilparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	27.193	252.055	9.618
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.05.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	121.345
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	764.219	677.086	622.832
3.02	Deduções da Receita Bruta	(66.134)	(58.573)	(53.910)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	698.085	618.513	568.922
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(298.070)	(298.951)	(318.795)
3.05	Resultado Bruto	400.015	319.562	250.127
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(87.255)	(81.711)	(76.515)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(63.813)	(50.351)	(41.907)
3.06.03	Financeiras	(23.442)	(31.360)	(34.608)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.177	4.600	3.140
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(28.619)	(35.960)	(37.748)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	312.760	237.851	173.612
3.08	Resultado Não Operacional	632	(468)	22
3.08.01	Receitas	1.557	252	200
3.08.02	Despesas	(925)	(720)	(178)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	313.392	237.383	173.634
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(96.929)	(81.490)	(58.267)
3.11	IR Diferido	195	1.547	23
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	216.658	157.440	115.390
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	128.766.186	128.766.186	128.766.186
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00000	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	339.148	273.053	210.874
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	311.019	253.952	210.600
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	28.129	19.101	274
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(159.720)	(100.411)	(75.744)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(195.158)	(138.711)	(157.500)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(15.730)	33.931	(22.370)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.111	7.180	29.550
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.381	41.111	7.180

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	193.149	10.554	0	241.501	0	0	445.204
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	193.149	10.554	0	241.501	0	0	445.204
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	216.658	0	216.658
5.05	Destinações	0	11.916	0	(87.561)	(350.423)	0	(426.069)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(87.561)	(314.190)	0	(401.751)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(24.317)	0	(24.317)
5.05.03	Outras Destinações	0	11.916	0	0	(11.916)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	(133.765)	133.765	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	15.452	(8.266)	0	(7.186)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	208.601	14.204	0	12.989	0	0	235.794

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	185.423	9.618	0	0	121.345	0	316.386
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(294)	0	(294)
5.03	Saldo Ajustado	185.423	9.618	0	0	121.051	0	316.092
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	157.440	0	157.440
5.05	Destinações	0	8.662	0	0	(36.990)	0	(28.328)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(28.328)	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	8.662	0	0	(8.662)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	241.501	(241.501)	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	7.726	0	(7.726)	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	193.149	10.554	0	241.501	0	0	445.204

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	181.689	0	0	7.005	84.412	0	273.106
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	181.689	0	0	7.005	84.412	0	273.106
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	115.390	0	115.390
5.05	Destinações	0	0	0	0	6.347	(35.963)	(29.616)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	(29.616)	(29.616)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	6.347	(6.347)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	3.734	0	0	(3.734)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(42.494)	0	(42.494)
5.13	Saldo Final	185.423	0	0	9.618	121.345	0	316.386

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.10 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CONC. DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

Vide informações Grupo 9 – Setor de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

AutoBAN. Existem duas rodovias, a Fernão Dias (sem pedágio) e a rodovia Dom Pedro I (com pedágio), que concorrem diretamente com o sistema rodoviário operado pela AutoBAN. Além disso, nossas praças de pedágio, até recentemente, cobravam pedágio apenas nas pistas no sentido norte. Embora esse sistema possibilitasse maior fluidez nas pistas no sentido sul, que têm maiores picos de tráfego no começo da noite, nos dias de semana e no tráfego de retorno aos domingos, os preços das tarifas eram mais altos por incluir as viagens em ambos sentidos. Tal fato causava algum desvio de tráfego de caminhões no sentido norte para as nossas concorrentes. Nós reduzimos esse desvio convertendo as praças em bidirecionais, o que nos permitiu cobrar a metade da tarifa em cada sentido dessas praças de pedágio.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

AutoBAN

- Em 18 de agosto de 2.007, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com as empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa e Serveng, no valor de R\$ 66.000.000,00, para a execução de obras de implantação das obras de arte especiais do Ramo 500 (acesso da Lapa para a SP-330) e do Ramo 900 (acesso da marginal Tietê - sentido leste para a SP-330), integrantes do "Complexo Anhanguera". Referido contrato teve seu prazo de vigência encerrado em 18 de fevereiro de 2.009. Em 30 de março de 2009 foi formalizado aditivo no valor de R\$ 11.761.406,89, prorrogando o prazo de vigência do para 18 de setembro de 2009, cujo valor consolidado passou a ser de R\$ 77.761.406,89.
- Em 22 de fevereiro de 2.008, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com o Consórcio Construtor Anhanguera, formado pelas empresas Camargo Corrêa e Serveng, no valor de R\$30.389.493,43, para a execução de obras de Implantação do Ramo 200 Ponte sobre o Rio Tietê (ligando a Rodovia Anhanguera à Marginal Tietê sentido Rodovia Dutra) e Implantação do Retorno situado no quilômetro 19 SP-330 (retorno do SBT), ambas inseridas no conjunto de obras denominado Complexo Anhanguera 1ª etapa. Referido contrato é vigente até 22 de junho de 2.009, podendo ser prorrogável.
- Em 18 de julho de 2.008, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com a Serveng e Construtora Andrade Gutierrez S.A., no valor de R\$122.802.629,03, para a execução de obras de implantação do Complexo Anhanguera, 1ª etapa, Fase 2: (i) implantação das vias marginais e faixas adicionais do quilômetro 13+500 ao quilômetro 19+000 da SP-330 - Rodovia Anhanguera e (ii) implantação de 8 obras de arte especiais. Referido contrato é vigente até janeiro de 2.010.
- Em 30 de setembro de 2.008, a AutoBAN firmou contrato de empreitada com a Serveng, no valor de R\$37.500.000,00, para a execução de obras de implantação das alças de acesso ao retorno do quilômetro 14+300 (ramo 3000), Trevo quilômetro 14+900 (Avenida Mutinga) e Entroncamento quilômetro 18+020 (Jaraguá) - Complexo Anhanguera Rodovia SP-330. Referido contrato é vigente até setembro de 2.010.

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Transações			Saldos	
	Despesas administrativas	Custos dos serviços prestados	Manutenção e aquisição de imobilizado	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Outras Partes Relacionadas					
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (a)	8.168			22	
Actua Assessoria Ltda. (a)	11.158			22	3
Engellog Centro de Engenharia Ltda. (b)		57.900		56	3.084
Construtora Andrade Gutierrez S.A.			161		3
Camargo Corrêa Investimentos e Infra-Estrutura					3
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia			19.444		6.853
Consórcio Construtor Anhanguera (d)			76.046		5.987
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (3)				50.373	
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.				2	

17/07/2009 13:10:44

Pág: 267

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

Profissionais Chave

	<u>3.543</u>				<u>110</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>22.869</u>	<u>57.790</u>	<u>25.651</u>	<u>50.475</u>	<u>16.043</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>21.601</u>	<u>27.679</u>	<u>10.491</u>	<u>44.106</u>	<u>3.350</u>

- (a) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, informática e recursos humanos ao Sistema CCR.
- (b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação e manutenção ao Sistema CCR. A partir de 01 de Janeiro de 2007 os serviços de informática deixaram de ser executados pela Actua Assessoria Ltda., e passaram a ser realizados por esta empresa.
- (c) Refere-se aos valores das tarifas de pedágio mediante cobrança por pedágio eletrônico de usuários pela parte relacionada, a serem repassados à Companhia no período subsequente.
- (d) Obras referentes ao Complexo Anhanguera na Marginal Tietê, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 22 de Fevereiro de 2008.
- (e) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	1.488.204	1.231.306	1.156.487
1.01	Ativo Circulante	95.904	100.498	171.985
1.01.01	Disponibilidades	14.846	32.165	74.981
1.01.02	Créditos	56.474	47.811	75.534
1.01.02.01	Clientes	54.707	47.757	51.287
1.01.02.02	Créditos Diversos	1.767	54	24.247
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	24.584	20.522	21.470
1.02	Ativo Não Circulante	1.392.300	1.130.808	984.502
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	248.018	166.470	121.176
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	30.474
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	248.018	166.470	90.702
1.02.02	Ativo Permanente	1.144.282	964.338	863.326
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.141.661	960.583	863.326
1.02.02.03	Intangível	2.621	3.755	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	1.488.204	1.231.306	1.156.487
2.01	Passivo Circulante	294.413	122.123	107.838
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.596	30.591	30.690
2.01.02	Debêntures	155.759	18.638	27.841
2.01.03	Fornecedores	28.227	27.968	17.939
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	22.905	20.040	18.461
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	11.389	1.088	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	15.933	3.350	4.010
2.01.08	Outros	29.604	20.448	8.897
2.02	Passivo Não Circulante	771.115	836.059	753.443
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	771.115	836.059	753.443
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	62.841	92.780	122.426
2.02.01.02	Debêntures	418.527	529.433	538.258
2.02.01.03	Provisões	289.483	213.491	92.247
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	264	355	512
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	422.676	273.124	295.206
2.05.01	Capital Social Realizado	171.162	171.162	171.162
2.05.02	Reservas de Capital	47.588	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	203.926	101.962	33.068
2.05.04.01	Legal	203.926	34.232	33.068
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	67.730	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.848.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	90.976
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.098.443	951.972	873.110
3.02	Deduções da Receita Bruta	(29.304)	(28.586)	(32.238)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.069.139	923.386	840.872
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(389.927)	(360.149)	(426.544)
3.05	Resultado Bruto	679.212	563.237	414.328
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(164.536)	(146.729)	(125.966)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(63.259)	(46.575)	(40.840)
3.06.03	Financeiras	(101.277)	(100.154)	(85.126)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	9.571	13.671	20.185
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(110.848)	(113.825)	(105.311)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	514.676	416.508	288.362
3.08	Resultado Não Operacional	(928)	(3.001)	(2.081)
3.08.01	Receitas	1.057	2.000	0
3.08.02	Despesas	(1.985)	(5.001)	(2.081)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	513.748	413.507	286.281
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(176.084)	(144.147)	(48.440)
3.11	IR Diferido	2.638	4.530	445
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	340.302	273.890	238.286
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	175.000.000	175.000.000	175.000.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,94458	1,56509	1,36163
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	574.548	574.735	432.102
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	550.521	472.514	397.082
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.690	94.756	33.820
4.01.03	Outros	6.337	7.465	1.200
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(286.672)	(202.527)	(157.654)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(305.195)	(415.024)	(251.881)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(17.319)	(42.816)	22.567
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	32.165	74.981	52.414
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.846	32.165	74.981

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	171.162	0	0	0	101.962	0	273.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	171.162	0	0	0	101.962	0	273.124
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	340.302	0	340.302
5.05	Destinações	0	0	0	0	(340.302)	0	(190.750)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(63.160)	0	(190.750)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	212.712	(212.712)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	5.000	0	0	0	(5.000)	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	176.162	0	0	0	246.514	0	422.676

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	171.162	0	0	0	33.068	90.976	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	(222)	0
5.03	Saldo Ajustado	171.162	0	0	0	33.068	90.754	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	273.890	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	68.894	(364.644)	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(90.975)	(204.775)	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	159.869	(159.869)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	171.162	0	0	0	101.962	0	273.124

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	171.162	0	0	0	160.354	0	352.670
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	171.162	0	0	0	160.354	0	352.670
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	238.286	0	238.286
5.05	Destinações	0	0	0	0	(307.664)	0	(295.750)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(295.750)	0	(295.750)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	11.914	(11.914)	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Substituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	171.162	0	0	0	33.068	90.976	295.206

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.10 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CONC. SIST. ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

Vide informações Grupo 9 - Setor de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

ViaLagos. Existe uma rota alternativa paralela, sem cobrança de pedágio, ao sistema de rodovias da ViaLagos, a RJ-106. Apesar de tal rota estar próxima à ViaLagos, a estrada é de pista simples, não possui separação entre as pistas de cada sentido e atravessa inúmeras áreas urbanas, causando atrasos no tráfego. Além disso, as condições dessa rota alternativa são piores do que as da ViaLagos.

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia, suas controladoras e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Transações		Saldos	
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas	Contas a receber	Fornecedores
Controladora				
Companhia de Concessões Rodoviárias (d)		1.505		131
Outras partes relacionadas				
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (a)		1.036		83
Actua Assessoria Ltda. (a)		1.472		118
Engellog Centro de Engenharia Ltda. (b)	1.196	681		149
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.(c)			1.487	
Profissionais chave				
Remuneração dos administradores		5		
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.196	4.795	1.487	481
Saldos em 31 de dezembro de 2007	823	4.255	1.270	1

- (1) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR.
- (2) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR.
- (3) Refere-se aos valores das tarifas de pedágio mediante cobrança por pedágio eletrônico de usuários pela parte relacionada, a serem repassados à Companhia.
- (4) Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico e financeiro visando à otimização do cumprimento do contrato de concessão.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	131.169	92.824	89.181
1.01	Ativo Circulante	16.718	13.812	8.343
1.01.01	Disponibilidades	6.811	9.028	4.878
1.01.02	Créditos	734	313	1.812
1.01.02.01	Clientes	614	250	1.804
1.01.02.02	Créditos Diversos	120	63	8
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	9.173	4.471	1.653
1.02	Ativo Não Circulante	114.451	79.012	80.838
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	58.091	21.865	20.793
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	56.360	57.147	60.045
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	56.006	56.753	59.394
1.02.02.03	Intangível	354	394	651
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	131.169	92.824	89.181
2.01	Passivo Circulante	4.190	2.684	18.338
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	15.559
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	2.268	661	949
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	658	495	1.189
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	481	1	388
2.01.08	Outros	783	1.527	251
2.02	Passivo Não Circulante	111.902	67.019	57.804
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	111.902	67.019	57.804
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	100.479	63.884	57.354
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	11.423	3.135	450
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	15.077	23.121	13.041
2.05.01	Capital Social Realizado	11.293	11.293	11.293
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	3.784	11.828	193
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	1.555
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	54.859	49.919	44.412
3.02	Deduções da Receita Bruta	(5.327)	(4.884)	(4.423)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	49.532	45.035	39.989
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(15.884)	(16.118)	(15.522)
3.05	Resultado Bruto	33.648	28.917	24.467
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(20.501)	(8.885)	(19.034)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(9.060)	(7.902)	(7.832)
3.06.03	Financeiras	(12.698)	(1.112)	(11.202)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	65.526	16.935	764
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(78.224)	(18.047)	(11.956)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.257	129	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	13.147	20.032	5.433
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	14
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	13.147	20.032	5.447
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	(4.612)	(1.327)
3.11	IR Diferido	(4.310)	286	(614)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	8.837	15.706	3.506
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	35.168.000	35.168.000	35.168.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,25128	0,44660	0,09969
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.373	24.741	23.814
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(4.782)	(4.577)	(4.685)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(26.808)	(16.014)	(17.265)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(2.217)	4.150	1.864
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.028	4.878	3.014
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.811	9.028	4.878

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	11.293	0	0	0	11.827	0	23.120
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	11.293	0	0	0	11.827	0	23.120
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.837	0	8.837
5.05	Destinações	0	0	0	0	(8.837)	0	(16.880)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(5.843)	0	(16.880)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	2.994	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	11.293	0	0	0	3.784	0	15.077

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	11.293	0	0	0	193	1.555	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	11.293	0	0	0	193	1.555	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	15.706	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	11.634	(17.261)	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	(5.627)	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	11.634	(11.634)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	11.293	0	0	0	11.827	0	23.120

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	35.168	0	0	0	(23.875)	0	11.293
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	35.168	0	0	0	(23.875)	0	11.293
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.506	0	3.506
5.05	Destinações	0	0	0	193	(1.951)	0	(1.758)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(1.758)	0	(1.758)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	193	(193)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(23.875)	0	0	0	23.875	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	11.293	0	0	193	1.555	0	13.041

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.10 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CONC. DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

Vide informações Grupo 9 – Setor de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

Ponte. Não há nenhuma rota alternativa direta à Ponte, embora haja um serviço de transporte de passageiros por via marítima, entre o Rio de Janeiro e Niterói. Esse serviço não permite o transporte de automóveis. Existe somente uma rota que contorna a Baía de Guanabara, mas que aumenta a distância a percorrer e o tempo de viagem.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Transações			Saldos	
	Despesas administrativas	Manutenção e aquisição de imobilizado	Custos dos serviços prestados	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Controladora					
Companhia de Concessões Rodoviárias (d)	2.029				167
Outras partes relacionadas					
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (a)	1.883				
Actua Assessoria Ltda. (a)	2.734				1
Engellog Centro de Engenharia Ltda. (b)	1.070		4.392		434
CGMP-Centro de Gestão de Meios de Pagto.S.A. (3)				3.384	
Profissionais chave					
Remuneração dos Administradores	1.493				58
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>2.209</u>		<u>4.392</u>	<u>3.384</u>	<u>660</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>6.954</u>	<u>277</u>	<u>6.234</u>	<u>1.014</u>	<u>31</u>

- (a) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, informática e recursos humanos ao Sistema CCR.
- (b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR.
- (c) Refere-se aos valores das tarifas de pedágio mediante cobrança por pedágio eletrônico de usuários pela parte relacionada, a serem repassados à Companhia.
- (d) Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico e financeiro visando à otimização do cumprimento do contrato de concessão.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	112.478	91.903	84.361
1.01	Ativo Circulante	37.238	19.188	24.239
1.01.01	Disponibilidades	9.449	13.310	19.159
1.01.02	Créditos	19.618	655	4.405
1.01.02.01	Cilentes	1.191	708	1.035
1.01.02.02	Créditos Diversos	18.427	147	3.370
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	8.171	5.023	675
1.02	Ativo Não Circulante	75.240	72.715	60.122
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	562	353	1.027
1.02.01.01	Créditos Diversos	107	128	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	455	225	1.027
1.02.02	Ativo Permanente	74.678	72.362	59.095
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	73.998	71.432	59.095
1.02.02.03	Intangível	680	930	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

19.05.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	112.478	91.903	84.361
2.01	Passivo Circulante	76.770	58.066	50.229
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	60.116	45.599	31.561
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	3.713	4.563	2.185
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	9.651	3.743	2.119
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.280	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	1.442
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	660	31	357
2.01.08	Outros	1.350	4.130	12.565
2.02	Passivo Não Circulante	317	377	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	317	377	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	317	377	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	35.391	33.460	34.132
2.05.01	Capital Social Realizado	24.502	22.073	21.752
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	10.889	11.387	1.226
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	11.154
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	105.968	96.251	91.703
3.02	Deduções da Receita Bruta	(9.128)	(8.309)	(7.468)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	96.840	87.942	84.235
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(39.525)	(36.258)	(31.633)
3.05	Resultado Bruto	57.315	51.684	52.602
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(24.323)	(21.651)	(22.289)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(20.206)	(17.464)	(18.550)
3.06.03	Financeiras	(4.258)	(3.964)	(4.698)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	32.503	10.984	4.974
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(36.761)	(14.948)	(9.672)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	141	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	(223)	959
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	32.992	30.033	30.313
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	32.992	30.033	30.313
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.587)	(11.532)	(9.924)
3.11	IR Diferido	(7.130)	1.414	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	22.275	19.915	20.389
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	19.421.340	19.421.340	19.421.340
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,14693	1,02542	1,04982
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	41.511	36.351	34.312
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(13.015)	(22.811)	(9.357)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(32.357)	(19.389)	(18.450)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(3.861)	(5.849)	6.505
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.310	19.159	12.654
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.449	13.310	19.159

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	22.073	0	0	0	11.387	0	33.460
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	22.073	0	0	0	11.387	0	33.460
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	22.275	0	22.275
5.05	Destinações	0	0	0	0	1.931	(22.275)	(20.344)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(8.298)	(10.539)	(18.838)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	(1.506)	(1.506)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	10.230	(10.230)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados da Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	2.429	0	0	0	(2.429)	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	24.502	0	0	0	10.889	0	35.391

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	21.752	0	0	1.226	11.154	0	34.132
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	247	0	247
5.03	Saldo Ajustado	21.752	0	0	1.226	11.401	0	34.379
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	19.667	0	19.667
5.05	Destinações	0	0	0	0	(31.068)	0	(20.586)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(20.586)	0	(20.586)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	(10.482)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados da Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	321	0	0	(321)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	22.073	0	0	11.387	0	0	33.460

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.058/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	20.392	0	0	0	1.465	43	21.900
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	20.392	0	0	0	1.465	43	21.900
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	20.389	0	20.389
5.05	Destinações	0	0	0	0	1.121	(9.278)	(8.157)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	1.121	(1.121)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	1.360	0	0	0	(1.360)	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	21.752	0	0	0	1.226	11.154	34.132

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.10 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CONC. DA PONTE RIO-NITERÓI S.A.

Vide informações Grupo 9 – Setor de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

RodoNorte. Em termos gerais, acreditamos que não haja rotas alternativas de alta qualidade que concorram diretamente com as rodovias administradas pela RodoNorte. Apesar de existir uma rota alternativa, sem cobrança de pedágio, localizada entre Ponta Grossa e o nordeste do estado do Paraná, perto das praças de pedágio Tibagi, Imbaú e Mauá da Serra na PR-090, tal rota está localizada a 50 quilômetros de distância da BR-376 da RodoNorte e os serviços que ela oferece não são competitivos com os serviços prestados na RodoNorte.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

RodoNorte

- Em 01 de agosto de 2.000, a RodoNorte firmou contrato de operação e conservação de rodovias com o Consórcio Operador Parques, formado pelas empresas CCR, Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos, Construtora Castilho S.A., Porto de Cima Concessões S.A. e Parques Serviços Ltda., para a execução de serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoração e operação da rodovia. O contrato foi celebrado por um preço mensal R\$2.710.000,00 reajustado pela variação da tarifa base de pedágio, prevendo o pagamento total de aproximadamente, R\$325.000.000,00 (data base agosto/2.000). Já foram pagos, aproximadamente, R\$290.000.000,00 até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes), sendo que os valores pagos em 2.006, 2.007 e 2.008 foram, respectivamente, aproximadamente R\$69.000.000,00, R\$74.000.000,00 e R\$69.000.000,00. Referido contrato é vigente por 10 anos, contados da data da sua assinatura.
- Em 18 de dezembro de 2007, a RodoNorte firmou contrato de empreitada com o Consórcio Vila Velha, formado pelas empresas Engelog, Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos e J. Malucelli, para a execução de serviços por empreitada, compreendendo a elaboração de projetos, execução das obras civis, o fornecimento de suporte técnico e dos subsídios necessários à aprovação dos projetos pelo representante do Poder Concedente, bem como de soluções técnicas que viabilizem a aprovação dos estudos ambientais (EIA/RIMA), a execução e entrega do cadastramento "as built" das Obras e Serviço, equacionamento de interferências com os sistemas de infra-estrutura e de serviços públicos, especialmente sistemas viários, estabelecimento de acessos a sistemas de transporte e entrega final dos trabalhos em perfeitas condições de utilização pelos usuários. O contrato foi celebrado pelo valor de R\$404.874.647,30 com valores unitários reajustados pela variação da tarifa base de pedágio (data base dezembro/2007). Já foram pagos, aproximadamente, R\$66.000.000,00 até 31 de dezembro de 2.008 (valores correntes). Referido contrato é vigente até janeiro de 2013.

Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Transações			Saldos	
	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Manutenção e aquisição de imobilizado	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Controladora					
Companhia de Concessões Rodoviárias (f)					227
Outras partes relacionadas					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.					1.142
Construtora Andrade Gutierrez S.A.					1.291
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (c)	1.040				
Actua Assessoria Ltda. (c)	1.598				2
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (d)	1.583				127
J Malucelli Construtora de Obras Ltda					97
Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos					97

17/07/2009 13:11:07

Pág: 302

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

Consórcio Operador Parques (a)	73.910			2.527
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)			6.020	
CVV - Consórcio Vilha Velha		78.108		14.623
Profissionais				
Remuneração dos administradores	1.708			59
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>5.929</u>	<u>73.910</u>	<u>78.108</u>	<u>6.020</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>8.417</u>	<u>73.371</u>	<u>37.752</u>	<u>3.398</u>

- (a) Os valores contratados com o consórcio para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da rodovia correspondem àqueles previstos no contrato de concessão, aprovados previamente pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR e suas alterações subsequentes. Parte substancial dos custos de operação e manutenção da rodovia é feita com o Consórcio Operador Parques.
- (b) Ativo imobilizado - Obras executadas conforme contrato de prestação de serviços firmado em 18 de dezembro de 2007.
- (c) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, informática e recursos humanos ao Sistema CCR.
- (d) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR.
- (e) Refere-se a valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do Sistema Via Fácil, os quais serão repassados à Companhia no período subsequente.
- (f) Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico e financeiro visando otimização do cumprimento do contrato de concessão.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	359.179	325.063	336.110
1.01	Ativo Circulante	43.880	32.988	25.403
1.01.01	Disponibilidades	15.436	7.012	6.620
1.01.02	Créditos	8.686	4.941	4.729
1.01.02.01	Clientes	8.686	4.941	4.729
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	19.758	21.035	14.054
1.02	Ativo Não Circulante	315.299	292.075	310.707
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.395	10.316	17.982
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	1.395	10.316	17.982
1.02.02	Ativo Permanente	313.904	281.759	292.725
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	312.564	280.323	291.982
1.02.02.03	Intangível	1.340	1.436	743
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	359.179	325.063	336.110
2.01	Passivo Circulante	125.510	84.637	95.074
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	29.492	28.586	28.726
2.01.02	Debêntures	29.957	28.982	28.618
2.01.03	Fornecedores	5.266	1.715	713
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	9.603	9.818	8.912
2.01.05	Dividendos a Pagar	17.197	0	0
2.01.06	Provisões	3.584	3.166	3.348
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	20.192	3.407	17.044
2.01.08	Outros	10.219	8.963	7.713
2.02	Passivo Não Circulante	55.045	103.612	148.950
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	55.045	103.612	148.950
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	28.896	56.043	82.629
2.02.01.02	Debêntures	26.149	47.569	68.321
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	178.624	136.814	92.086
2.05.01	Capital Social Realizado	107.480	107.480	107.480
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	71.144	29.334	0
2.05.04.01	Legal	5.529	2.074	0
2.05.04.02	Estatutária	553	207	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	65.062	27.053	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reals Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	(15.394)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	315.813	291.414	258.179
3.02	Deduções da Receita Bruta	(27.471)	(26.076)	(22.363)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	288.342	265.338	235.816
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(142.010)	(140.860)	(139.785)
3.05	Resultado Bruto	146.332	124.478	96.031
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(41.984)	(47.721)	(52.397)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(22.164)	(23.028)	(21.808)
3.06.03	Financeiras	(19.820)	(24.693)	(30.589)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.968	3.395	2.136
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(23.788)	(28.088)	(32.725)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	104.348	76.757	43.634
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	1.029
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	104.348	76.757	44.663
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(25.178)	(18.783)	(11.390)
3.11	IR Diferido	(10.060)	(1.094)	(4.654)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	69.110	56.880	28.619
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	2.149.600.000	2.149.600.000	2.149.600.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,03215	0,02646	0,01331
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01682-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	175.031	125.984	122.405
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	156.849	137.591	121.953
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	18.182	(11.607)	452
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(88.590)	(45.149)	(43.887)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(78.017)	(80.443)	(75.318)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	8.424	392	3.200
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.012	6.620	3.420
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.436	7.012	6.620

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	107.480	0	0	29.334	0	0	136.814
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	107.480	0	0	29.334	0	0	136.814
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	69.110	0	69.110
5.05	Destinações	0	0	0	0	(69.110)	0	(27.300)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(27.300)	0	(27.300)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	41.810	0	41.810
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	107.480	0	0	71.144	0	0	178.624

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	107.480	0	0	0	0	0	92.086
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	(114)
5.03	Saldo Ajustado	107.480	0	0	0	0	0	91.972
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	56.880
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	(12.038)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	107.480	0	0	0	29.334	0	136.814

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	107.480	0	0	(44.013)	0	0	63.467
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	107.480	0	0	(44.013)	0	0	63.467
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	28.619	0	0	28.619
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações do Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	107.480	0	0	(15.394)	0	0	92.086

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.10 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : RODONORTE CONC. RODOVIAS INTEGRADAS SA

Vide informações Grupo 9 – Setor de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

ViaOeste. As principais concorrentes a estas rodovias são a SP-300 (Mal. Rondon) e a SP-250 - rodovias sinuosas em pista simples na região de influência da ViaOeste, que contudo apresentam percursos muito mais distantes para as viagens realizadas dentro do sistema ViaOeste.

A SP-300 foi concedida recentemente (Outubro/08) pelo governo do Estado de São Paulo e o contrato assinado recentemente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2007, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Transações			Saldos	
	Despesas administrativas	Custos dos serviços prestados	Manutenção	Ativo	Passivo
Controladora					
Companhia de Concessões Rodoviárias					1
Outras partes relacionadas					
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (a)	4.338				
Actua Assessoria Ltda. (b)	5.846				1
Engelag Centro de Engenharia Ltda. (b)		13.623			1.078
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (d)		72			13
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)				25.123	
Profissionais-chave					
Remuneração dos administradores	2.278				1.068
Saldos em 31 de dezembro de 2008	12.462	13.695		25.123	2.161
Saldos em 31 de dezembro de 2007	11.354	13.559	39.134	20.285	1.608

- (a) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, informática e recursos humanos ao Sistema CCR.
- (b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação e manutenção ao Sistema CCR. A partir de 01 de Janeiro de 2007 os serviços de informática deixaram de ser executados pela Actua Assessoria Ltda. e passaram a ser realizados por esta empresa.
- (c) Refere-se a valores relativos a tarifas de pedágio mediante cobrança por pedágio eletrônico de usuários pela parte relacionada, a serem repassados à Companhia.
- (d) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	971.652	1.044.945	960.507
1.01	Ativo Circulante	77.920	129.497	96.055
1.01.01	Disponibilidades	42.215	100.330	60.003
1.01.02	Créditos	26.087	21.261	27.379
1.01.02.01	Clientes	26.087	21.261	27.379
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	9.618	7.906	8.673
1.02	Ativo Não Circulante	893.732	915.448	864.452
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	75.998	66.919	58.301
1.02.01.01	Créditos Diversos	180	170	234
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	75.818	66.749	58.067
1.02.02	Ativo Permanente	817.734	848.529	806.151
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	621.207	638.028	584.054
1.02.02.03	Intangível	196.527	210.501	222.097
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	971.652	1.044.945	960.507
2.01	Passivo Circulante	89.098	100.876	79.742
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	696	588	31.638
2.01.02	Debêntures	51.299	64.574	0
2.01.03	Fornecedores	12.223	16.930	24.005
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	6.108	6.419	5.977
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	5.074	59	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.161	1.608	4.139
2.01.08	Outros	11.537	10.698	13.983
2.02	Passivo Não Circulante	624.610	676.452	406.143
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	624.610	676.452	406.143
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.762	1.845	351.804
2.02.01.02	Debêntures	566.311	630.597	0
2.02.01.03	Provisões	41.968	32.378	17.803
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	1.724	1.724	1.724
2.02.01.06	Outros	12.845	9.908	34.812
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	257.944	267.617	474.622
2.05.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763	139.763
2.05.02	Reservas de Capital	2.642	2.677	2.677
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	115.539	125.177	332.182
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	489.733	420.662	385.175
3.02	Deduções da Receita Bruta	(42.222)	(36.201)	(33.256)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	447.511	384.461	351.919
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(171.742)	(143.696)	(168.794)
3.05	Resultado Bruto	275.769	240.765	183.125
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(145.863)	(135.258)	(104.935)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(37.774)	(46.258)	(51.617)
3.06.03	Financeiras	(94.898)	(74.420)	(53.318)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	17.015	9.131	12.390
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(111.913)	(83.551)	(65.708)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(13.191)	(14.580)	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	129.906	105.507	78.190
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	(173)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(173)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	129.906	105.507	78.017
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(44.164)	(29.965)	27.969
3.11	IR Diferido	585	947	9.319
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	86.327	76.489	115.305
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	13.976.292.242	13.976.292.242	13.976.292.242
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00618	0,00547	0,00825
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	280.463	200.294	245.968
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	282.837	217.484	190.841
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(2.374)	(17.190)	55.127
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(55.993)	(120.137)	(451.140)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(282.585)	(39.830)	196.188
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(58.115)	40.327	(8.984)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100.330	60.003	68.987
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.215	100.330	60.003

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	139.763	2.677	0	125.177	0	0	267.617
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	139.763	2.677	0	125.177	0	0	267.617
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	86.327	0	86.327
5.05	Destinações	0	0	0	(62.841)	(33.159)	0	(96.000)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(67.157)	(28.843)	0	(96.000)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	4.316	(4.316)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	53.168	(53.168)	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	139.763	2.677	0	115.504	0	0	267.944

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	139.763	2.677	0	9.394	322.788	0	474.622
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	139.763	2.677	0	9.394	322.788	0	474.622
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	76.489	0	76.489
5.05	Destinações	0	0	0	115.783	(399.277)	0	(283.494)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(283.337)	0	(283.337)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(20.157)	0	(20.157)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	115.783	(115.783)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	139.763	2.677	0	125.177	0	0	267.617

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	139.763	2.677	0	3.628	213.249	0	359.317
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	139.763	2.677	0	3.628	213.249	0	359.317
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	115.305	0	115.305
5.05	Destinações	0	0	0	5.766	(5.766)	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	139.763	2.677	0	9.394	322.786	0	474.622

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.10 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CONC. DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO

Vide informações Grupo 9 - Setor de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

RodoAnel. Não apresenta concorrência com nenhuma rodovia em seu trajeto, para evitar trafegar no RodoAnel, e utilizar alguma das rodovias que ela conecta o usuário tem de entrar dentro da cidade de São Paulo, o que representa uma viagem mais longa.

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTERPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 -	5 -
1	Ativo Total	944.807	0	0
1.01	Ativo Circulante	74.550	0	0
1.01.01	Disponibilidades	41.908	0	0
1.01.02	Créditos	754	0	0
1.01.02.01	Clientes	0	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	31.888	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	870.257	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	714.933	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	155.324	0	0
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	93.746	0	0
1.02.02.03	Intangível	7	0	0
1.02.02.04	Diferido	61.571	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 -	5 -
2	Passivo Total	944.807	0	0
2.01	Passivo Circulante	948.524	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	938.732	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	8.249	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	772	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	163	0	0
2.01.08	Outros	608	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	0	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	(3.717)	0	0
2.05.01	Capital Social Realizado	8.000	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 -	5 -
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Preluzos Acumulados	(11.717)	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/06/2008 a 31/12/2008	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.866	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(319)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.547	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.698)	0	0
3.05	Resultado Bruto	(1.151)	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(10.566)	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(521)	0	0
3.06.03	Financeiras	(10.045)	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.016	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(11.061)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(11.717)	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(11.717)	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(11.717)	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	46.518.000	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)		0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,25188)		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/06/2008 a 31/12/2008	4 -	5 -
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(735.210)	0	0
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(122.432)	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	899.550	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	41.908	0	0
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41.908	0	0

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/06/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1	0	0	0	0	0	1
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(11.717)	0	(11.717)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	46.517	(38.518)	0	0	0	0	7.999
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	46.518	(38.518)	0	0	(11.717)	0	(3.717)

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

17/07/2009 13:11:23

Pág: 332

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE SA

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

A empresa não tem concorrentes diretos em seu meio de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

Repassa a pagar – Partes relacionadas

	2008	2007
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.	50.284	43.809
Concessionária Rodovia Presidente Dutra S.A.	30.966	25.663
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	24.909	20.189
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	21.965	19.579
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias	9.657	7.777
Renovias Concessionária de Rodovias S.A.	9.011	7.388
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	8.875	7.227
Autovias S.A.	8.703	7.092
Vianorte S.A.	7.081	6.038
Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	6.033	3.526
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A.	3.352	2.777
Concessionária do Rodoanel Oeste Ltda	1.281	
Rodovia das Cataratas S/A	1.103	
Ecovia Caminho do Mar	1.013	759
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	1.363	1.014
Empresa de Concessionária de rodovias do sul - Ecosul	224	
Autopista Planalto Sul	34	
	185.854	152.838

Partes Relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, e profissionais-chave da administração.

	Consolidado 2008			2007	Controladora 2007	
	CGMP	SGMP	Total		2008 (ajustado)	
Ativo						
Mútuo com partes relacionadas					403	559
Dividendos a receber					9.138	4.454
Outros						B
Passivo						
Repasses a pagar	183.471	2.383	185.854	152.838		
Dividendos a pagar	8.614	524	9.138	4.454	9.138	4.454
Resultado						
Receitas de serviços	1.267					
Custo dos serviços prestados		1.267				

a. Mútuo com partes relacionadas

Refere-se a contrato de mútuo com a CGMP – Centro de Gestão de Meio de Pagamentos S.A., cujo vencimento é 31 de dezembro de 2009, remunerados pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

b. Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	2008	2007
Benefícios de curto prazo (*)	1.828	1.341
Total	1.828	1.341

(*) Remuneração fixa e variável

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	330.551	256.810	216.062
1.01	Ativo Circulante	282.635	225.208	188.584
1.01.01	Disponibilidades	55.689	36.132	21.373
1.01.02	Créditos	224.072	187.049	164.197
1.01.02.01	Clientes	0	0	164.197
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	2.874	2.027	3.014
1.02	Ativo Não Circulante	47.916	31.602	27.478
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	47.916	31.602	27.478
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	44.200	26.326	24.760
1.02.02.03	Intangível	3.716	5.276	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	2.718

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	330.551	256.810	216.062
2.01	Passivo Circulante	280.239	224.081	189.118
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	10.384	3.539	4.082
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	4.241	3.936	1.736
2.01.05	Dividendos a Pagar	9.138	4.454	3.296
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	185.854	152.838	124.456
2.01.08	Outros	70.622	59.314	55.548
2.02	Passivo Não Circulante	217	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	217	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	217	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	50.095	32.729	26.944
2.05.01	Capital Social Realizado	16.358	16.358	16.358
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	694
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	33.737	16.371	9.892
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	154.792	111.610	90.084
3.02	Deduções da Receita Bruta	(27.187)	(27.812)	(23.248)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	127.605	83.798	66.836
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(39.452)	(31.798)	(16.210)
3.05	Resultado Bruto	88.153	52.000	50.626
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(32.894)	(23.025)	(35.472)
3.06.01	Com Vendas	(18.080)	(12.870)	(14.638)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(20.243)	(13.615)	(21.704)
3.06.03	Financeiras	5.301	2.495	870
3.06.03.01	Receitas Financeiras	6.693	3.993	4.465
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.392)	(1.498)	(3.595)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	128	965	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	55.259	28.975	15.154
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	(1.404)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	55.259	28.975	13.750
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(19.440)	(9.159)	(4.478)
3.11	IR Diferido	731	(819)	2.590
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	36.550	18.997	11.862
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	22.297.600	22.297.600	22.297.600
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00000	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	63.527	43.474	20.474
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(30.129)	(15.505)	(14.127)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(13.841)	(13.211)	(816)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	19.557	14.758	5.531
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	36.132	21.374	15.842
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.689	36.132	21.373

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.058/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	16.358	1.668		0	14.703	0	32.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0		0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	16.358	1.668		0	14.703	0	32.729
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0		0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0		0	36.550	0	36.550
5.05.01	Dividendos	0	0		0	(19.184)	0	(19.184)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0		0	(19.184)	0	(19.184)
5.05.03	Outras Destinações	0	0		0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0		0	15.762	(15.762)	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0		0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0		0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0		0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0		0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0		0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0		0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0		0	0	0	0
5.11	Outras Transações do Capital	0	0		0	0	0	0
5.12	Outros	0	1.604		0	(1.604)	0	0
5.13	Saldo Final	16.358	3.272		0	30.465	0	50.095

Data-Base - 31/12/2008

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	16.358	718	0	0	10.343	0	27.419
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	16.358	718	0	0	10.343	0	27.419
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.997	0	18.997
5.05	Destinações	0	15.653	0	0	(29.340)	0	(13.687)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(13.687)	0	(13.687)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	15.653	0	0	(15.653)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	16.358	16.371	0	0	0	0	32.729

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	16.358	101	0	0	1.439	0	17.898
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	16.358	101	0	0	1.439	0	17.898
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.862	0	11.862
5.05	Destinações	0	0	0	0	(2.816)	0	(2.816)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(2.816)	0	(2.816)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	593	0	0	(593)	0	0
5.13	Saldo Final	16.358	694	0	0	9.892	0	26.944

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.10 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.

Vide informações Grupo 9 - Setor de atuação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Não se aplica.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui saldo de R\$ 3.614.745 relativo à operação de mútuo com a controladora (Companhia de Concessões Rodoviárias). O contrato de mútuo foi celebrado em 18 de dezembro de 2008, pelo valor de R\$ 3.600.000, com vencimento em 180 (cento e oitenta) dias, 16 de junho de 2009, podendo ser antecipada a sua liquidação.

O mútuo é remunerado por 100% CDI mais 4% ao ano.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 -	5 -
1	Ativo Total	275.059	0	0
1.01	Ativo Circulante	3.620	0	0
1.01.01	Disponibilidades	1	0	0
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.02.01	Clientes	0	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	3.619	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	271.439	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	271.439	0	0
1.02.02.01	Investimentos	70.947	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	0	0
1.02.02.03	Intangível	200.492	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 -	5 -
2	Passivo Total	275.059	0	0
2.01	Passivo Circulante	1.176	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.176	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	0	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	0	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	273.883	0	0
2.05.01	Capital Social Realizado	270.081	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	3.802	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 -	5 -
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 08/01/2008 a 31/12/2008	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	4.978	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(8.717)	0	0
3.06.03	Financeiras	19	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	13.679	0	0
3.07	Resultado Operacional	4.978	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	4.978	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	4.978	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	270.081.000	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01843	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

19.08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 08/01/2008 a 31/12/2008	4 -	5 -
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(7)	0	0
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(270.077)	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	270.085	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	1	0	0
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	0	0

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

19.09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 08/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1	0	0	0	0	0	1
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.978	0	4.978
5.05	Destinações	0	0	0	0	(1.176)	0	(1.176)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(1.176)	0	(1.176)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados da Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	270.080	0	0	0	0	0	270.080
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	274	0	0	(274)	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	3.528	(3.528)	0	0
5.13	Saldo Final	270.081	274	0	3.528	0	0	273.883

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

19.09.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

19.09.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

19.10 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Não se aplica.

**ANEXO X - DECLARAÇÃO DA EMISSORA
NOS TERMOS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Página intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

A Companhia de Concessões Rodoviárias, sociedade por ações com sede na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, 5º andar, Bloco B, Vila Olímpia, CEP 04551-065, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CCR" ou "Emissora" ou "Companhia"), na qualidade de emissora de 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em até duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão para distribuição pública da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão"), vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Emissão; (ii) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em até Duas Séries de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") contém e o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em até Duas Séries de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo") conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Emissão, a respeito da Emissão, dos valores mobiliários a serem ofertados pela Emissora e suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão; (iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400; e (iv) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Emissão, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante a Emissão, respectivamente, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão.

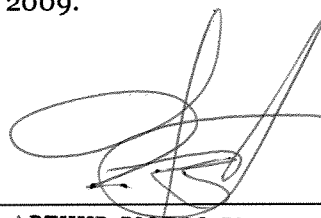
Sendo o que cumpria para o momento, renova os votos de estima e consideração e subscreve-se.

São Paulo, 06 de julho de 2009.

Companhia de Concessões Rodoviárias



Nome: _____
Cargo: **ANTONIO LINHARES DA CUNHA**
DIRETOR



Nome: _____
Cargo: **ARTHUR PIOTTO FILHO**
DIRETOR

(Página intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO XI - DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
NOS TERMOS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Página intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

O Banco UBS Pactual S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Botafogo, n.º 501, 5º e 6º andares, CEP 22.250-040, neste ato devidamente representado na forma do seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em até duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão para distribuição pública da Companhia de Concessões Rodoviárias ("Emissora"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão"), vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Emissão, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que venham a integrar o prospecto preliminar e o prospecto definitivo, fossem suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão. Adicionalmente, o Coordenador Líder declara que o prospecto preliminar da Emissão contém e o prospecto definitivo da Emissão conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissão, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o prospecto preliminar da Emissão foi e o prospecto definitivo da Emissão será preparado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 1 de julho de 2009.

Banco UBS Pactual S.A.

Nome:
Cargo:

Iuri Rapoport
Diretor

Nome:
Cargo:

Rodolfo Riechert
Diretor Executivo

(Página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO XII - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA STANDARD & POOR'S

(Página intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 1º de julho de 2009

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's atribui rating 'brA+' à 5ª emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias

Analistas: Juliana Gallo, São Paulo (55) 11 3039-9728, juliana_gallo@standardandpoors.com; Luísa Vilhena (55) 11 3039-9727 luisa_vilhena@standardandpoors.com; Marcelo Costa, São Paulo (55) 11 3039-9731, marcelo_costa@standardandpoors.com

São Paulo (Standard & Poor's), 1º de julho de 2009 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating 'brA+', em sua Escala Nacional Brasil, à futura 5ª emissão de debêntures da **Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR)**, no valor de R\$ 500 milhões. As debêntures serão emitidas em até duas séries, sendo a 1ª com pagamento integral em 2012 e a 2ª com amortizações anuais a partir de 2012 até o seu vencimento final em 2014. O montante destinado a cada série será definido no processo de *bookbuilding*. O rating de crédito corporativo da empresa é 'brA+' e a sua perspectiva é estável.

As debêntures da 5ª emissão serão simples, não conversíveis em ações e emitidas sob o regime de garantia firme de colocação apenas para a 1ª série. A remuneração será definida no processo de *bookbuilding*, sendo a taxa inicial de 121% do CDI ao ano para a 1ª série e uma taxa percentual máxima de 8,95% ao ano para a 2ª série. Os recursos obtidos com a presente emissão serão utilizados para o pagamento do principal e juros, no valor aproximado de R\$ 341 milhões, relativo às obrigações financeiras decorrentes da 3ª emissão de debêntures da CCR e o saldo remanescente destinado ao reforço do caixa e/ou quitar outras obrigações firmadas pela companhia.

Os ratings da CCR incorporam o fato de a empresa realizar investimentos de forma gradativa para dar continuidade à sua estratégia de expansão do negócio. Mesmo com o desembolso relevante para cumprir as exigências da concessão do Trecho Oeste do Rodoanel e o interesse da CCR em participar de outros projetos de expansão, o nível de alavancagem de sua *holding* atualmente é adequado para a sua categoria de rating. Isso combinado ao recebimento de um volume de fluxo de caixa robusto proveniente de suas concessionárias lhe proporciona um certo conforto para realizar investimentos adicionais, porém de forma gradual.

Os ratings da CCR também contam com o suporte de sua carteira de projetos existentes, que consiste de importantes rodovias localizadas em regiões estratégicas do País, com um longo histórico de forte volume de tráfego e bom potencial de crescimento. Esperamos que no longo prazo também haja uma maior diversificação de ativos que originem dividendos e um aumento nas sinergias dos negócios da CCR com suas recentes e futuras aquisições. A CCR é controlada por acionistas comprometidos com o negócio, entre eles alguns dos maiores conglomerados privados brasileiros, a Camargo Corrêa S.A. com 17,90% do capital total (BB/*CreditWatch* Negativo/--); a Serveng-Civisan com 17,90% (sem rating da S&P); a Andrade Gutierrez Participações S.A. com 17,9% (brA+/Estável/--) e a BRISA Auto-Estradas de Portugal S.A. (BBB/*CreditWatch* Em Desenvolvimento/A-3) também com 17,9%.

A esses fatores positivos se contrapõem a política financeira mais agressiva da empresa decorrente das aquisições recentes, pois a maioria das novas concessões estaduais exige um esforço de caixa imediato por parte da CCR em função do pagamento antecipado da outorga fixa nos dois primeiros anos da concessão. Outros riscos incluem o desafio da empresa de implementar sua estratégia de aquisições no curto e médio prazos, o que envolve a operação e financiamento desses novos projetos dada a piora nas condições econômicas e financeiras globais; a possibilidade de um aumento da exposição da empresa e de alguns de seus projetos a dívidas em moeda estrangeira para financiar as aquisições, embora acreditemos que serão protegidas por operações de *swap*; e os riscos do setor de concessões rodoviárias, que incluem o risco político intrínseco à operação de qualquer concessão rodoviária.

(Página intencionalmente deixada em branco)